Universidade do Estado do Rio de Janeiro
Centro de Ciências Sociais
Instituto de Estudos Sociais e Políticos

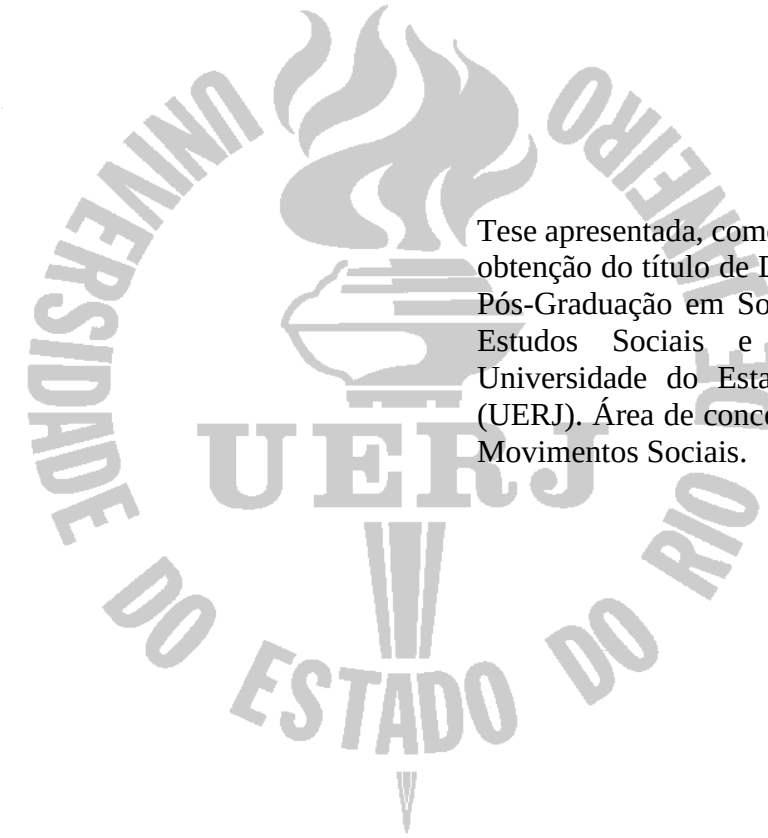
Renata Versiani Scott Varella

A pesquisa militante na América Latina: uma chave para a compreensão dos movimentos sociais latino-americanos

Rio de Janeiro
2017

Renata Versiani Scott Varella

A pesquisa militante na América Latina:
uma chave para a compreensão dos movimentos sociais



Tese apresentada, como requisito parcial para a obtenção do título de Doutora, ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia do Instituto de Estudos Sociais e Políticos (IESP) da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ). Área de concentração: Sociologia dos Movimentos Sociais.

Orientador: Prof. Dr. Breno Bringel

Rio de Janeiro

2017

CATALOGAÇÃO NA FONTE

UERJ / REDE SIRIUS / BIBLIOTECA IESP

V293 Varella, Renata Versiani Scott.
A pesquisa militante na América Latina: uma chave para a compreensão dos movimentos sociais / Renata Versiani Scott Varella. – 2017.
338f.:

Orientador: Breno Bringel.
Tese (Doutorado em Sociologia) - Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Instituto de Estudos Sociais e Políticos.

1. Movimentos sociais – América Latina - Teses. 2. Sociologia - Teses. I. Bringel, Breno. II. Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Instituto de Estudos Sociais e Políticos. III. Título.

CDU 323.233(8=6)

Rosalina Barros CRB-7 / 4204 - Bibliotecária responsável pela elaboração da ficha catalográfica.

Autorizo, apenas para fins acadêmicos e científicos, a reprodução total ou parcial desta tese, desde que citada a fonte.

_____ _____

Assinatura Data

Renata Versiani Scott Varella

A pesquisa militante na América Latina:

uma chave para a compreensão dos movimentos sociais

Tese apresentada, como requisito parcial para a obtenção do título de Doutora, ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia do Instituto de Estudos Sociais e Políticos (IESP) da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ). Área de concentração: Sociologia dos Movimentos Sociais.

Aprovada em 19 de dezembro de 2017.

Banca Examinadora:

_____

Prof. Dr. Breno Marques Bringel (Orientador)

Instituto de Estudos Sociais e Políticos - UERJ

_____

Prof. Dr. César Guimarães

Insitituto de Estudos Sociais e Políticos – UERJ

_____

Profª. Dra. Mirella Farias Rocha

Universidade Federal do Rio de Janeiro

_____

Profª. Dra. Débora Franco Lerrer

Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro

_____

Profª. Dra. Ana Karina Brenner

Faculdade de Educação - UERJ

Rio de Janeiro
2017

DEDICATÓRIA

À América e ao Jonathan,
pela decisão cotidiana de caminharmos juntos com amor, sonhos e rebeldia.

Ao Vitor, bebê indígena Kaingang, assassinado ao mamar em sua mãe, em um ato brutal de reprodução do racismo, do colonialismo e do machismo; não te esqueceremos.

AGRADECIMENTOS

À América, que, apesar de tão pequenina, viveu intensamente esta tese em todas as suas etapas, desde meu ventre em diferentes experiências e vivências, passando pelas longas mamadas de leituras e chegando às extensas ausências para a elaboração e escrita. Mamãe jamais esquecerá de sua compreensão diária, dos abraços apertados em momentos de tanta insegurança e de seu amor incondicional;

Ao Jonathan, pelo amor gigante que temos construído através de um cotidiano regado por muitas experiências, militâncias, sonhos e utopias por uma outra sociedade; pela generosidade nas discussões, nos debates e na construção dessa tese; por não perder a calma mesmo diante do meu nervosismo; pelo apoio incondicional em todo o percurso e principalmente por me fazer acreditar que era possível essa tese e, mais, que era essencial;

À minha mãe, Dalma, que não poupou esforços e orações para que eu conseguisse elaborar e terminar essa tese; por sempre acreditar, com tanto amor, nas minhas aventuras, viagens e sonhos; fez desse trabalho uma tarefa familiar coletiva e compartilhada;

À minha irmã, Cinthia, que, como grande companheira de vida, esteve ao meu lado sempre, dando apoio, conselho, ajuda, ombro; é maravilhoso saber que você existe e compartilhar nossas existências como seres irmanados;

Ao Breno Bringel, meu orientador, pela generosidade gigante no compartilhamento de seus conhecimentos e na construção dessa tese; pelo exemplo de trabalho, militância e afeto; pela paciência e esforço em relação aos prazos e tempos; por acreditar em mim;

A todas as mulheres que me antecederam, de linhagens familiares de sangue ou não, que lutaram e resistiram para que hoje eu possa apresentar e defender essa tese; tenho consciência de que o caminho que me traz até aqui é regado - além de sonhos, alegrias e esperanças - por muito sofrimento, tristeza e abnegação; espero, com os meus passos, honrar esse acúmulo e esforço ancestral feminino e dar seguimento a esse caminho de libertação;

À minha família, à minha avó Anália, ao meu pai Kal, ao meu irmão Artur, à minha irmã Luiza, à Vanda, ao Gui, à Anita, ao Teteo, à Lizzie e à Ailin, agradeço o apoio e as ajudas cotidianas que tornaram também possível esta tese;

Às amigas e aos amigos queridos que estiveram comigo nesse percurso de construção da tese, em especial à Ana, à Mari, ao Jovi, à Jô, pelas aventuras e vivências que fizeram parte desse caminho;

Às companheiras e aos companheiros das diferentes experiências e movimentos sociais existentes e que tive a oportunidade de compartilhar algum período por toda a América Latina; mostram com sua existência uma resistência contínua e cotidiana secular, são espaços de construção no hoje dos mundos possíveis de amanhã;

Às companheiras e aos companheiros das Brigadas Populares, do Coletivo Margarida Alves, das ocupações urbanas de Belo Horizonte e de Florianópolis e das comunidades em resistência, por compartilharem comigo um cotidiano de luta e aprendizado e por me ensinarem a resistir sempre;

Às companheiras e aos companheiros das *Muitas pela Cidade que Queremos* e da *Gabinetona*, especialmente à Áurea Carolina, à Bella Gonçalves, à Cida Falabella e ao Rafa Barros, por me ensinarem o sentido e as possibilidades da convergência na política e pelo apoio incondicional no processo de elaboração e apresentação desta tese, foi fundamental;

Aos colegas do Núcleo de Estudos de Teoria Social e América Latina (NETSAL), da Articulação Universidade e Movimentos Sociais, do Instituto de Estudos Latino-americanos (IELA), pelo aprendizado e pela troca de saberes e experiências que tem tornado possível uma construção coletiva ancorada no pensamento crítico muito mais ampla que esta tese;

Às Universidades Públicas, por serem espaços, ainda que contraditórios, de encontros e construções coletivas e engajadas de pesquisas e atuações;

À Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), pelo financiamento e apoio, destacando que este trabalho foi realizado com apoio da CAPES – Brasil - Código de Financiamento 001;

Às lutadoras e lutadores de nossa América Latina, incluindo aí as pensadoras e pensadores críticos, que doaram suas vidas, sonhos e esperanças para a construção uma sociedade mais justa e igualitária, por um destino comum de abundância e felicidade.

No pierdas la compasión, pero témele a cuanto conduzca
a negarte la palavra, a esconder quién eres,
lo que te oblique a ablandarte
y te prometa un reino terrestre a cambio
de la sonrisa complacente.
Gioconda Belli (1948)

Está meu coração nesta luta.
Meu povo vencerá. Todos os povos
vencerão, um por um.
Pablo Neruda (1950)

RESUMO

VARELLA, Renata V. S. *A pesquisa militante na América Latina*: uma chave para a compreensão dos movimentos sociais. 2017. 338f. Tese (Doutorado em Sociologia) - Instituto de Estudos Sociais e Políticos, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2017.

O presente trabalho parte da indagação sobre a existência de um marco teórico propriamente latino-americano para a compreensão das contestações e dos movimentos sociais latino-americanos. Buscamos refletir sobre a possibilidade de caracterização de um *marco teórico* regional para as ações coletivas que contemple a articulação de um arcabouço teórico-metodológico com a construção dinâmica de noções e categorias explicativas conectadas às diferentes formas e especificidades das mobilizações coletivas e dos movimentos sociais em nossa região. Para isso, propomos a pesquisa militante como uma nova chave interpretativa para vislumbrar este marco teórico e a construção de uma narrativa para visibilizar as teorizações dos/a partir/com os movimentos sociais, especialmente as pesquisas orientadas para a ação transformadora e efetivadas em convergência com os sujeitos coletivos. Para que esse caminho seja possível, o primeiro capítulo é dedicado à explicitação dos marcos teórico-metodológicos utilizados na presente tese para a compreensão da produção de conhecimentos na América Latina e suas particularidades. Por sua vez, o segundo capítulo trata da formação dos horizontes e premissas epistemológicas e teórico-metodológicas da chamada ciência moderna e suas vertentes nas ciências sociais a partir do século XIX. O terceiro e o quarto capítulos efetivam uma narrativa da produção de conhecimentos associada a movimentos sociais na América Latina, centrada em experiências emblemáticas localizadas no campo da resistência e do pensamento crítico latino-americano. Com base nesse acúmulo, na conclusão, verificamos a possibilidade de conceber um marco teórico latino-americano para a compreensão dos movimentos sociais.

Palavras-chave: Produção de conhecimentos. Pesquisa militante. América Latina. Movimentos Sociais.

RÉSUMÉ

VARELLA, Renata V. S. *La recherche militante en Amérique Latine: une clé pour la compréhension des mouvements sociaux*. 2017. 338f. Thèse (Doctorat en sociologie) – Institut des Études Sociales et Politiques, Université de l'état de Rio de Janeiro, 2017.

Le travail suivant interroge sur l'existence d'un cadre théorique propre à l'Amérique Latine pour la compréhension des contestations et des mouvements sociaux Latino-Américains. Nous cherchons à réfléchir sur l'éventuelle caractérisation d'un cadre théorique régional pour les actions collectives qui prendrait en compte l'articulation d'une ossature théorico-méthodologique avec la construction dynamique de notions et catégories explicatives connectées aux différentes formes et spécificités des mobilisations collectives et des mouvements sociaux dans notre région. Pour cela, nous proposons la recherche militante comme une nouvelle clé interprétative pour entrevoir ce cadre théorique et la construction d'une narration pour donner plus de visibilité aux théorisations à partir des/avec les/des mouvements sociaux, en particulier les recherches orientées pour l'action transformatrice et effectuées en convergence avec les sujets collectifs. Pour réaliser le chemin à parcourir, le premier chapitre est consacré à l'explicitation des cadres théorico-méthodologiques" utilisés dans la thèse suivante pour la compréhension de la production de connaissances en Amérique Latine et ses particularités. Pour sa part, le second chapitre traite de la formation des horizons et prémices épistémologiques et théorico-méthodologiques de la dite science moderne et ses différents courants dans les sciences sociales à partir du XIXème siècle. Les troisième et quatrième chapitres concrétisent la narration de la production de connaissances associée aux mouvements sociaux en Amérique Latine, centrée sur des expériences emblématiques du champ de la résistance et de la pensée critique latino-américaine. Sur la base de ces éléments, en conclusion, nous vérifierons la possibilité de concevoir un cadre théorique Latino-Américain pour la compréhension des mouvements sociaux.

Mots-clés: Production de connaissances. Recherche militante. Amérique Latine. Mouvements sociaux.

SUMÁRIO

	INTRODUÇÃO.....	11
1	**PRESSUPOSTOS E CAMINHOS TEÓRICO-METODOLÓGICOS**....	21
1.1	**A produção de conhecimentos**.....	23
1.1.1	Pressupostos para a compreensão da produção de conhecimentos.....	23
1.1.2	A produção de conhecimentos e os antagonismos sociais.....	28
1.1.3	A produção de conhecimentos na América Latina.....	40
1.2	**Caminhos teórico-metodológicos**.....	62
1.2.1	Narrativas, experiências e América Latina.....	62
1.2.2	Vivências e experiências compartilhadas de produção de conhecimentos....	66
2	**A CONFORMAÇÃO DOS PRESSUPOSTOS EPISTEMOLÓGICOS DA PRODUÇÃO DE CONHECIMENTO CIENTÍFICO-EUROPEU: DA CIÊNCIA MODERNA À SOCIOLOGIA DOS MOVIMENTOS SOCIAIS**.....	72
2.1	**A emergência das principais matrizes de pensamento na Europa e seus horizontes epistêmicos**.....	72
2.2	**As principais correntes teórico-práticas da Sociologia na Europa**.....	101
2.2.1	Positivismo.....	101
2.2.2	Historicismo.....	111
2.2.3	Fenomenologia.....	120
2.2.4	Marxismo.....	124
2.3	**A conformação acadêmica do campo da Sociologia dos Movimentos Sociais**.....	142
3	**UMA NARRATIVA DA PRODUÇÃO DE CONHECIMENTOS ASSOCIADA A MOVIMENTOS SOCIAIS NA AMÉRICA LATINA**..	163
3.1	**Raízes: breve panorama de Matrizes de Pensamento e Resistências**.....	165
3.2	**Movimentos teóricos a partir do século XX**.....	174
3.2.1	O Pensamento Crítico e o movimento da Reforma Universitaria.....	174
3.2.2	A perspectiva nacional e latino-americana a partir de meados do século XX.....	196

4 **EM CONTINUIDADE À NARRATIVA: DA SOCIOLOGIA LATINO-AMERICANA À SOCIOLOGIA DOS MOVIMENTOS SOCIAIS**..... 224
4.1 **A Sociologia Latino-americana, as perspectivas teórico-metodológicas e a contra-insurgência**..... 224
4.2 **A contra-insurgência e a re-articulação das forças sociais: experiências emblemáticas e Sociologia dos Movimentos Sociais**..... 247
4.2.1 Eixos teórico-práticos da pesquisa militante..... 266
4.2.2 A conformação acadêmica do campo da Sociologia dos Movimentos Sociais na América Latina..... 288
CONCLUSÃO: PESQUISA MILITANTE COMO UMA CHAVE PARA A COMPREENSÃO DOS MOVIMENTOS SOCIAIS LATINO-AMERICANOS?..... 307
REFERÊNCIAS..... 312

INTRODUÇÃO

A presente tese, em sentido amplo, se insere em um debate longo e profícuo travado em nossa região sobre a existência ou não de um pensamento propriamente latino-americano. Esse debate foi balizado pela indagação acerca da nossa capacidade de produzir conhecimentos a partir da história e da realidade concreta de nosso subcontinente, para além dos condicionamentos dos marcos teóricos europeus e norte-americanos. Em torno a este tema, pensadores/as da região têm refletido e produzido diferentes enfoques e posições. Desde o século XIX, o argentino Juan Bautista Alberdi, por meio da constatação da dificuldade de se produzir uma filosofia americana, conclamou a todos/as para a construção de uma filosofia voltada para as necessidades e os problemas de nossa região (ALBERDI, 1842, p. 2/7). Quase um século depois, em 1925, sobre a pergunta *"existe un pensamiento latino-americano?"*, o peruano José Carlos Mariátegui sustentou que "*todos los pensadores de nuestra América se han educado en una escuela europea. No se siente en su obra el espíritu de la raza. La producción intelectual del continente carece de rasgos próprios. No tiene contornos originales*" (MARIÁTEGUI, 2008 [1925], p. 105). Propôs, assim, a conformação de uma nacionalidade com raízes no solo peruano que fosse capaz de alimentar a produção de um pensamento próprio. Outros/as pensadores/as trataram a questão e propuseram diferentes saídas às problemáticas identificadas, tais como o mexicano José Vasconcelos (2010 [1925]) e o argentino Francisco Romero (1952).

Em histórica polêmica com o mexicano Leopoldo Zea, em 1968, o peruano Augusto Salazar Bondy sustentou que, em função da alienação de nossa região "*por el subdesarrollo conectado con la dependencia y la dominación a que estamos sujetos y siempre hemos estado*" (1968, p. 38), nossa filosofia não é um pensamento genuíno e original, mas inautêntico e imitativo no fundamental. Esse pensamento inautêntico, segundo o autor, mascara a realidade e contribui para o divórcio entre nossas nações e suas metas históricas. Como tarefa, deveríamos forjar nossa própria filosofia em contraste com as concepções defendidas e assumidas pelos grandes blocos de poder, contudo a constituição de um pensamento, de fato, original apenas seria possível com "*una decisiva transformación de nuestra sociedad mediante la cancelación del subdesarrollo y la dominación*" (BONDY, 1968, p. 39). Por outro lado, o mexicano Leopoldo Zea ressaltou a existência de uma filosofia latino-americana, *sin más*, não havendo necessidade de enquadramentos em modelos filosóficos fabricados a partir da Europa e dos

Estados Unidos. Para ele, a filosofia seria uma atividade ampla e aberta que, sendo essencialmente do ser humano e para o ser humano, não deve se conter em limites socialmente construídos. Zea, durante sua trajetória, recuperou a produção filosófica da América Latina e sustentou a recepção sempre criativa, mesmo que equivocada, das matrizes e correntes teóricas estrangeiras pelos/as autores/as da região. Em contraposição ao peruano Salazar Bondy, Zea asseverou a possibilidade de construção, naquele momento histórico, de uma filosofia original voltada para a libertação dos povos da América Latina, ressaltando, como exemplo, o surgimento de uma potente filosofia da ação, a qual vinha sendo construída para subverter e transformar a ordem social, citando, como referências, o martinicano Frantz Fanon, o argentino Ernesto *Che* Guevara e os colombianos Orlando Fals Borda e Camilo Torres (ZEA, 1968, p. 61).

Partimos, na presente tese, de indagações similares às que permearam esse debate teórico, notadamente sobre os problemas e as potencialidades da produção de conhecimentos na América Latina a partir da realidade e da história da região. Contudo, de maneira específica, localizamos esse debate na *Sociologia dos Movimentos Sociais*, a fim de verificar a existência ou não de um marco teórico propriamente latino-americano para a compreensão das contestações e dos movimentos sociais. Buscamos, assim, perquirir a possibilidade de caracterização de um *marco teórico latino-americano* para as ações coletivas que contempla a articulação de um arcabouço teórico-metodológico com a construção dinâmica de noções e categorias explicativas conectadas às diferentes formas e especificidades das mobilizações coletivas e dos movimentos sociais em nossa região.

É larga a discussão entre os estudiosos dos movimentos sociais da América Latina sobre a existência ou não de um marco teórico, uma matriz e/ou um paradigma propriamente latino-americano de interpretação das contestações sociais, ou seja, se existiria um campo de teorizações construído a partir do contexto local/regional e das experiências das lutas sociais em nosso subcontinente. Entre diferentes autores e autoras, existe certo consenso no sentido de que a maior parte das pesquisas no campo da *Sociologia dos Movimentos Sociais* está focada na descrição das experiências das coletividades, não logrando o desenvolvimento de categorias e conceitos próprios ou de um marco teórico latino-americano para o entendimento das ações coletivas (GOHN, 1997; CALDERÓN e JELIN, 1987; CAMACHO, 1992). É constatado, pelo contrário, que, a despeito das profundas diferenças demarcadas entre os movimentos existentes em nossa região e aqueles presentes na Europa e nos Estados Unidos, as pesquisas neste campo tomam, como panorama teórico para a compreensão das experiências regionais, as teorias e as noções forjadas nos contextos e nas dinâmicas européias e norte-americanas, sem maiores

mediações críticas e/ou problematizações (KAUCHAKJE, 1997; BRINGEL, 2011a; SCHERER-WARREN, 2009; FLOREZ-FLOREZ, 2007; e FOWERAKER, 1995).

Para além do debate sobre a existência ou não de adaptações críticas e criativas dos marcos estrangeiros no campo específico da *Sociologia dos Movimentos Sociais*, verificamos que os/as autores/as que empreenderam esforços no sentido de construir um panorama histórico das produções latino-americanas sobre movimentos sociais, em geral, se limitam às produções estritamente localizadas no campo da *Sociologia dos Movimentos Sociais*, isto é, se atêm naquelas teorizações construídas a partir dos pressupostos epistemológicos e teórico-metodológicos desse campo. São narradas as seguintes abordagens hegemônicas: as teorias da modernização, a abordagem marxista focada principalmente nos movimentos sociais urbanos, a teoria dos novos movimentos sociais a partir do paradigma europeu, as teorias da mobilização de recursos e do processo político e os enfoques institucionalistas baseados nos marcos analíticos norte-americanos (ALONSO, 2009; CALDERÓN e JELIN, 1987; GARRETÓN, 2001; GOHN, 1997). São narrativas que, ao replicar os fundamentos epistemológicos do campo da *Sociologia dos Movimentos Sociais* europeu e norte-americano, não consideram, como integrantes deste campo, as pesquisas e experiências que são construídas a partir de rupturas epistemológicas ou renovações teórico-metodológicas ou que não se submetem às premissas da matriz de pensamento liberal-burguesa.

Acreditamos que estas narrativas se mostram insuficientes para contemplar as teorizações dos/a partir/com movimentos sociais na América Latina, sendo que estas conformam um campo de estudos e reflexão bem mais amplo do que aquele considerado pela *Sociologia dos Movimentos Sociais*. Nesse sentido, pretendemos, no presente trabalho, a partir de uma nova chave interpretativa, construir uma narrativa que contemple as teorizações dos/a partir/com os movimentos sociais, especialmente as pesquisas orientadas para a ação transformadora e efetivadas em convergência com esses sujeitos coletivos. Isso para, em seguida, verificarmos a existência de um marco teórico latino-americano para a compreensão das contestações e movimentos sociais.

Como hipótese, propomos a *pesquisa militante* como chave interpretativa para vislumbrar este marco teórico. O termo *pesquisa militante* designa um espaço amplo de produção de conhecimentos que busca aliar a reflexão crítica e teórica com a prática das lutas populares em um processo multidirecional, articulando intelectuais, pesquisadores/as, movimentos sociais, comunidades em resistência e organizações políticas. Nesse sentido, a militância seria o compromisso ético e político com a mudança social, que envolve posicionamentos e atuações pró-ativas em várias áreas da vida, como a profissional e a

acadêmica, a partir da inserção em espaços coletivos de discussão, em mobilizações e ações com o objetivo de viabilizar e potencializar lutas políticas que representem a construção de uma sociedade justa e igualitária (BRINGEL e VARELLA, 2014, p. 5). Tratam-se de investigações que articulam produção de conhecimentos, ação política e mudança da realidade social, isto é, que buscam entender a realidade para transformá-la.

Esta modalidade de pesquisa está presente de maneira contínua em nossa região e, de forma diferenciada, a partir dos anos 1950, possuindo, nas diversas espaçotemporalidades, diferentes configurações, trajetórias teórico-políticas e contextos de ação. Existem, nestas experiências e produções latino-americanas, posturas epistemológicas e teórico-metodológicas que produziram mudanças significativas no processo de produção de conhecimentos, conectando-o à ação e à reflexão dos movimentos sociais. Ou seja, através de práticas cognitivas renovadas, essas produções teóricas partem do acúmulo de experiências históricas dos grupos sociais em resistência, o qual conformam horizontes de visibilidade, parâmetros de sentido e imaginários coletivos que guiam a produção de saber. Conecta-se, de diferentes formas, conhecimento e movimentos sociais, sendo possível acessar nessa convergência as trajetórias teórico-políticas presentes nas dinâmicas contestatárias da região. Como se verá, os conhecimentos, nos parâmetros militantes, são construídos a partir dos acúmulos dos movimentos e grupos sociais em resistência, podendo ser produções dos ou com os próprios movimentos sociais, inclusive sobre os sujeitos coletivos em resistência.

Desse modo, acreditamos que, através da *pesquisa militante*, se torna visível um campo de teorizações a partir/das/sobre as ações coletivas profundamente vinculado aos dilemas e desafios da realidade e da história latino-americana. São produções teórico-práticas que situam os movimentos sociais na dinâmica geral das forças e dos antagonismos locais e regionais e que se comprometem com a prática e a ação política desses sujeitos coletivos. A nosso ver, esses aspectos *enraízam* o debate da ação coletiva na América Latina e em suas formas diversas de resistências, isto é, imbricam a reflexão teórico-prática envolvendo movimentos sociais com as particularidades da história, da realidade e dos caminhos latino-americanos. Em função disso, propomos, por um lado, a construção de uma narrativa, a partir da *pesquisa militante*, da produção de conhecimentos associada ou sobre/a partir/com os movimentos sociais e, por outro, a compreensão das práticas cognitivas da *pesquisa militante* a fim de compreender a relação entre conhecimentos e movimentos sociais na região.

Nesse contexto, utilizamos o termo *movimentos sociais* como recurso heurístico (BRINGEL, 2017, p. 96) para designar a ampla gama de formas através das quais a resistência coletiva e a contestação ativa, não episódica, ao *status quo* é praticada pelos diferentes grupos

sociais na América Latina. Assim, refere-se a diferentes tipos de organizações políticas, movimentos sociais, lutas comunitárias, territoriais e simbólicas, ações coletivas que se reproduzem no tempo e a toda uma série de possibilidades de articulação social e de sujeitos coletivos em torno da transformação. Entendemos que é necessária uma definição ampla que seja capaz de apreender as diversidades e as particularidades presentes na América Latina, bem como a dinâmica construção de conhecimentos e práticas de resistência, inclusive através da produção de horizontes de visibilidade e de imaginários sociopolíticos coletivos. Em função disso, na presente tese, a acepção de movimentos sociais está conectada com o significado e os desdobramentos das classes e dos grupos sociais. Como realidades históricas e socioeconômicas, as referidas classes e grupos sociais traduzem o compartilhamento entre indivíduos de alguma ou algumas condições de existência relacionadas aos antagonismos presentes na sociedade. Desse modo, os grupos sociais designam coletividades concreta e historicamente produzidas que expressam os antagonismos através dos quais se conforma a realidade social e que estão relacionados, na atualidade capitalista, de forma isolada ou combinada, à produção socioeconômica[1], à raça/cor da pele/descendência, ao gênero, à nacionalidade, à orientação sexual, dentre outros.

Os movimentos sociais, em geral, surgem e atuam a partir dos acúmulos de experiências históricas - teóricas e práticas - dos grupos e classes sociais, representando, em momentos de ascenso da contestação social, dinâmicos espaços de construção, de superposição e de atualização de formas e práticas de resistência e de conhecimentos. Servem, assim, por um lado, para explicitar os conflitos, antagonismos, identidades e opressões das sociedades e, por outro, para produzir e visibilizar imaginários, visões de mundo, conhecimentos e perspectivas dos grupos sociais que exercem um papel ativo, em cada espaçotemporalidade, no campo contestatário. Nos termos propostos pelo brasileiro Breno Bringel, os movimentos sociais são produtos e produtores da sociedade e, por isso, funcionam como 'termômetros' da dinâmica social, "*visibilizando los conflitos, las inquietudes y los limites, tanto de las formas de dominación como de los diversos tipos de pactos culturales y sociopolíticos*" (*ibidem*, p. 97).

Nessa direção, a presente tese, situando-se no campo da *Sociologia dos Movimentos Sociais*, trata, como temática geral, da produção de conhecimentos na história da América Latina e, de forma específica, dos saberes produzidos a partir das experiências e dos acúmulos dos movimentos sociais latino-americanos. Esse processo não transcorre de forma isolada

[1] Como se verá no próximo capítulo, as classes sociais explicitam as diferentes atividades exercidas pelos sujeitos coletivos no âmbito da organização material da vida social, especificamente no campo produtivo. Estas podem ser compostas por frações de classe ou setores de classe, as quais, na presente tese, são chamadas de grupos sociais.

dentro da região. Bem longe disso, a compreensão dessa produção passa necessariamente pela apreensão da inserção subordinada das sociedades latino-americanas na dinâmica mundial e das disputas entre projetos políticos aí existentes. A partir disso, é possível entender os tipos e os papéis dos conhecimentos produzidos em cada espaçotemporalidade, as relações entre os saberes produzidos nos diferentes territórios e as formas de apropriação e diálogo desses saberes, inclusive no campo contestatário latino-americano. Essa percepção, desde já, possui implicações para concepção de conhecimento utilizada no presente trabalho.

A nosso ver, conhecimentos são resultados, sempre dinâmicos, de práticas cognitivas continuadas gestadas a partir da *práxis* dos grupos sociais em seu processo de reprodução e transformação. Sustentamos que, para além das estritas premissas da ciência moderna ou em diálogo crítico com estas, existem *outras* práticas cognitivas que também constroem ciência, conhecimentos, pensamentos e teorias. Assim, diferentes práticas cognitivas produzem, ainda que em formatos e linguagens diversas, teorias, pensamentos e ideias, as quais não são *a priori* consideradas ilegítimas ou inexistentes. Em função disso, as diferenciações entre ideia, pensamento e teoria ou de conhecimento/saber e ciência serão evitadas na presente tese, uma vez que têm servido para reproduzir processos de deslegitimação ou invisibilização de conhecimentos produzidos na periferia do sistema mundial.

Pela amplitude da temática tratada, o presente trabalho possui um diálogo ativo com outros campos do conhecimento, tais como a História, a Antropologia e a Educação, e com esferas disciplinares como a *Sociologia do Conhecimento,* a *História das Idéias Latino-americanas,* a *Sociologia Latino-Americana* e o *Pensamento Crítico Latino-americano.* Forma-se uma área de sinergia e confluência e, ao mesmo tempo, de superação das fronteiras disciplinares e acadêmicas, a fim de localizar o campo da *pesquisa militante* e de não limitar os horizontes para visibilização da produção de conhecimentos associada aos movimentos sociais. O transdisciplinário, assim, faz parte da própria construção da temática de pesquisa.

Os aportes da *Sociologia do Conhecimento* serão centrais para a compreensão histórica dos conhecimentos em relação à realidade e aos grupos sociais. Como se verá no primeiro capítulo, a sociologia do conhecimento procura obter uma compreensão sistemática das relações entre a existência social e o pensamento. Por sua vez, o campo da *História das Idéias Latino-americanas* oferece a recuperação dos trabalhos de autores e autoras latino-americanas e também aportes teórico-metodológicos para o estudo dos pensamentos produzidos na América Latina. Referimo-nos, neste ponto, ao movimento latino-americano da História das Idéias que, a partir de 1940, refletiu e produziu, sistematicamente, sobre a história e as características do pensamento latino-americano no período pós-indenpendência (ZEA, 1965,

1968; ROIG, 1993 [1984], ARDAO, 1993). Esse movimento foi fundamental para a recuperação do passado filosófico latino-americano, em diálogo com a própria realidade histórica da América Latina, e para a visualização das formas peculiares através das quais as matrizes de pensamento foram interpretadas e utilizadas em nossa região, possuindo uma perspectiva de autoafirmação nacional e continental (CARVALHO, 2010, p. 271).

No mesmo sentido, a *Sociologia Latino-Americana* - que se confunde com o chamado movimento da sociologia comprometida (FALS BORDA, 1987 [1970]), que percorreu o final da década de 1950 e principalmente os anos de 1960 e 1970 – elegeu a América Latina como unidade de análise e, como tarefa fundamental da sociologia, a compreensão da realidade das sociedades latino-americanas com o propósito de transformá-las. Em função disso, para além de trabalhos teóricos que empreenderam esforços para entender as particularidades das sociedades da América Latina, em uma explícita iniciativa de superar o *colonialismo intelectual*, há trabalhos e experiências que se focaram nos aspectos teórico-metodológicos para a construção de uma pesquisa capaz de transformar a realidade latino-americana. Esse campo contempla desde as contribuições do brasileiro Guerreiro Ramos até os trabalhos de Pablo Gonzalez Casanova, Florestan Fernandes, Ruy Mauro Marini, Luiz Aguiar Costa Pinto, Orlando Fals Borda e Oscar Jara.

Por fim, de maneira transversal e para além do espaço acadêmico, está o amplo campo do *Pensamento Crítico Latino-americano,* que designa uma rica tradição crítica interessada em compreender profundamente as raízes dos problemas na América Latina para conseguir transformar a realidade da região, rejeitando aplicações mecanicistas de interpretações e marcos analíticos forâneos de viés conservador e imperialista. O adjetivo *crítico*, estendido nos inícios do século XX e consolidado em meados do século passado, serviu, deste modo, para pensar o conhecimento situado não somente a partir de um lugar geográfico, mas também a partir de um lugar epistemológico. A luta contra os diferentes tipos de colonialismo e de imperialismo e pela libertação dos povos foram germens seminais na construção de um olhar alternativo que conectou a reflexão intelectual com a atuação política transformadora (BRINGEL, MALDONADO, VARELLA, 2016). Inserem-se, nesse campo, experiências e produções teórico-práticas que são recorrentemente desconsideradas pela matriz de pensamento liberal-burguesa. Nesse sentido, buscamos forçar os limites dos critérios de autoridade acadêmica dessa matriz, com o objetivo de acessar as diferentes contribuições e matrizes que alimentaram o pensamento latino-americano compromissado com a transformação social. Nesse campo, encontram-se distintas experiências coletivas e autoras e autores como José Carlos Mariátegui, Eric Williams, Alcira Argumedo, Ernesto *Che* Guevara, Frantz Fanon, dentre outras e outros.

Considerando essa sinergia e buscando romper com os limites disciplinares e acadêmicos, o primeiro capítulo é dedicado à explicitação dos marcos teórico-metodológicos utilizados na presente tese para a compreensão da produção de conhecimentos na América Latina e suas particularidades. Por um lado, é exposto o arcabouço teórico que fundamenta a forma pela qual a produção de conhecimentos em diferentes territórios e as experiências latino-americanas são abordadas nos capítulos posteriores e, por outro, é descrito o caminho percorrido para a consecução da presente pesquisa, a partir da explicitação dos pressupostos, métodos e ferramentas utilizados.

Com o objetivo de compreender a conformação do campo da *Sociologia dos Movimentos Sociais*, o segundo capítulo é dedicado à formação dos horizontes e premissas epistemológicas e teórico-metodológicas da chamada ciência moderna e suas vertentes nas ciências sociais a partir do século XIX. Para isso, buscamos localizar historicamente as principais matrizes de pensamento e correntes teórico-práticas que passaram pela Europa principalmente a partir do século XIV e que posteriormente foram recepcionadas na América Latina. Esse caminho mostra-se essencial não só para a acertada compreensão do campo da *Sociologia dos Movimentos Sociais*, mas também para a apreensão das trajetórias teórico-políticas das experiências latino-americanas de produção de conhecimentos, tanto no espaço tradicional quanto no campo contestatário. Desse modo, a primeira parte centra-se na conformação da ciência moderna e das ciências sociais na gênese do capitalismo, enfatizando, em cada uma das matrizes e correntes teórico-práticas, dois aspectos centrais para a presente tese: (1) os pressupostos epistemológicos e teórico-metodológicos e (2) o tratamento concedido aos movimentos sociais. A segunda parte foca na conformação europeia e norte-americana da *Sociologia dos Movimentos Sociais* como campo específico da Sociologia.

Por sua vez, o terceiro e o quarto capítulos efetivam uma narrativa da produção de conhecimentos associada a movimentos sociais na América Latina, centrada em experiências emblemáticas localizadas no campo da resistência e do pensamento crítico latino-americano. Essa narrativa busca oferecer um panorama dos fluxos e das orientações dos conhecimentos gestados e reproduzidos pelos movimentos sociais na região, com atenção para as trajetórias teórico-políticas latino-americanas que envolveram autoras e autores de diferentes países da região. A partir de uma contextualização histórica, situamos alguns movimentos teóricos críticos e experiências emblemáticas de *pesquisa militante,* em um caminho que concede importância ao percurso da Sociologia na América Latina e às perspectivas teórico-metodológicas dos conhecimentos. Em virtude dos limites do presente trabalho, buscamos explicitar a dinâmica histórica geral que perpassou a região, não sendo possível o

desenvolvimento pormenorizado das particularidades da situação e da história de cada país e/ou localidade – o que, se feito, poderia nuançar algumas colocações gerais efetivadas para o subcontinente. Em que pese essa diversidade, entendemos, em função da sincronicidade de processos históricos centrais, ser possível e desejável a narrativa tendo como unidade analítica e política a América Latina/Abya Yala/Nuestra America/Améfrica Ladina. No mesmo sentido, não foi possível a análise minuciosa de obras e autores/as, privilegiando-se os movimentos teóricos coletivos e algumas obras e trajetórias individuais emblemáticas que expressam influxos e rupturas.

O terceiro capítulo é dividido em duas partes: uma destinada a algumas raízes dos conhecimentos latino-americanos, em um brevíssimo panorama das matrizes de pensamento indígena e negra, e outra voltada à narrativa dos principais movimentos teóricos renovadores no campo da resistência na América Latina durante o século XX. Referida parte é dividida em duas sub-partes: 1. O Pensamento Crítico e o movimento da *Reforma Universitaria*; 2. A perspectiva nacional e latino-americana em meados do século XX.

Em continuidade à narrativa, no quarto capítulo, empreendemos esforços para recuperar e situar historicamente o percurso da Sociologia Latino-americana e seus avanços epistemológicos e teórico-metodológicos. Em seguida, analisamos experiências emblemáticas de pesquisa militante em busca de eixos teórico-práticos convergentes, a fim de caracterizar a referida prática cognitiva. Nessa seção, buscamos esboçar os traços fundamentais da *pesquisa militante* em um esforço de sistematização e de articulação teórica destas experiências, com o objetivo de explicitar os fundamentos epistemológicos e teórico-metodológicos das formas e práticas de produção de conhecimentos associadas a movimentos sociais na América Latina no período histórico tratado pelo presente trabalho. Isso para compreender a conformação do campo da *Sociologia dos Movimentos Sociais* na América Latina a partir da década de 1980, o que almejamos realizar na última parte do referido capítulo. Em função disso, o quarto capítulo é dividido em duas partes: 1. A Sociologia Latino-americana, as perspectivas teórico-metodológicas e a contra-insurgência; 2. A contra-insurgência e a re-articulação das forças populares: experiências emblemáticas na produção de conhecimentos e a *Sociologia dos Movimentos Sociais.* As análises efetivadas nesta última seção são divididas em duas sub-partes, uma dedicada aos eixos teórico-práticos da pesquisa militante e outra à conformação acadêmica do campo da *Sociologia dos Movimentos Sociais* na América Latina. Com base nesse acúmulo, na conclusão, verificamos a possibilidade de conceber um marco teórico latino-americano para a compreensão dos movimentos sociais.

Por fim, cumpre salientar que, com essa tese, pretendemos contribuir na reflexão e na construção de novos caminhos para a produção de conhecimentos na América Latina a partir da retomada de ‘velhos’ campos e perspectivas que perpassaram a história da região e que foram sendo invisibilizados pela violência e opressões vivenciadas pelos povos latino-americanos. A recuperação desses horizontes de possibilidades, *ojalá*, contribuirá para que possamos coletivamente, de um lado, olhar crítica e criativamente para nosso presente e, de outro, semear esperanças e sonhos para nosso futuro comum. Esperamos que sejamos capazes de potencializar a conformação, junto aos movimentos e organizações políticas, de conhecimentos e atuações críticas, militantes e significativas para a mudança profunda das sociedades latino-americanas e para a libertação dos povos da América Latina.

1 PRESSUPOSTOS E CAMINHOS TEÓRICO-METODOLÓGICOS

As reflexões que realizaremos nas próximas páginas estão ligadas a dois eixos que se inter-relacionam e se complementam, quais sejam: (1) como compreender a produção de conhecimentos em geral e, particularmente, na América Latina; e (2) os caminhos teórico-metodológicos adotados na presente tese. Com efeito, se nosso objetivo central para este capítulo é apresentar nosso percurso para a conformação de um referencial teórico-metodológico adequado ao tratamento de nossa temática, refletir sobre as formas de produção de conhecimentos, ao longo da história, apresenta-se como questão subjacente e incontornável. Seu tratamento perpassará, portanto, este primeiro capítulo.

Cumpre salientar que os eixos apresentados são frutos de um debate acerca da produção teórica sobre os conhecimentos, mas se fundam prioritariamente nas vivências e experiências com as quais tivemos a oportunidade de compartilhar e refletir de maneira coletiva. Desse modo, essa é uma tentativa de formulação e sistematização da retro-alimentação contínua entre a formação teórica e as vivências/experiências, bem como entre reflexões individuais e coletivas. Esperamos, assim, dar conta do vasto e profundo desafio colocado para a compreensão da produção de conhecimentos na América Latina desde uma postura reflexiva imersa na realidade dessa região.

Parece-nos importante iniciar este percurso diferenciando os níveis de problematização e análise com os quais nos deparamos, isto é, explicitando a diferenciação entre epistemologia, metodologia, métodos e técnicas, mesmo considerando que são noções dinâmicas que possuem entre si fortes relações (SILVA et al, s/d, p. 361/362). Entendemos ser possível, a partir da referida diferenciação, potencializar as reflexões tanto sobre os pressupostos da produção de conhecimentos quanto acerca das possibilidades teórico-metodológicas dessa pesquisa.

A epistemologia, para os sociólogos brasileiros Bringel e Domingues (2015), trata das operações lógicas do pensamento que subjazem o processo de produção do conhecimento, não se referindo aos conteúdos do saber produzido, apesar de haver uma relação dialética entre estes aspectos. Dentre estas operações, os autores destacam "*o papel das 'representações' e como se constroem, a relação sujeito e objeto, a operação das analogias e das categorias de análise no processo de produção de conhecimentos, a relação entre concreto e abstrato, empírico e teórico, explicação e compreensão, etc*" (BRINGEL, DOMINGUES, 2015, p. 71). Em sentido próximo, para a filósofa norte-americana Sandra Harding (1987), a epistemologia trata de

questões relacionadas à teoria do conhecimento adequada ou com estratégias de justificação do saber (sujeito do conhecimento, coisas que se podem conhecer, perguntas, provas empíricas); por sua vez, a metodologia se refere à teoria sobre os procedimentos que a pesquisa deve seguir a partir da aplicação de uma teoria mais ampla à área particular da pesquisa; e os métodos seriam as técnicas de coleta de informação.

Sob outro vértice, o sociólogo peruano Oscar Jara (2008) diferencia concepção metodológica, métodos e técnicas. Para ele, a concepção metodológica não deve ser confundida com uma técnica ou um conjunto de técnicas, mas encarada como a estrutura desde a qual decorrem os métodos, as técnicas e os procedimentos. Por sua vez, os métodos dizem respeito ao roteiro ordenado para a realização da pesquisa, determinando o formato e o estilo que tomará o processo de trabalho. Enquanto as técnicas são os instrumentos e ferramentas práticas que, em consonância com a estratégia geral, corroboram para sua concretização.

As reflexões realizadas, no primeiro ponto deste capítulo, estão nas áreas da epistemologia e da concepção teórico-metodológica. Vale ressaltar que, por acreditarmos que a metodologia ou a concepção metodológica refletem aportes teóricos mais amplos, optamos, na presente tese, por utilizar o termo *teórico-metodológica* para designar a estrutura ou o quadro referencial, teórico e prático, que informam a estratégia geral de pesquisa e que concederão direção e sentido para os métodos e as técnicas. No segundo ponto, almejamos não apenas expor os instrumentos e as ferramentas utilizadas para concretizar a pesquisa, mas principalmente apresentar os métodos delineados, de acordo com a concepção de Oscar Jara. Entendemos que os métodos para este autor se localizam entre a metodologia de Harding e as técnicas propriamente ditas, ou seja, logram ser mais específicos e concretos que a conceituação de metodologia de Harding, mas não se confundem com as ferramentas e técnicas. Trazem, assim, uma mediação importante entre as concepções de pesquisa mais gerais e as técnicas mais específicas, ao focar particularmente no caminho, no roteiro a ser construído e trilhado pela/o pesquisadora. Essa mediação torna-se importante principalmente quando se reivindica certa autonomia dos formatos teóricos tradicionais ou a ampliação de brechas para a criatividade e o compromisso na criação de desenhos de pesquisa que deem conta tanto de compreender quanto de vislumbrar e construir mudanças em realidades complexas e multi-facetadas.

1.1 **A produção de conhecimentos**

1.1.1 Pressupostos para a compreensão da produção de conhecimentos

A compreensão da produção de conhecimentos em determinada sociedade e momento histórico exige a apreensão das formas através das quais a realidade social se estrutura e se organiza. Os pensamentos, conhecimentos e ideias são partes constitutivas dessa realidade, estando, assim, imersas em seu *devenir histórico*. Com isso se quer dizer que a realidade é uma totalidade, sendo apenas um exercício de abstração, usado para fins analíticos, a separação entre realidade e pensamento. De fato, ambos são produzidos e reproduzidos cotidianamente pelas pessoas e coletividades em suas interações e relações. Nesse sentido, a realidade deve ser entendida como um todo em permanente construção e movimento, que se reproduz historicamente tanto através de continuidades quanto por meio de mudanças (KOSIK, 1976 [1963], p. 18).

Assim, a compreensão do caráter social dos conhecimentos está atrelada à sua densa inserção no movimento e nas dinâmicas históricas. A nosso ver, a perspectiva histórica é o meio pelo qual os fenômenos sociais podem ser encarados adequadamente em relação às formas particulares que estes tomam em determinadas espaçotemporalidades. É possível visibilizar, a partir disso, as diferentes formas através das quais os fenômenos sociais podem assumir no decorrer da história, bem como visualizar as distintas tendências e sentidos na reprodução do passado e na produção do novo nas dinâmicas sociais. Trata-se de um processo permanente "*de produção e reprodução, de reavivamento e rejuvenescimento*". (*ibidem*, p. 136). É esse movimento que a produção de conhecimentos também assume nos diferentes territórios e também na interseção das diferentes espaçotemporalidades.

A realidade e seu movimento histórico constituem o campo no qual os/as pensadores/as particulares e os grupos sociais, em todas as áreas de pesquisa, estão situados/as e em relação ao qual produzirão e vincularão o pensamento. Apenas a partir de uma análise calcada nos mesmos é que se torna possível compreender as razões que levaram pessoas e grupos sociais a conhecerem seu tempo através de determinadas categorias, qual espaçotemporalidade se mostra a partir dessas categorias e quais os papéis desempenhados por determinados formatos de produção de conhecimentos em cada sociedade e momento histórico.

Nesse contexto, destacamos a importância do "*processo real de produção a partir da*

produção da vida imediata e em conceber a forma de intercâmbio conectada a esse modo de produção e por ele engendrada, quer dizer, a sociedade civil em seus diferentes estágios" (MARX, 2007 [1846], p. 42) para compreender as distintas criações teóricas e manifestações do pensamento. A produção material da vida, nos diferentes momentos históricos e territórios, engendra as condições que tornam possíveis a existência e a reprodução humana. A partir dessas condições e de sua sua dinâmica formação, tornam-se visíveis certas configurações da realidade e vão sendo construídas formas de entender e de transformar essa realidade. Nesse contexto, o trabalho como meio de reprodução da vida e principalmente como *praxis* criadora da realidade cumpre papel fundamental. As pessoas conhecem a realidade, na medida em que a criam e a transformam, constituindo horizontes de visibilidade e de sentido para a vida individual e em comum. Assim, a organização social da reprodução material da vida coletiva, que implica essencialmente a organização do trabalho, não apenas conforma relações socioeconômicas entre coletividades, mas se atrela às maneiras de conhecer, pensar e sentir dos diferentes sujeitos.

A tese da determinação social dos pensamentos e dos métodos – inicialmente formulada por Marx (2007) [1846] e continuada por, dentre outros/as, Rosa Luxemburgo (1970) [1900], Lukács (1975) [1923], e Mészáros (2011) – não se trata de procedimento meramente mecânico que considera o pensamento como um epifenômeno unilateral das relações materiais e sociais. Pelo contrário, deve ser entendida em conexão com os movimentos histórico-concretos e em sua *reciprocidade dialética* (MÉZSÁROS, 2011, p. 11). Isso significa que se, por um lado, a forma de organização material da vida e suas relações sociais se expressam através de e/ou produzem e/ou legitimam certa ciência ou certas formas de produzir conhecimentos, por outro lado, uma vez produzidos, esses conhecimentos condicionam, como um de seus determinantes, a conformação social, política e econômica da realidade histórica.

Desse modo, por um lado, torna-se imperioso reconhecer a importância da organização material da vida comum para entender o percurso histórico e, particularmente, a produção de conhecimentos, por outro lado, é necessária uma atitude cuidadosa para que essa perspectiva não conduza a enfoques equivocados, tais como: a) a construção de uma instância estritamente econômica que funciona sobre-determinando unilateralmente, com uma única direção, todas as outras dimensões da existência; b) a conformação de uma relação de exterioridade entre a realidade e as criações do pensamento, como se estas não fizessem parte do conjunto daquilo que é real. Ambos enfoques podem gerar a errônea concepção de que as manifestações do intelecto são meros reflexos secundários das condições socioeconômicas, não sendo, em si, sociais e históricas.

Sobre a temática, o sociólogo húngaro Karl Mannheim afirma que o conhecimento é determinado e condicionado por fatores sociais, históricos, econômicos e políticos e que as mudanças nas idéias não podem ser explicadas ou interpretadas no plano das idéias. Contudo, demarca que não se pode conceder um sentido de seqüência mecânica de causa e efeito à "determinação", sendo necessário deixar impreciso o significado deste termo. Apenas a pesquisa da situação concreta poderá mostrar quão rigorosa é a correlação entre a situação de vida e o processo de pensamento, ou dentro de que limites podem ocorrer variações nessa correlação (MANNHEIM, 1976 [1929], p. 248). Apresenta, assim, uma visão matizada tanto ao considerar fatores sociais, históricos, econômicos e políticos, quanto ao historicizar os formatos da determinação entre estes campos. Mesmo com essa ponderação, conclui que "*as condições de vida não só afetam a gênese histórica das ideias mas constituem parte essencial dos produtos do pensamento e fazem-se sentir no seu conteúdo e forma*". (*ibidem*, p. 259). É nesse sentido que o sociólogo francês Lucien Goldmann afirma que, quando o ser humano se propõe a estudar a vida humana, ocorre a identidade parcial entre o sujeito e o objeto do conhecimento. Assim, a reflexão do sujeito não se faz do exterior, mas do interior da sociedade, e é organizada pelas categorias produzidas por essa mesma sociedade. Em outras palavras, o objeto estudado é um elemento constitutivo da estrutura de pensamento do/a próprio/a autor/a (GOLDMANN, 1972 [1966], p. 8; FREDERICO, 2005, p. 430/431). Em função disso, Goldmann sustenta que o estudo dos conhecimentos "*só tem valor na medida em que os enquadra no conjunto dinâmico das relações sociais e históricas de que fazem parte"* (GOLDMANN, 1979, p. 49).

Abrindo ainda mais a perspectiva de análise e desde a América Latina, a socióloga argentina Alcira Argumedo chama a atenção para a relação historicamente condicionada entre produção teórica e processos políticos. Essa relação deve ser entendida como um processo altamente dinâmico e complexo, caracterizado por sua abertura e fluidez (ARGUMEDO, 1993, p. 217). Sustenta que esse processo não se refere apenas ao "contexto de descobrimento", nem a aspectos parciais do conhecimento produzido, mas que "*la definición y concatenación misma de las categorías conceptuales están contaminadas por objetivos políticos globales y desde su óptica peculiar influyen en los grandes enfrentamientos procesados durante el transcurso de la historia*" (*ibidem*, p. 72). Assim, afirma a existência de uma estreita relação das correntes teóricas com determinados projetos políticos construídos a partir dos patrimônios culturais e experiências vitais de diferentes camadas sociais e áreas geográficas. Entende que – em virtude das formulações teóricas serem expressão de épocas particulares e se vertebrarem com as mentalidades predominantes em diferentes camadas da população de um país – as controvérsias

teóricas deixam de ser um problema estritamente acadêmico e se imbricam com os debates políticos substantivos que têm a ver com o desenvolvimento histórico e social mais amplo (*ibidem*, p. 20/22).

Portanto, a nosso ver, a compreensão da produção de conhecimentos, em seu conteúdo, forma e concatenação, passa pelo estudo dos processos históricos a partir dos quais emergem e das condições e relações dinâmicas sociais, políticas e econômicas nas quais se inserem – incluindo aí os projetos político-históricos em disputa em cada espacialidade, tendo como referência a(s) organização(s) social(s) da vida material e comum. Essa perspectiva é central não apenas para a compreensão da criação dos conhecimentos, mas também para o entendimento de suas múltiplas interpretações e apropriações, vez que estas também são elementos constitutivos e dinâmicos da realidade histórica. Ademais, o processo de localização dos conhecimentos nessa dinâmica mais ampla deve considerar os diferentes graus, intensidades e sentidos de correlação entre a realidade histórica e o pensamento. Isso deve vir atrelado com a apreensão das relações entre os diferentes territórios, especialmente da forma particular de inserção dos países e regiões no sistema mundial e as implicações disso para a formação econômico-social local e regional. Esse aspecto nos conduz à noção de totalidade.

Para compreendermos a articulação das dinâmicas e dimensões em diferentes escalas, entendemos ser fundamental buscarmos apreender as relações e processos que unificam a vida societal, que fazem a realidade social alcançar certos graus de unidade, mesmo que diferenciada. Nesse sentido é que sustentamos ser adequado que a realidade social e suas dimensões devam ser compreendidas desde a totalidade, isto é, que devem ser buscadas as relações que tornam possível que a sociedade, enquanto unidade diferenciada (com dimensões econômicas, políticas, sociais, espaciais, culturais etc), tenha articulação interna, sentido, organização e certa estrutura, mesmo que em permanente movimento, em cada momento histórico e espacialidade. Nesse contexto, a totalidade não deve ser entendida como um todo feito, formalizado, homogêneo, em equilíbrio e exterior que determina as partes, isto é, que se situa acima das partes ou que se forma a partir da agregação mecânica de suas partes (KOSIK, 1976 [1963], p. 42/50; OSORIO, 2014b, p. 14). Pelo contrário, é o conjunto de relações e processos que promovem dinâmicas tendentes a articular e unificar a realidade social e que conduz que a vida em comum tome formas particulares em diferentes espaçotemporalidades. Nessa concepção, as partes se encontram em relação de interna interação e conexão entre si e com o todo, e que o todo se cria a si mesmo na interação das partes. Desse modo, a produção de conhecimentos deve ser comprrendida em relação à conformação dessa totalidade social

concreta, a fim de captar as principais orientações e tendências, bem como visualizar rupturas e descontinuidades.

Ademais, a totalidade deve abarcar, de maneira ampla, as relações entre os diferentes territórios, países e regiões, bem como as particularidades destes, não invisibilizando formas e práticas de existir, resistir e de produzir conhecimentos (ARGUMEDO, 1993, p. 73/77). Desse modo, a totalidade deve contemplar e considerar as potencialidades da heterogeneidade estrutural, social e teórica presentes nas espacialidades e entre os territórios, países e regiões. Isso para não reproduzir silêncios e invisibilizações efetivadas pelas concepções e narrativas eurocentradas, que insistem em generalizações que negam a capacidade de outros países e povos de construir sua própria história e de influenciar na história mundial. De fato, a partir do ponto de vista eurocentrado, a história mundial seria uma trajetória linear e evolutiva que vai da Grécia, passa por Roma e chega à Europa Ocidental, isto é, Antiguidade, Idade Média e Idade Moderna, em geral considerando apenas fatores intra-europeus[2]. Referida narrativa, em função da suposta superioridade da civilização europeia, invisibiliza a complexidade e o dinamismo dos processos históricos que conectam diferentes espacialidades e perspectivas. Como exemplo, tem-se que a própria concepção de Ocidente é criada geo-politicamente para se diferir do Oriente e das regiões colonizadas, após a chegada dos europeus na América em 1492 e do posterior controle do mercado mundial exercido por essa região (DUSSEL, 2000, p. 27/29; QUIJANO, 2000, p. 111). Assim, foi a relação assimétrica entre essas regiões que constituiu, de forma mútua e recíproca, referidas identidades sociais e políticas. Para essa perspectiva, existiriam conhecimentos "*originais*" superiores na Europa ou nos Estados Unidos, ou seja, conhecimentos puros sem interferências externas, enquanto que todo o conhecimento produzido fora dessas regiões careceriam de legitimidade, sendo considerados subordinados por natureza (BEIGEL, 2016, p. 8).

Desse modo, o ponto de vista adotado na presente tese é crítico em relação à posição de que a ciência moderna é um instrumento superior, universal e neutro e que a sociedade "*científica*" está necessariamente associada ao progresso social para uma maior racionalidade e bem-estar da coletividade (VERÓN, 1974, p. 57). A distinção do que é ciência do que não é

[2] O filósofo argentino Enrique Dussel (2000, p. 26) sustenta que essa sequência histórica é falsa faticamente, havendo, na realidade, histórias justapostas e isoladas (romana, persa, reinos hindus, Sião, China, mundo meso-americano, inca e outros) e outras culturas dominantes. Referida sequência invisibiliza também importantes inventos e avanços na produção de conhecimentos que outras regiões e povos já haviam efetivado, como a China (bússola, papel e pólvora), Egito (matemática e engenharia), Ásia (imprensa, arreio e leme de navio). Estes últimos são apontados como inventos centrais no processo de ascensão e expansão da burguesia comercial, que, como mercadores, a partir da apropriação destes inventos, puderam se deslocar com mais facilidade e potencializar a acumulação primitiva de capitais (KOYRÉ, 1991, p. 258/262).

nas sociedades modernas, baseada em imposições acerca do "*rigor científico*", é um processo ligado, como veremos, a necessidades históricas particulares de dominação de alguns grupos sociais sobre outros, mas não determina, em absoluto, os limites concretos da ciência. De acordo com o filósofo brasileiro Alváro Vieira Pinto, "*cada época reconhece como "rigor" aquelas exigências que são necessárias para as condições em que opera a ciência do momento*" (VIEIRA PINTO, 1979, p. 81) e prossegue argumentando que "*nada há de mais variado e menos rigoroso do que o rigor*" (*idem*, p. 81). Assim, cada sociedade ou grupo social legitima formas e práticas de produção de conhecimentos que servem a propósitos diversos.

Não faltam exemplos de sociedades baseadas na propriedade coletiva em que o conhecimento científico foi um potente instrumento de bem-estar e bem-viver. A agricultura e a organização da força de trabalho inca, antes da invasão colonial, são casos emblemáticos de socialização dignificante do saber disponível (BAGÚ, 1992 [1949], p. 13/30). Por outro lado, em sociedades estruturalmente desiguais, como a grega, por exemplo, a ciência imbuiu-se de uma dimensão de dominação, determinada pela necessidade de perpetuação dos privilégios das camadas proprietárias. Este processo – é preciso assinalá-lo para compreendê-lo em sua complexidade social contraditória – assentou-se na divisão destas sociedades em classes sociais e, com isso, no privilégio de setores que puderam se distanciar do trabalho manual para se concentrar em trabalhos, propriamente, intelectuais e, por vezes, científicos. Com isso, introduzimos o tema do próximo ponto acerca da conexão entre os sujeitos sociais concretos (indivíduos, grupos, classe e movimentos sociais) e a produção/reprodução dos saberes, a partir de um terreno concretamente histórico, econômico, político e social.

1.1.2 A produção de conhecimentos e os antagonismos sociais

Diversos/as pensadores/as sublinham o papel dos antagonismos entre as classes e grupos sociais para a compreensão do pensamento humano. Para o pensador alemão Karl Marx, as classes são agrupamentos surgidos com a possibilidade da produção de excedente econômico por parte das sociedades humanas e o decorrente advento da propriedade privada e de mecanismos de exploração e opressão nestas coletividades. Estas se caracterizam por um conjunto de relações com diversos âmbitos da estrutura econômica, política e social e sua identificação depende, com isso, dos modos particulares de extração e acumulação de trabalho

excedente, assim como das relações de dominação político-ideológicas[3] existentes. As classes sociais, portanto, para o autor, decorrem de uma dupla determinação – política e econômica – entre os sujeitos existentes em certa formação social concreta (MARX e ENGELS, 1998 [1848] e MARX, 2009 [1852]; 2013 [1867]). Para compreender a articulação proposta por Marx entre as classes e as produções teóricas, é necessário entender a extensão política e ideológica do pensamento das classes nas sociedades e sua capacidade para gerar horizontes de sentido nas quais a teoria acaba operando. Em passagem emblemática do texto *O dezoito brumário de Luís Bonaparte* (2008 [1852]), Marx assevera:

> O caráter peculiar da socialdemocracia consiste em exigir instituições democrático-republicanas, não como meio para abolir ao mesmo tempo os dois extremos, capital e trabalho assalariado, mas para atenuar o seu antagonismo e convertê-lo em harmonia[...] Esse conteúdo é a tranformação dentro do quadro da pequena burguesia. **Não se deve ter a limitada idéia segundo a qual a pequena burguesia quer impor, por princípio, um interesse egoísta de classe** [...] Também não se deve imaginar que os representantes democráticos são todos *shopkeepers* [lojistas ingleses] ou pessoas que se entusiasmam com eles. Podem estar a um mundo de distância deles, pela sua cultura e pela sua situação individual. **O que os faz representantes do pequeno burguês é que sua cabeça não ultrapassa os limites que aquele não ultrapassa na vida; que, portanto, são teoricamente impulsionados para as mesmas tarefas e soluções para as quais o interesse material e a situação social impulsionaram, praticamente, aquela.** Tal é, em geral, a relação existente entre os representantes políticos e literários de uma classe e a classe que eles representam. (MARX, 2008 [1852], p. 246, grifos nossos).

As classes sociais criariam, assim, um patamar cognitivo elementar através da socialização comum dos indivíduos que a compõem desde o qual os sujeitos produzem conhecimento. Seria uma relação mediada que conecta, por diferentes meios, as práticas e concepções compartilhadas no interior das classes sociais e o horizonte intelectual dos sujeitos, isto é, os limites estruturais intransponíveis do campo de visibilidade cognitivo (LOWY, 1994, p. 211). Nesse sentido, como afirmado pela autora alemã Rosa Luxemburgo, os interesses, aspirações e concepções diametralmente opostas das classes na sociedade implicam ser impossível existir uma ciência geral humana nas questões sociais ((1970) [1900], p. 75/76). Existiriam, pois, determinadas posições sociais ou pontos de vista de classe que concederiam privilégios epistêmicos aos sujeitos, em determinados momentos históricos, por estarem mais conectadas com o funcionamento orgânico da sociedade ou por representarem a superação histórica da exploração de classe. Para Rosa Luxemburgo, a superioridade cognitiva está

[3] O termo ideologia, nesse sentido, é usado como o conjunto de concepções errôneas da realidade que possibilitam e facilitam a dominação e a exploração de classe. Esse é o sentido concedido por Marx. A literatura posterior marxista, incluindo Lênin e Gramsci, considera ideologia como o conjunto de idéias de determinada classe, isto é, ideias ligadas a um ponto de vista social historicamente localizado, não a vinculando necessariamente com a falsa apreensão da realidade.

conectada ao ponto de vista proletário, mas essa seria tão-somente uma possibilidade objetiva para construção de um conhecimento mais vasto da realidade social, dependendo também de outras condições ((1999) [1899]). Por outro lado, o filósofo húngaro György Lukács (2003) [1923] entende que, a partir da contradição fundamental do capitalismo, a burguesia e o proletariado seriam as classes capazes de alcançar um *optimum* de verdade na produção de conhecimentos.

Sob essa ótica, o antagonismo entre as classes seria a relação fundamental a partir da qual se estruturaria, de maneira aberta ou oculta, os pressupostos e os parâmetros das reflexões, em geral, e da produção de conhecimentos, em particular. Em um processo de assimilação e rompimento com a corrente marxista, Karl Mannheim sustenta que, de fato, as teorias são expressões intelectuais de grupos em luta pelo poder (MANNHEIM, 1976 [1929], p. 249) e que as atitudes teóricas não são, de maneira alguma, de natureza puramente individual, não são "*resultado da inspiração isolada de grandes gênios*" (*ibidem*, p. 250). Pelo contrário, nascem dos propósitos coletivos de um grupo que estão subjacentes ao pensamento individual, das experiências históricas desse grupo, que são aceitas sem exame, como pressupostos, pelos sujeitos do conhecimento. Para ele, o mundo tem orientações diferentes e mutuamente contraditórias que lutam entre si, com interpretações totalmente distintas da experiência comum conectadas às posições sociais assumidas coletivamente. Por grupos, Mannheim sustenta que não se tratam apenas de classes, mas também gerações, grupos de posição, seitas, grupos profissionais, escolas e outros, que também determinam e condicionam os conhecimentos. Apesar disso, ressalta que, de todos os agrupamentos sociais, a classe é o mais importante deles, por estar conectada às "*condições mais básicas de produção e dominação*" (*ibidem*, p. 257), sendo, mesmo assim, necessário ao/à pesquisador/a se atentar a unidades e fatores sociais existentes, além dos de classe, que condicionam a posição social dos sujeitos e as produções teóricas.

A nosso ver, a centralidade do trabalho na reprodução e na criação da vida social (1), a vivência coletiva e a produção social que tem caracterizado a existência humana (2) e a conformação de distintos trabalhos e coletividades na organização material e coletiva da vida social (3) implicam que os sujeitos coletivos (classes e grupos sociais) possuam trajetórias particulares, mesmo que em relação e diálogo com outras coletividades, de compartilhamento das condições de existência e de socialização comum, o que induz a configurações também particulares das articulações entre reflexão e prática. Assim, através da *práxis* específica de cada coletividade, constroem-se experiências históricas comuns que vão conformando, nas diferentes espaçotemporalidades, horizontes de visibilidade, parâmetros de sentido e

imaginários sociopolíticos coletivos em referência à vida social. Representam, assim, um acúmulo cognitivo e coletivo de experiências históricas que traduz modos de ver, compreender e transformar a realidade e perspectivas e projeções dirigidas ao futuro. Este acúmulo possibilita e condiciona, mesmo que pressuposto e implícito, a produção de certos conhecimentos atrelados às práticas, necessidades e reflexões dessa coletividade, ainda que essa posição não seja consciente. Conforma, assim, dispositivos epistemológicos e teórico-metodológicos que referenciam e organizam o pensamento, ou seja, estabelecem premissas fundamentais para uma prática cognitiva dirigida à construção do saber legitimado pelo sujeito coletivo.

Contudo, em que pese a classe se referir a processos socioeconômicos fundamentais da organização social, sustentamos que outros sujeitos coletivos concreta e historicamente produzidos - que revelam compartilhamentos de condições de existência e vivências em comum e que expressam antagonismos através dos quais se conforma a realidade social – determinam, através de seus acúmulos e horizontes, formas e práticas de produção de conhecimentos. Alguns exemplos são os/as indígenas, os/as negros/as, as mulheres, o povo, os nacionais, os latino-americanos. A essas coletividades chamamos, na presente tese, grupos sociais. Estes podem se referir a coletividades amplas que exprimem convergências entre sujeitos coletivos ou se referem às frações e setores que compõem as classes sociais, por exemplo a pequena burguesia e a burguesia agrário-exportadora, as quais podem, em função de sua situação de vida diferenciada, possuir perspectivas teóricas e práticas específicas. Além disso, entendemos ser fundamental, para a compreensão da produção de conhecimentos, visibilizar o papel dos movimentos sociais como espaços privilegiados da *práxis* de transformação social, isto é, *lócus* singular de reflexão e construção coletiva e prática de modos de ver, conhecer e mudar a realidade. A nosso ver, os movimentos sociais podem expressar grupos ou classes sociais, bem como a articulação entre estes. Nesse caso, funcionam também como espaços de diálogo, superposição e atualização de imaginários, pensamentos e conhecimentos construídos por distintos sujeitos e grupos sociais nas diferentes espaçotemporalidades. Ademais, pela força da contestação social e da ação coletiva, possuem uma incisiva influência na dinâmica formulação e re-formulação dos horizontes, pensamentos e perspectivas existentes nos diversos grupos e classes da sociedade.

Entendemos que, apenas a partir da apreensão histórica dos acúmulos práticos e cognitivos dos sujeitos coletivos em suas relações, é possível compreender como e por que se geraram certas questões para o conhecimento, como se geraram determinadas necessidades teóricas e práticas, com qual aparato teórico-metodológico se responderam referidas necessidades e qual a realidade se mostrou a partir disso. Isso envolve a formulação de

concepções, conceitos, métodos e sobretudo a seleção das zonas de visibilidade e de invisibilidade da realidade social e histórica. Esse processo é histórico e intrinsecamente dinâmico, estando condicionado às particularidades de cada espaçotemporalidade e imerso nas relações concretas entre as coletividades e os respectivos acúmulos cognitivos e coletivos alcançados na dinâmica sóciohistórica mais ampla. Portanto, a produção e a reprodução dos conhecimentos estão atreladas aos movimentos e à relação entre os sujeitos coletivos na realidade histórica e nas diferentes espacialidades.

Em busca de compreender esses dinâmicos processos de construção dos conhecimentos, Mannheim elabora alguns conceitos que consideramos importantes para a presente tese, especificamente as formulações sobre "*perspectiva*" e "*visão de mundo*". Para ele, a perspectiva significa "*a maneira pela qual se encara o objeto, o que se percebe nele e como ele é interpretado no pensamento do sujeito*" (*ibidem*, p. 252/253). Seria mais que uma simples determinação formal do pensamento, referindo-se também a elementos qualitativos da estrutura do pensamento. Assim, todo conhecimento da sociedade estaria conectado a uma certa perspectiva, orientada por e para uma certa visão de mundo, vinculada a uma classe social e/ou de outros grupos sociais relevantes em um momento histórico determinado. Nesse sentido, a visão de mundo seria um sistema amplo de referências que informa estruturas e tendências dos estilos de pensamento e que são derivadas da "*composição dos grupos e camadas que se expressam por essa forma de pensamento*" (*ibidem*, p. 287). Alguns exemplos de visão de mundo, para este autor, são: o pensamento conservador e o pensamento liberal que se encontravam em luta no início do século XIX na Europa.

Sob outro vértice, o francês Lucienn Goldmann utiliza o conceito de visão de mundo para, em consonância com a corrente marxista, historicizá-lo e conectá-lo com a *práxis* das classes sociais que compõem a sociedade em determinado momento histórico. Assim, referido autor, com base em suas pesquisas sobre o pensamento gerado na Europa, sustenta que as classes sociais e suas relações são as infra-estruturas das visões de mundo (GOLDMANN, 1972 [1966], p. 31/32 e 43), moderando a influência de outros fatores como geração, nação, religião ou profissão. Apesar disso, ressalta o papel da *práxis* na construção histórica e permanente das visões de mundo e também das relações entre as classes, citando inclusive o papel central dos movimentos sociais para esse processo[4]. Desse modo, as visões de mundo seriam reflexo de

[4] Este autor explicita, por exemplo que as oscilações nas matrizes teóricas emancipadoras, na Europa, exprimem as transformações sociais e as modificações das condições de ação do movimento operário. Todas as grandes obras marxistas que dão ênfase às forças do homem, às suas possibilidades de transformar por sua ação a sociedade e o mundo, se situam nas grandes épocas revolucionárias, por volta dos anos de 1848, 1871, 1905 e na Rússia em 1917. Enquanto que, em épocas de estabilização da ordem existente, é produzida "*uma literatura socialista que*

processos sociais que expressariam o máximo de consciência possível de uma classe social e que estruturariam em seus membros uma "*resposta coerente*" para as questões colocadas pelo mundo circundante (FREDERICO, 2005, p. 431/432). Referidas visões de mundo encontrariam materialidade nas elaborações teóricas, nas opções e práticas políticas dos/as intelectuais (GOLDMANN, 1979, p. 49), mas também poderiam se exprimir no plano religioso, literário ou artístico. As visões de mundo exerceriam, assim, um papel mediador entre a estrutura social, econômica e produtiva e as criações teóricas[5].

Esse papel mediador se torna importante, principalmente, para visualizar as possibilidades do/a sujeito/a individual no processo de produção de conhecimentos. Para Goldmann, o vínculo do/a pensador/a com a vida social é matizado e complexo, podendo a influência e sua postura frente ao meio ser múltipla: "*adaptação mas também reação de recusa ou de revolta, ou ainda síntese das ideias encontradas no meio com outras vindas do exterior etc...*" (GOLDMANN, 1972 [1966], p. 20). Seria, portanto, um fenômeno complexo, no qual pode ter centralidade criações teóricas afastadas no tempo e no espaço. Essa autonomia relativa do indivíduo em relação ao grupo e à sua visão de mundo lhe permitiria, em certos casos, corrigir os limites desta concepção e se aproximar/compatibilizar com outra visão de mundo conectada a outra classe a fim de garantir, dentre outros objetivos, um conhecimento mais vasto e mais adequado da realidade (*ibidem*, p. 20/21). Desse modo, a criação teórica seria o ponto de encontro entre a vida do indivíduo e a vida de um grupo social, isto é, entre as trajetórias individuais e as visões de mundo e matrizes de pensamento compartilhadas pelos grupos sociais.

Sobre esse processo, entendemos ser importante explicitar a conexão da concepção de totalidade, utilizada na presente tese, com a noção de ser humano como agente histórico que constrói a vida social e a si mesmo de forma dinâmica e contínua. De acordo com Kosik, é fundamental que consideremos a consciência humana como simultaneamente reflexo e projeto, que ao mesmo tempo "*registra e constrói, toma nota e planeja, reflete e antecipa; é ao mesmo tempo receptiva e ativa*" (KOSIK, 1976 [1963], p. 26 e 114). De fato, no processo de produção de conhecimentos, os seres humanos podem atuar de maneira consciente e se movimentar, no

---

dá ênfase ao elemento "material" da realidade, aos obstáculos a superar, ao pouco de eficácia da consciência e da ação humanas" (GOLDMANN, 1972 [1966], p. 31/32).

[5] Goldmann demarca que uma mesma visão de mundo pode exprimir situações econômicas e sociais diferentes e, em vários pontos, contraditórias. Cita como exemplo o platonismo, que foi aristocrático na Grécia, transformou-se profundamente quando traduzido pelo agostianismo na Idade Média, e que se tornará em seguida, com Galileu e Descartes, um dos principais meios de expressão que a burguesia contrapôs à aristocracia (*ibidem*, p. 57).

âmbito teórico e prático, no sentido de não reproduzir e legitimar as condições sociais, econômicas e políticas nas quais se inserem, mas sim de transformar e criar possibilidades para a construção de outra realidade social. Contudo, essa possibilidade não é construída apenas em função da consciência e/ou da intencionalidade do/a autor/a, mas reflete fundamentalmente a dimensão da prática e da materialidade das relações sociais que fazem parte de uma dinâmica sócio-histórica mais ampla. Isso significa dizer que, para uma compreensão sócio-histórica de um conhecimento ou de um/a autor/a, é necessário aferir a extensão e o significado real de suas intenções na produção efetiva do saber e sobretudo na realidade histórica e em seus antagonismos. Mesmo que um/a autor/a não possa se responsabilizar pelas interpretações e apropriações de suas obras, por serem estes processos também criativos, é necessário vincular as intenções conscientes dos/as sujeitos à significação de suas ações e produções e aos processos coletivos nos quais se insere e em curso na totalidade social concreta.

Por outro lado, a consideração do/a sujeito é central para dar materialidade e dinamismo à concepção de totalidade, às conformações das classes/grupos sociais/movimentos sociais e às relações entre os sujeitos coletivos e os conhecimentos. O problema ocorre quando se considera os indivíduos de forma isolada do campo social, com uma natureza abstrata e a-histórica (OSORIO, 2004, p. 13) ou quando o sujeito individual é colocado como ponto de partida para a explicação das relações sociais. Do mesmo modo, parece-nos equivocado tratar as classes, os grupos sociais ou os movimentos sociais como formas de "*culturas*" independentes que se desenvolvem de maneira autônoma em relação à interação concreta entre os indivíduos e à atuação dos outros sujeitos coletivos. Na realidade, apenas nas relações históricas entre os indivíduos, as classes e os grupos sociais se gestam formas, em parte, particulares de pensar, de interpretar e de produzir conhecimentos.

Portanto, o caminho proposto, até agora, para a compreensão da produção de conhecimentos gira em torno de: a partir de uma visão abarcadora de totalidade, identificar (1) as relações sociais, seus antagonismos e contradições, (2) a conformação das relações entre classes e grupos sociais, (3) a intensidade da disputa entre os projetos político-históricos, (4) a construção de movimentos sociais e perspectivas de transformação, (5) sem desconsiderar o papel do/a sujeito e (6) a importância da organização social da reprodução da vida material. Em nosso tempo, por exemplo, considerando o capitalismo como forma de organização da vida social e seu sistema mundial de funcionamento, tem-se que a produção de conhecimentos está imersa em um terreno de fortes contradições sociais e regionais e deve ser apreendida levando esses fatores em consideração.

Em rápida síntese, o capitalismo é entendido, na presente tese, como um sistema

mundialmente articulado que organiza a produção e a reprodução da vida material em diferentes espacialidades em torno da crescente valorização do capital com base na apropriação privada da riqueza socialmente produzida pelo trabalho, bem como da natureza e de outros bens coletivos. Envolve dinâmicas políticas, sociais e culturais que possuem papéis centrais na estruturação e na legitimação do sistema. Em termos gerais, a ordem capitalista se constitui a partir de diferenciações entre classes sociais, raças, gênero, sexualidade e espacialidades e sua continuidade tem reproduzido, de variadas maneiras, referidas diferenciações. Assim, produz sistematicamente, nas diferentes escalas, distribuição desigual, dentre outros, de recursos, bens, serviços, poder, conhecimento e liberdade tanto entre pessoas e coletividades quanto entre regiões, países e territórios. Nesse processo, acaba por conformar dimensões centrais das sociedades: produz coletividades duradouras como a burguesia e os/as trabalhadores/as, os homens e as mulheres – como gêneros com atributos prévios e determinados -, os/as brancos/as e os/as não-brancos(as) (negros(as), indígenas, mestiços etc); cria infraestruturas sociais e físicas para sustentar a circulação do capital e a reprodução do sistema social; reconhece formas de conhecimentos legítimos e válidos; desenvolve sistemas jurídicos, financeiros, educacionais, administrativos e urbanísticos compatíveis com o funcionamento regular do mercado (HARVEY, 2005, p. 130); e cria mecanismos culturais e simbólicos que legitimam a forma de organização social e as enormes desigualdades criadas.

Desse modo, existem forças sociais dominantes, em diferentes escalas e dimensões, que atuam para reproduzir esse sistema marcadamente desigual, a fim de manter privilégios e poder. Como se verá, a burguesia como classe é a principal força social que constitui e reproduz esse sistema. Contudo, em cada região e/ou espacialidade, em função de sua articulação mundial, a organização capitalista varia elementos e conformações e acaba por consolidar formas particulares de capitalismo que, ao manter relações entre si, exercem mútuas e diferenciadas influências. Assim, por exemplo, existe um capitalismo considerado industrial e desenvolvido nos territórios localizados principalmente na Europa e nos Estados Unidos, que se encontra em relações substantivas com o capitalismo dependente e subdesenvolvido conformado na América Latina e na África, por exemplo. O importante aqui é demarcarmos que essas formas particulares de organização social (capitalismo desenvolvido e dependente, por exemplo), para além de estarem em relação entre si, se necessitam e se reproduzem em suas diferenças (OSORIO, 2016, p. 498)[6]. Assim, as diferenças existentes no capitalismo dependente não se

[6] Nesse sentido, Osorio complementa que "*desenvolvimento e subdesenvolvimento são processos relacionados que emergem de forma simultânea e imbricada. São resultados do desencadeamento, expansão e amadurecimento do sistema mundial capitalista e das relações que o constituem. Somente nesse campo de relações estreitas e*

tratam de deficiências ou deformidades no desenvolvimento capitalista, mas são expressões maduras da sua conformação específica (MARINI, 2005 [1973], BAMBIRRA, 2012 [1972]). E mais, tornam possível a configuração industrial e avançada do desenvolvimento capitalista presente nos países do centro do mercado mundial (Europa e Estados Unidos).

Assim, o capitalismo se constitui e se reproduz pela contínua produção de antagonismos, tanto pelas relações de exploração, opressão e dominação mantidas entre as diferentes coletividades quanto pela conformação de territórios, nações e regiões de pobreza e de riqueza. Esses antagonismos impõem particularidades para os sujeitos coletivos (classes e grupos sociais) no que concerne às condições de existência e às possibilidades de socialização comum. Isso gera, por um lado, como visto, conjugações também específicas na articulação entre reflexão e prática, o que influenciará a conformação do conhecimento e de seus parâmetros epistemológicos e teórico-metodológicos. Contudo, por outro lado, as relações de exploração, opressão e dominação se expressam também diretamente na produção de conhecimentos, através da imposição direta ou da prescrição consensuada[7] dos formatos e dos parâmetros da produção de conhecimentos conectada com o(s) sujeito(s) coletivo(s) que expressa a força social dominante. No capitalismo, a burguesia – inicialmente europeia e posteriormente norte-americana – como força social dominante constrói e expande mundialmente sua matriz de pensamento liberal-burguesa que conforma os conhecimentos denominados como ciência moderna[8]. Essa expansão trata-se de uma das facetas do imperialismo e gera efeitos incisivos nas classes, grupos sociais, países e regiões em diferentes partes do mundo, uma vez que a subjugação ao regime do capital depende também da reprodução de seu pensamento. É nesse contexto que se compreende a importância da resistência dos sujeitos coletivos e das lutas sociais no enfrentamento às visões de mundo e perspectivas societais liberais-burguesas. A partir desse enfrentamento, viabiliza-se o aprofundamento e a projeção de modos alternativos

condensadas entre diversas economias é que o desenvolvimento e o subdesenvolvimento, ou que o capitalismo desenvolvido e o capitalismo dependente, alcançam explicação e sentido" (OSORIO, 2016, p. 499/500).

[7] A *prescrição consensuada* se refere aos processos de construção de hegemonia nas sociedades humanas. O conceito de hegemonia foi trabalhado pelo italiano Antonio Gramsci e designa o modo pelo qual um grupo social ou classe exerce seu poder e impõe certas formas de organização da produção e concepções de mundo, envolvendo tanto direção política, quanto questões culturais, morais e éticas, ou seja, envolve a construção de consensos para um universo de valores, de normas morais, de regras de conduta. Este autor ressalta que a hegemonia pressupõe levar em conta os interesses e as tendências dos grupos sobre os quais a hegemonia será exercida. Nesse sentido, forma-se um certo equilíbrio de compromissos, no qual o grupo dirigente faz "sacrifícios" de ordem econômico-corporativa, mas não relacionados com o essencial, visto que "*se a hegemonia é ético-política também é econômica; não pode deixar de se fundamentar na função decisiva que o grupo dirigente exerce no núcleo decisivo da atividade econômica*" (GRAMSCI, 1968 [1932-1935]).

[8] No próximo capítulo, veremos a forma pela qual, com a ascensão do capitalismo, surgiu a ciência moderna e suas premissas epistemológicas e teórico-metodológicas.

de ver, entender e transformar a realidade, conectados a outros projetos político-históricos. Assim, em que pese as contradições sociais gerarem coletividades antagônicas e modos de perceber a realidade diversos, estes apenas podem ser articulados como projeto político e conformar propostas, de fato, alternativas para o campo do conhecimento, a partir da mobilização, reflexão e ação coletiva desses sujeitos. Essas lutas sociais, no campo da resistência ao capitalismo, envolvem as classes trabalhadoras, mas também podem se organizar a partir ou em articulação com sujeitos coletivos construídos por outros antagonismos impulsionados pela dinâmica capitalista. São exemplos: a luta das mulheres, o movimento indígena, a luta independentista e o movimento negro. Daí a importância e a centralidade dos movimentos sociais, que, ao mesmo tempo em que se inserem na dinâmica da luta de classes, envolvem lutas sociais atreladas a outros antagonismos, sendo que, muitas vezes, as opressões se encontram articuladas entre si e se dão de maneira cumulativa.

Desse modo, as lutas sociais vão se conformando em consonância com os antagonismos e as contradições construídas pelo sistema globalmente considerado e pelas especificidades regionais e locais. Essas lutas, através das classes, grupos e movimentos sociais, projetam e geram imaginários coletivos, interpretações da realidade e projetos político-históricos, que servirão de substrato para a a produção de saber e de seus parâmetros. Reconhecemos, assim, em que pese a dominação e a capilaridade do capital, a capacidade de reprodução e construção - em contato, relação e luta - de outras visões de mundo, conhecimentos e projetos pelos diferentes sujeitos coletivos.

As lutas e as *práxis* de resistência - nas quais possuem papel central os movimentos sociais - problematizam continuamente os parâmetros a partir dos quais o sistema funciona e mais: demonstram, através de suas experiências, as possibilidades de outras formas de convívio, de organização social e de vida em comum. Nessa senda crítica, de resistência e de experimentação, é que se torna possível visualizar alternativas teóricas à sociedade capitalista e à ciência moderna. É certo que os/as autores/as possuem diferentes vínculos e contatos com os movimentos sociais que, em determinado momento histórico, representam essa resistência[9]. Contudo, caso estes autores se localizem no campo crítico ao capitalismo, estes terminam por partir do acúmulo cognitivo e coletivo gestado a partir da *praxis* histórica dos grupos e classes sociais em suas lutas. O sociólogo boliviano René Zavaleta Mercado diferencia, ao analisar o

[9] É certo que os tipos de vínculos entre intelectuais e movimentos sociais influenciarão os conhecimentos produzidos e podem levar a diferentes resultados, tais como uma visão dogmática, o afastamento da prática, a falta de comunicação do pensamento com essas coletividades, sua apropriação ou não pelos movimentos sociais e organizações políticas.

movimento obreiro da Bolívia, o *conhecimento vertical* próprio da produção intelectual, inclusive de especialistas e intelectuais orgânicos, do *conocimiento horizontal* que designaria a experiência, a força e a criatividade das massas não só no que se refere à construção de sua identidade de classe e à sua atuação, mas também a um modo de conhecimento fundamentado em memórias e imaginários (ZAVALETA, 1991, [1979], p. 292; 2009 [1983], p. 286). Este autor exemplifica sua perspectiva com exemplos da América Latina, ressaltando, para além destes, que a ideia do *soviet* foi uma obra espontânea das massas russas e não dos teóricos do Estado bolchevique que "aprenderam" posteriormente com estas coletividades. Esse conhecimento horizontal das massas se relaciona com os mecanismos de "*acumulación [cognitiva] en el seno de la clase"* que correspondem aos processos de seleção positiva e negativa efetivadas pelos movimentos no conhecimento coletivo (2009 [1983], p. 278). Existiriam, assim, acúmulos horizontais de conhecimento realizados por diferentes sujeitos coletivos nas lutas sociais. Estes acúmulos e horizontes serão explorados e aplicados ao aprofundamento do conhecimento da sociedade pelos/as teóricos/as, intelectuais e pesquisadores(as) (ZAVALETA, 1991 [1979], p. 285).

É nesse sentido que sustentamos que, na atualidade, as lutas sociais mantêm uma relação dialética com a (re)produção de conhecimentos, conformando uma unidade contraditória e dinâmica. Isso implica, por um lado, o reconhecimento da necessária relação entre as perspectivas gestadas pelos sujeitos coletivos e as produções teóricas, principalmente no campo crítico. Por outro lado, implica o reconhecimento de uma *relativa* autonomia do campo teórico relacionada com o papel do sujeito individual, de suas reflexões e dos desenvolvimentos teórico-políticos na produção do conhecimento[10], mas sobretudo se refere à separação entre o trabalho intelectual e o trabalho manual acentuada pelo capitalismo, o que induz uma tendência de distanciamento entre a teoria e a prática ou a uma falta de consciência dessa relação. O suposto isolamento das atividades intelectuais foi acompanhado pela valorização do trabalho teórico e/ou científico, produzindo uma ampliação e uma estruturação das esferas de trabalho dos intelectuais nos moldes liberais-burgueses através da proliferação das Universidades. A

[10] É, nesse contexto, que devemos interpretar as possibilidades de desenvolvimento relativamente autônomo das criações teóricas proposto por Goldmann, ao demarcar que, uma vez que certos elementos fundamentais de uma visão de mundo tenham sido plasmados nos planos respectivos do direito, da ciência ou da religião, os juristas, cientistas ou teólogos vão desenvolvê-los cada vez mais e vão decidir a respeito "*das formas de aplicação concreta [desses elementos] nas mil circunstâncias reais ou possíveis previstas pelos textos e pelos costumes*". Seria, assim, "[…] *absurdo pretender relacionar todas as minúcias de um sistema jurídico com as infra-estruturas ou com outros domínios ideológicos"* (GOLDMANN, 1972 [1966], p. 39/40). Por sua vez, o sociólogo René Zavaleta afirma que "*en todo caso, siempre las hipóteses están dadas por la massa; pero es la libertad de espíritu o disponibilidad intelectual lo que las convierte en una afirmación cieintífica. La práctica de la massa es ya su ratificación como ciencia*" (ZAVALETA, 1990 [1977], p. 285).

partir delas, acredita-se que se produz um conhecimento científico neutro e imparcial em obediência aos métodos e técnicas. Este fato não deixa de ter desdobramentos para a contraditória configuração do campo acadêmico como um espaço para além dos antagonismos e contradições sociais. É assim que, mesmo nas Universidades, se começa a produzir um pensamento crítico à organização social e ao capitalismo. Esse saber crítico, mesmo em conexão com as premissas sociais de resistência, reproduz a valorização do trabalho teórico para a mudança social. A busca pela compreensão dos processos sócio-históricos para transformá-los se alia à busca de formas mais sistemáticas de produção de conhecimentos. Nesse sentido, o campo crítico empreende esforços nas problematizações conceituais e epistemológicas e na construção de outros formatos de ciência e referenciais teórico-metodológicos.

Ao mesmo tempo em que problematiza as diretrizes fundamentais da ciência moderna, o campo crítico, conectado às resistências, vai legitimando as Universidades como espaços a serem disputados. Isso, por óbvio, acirra os conflitos, mas gera também uma experiência compartilhada entre pensadores/as e intelectuais engajados em diferentes perspectivas que vai conformando um patamar mínimo para as atividades consideradas científicas, uma lógica interna às Universidades e especificidades em seu funcionamento (LOWY, 1994). Esse processo histórico expressa as correlações de forças existentes entre os diferentes grupos sociais na realidade concreta e acaba implicando a forte incidência das premissas liberais-burguesas, notadamente da perspectiva positivista. O que interessa demarcar aqui é o papel ativo do campo crítico nessa construção e a posterior adesão deste a essas coordenadas mínimas consideradas científicas que tendem a valorizar a produção estritamente teórica.

Isso não quer dizer que o campo crítico se tornou positivista ou absolutamente autônomo, nem tampouco que toda forma de ciência ou produção sistemática, metódica e organizada de conhecimentos é sinônimo de dominação ou opressão, desconhecendo a potencialidade das reflexões teóricas. Apenas procuramos ressaltar que a autonomia relativa da produção de conhecimentos advém das atividades e posições do sujeito individual, perante inclusive as premissas e pensamentos gestados pelos grupos sociais, porém decorre também de dinâmicas coletivas produzidas e reproduzidas pela organização moderna do trabalho intelectual, para as quais concorrem sujeitos inspirados em diferentes matrizes e correntes teóricas, inclusive parte daqueles criticamente posicionados. Isso, por óbvio, não elimina as potencialidades da formulação teórica mas impõe limites e coloca desafios para a construção de conhecimentos orientados para a transformação social.

1.1.3 A produção de conhecimentos na América Latina

A hipótese aqui ventilada é que existe historicamente, na América Latina, uma configuração particular da conjugação dialética entre as lutas sociais e a (re)produção de conhecimentos. Essa configuração se constituiu fundamentalmente por processos sócio-históricos – conectados com a inserção da região nos movimentos constitutivos do capitalismo como sistema mundial – que geraram especificidades na formação socioeconômica latino-americana e conformações particulares das lutas sociais e do papel desempenhado pela produção de conhecimentos. A nosso ver, este aspecto não pode ser resumido a um "contexto" ou "pano de fundo" dentro do qual opera a pesquisa, devendo ser compreendido em seu sentido e alcance.

Como se verá no segundo capítulo, a chegada dos europeus, em 1492, em nossa região está relacionada com a expansão mundial da burguesia comercial, desde o século XIV, a partir da necessidade de acumulação de capitais. Esse processo conhecido como *acumulação primitiva de capital* significou a extração de gigantescos excedentes das colônias americanas, mas também africanas e asiáticas, e permitiu a acumulação necessária para a revolução industrial inglesa. Criou-se, a partir de saqueios, genocídios e escravidão, as bases para o capitalismo industrial na Europa. Como coloca Agustín Cueva, para a América Latina este foi, na realidade, um processo de desacumulação sem precedentes que freou o desenvolvimento das formas produtivas latino-americanas (CUEVA, 1983, p. 24/25). Desse modo, o capitalismo industrial e a modernidade burguesa não podem ser entendidos sem o colonialismo e toda a realidade atroz e violenta que é estruturada a partir disso.

A brutalidade e a crueldade que significaram a conquista e o capitalismo colonial para estes povos impulsionaram intensas resistências desde o primeiro momento desta empreitada. É preciso, nestes termos, encarar a conformação das sociedades coloniais como um processo profundamente conflituoso em que estiveram em disputa modos de vida opostos – coletivistas/comunitários, de um lado, e capitalistas, de outro – e suas respectivas visões de mundo, epistemologias e conhecimentos. Não se trata, pois, de uma missão civilizatória frente a selvagens e seres que necessitavam de salvação cristã. Mas sim do extermínio de formas de vida e de organizações sociais que eram contrárias ou incompatíveis com a ordem burguesa nascente. Eram povos com organização socioeconômica própria, com sistemas de crenças estruturados, com formas e práticas de produção de conhecimentos e com uma longa história. Eram diversos os níveis e as formas de organização dos diferentes povos (astecas, maias,

chimus, aimarás, incas, chibchas, tupi, guaranis etc), mas estavam presentes, em geral, modos de vida coletivistas e comunitários de produção da vida material e uma visão de mundo e matrizes de pensamentos que entendiam os seres humanos, a natureza, a coletividade e a história de maneira imbricada (RIBEIRO, 1977). Nesse contexto, a produção de conhecimentos obedece a outras necessidades e a outros padrões epistêmicos, sendo certo que, em muitos povos, haviam formas sistematizadas de construção de saber, como será tratado no capítulo terceiro.

Foi necessário justificar, inclusive teoricamente, essa nova realidade brutal criada pelos padrões de relações burgueses e coloniais. Nesse contexto, um dispositivo que concedeu legitimidade para as relações de dominação foi a ideia de raça, a qual fundamentou a classificação social da população mundial. Para o teórico peruano Aníbal Quijano, dois processos históricos convergiram e se associaram para a conformação das relações de dominação na colônia, quais sejam: a exploração do trabalho e a opressão racial. Nesse sentido, por um lado, procedeu-se à "*codificação das diferenças entre conquistadores e conquistados na ideia de raça, ou seja, uma supostamente distinta estrutura biológica que situava a uns em situação natural de inferioridade em relação a outros. Essa idéia foi assumida pelos conquistadores como o principal elemento constitutivo, fundacional, das relações de dominação que a conquista exigia*" (QUIJANO, 2005, p. 107). Por outro lado, articulou-se a essas diferenças raciais diversas formas de produção e de trabalho (escravidão, servidão, pequena produção mercantil, trabalho assalariado etc), as quais se conectaram ao capital e ao mercado mundial. A partir disso é que enormes contingentes de africanos/as foram arrancados de seus territórios para serem, de maneira selvagem, explorados e massacrados nas terras latino-americanas, aumentando a valorização do capital e a remessa de recursos para a Europa Ocidental.

Nesse contexto de diferenciações, autoras latino-americanas, baseadas em diversas pesquisas sobre os povos originários, sustentam que o gênero foi também uma imposição colonial, que funcionou como dispositivo central de dominação e de acumulação. A partir desse ponto de vista, os projetos coloniais teriam implantado, além de uma organização econômica e racial, um sistema de gênero que organizou a vida de homens e mulheres a partir de relações generificadas. Este sistema agrega às diferenças sexuais significados e papéis sociais que, por um lado, subjugam as mulheres aos homens em um regime de violência e exploração e, por outro, legitima essa opressão através de justificativas relacionadas à natural superioridade masculina e à deteriorização da figura feminina (LUGONES, 2014b, p. 67/71; MIÑOSO, CORREAL, MUÑOZ, 2014, p. 34). Isso para viabilizar a desconstrução dos laços comunitários

e dos imaginários sociopolíticos coletivos presentes nos povos indígenas originários, os quais posteriormente se converteram em horizontes de resistência, nos quais as mulheres exerciam papel fundamental em sua reprodução. Além de viabilizar a exploração do corpo e do trabalho feminino sem qualquer contraprestação social, vinculando-o ao trabalho não pago.

A articulação desses processos históricos produziu uma divisão social, racista, patriarcal da vida e do trabalho, ao conectar o trabalho não pago ou não assalariado aos/às negros, aos/às indígenas e às mulheres, e imprimiu uma dinâmica de exploração combinada, sem precedentes, do trabalho humano que articulava diferentes relações produtivas sob os mandos e as necessidades do capitalismo europeu, o que concedia um sentido definido para essa heterogeneidade. Esse sentido estava conectado com a inserção da América Latina no sistema mundial e o papel a ela imposto de fornecer matérias-primas e de maximizar a acumulação de capitais para a burguesia europeia. Isso, aliado aos violentos mecanismos de expropriação de terras, de destruição da vida comunal e de repressão à resistência, reduziu a maior parte da população latino-americana à miséria e à servidão. O sociólogo mexicano Pablo Gonzalez Casanova, ao defender a particular formação social da América Latina, demarca que, na colônia, a exploração combinada, intensificada pelas discriminações raciais e culturais, faz com que os senhores de terra feudais da Idade Média europeia pareçam "*seres angélicos cuando se les compara con los encargados de las companhias, los capataces de las haciendas, los altos empleados de plantaciones*" (CASANOVA, 1973 [1969], p. 265). Assim, a implantação de um sistema colonialista de exploração combinado, ainda que com diferentes graus e tipos e com o uso dos atributos raciais e de gênero, produziu uma formação socioeconômica, na América Latina, marcada por sua heterogeneidade social.

Esses processos foram acompanhados pela construção de uma perspectiva eurocentrada da história e do conhecimento. Como explicitado, a Europa seria a culminação da trajetória civilizatória, isto é, povos naturalmente superiores, enquanto os demais povos se localizariam no passado e no atraso. Marcadamente evolucionista, esssa perspectiva, no século XVII, se tornará dominante socialmente e se constituirá como traço fundamental do modo de produzir saberes na Europa, sendo conhecida como *eurocentrismo*. O economista egípcio Samir Amin define-o da seguinte maneira:

> El eurocentrismo no es uma teoria social, que por su coherencia global y su aspiración totalizadora pretenda dar la clave de la interpretación del conjunto de problemas que la teoria social se propone dilucidar. El eurocentrismo no es más que una deformación, pero sistemática e importante, que la mayoria de las ideologias y teorias sociales dominantes padecen. Dicho de outra manera, el eurocentrismo es un paradigma que, como todos los paradigmas, funciona de manera espontánea, con frecuencia en la

> vaguedad de las evidencias aparentes y del senso común. Por esto se manifiesta de maneras diversas, tanto en la expresión de los prejuicios trivializados por los médios de comunicación como en las frases eruditas de los especialistas de diversos domínios de la ciencia social (AMIN, 1989, p. 9).

Portanto, vertentes do pensamento europeu[11], em articulação orgânica com a expansão mundial capitalista, se conformam em instrumentos de dominação, que contribuem para a naturalização e a legitimação das gigantes atrocidades vividas e desigualdades geradas. Era necessário para a subjugação dos povos latino-americanos o extermínio e/ou a subalternização de suas formas e práticas de conhecimento, seus horizontes de sentido e seus imaginários sociopolíticos, com o auxílio de mecanismos de expropriação cultural, repressão, imposição religiosa (cristã) e, notadamente, da ciência européia e suas instituições. As primeiras universidades latino-americanas, por exemplo, surgem, neste contexto, para reforçar a hegemonia cultural, política e social colonial frente ao altíssimo nível cultural asteca e inca existente. Sem este dado, não se compreende o surgimento, já em 1551, logo após a invasão, das Universidades Nacionais de São Marcos (Peru) e Autônoma do México[12].

Sem dúvidas, era necessário construir, rapidamente, sólido aparato cultural e político frente às culturas originárias. A ciência européia, na América Latina, chega, assim, ideologicamente posicionada para legitimar a colonização e teoricamente orientada pelo colonizador, na tentativa de justificar a superioridade desta forma de produção de conhecimentos frente aos saberes ancestrais e populares existentes. Inicia-se um processo de invisibilização destes saberes, conectando-os ao mundo do irracionalismo, a uma cultura iletrada, ao passado e, mais tarde, ao folclore. Nega-se, assim, a simultaneidade epistêmica de diferentes formas de produzir conhecimentos, a fim de negar a esses povos, saberes e epistemologias qualquer futuro ou desenvolvimentos autônomos posteriores. Por outro lado e apesar disso, o pensamento indígena, com suas diferentes correntes, em diálogo com outras

---

[11] De fato, o que se denomina, em diversos trechos deste trabalho, como o pensamento europeu, na realidade, foi sua vertente hegemônica que expressava, idealmente, os interesses das diferentes classes dominantes europeias em luta contra a insubordinação popular em seu continente de origem. Chega à América Latina, portanto, uma ciência, essencialmente, elitista e conservadora em antagonismo com o que se poderia encontrar como formulações hereges campesinas e anti-feudais, primeiro, e proletárias revolucionárias, mais tarde. Silvia Federici confirma esta versão ao afirmar que "*la intensidad de la lucha antifeudal fue lo que instigó a la nobleza menor y a los comerciantes a buscar la expansión colonial y que los conquistadores salieron de las filas de los enemigos más odiados de la clase trabajadora europea*" (FEDERICI, 2010, p. 161). A autora completa, em seguida, ao definir o sentido desta vertente do pensamento europeu: "*el curso de la racionalización científica estaba intimamente ligado al intento, por parte del Estado, de imponer su control sobre uma fuerza de trabajo que no estaba dispuesta a colaborar*" (*ibidem*, p. 200).

[12] Vale dizer que, antes disso, em 1538, o colégio de frades dominicanos na cidade de *Santo Domingo* – hoje pertencente à República Dominicana – ficou autorizado a se chamar *Universidad de Santo Tomás de Aquino* em 1538, sendo criada uma outra Universidade, em 1540, chamada *Santiago de la Paz* (MEDINA ECHAVARRÍA, 1964, p. 53).

matrizes de pensamento, continuou se reproduzindo por meio dos contínuos processos de resistência, mesmo que cotidianos, e dos movimentos sociais que começaram a se organizar desde o século XVI. Como se verá, um dos exemplos de movimento indígena continental frente ao colonialismo foi o movimento *Taki Onqoy* a partir de 1560. Do mesmo modo, as negras e os negros vindos forçosamente da África também alcançaram reproduzir, em diálogo com outros grupos sociais, suas formas e práticas de vida e de conhecimento, construindo, na prática – através de suas diferentes e heróicas resistências coletivas frente à desterritorialização forçada e ao racismo – projetos políticos e organizações sociais coletivistas e igualitárias. Um dos exemplos emblemáticos é o *Quilombo dos Palmares* na região nordeste do Brasil que, surgido no século XVI, alcançou no século seguinte 20.000 (vinte mil) habitantes, adotando uma organização social comunitária e coletivista, que garantia uma dinâmica socioeconômica de abundância, na qual o trabalho era coletivo, a repartição do produto do trabalho era igualitária e a maior parte das terras era coletiva (MOURA, 1987, p. 39/40).

Essas resistências, apesar de seu alcance e importância, não foram capazes de modificar a organização social colonialista, de forma ampla, na América Latina, a qual era construída ativamente pelas metrópoles europeias em crescente associação com grupos sociais dominantes latino-americanos, com destaque para a oligarquia agrário-exportadora. Nem as lutas independentistas da região e dos países latino-americanos, tampouco as independências políticas dos Estados e a abolição formal da escravidão no século XIX lograram modificar substancialmente o quadro social vivido pela maior parte da população latino-americana, marcado pela pobreza e pela exploração combinada, racializada, generificada e violenta, que reproduzia, de diferentes formas, os antagonismos entre burguesia/oligarquia e trabalhadores, entre brancos e não-brancos e entre homens e mulheres[13]. Manteve-se uma inserção periférica no mercado mundial, através de relações assimétricas entre países formalmente independentes e da ampliação da incidência imperialista da Inglaterra. Conformava-se e consolidava-se, assim, uma forma particular de capitalismo na América Latina denominada como *capitalismo dependente*.

Não se pretende dizer que *colonialismo* e *capitalismo dependente* são a mesma coisa. Definitivamente, guardam diferenças estruturais essenciais – inclusive, em seu papel no sistema capitalista mundial (MARINI, 2005)[14]. Ademais, não é possível menosprezar a importância e a

[13] O que pretendemos demarcar é que as lutas pela independência e as próprias independências no século XIX não alcançaram construir uma nova realidade social e novas relações com os países europeus.

[14] É importante salientar, neste ponto, as reflexões do sociólogo porto-riquenho Manuel Maldonado-Denis que sustenta, com base na história e na realidade de Porto Rico, a compatibilidaatual do capitalismo dependente e do colonialismo no país. Ressalta, assim, a situação dos países latino-americanos que ainda se encontram em situação

centralidade das lutas independentistas, as quais serão tratadas a seguir. De fato, estas e a própria independência política dos Estados geraram processos sociais concretos relacionados à construção do Estado-Nação, à articulação de projetos societários nacionais, à substituição do domínio dos europeus pelo domínio dos nativos pertencentes aos grupos sociais dominantes, à implantação de uma nova administração em diferentes âmbitos sociais e institucionais. Instigou-se, com isso, o debate público e a produção teórica sobre as possibilidades de uma independência integral e os caminhos para o desenvolvimento, com problematizações acerca da persistência de dinâmicas colonialistas e da conformação de um tipo de *neocolonialismo* (CASANOVA, 1973 [1969], p. 224/226). No entanto, a derrota dos projetos independentistas transformadores – como foram, por exemplo, os de Simón Bolívar pela *Pátria Grande* (ABELARDO RAMOS, 2014 [1968]) e de Toussaint Louverture no Haiti (JAMES, 2010) – permitiu que o legado conservador das classes dominantes europeias fosse transmitido às suas herdeiras e parceiras históricas: as classes dominantes produzidas pela imbricação entre imperialismo e oligarquias/burguesias locais latino-americanas. Isso garantiu a continuidade de uma realidade de exploração e opressão para amplos grupos sociais populares. No Brasil, por exemplo, o fim da escravidão significou, simplesmente, a expulsão do sistema de trabalho dos/as negros/as, anteriormente, escravizados. Sem condições de competir com a recente chegada de mão de obra europeia, estes foram relegados à desocupação ou àqueles serviços que ninguém aceitava[15]. Sua estigmatização, antes associada ao escravismo, liga-se agora à sua condição de "mendigo", "vagabundo", "ladrão", "doméstica" ou "prostituta"[16]. Com certeza, esse quadro é ainda melhor que a brutalidade e a violência da escravidão, mas não modifica substancialmente as condições desse grupo social.

colonial, mas que desenvolveram a partir destas bases capitalistas dependentes (MALDONADO-DENIS, 1991 [1979], p. 169/173).

[15] Aos homens, o trabalho sujo, arriscado e malpago e às mulheres, a servidão doméstica e a prostituição.

[16] O sociólogo brasileiro Clóvis Moura explica que na "*passagem da escravidão para o trabalho livre, o negro é logrado socialmente e apresentado, sistematicamente, como sendo incapaz de trabalhar como assalariado"* (MOURA, 1988, p. 65 apud FARIAS, 2016). No mesmo sentido, o sociólogo brasileiro Florestan Fernandes não deixa dúvidas: "*o bombardeio da identidade racial é o prelúdio ou o requisito da formação de uma população excedente destinada, em massa, ao trabalho sujo e malpago*" (FERNANDES, 1989 [1959-1988], p. 26). A efetividade da heterogeneidade racial na exploração da classe trabalhadora brasileira pode ser vista, de forma límpida, atualmente pelos dados, divulgados este ano, pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) que demonstram que os trabalhadores negros ganham, em média, 54,9% do salário dos trabalhadores brancos pelo mesmo trabalho. Em outras palavras, em média, o trabalhador branco recebe pouco menos que o dobro do que o trabalhador negro. Além disso, o desemprego também é maior entre pretos: enquanto a taxa média, no Brasil, é de 12%, esta sobe para 14,4% para pretos e desce para 9,5% entre brancos.

Essa forma particular de organização socioeconômica acaba por fazer da superexploração do/a trabalhador/a um dos eixos centrais para a valorização e a reprodução do capital, gestando um aparato produtivo que se divorcia das necessidades da população trabalhadora e que se encontra subordinado às necessidades do mercado mundial (OSORIO, 2004). Esse fato também conforma uma classe trabalhadora com características e particularidades que a tornam diferente da classe trabalhadora dos países centrais por, dentre outros fatores, possuírem traços centrais raciais e étnicos, manterem sua heterogeneidade articulada aos elementos raciais e de gênero e por serem remuneradas abaixo do valor da força de trabalho, tendo, com isso, sérias dificuldades de acesso a bens básicos para suprir necessidades vitais (alimentação, moradia, etc)[17].

Esse quadro social e histórico revela que os antagonismos tendem a se agudizar nas periferias do sistema mundial, explicitando as desigualdades nas quais o capitalismo se fundamenta. Gera, por um lado, enormes maiorias de indígenas, negros/as, mestiços/as e trabalhadores/as sujeitos a uma profunda fragilidade social, na medida em que passam por necessidades básicas e estão submetidos a mecanismos intensos e cumulativos de exploração e de opressão – por exemplo superexploração do trabalho e opressão étnica -, o que enseja, por outro lado, a potencialidade de lutas sociais mais intensas e explosivas. Nesse sentido, a América Latina se torna um espaço propício à ação contestatária e aos movimentos sociais, o que potencializa a recuperação de imaginários coletivos e horizontes de sentido e a emergência de projetos e experiências de resistência. Esse fato justifica o desenvolvimento de mecanismos coercitivos mais fortes e brutais por parte do Estado em todos os países da região - por exemplo o encarceramento em massa da população pobre e negra no Brasil -, o que é apoiado pelos países imperialistas do centro do mercado mundial. Apesar disso, historicamente, os sujeitos coletivos contestatários na América Latina demonstraram que essa potencialidade para as lutas sociais se concretizou, muitas vezes e de maneira contraditória[18], em levantes populares, revoluções, guerrilhas, insurreições, mobilizações coletivas, enfim, em permanente resistência.

[17] Vale ressaltar que, do mesmo modo, as forças sociais dominantes (burguesia e oligarquia agrário-exportadora) na América Latina, em função da inserção subordinada no mercado mundial e da sua vinculação com os capitais estrangeiros, possui peculiaridades e interesses que se diferenciam da burguesia européia e estadunidense. A adesão de grande parte da elite latino-americana ao projeto colonial e ao imperialismo, aliado a outros fatores, impulsionou o sociólogo mexicano Pablo Gonzalez Casanova a visualizar o colonialismo não como fenômeno externo, mas sim como um conjunto de relações de dominação e exploração que envolve grupos sociais internos. A isso denominou colonialismo interno (CASANOVA, 1963 e 1973 [1969]). Assim, os processos de sujeição da região latino-americana não são relações unilaterais construídas tão-somente a partir e pelo sistema mundial.

[18] A expressão "*de maneira contraditória"* diz respeito a tendências contraditórias presentes no compartilhamento de condições de pobreza e de necessidades básicas. Por um lado, isso impulsiona a população para a ação contestatária, na medida em que a situação social se torna insustentável, por outro lado, dirige, muitas vezes, essa

A nosso ver, o padrão de reprodução do capital, em sua concretude latino-americana, tem na raça/etnia e no gênero elementos estruturantes de seu funcionamento, os quais se articulam organicamente com a classe social. É isso que garantiu a heterogeneidade observada no campo produtivo latino-americano que imbricou exploração do trabalho com raça e gênero em diferentes relações produtivas e níveis de exploração, em conexão com os mandos e/ou as necessidades dos países europeus. Isso, associado à origem, à história e à resistência dos diferentes grupos sociais, concede às lutas e aos movimentos sociais na América Latina, não apenas uma intensidade maior, mas conteúdos e contornos diversos. Assim, por exemplo, as lutas das maiorias latino-americanas contra o domínio imperialista ou contra a exploração do trabalho serão também indígenas, negras e mestiças e se referenciarão em um imaginário sociopolítico coletivo que remete a vivências coletivistas e comunitárias de resistência situadas em diferentes momentos históricos na América Latina/Abya Yala/Nuestra America/Améfrica Ladina. Além da persistência e da fortaleza das vivências e dos movimentos conectados aos grupos sociais específicos, como os indígenas e os afrodescententes, que concedem à realidade e à resistência um conteúdo próprio conectado a práticas e conhecimentos que podem advir do período histórico anterior à invasão europeia.

Entendemos, a partir disso, que se conformou, atrelada às mesmas razões da heterogeneidade no campo produtivo, uma heteregoneidade social e epistêmica consubstanciada na co-existência de formas e práticas de organização social e de produção de conhecimentos que se incompatibilizam com traços fundamentais do capitalismo na América Latina, em que pese estarem imersos nele. Nesse sentido, possui um caráter relativo. Contudo, esta heterogeneidade possuiu e possui a capacidade de possibilitar - com base nas experiências históricas - vivências coletivas, socializações comuns e compartilhamentos das condições de reprodução da vida que demarcam particulares trajetórias coletivas aos grupos sociais. Esse processo incidirá na construção de conhecimentos e de seus parâmetros, inclusive em seus aspectos epistemológicos, e na conformação dos movimentos sociais na região. Ademais, essa heterogeneidade social será impulsionada, recuperada e reproduzida pelos sujeitos coletivos contestatários.

Além disso, em função da organização mundial capitalista e da necessidade de processos de espoliação e de dominação imperialista da América Latina, a *nação* e a *pátria* adquirem uma importância central para as lutas na região. A construção, a partir da realidade colonial, de um

contestação para o alcance de demandas específicas. Depois de alcançadas, em geral, as mobilizações se reduzem e processos de transformação social mais profunda não acontecem.

movimento independentista continental que unificava os diferentes grupos sociais em enfrentamento à exploração estrangeira foi fundamental para visualização de projetos políticos que contemplassem toda a região ou o país. As lutas pela independência e as posteriores reflexões independentistas envolveram, de forma protagônica, setores médios (trabalhadores não produtivos, pequena burguesia, comerciantes), mestiços e brancos não-europeus das sociedades latino-americanas, impulsionando esses grupos sociais para a luta direta e para a atuação contestatária junto aos grupos sociais explorados e trabalhadores. É nessa convergência que nascem os projetos políticos independentistas mais avançados que propuseram mudanças, de fato, substantivas na organização social latino-americana. Como explicitado anteriormente, alguns exemplos são: a proposta do venezuelano Simón Bolívar, seguido por parte do movimento independentista, de *Pátria Grande* relacionada com a ideia de conformação de uma Nação Latino-americana composta pelos diferentes países; e o projeto político-histórico de libertação da *Revolução Haitiana* marcadamente antirracista, anticolonialista e anti-imperialista, a qual é um marco para a articulação das lutas independistas com as demandas de superação das opressões raciais e étnicas e a recuperação do imaginário sociopolítico negro e africano. A Revolução Haitiana não foi tampouco apenas um projeto teórico, mas se efetivou através de avançadas medidas de distribuição de terras, de libertação dos escravos.

Além disso, essa convergência, ao envolver setores mais privilegiados e intelectualizados, foi central para que os projetos, as pautas e os imaginários independentistas se plasmassem na produção de conhecimentos e alcançassem as Universidades. Contudo, a diversidade de posições no movimento, que envolvia também grupos sociais oligárquicos, produziram diferentes vertentes de latino-americanismos e nacionalismos, que vão desde versões reacionárias, conservadoras, modernizadoras a perspectivas críticas e socialistas (BEIGEL, 2005). No campo crítico, as correntes nacionalistas tenderam a atrelar a perspectiva latino-americanista e/ou nacionalista à ideia de classe e de raça e a considerar o internacionalismo como "*una parte complementaria de un programa nacional de independencia del imperialismo"* (*ibidem*, p. 182).

De toda forma, o engajamento ativo dos grupos mais intelectualizados nos movimentos e lutas sociais potencializou as consequências desse acúmulo de experiências históricas na região. Uma dessas consequências é a conformação de uma potente matriz de pensamento independentista. Esta, em linhas gerais, problematiza, por um lado, o colonialismo propondo projetos-políticos de independência e caminhos autônomos aos países e/ou à região, e, por outro, critica a dependência intelectual dos teóricos e políticos latino-americanos, conclamando a América Latina a não apenas eliminar a dominação política, mas também a extirpar a cultura,

os hábitos e costumes herdados das metrópoles. A experiência histórica independentista influenciará incisivamente a *práxis* de resistência posterior da região, em virtude de sua amplitude e capacidade de convergência de grupos sociais, demandas, imaginários e projetos. Impregnará também toda a trajetória intelectual crítica no continente em direção à superação da "*cultura da dependência*", do "*colonialismo intelectual*" e do "*eurocentrismo*".

Essas considerações precedentes demonstram que as particularidades da história e da formação socioeconômica da América Latina implicaram (a) a formação de classes e grupos sociais com contornos, pensamentos e imaginários particulares, para além dos parâmetros ocidentais, (b) a intensificação das lutas e movimentos sociais que potencializam a recuperação e a emergência de horizontes de resistência a partir dos quais se produz conhecimentos, (c) o envolvimento ativo nas lutas dos setores médios inicialmente em função da persistência do domínio imperialista e da luta independentista, principalmente nacionalista, o que aproxima esses setores dos projetos e perspectivas dos grupos sociais populares (trabalhadores/as, indígenas, negros/as) e leva estes imaginários de resistência à produção de conhecimentos efetivada nas Universidades. Esses aspectos importam uma diversidade de grupos sociais no campo da resistência e da contestação ativa e colocam à disposição desse campo imaginários e experiências de resistência localizadas em diferentes espaçotemporalidades latino-americanas.

É nesse sentido que reivindicamos que a conjugação entre a produção de conhecimentos e as lutas sociais na América Latina possui contornos particulares. Contudo, trata-se de relação contraditória e dinâmica que - considerando a correlação das forças sociais em cada momento histórico - por um lado, pode levar a potentes perspectivas políticas, epistemológicas e teórico-metodológicas que situem o conhecimento em um panorama libertador e, por outro lado, pode, pela atuação mais incisiva das classes dominantes, reforçar o pensamento legitimador e justificador do *status quo* por diferentes meios. É esse movimento, é esse fluxo que pretendemos tratar no capítulo 3.

De toda forma, ressaltamos as diferentes matrizes de pensamento gestadas a partir de processos de resistência e de transformação social no decorrer de nossa história, o que continua a ocorrer na atualidade. Cumpre salientar que esse processo ocasionou e ocasiona a comunicação destas matrizes diversas com as correntes teóricas do pensamento europeu e ocidental que, apesar de chegarem inicialmente em nossa região para auxiliar a subordinação política, cultural e epistemológica, foram continuamente ressignificadas e reelaboradas para dar conta de propósitos conectados à realidade latino-americana. Desse modo, os diferentes

conhecimentos e as relações entre eles exercem, nessa dinâmica geral e em relação às particularidades histórico-concretas, papéis diversos em cada espaçotemporalidade[19].

Ocorrem, assim, apropriações teóricas por grupos, movimentos sociais e intelectuais latino-americanos de correntes europeias que foram produzidas nos limites da matriz de pensamento liberal-burguesa, mas que foram interpretadas criativamente em diálogo com outras matrizes, inclusive de resistência, para situações históricas concretas que modificam as premissas, os fundamentos e os horizontes da corrente original. Existem inúmeros exemplos neste mesmo sentido na América Latina que revelam interpretações situadas, críticas e criativas dos marcos europeus e norte-americanos, conformando caminhos teóricos particulares pelas matrizes e correntes. Ou seja, as relações entre conhecimentos gestados nas diferentes espaçotemporalidades, por grupos sociais não coincidentes, conformam distintas trajetórias teórico-políticas, que contaram com diálogos e aproximações criativas e pouco convencionais, muitas vezes localizadas em zonas fronteiriças que não se enquadram em divisões disciplinares e teóricas rígidas. Isso exige uma atitude de abertura teórica e de atenção às relações histórico-concretas, a fim de evitar enquadramentos *a priori* que nublem os potenciais contidos naquele conhecimento ou que invisibilizem processos sociais mais amplos.

A nosso ver, entender e visibilizar a construção de conhecimentos em um escopo abarcador – que contemple os saberes gerados nas resistências e movimentos sociais e que considere a interseção entre classe, raça, gênero e nação – exige a explicitação de situações localizadas nas margens e de processos, para muitos/as, invisíveis. Lugones ressalta que, para amplos setores sociais na América Latina considerados como não-humanos, a legitimidade, a autoridade, a voz e a visibilidade foram negadas, restando como forma de expressão frequentemente a infrapolítica. Destaca que a "*infrapolítica marca a volta para o dentro, em uma política de resistência, rumo à libertação. Ela mostra o potencial que as comunidades do/as oprimidos/as têm, entre si, de constituir significados que recusam os significados e a organização social, estruturados pelo poder"* (2014, p. 940).

Assim, para visibilizar certas áreas na produção de conhecimentos – conectadas inclusive com vivências de resistência –, em função da negação sistemática de autoridade epistêmica a amplos grupos sociais populares, é necessário um esforço no sentido de construir um aparato teórico-conceitual que seja capaz de captar e mapear o processo necessariamente

[19] Um exemplo é a apropriação por parte do movimento independentista da corrente positivista, o que impulsionou os/as teóricos/as para a realidade latino-americana e para seus problemas. É certo que essa corrente gestada nos limites da matriz liberal-burguesa europeia foi interpretada a partir da matriz de pensamento independentista e das necessidades latino-americanas. Outras apropriações do positivismo na América Latina não tiveram essa mesma perspectiva.

coletivo de construção tanto das visões de mundo quanto das matrizes de pensamento e correntes teóricas. Para visibilizar tais zonas de acúmulo e de construção de saber, é preciso esforço para localizar caminhos, muitas vezes, submersos, conectados com a *praxis* cotidiana dos grupos sociais e populares. Um exemplo disso é o papel das mulheres que, historicamente foram responsáveis pela reprodução da vida e pela manutenção comunitária, e das coletividades, organizadas ou não em movimentos sociais e organizações políticas, na construção e na permanente reprodução das matrizes de pensamento de resistência, que alimentam o conhecimento crítico.

Esse esforço encontra óbices claros na perspectiva individualista e no individualismo metodológico[20] a partir dos quais funciona a maior parte das pesquisas, estudos historiográficos e produções teóricas. É necessário problematizar os formatos tradicionais da ciência que impedem a visualização desses processos coletivos, mas não só: é preciso formular um corpo conceitual que dê conta da complexidade destes e que alcance, por um lado, as rupturas e especificidades conectadas a cada matriz de pensamento e corrente teórica e, por outro, as continuidades, as persistências, os diálogos, as recuperações e as retomadas, considerando a história e a realidade latino-americanas em suas diferentes dimensões.

Nessa direção, a socióloga argentina Alcira Argumedo defende a criação de um instrumental teórico-conceitual a partir de um olhar desde o espaço social e histórico das massas populares latino-americanas, a fim de fundamentar uma filosofia e um conhecimento que pensa a história desde também as experiências da colonização, da escravidão e da servidão.

> El pensar *desde* América Latina requiere un instrumental teórico-conceptual que recupere las resistencias culturales, las manifestaciones políticas de masas, las gestas, la literatura, el ensayo, las formas de conocimiento y las mentalidades populares; los testimonios, las microhistorias, las fiestas, los pequeños o grandes episodios de dignidad; los saberes que están en las 'orillas de la ciencia'. Un pensamiento crítico dirigido a cuestionar los límites y falencias del proyecto de la modernidad; a resaltar los aspectos silenciados de la historia y del presente, donde se encuentran las claves y valores fundantes de las propuestas alternativas frente a la modernización salvaje que nuevamente pretende consolidarse en la región (ARGUMEDO, 1993, p. 136/137).

Na tentativa de recuperar as resistências e suas matrizes, Argumedo concede autoridade epistêmica e potencial teórico a uma gama de experiências vitais e de expressões culturais, rejeitando a concepção de que, nas classes subalternas, apenas existem sentimentos e intuições e não "*herramientas de fundamentación capaces de cuestionar muchos de los supuestos que guían los saberes predominantes en la política y en las ciencias sociales*". (ARGUMEDO,

[20] As explicações dos fenômenos sociais partem dos indivíduos, sendo que estes, ao se reunirem, não se convertem em uma substância distinta, dotada de propriedades diferentes. Assim, os coletivos (grupos sociais, classes) não atuam, não possuem interesses ou planos, uma vez que quem verdadeiramente atua, tem interesses e planos é o indivíduo (OSORIO, 2004, p. 13).

1993, p. 09/10). Assim, sustenta que é possível recuperar, sistematizar e reelaborar, com rigor teórico, o pensamento popular latino-americano que historicamente se manifesta como discursos políticos ou expressões discursivas, não acadêmicas (*ibidem.*, p. 70). Assevera que a experiência histórica das maiorias latino-americanas foi conformando, através de diversas vertentes e sínteses, uma matriz própria e autônoma de interpretação dos fenômenos sociais, com características peculiares frente às correntes de pensamento. Seria fruto de uma linha histórica nacional-popular que se processa "*a través de las generaciones; donde los mandatos de resistencia y las aspiraciones de autonomía, justicia y libertad; las memorias de grandes rebeldías, van transmitiéndose de padres a hijos, de abuelos a nietos, alimentan ese bagaje de 'otras ideas'*" (*ibidem*, p. 160).

Esse mesmo processo de resistência, com potencial teórico, é narrado por inúmeras/os pensadoras/es latino-americanos - FREIRE (1983, 1987), JARA (2006, 2008), STAVENHAGEN (1971), CASANOVA (1973), FANON (1976 [1959], 1979 [1961]), MOURA (1959, 1978), RAMOS (1996), ZAVALETA (1979), NASCIMENTO (2009), GONZALEZ (1988b), além outros e outras autoras. Dentre estes, o sociólogo brasileiro Clóvis Moura sugeriu a construção de uma *Sociologia da Praxis Negra*, isto é, uma sociologia que explorasse as práticas e as reflexões constituídas na resistência negra historicamente estabelecida na América Latina. Por sua vez, o sociólogo colombiano Orlando Fals Borda propõe a formulação de conceitos autênticos a partir da "*vivencia real y propria de nuestras gentes y con ellas*" (FALS BORDA, 2012, p. 391), isto é, que se enraíza em tradições culturais próprias do povo dos países latino-americanos, em sua história real, e que diz respeito a sentimentos e atitudes altruístas, cooperativas, comunais e verdadeiramente democráticas.

> [Sobre o conceito de participação] Este concepto se enraíza en valores esenciales que sobreviven desde la praxis original a pesar del destructivo impacto de conquistas armadas, violencias e invasiones foráneas de todo tipo, valores resistentes basados en la minga, la ayuda mútua, el brazo prestado, la hamaqueada de enfermos, el uso comunal de tierras, ejidos, bosques y agua, la família extensa, y matrifocalismo, y tantas outras practicas sociales antiguas que varían de una región a outra, pero que constituyen las raíces de "nuestra participación". No necesitamos, pues, de outros referentes filosóficos o racionales, profundos o lejanos, que provengan de culturas y tradiciones intelectuales o académicas diferentes, o de otros continentes (FALS BORDA, 2012, p. 390/391).

No mesmo sentido, mas demarcando as potencialidades da resistência indígena, o subcomandante Marcos, em discurso proferido em 2008 sobre a história do Exército Zapatista de Libertação Nacional (EZLN) do México, narra a capacidade da matriz indígena e do modo

de vida originário para redimensionar as perspectivas e as trajetórias dos movimentos sociais gestados a partir de outras matrizes de resistência.

> […] a la hora que confrontamos a las comunidades y nos dimos cuenta, no sólo que no nos entendían, sino que su propuesta era mejor.
> Algo había pasado en todos los años previos, décadas previas, siglos anteriores. Nós estábamos enfrentando a un movimiento de vida, que había logrado sobrevivir a los intentos de conquista de España, de Francia, de Inglaterra, de Estados Unidos, y de todas las potencias europeas, incluyendo la Alemania nazi en 1940-1945. Lo que había hecho resistir a esta gente, a estos nuestros compañeros y compañeras, primero, y luego nuestros jefes y jefas, ahora, había sido un apego a la vida que tenía que ver mucho con la carga cultural. La lengua, el lenguaje, la forma de relacionarse con la naturaleza presentaba una alternativa no sólo de vida, sino de lucha. No les estábamos enseñando a nadie a resistir. Nos estábamos convirtiendo en alumnos de esa escuela de resistencia de alguien que llevaba cinco siglos haciéndolo.
> Los que venían a salvar a las comunidades indígenas, fueron salvados por ellas. Y encontramos rumbo, destino, camino, compañía y velocidad para nuestro paso. Lo que, entonces y ahora, llamamos "la velocidad de nuestro sueño"" (MARCOS, 2008, p. 6/7).

Não se trata, obviamente, de conceder ao senso comum – ou à percepção popular imediata – o lugar de uma ciência popular autêntica e exterior às concepções hegemônicas. De fato, o chamado senso comum se trata de um espaço em disputa resultante dos antagonismos sociais já referidos, sendo, portanto, a elaboração teórica popular composta por momentos densos e contraditórios. Daí a centralidade, na presente tese, para se compreender a produção de conhecimentos, das noções de experiência e de movimentos sociais. Nesse sentido, a experiência não traduz apenas a face prática ou empírica da realidade, mas se trata de noção carregada de significados que revela a produção política e teórica dos sujeitos coletivos. Não se refere, assim, a um recorte analítico, contudo se conecta aos dinâmicos e históricos modos de ver, refletir e se relacionar coletivamente que envolvem a mútua produção de práticas e significados. Nesse sentido a acepção de experiências do sociólogo peruano Oscar Jara, segundo o qual estas não podem ser entendidas como dados ou fatos pontuais, mas sim como "*procesos sócio-historicos dinámicos y complejos, individuales y colectivos que son vividas por personas concretas, [...] son esencialmente procesos vitales que están en permanente movimiento y combinan un conjunto de dimensiones objetivas y subjetivas de la realidad histórico social*" (JARA, 2009, p. 1). Portanto, trata-se de noção fundamental para a compreensão do imbricamento entre teoria e prática, indicando – o que é extremamente importante para a presente tese – os campos de sinergia entre a Universidade, a intelectualidade e os movimentos sociais e visibilizando as práticas de conhecimento construídas a partir dessa convergência. As experiências refletem, pois, o encontro, o diálogo e as relações entre visões de mundo, matrizes de pensamento e correntes teóricas.

A fim de abarcar toda essa reflexão e visibilizar rupturas, continuidades e caminhos, propomos um corpo conceitual para a compreensão da produção de conhecimentos. Articulamos, assim, quatro noções que nos parecem centrais: as visões de mundo, as matrizes de pensamento, as correntes teórico-práticas e trajetórias teórico-políticas.

As *visões de mundo* designam o conjunto de aspirações, valores, sentimentos, ideias e pensamentos ancorados em modos de ser, de saber, de perceber, de conhecer, de atuar e de se relacionar, que são permanentemente produzidas e reproduzidas pelos sujeitos sociais em suas interações, relações e lutas, em diferentes momentos históricos e territórios. São reproduzidas, de maneira dinâmica, através dos horizontes e das experiências dos movimentos, grupos e classes sociais. Remetem, assim, à construção de imaginários sociopolíticos coletivos mais abarcadores para além das espaçotemporalidades específicas. Tratam-se de perspectivas em constante construção por "*processos de sedimentação das lutas sociais*" (BRINGEL, 2017, p. 103). Por possuírem maior repercussão histórica e territorial, permitem visualizar acúmulos em eixos de reflexão mais amplos, por exemplo em relação ao ser humano, à natureza, às interações sociais, às formas de organização da vida comum e às interpretações e narrativas da história. Ao mesmo tempo, expressam diferentes relações sociais que se construíram no decorrer dos tempos, isto é, estão imbricadas nas *práxis* dos grupos, classes e movimentos sociais e se constrõem e re-constrõem a partir da relação entre sujeitos coletivos, inclusive que possuem outras visões de mundo. Informam, assim, determinado horizonte de sentido para a vida e a existência e inspiram, em diferentes momentos históricos, projetos políticos para o futuro. Contudo, as visões de mundo não estão ligadas necessariamente a uma espaçotemporalidade específica, sendo preciso demarcar o longo, complexo e múltiplo processo de construção dessas visões que conecta diferentes territórios, grupos sociais e momentos históricos. Além disso, referidos dispositivos alimentam e são alimentados por matrizes de pensamento, correntes teóricas e suas diversas trajetórias teórico-políticas. Constituem, assim, marcos abarcadores que atuam como referência explícita ou implícita, manifesta ou encoberta nas sociedades. Um exemplo de visão de mundo é a coletivista-igualitária que, em diferentes momentos históricos e territórios, funciona como fundamento para resistências e contestações sociais.

Em um nível menor de abstração, as *matrizes de pensamento* são formas de elaboração e sistematização conceitual dos imaginários e horizontes das visões de mundo reproduzidas nos processos sociopolíticos, estando conectadas com a *práxis* de certos grupos sociais e/ou classe social e com os momentos históricos nos quais essa *práxis* transcorre. Ou seja, são formas mais sistematizadas das concepções amplas forjadas nas relações, contradições e lutas entre as

classes e grupos sociais. Em uma perspectiva teórica e prática, representam o acúmulo cognitivo alcançado pelos sujeitos coletivos em sua história. Contêm eixos referenciais que traduzem os fundamentos gerais sobre um modo de ver, compreender e transformar a realidade e a história, bem como as demandas e as perspectivas dos grupos sociais em relação à realidade concreta, ou seja, refletem a construção de um projeto político-histórico. Assim, de forma articulada, por um lado, apresentam premissas político-discursivas para a organização da vida social – sujeitos protagônicos da história, orientações para os comportamentos e as práticas sociais individuais e coletivas, objetivos da vida em comum etc –, por outro, contém dispositivos epistemológicos e teórico-metodológicos que referenciam e organizam o pensamento e a produção de conhecimentos, oferecendo certo horizonte de visibilidade, conformado pela correlação de forças entre as classes e grupos sociais em cada momento histórico e pelo acúmulo de experiências históricas dos sujeitos coletivos. Apresenta-se, assim, as premissas e os traços fundamentais de uma prática cognitiva que fundamenta a construção do saber. Em termos epistêmicos, as matrizes conformam parte dos pressupostos epistemológicos e teórico-metodológicos dos conhecimentos em geral.

As matrizes podem apresentar uma dimensão ideológica que, ao nublar ou dificultar a visibilização dos reais interesses dos grupos e classes sociais ou a consciência da conexão do projeto político-histórico com referidos interesses, contribui para a legitimação e a justificação da organização social proposta. Muitas vezes, essa dimensão ideológica expressa os processos de construção de hegemonia nas sociedades e nos grupos sociais, ou seja, leva em conta os interesses e as tendências dos grupos sobre os quais a dominação é exercida, conformando-se como um certo equilíbrio de compromissos que não se relaciona com o essencial (GRAMSCI, 1968 [1932-1935]). Desse modo, a dimensão ideológica, em permanente reprodução, acaba refletindo, sob orientações diversas, o pensamento gestado pelos outros grupos sociais. Em função disso é que um grupo social ou parte dele pode ser levado a assumir a matriz de pensamento de outro grupo social. Um exemplo emblemático, com se verá, é a matriz de pensamento liberal-burguesa e sua dimensão ideológica relacionada à construção da igualdade, da liberdade e da fraternidade. Em sentido similar, o autor italiano Antonio Gramsci ressalta que pode ocorrer a co-existência de duas concepções de mundo em um mesmo grupo social, representada pelo contraste entre o agir e o pensar, quando um grupo social, apesar de possuir sua própria concepção de mundo, ao se mover como um todo orgânico, por razões de subordinação intelectual, toma de empréstimo outra concepção de mundo (*ibidem*). Por certo, isso dependerá da intensidade das lutas entre classes e grupos sociais nas sociedades, com atenção, no caso da América Latina, para a incidência das forças sociais externas e internas

interessadas na perpetuação da inserção subordinada da região e/ou do país no sistema capitalista mundial.

Contudo, é fundamental perceber que - ao mesmo tempo em que, como visto, a dimensão ideológica dificulta a compreensão dos reais interesses da classe e/ou grupos sociais dominantes e pode levar que os grupos sociais dominados assumam essa matriz como própria ao se movimentar – possibilita também certa generalização social dessas premissas que, ao se contradizerem com os fatos da realidade, geram apropriações e re-interpretações diversas pelos grupos sociais em processos de contestação e resistência. Um caso típico é o uso contestatário, sob outras orientações, da dimensão ideológica da matriz de pensamento liberal-burguesa relacionada à igualdade de direitos, por exemplo, no caso das apropriações efetivadas pelos movimentos organizados em torno da efetividade de um direito básico (moradia, saúde, educação). Como se verá no segundo capítulo, outro exemplo desse mecanismo foi a apropriação da dimensão ideológica das matrizes eclesiais, na Idade Média, pelos movimentos hereges e populares e, na América Latina, de modo diverso, pelos sacerdotes e freiras da Teologia da Libertação. É certo que determinadas apropriações podem gerar limites aos movimentos sociais, mas é inegável que potencializam a contestação social.

Nesse sentido, as matrizes estão continuamente em movimento, sendo produzidas, modificadas e ressignificadas pelos sujeitos sociais nos processos histórico-concretos, não devendo ser tomadas como sistemas fechados, com níveis de coerência e sistematização altos[21]. Pelo contrário, podem se mesclar, se combinar, se separar ou criar outras matrizes e podem ser reinterpretadas e modificadas, mantendo sua configuração própria. Ou seja, estão em permanente diálogo entre si e com outras visões de mundo e esses encontros – adaptativos ou criativos ou opressivos ou acumulativos ou conflitivos – provocam tanto reafirmações quanto mudanças e sínteses. Desse modo, é preciso ressaltar que, a nosso ver, o diálogo entre matrizes não leva necessariamente a aproximações, mas podem gerar distanciamentos e diferenciações ainda maiores. Os diferentes processos históricos e as *práxis* dos grupos sociais que concederão dinamismos e trajetórias particulares a essas relações e construções (SVAMPA, 2010).

Algumas possibilidades para a formulação de novas matrizes ou correntes correspondem à construção efetiva de projetos políticos nos quais participem diferentes grupos sociais ou podem expressar a conformação de novos espaços de compartilhamento das condições de existência e de socialização comum, como foram as cidades, por exemplo.

[21] Pretendemos não reproduzir, na presente conceituação, as concepções de coerência, rigor e lógica conceitual da corrente positivista em particular e da ciência moderna em geral.

Contudo, esse processo não implica necessariamente o desaparecimento das matrizes de pensamento de origem, mesmo que estas se tornem menos explícitas temporariamente. É o caso, por exemplo, da construção da perspectiva nacional-popular na América Latina, nas décadas de 1950 e 1960, que envolveu *práxis* compartilhadas entre diferentes grupos sociais no campo popular. Esta construção não anulou ou eliminou as matrizes de pensamento indígena e negra, por exemplo. Estas continuaram a se reproduzir, se reafirmar e se modificar, na comunicação com outras matrizes e visões de mundo, mantendo configurações específicas. Estas, em determinados momentos, podem se tornar "invisíveis" (BRINGEL, 2012) para um/a pesquisador/a pouco inserido e atento e, em outros momentos, podem "emergir", com suas especificidades, como fundamentos das lutas e movimentos sociais, o que de fato aconteceu[22].

Com isso, explicitamos que não reconhecemos *a priori* matrizes abarcadoras de todas as matrizes de pensamento existentes historicamente na América Latina que tenham conseguido apagar as especificidades de cada uma delas. Referidas concepções abarcadoras têm o condão de mostrar importantes continuidades e diálogos entre matrizes, visões de mundo e correntes teóricas, contudo acabam por invisibilizar as especificidades de matrizes gestadas na resistência no decorrer da história latino-americana. Nesse contexto, a socióloga argentina Alcira Argumedo e o filosófo mexicano Leopoldo Zea realizam um brilhante trabalho de retomada do pensamento latino-americano e de conexão de suas produções teóricas com um projeto libertário, humanitário e igualitário de amplo escopo[23].

Argumedo entende que as tradições político-culturais das classes oprimidas na América Latina construíram uma matriz autônoma e única, não sendo uma mera mistura de idéias ou um misto de concepções e significantes advindos de distintas matrizes de pensamento. Sustenta que, em uma perspectiva histórica de seu desenvolvimento, emergiram coordenadas que contêm vertebrações culturais fundantes que formam o pensamento nacional-popular atrelado às experiências vitais de numerosas camadas populares latino-americanas. Explica que "*la capacidad de enriquecimiento y actualización de las vertientes nacional-popular a partir de relaciones dinámicas con las corrientes ideológicas presentes en una coyuntura histórica dada, no debe confundirse con la simple emulación o la adopción acrítica de las ideas de moda*" (ARGUMEDO, 1993, p.179/180).

[22] Referimo-nos ao fortalecimento do *movimento negro* a partir do final da década de 1970 e à multiplicação das organizações e movimentos indígenas, em toda América Latina, a partir da década de 1990.

[23] Este projeto - construído a partir das *práxis* dos grupos sociais em resistência na América Latina - possuiu diferentes formas de expressão nos distintos momentos históricos. De acordo com os supramencionados autores, este projeto teria um caráter muito mais avançado, amplo e profundo do que o projeto moderno europeu.

Utilizando outro caminho, Leopoldo Zea afirma que a assimilação dialética do mundo ocidental e europeu na consciência dos povos latino-americanos é um caminho irreversível, o qual não admite negações ou afastamentos (ZEA, 1978, p. 13). Isto é, entende que os latino-americanos não estão mais conectados com as deidades e figuras do passado e das tradições culturais próprias, não sendo mais possível negar a cultura ocidental. A nosso ver, a compreensão da reprodução das matrizes de pensamento não pode ser reduzida aos processos conscientes dos indivíduos, nem tampouco refletem apenas o culto a deidades ou o aspecto cultural. Ademais, a criação de substratos novos e o contato com matrizes diversas em espaçotemporalidades específicas não conduzem necessariamente à eliminação total das matrizes originárias e de suas reproduções criativas. Aliás, a história latino-americana, a partir de meados da década de 1990, nos mostra que a matriz indígena, a partir de suas configurações próprias reproduzidas nas resistências cotidianas desse segmento, tem alimentado movimentos sociais e processos de transformação social substantivos na Bolívia, no Equador e no México[24].

Pela conexão com a práxis dos grupos sociais, a definição da matriz se dá pelo sujeito coletivo ao qual está ligada. Frequentemente, está conectada com elementos estruturais da organização social, contudo podem refletir processos históricos concretos que combinem, articulem e desloquem essa imbricação e expressem a construção de sujeitos coletivos mais amplos. É nesse contexto, no campo da resistência, que se compreende a centralidade da atuação dos movimentos sociais para a conformação das histórias concretas de luta dos grupos e classes. Os movimentos sociais conformarão a *práxis* dos sujeitos coletivos e poderão traçar trajetórias que mesclem grupos, matrizes e correntes teórico-práticas, em um rico processo de produção de saber. Assim, a ação e a reflexão desses atores são capazes de materializar, reiventar e construir sentidos para as matrizes de pensamento e suas relações e oferecer modos particulares de desenvolvimento e de atualização.

Assim, dentro das matrizes de pensamento, inclusive em suas fronteiras e imbricamentos, processam-se diferentes correntes teórico-práticas que são modos particulares de formulação que expressam determinas relações sociais e práticas reiteradas de grupos sociais em espaçotemporalidades específicas. Assim, os territórios, as nações e as conjunturas, em suas especificidades, exercem um papel central. Por exemplo, o empirismo, o racionalismo e o

[24] Cumpre salientar que o entendimento de Zea e da maioria do campo da *História das Idéias Latino-americanas* não reconhece o pensamento indígena como parte das tradições filosóficas latino-americanas, considerando que há filosofia e/ou conhecimento legítimo apenas com a chegada dos europeus (BONDY, 1968, p. 68; CIRIZA, 2015, p. 87). Apesar disso, este campo realizou um excelente trabalho no sentido de recuperar e compreender o pensamento produzido na América Latina a partir de 1492, bem como de reivindicar uma forma própria de produzir conhecimentos, para além da dependência e da sujeição. E isso fez com que Zea, de forma brilhante, logre conectar a filosofia própria da América Latina a um projeto amplo de libertação dos povos.

idealismo são correntes teórico-práticas que fazem parte – em mútua constituição – da matriz de pensamento liberal-burguesa, mas expressam especificidades conjunturais de cada país europeu para a ascensão econômica e política da burguesia. A especificidade de cada situação possibilita diferentes pontos de vista conformados pelo acúmulo das experiências históricas do grupo social naquela espaçotemporalidade. Influenciam, assim, na seleção dos problemas e dos assuntos a serem trabalhados na produção de conhecimentos e também conformam as maneiras de tematização e de reflexão desses assuntos. Esses mecanismos se relacionam não só com a explicitação ou a exposição de formas e conteúdos determinados, mas principalmente, e isso é fundamental, nos silêncios, nas invisibilizações e/ou nas operações implícitas ou pressupostas nas construções dos conceitos e nas apreciações da realidade e da história.

Seriam ramificações que, ao mesmo tempo, compartilham uma mesma matriz e possuem características particulares, com diferentes graus de refinamento e atualização, podendo haver discordâncias entre correntes de uma mesma matriz. São mais específicas em suas sistematizações teóricas e metodológicas e requerem maior grau de organização interna na articulação entre noções, categorias e práticas cognitivas. Ademais, podem possuir menor repercussão histórica, por se conectar com momentos conjunturais e dinâmicas locais.

Assim, funcionando como um nível mais concreto para a análise da produção de conhecimentos, as especificidades da realidade concreta marcam a relação entre correntes e matrizes de pensamento que, como visto, podem ser de diálogo, de repulsa e de síntese e que podem conformar diferentes níveis de reflexão para os sujeitos sociais. Por exemplo, o nacionalismo revolucionário na América Latina foi conformado, a partir das lutas sociais, na confluência entre a corrente marxista no interior da matriz de pensamento dos trabalhadores e a corrente nacionalista no interior da matriz independentista. Em alguns casos, o nacionalismo revolucionário contemplou também certa influência das matrizes indígenas e negras[25]. Essa confluência significou, para alguns movimentos sociais e teóricos(as), uma síntese para a análise da realidade latino-americana e, para outros, a construção de diferentes escalas de análise: o local (nacionalista) e o universal (marxista).

Assim, as correntes podem possuir trajetórias teórico-políticas que conectam diferentes matrizes de pensamento e de visões de mundo, em função das particularidades histórico-concretas e da conformação das relações e lutas sociais em determinada espaçotemporalidade.

[25] Alguns exemplos de produções teóricas no interior do nacionalismo revolucionário são os trabalhos de Ruy Mauro Marini, René Zavaleta Mercado, Vânia Bambirra, Darcy Ribeiro e outras/os. Sob influência da matriz negra, um exemplo emblemático é a produção teórica de Frantz Fanon e, sob influência da matriz indígena, José Carlos Mariátegui.

As noções de corrente teórico-prática e de trajetória teórico-política associadas à noção de experiência terão importância central para o desenvolvimento da presente tese, na medida em que coloca em evidência as múltiplas e contraditórias raízes das correntes teóricas e seus limites, localizando-as, no caso do pensamento crítico latino-americano, no terreno de nossa complexa história e nas distintas experiências de exploração, dominação, combate e resistência (CIRIZA, 2015, p. 85).

Esperamos com o corpo conceitual apresentado que sejamos capazes de apreender tanto os processos de construção de conhecimentos de longa continuidade histórica, de acúmulo reiterado de concepções e valores fundantes que extrapolam, inclusive, os 525 anos da chegada dos europeus nas terras latino-americanas, quanto as especificidades e as particularidades dos saberes produzidos, em suas diferentes vertentes, a partir das experiências dos grupos sociais nos diversos planos espaciais e históricos[26]. E, sobretudo, os dinâmicos processos de produção de conhecimentos na América Latina, que envolvem recorrentemente a recepção criativa ou não dos pensamentos gestados em outras regiões.

A nosso ver, a compreensão do dinamismo e da complexidade desses processos implica o entendimento de que estas noções (visão de mundo, matriz de pensamento, corrente teórico-prática), que funcionam como planos de análise, estão em relação de recíproca constituição e formação, isto é, mutuamente se condicionam e se alimentam. Nesse sentido, não há apenas o movimento que parte dos elementos mais concretos/específicos em direção às noções mais abarcadoras, mas também que parte dessas noções em direção às partes, bem como movimentos horizontais que possibilitam relações diversas. Essas relações possuem natureza, alcance, força e sentido variados, estando essas diferenças relacionadas às disputas e às lutas existentes e às práxis dos grupos sociais. É certo que a definição sobre as formas legítimas de se produzir conhecimentos é um âmbito em permanente disputa nas sociedades humanas. Assim, algumas visões de mundo, matrizes e correntes teóricas que correspondem às forças sociais dominantes em determinado momento histórico têm maior influência, capilaridade e incidência social, sendo, por isso, consideradas hegemônicas.

Nenhuma das noções aqui apresentadas se confundem com a idéia de paradigma, cujo espectro é diverso, em natureza e alcance, na medida em que denomina, por um lado, a constelação de crenças, valores e técnicas especificamente da comunidade científica e, por outro, "*as soluções concretas de quebra-cabeças que, empregadas como modelos ou exemplos,*

[26] Segundo Osorio, a noção de continuidade não deve nos impedir de observar as rupturas, enquanto que as "rupturas no deben impedir observar el proceso en donde ellas se inscriben y del cual forman parte" (OSORIO, 1997, p. 304/305).

podem substituir regras explícitas como base para a solução dos restantes quebra-cabeças da ciência normal" (KUHN, 2001 [1962]). Não toma necessariamente em consideração as relações sociais, econômicas, políticas e culturais nas quais os conhecimentos se inserem, nem tampouco considera os saberes gestados de maneiras diversas aos canônes modernos. Com isso, esse conceito acaba enfatizando os momentos de crise e ruptura dos modelos estritamente acadêmicos durante um período dado e a emergência de uma nova corrente científica. Não é capaz, por isso, de visualizar linhas de continuidade históricas e experiências sociais de longa repercussão. Ademais, como delineado acima, consideramos como conhecimento e ciência não só aquelas produções que obedecem à coerência e ao rigor da ciência moderna positivista, mas uma gama de expressões sistemáticas de processos reflexivos e práticos coletivos que vão constituindo parâmetros para a compreensão da realidade.

Na presente tese e considerando os limites da hipótese ventilada, o foco central está nas correntes teórico-práticas, matrizes de pensamento e visões de mundo que historicamente estiveram presentes no campo crítico, orientado para a ação transformadora, na América Latina. Esse campo é constituído por sujeitos coletivos e individuais conectados, em diferentes níveis, com a resistência ao *status quo*, podendo estar em espaços de pesquisa e de produção de saber formais ou não. Nesse contexto, a pesquisa militante seria um *modus operandi* que foi se construindo na busca pela produção de um conhecimento significativo para a transformação substantiva da realidade latino-americana. Seria, assim, um conjunto de elementos convergentes que conformam as coordenadas gerais de uma concepção teórico-metodológica, ou seja, um quadro de referência, teórico e prático, para a produção de conhecimentos – ainda que a partir de matrizes de pensamento e correntes teóricas diversas e até contraditórias. Como se verá, esses horizontes comuns foram se (re)produzindo em diferentes experiências na região, a partir de um espaço de sinergia entre intelectuais, pesquisadores, movimentos sociais e resistência. Referidas experiências construíram estratégias de pesquisa convergentes, que pautaram muitas vezes o processo de recepção de matrizes de pensamento e de correntes estrangeiras e produziram novas maneiras de pensar e de atuar, possibilitando criações teóricas e metodológicas.

Nesse sentido, a pesquisa militante não se confunde com as visões de mundo, as matrizes de pensamento e as correntes teórico-práticas, mas alimenta e é conformada por estas – em suas diferentes trajetórias teórico-políticas –, em um movimento transversal de acúmulo prático-teórico, que abrange de forma prioritária a seara teórico-metodológica. Ou seja, é uma convergência no nível teórico-metodológico que rompe com a ciência positivista e com a ciência moderna européia e estadunidense e que está vinculada às lutas sociais da América

Latina. Emerge, assim, um espaço de produção de conhecimentos, com contornos teórico-metodológicos próprios, a partir das diferentes formas e especificidades das lutas e dos movimentos sociais em nossa região. É, a partir daí, que analisaremos a existência de uma perspectiva teórica propriamente latino-americana para a compreensão das contestações e dos movimentos sociais.

1.2 **Caminhos teórico-metodológicos**

1.2.1 Narrativas, experiências e América Latina

A construção de uma narrativa da produção de conhecimentos associada a movimentos sociais na América Latina, centrada prioritariamente no século XX e em experiências emblemáticas, mostra-se como um caminho abarcador, considerando todas as questões explicitadas nesse capítulo. O objetivo é identificar continuidades, acúmulos e convergências, em diferentes direções, mas também rupturas e afastamentos. Nesse ponto, advertimos que não pretendemos elaborar uma história geral, mas sim recuperar momentos substantivos que podem contribuir na compreensão do processo de formulação de saberes e da relação dinâmica entre esta e as lutas sociais.

A produção de uma narrativa, mesmo que baseada em experiências emblemáticas, mostra-se um desafio tanto pelo volume de dados, informações e acontecimentos, quanto pela desconfiança em relação aos grandes e meta-relatos pelo atual espaço acadêmico. A nosso ver, as narrativas históricas capacitam a visualização de continuidades, convergências e construções de maior repercussão temporal, bem como possibilitam a compreensão da emergência de novos movimentos e fenômenos sociais. Referidos aspectos ficam bastante nublados pelo relato referido tão-somente ao particular, ao diverso e ao especial. Para compreendermos o significado dessas particulares em relação à realidade e à totalidade na qual se inserem, é necessário incorporá-las em uma análise mais ampla que contemple um período histórico considerável e o movimento de sujeitos e forças que atuam em diferentes planos (social, econômico, político etc). Apenas assim colocaremos "*em evidência os fatores de transformação e de renovação de uma sociedade, sobretudo porque esses fatores se acumulam frequentemente durante longos*

períodos sem que suas expressões exteriores sejam facilmente constatáveis" (GOLDMANN, 1972 [1966], p. 14).

É certo que a perspectiva histórica implica uma atitude que ultrapassa um posicionamento individualista que sublinha tão-somente os aspectos e as características particulares de seu momento histórico e de sua espacialidade. De acordo com o sociólogo Lucien Goldmann, o passado, para o racionalismo, seria um erro cujo conhecimento é útil para iluminar o progresso da razão; por sua vez, para o empirismo, consistiria em uma massa de fatos reais que são, como tais, exatos em relação a um futuro conjetural. Para este autor, sendo o ego e o indivíduo os primeiros dados fundamentais, os "outros" seres humanos são assimilados como exteriores e, muitas vezes, como problemas. Não havendo, assim, possibilidades de identificação e de reconhecimento, a partir do império do ego ("*eu*"), o passado é meramente passado, não possuindo qualquer importância existencial para o presente e o futuro. Para este autor, o pensamento dialético alcança superar essa lógica, ao tomar como ponto de partida o "*nós*". De acordo com essa visão, as outras mulheres e homens se tornam, cada vez mais, não seres que vejo e ouço, como exteriores, mas aqueles com os quais ajo em comum e nos quais me reconheço na história. Não se situam mais como objetos, mas como sujeitos do conhecimento e da ação (*ibidem*, p. 4/5).

Por outro lado, a socióloga argentina Fernanda Beigel pondera acerca do risco de descrever os fatos históricos tal como deveriam ter ocorrido, em uma racionalização da história, mormente se considerarmos, nos termos descritos por esta autora, que nosso acesso à experiência histórica está sempre mediado por documentos que formam um mosaico incompleto, em movimento, que se vai alimentando com novos achados ou interpretações sobre as evidências (BEIGEL, 2006, p. 289). Essa possibilidade é acentuada ainda mais, quando nos propomos a realizar uma narrativa de saberes politicamente posicionados ou/e que foram produzidos em conexão com processos coletivos de contestação e mudança. Referidos conhecimentos, por razões políticas e sociais, sofreram invisibilizações históricas, que acabaram por dificultar sua difusão e circulação nos meios formais. Contudo, essas invisibilizações se deram em diferentes graus, reproduzindo, mesmo no campo crítico, opressões a grupos sociais conectados aos diferentes antagonismos, que também atuam de maneira cumulativa. Por exemplo, as produções teóricas de uma mulher negra ou indígena são mais invisibilizadas que as de uma mulher branca ou de um homem negro, que por sua vez, é mais invisibilizada que de um homem branco. Todos estes, repisamos, se localizados no campo crítico, sofrem invisibilizações por razões políticas.

Assim, as dinâmicas de produção, difusão e circulação dos conhecimentos – predominantes nas universidades, centros de pesquisa, editoras e outros meios – obedecem a parâmetros e critérios eurocêntricos, classistas, patriarcais e racistas. Essas dinâmicas acabam produzindo narrativas, mesmo no campo crítico, que privilegiam ou que apenas visualizam as contribuições de homens, em geral, brancos e ocidentalizados. Nesse contexto, como já explicitado, se compreende a ausência, quase total, das contribuições e das experiências das mulheres, ainda mais se negras e indígenas[27], nas narrativas do pensamento crítico latino-americano (SEABRA e ASSIS, 2016 e CYRIZA, 2015). As contribuições das mulheres, como construtoras ativas de territórios, movimentos sociais e matrizes de resistência, permanecem silenciadas, não sendo consideradas nem como autoras nem como partes do necessário processo coletivo de produção de saberes. A socióloga dominicana Ochy Curiel Pichardo (2014) destaca que estas produções foram, geralmente, consideradas como puro ativismo e suas contribuições teórico-metodológicas ficaram de fora dos círculos acadêmicos existentes, ainda que críticos. No mesmo sentido, Harding (1987) ressalta que esses trabalhos foram ignorados, muitas vezes minimizados, e até apropriados pelas relações patriarcais presentes nas sociedades e nas instituições produtoras de conhecimentos.

Diante destes desafios, torna-se necessária uma atitude de reflexividade crítica contínua para não reproduzirmos os silenciamentos e as invisibilizações advindas do mesmo sistema de dominação e opressão que se pretende superar. Isso exige um profícuo esforço para encontrar as contribuições e produções teóricas dos referidos grupos, tendo em vista que é preciso ao mesmo tempo persistência na busca por materiais, relatos e trajetórias de sujeitos individuais e coletivos, e também olhares renovados sobre a realidade e os conhecimentos. Esperamos que o corpo conceitual adotado, como explicado na primeira parte deste capítulo, visibilize essas contribuições, suas potencialidades e capilaridades. Contudo, apesar de termos procurado preencher essas lacunas, entendemos que se trata de uma tarefa de longo prazo, para a qual é necessário maior fôlego de pesquisa.

Por fim, são necessárias algumas palavras acerca da consideração da América Latina/Abya Yala/Nuestra America/Améfrica Ladina como unidade analítica e política. Entendemos que essa região não é uma entidade homogênea, mas tampouco é fruto

[27] É preciso salientar que, historicamente, as/os indígenas, as/os negras e as mulheres latino-americanas enfrentaram enormes dificuldades para o acesso à educação formal e que suas formas e práticas de produção de conhecimentos foram raramente reconhecidas. Contudo, todos estes setores aportaram, de maneira permanente, sistemática e qualificada, mesmo com muitas dificuldades, para o pensamento crítico da região e foram centrais como pensadoras, escritoras e pesquisadoras para a conformação da teoria crítica latino-americana.

simplesmente de uma mera aglutinação aleatória de indicadores (sejam eles étnicos, educativos, etc). Assim, apesar de existirem na América Latina diferenças significativas[28], essa região passou por processos históricos similares e em sincronia, produzindo muitos pontos de unidade em uma trajetória comum de espoliação e opressão e de resistência e sonhos de dignidade e autonomia (ARGUMEDO, 1993, p. 135/136). Essa sincronização de processos históricos é ocasionada pelo caráter mundial de funcionamento do capitalismo que estabeleceu uma história articulada e integrada e que ligou, de maneiras diversas, as histórias dos países latino-americanos (OSORIO, 1997, p. 299). Nos termos propostos por Argumedo:

> Una sincronía histórica que, con mayor o menor énfasis en las distintas áreas, se reproduce desde Ia consolidación de los impérios coloniales hispano y português; Ias luchas por Ia independência; los conflictos entre 'unitários' y 'federales' con sus denominaciones propias en cada país; Ia consolidación de los gobiernos oligárquicos, contemporâneos con el Brasil republicano a fines del XIX; los movimientos de oposición a esos domínios entre finales de siglo y Ia Primera Guerra Mundial; Ias dictaduras militares de la década del treinta; los nacionalismos populares de los cuarenta y cincuenta; Ias dictaduras y los gobiernos desarrollistas de comienzos de los sesenta; el resurgimiento de los movimientos de masas al finalizar ese decénio; las dictaduras neomonetaristas al promediar los setenta; la reimplantación de las democracias y los modelos de ajuste neoliberal en los ochenta y los interrogantes que plantean los años noventa. (ARGUMEDO, 1993, p. 159)

No entanto, parece-nos que tratar a América Latina como unidade de análise exige definir os termos do debate para evitar simplificações e visões eurocêntricas, bem como para elencar elementos relevantes em termos regionais que expressem a unidade dentro da diversidade. Desse modo, no campo da produção de conhecimentos, sustentamos a relação dialética entre as lutas sociais e a construção de saberes, o que conduz que consideremos que as diferentes conformações das lutas sociais em cada um dos países e espacialidades ocasionam, em um processo contraditório, diversos conhecimentos. Para visibilizar os elementos particulares, a narrativa histórica será permeada por experiências emblemáticas. Essas foram selecionadas pela capacidade que tiveram de transbordar as realidades locais e nacionais específicas a partir de uma dinâmica de multiplicação razoável em vários países da América Latina. Entendemos que algumas variáveis se mostram relevantes para a análise das experiências: (1) contexto de ação; (2) trajetória teórico-política (visões de mundo, matrizes de pensamento, correntes teóricas); (3) particularidades da concepção teórico-metodológica e dos métodos. Essas esferas de análise mostrarão divergências e convergências na produção de

[28] Apenas em relação a temas no plano econômico, tem-se que alguns países "fueron (y siguen siendo) economías de enclave, outros de control nacional; unos producen valores de uso que son bienes salarios básicos em el mundo desarrollado (carne, trigo), outros exportan "los postres" (café, frutas, azúcar, cacao); unos crearon Estados nacionales fuertos y osciedades complejas desde el siglo pasado; outros sólo desde mediados de este siglo, etcétera" (OSORIO, 1997, p. 309).

conhecimentos de/com/a partir/sobre movimentos sociais, destacando as diferenças conjunturais na conformação de cada uma das experiências. A partir destas configurações e de uma metodologia de comparação assincrônica, serão identificados elementos fundamentais que revelam a convergência no nível teórico-metodológico da produção de conhecimentos na América Latina. Esses eixos teórico-práticos convergentes contribuirão na busca por uma perspectiva latino-americana para a compreensão dos movimentos sociais.

1.2.2 Vivências e experiências compartilhadas de produção de conhecimentos

A busca por compreender esse espaço de produção de conhecimentos, que articula ativamente pesquisadores/as, intelectuais, movimentos sociais, comunidades e organizações políticas, levaram-nos a conhecer diferentes experiências na América Latina. Estas vivências e diálogos foram intercalados com momentos de reflexão individual e coletiva e permeados por momentos de experimentação e construção efetiva da pesquisa militante. Exporemos brevemente essa trajetória, a partir do início do doutorado, a fim de explicitar as razões e os processos que levaram às elaborações teóricas presentes nesta tese sobre a produção de conhecimentos em nossa região. Ressaltamos que a experiência anterior ao início do doutorado foi central para o acúmulo de debates, conhecimentos e vivências no campo crítico, contudo entendemos ser essencial explicitar as vivências que estiveram envolvidas diretamente nas reflexões sobre a problemática da presente tese.

No início de 2012, tivemos a oportunidade de conhecer a *Universidad Popular Libertaria "La Plaza"* em Cochabamba, que se dedica a realizar encontros diários, à noite, com trabalhadores/as, estudantes, indígenas para retomar a história de resistência e debater as questões com as quais o país enfrenta. Fomos convidadas a lecionar algumas classes sobre o Brasil e o Partido dos Trabalhadores. Estas estavam cheias até as 23hs, com um diálogo intenso e crítico. Nesse país, convivemos cotidianamente com o segmento indígena em diferentes partes do país e acompanhamos, durante dois meses, suas mobilizações e protestos. Em função disso, participamos, como convidadas, do *Encuentro Plurinacional para Profundizar el Cambio*, organizado pelo executivo federal em parceira com os movimentos sociais e organizações. Essa atividade nos proporcionou o contato com outros movimentos presentes na Bolívia, bem como o acesso a tensões e desafios existentes no desenvolvimento dos governos de Evo Morales.

Em junho de 2012, conhecemos a experiência da *Pluriversidad Amawtay Wasi*, no Equador, onde pude visitar sua sede, ter acesso a importantes documentos e conversar com muitos/as envolvidos/as nessa grande iniciativa de sistematização e multiplicação do pensamento indígena. Além da vivência e dos diálogos mantidos com movimentos sociais, pudemos acessar a diversidade presente nas correntes teórico-práticas indígenas andinas. Em agosto de 2012, fomos a Buenos Aires, na Argentina, onde conhecemos importantes experiências de movimentos sociais relacionadas à formação popular, notadamente das *Asembleas Populares* de Buenos Aires e da *Frente Darío Santillan*. Destacamos a experiência da *Universidad de los Trabajadores*, sediada na histórica fábrica recuperada IMPA, que funciona em conexão com o programa *Facultad Abierta* da *Facultad de Filosofia y Letras de la Universidad de Buenos Aires*. Nessa última, pudemos constatar as potencialidades da produção compartilhada de conhecimentos no processo de recuperação pelos/as trabalhadores/as de fábricas e empresas falidas.

A partir de outubro de 2012, moramos em Bogotá, na Colômbia, a fim de pesquisar o legado teórico-prático de Orlando Fals Borda. Nesse país, participamos da *3ª Escuela de Verano "Asimetrias de Conocimientos – Conocimientos Desiguales, Desigualdades de Conocimientos"* promovida pela rede *desigualdades.net* (*Research Network on Interdependent Inequalities in Latin America*). Após seleção, ao lado de trinta (30) outros/as pesquisadores/as de toda América Latina, de outros/as professores/as referências e de indígenas colombianos especialistas na temática, pudemos dialogar e discutir sobre as dinâmicas desiguais na produção de conhecimentos. Na oportunidade, conhecemos o longo trabalho colaborativo da *Universidad Nacional de Río Negro* (Argentina) com o povo *Mapuche* da Argentina e do Chile, incluindo compartilhamento de leituras e produção de artigos conjuntos, com autoria compartilhada. Além disso, tivemos contato, durante a escola de verão, com projetos de parcerias entre os indígenas *Arahuaco*, do norte da Colômbia, e equipes de antropólogos, que proporcionaram a direção e a construção de vídeos e documentários a partir da matriz de pensamento indígena.

A vivência na Colômbia propiciou o conhecimento de diversas experiências de produção de conhecimentos ligadas a movimentos sociais. Destacamos a organização *Asemblea Sur*, que articula as comunidades, os movimentos sociais e *desplazados* do sul de Bogotá, que trabalham com a construção social compartida do território a partir de uma concepção de multiplicidade de saberes. Outra experiência que tivemos a oportunidade de vivenciar, durante algumas semanas, foi a *Universidad Misak - Ala kusreik Ya (mentes pishimisak reconstruyendo capacidad)*, organizada pelo povo indígena Misak, do sul da Colômbia. Participamos do *Primer Reencuentro Internacional de Educación Ancestral*, com a presença de diferentes etnias de toda

Colômbia e América Latina. Foi um espaço rico, no qual, depois de muitos diálogos, dinâmicas e vivências, foi consensuado que a escolarização é um lugar de controle, sendo que uma das primeiras formas de dominação foi a do saber. Propuseram um tipo de educação comunitária e transcultural, que trabalhe a *intraculturalidad*, ou seja, a afirmação e o reconhecimento dos saberes coletivos e ancestrais. Ressaltamos, por fim, o contato e as conversas com vários projetos de pesquisa e de extensão da *Universidad Nacional* da Colômbia, da *Universidad Distrital* e da *Universidad Libre* de Bogotá.

Em janeiro de 2013, conhecemos as experiências da *Universidad de la Tierra*, em *San Cristóbal de las Casas*, e os *Caracoles* do *Ejército Zapatista de Libertación Nacional (EZLN)*, em Chiapas, no sul do México. Participamos do *3er Seminário Internacional de reflexión y análisis "planeta tierra: movimentos antisistémicos"*, promovido pelo EZLN e pela *Universidad de la Tierra*, no qual esteve presente grande parte da intelectualidade ligada ao processo zapatista, tais como Gustavo Esteva, Silvia Ribeiro e Pablo Gonzalez Casanova, bem como militantes de movimentos sociais mexicanos e latino-americanos. Foi um espaço profícuo de intercâmbio, debate e reflexão. Além disso, tivemos a oportunidade de conhecer e conviver com duas importantes experiências organizadas do México, localizada em *Cherán*, no estado de *Michoacán*, e em *Atenco*, no estado do México.

No início de 2014, fomos à Venezuela, onde pudemos conhecer, de perto, as experiências das *comunas*, principalmente as localizadas nas regiões do centro e noroeste do país, e também experiências de cooperativas, integradas ou não às comunas, que têm como base o intercâmbio teórico e prático entre seus membros, com destaque para a Central de Cooperativas de Servicios Sociales de Lara (CECOSESOLA) em Barquisimeto. Salientamos as vivências, em diferentes lugares do país, com o movimento *Corriente Revolucionária Bolívar y Zamora* (CRBZ), a partir do qual pudemos conhecer diferentes experiências de algumas comunidades rurais na Venezuela. Ressaltamos, ainda, os diálogos e encontros com os responsáveis pelo *Centro de formación y Estudios Sociales "Simón Rodríguez"* (CEFES), do supramencionado movimento. Em Caracas, foi possível diálogos com alguns docentes e discentes da *Universidad Central de Venezuela*, com destaque para a Profa. Maria Victoria Canino. Em fevereiro de 2014, acompanhamos espaços de formação em Havana (Cuba), organizados por militantes brasileiros de vários movimentos (principalmente do Movimento dos Trabalhadores Sem Terra, Movimento Negro – São Paulo, Partido Comunista Brasileiro), com participação de pesquisadores/as cubanos/as, para discutir o papel da Universidade e da produção de conhecimentos para a transformação social.

Nesse mesmo ano, participamos da organização de um Seminário Internacional – *Diálogos Universidades e Movimentos Sociais na América Latina: Pesquisa Militante, Construção de Conhecimentos e Bens Comuns* -, que reuniu, no Rio de Janeiro, representantes do Brasil, Uruguai, Venezuela, Colômbia, Argentina, Equador, Paraguai e Bolívia, para debater as possibilidades da articulação entre centros formais de saber e movimentos e organizações políticas, bem como os desafios teórico-metodológicos envolvidos nesse processo. Ressaltamos o importante contato, nessa oportunidade, com as emblemáticas experiências de Extensão Crítica existentes na *Universidad de la República* (*UDELAR*), no Uruguai, coordenadas pelo Prof. Humberto Tomasino. Foi um espaço intenso e produtivo que alcançou traçar metas e objetivos para uma rede de pesquisa militante na América Latina. Vale dizer que esse encontro foi organizado pela articulação *Universidades e Movimentos Sociais,* da qual fazemos parte juntamente com outros/as pesquisadores/as, militantes e movimentos sociais do Rio de Janeiro e que contempla diversas experiências, projetos e iniciativas sociais na convergência entre o âmbito universitário e as organizações populares. Dessa rede, nasceu também um projeto de extensão, financiado pela FAPERJ e conectado ao Núcleo de Estudos de Teoria Social e América Latina do Instituto de Estudos Sociais do Rio de Janeiro (NETSAL - IESP), que integramos como pesquisadores/as e que pretendeu desenvolver um mapeamento das iniciativas de articulação entre os referidos atores no Rio de Janeiro e iniciativas de formação política e pesquisa militante em conjunto com organizações comunitárias urbanas, bem como potencializar esse espaço de convergência na cidade carioca, consolidando a referida rede.

Nesse sentido, cumpre salientar que a participação no NETSAL, como pesquisadora, desde 2011, foi central para impulsionar uma enérgica atividade de pesquisa com momentos coletivos fundamentais e o desenvolvimento de práticas extensionistas marcantes. Foi através das atividades desenvolvidas pelos professores coordenadores deste Núcleo que começamos nos aproximar, de maneira mais sistemática, ao pensamento social latino-americano – de Clorinda Matto Tunner e José Enrique Rodó a Atílio Boron e Fernanda Beigel, passando por Leopoldo Zea, Orlando Fals Borda e Oscar Jara, dentre outros e outras. Foi o espaço no qual pudemos articular, de forma orgânica, uma longa experiência na extensão crítica (Programa Pólos de Cidadania-UFMG, Educação Popular e Advocacia Popular) e a rica trajetória da teoria social na América Latina. Destacamos o ano de 2013, no qual exerci as funções de coordenação executiva do NETSAL e contribui para fomentar as pesquisas e projetos em curso, impulsionar e propor metodologias para as discussões teóricas coletivas, assim como desempenhar funções organizativas tais como o planejamento das reuniões do Núcleo e o monitoramento dos projetos

em vigor. Esse período foi de extremo aprendizado e consolidou minha trajetória conectada às sociedades latino-americanas.

Salientamos que, durante todo o período, tivemos a oportunidade de construir, conhecer e conviver com várias experiências de pesquisa militante, extensão crítica e educação popular no Brasil, principalmente em Minas Gerais, Rio de Janeiro e Santa Catarina. Em função desses trabalhos, em 2012, fomos convidados para coordenar o Grupo Temático Teorias Críticas, América Latina e Epistemologias do Sul, do Instituto de Pesquisa em Direitos e Movimentos Sociais (IPDMS) – que atualmente se chama GT Pensamento Crítico e Pesquisa Militante na América Latina, o qual se encontra anualmente. O IPDMS se consolidou como um espaço profícuo para trocas de experiências e conhecimentos entre diferentes iniciativas coletivas de pesquisa e de militância, indo além do campo específico do Direito. Em função disso, ministramos, nos encontros anuais do IPDMS, dois mini-cursos voltados para pesquisadores/as, professores/as e militantes sobre a Pesquisa Militante: em Curitiba (Paraná) denominado "As Possibilidades Teórico-Metodológicas da Pesquisa Militante" e em Vitória (Espírito Santo) intitulado "Pensamento Crítico e Pesquisa Militante na América Latina".

Em 2014, fui convidada por pesquisadores(as) do Instituto de Estudos Latino-Americanos (IELA) para compor a coordenação do Pólo de Extensão Popular (PEPo), em Florianópolis, a partir do qual tive a oportunidade de aplicar no âmbito teórico-prático, junto a outros/as pesquisadores/as, o acúmulo teórico-metodológico alcançado no desenvolvimento das atividades de pesquisa e extensão na Ocupação Contestado, localizada no município de São José (Grande Florianópolis)/SC. Foi um período muito ativo, no qual fui responsável pela formatação teórico-metodológica do Pólo, pelo planejamento das atividades de pesquisa e de extensão, pela formação teórica e metodológica dos/as pesquisadores/as, pela supervisão do trabalho de campo e pela coordenação de 8 (oito) bolsistas de graduação na execução do projeto "Novas metodologias de trabalho com famílias no SUAS: participação popular e autonomia". Foi um importante espaço de experimentação e reflexão sobre a pesquisa militante orientado para a ação, com participação ativa de comunidades organizadas. Ademais, a participação nas Jornadas Bolivarianas organizadas anualmente pelo Instituto de Estudos Latino-Americanos (IELA) propiciou o contato com outras experiências, notadamente intelectuais conectados com a Teoria Marxista da Dependência e com movimentos latino-americanos, como o Movimento *15 de Junio* do Paraguai.

Foram também importantes a oficina da *Universidade Popular dos Movimentos Sociais* (UPMS) na qual fui convidada a participar, no final de 2014, sob coordenação do Prof. Boaventura de Souza Santos, bem como, desde 2016, o vínculo como pesquisadora-

colaboradora com o *Movimiento Regional Por La Tierra y el Territorio* que, a partir da Bolívia, está empreendendo uma jornada latino-americana de sistematizações de experiências exitosas e inspiradoras de acesso à terra e ao território.

Destacamos o vínculo militante com a organização brasileira Brigadas Populares, notadamente na Frente de Reforma Urbana, e, como advogada popular, com o Coletivo Margarida Alves[29], que busca assessorar no âmbito jurídico-político organizações e movimentos populares desde 2012. A partir destas organizações, salientamos a ativa participação na construção das ocupações urbanas Dandara, Guarani Kaiowá, Contestado, Amarildo da Silva, Lamarca, Espaço Comum Luiz Estrela e nos Movimentos Cidade que Queremos e Muitas.

Esse breve relato faz sentido para localizar as condições objetivas e subjetivas a partir das quais produzimos a presente pesquisa. São elementos que, na realidade, possibilitam um amplo exercício de reflexividade tanto no decorrer da pesquisa quanto dos possíveis leitores em suas variadas leituras, funcionando, ativamente, como limites e superações. Longe de comprometer a produção de conhecimentos válidos, o permanente tratamento e problematização desses elementos em constante relação com os sujeitos coletivos geram sinergias criativas que incrementam sobremaneira o processo investigativo. Assim, questionando o objetivismo consagrado pela Ciência Moderna resultante do posicionamento do(a) pesquisador(a) em uma plataforma exterior, neutra e a-histórica - explicito, como ser histórica, que sou mulher, mestiça, de cor, mãe, trabalhadora e militante de movimentos sociais e organizações políticas. Nesse contexto, a presente tese é um texto compromissado e orientado para a transformação social profunda, o que não significa um vínculo dogmático e acrítico com sistemas teóricos específicos. Na realidade, implica a busca por produzir e disseminar saberes e conhecimentos que funcionem como ferramentas vivas nas mãos de sujeitos sociais e coletivos que constroem novas formas e perspectivas de vida em comum, para além de todos os sistemas e modos de exploração e opressão hoje vivenciadas.

[29] O Coletivo Margarida Alves foi premiado, em 2015, na 21ª Edição do Prêmio de Direitos Humanos da Secretaria de Direitos Humanos do Ministério das Mulheres, da Igualdade Racial e dos Direitos Humanos, na categoria geral, modalidade Dorothy Stang. O prêmio é a mais alta condecoração do governo brasileiro a pessoas físicas ou jurídicas que desenvolvam ações de destaque na área dos Direitos Humanos.

2 A CONFORMAÇÃO DOS PRESSUPOSTOS EPISTEMOLÓGICOS DA PRODUÇÃO DE CONHECIMENTO CIENTÍFICO-EUROPEU: da Ciência Moderna à *Sociologia dos Movimentos Sociais*

2.1 A emergência das principais matrizes de pensamento na Europa e seus horizontes epistêmicos

Os parâmetros epistemológicos e metodológicos fundamentais do que hoje conhecemos como Ciência Moderna começam a conformar-se, a partir do século XIII, na Europa, com a ascensão da burguesia comercial como grupo social, o que foi central para as mudanças no cenário social, político e econômico nessa região. A partir da expansão europeia para o Oriente e da apropriação de instrumentos e inventos já utilizados em outros territórios, os mercadores europeus, aliados com outros grupos sociais, foram capazes de instrumentalizar essas ferramentas em seu proveito, de potencializar novas criações e técnicas e de viabilizar o fornecimento de inúmeras mercadorias. Isso, aliado ao saqueio e à subjugação dos demais povos e territórios, estimulou o comércio no interior da Europa, que já vinha se desenvolvendo desde o século XI (HUBERMAN, 1978, p. 26). Com o comércio, as cidades começaram a tomar centralidade, a economia monetária se desenvolveu e, com isso, o lugar e o papel da técnica e do conhecimento aumentaram sua importância progressivamente. Novos problemas foram colocados pela navegação e pelo desenvolvimento da metalurgia – sobretudo em função das demandas militares, dadas também pela necessidade de dominação de outros povos (KOYRÉ, 1991, p. 265). Surgiram as corporações de ofício e as relações sociais de produção começaram a se diversificar. No plano político, como reflexo das mudanças socioeconômicas e dos conflitos sociais, o poder central monárquico se fortaleceu, impondo inúmeras mudanças na organização social e política e em suas justificativas.

Nesse período, vigoravam como concepções hegemônicas, no campo do conhecimento, a filosofia cristã, a partir da influência central da Igreja Católica. Realizava-se uma leitura e uma interpretação cristã da filosofia arábico-judia e da filosofia antiga grega, principalmente de Platão e Aristóteles, a fim de esclarecer e justificar os preceitos divinos sobre a existência de Deus, a iluminação e as condutas que levavam à salvação no outro mundo (SÁNCHEZ VÁSQUEZ, 1997, p. 237/239). Este processo pode ser visto em Santo Agostinho (354-430), africano da província romana de Numídia, e em São Tomás de Aquino (1226-1274), italiano da

região da Sicília. O primeiro deles, influenciado pela filosofia platônica, acreditava na contemplação como forma para elevação a Deus, concebido como unidade viva de poder e bondade absoluta, mas sublinhava o valor, nesse caminho dominado pelo livre arbítrio, da experiência pessoal, da interioridade, da ajuda ao próximo, do sacrifício e do amor, condenando a usura e o lucro. Nesse caminho de elevação e de conexão divina, constrói-se a ligação entre o sagrado e a prática de se evitar as mulheres e o sexo[30], conectando-os com elementos estritamente terrenos. Isso é constatado não só pelas formulações escritas de Santo Agostinho, mas pelo exemplo de sua trajetória de vida (AGOSTINHO, 1999 [397]).

No campo da produção de conhecimentos, este autor concedia importância à percepção sensível como fonte do conhecimento, apesar de sujeitá-la à iluminação divina, como consequência da ideia de dualidade entre alma e corpo e da submissão da matéria ao espírito. Assim, as verdades da sabedoria e da ciência precisariam ser iluminadas pela luz divina para se tornarem inteligíveis (PESSANHA, 1999, p. 38). O conhecimento, com fundamento em Deus, estaria, pois, conectado com verdades eternas e imutáveis, alcançadas através do contato com as ideias divinas, pela introspecção e pela olhada interior do(a) pensador(a) (GRABMANN, 1928, p. 18/19).

O agostinianismo teve presença marcante na Idade Média, sendo uma corrente teórico-prática particularmente adaptada a uma economia simplificada de subsistência, a partir da qual se produzia para o uso e na qual vigorava um regime de servidão que vinculava os(as) trabalhadores(as) servos(as), por meio do cultivo das terras, aos senhores proprietários destas. A maior parte dos territórios cultiváveis da Europa ocidental e central estava dividida em áreas conhecidas como feudos e, em cada um deles, havia um senhor com uma moradia fortificada, uma aldeia de trabalhadores e centenas de acres de terra arável, pastos, prados, bosques e ermos (HUBERMAN, 1978, p. 15). Em síntese, a sociedade feudal era dividida em três grupos sociais: 1. o clero e membros da Igreja; 2. a nobreza e os senhores feudais e 3. os(as) trabalhadores(as), sendo que os últimos produziam para os dois primeiros grupos. Apesar de ter existido diferentes graus e tipos de servidão[31], em geral, os(as) servos(as) produziam, prioritariamente, nas terras do senhor para uso e consumo da nobreza e, depois, trabalhavam nas terras destinadas a seu

[30] A historiadora italiana Silvia Federici esclarece que, desde que a Igreja se converteu em religião estatal no século IV, ela vem buscando regular o comportamento sexual, sendo que o clero reconheceu o poder concedido às mulheres pelo desejo sexual e tentou persistentemente exorcizá-lo. Nesse momento é que a sexualidade se torna uma questão de Estado (FEDERICI, 2010, p. 66).

[31] O pensador estadunidense Leo Huberman (1978, p. 16/20) descreve os diferentes tipos de servidão: servos dos domínios do senhor, camponeses arrendatários, camponeses fronteiriços que viviam em pequenos arrendamentos, mão-de-obra avulsa, vilões que eram servos com maiores privilégios pessoais e econômicos, vassalos-cavaleiros e outros.

sustento e de sua família. A Igreja também fazia parte do sistema feudal da mesma forma como os nobres e senhores de terra, tendo os mesmos direitos sobre a terra e sobre os(as) servos(as).

Essa estrutura social não implicou a formação, pelo menos de início, de aparatos estatais unificados e fortes, o que gerava uma fragmentação política, econômica e territorial. Nesse contexto, a Igreja desempenhou um papel central de garantir uma certa estabilidade e unidade social, exercendo um poder político-espiritual fundamental para a conformação social. Um exemplo da centralidade da Igreja no arranjo sociopolítico da sociedade feudal é que esta chegou a se tornar a maior proprietária de terras na Europa Ocidental com aproximadamente 40% de sua extensão territorial (HUBERMAN, 1978, p. 22). Essa autoridade e esse alcance também se manifestaram, de diferentes formas, na produção de conhecimentos, vez que os membros da Igreja e as matrizes de pensamento eclesiais influenciaram sobremaneira a vida social e intelectual durante quase dez séculos[32] (SANCHEZ VÁSQUEZ, 1997, p. 236).

Apesar de ser uma sociedade voltada para a subsistência e na qual não havia produção em grande escala, o sistema feudal impunha uma organização social marcadamente estratificada e hierárquica, que manteve os privilégios sociais e econômicos em uma parcela pequena da população - nobreza e clero - e um controle social sobre os(as) trabalhadores(as). Os senhores feudais, em geral, decidiam variadas questões das famílias dos(as) servos(as), indo desde os tipos de trabalho ao matrimônio e à conduta sexual. Assim, as mulheres estavam submetidas aos senhores feudais e aos esposos, tendo estes o direito, concedido pela Igreja, de bater em suas esposas. Apesar disso, a historiadora italiana Silvia Federici demarca que as relações coletivas, na sociedade feudal, prevaleciam sobre as familiares e privadas, havendo uma cooperação e solidariedade forte entre as mulheres. Esta autora observa que a própria economia de subsistência dava ao trabalho doméstico uma importância central em seu desenvolvimento, sendo um trabalho visível e socialmente considerado útil. As mulheres, além de cuidarem dos filhos e da casa, trabalhavam nos campos e possuíam uma sociabilidade ampliada. Esses fatores concediam às mulheres um lugar social diferenciado e respeitável, em que pese ainda submisso em relação aos homens.

São esses pontos que explicam o papel central das mulheres na estruturação dos movimentos de contestação durante toda a Idade Média. Aliás, a força organizativa dos(as) trabalhadores(as) e seu papel na sociedade feudal são recorrentemente invisibilizados no percurso histórico (LANDER, 2000, p. 11/13), o que não contribui para compreendermos os

[32] O pensador alemão Martin Grabmann relata que o pensamento na Idade Média se formou inicialmente nas escolas das catedrais e dos conventos, apenas posteriormente migrando para as Universidades.

projetos políticos em luta, as visões de mundo e matrizes de pensamento que foram gestadas nesse momento histórico. Tratavam-se de movimentos de protestos que almejavam maior justiça social e igualdade na estruturação da vida em comum, contendo, dentre outros dispositivos, interpretações populares de princípios das matrizes de pensamento eclesiais. Por essa razão, foram conhecidos como movimentos hereges, mas não se confundem com os movimentos milenaristas[33], que também estiveram presentes na Idade Média. Nesse sentido, a historiadora Silvia Federici ressalta:

> Los movimientos milenaristas fueron espontáneos, sin una estructura o programa organizativo. Generalmente fueron alentados por un acontecimiento específico o un líder carismático, pero tan pronto como se encontraron con la violencia se desmoronaron. En contraste, los movimientos hereges fueron un intento consciente de crear una sociedad nueva. Las principales sectas herejes tenían un programa social que reinterpretaba la tradición religiosa, y al mismo tiempo estaban bien organizadas desde el punto de vista de su sostenimiento, la difusión de sus ideas e incluso su autodefensa. No fue casual que, a pesar de la persecución extrema que sufrieron, persistieron durante mucho tiempo y jugasen un papel fundamental en la lucha antifeudal. (FEDERICI, 2010, p. 65/66)

Os movimentos hereges defenderam uma sociedade mais igualitária e libertária, em um panorama mais orgânico em conexão com a natureza e com o cosmos, compreendendo o ser humano e seu corpo como partes ativas dessa construção e tendo como centros territoriais e práticos as estruturas comunitárias populares. Nesse sentido, não se realizava separações entre o corpo e o espírito, nem tampouco entre os homens/mulheres e a natureza, concedendo vida a muitos elementos naturais, os quais se encontravam em relações contínuas e mútuas. Nesta concepção cosmológica do mundo, a imaginação individual e coletiva exercia uma força central para a conformação do mundo exterior. Era uma perspectiva desagregadora do poder, na qual todos(as) de alguma forma participavam e tinham alguma possibilidade de influenciar os caminhos do mundo exterior. É inegável que as mulheres carregavam certos conhecimentos sobre as práticas para essa interferência, contudo se tratava de um poder pulverizado em diversos atores e pólos, o que contrastava com a concentração e/ou necessária mediação do clero, dos sacerdotes, da Igreja ou do Estado. Desse modo, esses movimentos debilitavam o poder das instituições feudais e de suas classes dominantes e concediam confiança aos(às) trabalhadores(as) "*en relación con su capacidad para manipular el ambiente natural y social, y posiblemente para subvertir el orden constituido*". (FEDERICI, 2010, p. 239/240). De

[33] O historiador inglês E. P. Thompson ressalta que o significado e o alcance dos movimentos milenaristas se mantêm parcialmente obscurecidos pela tendência de historiadores e sociólogos discuti-los em termos de desajuste e "paranóia" (THOMPSON, 1987, p. 50).

diversas formas, denunciavam os privilégios e as hierarquias sociais e espirituais, sustentando uma redefinição de todos os aspectos da vida comum, incluindo o trabalho, a propriedade e a situação das mulheres. Estas eram bastante ativas nos movimentos hereges e alcançaram uma posição social elevada no interior da contestação social, inclusive de igualdade em relação aos homens.

As interpretações dos ensinamentos religiosos efetivadas pelos(as) trabalhadores(as), considerados hereges, caminhavam no sentido de que Deus não falava através da Igreja, em função da sua corrupção, e que Jesus, considerando o Novo Testamento, era pobre e considerado como parâmetro para a construção de uma vida comunal baseada no amor ao próximo. O contato com Deus e com as divindades, assim, se dava através de cada um. Utilizava-se os ideais de justiça e de igualdade construídos pela matriz de pensamento eclesial para a vida após ou para além da Terra, para a conformação prática das estruturas comunitárias. A partir das vivências populares, uma série de interações sincréticas conectou o cristianismo e suas correntes teórico-práticas com a concepção cosmológica de mundo. Essa forma de compreender a realidade, em que pese os esforços da Igreja, seguiu sendo predominante no nível popular na Idade Média, mesclando os princípios religiosos e as vivências e conhecimentos gestados e reproduzidos pelas populações. Os movimentos acabaram por formular, assim, um projeto emancipador mais amplo anti-feudal (FEDERICI, 2010, p. 54), ameaçando tanto o poder do clero e da Igreja quanto o poder dos senhores feudais e da nobreza. Vale dizer que muitas revoltas camponesas não buscavam a melhoria das condições sociais no sistema feudal, mas o fim do poder dos senhores e da Igreja, impondo, pela força, mudanças na conformação social (FEDERICI, 2010, p. 59/70; HUBERMAN, 1978, p. 58/60).

A intensificação dos conflitos sociais, pelo fortalecimento das ações de contestação, aliada à ascensão da burguesia[34], conduziram à centralização e ao fortalecimento do Estado, representando a união de esforços no sentido de enfrentar as mobilizações dos(as) trabalhadores(as) e manter as relações de exploração e de opressão. No bojo dessas mudanças

[34] A formação da classe burguesa foi um processo histórico, complexo e lento, que envolveu diferentes grupos sociais. Como descrito por Karl Marx (2013 [1867], p. 815/825), arrendatários, comerciantes, mercadores, especuladores privados que posteriormente se transformaram banqueiros – alguns mestres artesãos e artesãos independentes -, conectados em diferentes graus com o capital comercial e usurário, foram convergindo em relação às condições de produção de sua existência e ao lugar social ocupado na sociedade em transformação. Estes atores se uniram em sociedades, ligas, corporações e associações para se contrapor às restrições feudais e para conquistar para as cidades um arcabouço legal de funcionamento que garantisse a expansão do comércio e das transações monetárias, bem como privilégios para sua nascente classe social. É exemplificativo que, em 1370, o Rei da França mudou-se para a cidade de Abbeville e decretou uma série de privilégios após a pressão organizada dos comerciantes e capitalistas, através da isenção total de multas e impostos, permitindo a todos os burgueses da cidade, comerciar, vender, comprar e transportar através das cidades, países e limites do referido condado, sal e outras mercadorias de qualquer espécie, sem pagamentos de qualquer tributo. (HUBERMAN, 1978, p. 41).

no século XIV, aparecem as teorizações de São Tomás de Aquino. Seu pensamento se encaixa nesse momento de transição, no qual o crescimento das cidades, o ascenso burguês e o fortalecimento do poder monárquico central criavam mudanças nas condições de vida e impulsionavam novas teorizações eclesiais que lidassem não só com elementos divinos, mas também com os valores materiais, a razão e o poder político (GOLDMANN, 1972 [1966], p. 38/39). Nesse sentido, este autor, influenciado pela filosofia aristotélica, pela filosofia arábica-judia e pelo neoplatonismo (GRABMANN, 1928, p. 64), produziu um pensamento que começava a traçar divisões entre a filosofia/ciência e a teologia. Para Tomás de Aquino, a percepção sensível e a experiência são a origem do conhecimento e este é alcançado pela razão e não pela iluminação divina. Para ele, a luz da nossa razão é uma participação da luz divina, mas não se confunde com ela. Concebe o ser humano como uma unidade natural entre o corpo e a alma, sendo esta uma forma substancial do corpo humano, rompendo com a visão agostiniana de absoluta sujeição do corpo em relação à alma. O objetivo da Filosofia seria desenhar toda a ordem do universo, suas causas e relações, o que seria alcançado não apenas pela observação do mundo concreto dos fenômenos, mas também pela contemplação e pela razão. Estas reflexões filosóficas seriam meios adequados para alcançar Deus, ao permitir que, através das aparências, os seres humanos penetrassem no ser e na essência das coisas e se elevassem até Deus. No plano político, este autor defendeu a monarquia como a melhor forma de governo, iniciando a separação das áreas da Igreja e do Estado, ainda que considerasse que todo o poder derivasse de Deus e que o poder supremo coubesse à Igreja (SÁNCHEZ VÁSQUEZ, 1997, p. 239). Sustentou que a subordinação do Estado apenas se justificaria nos assuntos relacionados à saúde das almas, sendo sua tarefa impulsionar seus súditos à boa conduta para que estes alcançassem a salvação (GRABMANN, 1928, p. 134).

Essa corrente acabava por justificar o processo de fortalecimento do poder monárquico central a partir do século XIV e iniciava a relativização da proibição do lucro e da usura. Em que pese Tomás de Aquino condenar a ambição do ganho, este pensador admitia que o comércio era útil e que os comerciantes deveriam ganhar o justo em uma transação (HUBERMAN, 1978, p. 47/48). É importante ressaltar que a Igreja, durante a maior parte da Idade Média, condenou o empréstimo com pagamento de juros, entendendo que essa conduta denominada usura era pecado. Essa perspectiva foi se modificando com a transformação das relações de produção, a difusão das relações monetárias e a ampliação do comércio, o que levou a uma mudança nos valores reconhecidos pela Igreja e sua progressiva adesão a esse projeto político e socioeconômico, a fim de não perder por completo sua posição de poder.

Uma das reações à ampliação do comércio e aos escândalos de corrupção da Igreja foi a disseminação das religiões protestantes pela Europa Ocidental que, em todas as suas vertentes, legitimavam o trabalho incessante e a riqueza dos comerciantes, industriais e capitalistas. De acordo com estas leituras (puritanas, metodistas e calvinistas), os indivíduos não devem desperdiçar nem tempo nem dinheiro, devem se vocacionar ao trabalho para que possam ganhar, poupar e acumular riqueza. Estes são considerados ideais de conduta cristã, valorizando o poder do indivíduo e localizando o caminho da salvação em termos estritamente individuais. Essas religiões contribuem para a ruptura da resistência à acumulação permanente de riqueza e para a construção de um horizonte de sentido que tem nos ganhos materiais sua centralidade. Weber verifica a adequação entre as religiões protestantes e o capitalismo moderno, constatando a importância destas para a formação do *ethos*[35] capitalista moderno, isto é, para a construção social de um ideal de ganhar dinheiro como um fim em si mesmo e como um dever do ser humano (WEBER, 2004 [1904], p. 57/67).

O agostinianismo, o tomismo e as vertentes protestantes tratam-se de correntes teórico-práticas que fazem parte da matriz de pensamento eclesial, segundo a qual a sociedade, os homens e as mulheres existem sempre em relação a Deus e suas perspectivas. Isso significa que os fundamentos para a existência humana e para o conhecimento são buscados em realidades e revelações divinas. Nesse contexto, o conhecimento está conectado, de diferentes formas, com Deus como um ser onisciente e todo-poderoso, que impele as pessoas a seguirem seus mandamentos caso queiram, mesmo que em uma ordem sobrenatural, viver uma vida plena, feliz e verdadeira, sem as imperfeições e as injustiças (SANCHEZ VÁSQUEZ, 1997, p. 237). Nesse sentido, essas correntes teórico-práticas, apesar de múltiplas e diversas, acabam por criar as justificativas necessárias, em cada momento histórico, para os grupos sociais no poder. O agostinianismo para a nobreza e a Igreja, o tomismo para a Igreja e o Estado e as vertentes protestantes para a burguesia e os capitalistas. Por outro lado, ao mesmo tempo e de forma contraditória, apesar de transferirem os ideais de justiça e de igualdade para outro mundo – ou relativizarem sua efetividade -, criaram ou contribuíram para consolidar nas pessoas e

[35] O sociólogo alemão Max Weber entende como *ethos* "*uma "ética" peculiar, cuja violação não é tratada apenas como desatino, mas como uma espécie de falta com o dever*". Esse dever se refere ao ideal que o indivíduo, no capitalismo, deve ter "*de se interessar pelo aumento de suas posses como um fim em si mesmo*" (WEBER, 2004 [1904], p. 45). Assim, o ganho como finalidade de vida se difere do ganho como meio para satisfazer suas necessidades materiais. A esse *ethos,* Weber denomina "espírito do capitalismo", contudo demarca, de acordo com seus pressupostos teórico-metodológicos, que "*a forma "capitalista" de uma economia e o espírito com o qual é conduzida em geral guardam entre si uma relação de "adequação", mas essa dependência mútua não constitui uma "lei". [...] isso de deve à razão histórica de que aquela disposição [ambição pelo ganho – legítimo e racional] encontrou sua forma mais adequada na empresa capitalista [moderna], e a empresa capitalista, por sua vez, encontrou nela sua força motriz espiritual mais adequada*" (WEBER, 2004 [1904], p. 57).

coletividades um horizonte de sentido conectado a um projeto igualitário, de justiça social, de ajuda mútua e de amor ao próximo.

Foi essa dimensão ideológica que, apropriada de formas variadas pela vivência e prática de distintos grupos sociais explorados, se mesclou com outras visões de mundo, matrizes de pensamento e correntes teórico-práticas, e que contribuiu para substanciar diferentes formas de resistência. Parece-nos que um dos efeitos inesperados da fragmentação política, econômica e territorial da sociedade feudal, que criou vivências coletivas relativamente autônomas, foi a criação de diferentes pólos de produção de conhecimentos e saberes que fortaleceram a contestação social. Os movimentos hereges que construíram a resistência à exploração feudal foram os mesmos que resistiram aos processos relacionados à acumulação primitiva de capital e ao ascenso burguês. Muitos levantes e mobilizações coletivas nas nascentes fábricas e indústrias foram acusados não só de rebeldes, mas sobretudo de hereges, uma vez que toda forma de insubordinação social e política era tratada como heresia (FEDERICI, 2010, p. 70).

Para compreender esses processos históricos convergentes que compuseram a chamada *acumulação primitiva de capital*, a qual tornou possível a consolidação do capitalismo como forma de organização da vida em comum, é importante ressaltar a situação social na Europa Ocidental nesse momento histórico. O conflito social se tornava cada vez mais aberto e generalizado por meio de levantes populares, revoltas e organizações dos trabalhadores e camponeses. A Peste Negra que devastou a Europa entre os anos de 1347 e 1352 exterminou pelo menos um terço da população europeia, diminuindo drasticamente a mão-de-obra disponível para o trabalho. Isso elevou os salários pagos aos trabalhadores e fortaleceu, ainda mais, os movimentos contestatários e a pressão pela construção de um outro projeto político para organização social conectado com a matriz de pensamento herege-popular. Os(as) trabalhadores(as), nesse momento histórico específico, não mais aceitavam os vínculos feudais, nem tampouco a exploração nas cidades. Em vários locais no século XIV, os artesãos e os trabalhadores se rebelavam, forçando a burguesia nascente a viver em um constante terror em toda Europa Ocidental (FEDERICI, 2010, p. 70/73), sendo certo que a elevação dos salários impedia o acúmulo de riquezas pelos grupos sociais dominantes. Desse modo, existiam, conectados aos grupos sociais, três projetos político-históricos em disputa: o feudal representado pela nobreza e a Igreja, o capitalista representado pela burguesia e o igualitário-comunitário representado pelos trabalhadores(as), camponeses(as) e servos(as).

É nesse momento que a burguesia em articulação com a nobreza e a Igreja, as quais garantiram a participação do Estado, lançam um conjunto de processos a fim de garantir a apropriação de novas riquezas e expandir as possibilidades para sua produção e expansão,

criando as condições estruturais para a sociedade capitalista e constituindo gradativamente um novo arranjo sócio-político de poder. Estes sujeitos se encontravam pressionados pelo crescente conflito social e precisavam garantir a subjugação dos(as) trabalhadores(as) e a repressão ao movimento contestatário[36]. Essas mudanças nas relações econômicas, sociais e políticas não foram fruto de uma decorrência evolutiva natural e linear, pelo contrário foram marcados, em diferentes territórios, pela violência, pela subjugação, pelo roubo e pelo assassinato (MARX, 2013 [1867], p. 786). Em breve síntese, a *acumulação primitiva de capital* envolveu os seguintes processos que se desenvolveram, de maneira articulada e simultânea, a partir do século XV:

a) Expansão colonial, racialização do mundo e opressão/exploração das raças não-brancas: no final do século XV, países europeus invadiram diferentes territórios no mundo e estabeleceram múltiplas rotas comerciais que propiciaram uma enorme expansão do comércio mundial, como por exemplo os caminhos para as Índias, para a América e para a África. Essas invasões foram feitas e sustentadas por uma violência brutal que exterminou, escravizou e explorou povos nos diversos territórios. Em função da localização geo-política, os países como Portugal, Holanda, Espanha e Inglaterra passaram a exercer papéis centrais no comércio mundial (MARX, 2013 [1867], p. 789). O saqueio recorrente e a exploração violenta das riquezas, dos corpos e dos conhecimentos desses povos tornaram possível o desenvolvimento do comércio e da indústria na Europa. O historiador Alexandre Koyré ressalta que sobre a Europa foi despejado um montante gigantesco de riquezas advindas do Novo Mundo (KOYRÉ, 1991, p. 255), banhadas a sangue, suor e sofrimento. Para legitimação desse processo brutal de exploração e dominação, como explicitado no capítulo 1, foi necessária a criação de um dispositivo que se aproveitava das diferenças territoriais e fenotípicas entre as pessoas para legitimar as relações de dominação. Assim, surge a classificação racial da população mundial,

[36] O sociólogo mexicano Jaime Osorio (2015) demarca que a burguesia se tornou classe dominante antes de realizar suas revoluções burguesas, sendo que estas foram apenas eventos que marcaram a finalização desse processo. Ressalta que o protótipo de revolução burguesa é a inglesa e não a francesa, uma vez que a regra foi a burguesia negociar com a classe dominante anterior para organizar a vida em comum. Em termos próximos, a historiadora Silvia Federici sustenta que "[...] *efectivamente, la imagen que ha llegado hasta nosostros de una burguesia en guerra perenne contra la nobleza y que llevaba em sus banderas el llamamiento a la igualdad y la democracia es una distorsión. En la Baja Edad Media, donde quiera que miremos, desde Toscana hasta Inglaterra y los Países Bajos, encontramos a la burguesía ya aliada con la nobleza en la eliminación de las clases bajas. La burguesía reconoció, tanto en los campensinos como en los tejedores y zapateros demócratas de sus ciudades, un enemigo mucho más peligroso que la nobleza – un enemigo que incluso hizo que valiese la pena sacrificar su preciada autonomia política. Así fue como la burguesía urbana, después de dos siglos de luchas para conquistar la plena soberanía dentro de las murallas de sus comunas, restituyó el poder de la nobleza subordinandose voluntariamente al reinado del Princípe y dando así el primer paso en el camino hacia el Estado absoluto*" (FEDERICI, 2010, p. 82/83).

em consideração aos distintos territórios, que situava negros, indígenas e suas sociedades em patamares naturais de inferioridade, o que justificava todo o tipo de violência (escravização, tráfico de escravos, exploração sexual, tortura). O real alcance e significado da colonização e da racialização para os povos da América Latina será tratado no próximo capítulo.

b) Subjugação coletiva dos(as) trabalhadores(as): a formação de uma classe de trabalhadores(as) para servirem como mão-de-obra necessária à produção capitalista se deu através da privação dos meios de produção (fechamento das terras comuns, elevação dos preços dos arrendamentos, expulsão dos camponeses dos campos, aumento de tributos) e de sua subjugação por meio da criminalização e da violência contra os(as) trabalhadores(as). Um exemplo é a legislação sanguinária contra a "vagabundagem" na Europa no final do século XV e ao longo do XVI (MARX, 2013 [1867], p. 805/806). Para que os(as) servos(as) fossem obrigados a se submeter ao trabalho assalariado dentro da dinâmica capitalista, foram necessários processos violentos e coletivos, a partir do século XV, que, por um lado, retiraram de enorme contingente populacional seus meios de subsistência com a expulsão dos(as) trabalhadores(as) e a dissolução dos séquitos feudais e, por outro, enfrentaram os movimentos dos(as) trabalhadores(as), atacando sua organização, sua cultura e seus conhecimentos. Esses processos conquistaram os campos, com o fim dos feudos, e as cidades, com a superação da organização corporativa, para a dinâmica capitalista e criaram a classe trabalhadora totalmente "livre" (MARX, 2013 [1867], p. 804) para se sujeitar às relações assalariadas. Para além da violência intrínseca a esse processo, cumpre salientar que, desde o século XIV até 1825, considerava-se crime grave toda a coalização de trabalhadores (MARX, 2013 [1867], p. 810). Não obstante, houve enorme resistência por parte destes e de seus movimentos, ocorrendo inúmeros protestos, motins, levantes massivos e revoltas populares, em defesa de suas formas de existência e de seus projetos políticos. Ressalte-se que alguns protestos eram inteiramente femininos, uma vez que, para as mulheres, a expulsão impôs maior sofrimento, tendo em vista a menor capacidade para se mover, em função dos filhos, e a maior exposição à violência masculina (FEDERICI, 2010, p. 123/124). As classes dominantes utilizaram, além de outros meios, as riquezas advindas das Américas para pagar exércitos mercenários para derrotar as revoltas urbanas e rurais na Europa e exterminar a resistência (*op. cit.*, p. 161). Esse processo

garantiu a ampliação do trabalho assalariado na Europa Ocidental, associando-o ao trabalho escravo nas colônias e ao trabalho não salarial das mulheres[37].

c) Depreciação social das mulheres e construção de um sistema patriarcal mais opressivo: esse processo envolveu diferentes transformações na reprodução da força de trabalho e na posição social das mulheres, que se expressaram na caça às bruxas principalmente nos séculos XVI e XVII. A depreciação das mulheres foi uma campanha sistemática, violenta e duradoura, com participação ativa das classes dominantes e do Estado, com os seguintes objetivos: (a) submeter o trabalho feminino e a função reprodutiva das mulheres à reprodução da força de trabalho em função das necessidades do capitalismo, construindo uma ordem patriarcal mais opressiva baseada na exclusão das mulheres do trabalho assalariado e sua subordinação total aos homens (MIES, 1998, p. 78/88); (b) derrotar a organização dos(as) trabalhadores(as) a fim de facilitar a expulsão das terras e a submissão à dinâmica capitalista (FEDERICI, 2010, p. 90, 223); (c) destruir a matriz de pensamento herege-popular conectada aos(às) trabalhadores(as) que servia como substrato para os processos de resistência e insubordinação, a partir da demonização de práticas, crenças e relações populares e coletivas que eram incompatíveis com a disciplina de trabalho capitalista e com o novo arranjo sócio-político no poder. De acordo com a historiadora Silvia Federici, em 1484, a Igreja considerou a bruxaria uma ameaça, definindo a mulher herege como o sujeito a ser perseguido, torturado e combatido. Em muitos países, foram aprovadas leis que apenavam o uso de espíritos e magias com a pena de morte, mesmo sem causar danos visíveis a outras pessoas. Além disso, utilizou-se de acusações de perversão sexual e infanticídio, bem como da demonização das práticas anticonceptivas. A partir do século XVI, intensificaram-se a tortura e a queima dessas mulheres, chegando a mais de 100.000 mulheres assassinadas na Europa Ocidental. Após minucioso trabalho de recuperação histórica, a referida autora continua destacando que as vítimas das caças às bruxas foram majoritariamente mulheres camponesas pobres, dentre estas haviam mulheres consideradas sábias, pois possuíam o conhecimento tradicional e histórico das comunidades em relação à natureza e à saúde, notadamente em relação a questões reprodutivas e sexuais das mulheres, tais como curandeiras e parteiras; haviam mulheres rebeldes, que ou estavam envolvidas com os movimentos de contestação ou que simplesmente contestavam, discutiam e insultavam; haviam mulheres consideradas promíscuas e libertinas, que praticavam sua

[37] Considerando a dinâmica internacional da produção capitalista, a extração da mais-valia do trabalhador direto acaba vinculando o trabalho de vários(as) trabalhadores(as) de diferentes territórios em condições não salariais, tais como as e os escravos e as mulheres (FEDERICI, 2010, p. 160).

sexualidade fora dos vínculos da procriação e do matrimônio; e haviam mulheres em situação de pobreza e miséria (FEDERICI, 2010, p. 222/254). Por outro lado, os principais acusadores eram empregadores, senhores de terra e membros da Igreja, sendo que apenas depois da difusão da campanha de terror é que as denúncias passaram a ser feitas pelos(as) trabalhadores(as). Ademais, referida autora verificou que a perseguição às bruxas se concentrou onde houve maior intensidade na expulsão dos trabalhadores(as) de suas terras e onde se desenvolveu maior resistência, principalmente herege. Essas ações geraram, além da eliminação física das mulheres, a naturalização da violência contra estas, degradando-as socialmente e fazendo surgir um novo modelo de feminilidade conectado à fragilidade, à passividade e à obediência. Serviram, portanto, para destruir o controle que as mulheres possuíam sobre suas capacidades reprodutivas e sobre sua sexualidade (CIRIZA, 2015, p. 96/97), a fim de garantir, tendo em vistas as crises demográficas ocasionadas tanto pela Peste Negra no século XIV quanto posteriormente no século XVII, um maior volume de força de trabalho disponível, ao passar o controle da reprodução das vidas humanas para as classes dominantes (MIES, 1998, p. 79). Através desse processo, foram debilitados os movimentos contestatários e a reprodução da matriz de pensamento herege-popular, considerando o protagonismo exercido pelas mulheres nesses espaços, os quais foram associados ao diabólico.

Desse modo, foi se exterminando um modo coletivo e comunitário de estar, conhecer e perceber a realidade, que ameaçava o novo arranjo sócio-político e a nova forma de organizar a vida em comum construída pelas classes dominantes, a partir da exploração da natureza, das mulheres, dos não-europeus e dos(as) trabalhadores(as). Era fundamental, pois, destruir essa concepção multipolar do poder e criar a necessidade do trabalho e o rechaço a formas de vida comunais. Como veremos a seguir, os teóricos responsáveis pela sistematização de uma nova forma de conhecer e pensar se encontravam profundamente comprometidos com o projeto político capitalista e seu modo de organização da vida em comum. O inglês Francis Bacon (1561-1626), por exemplo, chegou a afirmar que "*la magia mata a la indústria*" (BACON, 1870, p. 381 apud FEDERICI, 2010, p. 195), por ser incompatível com a subjetividade e a disciplina do trabalho exigida pelo mundo capitalista. Assim, a ascensão do conhecimento científico-moderno esteve vinculado organicamente com os processos que compuseram a acumulação primitiva de capital e teve como condição necessária a perseguição e a destruição

violenta de todas as formas de conhecer associadas à natureza, às mulheres[38] e às formas comunitárias de organização da vida em comum.

Nessa direção, apesar de atribuir demasiado peso à "*coerção muda*" exercida pelas relações econômicas, Marx afirma que "*não basta que as condições de trabalho apareçam em um pólo como capital e no outro como pessoas que não têm nada para vender, a não ser a sua força de trabalho*" (MARX, 2013 [1867], p. 808), tampouco basta obrigar essas pessoas a se venderem voluntariamente. É necessário que a classe trabalhadora, "por educação, tradição e hábito", reconheça as exigências e as atrocidades desse modo de produção como leis naturais e evidentes por si mesmas (MARX, 2013 [1867], p. 808). Sobre esse aspecto, torna-se importante perceber, nos termos propostos pela historiadora Silvia Federici, que a acumulação primitiva foi uma acumulação de diferenças e divisões dentro da classe trabalhadora, na qual as hierarquias construídas a partir do gênero, da raça, da idade e da nação funcionaram para a dominação de classe e o fortalecimento da burguesia (FEDERICI, 2010, p. 90).

Esse capital em acumulação tornou as mudanças econômicas e sociais ainda mais dinâmicas, a partir do século XVII. As relações de produção assalariadas se consolidam na Europa Ocidental e o capital vai se transformando em eixo organizador da vida social, ocasionando, para além da expansão do comércio e da indústria, a produção de máquinas, o aperfeiçoamento das técnicas e a construção de conhecimentos. Se, em determinado momento, os conhecimentos, as invenções e as descobertas ajudaram a potencializar o desenvolvimento do capital, agora a própria dinâmica do capital exigia potencializar conhecimentos, com a finalidade não só de gerar novas tecnologias, aumentar a produtividade e garantir maiores lucros (OSORIO, 2016, p. 501), mas também de criar condições de sustentabilidade para a continuidade da reprodução e da expansão do capital.

Nesse contexto geral é que trabalharam os primeiros sistematizadores dessa outra forma de conceber e conhecer a realidade. Foi observando o trabalho dos práticos e inventores e almejando a consolidação da indústria que o político e filósofo inglês Francis Bacon enalteceu a inteligência prática frente ao vazio da especulação teórica, formulando que a ciência deveria se limitar ao registro, à classificação e à ordenação dos fatos observados, elaborando generalizações como prolongamentos do saber adquirido neste processo (KOYRÉ, 1991, p. 274). A partir da defesa da separação entre a ciência e a teologia, este autor se contrapôs

[38] Silvia Federici destaca que "*con la persecución de la curandera del pueblo, se expropió a las mujeres de un patrimonio de saber empírico, en relación con las hierbas y los remedios curativos, que habían acumulado y transmitido de generación en generación, una pérdida que allanó el camino para una nueva forma de cercamiento: el ascenso de la medicina profesional que, a pesar de sus pretensiones curativas, erigió una muralla de conocimiento científico indisputable, inasequible y extraño para las clases bajas*" (2010, p. 278).

abertamente ao saber da Igreja e ao conhecimento das e dos curandeiros e mágicos (ROSSI, 1992, p. 45), fundando o conhecimento científico na ação humana. Sustentou, por isso, a necessidade de um método para disciplinar a observação do mundo empírico.

A verdade, assim, estaria acessível aos seres humanos pela observação direta ou pela comprovação de hipóteses a partir da razão, como proposto por René Descartes (1596-1650). Este pensador francês teve uma importância central na conceituação da percepção racional e de seus pressupostos necessários para o conhecimento científico. Ele sustentou que a razão humana é o único meio para se alcançar o conhecimento, denominando-a, inicialmente, como o bom senso ou "*o poder de bem julgar e de distinguir o verdadeiro do falso*" (DESCARTES, 1996 [1637], p. 5). Para ele, este atributo estaria presente em todos os homens, sendo o motivo da diferenciação entre os animais e os humanos, contudo era necessário conduzi-la e aplicá-la bem. Elaborou, assim, um método que representa um meio de conduzir melhor a razão, aumentar o conhecimento e alcançar a verdade. Este método consistia basicamente na *dúvida hiperbólica* que põe em dúvida todas as verdades adquiridas e, em um processo de dúvida da dúvida, pode alcançar verdades consubstanciadas em ideias "*a priori"* universais[39]. Levando como parâmetro a matemática, este autor sustentou que era necessário dividir cada uma das dificuldades em tantas parcelas que fossem possíveis para, através da razão, compreendê-las.

Na concepção cartesiana, a razão seria algo diferente e superior ao corpo, às emoções e às paixões, que estariam em um patamar de inferioridade no qual estaria também a natureza. Para isso, Descartes partiu da separação entre o corpo e o não-corpo presente em diferentes sociedades humanas e da primazia da "alma" presente nas matrizes de pensamento eclesiais (QUIJANO, 2005, p. 88) para construir uma concepção de razão não corporal, não histórica e não territorial, apenas ligada à alma e com acesso a verdades e idéias "*a priori*" e universais[40]. Tendo como referência o funcionamento das máquinas e os estudos matemáticos, Descartes reduziu o corpo à matéria, utilizando como analogia para explicá-lo a máquina, e o desvinculou da razão. O corpo torna-se uma realidade alheia e instintiva. Não há, pois, um dualismo entre corpo e pensamento, mas uma identidade entre a razão e o homem e uma externalidade

[39] Descartes, com a aplicação deste método, chegou ao primeiro princípio da filosofia que buscava: "[...] *resolvi fingir que todas as coisas que haviam entrado em meu espírito não eram mais verdadeiras que as ilusões de meus sonhos. Mas logo depois atentei que, enquanto queria pensar assim que tudo era falso, era necessariamente preciso que eu, que o pensava, fosse alguma coisa. E, notando que esta verdade – penso, logo existo – era tão firme e tão certa que todas as mais extravagantes suposições dos céptico*s não eram capazes de a abalar, *julguei que podia admiti-la sem escrúpulo como o primeiro princípio da filosofia que buscava*" (DESCARTES, 1996 [1637], p. 38).

[40] De acordo com Hegel, o primeiro filósofo a se referir a uma parte da existência humana individual responsável pelo *entendimento* foi Anáxagoras na Grécia Antiga (HEGEL, 1969, p. 42).

associada a uma inferioridade em relação ao corpo. Nesse sentido, a natureza e o corpo podem apenas figurar como objetos do conhecimento para serem conhecidos, controlados e explorados.

Com isso, constrói-se uma concepção que nega a influência de fatores externos sobre o comportamento humano, tanto aqueles advindos da natureza (corpos celestes ou magia) quanto aqueles provenientes do próprio corpo (emoções, instintos), vistos como algo alheio. O indivíduo, nessa concepção, se desliga de sua dimensão coletiva e se torna proprietário de si mesmo, dominado por uma razão estritamente individual e abstrata. Nesse caminho, ele deve desenvolver auto-disciplina e auto-regulação a partir da referida razão, sendo que, no campo da produção de conhecimentos, o método seria o instrumento capaz de fornecer esse auto-controle para melhor conduzir o bom senso.

Assim vão se construindo as bases, nas ciências, para duas correntes teórico-práticas acompanhadas de seus respectivos métodos para produção de conhecimentos: empirista e experimental-indutivo, para o qual contribuem ativamente o inglês Francis Bacon, e também o teórico liberal John Locke, o físico inglês Isaac Newton e o pensador escocês David Hume; racionalista e matemático-dedutivo, para o qual contribuem, de diferentes formas, o francês René Descartes e o italiano Galileu Galilei (1564-1642). O historiador Lucien Goldmann entende que a diferença entre o posicionamento racionalista e o pragmatismo empirista baseia-se nas distintas posições que as burguesias inglesa e francesa ocupavam em relação ao poder político (GOLDMANN, 1979, p. 38). A primeira já ocupava plenamente uma posição dominante na sociedade inglesa, podendo admitir o ceticismo de Hume e certa descrença na capacidade da Ciência e do ser humano. Enquanto a segunda se preparava para alcançar o poder político na França, já expressando uma profunda convicção na capacidade racional humana. De toda forma, ambas as correntes e métodos exaltam o indivíduo na construção do saber, criando as bases para uma forma de produzir conhecimentos que despreza a coletividade, as emoções e os pertencimentos, que elege a neutralidade como dispositivo central para a validade do saber e que estabelece a necessidade de métodos e/ou de linguagens matemáticas para garantir a produção de conhecimentos científicos, seja pela observação ou pela razão. Nesse sentido, a ciência, nesse momento natural, se torna possível a partir de um estranhamento entre o sujeito que conhece e o objeto que é conhecido. Essa relação deve ser mediada por regras pré-determinadas que controlam a observação e a reflexão, isto é, o método, que deve ser capaz de afastar, em tese, a observação caótica e as concepções históricas e prévias.

Para o filósofo franco-russo Alexandre Koyré, a principal mudança, no horizonte filosófico, que teria propiciado as transformações científicas estaria conectada com a

progressiva matematização do tempo e geometrização do espaço. Sustenta que o homem do Renascimento ou da Idade Média não sabia realizar cálculos numéricos, reinava "*a imprecisão e o mais-ou-menos*" (KOYRÉ, 1991, p. 283). Até o século XV, os números arábicos de origem indiana não estavam de forma alguma generalizados, apesar de os mercadores terem conhecimento deles desde o século XIII. Argumenta, assim, que as necessidades criadas pela sociedade mercantil, urbana e posteriormente industrial exigiam o rigor e a precisão dos cálculos para o comércio e as trocas, o controle do tempo para o trabalho e as medições rigorosas dos espaços para as máquinas e a organização da cidade. Buscou-se, assim, a construção de instrumentos de precisão e de medida. Este autor entende que isso gerou um horizonte filosófico-cognitivo que elegou a linguagem matemática como o único instrumento que tornava a natureza cognoscível, isto é, sem a linguagem matemática sequer a observação poderia ser feita. Assim, o espaço se confundiria com a geometria, o tempo com sua continuidade numérica e o próprio comportamento humano e social passaria a ser medido em termos de números, pesos e medidas. Além de responder a necessidades objetivas das classes dominantes, essa perspectiva concedeu maior sensação de controle às pessoas, afastando, em tese, as possibilidades de ações de fatores externos e garantindo que o futuro pudesse ser antecipado, desde que fosse regular e imutável.

As mudanças no âmbito científico, incluindo a nomeada Revolução Científica que ocorreu entre meados dos séculos XVI e XVII, não foram mudanças parciais no âmbito de um sistema aceito, ou seja, não se tratou de mudanças parciais na matriz de pensamento eclesial, mas representou a construção de um quadro referencial novo no qual muitas "verdades" consideradas óbvias por séculos foram problematizadas e privadas de sentido (ROSSI, 1992, p. 34). Essas modificações se deram de maneira lenta e contraditória, admitindo diferentes diálogos entre as diversas matrizes de pensamento presentes no momento histórico, desde a emergente e em formação liberal-burguesa até as eclesiais e herege-populares. Os argumentos de autores como Bacon, Descartes e Galileu, em suas principais obras, misturam fundamentações religiosas, leituras da Bíblia e temas científicos. Bacon chega a entender que a observação da natureza é na realidade uma forma de resignação e uma maneira de salvação, considerando a arrogância dos escolásticos e sua atitude soberba perante o mundo que teria despojado o homem da reverência e da humildade necessárias diante do mundo (ROSSI, 1992, p. 77). Do mesmo modo, Descartes funda a faculdade racional humana, em última instância, na ordem divina. Por sua vez, Galileu realiza re-leituras da Bíblia para confirmar a verdade copernicana de que o Sol está no centro do Universo e que a rotação que ele executa sobre si mesmo é a causa do movimento dos planetas.

Com a progressiva consolidação do capitalismo como modo de produção na Inglaterra e o ascenso de um modo de vida liberal, essa fundamentação vai se modificando. O filósofo John Locke é um exemplo disso. No final do século XVII, escreve seu *Ensaio sobre o Entendimento Humano (1690)*, no qual, partindo da separação entre ciência e teologia, entende que não existem idéias ou princípios inatos, sustentando ser a experiência a fonte principal do conhecimento. Do mesmo modo como não existe poder, no âmbito político, que possa ser considerado inato ou de origem divina, não existiriam idéias inatas no espírito humano. Para ele, a razão seria "*a faculdade de deduzir verdades desconhecidas de princípios ou proposições já conhecidos*" (LOCKE, 1999 [1690], p. 39/40), que se desenvolveria no ser humano com o decorrer dos anos. Diferencia, pela primeira vez, qualidades objetivas e qualidades subjetivas na percepção, as primeiras surgiriam a partir da observação, enquanto as segundas da reflexão. Apesar de considerar a existência de Deus, Locke centra sua reflexão no homem e em seus atributos racionais.

No mesmo sentido geral, escrevendo durante a 2ª Revolução Industrial Inglesa que consolida definitivamente o poder político burguês na sociedade inglesa, o escocês David Hume refuta o racionalismo francês, a partir da rejeição da possibilidade de ideias inatas ao ser humano para afirmar categoricamente a existência do conhecimento na própria realidade, a partir unicamente da experiência. A produção de conhecimentos torna-se, assim, um processo, fundamentalmente, empírico no qual o sujeito é o pólo passivo. Não há, nesse sentido, para este autor, universalização que não se baseie na experiência, colocando em questão a lógica dedutiva e causal de Descartes. Para Hume, toda generalização só pode se inferir dos elementos empíricos dados diretamente pela experiência singular, o que se, por um lado, afirma uma dinâmica empirista indutiva, por outro, leva Hume a explicitar os limites do método científico. Nesse contexto, não há certezas absolutas possíveis, uma vez que a generalização desde experiências singulares corre, sempre, o risco de serem refutadas por novas experiências singulares. Nesse sentido, se toda ciência, segundo o autor, deve basear-se na experiência e no método indutivo, é preciso ser cético em relação à ciência. Nas palavras de Hume:

> Em vão pretendereis ter conhecido a natureza dos corpos a partir de vossa experiência passada. Sua natureza oculta e, por conseguinte, todos os seus efeitos e toda sua ação podem mudar, sem que haja qualquer modificação em suas qualidades sensíveis. Certamente, isto ocorre algumas vezes, e com relação a alguns objetos. Porque não poderia ocorrer sempre, e com relação a todos os objetos? Qual lógica, qual processo de raciocínio vos assegura contra esta conjetura? Minha prática, dizeis, refuta minhas dúvidas. Mas, neste caso, confundis o significado de minha questão. Como pessoa que age, estou muito satisfeito a este respeito; mas, como filósofo dotado de alguma curiosidade – não direi ceticismo – quero saber o fundamento desta inferência (HUME, 1992 [1749], p. 84).

É assim que o alemão Immanuel Kant (1724-1804) encontra, em meados do século XVIII, por um lado, o empirismo britânico defendendo uma postura científica puramente experimental, indutiva e cética (Locke e Hume) e o racionalismo francês demarcando a potência de uma razão dedutiva pura e abstrata, representado por Descartes. Ambas as posições são insuficientes para o filósofo alemão que pode, apenas, desejar para o futuro da sociedade alemã aquilo que os franceses entreviam e que os ingleses já desfrutavam com o capitalismo e o liberalismo em consolidação. O isolamento da burguesia alemã do período beirava o sufocante, havendo uma economia estagnada sem um desenvolvimento industrial substantivo, o que emprestou uma forma trágica ao pensamento filosófico e artístico moderno alemão e o orientou para aquilo que só *poderia ser* – ou, para Kant, *deveria ser*.

É a partir desta orientação que Kant supera as correntes anteriores e constrói uma teoria do conhecimento que sintetiza o horizonte filosófico e as orientações teórico-metodológicas da ciência moderna. Com base no trabalho dos físicos e matemáticos, este autor sustenta que não há dúvidas de que todo o nosso conhecimento comece com a experiência, contudo diferencia a matéria da forma desse conhecimento. Para ele, as matérias procedem de fato da experiência (*a posteriori*), no entanto as formas procedem do pensamento (*a priori*), sendo independentes de toda e qualquer experiência (KANT, 2012 [1781], p. 45/46, p. 535/536). Seriam formas "*a priori*" provenientes de uma subjetividade transcendental, a razão, que estaria para além do indivíduo e da história, isto é, a razão conteria os princípios para conhecer algo absolutamente "*a priori"*. São estas formas e princípios que organizam a matéria para torná-la observável e cognoscível. Ou seja, é o sujeito humano que introduz racionalidade e ordem no mundo, através das formas "*a priori"*. Ao mesmo tempo que Kant concorda que as ideias e os fenômenos são particulares e temporais, ele entende que há verdades que transcendem o tempo e são universais. Assim, se a experiência segue sendo importante para o processo de conhecimento, como em Locke e Hume, existe universalidade, a partir deste impulso humano racionalizador, inerente à própria humanidade – diferente da externalidade divina "*a priori"* de Descartes. Por outro lado, Kant diferencia o fenômeno advindo da experiência e a "coisa em si" (*noúmeno*), sustentando que esta escaparia à atividade cognitiva racional, localizando-se em uma área não cognoscível. Não há, neste autor, qualquer relação entre o fenômeno, que possui uma dimensão objetiva, e a "coisa em si" (*noúmeno*).

Desse modo, ao mesmo tempo que este autor fundamenta as formas "*a priori"* na razão humana, ele estabelece limites claros não suscetíveis à razão e ao conhecimento. Estas formas possuiriam funções organizadoras (tempo e espaço) e sintetizadoras (qualidade, quantidade,

causalidade, categorias do conhecimento), que são utilizadas pelo sujeito cognoscente, em busca do acesso ao conhecimento. Para isso, é necessário o respeito a métodos e a disciplinas, a fim de conter os excessos e evitar as fantasias que podem advir do uso equivocado da razão, sendo necessário o que Kant denomina de cânone – um conjunto completo dos princípios "*a priori"* do uso correto de certas faculdades de conhecimento em geral (KANT, 2012 [1781], p. 579). Assim, os métodos são resultados de um processo construído pelo sujeito com base na razão, para garantir a não ocorrência de erros e a construção das leis científicas. É possível perceber que a relação entre sujeito e objeto do conhecimento é consequência da dicotomia entre a forma e a matéria do pensamento, havendo uma demarcação na posição do sujeito no processo de produção de conhecimentos para que a razão possa se exercer plenamente com as formas "*a priori*". Desse modo, Kant articula sua teoria do conhecimento centralmente no sujeito, entendido de maneira abstrata e a-histórica, o que faz com que o filósofo mexicano Sánchez Vázquez sustente que, a partir de Kant, a consciência se torna o fundamento supremo do conhecimento (SÁNCHEZ VÁZQUEZ, 2007, p. 63).

Reproduzindo de forma diversa as cisões do ser humano, Kant entende que o ser humano se divide em razão pura, cujo princípio norteador é a necessidade e que se conecta com a captação da realidade sensível, e em razão prática, cujo princípio norteador é a liberdade e que deve se instituir pela moralidade. Nesse quadro, o ser humano se transforma, de maneira integral, em razão, não existindo, em qualquer nível, o corpo ou alguma sensibilidade estritamente corpórea. Os fenômenos conectados com a razão pura seriam cognoscíveis, enquanto que aqueles conectados com a razão prática não poderiam ser objetos de conhecimento científico (KANT, 2012 [1781], p. 582/584). Por outro lado, é importante perceber que Kant localiza na liberdade a possibilidade de um objetivo transcendental para a existência humana. A liberdade do indivíduo se exerceria perante as entidades e autoridades externas, mas sobretudo perante suas emoções, desejos e paixões, através de seu controle e resistência. Trata-se de uma concepção de liberdade individual e abstrata que sublinha a possibilidade de não interferência dos outros sobre o indivíduo ou sobre sua razão. É esta capacidade que permite o referido impulso humano racionalizador do mundo. Para ele, a liberdade seria o direito fundamental mais importante, advindo do imperativo categórico (*dever ser*) - uma espécie de máxima dada aos homens de forma transcendental – segundo o qual, de maneira sintética, ninguém deve ser instrumento de ninguém. Com isso, apesar de o mundo e a história serem caóticos – vez que dependem do sujeito racional para serem inteligíveis -, Kant sustenta que existe uma linha de desenvolvimento racional e providencial que guiaria a humanidade para uma confederação de repúblicas internacionais em paz perpétua (KANT, 1994

[1795], p. 58/60), mantida por um arcabouço de direito público. Nesse caminho, existiriam cidadãos ativos e passivos, estando, dentre os segundos, as mulheres e aqueles que não possuem condições materiais para exercer a cidadania, ressaltando Kant que, em que pese as desigualdades materiais, todos são iguais perante a lei. Nesse contexto, Kant não reconhece o direito de rebelião ou de revolução, pois significariam um retorno ao estado de natureza.

Em síntese, Kant funda um sistema filosófico capaz de reunir o indivíduo e uma perspectiva universal, com base na liberdade abstrata e na igualdade formal, e consolida, em termos racionais, o escopo liberal-burguês, abrindo o caminho para diversas correntes teórico-práticas. O caminho traçado até Kant demonstra que a construção dos fundamentos da matriz de pensamento liberal-burguesa, com a ascensão desse grupo social ao poder econômico e político nos diferentes países da Europa Ocidental, foi acompanhada por profundas mudanças epistemológicas, teóricas e metodológicas em relação ao conhecimento. Parece-nos que é possível sustentar que o empirismo, o racionalismo e o idealismo conformam correntes teórico-práticas com diferenças internas e entre estas, advindas principalmente das conjunturas enfrentadas em cada um dos territórios e momentos históricos para a consolidação do Estado Nação e para a ascensão político-econômica da burguesia. Estas diferenças imprimem contornos peculiares a cada uma destas correntes, no entanto convergem na construção das principais premissas teóricas e práticas da ordem liberal-burguesa, estabelecendo um sólido horizonte de sentido para a produção de conhecimentos e um conjunto de critérios de cientificidade que garantirão a reprodução desses saberes dentro desses parâmetros. Nos termos propostos pelo filósofo austríaco Mészáros, as premissas práticas centrais, isto é, as determinações sistêmicas e estruturais da organização social burguesa "*foram ativamente internalizadas pelos pensadores e se transformaram em concepções metodológicas e ideológicas essenciais de toda uma época histórica, contribuindo assim muito poderosamente, ao mesmo tempo, para o pleno desenvolvimento e para a contínua e duradoura viabilidade do próprio sistema do capital*" (MÉSZÁROS, 2011, p. 14/15). Dessa forma, referidas premissas afetam "*profundamente a maneira de pensar da grande maioria das pessoas até a nossa época*" (*op. cit.*, p. 14/15).

A matriz de pensamento liberal-burguesa, conectada a uma visão de mundo privatista, elaborou e tematizou conceitualmente a partir do horizonte filosófico burguês e criou dispositivos político-discursivos para justificar e legitimar essa organização social. Conforme tal matriz, em breves linhas, o indivíduo conforma o eixo referencial central da sociedade, o qual, através da razão, pode exercer, em igualdade formal, sua liberdade. Em tese, cada um se torna proprietário de si mesmo, um ente atomizado da sociedade e dos grupos sociais, que

enxerga os "outros" seres humanos como exteriores (GOLDMANN, 1972 [1966], p. 4/5) e com os quais, muitas vezes, deve estar em relação de competição e/ou exploração para alcançar benefícios materiais para sua dimensão individual. Assim, os seres humanos seriam agentes capazes de selecionar os melhores meios para alcançar seus fins privados, instrumentalizando uma ampla gama de dimensões da vida social. Nessa direção, a acumulação de riquezas e bens materiais são vistos como êxitos e sucessos em um caminho individual e racional. A realidade humana se divide no mundo da racionalização, dos meios, da técnica, da eficácia, e no campo dos valores, das emoções e das significações humanas, que estariam ligadas necessariamente ao irracionalismo (KOSIK, 1976 [1963], p. 94). Nesse sentido, a transformação desejada da realidade é sua progressiva racionalização, através do capital, da tecnologia e da mercantilização da vida, devendo ser protagonizada por grupos sociais burgueses, considerados os mais modernos e aptos a construírem essas modificações. A liberdade e a igualdade são concebidas de forma estritamente formal, isto é, garantidas através de diplomas legais e normativos. Ao mesmo tempo, a constante busca pela liberdade individual, como dispositivo político-discursivo, sem implementação material, concede sentido ao horizonte da existência humana.

Assim, o individualismo, a liberdade e a igualdade formais, articulados com o império da razão e com uma perspectiva de universalidade, conformam o sólido substrato teórico-prático desse pensamento, que se expressa em termos epistemológicos, teóricos e metodológicos. Em função disso é que o ponto de partida da razão, meio necessário para se chegar ao conhecimento, é o indivíduo atomizado, que é capaz de se livrar das forças irracionais (KOSIK, 1976 [1963], p. 92). Do mesmo modo, aquele que deseja conhecer a realidade deve se destituir de juízos de valor, de história, de emoções, de desejos e de posição social, para, com o uso da razão, observar e produzir um conhecimento metodologicamente controlado. A utilização estrita de procedimentos metodológicos controlados e pré-determinados, bem como de um formalismo estrito para explicação dos fenômenos, garantirá a validade e a legitimidade do saber produzido. Os instrumentos e os métodos são pensados tendo como referência a necessidade de se controlar o sujeito cognoscente e de se manter a distância entre o sujeito cognoscente e o objeto de estudo, o que garantiria a não incidência da subjetividade humana. No âmbito teórico e discursivo, tudo que não tenha a ver com a objetividade alcançada pelo acesso a essa razão, é irracionalismo, anti-científico e subjetivismo. Vale repisar que a razão foi uma categoria criada para designar um espaço autônomo do próprio corpo humano, da natureza, da vontade, do território e da história, sendo a única capaz de desenvolver os procedimentos de construção de um saber válido. Ou seja, a razão seria uma parte do indivíduo

ontologicamente separada do restante de sua vida, devendo os(as) pesquisadores(as) deixar de lado sua subjetividade para que a razão possa imperar e impedir qualquer contaminação dos resultados da pesquisa científica.

Contudo, o império da razão é nuançado pelo pressuposto kantiano, amplamente aceito e reproduzido, mesmo que de forma não explicitada, segundo o qual a infinitude da realidade impede que o ser humano compreenda sua totalidade, razão pela qual caberia aos homens explicar suas partes ou a agregação destas, com a utilização dos métodos indutivo ou dedutivo. Desse modo, a partir de uma linguagem matemática e formal, explica-se o todo pela junção das partes ou as partes pela fragmentação incessante do todo. Para o sociólogo mexicano Jaime Osorio, o pensamento moderno, baseado nas ciências exatas, busca alcançar aquelas unidades que não são mais passíveis de divisão, supondo que apenas a partir daí, em um processo de agregação das partes indivisíveis, é possível explicar as entidades e as coisas maiores. As unidades teriam consistência real, enquanto que os corpos maiores seriam simples agregados das partes sem partes. (OSORIO, 2014, p. 20/22). Essa perspectiva fragmentária pode ser notada na divisão disciplinar e na fragmentação de especialidades teóricas. Separa-se a compreensão do presente em várias disciplinas e especialidades, sob o argumento de que a entendimento de suas partes gerará a explicação do todo. Isso se relaciona com a compreensão do tempo histórico e com a reiterada supressão da temporalidade histórica para a explicação dos fenômenos (MÉSZÁROS, 2011, p. 10/11), vez que o comando é explicar o presente pelos elementos do presente, construindo uma ruptura entre a realidade e a história[41]. Como já explicitado no capítulo 1, essa ruptura possui contornos mais profundos relacionados à questão do indivíduo como eixo referencial central e primordial. De acordo com o sociólogo romeno Goldmann, sob a perspectiva da razão individual, não há possibilidades de identificação e de reconhecimento histórico, razão pela qual o passado é meramente passado (um acumulado de fatos, muitas vezes problemáticos), não possuindo qualquer importância existencial para o presente e o futuro (GOLDMANN, 1972 [1966], p. 4/5).

Trata-se de lógica formal que impede a apreensão dos movimentos internos processuais, das interseções, das contradições e dos dinamismos presentes na realidade e na história, na medida em que preceitua que, quando alguma coisa é, não é possível dizer que ela, ao mesmo tempo, não seja (OSORIO, 2014, p. 16). Nos termos da física newtoniana, um corpo só se põe

[41] Posteriormente, com o advento das ciências humanas e sociais, consolida-se a carreira de História como disciplina separada. A carreira de História se ocuparia do passado enquanto as outras disciplinas, como Economia e Sociologia, se ocupariam do presente de maneira separada. Disciplinas fundamentais, que deveriam ser tomadas de maneira imbricada para a compreensão da realidade, acabam se consolidando como guetos acadêmicos, sendo erigidos verdadeiros muros entre referidas áreas.

em movimento se uma força exterior o retira da inércia, assim como dois corpos não podem ocupar o mesmo lugar ao mesmo tempo. Isso funciona de forma associada à imposição de categorias binárias e dualistas, que se desenvolvem como pressupostos de compreensão da realidade, inclusive nas ciências naturais, e que têm como referências necessárias a sociedade europeia (pré-capital/capital, não europeu/europeu, primitivo/civilizado, tradicional/moderno, mágico-mítico/científico). Nesse sentido, a socióloga brasileira Sardenberg (2002, p. 96/97) preceitua que a denominada ciência moderna desenvolveu-se a partir de uma estruturação conceitual do mundo que incorporou, no seu vértice, ideologias de gênero, historicamente específicas, prenhes de pressupostos dualistas e dicotômicos. Essa autora sustenta que tal estruturação foi fundamentada em uma lógica binária, construída a partir de pares, que se conformou com base nas diferenças percebidas entre os sexos e nas desigualdades de gênero. Isso gerou não apenas a exclusão das mulheres do mundo da ciência, mas exerceu um papel determinante no conteúdo dos conhecimentos produzidos (HARDING, 1987).

Aliás, os pressupostos do pensamento científico moderno são expressões e desenvolvimentos discursivos de cada um dos processos que fizeram parte da intitulada *acumulação primitiva de capital* (1. expansão colonial, racialização do mundo e opressão/exploração das raças não-brancas, 2. subjugação coletiva dos(as) trabalhadores(as) e 3. opressão das mulheres e construção de um sistema patriarcal mais opressivo), que terminou por estruturar as condições necessárias para o nascimento e a consolidação do capitalismo. Por exemplo, a perspectiva de que a explicação das coisas e dos fenômenos é alcançada pela divisão ou pela agregação de suas partes, por um indivíduo neutro e controlado, ocorre no mesmo momento histórico em que uma maior eficiência no processo de trabalho é alcançada pela fragmentação do processo de trabalho e pela alienação[42] do trabalhador daquele processo produtivo, ocasionada pela retirada violenta de seus meios de produção e de subsistência.

[42] Utilizamos alienação/estranhamento no processo produtivo no sentido geral usado por Marx. Sem adentrar nas diferenças entre alienação e estranhamento (RANIERI, 2006, p. 13/14), este autor mostrou que o trabalho subordinado ao capital gera um estranhamento/alienação do ser humano em relação ao produto de seu trabalho, isto é, o(a) trabalhador(a) "*se relaciona com o produto de seu trabalho como [com] um objeto estranho [...] quanto mais o trabalhador se desgasta trabalhando, tanto mais poderoso se torna o mundo objetivo, alheio que ele cria diante de si, tanto mais pobre se torna ele mesmo, seu mundo interior [e] tanto menos [o trabalhador] pertence a si próprio*" (MARX, 2004 [1844], p. 81). Assim, o homem[a mulher] torna-se estranho, alheio e hostil em relação ao mundo exterior sensível e à natureza. Mas não só, o estranhamento/alienação se dá em relação ao próprio ato de produção, que passa a ser externo ao(à) trabalhador(a), isto é, não pertencer ao seu ser, não desenvolver nenhuma energia física e espiritual livre, não lhe oferecendo qualquer satisfação. Como se o ser humano, no trabalho, não pertencesse a si mesmo (*op. cit.*, p. 83). A consequência, para Marx, de o homem [e a mulher] estar estranhado do produto de seu trabalho, de sua atividade vital e da natureza é o estranhamento/alienação do homem pelo próprio homem, uma vez que o ser humano acaba por estranhar/estar alienado do próprio gênero humano. Mészáros (2006) mostra como a alienação, na obra de Marx, possui dimensões econômicas, políticas, ontológicas, morais e estéticas, que funcionam na submissão do trabalho como atividade livre e consciente do ser humano e na subjugação da vida social e espiritual do trabalhador.

Em relação à racialização do mundo, o filósofo colombiano Santiago Castro-Goméz (2010, p. 185/186) afirma que o discurso da pureza epistêmica compõe a mesma matriz do discurso da pureza de sangue, isto é, com a racialização do mundo foram erigidas fronteiras epistêmicas que tornaram formas de produzir conhecimentos advindas de outros povos e regiões ilegítimas e inválidas. É assim que o conceito de razão se articula com a ideia de raça e a centralidade da Europa Ocidental, no mercado mundial, se transfigura para a noção da natural superioridade racial do povo europeu em relação aos outros povos (QUIJANO, 2005, p. 111). O próprio ser racional, sujeito cognoscente, dos teóricos modernos é uma referência direta aos homens brancos e europeus das classes dominantes e não às e aos trabalhadores, às mulheres e aos escravos. Há, ainda, uma conexão direta da razão com qualidades consideradas masculinas e das classes dominantes europeias naquele momento histórico, enquanto que as emoções, as paixões e o irracionalismo são consideradas qualidades femininas e estão ligadas aos atributos centrais dos povos considerados não civilizados.

Cumpre salientar que o chamado Século das Luzes ou Iluminismo europeu, vivido no século XVIII, com o suposto florescimento da razão como parâmetro universal para mudanças necessárias na sociedade, conviveu sem problemas e foi sustentado por uma espoliação e exploração sem precedentes dos povos colonizados da América Latina, da África e da Ásia. As luzes da modernidade possuíam como face constitutiva o genocídio, a espoliação e a escravidão dos povos do além-mar. A repressão europeia à Revolução Haitiana de 1804, uma revolução negra e anti-colonial, que se forjou com base nos princípios e nos valores da Revolução Francesa, é exemplificativa para demonstrar que a racionalidade, a liberdade e a igualdade não estavam franqueadas, na prática, aos povos negros, indígenas e mestiços da América Latina.

Essa forma de produzir conhecimentos científicos foi declarada pelos Estados e classes dominantes da Europa Ocidental, centro do mercado mundial naquele momento histórico, como a única legítima e a verdadeiramente universal, enquanto que todas as outras formas foram consideradas ilegítimas e inválidas e conectadas com formas mágicas, míticas, arcaicas e obscuras. Nesse contexto, a Universidade, que já existia durante a Idade Média, se reproduziu não apenas como espaço privilegiado da produção do tipo dominante de conhecimento, mas se tornou prioritariamente a instituição capaz de estabelecer os limites entre o saber legítimo e ilegítimo e apta para julgar o passado, o presente e o futuro da sociedade, segundo critérios racionais tidos como superiores (CASTRO-GOMÉZ, 2007, p. 80). Nesse sentido, segundo Mészáros, o postulado abstrato da universalidade do conhecimento produzido pela ciência moderna funciona também como um dispositivo que permite teoricamente transcender de maneira especulativa e imaginária as contradições sociais, colocando na ciência "*a expectativa*

de solucionar os problemas da humanidade exclusivamente por meio do avanço da ciência e da tecnologia produtiva [...] sem a necessidade de uma intervenção substancial no plano da própria estrutura social contestada de forma antagônica" (MÉSZÁROS, 2011, p. 19/20).

Portanto, ao expressar e articular historicamente a perspectiva da burguesia, a ciência moderna se conforma como "*a expressão suprema do modo burguês de produção de conhecimento*" (LANZ, 1981, p. 161 apud LOWY, 1994, p. 207), sendo suas principais diretrizes e instrumentos, ao mesmo tempo, teórico-metodológicos e político-ideológicos. Ou seja, suas determinações, ao estabelecerem princípios, procedimentos e processos, se vinculam ao ponto de vista de classe burguês e dificultam a apreensão das reais conexões entre elas e os grupos sociais. Por outro lado, as dimensões da matriz de pensamento liberal-burguesa, notadamente sua dimensão ideológica, se comunicam e dialogam com outras matrizes de pensamento e visões de mundo, sendo construídas e reproduzidas no calor dos conflitos sociais e dos anseios individuais e coletivos. E, nesse movimento, muitas vezes contraditório, vão se originando lutas sociais, formas de pensar, novas nuances e outros caminhos e trajetórias.

Um exemplo disso é o processo social da Revolução Francesa de 1789. Mais que uma revolução burguesa, esta envolveu os grupos populares a partir da apropriação do horizonte discursivo da igualdade, liberdade e fraternidade, o que concedeu um escopo social mais amplo aos acontecimentos. Uniu-se aos referidos ideais, mesmo que limitados na prática ao escopo formal e jurídico, a perspectiva da soberania popular. Contribuiu, para isso, os escritos do teórico suíço Jean Jacques Rousseau (1712-1778), cujo pensamento se difere das correntes liberais, ao conceber o fundamento do contrato social – para que os indivíduos vivam em sociedade – na soberania do povo, a partir do qual seriam garantidos os direitos de todos os cidadãos, concedendo materialidade aos ideais de igualdade e de liberdade (ROSSEAU, 1964 [1762]). Os contornos da Revolução Francesa foram mais radicais e levaram, inicialmente, a burguesia a um enfrentamento direto com a nobreza e o Estado Monárquico, bem como a uma problematização e atuação social e popular para a ampliação dos direitos civis. Durante a revolução, houveram, dentre outras mobilizações, mulheres revolucionárias defendendo o sufrágio feminino e a ampliação dos direitos, havendo uma retomada da organização e da mobilização feminina. Em 1793, foi fundada a Sociedade Popular das Mulheres na França, com participação da pensadora e militante Olympe de Gouges (1748-1793), que, dois anos antes, em 1791, havia publicado, em contraposição à *Declaração dos direitos do homem e do cidadão* da França, a *Declaração dos direitos da mulher e da cidadã*. Nesse texto, a autora, além de defender a igualdade de direitos da mulher à educação, ao voto, à propriedade privada, aos cargos públicos, à herança e ao reconhecimento dos filhos nascidos fora do casamento, sustenta

o direito das mulheres em se associar politicamente e de resistir frente a opressão. Termina a declaração conclamando o despertar das mulheres, para reconhecer os seus direitos, uma vez que "*a força da razão se faz escutar em todo o Universo*" (GOUGES, 1791). Esta autora alia sua perspectiva com a luta pela abolição da escravidão dos africanos e indígenas, mas acaba, por seus posicionamentos pacifistas contrários aos desdobramentos da Revolução Francesa, sendo guilhotinada (MORAES, 2016, p. 10/11). Com trajetória similar em relação à intensa militância e ao enfrentamento à moral opressiva da época, a pensadora inglesa Mary Wollstonecraft (1759-1797), como participante ativa dos processos políticos da Inglaterra, denunciou a condição de opressão da mulher na sociedade inglesa, recolocou a divisão entre público e privado e defendeu a igualdade de direitos para as mulheres. Em seu livro *Reivindicação dos Direitos da Mulher*, publicado em 1792, a autora sustenta a importância da educação para a emancipação das mulheres, argumentando que uma educação mais sólida e mais viril permitiria à mulher desenvolver e cultivar sua razão. Mesmo operando com dispositivos da matriz de pensamento liberal-burguesa, Mary assevera que "*é hora de efetuar uma revolução nos modos das mulheres – hora de devolver-lhes a dignidade perdida – e fazê-las, como parte da espécie humana, trabalhar reformando a si mesmas para reformar o mundo*" (WOLLSTONECRAFT, 2016 [1792], p. 69). É possível dizer que estas formulações, práticas sociais subjacentes e organizações expressam o início do delineamento da matriz de pensamento feminina na Europa.

Outro exemplo de pensamento gestado dentro da matriz de pensamento liberal-burguesa, mas que tensiona profundamente seus limites, é o produzido pelo filósofo alemão Georg Wilhelm Friedrich Hegel (1770-1831), que ao mesmo tempo que parte de Kant, localizando-se no idealismo alemão, rompe com este autor, abrindo uma nova seara de reflexão na construção de saberes. Para Hegel, a concepção de razão deve ser ampliada para designar os desejos e as paixões, para incorporar a vida concreta dos seres humanos[43], expandindo seu campo para as dimensões da sensibilidade e das emoções (HEGEL, 1969, p. 39). Para ele, é necessário juntar espírito e corpo, não havendo dissociação entre o mundo das ideias e o mundo sensível. Hegel, em toda a sua obra, busca lidar e superar as dualidades, as cisões e as divisões, almejando a totalidade. Nesse sentido, o Espírito Absoluto estaria entranhado no mundo, isto é, se desdobraria não só no mundo propriamente espiritual ou das ideias, mas também na própria

[43] Hegel funda, em que pese conectar a razão a elementos concretos da vida, sua concepção de razão na Providência Divina. Nos termos propostos por ele, "*a verdade de que uma Providência, aliás uma Providência divina, presida aos acontecimentos do mundo corresponde ao declarado princípio. Porque a Providência divina é a sabedoria com infinito poder, que realiza seu fim, isto é, a finalidade racional e absoluta do mundo: a razão é o pensamento totalmente livre determinando-se a si mesmo*" (HEGEL, 1969, p. 42).

natureza e na história humana (SÁNCHEZ VÁSQUEZ, 2007, p. 67). Tudo seria uma fenomenização da atividade espiritual, inclusive a atividade prática, material e o trabalho. Assim, a história universal seria "*a exteriorização do espírito no tempo*" como um "*processo racional e necessário do espírito universal – espírito que é uno e idêntico à natureza*" (HEGEL, 1969, p. 40, 63), sendo suas "*transformações um processo para o melhor, o mais perfeito*" (*op. cit.*, p. 55). Contudo, em que pese esse sentido geral dado pela Providência divina, é necessário compreender as vias providenciais, os meios e as manifestações desta. É, nesse contexto, que, para Hegel, a realidade mesma seria uma síntese de multi-dualidades, isto é, existiriam dualidades diversas em movimento dentro de uma mesma totalidade, sendo a relação de causalidade das ciências naturais insuficiente para explicar esse processo. Para apreende-lo e alcançar a verdade – que para Hegel não é um pensamento simples e vazio -, este autor utiliza dois conceitos: *desenvolvimento* e *concreto*. O primeiro deles designaria dois estados divergentes:

> [...] o primeiro é o que é conhecido como disposição, capacidade, o ser em si (como eu chamo), *potentia* [...]; o segundo é o ser por si, a actualidade, *actus*, [...]. Se, por exemplo, dissermos: o homem é, por natureza, racional – queremos significar que ele tem a razão em potência, em germe: neste sentido, o homem tem razão, intelecto, fantasia, querer, desde o instante do nascimento, até mesmo no útero materno. Mas enquanto a criança só tem a potência ou a possibilidade real da razão, é como se não tivesse razão: a razão não existe ainda nela, porque ela nada pode fazer de racional e carece de consciência racional. Só no acto em que o homem devém por si aquilo que em si é, e isto é a razão por si, é que o homem tem actualidade naquele determinado aspecto e é racional, quer dizer chega efetivamente à razão por si (HEGEL, 1980, p. 61)[44].

Assim, dentro da lógica hegeliana, algo é e não é ao mesmo tempo, estando em constante movimento. O desenvolvimento seria uma atividade formal do ato sem conteúdo, no entanto o próprio ato, que tem por fim a atividade, é determinado pelo movimento. O ato seria precisamente o "*compreender em si tais momentos distintos*" (HEGEL, 1980, p. 65) - o *ser em si* e o *ser por si*, sendo uno, isto é, uma unidade dos distintos. Este seria o *concreto* como unidade de distintas determinações, que contempla a própria idéia, o sujeito e o produto desse movimento. Desse modo, a razão humana deve visar o concreto. De acordo com Hegel, unindo o conceito de concreto com o do desenvolvimento, temos o movimento do concreto, que deve "*devir por si mesmo; como em si ou possibilidade é somente distinto em si, não ainda posto*

[44] Com base nisso, Hegel entende que esta é "*a diferença entre os povos africanos e asiáticos por um lado, e os gregos e romanos e modernos por outro, reside precisamente no facto de que estes são livres e o são por si; ao passo que aqueles o são sem saberem que o são, isto é, sem existirem como livres*". Assim, os povos africanos se contentariam com o regime de escravidão, como se não houvesse a mais absurda violência e o mais amplo genocídio (HEGEL, 1980, p. 62).

como distinto, mas ainda na unidade" (*op. cit.*, p. 66). Desse modo, o concreto seria, ao mesmo tempo, simples e diverso, sendo esta contradição interna o que provoca o desenvolvimento e leva as diferenças à existência. Contudo, "*simultaneamente, a diferença é satisfeita no seu direito, que consiste em ser reabsorvida, e portanto superada, uma vez que a sua verdade é só ser no uno.*" (*op. cit.*, p. 66). Portanto, o fato concreto carrega em si as dualidades e os distintos, estando em constante movimento e transformação. Esta é decadência e nascimento - "*se a morte sai da vida, também a vida sai da morte*"[45] – em uma concepção que valoriza as potências em desenvolvimento, uma vez que "*o germe traz em si toda a natureza da árvore, o gosto, a forma dos frutos, [e] os primeiros vestígios do espírito contêm virtualmente toda a história*" (HEGEL, 1969, p. 44).

A filosofia deve utilizar o conhecimento racional para demonstrar, contra o intelecto [conhecimento intelectivo que se ocupa de abstrações], que a verdade, a ideia, não consiste em "generalidades balofas" e sim em um universal que é em si mesmo o particular, o determinado (HEGEL, 1980, p. 66). Diferencia, assim, ciência de filosofia, argumentando que a ciência está conectada com objetos finitos e fenômenos, que possuem princípios e leis gerais pelas quais se regem. Contudo, todo seu método, formas de pensamento, pontos de vistas são frutos de um tempo histórico, isto é, "são propriedade comum da específica cultura do tempo e do povo" (HEGEL, 1969, p. 105/106). Já a filosofia pretende apreender o universal, as causas das coisas, sendo algo mais que a compilação de informações e exigindo do(a) pesquisador(a) uma atitude de não submissão ao dado. Assim, rejeita o método das ciências naturais para a compreensão da realidade.

Em termos teórico-metodológicos, Hegel não diferenciou sujeito cognoscente e objeto a ser conhecido, na medida em que ambos seriam desdobramentos do Espírito Absoluto e se determinariam mutuamente. Nesse contexto, é necessário que a consciência se eleve ao conhecimento do Absoluto, isto é, percorra o caminho que vai da diferenciação entre o sujeito (consciência do objeto) e objeto (objeto da consciência) até a anulação de toda objetificação, de toda alienação, com a consciência da natureza espiritual de todos os objetos. Nesse sentido, para Hegel, a Ideia Absoluta que corresponde à realidade é a identidade entre a Ideia Teórica e a Ideia Prática (HEGEL, 2016 [1812]). Desse modo, o conhecimento é alcançado pela superação da diferenciação entre sujeito e objeto, entre subjetivo e objetivo, entre teoria e prática, promovida pelo sujeito e propiciada pelo Espírito Absoluto. Segundo Hegel, a verdade

[45] De acordo com Hegel, esta é uma grande ideia que os orientais conceberam e que faz parte do "*mais alto pensamento de sua metafísica*" (HEGEL, 1969, p. 64).

só é compreendida na unidade entre a identidade e a diversidade e o princípio da identidade é realmente de essência não apenas analítica mas também sintética, contendo sua própria diferença. Desse modo, Hegel entende que seria possível conhecer a "*coisa em si*", não havendo um abismo intransponível entre a consciência comum e a consciência filosófica.

Este filósofo manteve, como em Kant, a fonte do conhecimento e da liberdade no sujeito e em sua consciência, contudo recolocou o debate através da dialética. Para ele, é necessário harmonizar a liberdade subjetiva e objetiva, considerando que estas se realizam no mundo e na vida. Sua concepção de ser humano o coloca sempre em relação à sociedade, sendo crítico à forma atomista de percepção do indivíduo. Este autor se mostrou crítico ao mercado e à atuação estrita segundo interesses privados, elaborando a idéia de um Estado Ético, em unidade contraditória com a sociedade civil. Para ele, o Estado Prussiano, alcançado após a unificação alemã, seria a realização histórica do Espírito Absoluto. Esse pensamento expressa o projeto político-histórico compartilhado por Hegel em seu momento histórico, que objetivava a construção de um Estado forte capaz de conformar uma verdadeira unidade dos territórios alemães, após a traumática experiência da invasão napoleônica (ARGUMEDO, 1993, p. 71).

Hegel, assim, caminha no sentido de articular unidade e diversidade, teoria e prática, sujeito e objeto, e de compreender os movimentos internos, articulados e contraditórios da realidade e da história, em que pese seu sublinhado idealismo. Nesse caminho, rompe, em algumas direções, com as premissas da matriz de pensamento liberal-burguesa, contudo, mesmo sob outros fundamentos, acaba por conceder justificativas ao fortalecimento dos aparatos estatais e por reconhecer no capitalismo uma forma viável de organização social, sendo também fruto do desenvolvimento do Espírito Absoluto (MÉSZÁROS, 2011). Ademais, Hegel demarca que a missão do filósofo seria apenas compreender a realidade e não transformá-la (SANCHEZ VAZQUEZ, 2007, p. 111), imprimindo uma dinâmica conservadora à produção de conhecimentos.

Nesse mesmo período histórico, na França, começa a se conformar as *ciências sociais* como campo científico específico. Como nos lembra Edgardo Lander, a definitiva emergência desse campo tem como piso a derrota da resistência dos hereges, dos camponeses e dos trabalhadores, em um momento no qual, na Europa Ocidental, "*as lutas sociais já não têm como eixo o modelo civilizatório e a resistência a sua imposição, mas passam a definir-se no interior da sociedade liberal*" (LANDER, 2000, p. 13). Assim, as ciências sociais refletem a consolidação política da ascensão burguesa e do mercado mundial, representada pela derrota dos projetos político-históricos dos trabalhadores e dos povos originários da América Latina e da África e pela mudança do arranjo sociopolítico no poder.

2.2 **As principais correntes teórico-práticas da Sociologia na Europa**

No curso do século XIX, a partir de um processo de intensa interação entre as correntes teórico-práticas presentes nas ciências naturais, serão elaboradas, no âmbito das ciências sociais, diferentes formas de lidar, de explicar e de compreender a realidade e os fenômenos sociais, isto é, modos particulares de desenvolvimento teórico-discursivo, conectadas com as conjunturas de cada espaçotemporalidade. Algumas correntes teórico-práticas ligadas à matriz de pensamento liberal-burguesa, outras em diálogo contraditório com a mesma ou, ainda, outras em crítica contundente a esta, contribuindo para a conformação de outras matrizes de pensamento. Cada uma delas contém entendimentos relativos aos atores coletivos e a seu papel na sociedade, delineando os antecedentes teóricos da *Sociologia dos Movimentos Sociais*. Exporemos, de modo esquemático e sintético, a seguir, as quatro principais correntes teórico-práticas (positivismo, historicismo, fenomenologia e marxismo) no nascente campo das ciências sociais que mais influenciaram as orientações teórico-metodológicas no século XIX e no começo do século XX, através da apresentação de alguns autores(as) emblemáticos(as) e exemplificativos(as) do debate científico de sua espaçotemporalidade. Centrar-se-á nos posicionamentos epistemológicos e teórico-metodológicos desses(as) autores(as), bem como nos tratamentos concedidos aos sujeitos coletivos, buscando construir os fluxos contraditórios e complexos dessa construção. É certo que muitos(as) autores(as) com igual importância para a estruturação das ciências sociais, devido à rigorosa seleção e necessária delimitação, não foram contemplados em função dos limites dessas páginas.

2.2.1 Positivismo

O positivismo, como corrente teórico-prática, se firmou, a partir do século XIX, como o principal parâmetro para a construção de conhecimentos científicos na área das ciências sociais. Essa corrente, em linhas gerais, iniciou sua trajetória aplicando as premissas das ciências naturais às ciências sociais, ao buscar a explicação dos fenômenos sociais através da explicitação de suas leis invariáveis e naturais, a partir de um processo metodologicamente controlado realizado por um sujeito individual, distante e neutro. Nesse sentido, o método científico seria homogêneo para todas as ciências e condição necessária para se chegar à

verdade e ao conhecimento considerado legítimo. Em sua diversidade interna, inclui tanto iniciativas mais racionalistas e dedutivas quanto experiências mais empiristas e indutivas. Essa diferença, que, na maioria das vezes, mantém intactas e pressupostas as premissas da matriz de pensamento liberal-burguesa, é reproduzida, no campo das ciências sociais, posteriormente, como a distinção entre os métodos quantitativos e os qualitativos de pesquisa.

Os primeiros pensadores a aplicarem o modelo das ciências naturais para a explicação dos fenômenos sociais, ainda no século XVIII, foram o enciclopedista Condorcet e o socialista utópico Saint Simon (LÖWY, 1994, p. 19/22). Ambos defendiam a construção de uma ciência neutra e imune aos interesses da Igreja e da aristocracia. Já no século XIX e diante da hegemonia burguesa, é com o francês Augusto Comte (1798-1857) que essa abordagem se tornou um sistema teórico orgânico e capaz de influenciar todos os campos das ciências humanas. Este autor buscou construir uma física social a partir da aplicação dos métodos de pesquisa e de observação das ciências naturais. Inspirado nos ensinamentos de Bacon, Galileu e Descartes, Comte sustentou que a sociedade funcionava através de leis fundamentais da evolução humana, independentes da vontade e da ação humanas, as quais devem ser descobertas, de forma precisa, por meio do uso do método positivo baseado na observação, na experimentação, na comparação e na formulação de leis. Para ele, o pensador deve se limitar a observar os fenômenos sociais e a fixar relações regulares entre eles, em um momento específico ou no decorrer de um tempo. Os fenômenos sociais estariam necessariamente determinados por uma trajetória inevitável de todas as sociedades humanas, sendo o desígnio único da história o progresso do espírito humano, que expressaria o desenvolvimento do espírito científico e/ou inteligência (COMTE, 1983 [1830], p. 195). Este autor possuía uma visão totalmente unificada da história e de todos os povos, considerando a sociedade industrial a mais desenvolvida e científica e explicando as diferenças ou o não desenvolvimento de outros territórios e povos, principalmente, por questões de raça, clima e ação política (ARON, 1993, p. 92). No que tange à ação política, esta é entendida de maneira relativizada, na medida em que o curso inevitável da história independe desta ação que pode tão-somente agilizar ou atrasar seu desenrolar.

Nesse contexto, é possível afirmar que a teoria comtiana sustenta uma perspectiva da incapacidade dos indivíduos e dos atores coletivos para modificarem substancialmente a história, tendo em vista o *devenir* histórico necessário. Assim, apesar de a ação contestatária ser visível para Comte, ela está conectada aos obstáculos desse *devenir*, comparada a doenças e crises no organismo individual, não expressando projetos, visões e pensamentos divergentes. Senão vejamos:

> […] a marcha da civilização não se realiza, propriamente, segundo uma linha reta, mas segundo uma série de oscilações, desiguais e variáveis, como na locomoção animal, em torno de um movimento médio, que tende sempre a predominar, e cujo conhecimento exato permite regularizar previamente a preponderância natural, diminuindo as oscilações e as hesitações mais ou menos funestas que lhes correspondem. Seria, contudo, exagerar o alcance real de tal arte, embora cultivada tão racionalmente quanto possível, e aplicada em toda a extensão conveniente, atribuir-lhe a propriedade de impedir, em todos os casos, as revoluções violentas que nascem dos obstáculos que se opõem ao curso espontâneo da evolução humana. No organismo social, em virtude da sua maior complexidade, as doenças e crises são, necessariamente, ainda mais inevitáveis, sob muitos aspectos, do que no organismo individual. No entanto, enquanto a ciência real é forçada a reconhecer sua impotência momentânea e fundamental diante de desordens profundas ou de pressões irresistíveis, pode ainda contribuir utilmente para atenuar e, sobretudo, para abreviar as crises, graças à apreciação exata de seu caráter principal e à previsão racional da sua solução final, sem renunciar jamais a uma intervenção prudente, a menos que sua impossibilidade seja suficientemente constatada. Aqui, como em outros pontos, e mais ainda do que em outros, não se trata de controlar os fenômenos, mas apenas modificar seu desenvolvimento espontâneo; isso exige, é evidente, o conhecimento prévio de suas leis reais." (COMTE, 1983 [1830], p. 213/214, grifos nossos).

Portanto, o papel da ciência seria "abreviar" essas crises ou contestações, seria garantir o curso do *devenir* histórico necessário, através da apreensão das leis desse desenvolvimento e de sua previsão racional. Desse modo, o(a) sociólogo(a) deve contribuir na realização dessa ordem (ARON, 1993, p. 73), exigindo implicitamente que o(a) pesquisador(a) se vincule com o projeto de sociedade moderna e capitalista, que, para Comte, era o estágio mais desenvolvido e autêntico das sociedades humanas. Para este autor, a realidade é entendida como algo dado, "*considerando como absolutamente inacessível e vazia de sentido para nós a investigação das chamadas causas, sejam primeiras, sejam finais*" (COMTE, 1983 [1830], p. 7). Assim, a sociedade seria algo que simplesmente é e que obedece, através de leis universais, a um percurso histórico necessário e racional, não cabendo aos estudiosos problematizar as razões que a levaram a se conformar de determinada forma. Comte utiliza duas categorias centrais para apreender esse panorama: a estática – estudo do consenso social, sua estrutura e órgãos essenciais – e a dinâmica – descrição das etapas sucessivas percorridas pelas sociedades humanas (ARON, 1993, p. 101). Com isso, Comte acabou, através de um método que nega a história e de uma postura a-crítica, por não apenas naturalizar a organização capitalista da vida social, mas principalmente por comprometer a sociologia com a sua construção[46].

Seguindo as diretrizes positivistas, o sociólogo francês Durkheim (1858-1917), um dos atores da institucionalização acadêmica da Sociologia no século XIX, tomou, como modelo para explicar a sociedade, os organismos fisiológicos. Este autor elegeu os fatos sociais como

[46] Um dos propagadores do positivismo de Comte, especificamente em relação a suas concepções sobre a produção de conhecimentos científicos, foi, na Inglaterra, o pensador John Stuart Mill, que alcançou uma conexão entre os temas da economia política e a teoria do conhecimento.

os objetos da Sociologia, denominando-os como fenômenos que possuem a propriedade de existir fora das consciências individuais e que são dotados de um poder coercitivo em relação aos indivíduos (DURKHEIM, 2007 [1895], p. 2/10). Seriam certas maneiras de agir e de pensar que adquirem, em função de sua repetição, um tipo de consistência que precipita e as isola dos acontecimentos em particular. Valorizava, assim, as dimensões da realidade social que conformam o que ele denomina de consciência coletiva e comum, isto é, o conjunto das crenças e dos sentimentos comuns à média dos membros de uma mesma sociedade, que possui vida própria independe das condições particulares dos indivíduos (DURKHEIM, 1999 [1893], p. 50/51). A sociedade mesma seria esse tipo coletivo que se expressaria por um sistema de funções diferenciadas e especiais unidas por relações definidas, tal como um sistema fisiológico e/ou orgânico. Para ele, as leis sociais seriam tão necessárias como as leis físicas e naturais, ou seja, os fenômenos humanos, na esteira do pensamento de Comte, seriam explicados através de leis gerais, universais e abstratas, que independem da vontade humana e que conectam cada mecanismo social a uma função. Nessa perspectiva, o indivíduo é, na prática, sobre-determinado de maneira unilateral pela ordem social. Em virtude disso, Durkheim entende que a sociedade tende à harmonia, ao equilíbrio e à coesão. Por isso, este autor, em seus estudos, tenta identificar as tendências e os fatores que contribuem e que se mostram úteis para essa coesão e equilíbrio. Contudo, não problematiza substancialmente a pretendida harmonia da sociedade, reconhecendo nela um sistema a ser reproduzido. Por meio desse esquema conceitual, este pensador acaba por reconhecer a ordem capitalista e as desigualdades decorrentes de sua sistemática como naturais e funcionais[47], trabalhando para garantir a coesão dessa sociedade.

Desse modo, tudo que tender a enfraquecer o estado forte de consciência coletiva existente na sociedade ou tentar impedir o exercício de alguma função do sistema social dever ser afastado e reprimido energicamente para manter a integridade do funcionamento do sistema

[47] Durkheim externou críticas à grande indústria e à esfera econômica (1983 [1934], p. 10; 1999 [1893], p. IX), em função da ausência de um corpo jurídico e moral que regulamentasse, com mais precisão, essas áreas. Essa ausência estaria implicando o desenvolvimento de egoísmos individuais, de desconfiança mútua e a prevalência da lei do mais forte. No entanto, Durkheim propõe mudanças e soluções somente no interior da ordem capitalista de organização da vida social (1983 [1934], p. 34). A solução proposta passa pela organização dos grupos profissionais incluindo empregados e empregadores, a fim de dotar o ambiente econômico de uma moralidade. Entende que a associação dos indivíduos não se dá estritamente pelos interesses comuns, mas também "pelo prazer de fundir-se com muitos, não se sentir perdido entre adversários, pelo prazer de comunicar, isto é, ao cabo, para poder levar junto a mesma vida moral" (*op. cit.*, p. 23). Nesse sentido, os grupos profissionais funcionariam, sobretudo, para manter a coesão social mais ampla. Além disso, estes grupos profissionais seriam responsáveis por proteger o indivíduo da tirania do Estado, garantindo-lhe liberdade e independência. E, ao mesmo tempo, o Estado protegeria os indivíduos dos grupos intermediários e de seu poder de reprimir e abafar iniciativas individualistas, garantindo as liberdades individuais e evitando o "particularismo coletivo" (*op. cit.*, p. 56/58).

(DURKHEIM, 1999 [1893], p. 68). As ações contestatárias dos sujeitos coletivos, no interior desse esquema conceitual, são vistas como danosas ao funcionamento harmonioso da sociedade. Apesar de Durkheim admitir que, nas manifestações e nas assembleias, existem crenças e práticas que, sem forma cristalizada, são compartilhadas de maneira objetiva e possuem ascendência sobre o indivíduo, este autor utiliza essa descrição para justificar como os indivíduos muitas vezes são arrastados em ações coletivas contra a sua vontade e como, muitas vezes, pessoas inofensivas podem, reunidas em multidão, deixar-se conduzir a atos de atrocidade. Quando este autor trabalha a questão dos grupos profissionais como meios para dotar de moralidade o ambiente econômico, ele entende essas organizações coletivas como meios para o fortalecimento da solidariedade social, o que seria central para manter a coesão social e o funcionamento societal (DURKHEIM, 1983 [1934], p. 26). Parece-nos que a tendência necessária à harmonia ensejada pelas leis sociais, no esquema conceitual durkheimiano, impede a visualização da atuação e/ou qualquer ação propriamente dita de transformação dos movimentos organizados ou grupos sociais, devendo os(as) pesquisadores(as) compreenderem que "*os fenômenos físicos e sociais são fatos como os outros, submetidos a leis que a vontade humana não pode interromper a sua vontade, e que, por consequência, as revoluções no sentido próprio do termo são coisas tão impossíveis como os milagres*" (DURKHEIM, 1975 [1886-1887], p. 485 apud LÖWY, 1994, p. 27).

Em termos teórico-metodológicos, Durkheim sustenta a necessidade de se isolar o fato social e observá-lo em estado de pureza, a fim de apreender esse fenômeno como coisa externa ao indivíduo e separar tais fatos de suas repercussões individuais. Nesse contexto, os dados estatísticos emergem como parâmetro fundamental, na medida em que cada número compreende todos os casos individuais indistintamente e as circunstâncias particulares se neutralizam, passando a exprimir um certo estado de alma coletivo[48]. A primeira regra do método durkeimiano, construída a partir de leituras dos escritos de Descartes e Bacon[49], diz respeito à necessidade de se descartar sistematicamente todas as pré-noções, os sentimentos, as crenças políticas, as práticas morais e todas as concepções formadas historicamente. Apenas

[48] Nesse sentido é que o suicídio se torna um fato social para Durkheim, na medida em que o conjunto de mortes voluntárias expressaria um estado novo e coletivo *sui generis,* expressado pelo dado estatístico (DURKHEIM, 2004 [1897], p. 8).

[49] Durkheim salienta que esta regra sobre a necessidade de se descartar sistematicamente todas as pré-noções "*é a base de todo método científico. A dúvida metódica de Descartes, no fundo, não é senão uma aplicação disso. Se, no momento em que vai fundar a ciência, Descartes impõe-se como lei pôr em dúvida todas as ideias que recebeu anteriormente, é que ele quer empregar apenas conceitos cientificamente elaborados, isto é, construídos de acordo com o método que ele institui; todos os que ele obtém de uma outra origem devem ser, portanto, rejeitados, ao menos provisoriamente. Já vimos que a teoria dos Ídolos, em Bacon, não tem outro sentido.*" (DURKHEIM, 2007 [1895], p. 32).

assim seria possível pensar com o entendimento e realizar "*as análises pacientes e luminosas da razão*" (DURKHEIM, 2007 [1895], p. 35), em contraposição à sensibilidade e às "*sínteses imediatas e confusas da sensação*" (*op. cit*., p. 34). Em relação aos pertencimentos e compromissos políticos, Durkheim assevera:

> [...] Os sentimentos que têm como objetos as coisas sociais não têm privilégio sobre os demais, pois não é outra sua origem. Também eles são formados historicamente; são um produto da experiência humana, mas de uma experiência confusa e inorganizada. [...] são a resultante de todo o tipo de impressões e de emoções acumuladas sem ordem, ao acaso das circunstâncias, sem interpretação metódica. Longe de nos proporcionarem luzes superiores às luzes racionais, eles são feitos exclusivamente de estados fortes, é verdade, mas confusos. Atribuir-lhes tal preponderância é conceder às faculdades inferiores da inteligência a supremacia sobre as mais elevadas, é condenar-se a uma logomaquia mais ou menos oratória. (DURKHEIM, 2007 [1895], p. 34).

A verdade objetivada é, assim, alcançada pelo rigoroso controle do sujeito, o que é realizado pelo estrito cumprimento do método e por uma permanente contenção desse sujeito. Esses fatores proporcionariam a preponderância das *luzes* da razão. Neste ponto e em linhas gerais, é o mesmo mecanismo proposto por Descartes. Observada essa regra, para Durkheim, o sociólogo deve delimitar seu objeto de estudo, isto é, o fato social a ser estudado, por meio da construção de uma *definição inicial* com base nos dados empíricos. Esta é a condição para toda a prova e a verificação, determinando "*soberanamente a maneira como os fatos devem ser agrupados*" (*op. cit.*, p. 36). Após a definição inicial, deve-se explicar cientificamente os fatos sociais, através do estabelecimento de leis gerais pela repetição numérica, estabelecendo relações de causa e efeito. Assim, se, por um lado, o método baseado na observação da realidade adotado por Durkheim o aproxima do empirismo, por outro, a necessidade de uma construção teórica prévia consubstanciada em uma *definição inicial* para a compreensão da realidade o afasta dessa corrente teórica e o aproxima do campo kantiano, para o qual é necessário um esquema conceitual prévio que organize os fatos da realidade. O objeto, para Durkheim, não está dado, mas exige uma atuação do(a) pesquisador(a) para tornar aquela realidade empírica observável ou para transformá-la em um objeto de pesquisa.

Nesse processo, não há qualquer necessidade de um estudo ou inserção históricos, apenas havendo uma noção de que para se entender uma forma complexa deve-se retroceder às formas simples. Para Durkheim, a objetividade é alcançada pela capacidade subjetiva do sujeito cognoscente de afastar sistematicamente todas as noções históricas prévias, emoções, crenças

e práticas morais, a fim de possibilitar "*uma análise fria e seca*" (*op. cit.*, p. 33) sob a "*luminosa*" razão. Este autor aplica, assim, em seu esquema conceitual, uma concepção de razão não-corpórea, a-histórica e universal, reproduzindo a noção moderna de existência de uma área transcendental no ser humano a partir da qual o entendimento ocorre de forma correta. Através desses mecanismos, será produzida uma ciência capaz de fornecer contribuições para o funcionamento harmonioso da organização societal.

Durkheim reivindicou e reproduziu, com diferenças, o método utilizado pelas ciências naturais, entendendo que, assim, legitimaria as ciências sociais como disciplina científica. Sua concepção positivista e funcionalista influenciou sobremaneira todo o desenvolvimento acadêmico posterior da Sociologia. Como visto, Durkheim tratou de maneira tangencial as ações coletivas, reservando aos sujeitos coletivos e à mudança social[50] um lugar insignificante em seu esquema conceitual. Poucos foram os autores positivistas nesse momento histórico que trataram das ações coletivas como temática de estudo. Um deles foi o sociólogo francês Gustave Le Bon que escreveu um livro específico sobre a multidão e a mente popular, em 1896, denominado *The Crowd: a study of the popular mind.* Neste texto, este autor expressou bem o tratamento patológico e irracional dispensado a toda movimentação coletiva pela corrente positivista no final do século XIX. Le Bon tratou explicitamente as ações contestatárias como anormalidades patológicas e sustentou a extrema inferioridade mental das massas, inclusive das assembleias representativas. Estes espaços impediriam o indivíduo de exercer plenamente suas habilidades e sua inteligência e promoveria paixões irracionais, demarcando a existência de uma tensão entre o indivíduo e a coletividade (multidão e massa). Ligou todas as organizações coletivas e massas a um pensamento irracional e as multidões a supostas características femininas, impulsivas e violentas. Le Bon diferencia, assim, massa de multidão, sendo esta última capaz de ações coletivas, em que pese sempre violentas e desproporcionais. Utilizou a composição e a herança racial para determinar os graus de autoritarismo, intolerância e irracionalidade das massas, sendo estas características fixas, imutáveis e prejudiciais ao funcionamento e à evolução da sociedade. Como referencial teórico-metodológico de análise, sustentou a necessidade de que a pesquisa transcorra "*without being influenced by opinions,*

[50] Durkheim constrói uma teoria da mudança social levando às últimas consequências sua metáfora física e biológica, a partir da fixação de causas necessárias e relações mecânicas. Considerando a sociedade como um organismo coordenado, os progressos da divisão do trabalho, como função derivada da associação moral dos indivíduos, seria resultado de processos mecânicos de aumento de densidade e volume da sociedade (DURKHEIM, 1999 [1893], p. 272). Desse modo, acaba dotando de sentido a história e suas leis universais. Assim, apesar de explicitar as causas da emergência da divisão do trabalho e de considerar o indivíduo enquanto ser inserido na sociedade e subordinado à moral (DURKHEIM, 1975, p. 156; 1970 [1906], p. 75), entende que o processo de valorização e de culto do indivíduo humano é um fenômeno que se desenvolve por vários séculos, sem solução de continuidade, sendo, portanto, "*uma lei inelutável contra a qual seria absurdo se insurgir*" (*op. cit.*, p. 155).

theories and doctrines. This, I believe, is the only mode of arriving at the discovery of some few particles of truth, especialy when dealing, as is the case here, with a question that is the subject of impassioned controversy." (LE BON, 1896, p. 4). Além disso, a partir de uma perspectiva centrada nos indivíduos para o entendimento dos fenômenos coletivos, acrescenta que "*the study of social phenomena cannot be separated from that of the peoples among whom they have come into existence.*" (*op. cit.*, p. 5).

O positivismo consolidou o núcleo epistemológico e teórico-metodológico da matriz de pensamento liberal-burguesa nas ciências sociais. Foi, através dele, que as premissas centrais dessa matriz foram reproduzidas para a compreensão da realidade no século XIX. Durante o século XX, houve leituras e apropriações diversas do cânone positivista, em diálogo com outras correntes e matrizes de pensamento, sendo igualmente reproduzido em seus pressupostos centrais. Essas reproduções carregam consideráveis diferenças em relação aos modelos teóricos para a explicação da realidade e ao papel dos movimentos sociais nesse contexto, que expressam as especificidades de cada momento histórico e representam as aproximações e os conflitos entre os diferentes grupos sociais.

Contudo, vale ressaltar as apropriações efetivadas pela sociologia norte-americana que influenciaram substantivamente a sociologia acadêmica mundial[51], notadamente a latino-americana. Perpassou essas apropriações um ponto de vista pragmático que, no final do século XIX e início do século XX, era coletivamente compartilhado pelos grupos sociais dominantes nos Estados Unidos. Sem adentrar nas peculiaridades dos diálogos entre o positivismo e o pragmatismo, as diversas recepções do cânone positivista originaram tanto interpretações que buscaram a construção de quadros conceituais analíticos amplos capazes de explicar a estrutura social e seus sistemas, em função de papéis e funções exercidas, a partir da identificação dos modos uniformes de variabilidade na relação dos diferentes elementos sociais, como por exemplo o sociólogo Talcott Parsons[52]; quanto teorias que buscaram compreender a sociedade

[51] A sociologia europeia também foi substantivamente influenciada pela sociologia norte-americana. O sociólogo francês Pierre Bourdieu ressalta, em 1973, que, entre as duas guerras mundiais, houve um declínio da sociologia durkheimiana na Europa e especificamente na França. Contudo, após a 2ª Guerra Mundial, a sociologia francesa tomou "*partido ciegamente por la sociologia norteamericana más empirista, a costa de una negación elegida u obligada, del passado teórico de la sociologia europea*" (BOURDIEU, CHAMBOREDON, PASSERON, 1975 [1973], p. 100). Continua a explicação desse processo, ressaltando que "*una ciencia preocupada por su reconocimiento científico se interroga sin cesar sobre las condiciones de su propia cientificidade y en esta búsqueda angustiosa del reasseguro, adopta com complacência los signos más llamativos y a menudo más ingênuos de la legitimidade científica*" (*op. cit.*, p. 101).

[52] Parsons construiu uma longa trajetória teórica. Em sua primeira fase (DOMINGUES, 2008b, p. 15), em meados do século XX, retomou a ideia comtiana de uma física social e, posteriormente, construiu, com base na cibernética e na teoria dos sistemas, um esquema teórico que concebia a sociedade como um sistema interdependente integrado por estruturas e partes funcionais. Conformou, assim, o denominado estrutural-funcionalismo.

a partir das interações sociais na perspectiva dos significados dos comportamentos individuais e coletivos, como por exemplo George H. Mead e Herbert Blumer[53]; bem como tentativas de diálogo entre os modelos teóricos gerais e as pesquisas empíricas, por meio de teorias de médio alcance que teriam como função a construção de proposições teóricas mais amplas com base em uniformidades empíricas, como por exemplo Robert Merton[54]. Foram gerados, nesse processo, campos específicos dentro da sociologia, muitas vezes tidos como antagônicos como o estrutural-funcionalismo, o interacionismo simbólico, a etnometodologia, ou como a macrossociologia e a microssociologia (ALEXANDER, 1986), que aplicaram métodos de pesquisa também tidos como dicotômicos para explicar a realidade, quais sejam: métodos quantitativos e qualitativos.

Não obstante a diversidade de métodos e modelos teóricos e o permanente conflito no interior dos muros acadêmicos, verificamos que os pressupostos epistemológicos e teórico-metodológicos positivistas da produção de conhecimentos continuaram se reproduzindo principalmente nos espaços formais acadêmicos. Ou seja, apesar da multiplicidade de correntes teóricas e desenvolvimentos discursivos, estas pouco ou nada trataram dos fundamentos e pressupostos dos conhecimentos científicos, consagrando os critérios de cientificidade construídos pela matriz de pensamento liberal-burguesa como verdades, dispositivos naturais, necessidades ou elementos constitutivos de toda a ciência social. Esses critérios de cientificidade envolvem a dicotomia entre objetividade do conhecimento e subjetividade, a necessidade de distanciamento entre o sujeito e o objeto do conhecimento, a noção de razão individual, universal, não-corporal e não-emocional, a neutralidade na observação, na reflexão e na pesquisa, a dinâmica formalista e a-histórica para a compreensão da realidade, a fragmentação contínua dos objetos de estudo, a utilização da linguagem matemática para tornar

[53] Como se verá, esses sociólogos foram responsáveis pela criação e consolidação da Escola de Chicago e desenvolveram métodos qualitativos para a pesquisa social. Não obstante, mesmo com a aplicação de métodos qualitativos e com algumas mudanças teóricas nos quadros analíticos, continuou-se a reproduzir pressupostos e fundamentos positivistas.

[54] Robert Merton entendia que o papel da ciência é estabelecer proposições logicamente entrelaçadas com base em uniformidades empíricas, através do desenvolvimento de teorias de médio alcance, as quais estariam entre as teorias de escopo amplo e as pesquisas empíricas. Ou seja, seriam pesquisas empíricas conectadas com teorias mais amplas, possibilitando o cruzamento de problemas teóricos e empíricos. Um dos objetivos seria identificar os mecanismos sociais que produzem maior grau de ordem e são capazes de evitar grande número de conflitos. Nesse sentido, a finalidade do sociólogo seria "*apresentar lucidamente os temas de proposições logicamente interligadas e empiricamente confirmadas, a respeito da estrutura social e suas mudanças e do comportamento humano dentro dessa estrutura*" (MERTON, 1968 [1949], p. 81). Os indivíduos seriam as "unidades essenciais" da esfera social e estariam ligados por redes de relações sociais em um todo integrado por determinadas funções, que desempenham atividades na vida social que contribuem para a continuidade estrutural. Este autor divide as categorias em objetivas e subjetivas, entendendo que os conceitos devem ser construídos levando em conta as consequências objetivas observáveis. Entende que devem ser desenvolvidos métodos qualitativos, de uma maneira que se aproxime esse método do rigor lógico da análise quantitativa.

a realidade cognoscível, o controle dos métodos e das técnicas como meio de exterminar os valores, a história, os pertencimentos, os compromissos e a subjetividade. Esta é vista, no máximo, como objeto de estudo, sendo desvalorizadas conexões históricas e territoriais. Nesse sentido, parece-nos estar correta a assertiva do sociólogo Lucien Goldmann que ressalta que, em termos teórico-metodológicos, "*a fórmula durkheimiana exprimia uma tendência que deveria acentuar-se de modo contínuo nos EUA e na Europa até os trabalhos da sociologia contemporânea*" (GOLDMANN, 1972 [1966], p. 13).

Desse modo, os condicionamentos sociais são invisibilizados e os conhecimentos produzidos são considerados abstratos e universais, independentes do movimento histórico concreto e das subjetividades individuais e coletivas. Os seres humanos são transformados em unidades abstratas das quais derivam os processos de produção de conhecimento e sobre as quais se baseia toda a sociedade. A própria noção de causalidade acaba se impregnando desse espectro individualista[55]. Mesmo nas pesquisas que utilizam métodos qualitativos, o indivíduo ocupa um lugar central, havendo, na maior parte das vezes, uma conexão com a matematização e a mensuração quantitativa da vida social, a fim de dar capacidade de descrição e de previsão ao conhecimento. Pesquisas sociais realizadas a partir desses pressupostos, muitas vezes implícitos, tem, em geral, espaços reduzidos para a contingência e para a mudança social, buscando a estabilidade sócio-político do sistema; as rupturas e as descontinuidades são vistas como prejudiciais ao funcionamento social ou como meios para a inclusão de certos grupos sociais ou formas de aperfeiçoamento do sistema social e econômico já existente, sem problematizações estruturais e filosóficas.

Vale dizer que, no campo da epistemologia, os parâmetros estritamente positivistas foram bastante problematizados. Contudo, muitas das soluções construídas ainda reafirmam a comunidade científica como meio para alcançar a objetividade do conhecimento. Isto é, ainda se reafirma o campo científico, sem problematizá-lo, como forma de garantir a validação da ciência nos marcos modernos (POPPER, 1963, 2001; BOURDIEU, CHAMBOREDON, PASSERON, 1975 [1973]). O filósofo austríaco Karl Popper, por exemplo, apesar de insistir na impossibilidade de validação absoluta e definitiva de enunciados universais na ciência e de explicitar os limites intransponíveis do método indutivo, do empirismo e do positivismo clássico (POPPER, 1963, 2001, p. 29), entende ser possível provar, empírica e definitivamente,

[55] Na maior parte das teorias no campo positivista, a ação está ligada ao ator individual, razão pela qual o impacto causal se torna possível pela ação individual. Poucos os autores trabalharam a possibilidade de ação e uma noção de causalidade a partir das coletividades e movimentos sociais. Mesmo quando isso é admitido, aplica-se a mesma concepção e os mesmos atributos do sujeito individual às coletividades ou se reduz a atividade das coletividades completamente aos seus membros.

o erro de uma tese científica. Desse modo, através de um método dedutivo de prova (POPPER, 2001, p. 30), o trabalho científico deve buscar falsear-se para, enquanto não for refutado, validar-se relativamente. O autor abandona, assim, o debate epistemológico e teórico-metodológico de fundo que problematizava a validade do conhecimento produzido segundo as diretrizes da matriz de pensamento liberal-burguesa para re-fundar a validade desse conhecimento na comunidade científica, forjada exatamente sobre os mesmos parâmetros[56].

Parece-nos que a corrente positivista e o campo acadêmico, no curso do século XX, tenderam a abandonar o debate sobre os pressupostos epistemológicos e filosóficos do conhecimento, principalmente nas ciências sociais, levando adiante, como naturais e incontroversos, seus critérios de cientificidade, sua concepção da realidade e sua conformação institucional e acadêmica. Por meio desse processo, o escopo positivista "*torna-se – de maneira direta ou indireta, aberta ou encoberta, substancial ou diluída, total ou parcial, reconhecida ou não – um dos pilares da ciência universitária (ou institucional) moderna, até hoje*" (LÖWY, 1994, p. 26).

2.2.2 Historicismo

O historicismo foi uma reação ao positivismo que surgiu na Alemanha em meados do século XIX, a partir de uma influência decisiva do idealismo alemão, notadamente do campo

[56] Por meio de outra trajetória teórica, Pierre Bourdieu acaba por indicar caminho próximo para a validação dos conhecimentos modernos. A partir de um diagnóstico que reconhece os condicionamentos das classes sociais, notadamente da classe intelectual como grupo de referência privilegiado, e que reconhece a impossibilidade da diretriz positivista de libertação das ideologias, este autor entende que a necessária objetividade da ciência não deve repousar no cientista, considerado individualmente, mas em processos de controle de vigilância epistemológica pela comunidade científica. A desejada objetividade seria alcançada pela ampliação e intensificação do intercâmbio de idéias, informações e críticas, isto é, "*el intercambio generalizado obliga a multiplicar y diversificar los tipos de comunicación y favorece la explicitación de los postulados epistemológicos*" (BOURDIEU, 1983; BOURDIEU, CHAMBOREDON, PASSERON, 1975 [1973], p. 108). Mantém uma crítica superficial em relação à comunidade científica, sem considerar que esta é estruturada e funciona de acordo com limites epistemológicos e em termos geo-políticos e concede a esta comunidade a capacidade para superar as expressões teóricas e filosóficos dos conflitos entre as classes e os grupos sociais, como se a comunidade científica estive isenta desses enfrentamentos[56]. Como sublinhado por Bourdieu, Chamboredon e Passeron, "*confrontando continuamente a cada científico con uma explicitación crítica de sus operaciones científicas y de los supuestos que implican y obligándolo por este medio a hacer de esta explicitación el acompañante obligado de su práctica y de la comunicación de sus descubrimientos, este "sistema de controles cruzados" tende a constituir y reforzar sin cesar em cada uno la aptitud de vigilancia epistemologica*". (BOURDIEU, CHAMBOREDON, PASSERON, 1975 [1973], p. 109). Ademais, a partir de uma concepção de objetividade que a dicotomiza em relação à subjetividade, este autor elege esta objetividade como fim último da sociologia e da comunidade científica.

kantiano. Tratava-se de momento histórico, no qual a Alemanha havia alcançado sua unificação através da construção de um Estado Nacional e passava por um acelerado desenvolvimento industrial, a partir do qual o capital penetrava todas as relações econômicas e sociais, constituindo uma burguesia industrial e financeira fortalecida (LÖWY, 1994, p. 70). Inicialmente, essa corrente defendeu um retorno à realidade feudal e às instituições medievais, explicitando seu vínculo com a perspectiva aristocrática e uma matriz de pensamento. Com a consolidação da hegemonia burguesa, apesar de manter um traço nostálgico, o historicismo assumiu um viés de crítica ao positivismo e, de forma secundária, ao funcionamento do capitalismo, conectando-se à dimensão ideológica da matriz de pensamento liberal-burguesa.

Seu principal expoente foi o filósofo alemão Wilhelm Dilthey (1833-1911), participando também dessa corrente, com diferentes contribuições, o sociólogo Georg Simmel (1858-1918) e os filósofos Wilhelm Windelband (1848-1915) e Heinrich Rickert (1863-1936). Como panorama geral, essa corrente teórico-prática reivindicou uma autonomia teórico-metodológica das ciências humanas, rejeitando a aplicação dos esquemas conceituais e métodos das ciências naturais. Recusou a explicação causal como forma de entender a realidade, elaborando um método conectado com as particularidades dos fatos históricos e baseado na noção de compreensão.

Segundo Dilthey, a compreensão "*parte da vivência, de realidade para realidade, ela se mostra como uma perfuração cada vez mais profunda na realidade histórica efetiva [...] Pois a compreensão penetra nas manifestações estranhas da vida por meio de uma transposição oriunda da profusão de vivências próprias*" (DILTHEY, 2010 [1905], p. 71). A compreensão impõe, assim, uma diferença na relação entre sujeito e objeto de estudo em comparação com as premissas positivistas, contudo significa mais do que um instrumento ou uma estratégia metodológica. Baseia-se no entendimento de que a diferença existente entre o objeto das ciências sociais – para o historicismo, o exterior, ou seja, a realidade, a sociedade ou a história – e das ciências naturais advém da objetivação do espírito na realidade. Isto é, o espírito, ao formar finalidades e valores em meio à realidade, realiza-se na mesma e, com isso, pode ser apreendido pela compreensão. Por meio disso, é possível compreender o que faz o fato histórico ser único e irrepetível.

Desse modo, a vivência passa a ser um pressuposto da compreensão, isto é, o conhecimento só é possível através da vivência e esta é aprofundada pela própria consciência da mesma, conformando ambas os dois lados do processo lógico que se interpenetram mutuamente (DILTHEY, 2010 [1905], p. 213). Como método, a compreensão seria "*uma indução que deduz das particularidades determinadas para nós uma conexão que define o*

todo" (*op. cit.*, p. 214), isto é, "*um movimento contínuo que sai da apreensão das partes indeterminadas-determinadas e prossegue em direção à tentativa de captar o sentido do todo, uma tentativa que se alterna com a tentativa de determinar as partes mais firmemente a partir desse sentido*" (*op. cit.*, p. 216). Não há, pois, quaisquer hipóteses que atribuam algo *a priori* aos elementos da vivência.

A vida seria, assim, o ponto de partida do conhecimento e deve ser apreendida em seu avanço no tempo (*op. cit.*, p. 261). Sobre a possibilidade de um conhecimento objetivo nas ciências humanas, Dilthey sustenta que:

> […] A possibilidade dessa apreensão reside na formação imitativa desse transcurso em uma memória, que não reproduz o particular, mas a conexão, os seus estágios. O que a memória realiza na apreensão do próprio transcurso vital é produzido na história por intermédio das exteriorizações vitais que o espírito objetivo abarca, por meio da associação desse avanço e dessa conquista suada. Isso é história.
> Por isso, a primeira condição para a construção do mundo histórico é a purificação das lembranças confusas e talvez degeneradas que a espécie humana possui de si mesma por meio de uma crítica que subsista em uma correção com a interpretação. […] A objetividade da história só é possível se, entre os múltiplos pontos de vista sob os quais a conexão é realizada e os elos necessários para ela podem ser separados, um ponto de vista apreender essa conexão tal como ela teve lugar. (DILTHEY, 2010 [1905], p. 261)

Trata-se de uma quase identidade entre o sujeito e o objeto do conhecimento na história, na medida em que o que podemos conhecer dos fatos históricos é o que somos ou o que levamos em nossa memória de maneira coletiva. Desse modo, os condicionamentos sociais e o pertencimento são condições para a produção de conhecimento válido e objetivo. Mais, a conexão com a história é uma condição existencial do ser humano que não desaparece com a assunção da condição de pesquisador(a). Contudo, isso deve ser compreendido em consonância com uma concepção de história como permanente progresso do Espírito e sua objetivação no mundo. Esse progresso, na esteira do entendimento de Hegel, é entendido pelas transformações que ocorrem no tempo e na história *universal*. Segundo Dilthey, por exemplo, as Revoluções norte-americana de 1776 e francesa de 1789 foram circunscrições do Espírito para realização das ideias na economia, no direito e no Estado, concretizando o direito natural e alcançando a humanidade níveis superiores de consciência de suas forças interiores (DILTHEY, 2010 [1905], p. 280). Portanto, a conexão com a história como pressuposto para a produção de conhecimentos é mediada pela objetivação do Espírito tanto na história como na relação entre sujeito e objeto desse conhecimento.

Parece-nos enfatizada a conexão dessa corrente teórico-prática tanto com o campo político-ideológico da matriz de pensamento liberal-burguesa quanto com as problematizações advindas da progressiva organização do proletariado alemão. Trata-se de uma corrente que se

contrapõe ao positivismo, mas que não alcança uma problematização profunda da matriz de pensamento liberal-burguesa, nem tampouco vislumbra possibilidades de superação da perspectiva do desenvolvimento permanente da sociedade capitalista, apresentando, nesse aspecto, tão-somente mudanças pontuais. É fruto, assim, de um momento de conflito e, em função disso, assume contornos nostálgicos e metafísicos, que acaba justificando a produção de um conhecimento que não precisa ser aplicado e que serve prioritariamente para que o Espírito cresça.

Essa corrente teórico-prática impulsionou diferentes trajetórias e se mesclou com outras correntes e variadas matrizes de pensamento e visões de mundo. Foi uma das propulsoras da Sociologia do Conhecimento, através de Karl Mannheim, e foi apropriada na América Latina por meio das leituras do pensador Ortega y Gasset. Os autores envolvidos com a construção dessa corrente foram capazes de conformar um marco teórico-metodológico divergente do positivismo, articulando um campo acadêmico que demonstrou a importância do método histórico para a compreensão da realidade social.

No prolongamento da reação historicista alemã ao positivismo e inserido nas especificidades alemãs de ascensão da burguesia[57], o sociólogo Max Weber (1864-1920) construiu um arcabouço teórico que articulou organicamente elementos do historicismo e do positivismo, conectando, de certa maneira, a história e a sociologia. Em que pese a presença dos fatores históricos e o debate sobre a dinamicidade da realidade, este autor manteve sólidos fundamentos positivistas no campo teórico-metodológico. Para este autor, a história é inerentemente irracional e não possui um sentido imanente, isto é, é uma sucessão de eventos desconexos entre si. É o ser humano que concede sentido ao *devenir* histórico e que é capaz de racionalizar a realidade. Assim, para ele, sendo a realidade infinita e a história um caos, não é possível aos homens e às mulheres, como seres finitos, compreender toda a realidade, mas apenas partes dela[58] (WEBER, 2001 [1904], p. 124/127, 148/149). Em função disso, sob

[57] Na Alemanha, a ascensão burguesa ao poder econômico não significou mudanças sociais e culturais. Pelo contrário, a Alemanha "*conheceu a industrialização e o autoritarismo, sua filosofia moderna foi estruturada a partir de Leibniz, um discípulo de Paracelso, da seita Rosa-cruz, que prefigura a "solução" rosa-cruz de Hegel, a rosa da razão e a cruz do presente*" (TRAGTENBERG, 2001, p. 29). Weber era oriundo de uma burguesia que, apesar de ter alcançado poder e desenvolvimento, não havia se vinculado a um pensamento iluminista e liberal.

[58] Para Weber, "*todo o conhecimento da realidade infinita, realizado pelo espírito humano finito, baseia-se na premissa tácita de que apenas um fragmento limitado dessa realidade poderá constituir de cada vez o objeto da compreensão científica e de que só ele será "essencial" no sentido de "digno de ser conhecido"* (WEBER, 2001 [1904], p. 124). Entende que o caos da história e da realidade apenas pode ser ordenado, pois "*unicamente um segmento da realidade individual possui interesse e significado para nós, posto que só ele se encontre em relação com as idéias culturais de valor com que abordamos a realidade*" (*op. cit.*, p. 129).

influência kantiana, o conhecimento advindo das ciências humanas teria sempre um caráter limitado e hipotético[59].

Em consonância com a tradição historicista, Weber sustenta que não é possível eliminar totalmente os juízos de valor da produção de conhecimentos nas ciências humanas. Assim, tenta integrá-los conscientemente em parte do processo de pesquisa para, em seguida, suprimi-los. Weber entende que, considerando que a realidade é infinita, cabe ao investigador selecionar no caos e na infinitude partes significativas que serão estudadas e que se transformarão em objetos de estudo (WEBER, 2001 [1904], p. 131/133). Após a seleção e a construção do objeto, os juízos de valor, as emoções e os pertencimentos devem ser eliminados, prevalecendo como imperativo a neutralidade axiológica da ciência (WEBER, 2001 [1904], p. 108/109; WEBER, 1995 [1917], p. 365). A ideia central de Weber é que, após a intervenção das premissas subjetivas e dos juízos de valor na seleção e na construção do objeto, se torna possível em seguida estudá-lo de maneira objetiva e independente, sendo, a partir daí, invisibilizados todos os elementos conectados com a subjetividade e com a vida social do sujeito cognoscente.

Em reprodução às diretrizes positivistas, este pensador conecta a possibilidade de objetividade do conhecimento à eliminação dos juízos de valor e da subjetividade, através da aplicação estrita do método que deve garantir a sujeição do sujeito a controles e regras para a validação dos resultados da pesquisa. Considera a razão o meio privilegiado para se alcançar não só o conhecimento, pela superação das emoções e dos condicionamentos sociais, mas para alcançar a própria liberdade em uma perspectiva individual (TRAGTENBERG, 2001, p. 35). Repisando, no campo da ciência, a separação entre razão e emoção/corpo/natureza, Weber concebe a razão como a capacidade de adequação entre meios e fins, isto é, a capacidade de o indivíduo comportar-se em referência a fins. Assim, a razão assume um caráter puramente instrumental e perde todo o espectro de princípio universal e qualquer tom de humanização. Associado a esse mecanismo, Weber torna o objeto da ciência uma parte da realidade, o que, aliado com a irracionalidade inerente à história e à realidade, faz o(a) pesquisador(a) perder a dimensão da totalidade ou da inserção de seu objeto em um enquadramento social, econômico e político mais amplo.

Para o sociólogo brasileiro Gabriel Cohn (2003 [1978]), aliás, o núcleo central do pensamento weberiano está em sua concepção fragmentadora da realidade, na ideia de autonomia das diferentes esferas da ação social (*op. cit.*, p. XI). Para o mesmo, Weber atomiza

[59] Isso difere substantivamente Weber do campo positivista, na medida em que este campo objetiva, em geral, com a ciência, a formulação de um quadro claro e definitivo de leis fundamentais.

a realidade social, concebendo-a como diferentes frações do real que correm e devem ser estudadas de maneira paralelas umas às outras. Não há, nesse sentido, impulso totalizador nesse autor, mas, apenas, um horizonte de *composição*, ou seja, a possibilidade, a partir de análises nominalistas de frações da realidade, de se atingir um conjunto significativo enquanto *obra*. O autor chega mesmo a citar a partitura como método de escrita almejado e adequado para seus objetivos: "*com ela à minha disposição eu poderia finalmente fazer o que deveria: dizer muitas coisas separadas, uma ao lado da outra, mas simultaneamente.*" (WEBER, 1904 apud COHN, 2003 [1978], p. 6). Face a tendência fragmentadora desse movimento, no entanto, Weber recusa uma postura de especialização que lhe seria restritiva e, por isso, mergulha em um imenso esforço pessoal por percorrer os mais diversos domínios da vida social, sem, contudo, articulá-los entre si.

Diante disso, Weber constrói um instrumento metodológico central: o tipo ideal, que expressa a convergência de várias tendências do pensamento deste autor (ARON, 1993, p. 482)[60]. É uma representação ideal e "objetivamente possível" de um evento sócio-histórico singular ou de indivíduos históricos obtido por meio de uma racionalização utópica, isto é, constrói-se uma racionalização sobre uma realidade que é irracional, acentuando-se unilateralmente traços característicos e originais, com o fim de dar uma significação coerente àquele evento e/ou àquele indivíduo histórico (WEBER, 2001 [1904], p. 138/140). O tipo ideal, na prática, serve como um instrumento de *medida*, de *mensuração* para se verificar os graus de aproximação ou de distância nas realidades de diferentes épocas. Após a construção típica-ideal, é necessário compreender a singularidade do fato histórico através do estabelecimento de relações com seus antecedentes na história. O(a) investigador(a) constrói um curso imaginário do desenvolvimento histórico[61] e, a partir da racionalização, enumera fatores, antecedentes e causas. Em seguida, deve se perquirir sobre o papel de cada um dos fatores e causas, por abstração e isolamento, para acontecer o fato histórico. Se for verificada uma relação, Weber propõe a existência de uma causalidade adequada, que é de ordem probabilística e multicausal. Seriam efetivados julgamentos objetivos de ordem probabilística com relação de causa e efeito

[60] Para Aron, o tipo ideal está conectado com a noção de compreensão, na medida em que "é uma organização de relações inteligíveis próprias a um conjunto histórico ou a uma sequência de acontecimentos"; está associado com o processo de racionalização, a fim de tornar inteligível a matéria social e histórica identificando sua racionalidade interna; e se vincula à concepção analítica e parcial de causalidade usada por Weber (ARON, 1993, p. 482/484).

[61] Weber diferencia história da construção típico-ideal do desenvolvimento. De acordo com este autor, "*o processo não desperta nenhuma objeção metodológica, enquanto se tiver presente que a História e a construção típico-ideal do desenvolvimento devem ser rigorosamente diferenciadas, e que a construção apenas serviu como meio para realizar metodicamente a atribuição válida de um processo histórico às suas causas reais, entre as possíveis na situação dada do nosso conhecimento*" (WEBER, 2001 [1904], p. 141 e 146).

adequada, que ensejariam a compreensão empírica através de uma imputação causal. Para este autor, a compreensão não exclui a explicação causal nem tampouco a verificação empírica, pelo contrário a compreensão com a pesquisa empírica podem ser "*prova do nexo causal individualizado*" (TRAGTENBERG, 2001, p. 17). Estes instrumentos[62] possibilitariam ao investigador elaborar uma ordenação conceitual da realidade empírica (WEBER, 2001 [1904], p. 109/110), estabelecer regras gerais das dinâmicas sociais, considerando que referida realidade, para o autor, não possui condições objetivas intrínsecas e, por isso, são necessárias conexões conceituais.

O ponto de partida de Weber é o indivíduo e a ação individual, isto é, as ciências humanas, para este teórico, devem estudar objetivamente, explicando e compreendendo, a ação social dos indivíduos físicos e das individualidades históricas e sociais e seus sentidos. A sociologia deve, a partir da ação social do indivíduo – aquela que possui sentido no interior das relações sociais -, identificar uniformidades da conduta e compreendê-las por seu significado. Este seria o sentido pensado e dado pelos indivíduos ao realizar a ação. Contudo, Weber busca se afastar de explicações psicologistas da ação, interessando-lhe as ações sociais em um nível de maior regularidade e abstração na sociedade.

Por outro lado, para este autor, as massas políticas e as coletividades não possuem capacidade de ação e não logram possuir opiniões políticas não emocionais ou racionais, motivos pelos quais os sujeitos coletivos não possuem qualquer papel em seu esquema conceitual. Weber não nega a existência de grupos sociais que possuem dinâmica própria e autonomia específica, mas não imputa a estes capacidade de ação específica, em função de sua visão centrada no comportamento individual. Assim, apesar de trabalhar a ideia de conflitos entre interesses na sociedade e da multiplicidade dos conflitos entre valores, Weber não articula esta premissa com as coletividades, entendendo, na realidade, que a racionalidade individual é a forma de superar essa conflituosidade. Para este autor, a ação social pode ser de quatro tipos: ação racional com relação a um objetivo (conduta com referência a um fim); ação racional com relação a um valor (o sujeito atua para permanecer fiel a pressupostos éticos, religiosos etc), a ação afetiva ou emocional (a ação é definida por uma reação emocional do sujeito) e a ação tradicional (o sujeito repete reflexos enraizados pelos hábitos, costumes e crenças). Todas elas estariam sujeitas a uma adequação causal e a um sentido dado pelo sujeito e pelas circunstâncias.

[62] Vale ressaltar que, para Weber, são as necessidades da pesquisa que definirão a eleição de um método, não negando, por exemplo, a explicação por via indutiva ou pelo cálculo estatístico ou a interpretação ou a compreensão (TRAGTENBERG, 2001, p. 19).

As ações dos(as) pesquisadores(as), ao produzirem conhecimentos, seriam uma ação racional com referência a um fim. Este objetivo perseguido seria a verdade. A partir desse ponto de vista, a verdade científica, para Weber, não se vincula a qualquer interesse ou grupo social, apenas colocando à disposição "*certo número de conhecimentos que nos permitem dominar tecnicamente a vida por meio da previsão, tanto no que se refere à esfera das coisas exteriores como ao campo da atividade dos homens*" (WEBER, 1995 [1919], p. 449/450). Aos sociólogos caberia contribuir na escolha de uma opção entre os meios disponíveis para se chegar ao fim objetivado, tornando mais claro às pessoas o sentido da ação em determinadas circunstâncias. Nesse processo, não cabem juízos valorativos ou políticos em relação aos fins objetivados (WEBER, 2001b [1917], p. 445), não sendo tarefa da ciência lutar pela realização de outros valores, devendo se limitar ao mundo dos fatos. Desse modo, os(as) pesquisadores(as) devem se pronunciar ante fatos concretos, realizando proposições factuais, relações causais ou interpretações universalmente válidas em cada momento histórico, mas não podem se posicionar em relação a estes, não sendo possíveis sequer julgamentos éticos[63]. Por outro lado, pressupõe-se que os políticos devem aprender a aplicar diferentes meios quando estão em determinadas posições sociais e circunstâncias, concedendo às suas decisões coerência e racionalidade (HORKHEIMER, 1975 [1937], p. 148). Para Weber, a ciência racional – que ele pratica – faz parte de um processo mais amplo de racionalização contínua das sociedades ocidentais modernas.

Weber influenciou, em muito, as ciências sociais e, particularmente, a sociologia em todo mundo. Sua construção teórica foi capaz de superar alguns limites claros enfrentados pelo campo do positivismo, ao mesmo tempo que, sob um formato diverso, reproduziu o núcleo epistemológico e teórico-metodológico dessa corrente a partir de inúmeras inovações no interior da matriz de pensamento liberal-burguesa. Weber contribuiu, imensamente, para que a neutralidade axiológica da ciência alcançasse o *status* de pressuposto do conhecimento científico, sendo, a partir daí, entendida de maneira naturalizada e a-histórica, sem qualquer vínculo com a matriz de pensamento liberal-burguesa. Em que pese Weber não ter reproduzido tal estado de coisas em sua vida pessoal (TRAGTENBERG, 2001, p. 36/37), este autor, com sua obra, estimulou uma tendência ao cientificismo, separando, teoricamente, a atividade do cientista de suas consequencias na realidade e eliminando da ciência qualquer responsabilidade

[63] Weber entende que, para as pessoas engajadas em atividades políticas, as ciências podem realizar os seguintes serviços: "*1) tais ou quais posições avaliativas "essenciais" são concebíveis com referência a tal problema prático; 2) que são estes ou aqueles os fatos que se devem levar em conta ao fazer sua escolha entre tais posições avaliativas*" (WEBER, 1995 [1917], p. 368/369)

ou pressuposto social e ético. Assim, em tese, a ciência se fundaria nela mesma, em uma luta infinita por seu progresso e pela verdade científica. Para Raymond Aron (1993, p. 466), esta última seria, no esquema conceitual de Weber, um valor. No mesmo sentido, Tragtenberg (2001, p. 37/38) sustenta que, para aceitar o valor da verdade tal como apregoado pela ciência moderna, Weber aceita uma outra série de valores no âmbito epistemológico: a lógica científica, a estrutura de provas, a neutralidade e outros.

Ademais, ao separar decididamente o(a) pesquisador(a) da ação prática, Weber expressa uma tendência moderna de separação, cada vez maior, entre teoria e prática, entre especialização teórica e ação propriamente dita, o que ocasiona o afastamento dos(as) cientistas dos movimentos reais da política e da sociedade de seu tempo e propicia uma especialização e um isolamento cada vez maior dos(as) teóricos(as). Entre as mulheres e os homens que constrõem o desenrolar da história em suas lutas sociais e o(a) sociólogo(a), surge e se consolida uma divisão do trabalho (HORKHEIMER, 1975 [1937], p. 148). Por outro lado, isso tende a privilegiar setores na divisão social do trabalho responsáveis pela produção teórica e, portanto, vincular a mesma à perpetuação das dominações e das opressões e à reprodução acrítica do *status quo*. Afinal, a quem serve uma ciência que não possui consciência de seus condicionamentos, a quem serve uma ciência que não se importa com suas consequencias nem tampouco com os fins perseguidos pelos atores individuais e políticos na sociedade, a quem serve uma ciência que trabalha para qualquer agente sem qualquer responsabilidade ética e política? O próprio Weber responde essas questões, levando em conta que, de fato, a racionalização está conectada com a ascensão do capitalismo nas sociedades ocidentais modernas. Senão vejamos:

> A quem não é capaz de suportar virilmente esse destino de nossa época (intelectualização, secularização e racionalização) só cabe dar o seguinte conselho: volta em silêncio, com simplicidade e recolhimento, aos braços abertos e cheios de misericórdia das velhas igrejas, sem dar a teu gesto a publicidade habitual dos renegados. E elas não dificultarão este retorno. De uma forma ou de outra, ele tem de fazer o seu 'sacrifício do intelecto' – isso é inevitável. (WEBER, 1995 [1919], p. 453).

Em que pese a história não possuir um sentido imanente no esquema conceitual mais amplo elaborado por Weber, este acaba por estabelecer o vínculo de seu arcabouço teórico com a burguesia e a matriz de pensamento liberal-burguesa, a partir de sua oposição às religiões e de sua percepção de uma marcha constante pela racionalização. Vale ressaltar que esta não é vista como algo totalmente benéfico ou bom, mas como um fato, uma necessidade e uma evolução – por exemplo em relação à ação tradicional e a outras formas de organização social.

A postura weberiana em relação à burguesia, nesse sentido, é, de fato, de pertencimento: *"Sou membro das classes burguesas, sinto-me como tal e fui educado nas suas concepções e ideais"* (WEBER, 2014 [1895], p. 31). No entanto, um pertencimento, eminentemente, crítico: *"quando me pergunto se hoje a burguesia da Alemanha tem maturidade suficiente para ser a classe que lidera politicamente a nação, não consigo, hoje, responder que sim."* (*op. cit.*, p. 31, grifo do autor).

Assim, no fundo, Weber se identifica com as classes burguesas, sem deixar de lhes exigir a realização do papel progressista que, segundo o autor, a história lhes permitiria (COHN, 2003 [1978], p. 6). Weber passa a expressar, com isso, certo desencantamento e resignação crítica em relação à burguesia e seu mundo liberal, sem deixar, no entanto, de reafirmar sua matriz de pensamento. Com efeito, o autor consolida, por meio de outros contornos, o núcleo epistemológico e teórico-metodológico positivista, superando diversos elementos teóricos que já vinham sofrendo críticas de diferentes correntes e vertentes teórico-práticas. Essa relativa reafirmação positivista vem acompanhada, por sua vez, da asseveração do destino histórico de nossa época, qual seja, para Weber, a permanente racionalização perpetrada pelo capitalismo.

2.2.3 Fenomenologia

A corrente teórico-prática denominada Fenomenologia faz parte da reação ao positivismo e ao historicismo, estando conectada fortemente com o idealismo alemão. Essa corrente possui, como figura central, o filósofo Edmund Husserl (1859-1938), que, ao não se satisfazer com o que a intuição sensível e as sensações lhe ofereceram sobre os objetos, pretendeu realizar uma construção intelectual com pretensão universal e fundamentada na evidência e nas essências, rechaçando o reducionismo do positivismo, o ceticismo do empirismo e o relativismo do historicismo. Para ele, o mundo concreto é, em si, apenas um fenômeno do ser, não havendo elementos capazes de comprovar enquanto óbvia a existência do ser no mundo, visto que os fatos são eles próprios contaminados pela própria experiência do ser. O mundo seria, assim, uma construção, sendo papel da ciência lidar com sua aparência irracional, dada pelas sensações, e elaborar a realidade ou o mundo da objetividade. Portanto, a realidade nunca é algo dado, é sempre função do pensamento (XIRAU, 2015, p. 139/140). Nunca os objetos aparecem ao sujeito cognoscente como totalmente desconhecidos ou indeterminados. Pelo contrário, o ato de conhecimento pressupõe um horizonte e uma

experiência e saberes prévios, possuindo, na realidade, uma base de fé para conectá-lo com a verdade.

Para se alcançar o conhecimento e a verdade, seria necessário inibir todas as tomadas de posição do sujeito individual frente ao mundo para possibilitar o encontro entre o eu puro e o objeto puro. Para isso, o sujeito cognoscente deve excluir as opiniões e as teorias anteriores sobre o objeto e eliminar a existência individual do objeto para encontrar "*a consciência, cuja estrutura se nos revela como intencional, "consciência de", isto é, como essencialmente referida ao objeto*" (RAMOS, 1996 [1958], p. 85). As coisas estariam, assim, como fenômenos, como aquilo que é visto unicamente pela consciência, sendo alcançado o objeto. Desse modo, sujeito e objeto do conhecimento se encontram na realidade objetiva e concreta em total identificação, contudo com o método da redução fenomenológica é possível, em uma experiência transcendental, possibilitar essa diferenciação/separação e o encontro entre o sujeito puro e o objeto puro. Essa seria a *époché fenomenológica,* objetivo do método formulado por Husserl, a partir do qual se opera uma espécie de cisão do ego pela criação imaginária de um espectador transcendental que se coloca acima do próprio sujeito cognoscente individual (HUSSERL, 1929, p. 14).

> Enquanto ego fenomenológico, tornei-me puro expectador de mim mesmo, e nada mais tenho em vigência do que aquilo que encontrei como inseparável de mim próprio, como a minha vida pura e como desta mesma inseparável e, claro está, tal como a reflexão originária e intuitiva me desvela para mim próprio. (HUSSERL, 1929, p. 13)

Para este autor, o mundo é senão o *cogitatum* (objeto) das *cogitationes* (reflexões) do ser, enquanto fruto dos interesses do sujeito cognoscente e das tomadas de posição desse ser. Cada objeto "*traz em si mesmo e com a possibilidade de ser desvelado, uma potencialidade que lhe é imanente de vivências possíveis referidas ao mesmo objeto intencional e a realizar pelo eu*" (*op. cit.*, p. 17). Ou seja, a percepção do objeto é limitada pela síntese da experiência prévia do sujeito cognoscente no mundo, podendo haver outras percepções que experimentem o mesmo objeto de outras formas, que captem novos horizontes e que exprimam potencialidades. Para isso, o sujeito cognoscente deve se posicionar de maneiras distintas e deve proceder a análises intencionais, a partir das quais ocorre "*o desvelamento das atualidades e potencialidades, nas quais se constituem objetos como unidades de sentido, e toda a análise de sentido se leva a efeito na transição das vivências ingredientes para os horizontes intencionais nelas delineados*" (*op. .cit.*, p. 17). Captar a latência de possíveis e múltiplas vivências do mundo torna-se fundamental para a fenomenologia. A partir do procedimento da redução, os

objetos (que podem ser o objeto real ou o ideal, uma coisa material ou um processo, uma espécie ou uma relação matemática, um ser ou um dever ser) são colocados entre parênteses como se estivessem fora do mundo.

> Se vir um hexaedro, digo também: estou a vê-lo realmente e, em rigor, só de um lado. E, não obstante, é evidente que aquilo que agora percepciono é mais, que a percepção encerra em si um visar, embora inconcretizado, graças ao qual o lado visto enquanto simples lado possui o seu sentido. Mas como se descortina este visar mais, como é que em rigor se torna evidente que eu intento mais? Pela transição para uma sequência sintética de percepções possíveis, como eu a teria se, com o passo, me pusesse a rodear a coisa. **A fenomenologia desmembra continuamente o visar, a respectiva intencionalidade, ao estabelecer como tais sínteses cumuladoras de sentido. Explicar a estrutura universal da vida transcendental da consciência na sua referência significante e na sua constituição do sentido, tal é a tarefa ingente imposta à descrição**. (grifos nossos) (HUSSERL, 1929, p. 23).

Husserl tentou, através da fenomenologia, abrir um campo de trabalho para levar à construção de uma ciência que, mesmo sem a adoção de métodos matematizantes e sem o sistema de conclusões e provas, fosse capaz de "*amplas intelecções das mais rigorosas e decisivas*" (HUSSERL, 1952, p. 73). Sustentou que "*somos demasiado dominados por preconceitos que provêm ainda da Renascença*", identificando as coisas com os fatos empíricos e ficando cegos perante as ideias. Defendeu que o método aplicado pelo naturalismo degenerou na incapacidade de passar para outras orientações, sendo necessário um processo de crítica científica e uma nova ciência "*a partir das bases, seguramente fundamentada e progressiva segundo o mais rigoroso método*" (*op. cit.,* p. 68). Esse método seria a redução fenomenológica, a partir da qual seria possível descrever e analisar o que fosse dado imediatamente à consciência, estando, assim, a ciência conectada a um patrimônio de valores eternos e universais e não com tempos históricos. Nos termos sustentados por Husserl, "*as ideologias podem entrar em disputas, só a Ciência é que pode trazer decisões, e essas são eternas*" (HUSSERL, 1952, p. 68).

Um dos seguidores de Husserl, o filósofo alemão Martin Heidegger, buscou dar contornos um pouco mais concretos à fenomenologia, sem abandonar o idealismo. Para ele, é a vivência intencional que liga os sujeitos e objetos no mundo, não havendo a possibilidade de um eu puro, transcendental. O sujeito estaria ontologicamente unido ao mundo, construindo uma estrutura referencial que concede sentido aos objetos. O conhecimento seria possível, nesse contexto, com o afastamento do ponto de vista cotidiano e a suspensão da estrutura referencial constitutiva dos objetos no mundo. Para Heidegger, as intencionalidades e as experiências prévias estariam presentes e condicionando não só as ciências humanas, mas também as ciências naturais. O pressuposto destas é o projeto matemático da própria natureza, o que torna

possível o próprio objeto científico por ser uma estrutura *a priori*. Essa estrutura "*é a condição que permite ao existente tornar-se objeto e segundo a qual se determinam seus caracteres "objetivos" fundamentais*" (RAMOS, 1996, p. 91).

Assim, é necessário um procedimento designado como "destruição", que significa desmontar, demolir e por-de-lado as afirmações puramente históricas sobre o objeto. Para este autor, não significa uma ruptura ou uma negação da história, mas uma apropriação e transformação do foi transmitido. Com a destruição, é possível "*abrir nosso ouvido, torna-lo livre para aquilo que na tradição do ser do ente nos inspira. Mantendo nossos ouvidos dóceis a esta inspiração, conseguimos situar-nos na correspondência*" (HEIDEGGER, 1971, p. 33). Desse modo, sujeito e objeto se identificam de forma mais intensa, sendo necessário um descentramento intencional do sujeito para que o objeto seja conhecido. A separação entre sujeito e objeto apenas se localiza na área cognitiva e de forma transcendental. Na realidade, ambos estão fora da relação cognitiva e se encontram imbricados. Contudo, a realidade do mundo apenas pode ser entrevista por meio de uma análise minuciosa da consciência do sujeito, na qual se constitui e da qual depende (XIRAU, 2015, p. 143).

A fenomenologia expôs a importância da consciência e da intencionalidade para o processo de produção de conhecimentos. Não obstante, centrou-se no sujeito individual e em sua consciência tanto para o entendimento do mundo concreto quanto como meio para o acesso ao conhecimento e à verdade. Manteve o indivíduo a-histórico e sua consciência como centros da construção do mundo e do saber. Nesse sentido, entendemos que a descrição dos fatos da consciência ou da essência (ou pureza) dos objetos não são capazes de captar a objetividade e a realidade dos fatos históricos, que possuem uma significação consciente no pensamento conectada com a intenção dos sujeitos mas também uma dimensão objetiva, concreta e coletiva (GOLDMANN, 1972 [1966], p. 7). Ademais, afirmar que as diferentes perspectivas individuais alcançariam a verdade dos objetos e acontecimentos históricos trata-se de compreensão que privilegia a dimensão da consciência individual, invisibilizando tanto os processos coletivos quanto a existência de uma realidade ontologicamente concreta separada da existência individual.

2.2.4 Marxismo

Essa corrente teórico-prática tem como referência o autor alemão Karl Marx (1818-1883) e faz parte da matriz de pensamento dos trabalhadores[64]. Trata-se de corrente crítica à organização capitalista da vida social e às correntes teórico-práticas surgidas a partir da matriz de pensamento liberal-burguesa, tais como o positivismo, o idealismo e o historicismo. Marx logra expressar o movimento de organização e consolidação dos trabalhadores urbanos como classe social na Europa Ocidental, avançando na compreensão do capitalismo e das formas para a superação do mesmo. Desde cedo, Marx participa do movimento contra o Estado Prussiano, tem forte influência dos círculos operários franceses e compõe ativamente as mobilizações dos trabalhadores por diversos países da Europa Ocidental. Essas experiências vão desenhando seu pensamento e conformam seu horizonte de sentido. Por outro lado, este autor estava inserido no universo teórico de seu tempo, sofrendo influências de diversas vertentes de pensamento, salientando-se o idealismo alemão – com destaque para Hegel, a economia política inglesa – com destaque para Adam Smith e David Ricardo e o socialismo utópico francês – com destaque para Saint Simon[65]. Marx pretendeu e, de fato, vinculou as atividades do cientista e do militante social.

---

[64] Referida matriz foi sendo conformada com a ascensão do capitalismo, com a consolidação das novas formas de produção e de organização da vida social e com a constituição e atuação política dos trabalhadores como classe social. Contempla uma gama de correntes críticas a diferentes aspectos ou à totalidade do sistema capitalista. Assim, de uma parte, contemplam as perspectivas revolucionárias, como o marxismo ou o anarquismo, que se propõem a superar o capitalismo através de uma transformação profunda e revolucionária da organização da vida, construindo um outro tipo de sociedade. De outra parte, estão as correntes reformistas que propõe mudanças dentro do capitalismo, a fim de garantir uma melhor distribuição da riqueza e maior bem-estar social, não defendendo necessariamente a superação total das relações de produção que subjazem o sistema. É certo que a experiência histórica tanto do reformismo quanto do campo revolucionário é fruto dos conflitos entre os trabalhadores e a burguesia desde a conformação do capitalismo, mas expressa, também, as interações próprias dos processos concretos em formações socioeconômicas, notadamente as influências, neste âmbito, da pequena-burguesia e dos setores médios, em geral. Esse conflito gerou diferentes correntes e possibilitou a interação entre as perspectivas e demandas dos trabalhadores e o ponto de vista liberal-burguês. O reformismo é fruto desse diálogo que acabou sendo hegemonizado, em um escopo mais geral, pela perspectiva burguesa, ao se limitar dentro do capitalismo. Por outro lado, expressou a resistência dos trabalhadores, ao limitar o poder burguês para determinar livremente as formas e práticas de crescente exploração e acumulação do capital. Nesse contexto é que surgem os direitos trabalhistas. Esse processo é utilizado pela burguesia, como bem salientado por Gramsci, para exercer sua hegemonia, incorporando interesses dos grupos sociais sobre os quais é exercida a dominação sem modificar as partes essenciais que garantem a reprodução das desigualdades e dos privilégios. Desse modo, as matrizes de pensamento, mesmo em seus limites, são modificadas de diferentes formas nesse processo, apropriando-se dessa experiência histórica e projetando rumos e desafios.

[65] Marx é influenciado pelo pensamento de seu tempo, mas rechaça energicamente o idealismo, mas também o positivismo e suas distintas formas. Marx é influenciado pelo pensamento de seu tempo, possuindo diferentes interações com os autores. Nesse sentido, por exemplo ao mesmo tempo em que se apropria de certas categorias do idealismo, o rechaça energicamente.

Ao contrário das correntes teórico-práticas que o precederam no século XIX e que centraram suas análises no indivíduo, Marx buscou compreender a dinâmica socioeconômica mais ampla chegando à formação dos grupos e das classes sociais, dotando estas coletividades de ativa capacidade de ação e de transformação (MARX, 2013 [1867]; 2008 [1852]). Para este autor, o indivíduo, as coletividades e todos os elementos da realidade social estão em permanente movimento e relação e são compreendidos a partir de sua inserção relacional na totalidade social concreta. O mundo é concebido não como um conjunto de objetos acabados, mas como um conjunto de processos que estão em permanente movimento de gênesis e de caducidade. A partir dessa concepção, a sociedade é uma unidade com diferentes dimensões (econômica, social, política etc), que possui concretude e vida própria, marcada "*por el entramado jerarquizado de relaciones sociales*" (OSORIO, 2014, p. 22). Desse modo, os significados das ações e das condutas não são buscados primeiramente no indivíduo e na sua consciência, mas no movimento histórico da realidade concreta. O indivíduo é compreendido como ser social no interior das relações que conformam a sociedade no decorrer da história[66]. Nesse sentido, as mulheres e os homens não seriam apenas resultado da história "*em sua indumentária e apresentação, em sua figura e seu modo de sentir, mas também a maneira como veêm e ouvem é inseparável do processo de vida social tal como este se desenvolveu através dos séculos*" (HORKHEIMER, 1975 [1937], p. 133).

Marx sustenta, ainda, a centralidade e a importância da compreensão da organização material da vida, suas formas de produção, e das relações sociais para compreender a formação dinâmica da sociedade, suas relações jurídicas, formas de governo, aparatos teóricos etc. Como vemos:

> […] devemos começar por constatar o primeiro pressuposto de toda a existência humana e também, portanto, de toda a história, a saber, o pressuposto de que os homens têm de estar em condições de viver para poder 'fazer história'. Mas, para viver, precisa-se, antes de tudo, de comida, bebida, moradia, vestimenta e algumas coisas mais. O primeiro ato histórico é, pois, a produção dos meios para a satisfação dessas necessidades, a produção da própria vida material, e este é, sem dúvida, um ato histórico, uma condição fundamental de toda a história, que ainda hoje, assim como há milênios, tem de ser cumprida diariamente, a cada hora, simplesmente para manter os homens vivos […] A primeira coisa a fazer em qualquer

[66] Marx salienta que o indivíduo apenas pode ser compreendido como ser em sociedade, mesmo quando o ponto de vista da "sociedade burguesa" expresse a percepção do indivíduo isolado: "*Quanto mais fundo voltamos na história, mais o indivíduo, e por isso também o indivíduo que produz, aparece como dependente, como membro de um todo maior: de início, e de maneira totalmente natural, na família e na família ampliada em tribo [Stamm]; mais tarde, nas diversas formas de comunidade resultantes do conflito e da fusão das tribos. Somente no século XVIII, com a "sociedade burguesa", as diversas formas de conexão social confrontam o indivíduo como simples meio para seus fins privados, como necessidade exterior. Mas a época que produz esse ponto de vista, o ponto de vista do indivíduo isolado, é justamente a época das relações sociais (universais desde esse ponto de vista) mais desenvolvidas até o presente. O ser humano é, no sentido mais literal, [...] não apenas um animal social, mas também um animal que somente pode isolar-se em sociedade*" (MARX, 2011 [1857], p. 40).

> concepção histórica é, portanto, observar esse fato fundamental em toda a sua significação e em todo o seu alcance e a ele fazer justiça (MARX e ENGELS, 2007 [1845/1846], p. 32/33).
>
> Toda produção é apropriação da natureza pelo indivíduo, no interior e mediada por uma determinada forma de sociedade […] toda forma de produção forja suas próprias relações jurídicas, formas de governo etc. A insipiência e o desentendimento consistem precisamente em relacionar casualmente o que é organicamente conectado, em reduzi-lo a uma mera conexão da reflexão (MARX, 2011 [1857], p. 43).
>
> [...] na produção social da própria vida, os homens contraem relações determinadas, necessárias e independentes de sua vontade, relações de produção estas que correspondem a uma etapa determinada de desenvolvimento das suas forças produtivas materiais. A totalidade dessas relações de produção forma a estrutura econômica da sociedade, a base real sobre a qual se levanta uma superestrutura jurídica e política, e à qual correspondem formas sociais determinadas de consciência. O modo de produção da vida material condiciona o processo em geral de vida social, político e espiritual. Não é a consciência que determina o seu ser, mas, ao contrário, é o seu ser social que determina sua consciência. [...] é necessário distinguir sempre entre a transformação material das condições econômicas de produção, que pode ser objeto de rigorosa verificação da ciência natural, e as formas jurídicas, políticas, religiosas, artísticas ou filosóficas, em resumo, as formas ideológicas pelas quais os homens tomam consciência desse conflito e o conduzem até o fim (MARX, 1982 [1859], p. 25).

Observando, assim, a produção material da vida pelos indivíduos nas diferentes sociedades, Marx verifica que, em muitas formações, os seres humanos lidam com os meios de produção como proprietários, relacionam-se consigo mesmos como proprietários, "*como senhor[es] das condições de sua realidade*" (MARX, 1991, p. 65). Consideram suas condições objetivas de produção como parte de sua existência, como seu corpo inorgânico, estando inseridos em comunidades mais amplas. Constata, pois, que "*a posição do indivíduo como trabalhador, em sua nudez, é propriamente um produto histórico*", isto é, o homem só é individualizado mediante o movimento histórico da sociedade burguesa[67], pois originalmente se mostra como um ser coletivo, ligado de forma íntima à coletividade e à natureza. Para Marx, os processos violentos da acumulação primitiva de capital possibilitaram a transformação das formas de produção da vida material para o trabalho assalariado sob domínio da burguesia, fazendo com que a vida material dependesse da troca de mercadorias. Assim, os valores de uso anteriormente produzidos para o uso imediato viraram valores de troca, incluindo, inclusive, no circuito capitalista a força de trabalho como mercadoria. Analisando este processo, Marx constata que a troca de mercadorias é, na realidade, uma relação entre seres humanos produtores, através de seus trabalhos privados incorporados nas mercadorias (MARX, 2013 [1867], p. 147/149)[68]. Para compreender isso, Marx parte das aparências das formas concretas

[67] Para Marx, a troca, em si, foi o agente principal desta individualização, dissolvendo o caráter gregário e coletivo (MARX, 1991, p. 90).

[68] Este seria o fetichismo da mercadoria na sociedade capitalista. Norman Geras explicita que, nos termos de Marx, o fetichismo se impõe aos homens: 1) como uma mistificação (uma relação social determinada dos homens entre si reveste-se, de forma fantástica como uma relação das coisas entre si); 2) como dominação (o próprio movimento histórico toma a forma de um movimento das coisas, movimento que conduz os trabalhadores, embora possam

de manifestação - a mercadoria - para apreender a realidade e identificar as relações sociais de fato existentes.

A partir da produção material da vida, Marx identifica que os modos particulares de produção e reprodução social acabam por estruturar, pela divisão social do trabalho e pela dominação política, posições sociais específicas dentro da organização societária. São estas posições na estrutura econômica e política das sociedades que forjam, para Marx, as classes sociais; estas coletividades que compartilham condições de existência, um modo de viver e interesses próprios e em cuja capacidade se assenta as possibilidades de organização e transformação da vida em comum. A análise marxista vai, ainda, explicitar o antagonismo intrínseco destas classes nos diversos modos de produção e sua centralidade para os processos de transformação societários. De fato, em Marx, o elemento dinâmico e dinamizador primordial das sociedades é este antagonismo entre as classes sociais. As classes sociais conformam, com isso, sociedades em permanente movimento contraditório. Neste sentido, o mundo não é concebido como uma coleção de objetos acabados, mas como um conjunto de processos em perpétuo movimento de gênesis e de caducidade (OSORIO, 2014, p. 16). A permanente luta de classes, por isso, surge como o motor da história e imprime, portanto, um sinal contraditório na totalidade dos processos sociais, carregando forças e tendências contrárias que podem levar, a depender da atuação das coletividades e dos indivíduos, a resultados diversos. Esse processo, portanto, não é visto de forma determinista. Pelo contrário, a possibilidade de ação dos indivíduos, dos grupos sociais e das classes sociais é reiteradamente afirmada por este autor, tendo referida ação papel central no desenrolar histórico. Para ele, "*os homens fazem a sua própria história, mas não a fazem segundo a sua livre vontade, em circunstâncias escolhidas por eles próprios, mas nas circunstâncias imediatamente encontradas, dadas e transmitidas pelo passado*" (MARX, 2008 [1852], p. 207). Assim, ao analisar as situações concretas e reais, Marx sustenta, que apesar de existirem condições econômicas e materiais favoráveis à mudança social, é necessária uma ação política organizada dos trabalhadores, sem a qual a referida mudança não seria possível. Nesse sentido, na atual conformação societária, caberia ao proletariado oprimido levar, através de uma ruptura histórica, à emancipação humana (MARX e ENGELS, 1998 [1848]).

Desse sintético e breve panorama, é possível extrair alguns elementos sobre a concepção de Marx acerca da produção de conhecimentos. Marx parte da materialidade da vida e de sua

conduzi-lo) (GERAS, 1977, p. 262). Reifica-se, assim, as relações entre os homens, isto é, difunde-se a crença de que a relação se dá entre coisas, de maneira exterior e independente dos indivíduos.

reprodução social, isto é, reconhece a existência ontológica da realidade, independente da nossa consciência individual e coletiva sobre a mesma (MARX, ENGELS, 2007 [1845/1846]; MARX 1982 [1859]). Entende, por outro lado, que a experiência sensorial e as formas concretas de manifestação do real ocultam e revelam, ao mesmo tempo, as relações sociais e históricas que conformam a essência da realidade social. Os objetos da investigação social possuem, com isso, em termos tão-somente analíticos, uma dimensão aparente que encobre aquelas relações sociais e outra dimensão ligada à sua essência propriamente dita. Desse modo, para Marx, a essência da dinâmica e do movimento real dos objetos pesquisados só é alcançada através da reconstrução das relações sócio-históricas que possibilitam a existência de tais objetos, ou seja, a essência não está imediatamente ao alcance da observação humana nas ciências sociais na perspectiva marxista e daí as distinções com as posições empiristas, positivistas ou materialistas vulgares. Se, por um lado, os objetos possuem uma existência objetiva, por outro lado a compreensão dos mesmos não se resume ao acesso a essa faceta visível da realidade, mas precisa encontrar as conexões com os processos sociais e históricos que conformam sua existência enquanto relação social. A objetividade em Marx não decorre, portanto, de um processo cognitivo metodologicamente controlado, mas se referencia à "*propriedade originária dos entes*" própria da realidade histórica concreta na qual os objetos se encontram[69]. Essa posição deve ser entendida articulada com a perspectiva de que, para Marx, os objetos e os fatos percebidos por nossos sentidos estão condicionados pelo caráter histórico não só do sujeito cognoscente, mas também da própria sociedade e de suas classes, não havendo leis naturais e eternas[70]. Assim, esse condicionamento social e histórico está conectado com diferentes horizontes de visibilidade ligados às diferentes classes sociais e suas pretensões de perpetuação e transformação.

Na teoria do conhecimento de Marx, o(a) sujeito cognoscente deve, com isso, reproduzir idealmente o movimento real do objeto (NETTO, 2011, p. 25), através de noções, categorias e determinações. A atividade cognitiva tem um momento ideal que se conecta

[69] Para o filósofo mexicano Sánchez Vásquez (2007, p. 199/202), a objetividade sustentada por Marx é social, é produto da atividade humana prática, objetiva. Não basta, assim, reconhecer os objetos fora da consciência. Trata-se de uma unidade entre homem e natureza, de sujeito e objeto que se dá pela práxis, como atividade prática humana transformadora da realidade natural e social.

[70] Marx busca compreender as regularidades que explicam a vida social e que, no campo da ciência, são consideradas como leis. Para este autor, referidas leis são construções produzidas pelos seres humanos e podem ser modificadas pelos mesmos. Nos termos propostos pelo sociólogo mexicano Jaime Osorio, as leis, para Marx, "*operan de manera tendencial, lo que implica que existen factores que pueden actuar en el sentido de contrarrestarlas y/o morigerar su determinación. Sin embargo, tal situación no implica que ellas queden anuladas o suprimidas*" (OSORIO, 2004, p. 18). Nesse sentido, a busca pelas regularidades não supõe o desprezo pelas particularidades dos fatos singulares.

organicamente com a realidade material e com a dinâmica real de articulação desse objeto na totalidade social. Desse modo, parte-se do que Marx chama de *concreto representado*, são trabalhados conceitos abstratos cada vez mais finos sobre essa representação até chegar às determinações mais simples, daí volta-se ao todo, não como uma representação caótica, mas como uma "*rica totalidade de muitas determinações e relações*" (MARX, 2011 [1857], p. 54). Na esteira do pensamento de Hegel, o concreto se conforma como "*a síntese de múltiplas determinações, portanto, unidade da diversidade*" (*idem*). Contudo, a reprodução do movimento do concreto mental, pelo pensamento, não se confunde com o processo de gênese do próprio concreto, como em Hegel. Ademais, a unidade é alcançada, sem suprimir totalmente a diversidade. Para Marx, o ser e a realidade estão em movimento interno, permanente e incessante, havendo forças que empurram para a permanência e outras que negam o existente e projetam o novo (OSORIO, 2014, p. 16). Não se trata de movimentos evolutivos ou acumulativos, mas de saltos e rupturas que conformam movimentos heterogêneos e complexos na realidade concreta e na história. A partir dessa perspectiva que analisa as formações econômicas pré-capitalistas, ao pôr em evidência o parentesco entre elas e ao opô-las globalmente ao modo de produção capitalista, não estabelecendo qualquer conexão linear e universal no desenvolvimento das formações. Assim, "*não é a continuidade do processo histórico que ele faz aparecer, ou seja, uma mudança de formas comandadas por uma contradição fundamental, mas uma descontinuidade radical, uma mutação da humanidade*" (LEFORT, 1979, p. 214).

Para este autor, algo pode ser e, ao mesmo tempo, ao mesmo tempo, não ser. Ou melhor, ser um ir sendo outra. A *negação inerente ao ser* proveniente da lógica hegeliana, neste sentido, está presente em toda concepção marxista. Um exemplo disso está em sua compreensão do processo de reprodução do capital, na medida em que o próprio capital produz os limites e as fissuras para sua superação. Do mesmo modo, o proletariado é a negação gerada pelo capital, que expressa a contradição e explica a dinâmica da luta de classes na ordem social constituída pelo mesmo (*op. cit.*, p. 17). Nesse sentido, a dialética expressa por este movimento não está no mundo das idéias, mas conforma a própria realidade e suas dimensões, sujeitos e objetos.

Apesar de Marx não trabalhar expressamente o tema da relação entre sujeito e objeto do conhecimento, parece-nos que, na dinâmica da produção de conhecimentos marxista, existe, ao mesmo tempo, identificação e diferenciação entre o sujeito e o objeto de estudo. Ou seja, uma unidade relativa, na qual, em determinados momentos, há uma identificação que viabiliza a apreensão da complexidade da realidade e da história, a potencialidade dos atores coletivos, as tendências em disputa e a direção de seu pensamento para a mudança social; e, em outros

momentos, há uma diferenciação que possibilita o estranhamento das formas como os objetos se apresentam para que seja alcançada sua essência. Esses processos se revezam em relação às essências relacionais e às necessárias inserções sociais e históricas. Mas, em todos os momentos, o caráter histórico perpassa o sujeito, o objeto e suas relações, inclusive o próprio conhecimento produzido. A transitoriedade e a historicidade, sustentadas por Marx, das ideias e categorias criadas impõe, ainda, ao conhecimento transformador a negação de dogmas e verdades absolutas (MARX, 2011 [1857], p. 58). A ciência vincula-se, assim, às lutas das classes oprimidas em seu movimento histórico e na medida em que "*produzida pelo movimento histórico, e que se vincula a ele com pleno conhecimento de causa, deixa de ser doutrinária e se torna revolucionária*" (MARX, 1982 [1847], p. 119). Nesse sentido, Marx não separa a atividade teórica da ação prática ou o(a) teórico(a) de seus vínculos e atuação social e política, compreendendo esses campos de maneira inerentemente imbricada.

De toda forma, apreender e representar os movimentos e as dinâmicas das relações sociais e históricas, em suas contradições e permanente atividade, exige do(a) pesquisador(a) o desvelamento ou a rejeição de esquemas teóricos, formas de pensar e horizontes de visibilidade que foram sendo construídos sobre os fatos e a história e assumidos como verdades pelos grupos e classes sociais – alguns destes interessados precipuamente em sua reprodução no poder econômico e político. Marx está comprometido por construir uma perspectiva de conhecimento dirigida para a transformação radical e revolucionária da sociedade, conectando-se com a potência e a organização coletiva dos(a) trabalhadores(as). Ou seja, a compreensão da realidade, através do conhecimento, serve para sua transformação. Foi a participação de Marx nas mobilizações populares e coletivas de seu tempo que possibilitou certa leitura da história e das coletividades organizadas que passaram a ser compreendidas como meios legítimos e potentes para a construção de novas formas de vida, sendo atores centrais, com capacidade criadora, para promover transformações sociais necessárias e profundas. A produção teórica crítica e revolucionária, nesse contexto, possui o papel de contribuir para compreensão do movimento real da realidade e das oportunidades para a sua mudança profunda. Marx expressou, assim, os movimentos teórico-práticos da classe trabalhadora, de seu tempo, em luta, conflito e diálogo com outros grupos sociais em busca por atingir seus objetivos de mudança social.

É certo que a sociedade europeia foi a fonte prioritária de reflexão de Marx, contudo seu pensamento foi apropriado criativamente por diferentes autores(as) e grupos sociais em diversas espaçotemporalidades. Forjou-se, assim, desde o século XIX e principalmente no século XX, uma corrente teórico-prática marxista bastante diversificada em seu interior. Pelo menos, três ondas de expansão do marxismo são emblemáticas por suas leituras criativas e sua influência

decisiva sobre a sociologia latino-americana e mundial. Estas estão inseridas nos seguintes processos históricos: o surgimento, na Europa Ocidental, dos partidos operários de massa; os caminhos da Revolução Russa; e a penetração do marxismo no oriente e a Revolução Chinesa[71]. Exporemos sucintamente as ideias de três autores emblemáticos, conectados com essas expansões.

Um exemplo da diversidade e complexificação desta corrente são as contribuições de Vladimir Lenin (1870-1924). Um dos principais dirigentes da revolução socialista russa, foi, também, uma figura central para as formulações teóricas no interior da corrente marxista após a morte de Marx. Além de temas relacionados à revolução, ao Estado e ao partido, Lenin empreendeu esforços na defesa do materialismo histórico e dialético, em crítica profunda ao idealismo e ao positivismo. Mais que isso, vinculou o materialismo dialético à prática revolucionária, ao sustentar a centralidade da construção de teorias revolucionárias para a conformação de movimentos revolucionários, isto é, a necessidade que os movimentos organizados se apropriem das teorias revolucionárias para que construam táticas e estratégias adequados aos desafios à realização efetiva do socialismo (LENIN, 1978 [1902], p. 18). Para este autor, na esteira do pensamento de Engels, a luta teórica, ao lado das lutas política e econômica, é imprescindível para o processo de transformação social. Lenin converte o marxismo, portanto, em processo revolucionário real, introduzindo a dialética na esfera da ação política direta e do movimento de massas (FERNANDES, 1978, XI/XII). Produz, assim, a vertente teórica conhecida como marxismo-leninismo.

Neste sentido, ao tratar, teoricamente, a obra de Lenin, é importante afastar certas oposições caricaturais em relação à sua figura que o resumem ao prático das ideias marxistas. Com efeito, estamos diante de uma densa produção capaz de abordar com profundidade, inclusive, temas como a produção de conhecimentos. Neste âmbito, em oposição às diversas vertentes de idealismo, a realidade composta pela matéria é dada ao ser humano pelas sensações e é refletida em nossa consciência, ou seja, a consciência como função do cérebro humano é um reflexo do mundo exterior (LENIN, 1982 [1905], p. 97/98). Contudo, a matéria existe independente das sensações geradas, o que constitui o verdadeiramente objetivo, isto é, Lenin reconhece a existência autônoma do mundo exterior que nos é dado pela experiência. Esta matéria está em permanente movimento na realidade objetiva, cujo conhecimento deve expressar essa dinâmica. Assim, para ele, o ponto de vista da vida, da experiência, da prática, é o primeiro passo e o central para a produção de conhecimentos, o que conduziria

[71] No próximo capítulo, trataremos da apropriação do marxismo na América Latina.

necessariamente ao materialismo. A partir daí, os(as) teóricos(as) devem raciocinar dialeticamente, isto é, "*não supor o nosso conhecimento acabado e imutável, mas analisar de que modo da ignorância nasce o conhecimento, de que modo o conhecimento incompleto, impreciso, se torna mais completo e mais preciso*" (op. cit., p. 77/78). O conhecimento é alcançado a partir da prática humana viva, em um movimento que transforma as "coisas em si" em "coisas para nós". Esse processo não se trata de um ato simples, imediato, um reflexo morto em um espelho, mas sim atividade dinâmica, "*acto complejo, dividido en dos, zigzagueante, que incluye em sí la posibilidad del vuelo de la fantasía fuera de la vida*" (LENIN 1972 [1914/1915], p. 342), sendo estúpido, para ele, negar o papel da fantasia inclusive na ciência mais estrita. Nessa direção, seria possível atingir a verdade absoluta a partir das diversas verdades parciais que vão sendo alcançadas pela ciência[72].

Lenin entende que a dialética é a teoria do conhecimento do marxismo (LENIN, 1972 [1915], p. 330), demarcando a perspectiva de constituição de um "*conocimiento vivo, multilateral (con uma infinita cantidad de matices de cada enfoque y aproximación a la realidad*" (*op. cit.*, p. 332). Assim, o conhecimento não seria uma linha reta, mas uma curva que se aproxima infinitamente a uma série de círculos, a uma espiral. Nesse sentido é que este autor entende a dialética:

> [...] Es un desarrollo que parece repetir las etapas ya recorridas, pero de otro modo, en un terreno superior (la "negacion de la negacion"); un desarrollo que no discurre en línea recta, sino en espiral, por decirlo así; un desarrollo a saltos, a través de catástrofes y de revoluciones, que son otras tantas "interrupciones en el proceso gradual", otras tantas transformaciones de la cantidad en calidad; impulsos internos del desarrollo originados por la contradicción, por el choque de las diversas fuerzas y tendencias que actúan sobre un determinado cuerpo o en los límites de un fenómeno concreto, o en el seno de un sociedad dada; interdependencia e íntima e inseparable concatenación de todos los aspectos de cada fenómeno (con la particularidad de que la historia pone constantemente de manifiesto aspectos nuevos), concatenación que ofrece un proceso único y lógico universal del movimiento: tales son algunos rasgos de la dialéctica (LENIN, 1979 [1913b], p. 31/32).

Seria, para Lenin, a dialética a doutrina da unidade dos contrários (LENIN, 1972 [1914/1915], p. 209/210), como o reconhecimento das tendências contraditórias, mutuamente excludentes, opostas, de todos os fenômenos e processos da natureza, inclusive os do espírito e da sociedade. Uma unidade sempre condicional, temporária, em movimento, luta e desenvolvimento espontâneo em sua vida real (*op. cit.*, p. 327/328). Para ele, o mais simples, o

[72] Ao mesmo tempo que Lenin afirma a possibilidade de se alcançar a verdade absoluta, ele ressalta os limites para chegar *até o fim* a compreensão do mundo e da natureza, sendo o conhecimento permanentemente incompleto e inerentemente infinito. Senão vejamos: "*[...] o ponto de vista materialista o reconhecimento da realidade objetiva do mundo exterior e das leis da natureza exterior, sendo tanto este mundo como estas leis plenamente cognoscíveis para o homem, mas sem poderem nunca ser conhecidos até o fim. Não conhecemos a necessidade da natureza nos fenômenos meteorológicos, e nessa medida somos inevitavelmente escravos do tempo. Mas, sem conhecer esta necessidade, sabemos que ela existe*" (LENIN, 1982 [1905], p. 143/144).

mais ordinário e comum – que devem ser o começo das investigações - já contém a dialética, na medida em que o simples, o individual só existe na conexão que conduz ao universal, o universal só existe no individual e através do individual, sendo todo universal um individual.

Lenin entende que não há possibilidades de uma ciência "imparcial" em uma sociedade fundada na luta de classes. Nos termos deste autor, toda ciência oficial e liberal defende, de alguma forma, a escravidão assalariada, enquanto o marxismo declara guerra implacável a esta escravidão. Assim, "*esperar una ciencia imparcial en una sociedad de esclavitud asalariada sería la misma pueril ingenuidad que esperar de los fabricantes imparcialidad en cuanto a la conveniência de aumentar los salarios de los obreros en detrimento de las ganancias del capital*" (LENIN, 1979 [1913], p. 61). Lenin estabelece a unidade entre a ciência e a revolução, ao associar o elemento revolucionário a um caráter altamente científico. Desse modo, a teoria é forjada pela prática e tem funções práticas, notadamente no movimento revolucionário. Além disso, Lenin entende que esta compreensão cientifica da realidade social como ferramenta revolucionária coletiva permite a conformação de uma ideologia proletária que, ao contrário da ideologia burguesa, por exemplo, sirva para explicitar as contradições sociais e os interesses em jogo. Ou seja, como instrumento de elevação da consciência de classe dos trabalhadores e trabalhadoras. A concepção leninista da ideologia é, portanto, diferente de Marx para quem a ideologia está, necessariamente, ligada às classes dominantes e é, com isso, consciência deformada da realidade. Em Lenin, a ideologia se torna qualquer ponto de vista sobre a realidade social enraizado nas posições de certas classes sociais (LÖWY, 1991, p. 12).

Lenin lida com os diferentes sujeitos coletivos (movimentos de massa, multidão, partido), compreendendo sua centralidade e papel em função de sua consciência "*para a vida consciente e para a luta consciente*" (LENIN, 1978 [1902], p. 24). Todos eles possuem um papel central na transformação da sociedade, mas a consciência de classe e da realidade é o que levará esse sujeito coletivo a exercer seu papel revolucionário na mudança social. Nesse caminho, a teoria possui a função prática de contribuir ideologicamente na educação política das classes e elevar o caráter revolucionário dos movimentos e organizações (SÁNCHEZ VÁSQUEZ, 2007, p. 181). Para Lenin, é um erro considerar que o movimento puramente operário, por si próprio, seja capaz de elaborar, para si, uma teoria independente, sendo necessária a colaboração com outros setores sociais capazes da construção teórica. Isso não significa, para Lenin, que os operários não participem dessa elaboração, mas que não participam na qualidade de operários, na medida em que se torna necessário elevar o nível da consciência dos operários em geral, a fim de que adquiram os conhecimentos de sua época (LENIN, 1978 [1902], p. 31/32).

Nesse caminho, Lenin desenvolve a ideia do partido de vanguarda capaz, nas condições analisadas por ele, de exercer a função de direção das massas e dos movimentos, marcados inicialmente pelo espontaneísmo. O elemento "espontâneo" expressaria as formas embrionárias do movimento consciente, que poderia se desenvolver a partir das condições sociais vivenciadas e a atuação política dos setores organizados (LENIN, 1978 [1902], p. 25). Desse modo, concebe o partido como um projeto de intervenção na realidade, como uma organização de combate, e não como um arranjo burocrático a ocupar um lugar institucional no jogo "democrático". Este organismo possuiria como princípios: "*segredo rigoroso, escolha rigorosa dos membros, formação de revolucionários profissionais*" (*op. cit.*, p. 109) e se ocuparia das tarefas necessárias à revolução, propiciando o desenvolvimento integral da consciência política do proletariado e das classes da população, organizando de maneira permanente os setores sociais e levando um amplo trabalho teórico. Seria, considerando as condições concretas enfrentadas na Rússia no início do século XX, um trabalho de agitação política unificada para todo o país, "*que ilumine todos os aspectos de vida e dirija-se às massas em geral*" (*op. cit.*, p. 137). Portanto, Lenin trabalhou, em sua produção teórica, os diferentes tipos de sujeitos coletivos, focou nas possibilidades de sua organização, sua forma de ação, seus limites e repertórios.

Conectado a outra onda de expansão da corrente marxista, mas bastante influenciado pelo marxismo-leninismo, o italiano Antonio Gramsci (1891-1937) é outro exemplo emblemático do desenvolvimento complexo da corrente teórico-prática marxista. A partir do movimento dos trabalhadores da Itália e da construção do Partido Comunista Italiano, elaborou uma profícua trajetória teórico-prática, parte dela de dentro das prisões em função de sua ativa militância[73]. Gramsci, em relação à sua concepção teórica mais geral e partindo da diferenciação analítica marxista entre estrutura e superestrutura, ressalta e trabalha as relações dialéticas e recíprocas entre a dimensão econômica (estrutura) e a superestrutura da sociedade (a política, as concepções de mundo, a cultura etc.), entendendo a superestrutura como conformação complexa, contraditória e em diferentes graus. Critica o determinismo econômico em voga na corrente marxista, defendendo um marxismo radicalmente historicizado e o poder dos homens[e das mulheres] e de suas organizações e associações na transformação social. Nessa direção, Gramsci rejeita de forma veemente a concepção segundo a qual a história teria

[73] Gramsci, de fato, escreveu a parte mais significativa de sua obra encarcerado pelo regime fascista italiano. Os textos deste momento foram publicados, posteriormente, como *Cadernos do Cárcere*, já que foram escritos na cadeia em cadernos dispersos. O autor, ainda, teve de usar linguagem figurada para despistar a censura à qual estes cadernos eram submetidos para deixar a prisão. Gramsci esperava, na realidade, que teria oportunidade de organizá-los para reescrevê-los, mas dada esta impossibilidade, a obra se manteve em sua precária fragmentação, dispersão e redação original. Isso acabou gerando apropriações diferentes e até antagônicas do pensamento gramsciano.

leis objetivas e necessárias para seu desenvolvimento, isto é, que, através unicamente de fatores econômicos, o socialismo chegaria como ato necessário e espontâneo na decadência do capitalismo. Em contradição, este autor sustenta a permanente contradição e o contínuo movimento da história, valorizando as esferas da política, da ação e organização coletiva e dos indivíduos, de seus desejos e paixões. Nos termos de Gramsci:

> […] o impulso automático devido ao fator econômico tem seu ritmo diminuído, é travado ou até mesmo destruído momentaneamente por elementos ideológicos tradicionais; e que, por isso, deve haver luta consciente e previamente projetada para fazer com que sejam "compreendidas" as exigências da posição econômica de massa, que podem estar em contradição com as diretivas dos líderes tradicionais. Uma iniciativa política apropriada é sempre necessária para libertar o impulso econômico dos entraves da política tradicional, ou seja, para modificar a direção política de determinadas forças que devem ser absorvidas a fim de realizar um bloco histórico econômico-político novo, homogêneo, sem contradições internas (GRAMSCI, 2007 [1932-1934], p. 69/70).

Assim, Gramsci desenvolve substantivamente o papel da política e da ação coletiva na mudança social e sua relação com a dimensão econômica. Esse aspecto foi trabalhado de forma secundária por Marx, apesar de existirem preciosos trabalhos sobre a luta de classes na França (MARX, 2008 [1850, 1852]). Nesse contexto e na tentativa de compreender os processos de dominação da classe burguesa, este autor forja uma das grandes originalidades da produção gramsciana, o conceito de hegemonia. Este designa o modo pelo qual um grupo social ou classe exerce seu poder e impõe certas formas de organização da produção e concepções de mundo para o conjunto da sociedade e diz respeito tanto à sua capacidade no plano da direção política, quanto questões culturais, morais e éticas, isto é, envolve a construção de consensos para um universo de valores, de normas morais e de regras de conduta. Ressalta que o exercício da hegemonia leva em conta, em geral, os interesses e as tendências dos grupos sobre os quais a hegemonia será exercida, podendo se conformar um certo equilíbrio de compromissos, "*sem deixar de se fundamentar na função decisiva que o grupo dirigente exerce no núcleo decisivo da atividade econômica*" (GRAMSCI, 2001, 2007). Portanto, para Gramsci, é necessário, para uma transformação profunda da sociedade, não só mudanças na dimensão econômica, mas uma revolução intelectual e moral que reverta a hegemonia atual das classes dominantes. Este autor aponta para a necessidade revolucionária do progresso intelectual das massas e não, apenas, de poucos grupos intelectuais. Nesse processo, os intelectuais possuem papel central, ao serem um dos sujeitos responsáveis pela organização e educação das massas, fazendo com que a teoria revolucionária não permaneça separada dos que a praticam. Desse modo, os intelectuais devem estar sempre em contato com os simples e a realidade, a fim de não só produzir conhecimentos, mas também de construir, a partir da expansão dos aparatos teóricos revolucionários, uma

mudança ampla na mentalidade cultural e social. Para ele, a organicidade do pensamento e a solidez cultural apenas podem ser alcançadas se entre os intelectuais e os simples existir a mesma unidade que deve se dar entre a teoria e a prática. O intelectual orgânico, de Gramsci, pertence, assim, organicamente, às massas e dá coerência aos princípios e soluções aos problemas que vão sendo levantados pelos desafios da militância revolucionária. Assim, o modo de ser do novo intelectual não seria a eloquência, mas a inserção ativa na vida prática e coletiva (GRAMSCI, 2000, p. 53).

Nesse quadro, Gramsci formula sua *filosofia da práxis* como modo antagônico e inovador aos velhos modos de pensamento e ao mundo cultural existente. Como superação da filosofia dos intelectuais construída individualmente, seria alcançada pela unidade entre a teoria e a prática como consequência de um processo histórico complexo, não sendo algo dado mecanicamente. Para ele, no desenvolvimento crítico, é necessário que o aspecto teórico no nexo teoria-prática se distinga concretamente em uma camada de pessoas especializadas na elaboração conceitual e filosófica, não havendo organização política sem intelectuais (GRAMSCI, 2001, p. 37). Assim, para este pensador, a construção teórica deve ser efetivada sobre uma determinada prática que, ao coincidir e identificar-se com os elementos decisivos desta prática, acelere o processo histórico em ato, tornando a prática mais homogênea, coerente e eficiente em todos seus elementos. Gramsci ao mesmo tempo que concede primazia à prática no processo de produção de conhecimentos, defende a construção, em separado, da esfera teórica expressa em uma elite de intelectuais orgânicos. Isso acaba por expressar, no interior do sistema gramsciano, uma certa diferenciação da reprodução teórica, que é compensada relativamente pela tarefa dos intelectuais de permanente formação e organização dos setores populares. Para Gramsci, referida tarefa não se confunde com inserir a ciência na vida individual de todos, mas de inovar e tornar crítica uma atividade coletiva já existente, isto é, transformar criticamente a atividade intelectual que os setores populares já exercem em seu cotidiano, dando-lhe um renovado sentido comum, com a coerência e o nervo das filosofias individuais.

> [...] todo homem, fora de sua profissão, desenvolve uma atividade intelectual qualquer, ou seja, é um filósofo, um artista, um homem de gosto, participa de uma concepção de mundo, possui uma linha consciente de conduta moral, contribui assim para manter ou para modificar uma concepção do mundo, isto é, para suscitar novas maneiras de pensar. O problema da criação de uma nova camada intelectual, portanto, consiste em elaborar criticamente a atividade intelectual, portanto, consiste em elaborar criticamente a atividade intelectual que cada um possui em determinado grau de desenvolvimento, modificando sua relação com o esforço muscular-nervoso, enquanto elemento de uma atividade prática geral, que inova perpetuamente o mundo físico e social, torne-se o fundamento de uma nova e integral concepção de mundo (GRAMSCI, 2000, p. 53).

Para este autor, todos os homens[e mulheres] são filósofos, na medida em que, nos atos mais simples como o uso da linguagem, do senso comum e da religião popular, está contida uma determinada concepção de mundo. Nesse sentido, as crenças populares têm a validade de forças materiais, sendo, na acepção do autor, o peso da tradição. Em um segundo momento, em que a situação da luta de classes e o envolvimento coletivo e militante das pessoas é fundamental, é que podem surgir concepções críticas acerca da visão de mundo dominante. Nesse caminho, é possível elaborar a própria concepção de mundo de maneira consciente e crítica e escolher atuar e participar ativamente na elaboração da história do mundo. Enfim, com base nas palavras do autor, ser o guia de si mesmo e não aceitar do exterior, passivamente, a pegada que se imprime sobre a própria personalidade (GRAMSCI, 2001, p. 15). A elaboração crítica começa, assim, pelo reconhecimento de sua historicidade, isto é, "*a consciência do que realmente se é, um conhece a ti mesmo como produto histórico desenvolvido até agora*". Seria um processo de "*catarse",* no qual se passa do meramente econômico para o ético-político, da elaboração superior da estrutura em superestrutura na consciência dos homens, do objetivo para o subjetivo, da necessidade para a liberdade. Essa compreensão crítica se dá por uma luta entre "hegemonias" políticas, de direções opostas, entre concepções de mundo contraditórias, a partir da qual se elege sua própria concepção, em um ato político de posicionamento em relação à realidade conectado com a vida prática e coletiva. Para Gramsci, a filosofia e a crítica são as superações da religião e do sentido comum, em uma luta cultural para transformar a mentalidade da sociedade. Apesar disso, entende que as massas apenas podem viver a filosofia como uma fé, com um caráter de vínculo não racional. Trabalha, assim, os aspectos culturais necessários para que as pessoas se organizem, entendendo ser necessária uma unidade cultural-social para que diferentes vontades se unam para um mesmo fim, conformando uma visão de mundo comum.

Nesse diapasão, trabalha, teoricamente, os movimentos das massas sociais, enquanto classes subalternas, nas formações sócio-históricas concretas e lhes confere um traço, eminentemente, voluntarista e espontâneo em relação à sua forma de encarar a política. Sua preocupação está, justamente, na possibilidade de superar tais traços para a conformação de direções populares revolucionárias conscientes. Para Gramsci, na ausência do Estado enquanto instrumento de unificação das classes subalternas, como se passa com as classes dominantes, estas têm nos seus intelectuais orgânicos e suas organizações um recurso central para empreender a unificação necessária aos blocos sócio-históricos capazes de construir novos Estados. É, nesse sentido, que Gramsci concebe que os partidos revolucionários não devem ser resultado de impulsos voluntários e individuais, mas sim expressões de blocos sociais

homogêneos, totalmente inseridos nas dinâmicas sociais, políticas e nacionais (GRAMSCI, 2007, p. 87/88).

Gramsci entende que tanto a política quanto o conhecimento estão conectados a sentimentos, paixões e emoções, rejeitando a possibilidade de que esses elementos sejam suprimidos das análises da realidade. Pelo contrário, este autor afirma que a capacidade de prever – significa ver bem o presente e o passado como movimento e identificar os elementos fundamentais e permanentes do processo – está necessariamente conectada com a ligação que o sujeito previsor tem com a previsão ou com os objetivos de um programa prévio. Para ele, apenas assim a previsão pode ser objetividade (no sentido de corresponder à realidade), uma vez que "*só a paixão aguça o intelecto e colabora para a intuição mais clara*" e "*porque sendo a realidade o resultado de uma aplicação da vontade humana à sociedade das coisas, prescindir de todo elemento voluntário, ou calcular apenas a intervenção de vontades outras como elemento objetivo do jogo geral mutila a própria realidade. Só quem deseja fortemente identifica os elementos necessários à realização de sua vontade*" (GRAMSCI, 1968 [1932-1935], p. 41). Demarca que toda previsão contém implícita uma concepção de mundo, contudo entende que a previsão e a concepção de mundo só adquirem importância no cérebro vivo do sujeito, que vivifica estas com sua vontade forte. Em uma passagem fragmentada, Gramsci esclarece o que para ele significa conhecer, contemplando diversas dimensões: "*conhecimento livresco, estatístico, "erudição" mecânica, - conhecimento histórico -, intuição, "contato" real com a realidade viva e em movimento, capacidade de "simpatizar" psicologicamente até o nível de cada homem*" (GRAMSCI, 2007 [1932-1934], p. 353). Parece-nos, assim, que para Gramsci, a objetividade apenas é alcançada considerando-se a subjetividade, isto é, as intuições, emoções, vontades e paixões que são partes inarredáveis da realidade.

Sob outro vértice, a partir do Oriente, Mao Tsé-Tung (1893-1976) é outro exemplo da apropriação criativa da corrente teórico-prática marxista. Um dos dirigentes da Revolução Chinesa, construiu, junto aos trabalhadores e camponeses chineses e sob influência do marxismo-leninismo, os parâmetros políticos e teórico-práticos mais amplos dessa revolução. Este autor entendeu o marxismo não como um dogma, mas como um guia para ação, considerando as condições sociais e históricas concretas enfrentadas pela China (TSÉ-TUNG, 2008 [1937], p. 64). Propôs-se, assim, a tarefa de construir a teoria e a prática revolucionária necessária para o processo chinês, em atenção à sua situação e história, em diálogo com o marxismo-leninismo. Nesse processo, concedeu maior importância às superestruturas, à política, aos movimentos sociais e ao povo, sobretudo ao papel dos camponeses no caminho revolucionário. Em polêmica com o dirigente soviético Joseph Stalin, problematizou sua ênfase

excessiva nas forças produtivas e nas relações de produção e sua invisibilização das pessoas, dos movimentos e das superestruturas (TSÉ-TUNG, 2008, [1958], p. 146/147).

Mao acabou, assim, reinventando, em uma apropriação criativa e crítica, as noções centrais da corrente marxista, apresentando concepções específicas, por exemplo, sobre a dialética e as contradições. Sobre estas últimas, sua concepção reflete a dinâmica e a multidimensionalidade dos antagonismos existentes na sociedade, principalmente na periferia do sistema mundial. Para ele, existem contradições principais e dominantes, isto é, existem contradições estruturais que são principais, por exemplo entre a burguesia e o proletariado, mas podem não ser dominantes em certas situações históricas particulares, por exemplo em invasões imperialistas, nas quais as contradições particulares (nação e potência imperialista) podem ser dominantes. E estas contradições se encontram articuladas, implicando diferentes enfrentamentos para que seja possível o enfrentamento da contradição principal (TSÉ-TUNG, 2008 [1937], p. 107/108). Nos termos sintetizados por Zizek, "*em cada situação concreta, uma contradição "particular" diferente é a predominante, no sentido preciso de que, para vencer a luta pela resolução da contradição principal, devemos tratar uma contradição particular como a que é predominante, à qual todas as outras lutas deveriam estar subordinadas*". (ZIZEK, 2008, p. 13). No mesmo sentido, Mao considera que, apesar de as forças produtivas, a prática e a base desempenharem o papel principal e decisivo, existem situações concretas nas quais as relações de produção, a teoria e a superestrutura desempenham o papel principal e decisivo (*op. cit.*, p. 114).

Por outro turno, sobre a dialética, com base em sua experiência teórica e prática, Mao problematizou a noção padronizada e, muitas vezes, mecânica de síntese dialética como a necessária conciliação dos contrários, consagrada por Lenin. No entanto, rejeitou completamente o momento dialético da "negação da negação", ou seja, a síntese não existiria no movimento dialético. Para ele, o que seria absoluto e necessário seria a existência da luta entre os contrários, não havendo o momento de superação dessa luta. Desse modo, prevaleceria uma luta eterna até que um pólo extermine o outro, em uma sucessão de "afirmação" e "negação" (TSÉ-TUNG, 2008 [1964], p. 224/225). Essa compreensão gerou consequencias práticas para os caminhos da Revolução Chinesa, a qual optou pela destruição, em meio à Revolução Cultural, de tudo aquilo produzido nos períodos anteriores.

Ao discutir a produção de conhecimentos, Mao avançou, na corrente marxista, sobre os processos concretos de articulação entre a construção teória e a prática social. Este sustentou que devemos, para isso, tomar sempre a vida como nosso ponto de partida. Entendeu que o conhecimento parte da prática social, ou seja, depende da produção, da vida material, mas

também das outras esferas da vida prática da sociedade: luta de classes, vida política, conquistas artísticas e científicas (2008 [1937], p. 65). Asssim, as idéias corretas viriam sempre da prática social e dela exclusivamente, uma vez que, apenas assim, correponderiam às leis do mundo objetivo externo, sendo que o ser social do homem é que determina seu pensamento (2008 [1963], p. 204/205). Critica fortemente o modo de funcionamento das universidades de ir de livro em livro, de conceito em conceito, sustentando a necessidade de participação pessoal do(a) pesquisador(a) na luta prática para transformar a realidade. Portanto, primeiro o conhecimento seria perceptivo, levando a matéria objetiva à consciência subjetiva. Nesse processo,

> [...] à medida que a prática social prossegue, as coisas que dão origem às percepções e impressões sensoriais do homem, no curso de sua prática, repetem-se muitas vezes. Então uma mudança súbita (um salto) se produz no cérebro, no processo de cognição, e formam-se conceitos. Já não se trata de fenômenos, aspectos separados e relações externas das coisas; os conceitos captam a essência, a totalidade e as relações internas das coisas. Entre conceitos e percepções sensoriais não existe apenas diferença quantitativa, mas também a qualitativa. Avançando mais, por meio do julgamento e da inferência, somos capazes de tirar conclusões lógicas. (TSÉ-TUNG, 2008 [1937], p. 68).

Esta seria a etapa do conhecimento racional, a partir do qual seria possível a compreensão das contradições internas das coisas objetivas, de suas leis e relações internas entre diferentes processos. Após a construção de conceitos e teorias capazes de explicar o mundo objetivo, é necessário "*aplicar ativamente o conhecimento dessas leis para transformar o mundo*" (TSÉ-TUNG, 2008 [1937], p. 76), ou seja, o conhecimento deve ser aplicado na prática da luta de classes revolucionária e da luta nacional revolucionária, bem como na prática da experimentação científica. Mao entende que o movimento de transformação da realidade nunca chega ao fim, razão pela qual a cognição humana a partir da prática também não, conformando ciclos sem fim que vão aprofundando o conteúdo da prática e do conhecimento. É um processo infinito, cujo movimento é a unidade histórica concreta entre o objetivo e o subjetivo, entre a teoria e a prática, entre o conhecer e o fazer.

Este autor assevera que o trabalho político apenas é possível a partir do conhecimento verdadeiramente concreto das situações reais existentes na sociedade chinesa. Nesse sentido, enfatizava a necessidade de se educar todos os camaradas na teoria materialista dialética do conhecimento, para que todos pudessem ser bons na investigação e no estudo, no acúmulo de experiências e para que fossem capazes de orientar seu pensamento e suas ações de modo correto (TSÉ-TUNG, 2008 [1963], p. 206). Assim, para além de observar e conviver com as massas, é necessário proceder a reuniões investigativas em cada local para apreender a realidade específica e para incorporar os diversos tipos de conhecimentos gestados e elaborados pelas

massas cotidianamente[74]. Mao, assim, a partir do Exército Vermelho, considerou a investigação social como parte regular do trabalho militante, elaborando guias com técnicas de pesquisa e formulários detalhados abrangendo itens tais como: o estado da luta de massas, as condições dos reacionários, a vida econômica do povo e a quantidade de terras possuídas pelas diferentes classes nas áreas rurais (TSÉ-TUNG, 2008, p. 57).

Portanto, a corrente marxista, em sua diversidade, consolida uma perspectiva crítica em relação ao capitalismo e sua matriz de pensamento liberal-burguesa, construindo um potente arcabouço epistemológico e teórico-metodológico para a produção de conhecimentos orientada para a transformação social. Esse campo trabalhou a unidade entre teoria e prática e desenvolveu as relações entre os intelectuais e as massas na produção de saber. Apesar de muitos teóricos marxistas atrelarem a massa a elementos voluntaristas, economicistas e negativos, esta corrente considera os sujeitos coletivos organizados como centrais para a transformação e também para a compreensão social, marcando uma mudança no tratamento das organizações políticas e movimentos sociais pelo campo teórico. Contudo, esse posicionamento permanece fora do âmbito acadêmico na Europa Ocidental até meados do século XX, momento em que vai sendo incorporado de maneira periférica e em alguns círculos acadêmicos específicos. É certo que nos países, nos quais houve revoluções socialistas, o marxismo torna-se a principal corrente teórico-prática utilizada para compreender a realidade, no entanto, na maior parte dos países, este vai se consolidar inicialmente como corrente dos setores organizados e movimentos sociais. A partir do momento em que vai sendo incorporado ao âmbito acadêmico, a corrente marxista tendeu a perder sua vinculação com a prática revolucionária, demarcando um distanciamento da militância política e conformando um campo acadêmico estritamente teórico de reflexão sobre a realidade[75].

---

[74] No texto Método de Estudo dos Problemas, Mao Tsé-Tung assevera que "*para cada reunião, há que reservar tanto tempo quanto necessário, ter um questionário formulado de antemão e, pessoalmente, fazer as perguntas, anotar as respostas e entrar em discussão com os participantes. A investigação é pois impossível ou não dá bons resultados, quando não se tem entusiasmo ardente, determinação de voltar os olhos para a base, sede de conhecer, coragem de abater o odioso orgulho pessoal e vontade de ser estudante. É preciso compreender que as massas são os verdadeiros heróis, enquanto que, frequentes vezes, nós somos de uma ingenuidade ridícula. Se não compreendermos isso, ser-nos-á impossível adquirir os conhecimentos mais elementares*" (TSÉ-TUNG, 1979 [1941b]).

[75] Em linhas gerais, entendemos que ocorreram três movimentos concomitantes que favoreceram referido distanciamento: 1. a entrada do marxismo na universidade e a tendência [e a pressão] à adequação aos parâmetros modernos de produção de conhecimentos (individualização do trabalho intelectual, neutralidade como critério de validade, separação entre o trabalho intelectual e o trabalho prático, importância de uso rígido de metodologias, dentre outros); 2. a redução da produção teórica por parte dos militantes e das organizações marxistas; 3. migração das organizações dos trabalhadores para o campo reformista. Goldmann (1972 [1966]) observa que, para além dessa redução, a produção teórica advinda dos quadros militantes perdeu consideravelmente sua qualidade, sendo que os trabalhos mais profícuos da corrente marxista foram efetivados pelos intelectuais marxistas das universidades. Este autor desenvolve algumas possíveis causas para esse fenômeno: "*[...] o aspecto concreto que toma em nossos dias a luta entre o proletariado e a burguesia, as dificuldades com que se defronta depois de*

Os pressupostos gerais epistemológicos e teórico-metodológicos das principais matrizes de pensamento e correntes teórico-práticas gestadas no século XIX e no começo do século XX informam o universo teórico no qual se deu o desenvolvimento discursivo posterior das ciências sociais e particularmente da sociologia, conformando o conjunto de premissas teórico-metodológicas que vão sendo apropriadas pelos diversos campos e que vão também criando novos campos e disciplinas. Os principais métodos para a abordagem dos problemas e objetos de pesquisa que ainda hoje figuram nos manuais acadêmicos de pesquisa são reproduções dos fundamentos gerais e dos métodos acima apresentados (indutivo, dedutivo, histórico, fenomenológico e dialético). Mesmo quando se lida com as diferentes polêmicas e criações acadêmicas, por exemplo entre a microssociologia e a macrossociologia, as abordagens qualitativas e quantitativas, estas encontram seus germens no universo teórico acima apresentado. É certo que esse universo é influenciado decisivamente pelos limites, sempre dinâmicos, da matriz de pensamento liberal-burguesa e suas premissas é nesse universo que nos veremos imersos ao abordar o campo da Sociologia dos Movimentos Sociais a partir de meados do século XX.

2.3 **A conformação acadêmica do campo da *Sociologia dos Movimentos Sociais***

O campo da *Sociologia dos Movimentos Sociais* foi se consolidando como área temática específica da Sociologia, inicialmente, nos Estados Unidos e na Europa, nos anos 1960 e 1970. Trata-se de campo, relativamente, novo nas ciências sociais. Esta afirmação pode espantar se tomarmos o dinamismo e a consolidação atual da área, diante da quantidade de jornais especializados, dos selos e coleções editoriais destinadas ao assunto ou da existência de associações profissionais de pesquisadores do campo por todo o mundo. Contudo, até os anos 1960 se diagnosticava que, no âmbito estritamente acadêmico, "*in the study of social changes, social movements have received relatively little emphasis*" (KILIAN, 1964, p. 426).

1925-1926 o movimento revolucionário, a importância que teve na URSS o problema militar e aquele das relações com os países capitalistas, a influência da URSS sobre a vida ideológica do movimento operário europeu, tudo isso desenvolveu, no proletariado, um espírito rígido de disciplina, extremamente desfavorável à pesquisa e à vida intelectual" (GOLDMANN, 1972 [1966], p. 32). O historiador austríaco Werner Hofmann aponta que a *stalinização* do comunismo internacional acompanhado pelo enrijecimento teórico separou o trabalho teórico dos partidos. Além disso, assevera que ocorreu o afastamento pragmático dos partidos trabalhistas pelo caráter crescentemente reformista de qualquer teoria revolucionária. Conclui, assim, que a continuação do trabalho científico na base do marxismo perdeu amplamente o contato com as grandes organizações do movimento operário (HOFMANN, 1984, p. 264).

O ascenso, no curso da década de 1960, de mobilizações e protestos por todo o mundo impulsionou as ciências sociais, institucionalmente, em direção à tarefa de explicar e compreender os fenômenos coletivos, que tomavam proporções significativas. Ao contextualizar este período, é fundamental destacar a ligação íntima entre o surgimento das teorias que foram conformando o campo da *Sociologia dos Movimentos Sociais* e o ascenso deste novo período de lutas sociais, em especial, nos Estados Unidos e na Europa. Com efeito, esse momento foi marcado pelo início de um ciclo de esgotamento do vertiginoso crescimento econômico que caracterizou o segundo pós-guerra, nos países centrais, e que embasou o *american dream* estadunidense, por um lado, e o *welfare state* europeu ocidental, por outro. As desilusões próprias desta situação, somadas às tensões da Guerra Fria e suas violentas consequências – como a Guerra do Vietnã e os processos de independências coloniais, por exemplo – conformaram as condições para o aparecimento de amplas contestações sócio-políticas que redefiniram o cenário resultante das décadas anteriores.

A emergência dos movimentos pelos direitos civis, nos Estados Unidos, o Maio de 1968, na França, mas, também, os movimentos feministas, pacifistas e ambientalistas e a multiplicidade de organizações criadas, presentes em ambas as regiões, pautaram a vida social e gestaram novas realidades a serem explicadas pela ciência. Diante disso e a partir do universo teórico vigente nas instituições acadêmicas, nascem as teorias, pensamentos e perspectivas que vão conformando o campo da *Sociologia dos Movimentos Sociais*. Como visto, prevalecia uma abordagem, presente na corrente teórico-prática positivista, que associava as multidões e as massas a patologias sociais e retirava dos movimentos sociais a legitimidade de figurar como objetos de estudo no âmbito universitário. Isso em decorrência do estreito vínculo das instituições acadêmicas e dos(as) teóricos(as) com as premissas da matriz de pensamento liberal-burguesa e com a perpetuação, consciente ou não, dos marcos gerais da organização social capitalista.

A institucionalização acadêmica específica desse campo transcorreu, assim, por meio de um duplo movimento teórico-analítico que carrega tensões em ambos os sentidos. Por uma parte, o foco nos movimentos sociais como objetos legítimos de investigação sociológica abandonou uma visão centrada apenas em seu potencial destrutor e ameaçador e adotou uma postura investigativa sobre suas formas de atuação, organização e intervenção na realidade. Um maior número de cientistas e teóricos(as) das universidades deixou de tratar as mobilizações coletivas como necessárias patologias sociais para buscar compreender essas ações em suas especificidades (NEUVEU, 2006). Isso se deu a partir de um esforço de delimitação conceitual sistemático, que buscou identificar a temporalidade, a organicidade, as formas das ações

coletivas e dos movimentos sociais. Contudo, esse esforço de delimitação teórica para a construção do objeto de estudo não significou automaticamente a rejeição definitiva da ideia de uma sociedade sem mudanças ou cujas expressões destas mudanças, incluindo-se os movimentos sociais, pudessem ser concebidos como anormalidades (DELLA PORTA e DIANI, 2006, p. 1) ou como anomalias temporárias conectadas a crises no funcionamento regular do sistema. Trata-se de processo longo e contraditório que carrega importantes continuidades e rupturas em diferentes níveis, expressando as lutas e as relações sociais entre os diferentes grupos sociais em cada espaçotemporalidade. De toda forma, o foco nos sujeitos coletivos contestatários representa uma tensão constitutiva permanente em relação a algumas premissas da matriz de pensamento liberal-burguesa, destacando-se duas delas. A primeira se refere à possibilidade de abandono do indivíduo como eixo referencial central da sociedade e do conhecimento e a segunda é o foco na mudança e no conflito social, a partir do ponto de vista dos sujeitos coletivos, flexibilizando o vínculo entre a construção teórica universitária e a necessária harmonização da sociedade.

De outra parte, a delimitação conceitual dos movimentos sociais expressou a tendência liberal-burguesa e positivista, reproduzida pela lógica sistêmica parsoniana, de dividir as esferas da vida social para melhor compreendê-las, compartimentando as áreas do conhecimento social e criando zonas de especialização. Assim, em contraposição à corrente marxista, os sujeitos coletivos e suas ações passam a ser compreendidos como uma parte da realidade a ser estudada de maneira separada da análise econômica e sociopolítica. Nesse sentido, é necessário recortar essa face da realidade para explica-la em seu isolamento e especificidade, autonomizando esses fragmentos em relação à totalidade social. De objetos de estudo podem se transformar em coisas exteriores, sem raízes sócio-políticas, históricas e econômicas. Isso revela as concepções pressupostas em relação aos limites do alcance do conhecimento humano no que concerne à realidade e à história e às próprias noções de realidade social e de história. Em função dos óbvios limites desse empreendimento – de estudar e refletir sobre sujeitos coletivos desenraizados do terreno social e histórico – esse movimento teórico-analítico também apresenta sérias tensões que questionam o substrato da matriz de pensamento liberal-burguesa.

Essas mudanças começam a ser observadas, além de iniciativas individuais provenientes do campo da história na Alemanha, nos enfoques concedidos aos comportamentos coletivos pela Escola Sociológica de Chicago – Estados Unidos, desde meados do século XX. Apesar de agregar diferentes linhas de pesquisas e parâmetros teóricos, essa Escola reuniu pesquisadores/as que buscaram compreender a natureza do mundo empírico e desenvolveram procedimentos metodológicos para isso. É nesse contexto que os métodos qualitativos de

pesquisa começam a ser elaborados. Referidos(as) pesquisadores(as) estavam conectados(as) com os problemas e desafios das grandes cidades que se desenvolviam nos Estados Unidos e pretendiam explicar os comportamentos das pessoas e das coletividades nesse novo contexto urbano.

O filósofo norte-americano George H. Mead (1863-1931), um dos precursores dessa Escola, trabalhou teoricamente a interação social, inicialmente focado no comportamento individual a partir dos símbolos significantes do ato social. Sustentou que o indivíduo, em interação, adota as atitudes de outros indivíduos humanos no processo social. Neste movimento, este passaria a incorporar esse processo social como um todo à sua experiência individual, desenvolvendo a personalidade e a consciência de si mesmo, e tenderia a adotar as atitudes não só dos indivíduos em geral, mas especificamente do grupo social organizado ao qual pertence. Esta seria, para o autor, a base para o pleno desenvolvimento do "*self*" desse indivíduo e funcionaria como forma de controle da comunidade sobre seus membros individuais (MEAD, 1970 [1934], p. 185/187). Mead desenvolve, nessa direção, a noção de "*outro generalizado*" para designar a adoção das atitudes dos outros indivíduos, entendendo, em função disso, que o sujeito individual possui duas dimensões: o "eu" e o "mim", a primeira seria a dimensão ativa, criativa e anterior à reflexão e a segunda designaria o elemento social internalizado, com regras sociais e modos através dos quais as outras pessoas o vêem.

Em relação às coletividades, Mead divide os subgrupos em concretos, como os partidos políticos, os clubes, as corporações, nas quais seus membros estão em contato uns com os outros; e abstratos como a classe de devedores e de credores, nas quais os membros individuais se relacionam indiretamente, mas que representam uma possibilidade de enriquecimento das relações sociais. Não obstante, ao tratar das relações entre as coletividades, este autor não vislumbra o conflito entre os interesses e objetivos dos grupos, focando tão-somente nas suas funções adaptativas, interativas e organizacionais. Os conflitos, para o mesmo, sempre de pequenas proporções, se resolveriam pela utilização da razão e conformariam uma possibilidade de progresso e evolução societária. Para ele, a viabilidade da mudança social está limitada pela interação entre os indivíduos através da conversação e do convencimento (*op. cit.*, p. 196/197). Assim, o impacto causal das coletividades se daria nas pessoas em sua formação do "self" e a relação entre os grupos se daria, na realidade, como relações entre indivíduos isoladamente considerados. Ao recusar os antagonismos entre os interesses e posições dos grupos sociais existentes na sociedade, bem como a dimensão histórica das formações sociais, Mead mantém um enfoque individualista e conservador para o entendimento das interações

entre as coletividades e idealiza um funcionamento harmonioso e acrítico da sociedade, revelando seu ideário liberal (DOMINGUES, 2008a, p. 27).

Por sua vez, Herbert Blumer (1900-1987), seguindo os caminhos abertos por Mead em relação à compreensão simbólica da sociedade, busca entender a ordem social e os comportamentos coletivos a ela inerentes, através da interação das pessoas, mediadas pelos significados, expectativas, regras e tradições envolvidas no processo social. Para ele, os indivíduos agem em relação aos objetos de acordo com os significados atribuídos a eles, os quais são construídos e modificados na interação social. De acordo com Blumer (1951, p. 221), ao ser considerada, uma ordem social pode ser composta pelos seguintes elementos: 1) um corpo de expectativas em comum sobre as quais as pessoas podem cooperar e se relacionar umas com as outras, produzindo tradições e normas sociais; 2) um conjunto de valores baseado nas primeiras; 3) as concepções que as pessoas têm de si mesmo em relação às outras e ao seu grupo; 4) uma orientação subjetiva comum que se expressa em disposições e humores. Com isso, a evolução de uma ordem social estaria imbricada ao desenvolvimento de comportamentos coletivos mais estruturados, organizados e, portanto, sólidos. Assim, ressalta que "*o estudante de comportamentos coletivos procura compreender a forma pela qual surge uma nova ordem social, pois à aparição de uma nova ordem social corresponde a emergência de novas formas de comportamentos coletivos"* (1951, p. 169).

Nesse contexto, Blumer se volta também para a inquietação social e os movimentos sociais como empreendimentos coletivos que objetivam mudar o modo de vida frente à insatisfação com o modo vigente, envolvendo precipuamente a dimensão cultural através dos valores e crenças compartilhados. Tratará, assim, dos movimentos sociais a fim de compreender a mudança da ordem social, dando especial atenção à sua dinâmica interna. Cumpre salientar que este autor diferencia o comportamento coletivo elementar – sem organização - do movimento social, distinguindo também, no mesmo sentido, a massa e a multidão. Para ele, os movimentos começam desorganizados e percorrem um caminho de organização, havendo três tipos: os movimentos gerais, os movimentos específicos e os *expressive social movements*. O primeiro deles tem raízes na mudança dos valores das pessoas que já não mais correspondem com os modos de vida em que vivem, gerando comportamentos indefinidos e hesitantes. São exemplos os movimentos de trabalhadores, juventude, mulheres e pela paz. Por sua vez, os movimentos específicos nascem dos ânimos de inconformidade e esperança insuflados pelos movimentos gerais, possuem objetivos e formatos mais definidos e tendem a passar por distintos estágios de desenvolvimento até chegar à institucionalização. São exemplos os movimentos reformistas e revolucionários. Já os *expressive social movements* são movimentos

religiosos e os de moda, estando dissociados, em geral, de uma posição política. Na realidade, os tipos de movimentos podem se misturar, apresentando comportamentos coletivos difusos. Com esse esquema conceitual, Blumer almeja entender como se dá o contágio social da insatisfação, como se dissemina a perspectiva da mudança através dos indivíduos e dos comportamentos coletivos.

Para isso, este autor desenvolverá um referencial teórico-metodológico denominado *interacionismo simbólico*, que contribuirá para a conformação do enfoque microssociológico[76] no estudo dos fenômenos sociais e para a construção dos métodos qualitativos de pesquisa. Para Blumer, é necessária uma metodologia distinta no estudo do comportamento humano, a fim de captar o caráter processual, concreto e localizado da interação social simbólica. Assim, devem ser realizadas análises situadas dos atores em interação que explicariam os micro-processos que conformam a sociedade. Contrapondo-se ao funcionalismo e seus enfoques, em geral, quantitativistas e macro-estruturais, este autor defende a aproximação ao objeto de estudo, comparando-a a uma "*escavação*" profunda, ressaltando que "*é um trabalho exaustivo que requer uma ordem elevada de tentativa cuidadosa e honesta, imaginação criativa e disciplinada, recursos e flexibilidade no estudo, uma ponderação dos resultados e uma constante disposição para testar e reorganizar as visões e imagens da área*" (BLUMER, 1969, p. 40). Sob influência do pensamento kantiano, este autor parte do pressuposto de que o mundo da realidade existe apenas na experiência humana e que depende de como os sujeitos veem o mundo. Daí a necessidade de apreender o significado concedido pelos indivíduos em interação ao mundo empírico, isto é, encontrar o mundo empírico na interação entre as consciências sociais individuais. Assim ao mesmo tempo em que nega uma realidade ontologicamente separada do sujeito, é uma abordagem que valoriza o mundo empírico e que está comprometida com a construção de uma ciência empírica que alcance a contingência e a mudança na vida social.

Com esse fundamento, a Escola de Chicago e os estudos subsequentes a Mead e Blumer indicam como caminho, para superar o distanciamento da realidade causado pelos enfoques macrossociológicos e para reintroduzir a importância da ação e do ator para a compreensão dos fenômenos humanos, os estudos de caso, isto é, os estudos focados em fenômenos sociais específicos e localizados. Não obstante, o foco nos micro-processos não foi acompanhado por

[76] De acordo com a estudiosa brasileira Teresa Haguette (2011), foram os *insights* de Mead e Blumer que possibilitaram os desenvolvimentos teóricos da etnometodologia do norte-americano Harold Garfinkel e da dramaturgia social do sociólogo canadense Erving Goffman. Estes foram referências para o campo da micro-teorização na sociologia norte-americana e mundial.

uma problematização teórico-analítica, nem tampouco para a compreensão dos fenômenos sociais em uma escala mais ampliada que contemplasse diferentes dimensões e percursos históricos. Assim, apesar de dotarem de centralidade os movimentos sociais para a teoria sociológica, estes foram compreendidos em uma dinâmica local sem um debate teórico mais amplo sobre seu significado e alcance.

Ademais, as abordagens de Mead e Blumer, assim como de muitos(as) autores(as) do campo do interacionismo simbólico, têm em comum a manutenção do indivíduo e sua subjetividade no centro da compreensão dos comportamentos coletivos e das coletividades, sendo marcante uma aproximação da psicologia social. Apesar de buscarem explicar grupos, comportamentos coletivos e movimentos sociais, não concedem aos mesmos capacidade de ação, isto é, esta ainda está reservada aos indivíduos de maneira fragmentada. O ator reintroduzido na teoria social, como almejado, acaba reproduzindo a dinâmica atomizada do indivíduo, nos termos da matriz de pensamento liberal-burguesa. Por outro lado, entender que os comportamentos coletivos possuem caráter processual não implica a inserção desses fenômenos na história e a identificação de sua interrelação com outras dimensões da sociedade. Pelo contrário, como é o caso de grande parte da microssociologia, os fenômenos são processos em um nível local situado, sendo necessário isolá-los em uma observação continuada. Assim, da mesma forma, são igualmente retirados da história, sendo dificultada uma compreensão, de fato, geopolítica de seu contexto, território e/ou espacialidade. Para Goldmann (1972 [1966]), além da microssociologia eliminar todo elemento histórico no estudo dos fatos humanos, retira as repercussões históricas e sociais da própria vida psíquica dos indivíduos.

Como proposta teórico-metodológica, o interacionismo simbólico manteve a necessidade, através do método, de se extirpar posições, pertencimentos, juízos de valor e emoções do(a) pesquisador(a) no curso da investigação, a fim de garantir a neutralidade como dispositivo necessário para a verdade e legitimidade do conhecimento produzido. Nesse sentido, em que pesem os movimentos sociais serem considerados como sujeitos de transformação da ordem social, estes são tomados como objetos que devem ser analisados de maneira externa e neutra. Reafirma-se, assim, a dicotomia entre o sujeito e o objeto de pesquisa. Portanto, apesar de a microssociologia acompanhada dos métodos qualitativos de pesquisa serem reações contra o estrutural-funcionalismo e seus enfoques macrossociológicos quase sempre associados a métodos quantitativos, trata-se de reação parcial que se localiza no interior da matriz de pensamento liberal-burguesa, reproduzindo, como visto, muitas de suas premissas de maneira diferenciada. Mesmo considerando esse escopo geral, os(as) teóricos(a) que produziram micro-teorizações, nesse momento histórico, apresentaram importantes

problematizações aos modos vigentes de produção científica, enfatizando, por exemplo, a contingência dos processos sociais, a existência de fenômenos coletivos e a possibilidade de construção de enfoques teórico-metodológicos alternativos.

Nessa época, predominava na sociologia estadunidense um enfoque macrossociológico conectado com a vertente estrutural-funcionalista, de inspiração positivista, particularmente durkheimiana. Uma das referências centrais desse cenário foi o sociólogo norte-americano Talcott Parsons. Este autor toma a ideia de sistemas da cibernética e da teoria dos sistemas para atualizar a fórmula de Durkheim de uma sociedade como um organismo, interdependente, composto por partes funcionais. Para Giddens, "*os escritos de Talcott Parsons desempenharam um importante papel ao ligar as obras de Durkheim ao funcionalismo moderno*" (GIDDENS, 1998, p. 231). Segundo Parsons, o sistema geral – a sociedade – seria composto de subsistemas com funções específicas: sistema social (integração), organismo comportamental (adaptação), personalidade do indivíduo (realização de objetivos), sistema cultural (manutenção do padrão). (PARSONS, 1969, p. 16/18). Cada subsistema contribuiria, neste sentido, para a realização de seu imperativo específico. Por outro lado, a inter-relação entre os subsistemas se daria por interpenetração, ou seja, existem, para o autor, zonas localizadas na interseção entre dois ou mais subsistemas e que, portanto, podem ser tratados, teoricamente, como pertencentes a ambos. É a partir destas interseções que se ocasionam, com isso, os intercâmbios entre sistemas que, para Parsons, configuram-se como sistemas abertos capazes de recepções e apresentações em interação com outros sistemas. Estes sistemas são, também, por sua vez, capazes de evolução progressiva através de mecanismos básicos de mudança – a diferenciação, a ascensão adaptativa, a inclusão e a generalização – para níveis mais elevados de sistemas.

Cumpre salientar que Parsons reconhece uma especificidade nos fenômenos coletivos, considerando, como unidades-objeto, da estrutura social os atores individuais e coletivos (PARSONS, 1951, p. 30). Contudo, trabalha com o conceito de coletividade e subcoletividade da mesma maneira com que trabalha os atores individuais, transferindo as características de um indivíduo cartesiano, centrado e transparente a si mesmo, que age com intenções claras e certas para o sujeito coletivo (DOMINGUES, 2008a, p. 101). Para ele, a ação humana é sempre individual, apesar de seguir padrões comuns de grandes grupos humanos. Sua teoria busca prioritariamente caracterizar a estabilidade e o consenso conectado com a sociedade moderna capitalista através da adequação ou do respeito dos indivíduos a um conjunto de normas e valores em comum, no entanto trabalha com as tensões oriundas das diferenças entre os sistemas de crenças e valores adotados pelos grupos sociais, admitindo a possibilidade de interesses distintos, subculturas desviadas e conflitos ideológicos (PARSONS, 1951, p. 187,

229 e 231). Em uma das poucas oportunidades em que Parsons analisou as ações de um movimento social foi em relação às demandas do movimento negro na sociedade americana. Para ele, seria necessária a integração sistêmica dessa subcoletividade, sendo preciso a submissão desses indivíduos às normas e aos valores em comum já compartilhados pela sociedade americana (PARSONS, 1965). Assim, mesmo tratando com movimentos contestatários, visualiza sua trajetória a partir do viés da integração ou da inclusão plena e não da mudança da ordem social. Parsons sustentou que há um processo de evolução social que distribui as sociedades em uma linha de desenvolvimento (PARSONS, 1969, p. 39), que possui como fator de direção o aumento na capacidade adaptativa generalizada, adaptando-a conscientemente da teoria de evolução orgânica, como níveis evolutivos primitivos, intermediários e moderno, tendo como linhas divisórias os desenvolvimentos decisivos nos elementos de código das estruturas normativas e na linguagem escrita, que atuariam para estabilizar grande número de relações sociais e fundamentariam um desenvolvimento cultural cumulativo (PARSONS, 1969, p. 46). Para verificar esses processos, desenvolveu, ao final de sua carreira acadêmica, o sistema AGIL como método para verificar o equilíbrio e o desequilíbrio dos sistemas. Entendeu, na esteira de Weber, que o desenvolvimento da sociedade ocidental na era moderna é de significação "*universal*" na história humana, afirmando que "*o desenvolvimento não foi casual, mas teve uma direção definida*" (1974, p. 168). Desse modo, Parsons demonstra não apenas o vínculo com a sociedade capitalista e sua matriz de pensamento liberal-burguesa, mas também evidencia como suas categorias foram desenvolvidas tendo como referência necessária a sociedade ocidental[77].

É a partir desse campo - sob influência, por um lado, de Parsons e, de outro, de Weber - que o cientista social estadunidense Mancur Olson, em sua emblemática obra "*A Lógica da Ação Coletiva*" (1965), aplicará os modelos originados da economia liberal de Milton Friedman para o estudo dos fenômenos sociais e coletivos. Olson busca construir uma teoria dos grupos e das organizações a partir da compreensão do que estimula os indivíduos a agirem coletivamente e a se organizarem. O autor entende que as organizações existem para satisfazer ou favorecer os interesses comuns de seus membros, sendo que "*lo que un grupo haga*

[77] O estrutural-funcionalismo influenciou fortemente toda a sociologia acadêmica e inúmeras matrizes de pensamento. A reprodução de interpretações sociais a partir de uma estrutura engessada e pouco dinâmica que dá conta de todo o processo social foi bastante ativa, estando presente inclusive no marxismo (por exemplo as obras de Althusser). O importante, para essa vertente, é a construção de um esquema conceitual que explique teoricamente todas as dimensões do mundo empírico, a partir de categorias e funções, em uma visão macrossociológica. A correspondência com a realidade se dá em uma dinâmica de generalizações quantitativas. Nesse sentido, para Parsons, a objetividade é alcançada com o ajustamento entre o esquema teórico empregado no estudo e as afirmações empíricas que são escolhidas para validar a interpretação (PARSONS, 1974, p. 165), naturalizando e invisibilizando as questões epistemológicas ou teórico-metodológicas.

dependerá de lo que hagan las personas que lo forman, y lo que éstas hagan dependerá de las ventajas relativas que para ellas ofrezcan los cursos de acción alternativos" (OLSON, 1992 [1965], p. 33). Em contraposição às interpretações psicologizantes ou ao entendimento de Le Bon que sustentava não existir uma tomada racional de decisão na multidão ou nas ações coletivas, Olson afirma que a participação nas ações coletivas são escolhas estritamente racionais[78] e individuais, pouco influenciadas por elementos políticos, ideológicos e culturais.

A possibilidade de participação das pessoas nas organizações é calculada, assim, a partir das vantagens econômicas ou sociais que estas podem usufruir e da diferença que a organização faz na quantidade de bens coletivos acessíveis, diminuídos os custos gerados pela participação. Na esteira do pensamento de Weber, o comportamento e a ação dos indivíduos são pautados por uma razão instrumental e individual que calcula custos e vantagens e que maximiza a utilidade em suas interações. Desse modo, os movimentos sociais são explicados pelos benefícios usufruídos ou a serem alcançados e o parâmetro de funcionamento destes é baseado no comportamento do mercado capitalista e das empresas. De fato, as organizações, no pensamento olsoniano, teriam comportamentos análogos a empresas convencionais e teriam na racionalidade pragmática seu método de funcionamento por excelência, estando em permanente competição.

No campo teórico-metodológico, Olson entende que a aplicação de modelos e equações são capazes de determinar, com exatidão e com uma pretensão generalizadora, a relação entre o tamanho da organização e o comportamento das pessoas que formam parte dela, bem como o valor dado ao bem coletivo desejado e outras características. A aplicação dos referidos modelos e seus efeitos teóricos considera a linguagem matemática o meio para explicar as ações coletivas, as quais são concebidas como dados. Por outro lado, este autor, mesmo se localizando na corrente positivista, empreende esforços para afastar-se das concepções que assimilam os diferentes tipos de grupos e organizações a patologias ou anormalidades sociais, reafirmando a legitimidade do objeto para o campo em criação. Com efeito, esta foi uma abordagem central para a conformação inicial do campo da *Sociologia dos Movimentos Sociais* e para a construção de uma das principais vertentes de pesquisa que possibilitou a institucionalização acadêmica do referido campo: a Teoria da Mobilização de Recursos.

Em linhas gerais e com diferenças entre os autores (McCARTHY e ZALD (1977), OBERSCHALL (1973), GAMSON (1982) e TILLY (1978)), referida teoria desvincula os

78 Para Olson, ainda que o comportamento seja egoísta ou não, o comportamento do indivíduo deve ser racional "*en el sentido de que sus objetivos, sean egoístas o desinteresados, deben ser perseguidos por medios que sean eficientes y eficaces para lograr esos objetivos*" (1992 [1965], p. 75).

movimentos sociais das macroestruturas econômicas e culturais, sustentando que as privações materiais e os interesses de classe seriam inócuos para explicar os movimentos sociais. Negam, ainda, relevo aos valores e às ideologias na conformação das mobilizações coletivas, afirmando que os movimentos sociais e os indivíduos fazem escolhas racionais com base em interesses econômicos ou sociais particulares. Sob esta ótica, o mais importante não é identificar as razões de fundo, mas explicar o processo de mobilização. Erik Neveu (2006) entende que os escritos contemplados pela Teoria da Mobilização de Recursos não possuem coerência para conformar um paradigma e ressalta que os trabalhos classificados com essa etiqueta funcionam como "*un continuo que va desde un extremo todavía muy economicista, muy tributario de Olson, hasta análisis más preocupados por una consideración de las variables históricas y sociológicas*" (p. 89/90). Adotando o contínuo proposto por Neveu, abordaremos os escritos de McCarthy e Zald em um extremo marcado por uma visão economicista e positivista e os textos de Charles Tilly que possuem uma abordagem histórica e política dos fenômenos coletivos.

McCarthy e Zald, em seu texto clássico *Resource mobilization and social movements: a partial theory* de 1977, se colocam, claramente, o problema proposto por Olson: "*since social movements deliver collective goods, few individuals will 'on their own' bear the costs of workink to obtain them*" (1977, p. 1.216). A concepção aproxima-se da perspectiva olsoniana em sua ótica utilitarista da realidade e em sua compreensão instrumental do comportamento e da ação dos sujeitos em direção aos bens coletivos almejados. Para esses autores, para explicar os movimentos sociais, é necessário considerar, com centralidade, o conjunto de incentivos, mecanismos ou estruturas de redução de custos e benefícios que levam a comportamentos coletivos. Identifica-se, assim, a presença de recursos materiais (financiamento e estrutura), humanos (ativistas e apoiadores) e de organização, isto é, a existência de uma real coordenação entre os indivíduos avulsos. Assim, parece-nos que referidos autores entendem, como mobilização, não as ações coletivas de enfrentamento, mas as ações das organizações em negociações no âmbito institucional. No mesmo sentido, em que pese a conceituação de movimentos sociais apresentada no supramencionado texto conecte estes a um conjunto de opiniões e crenças comuns que expressam preferências pela mudança de alguns elementos da estrutura social ou por uma diferente distribuição de recompensas (1977, p. 1.217), a construção conceitual e analítica efetivada acaba atrelando os movimentos sociais a uma dimensão organizacional que se mostraria importante para a referida mobilização de recursos.

Estes autores questionam e reagem à grande ênfase, então corrente, na psicologia social que valorizaria a consciência e os significados concedidos pelos participantes aos movimentos sociais no campo do estudo dos fenômenos coletivos. Contudo acabam por exacerbar sua

perspectiva na direção da racionalidade, indicando caminhos bastante pragmáticos e restritivos para o estudo dos mesmos. Como se os interesses individuais e próprios indivíduos fossem conformados por si e não pelas relações sociais nas quais se encontram e as quais constroem. Esses caminhos invisibilizam os conflitos sociais, a história, o território, a sociedade, as emoções, os pertencimentos, os elementos político-ideológicos, dentre outras dimensões.

Para McCarthy e Zald, além disso, a perspectiva da mobilização de recursos se propõe a superar o hiato existente entre as teorizações dos movimentos sociais sobre si mesmos e as teorizações acadêmicas no campo da análise dos movimentos sociais. Os autores consideram que a ênfase dos sociólogos nas diferentes temáticas acadêmicas ignora os problemas vigentes e os desafios estratégicos dos movimentos sociais, entendendo que os dilemas das lideranças devem ser levados a sério. No entanto, a saída proposta segue hierarquizando os estudos acadêmicos e os movimentos sociais com uma clara superioridade dos primeiros em relação aos segundos, reafirmando uma postura investigativa exterior e instrumental no que se refere aos movimentos. Isso fica negritado com a colocação de que apenas a reflexão acadêmica proveria o corretivo aos teóricos práticos, que naturalmente estariam mais preocupados em justificar suas próprias escolhas táticas (1977, p. 1.213). De acordo com a socióloga brasileira Ângela Alonso (2009), trata-se de modelo racional de compreensão dos movimentos sociais que os considera como empreendimentos e meros objetos de estudo e que entende a pesquisa como um resultado da análise racional e neutra, repelindo qualquer interação entre o(a) pesquisador(a) e o movimento social.

Na outra ponta deste campo, encontra-se Charles Tilly e sua obra seminal, de 1978, *From mobilization to revolution*. Trata-se de uma abordagem que preza por uma compreensão racional e instrumental dos movimentos sociais, mas que contém uma diferença substancial em relação à teoria anterior. Se McCarthy e Zald concentram-se nos benefícios e custos que os movimentos sociais logram reunir enquanto capacidades próprias, este autor tenta visualizar esses elementos nas possibilidades abertas pelas situações políticas específicas que permitiriam a expansão ou o bloqueio dos fenômenos contestatários. Privilegia-se, assim, a análise política das situações nas quais os movimentos sociais se desenvolvem e as quais enfrentam em suas ações, tendo o Estado e a institucionalidade um papel central na análise. Tilly parte de um modelo político de interação entre grupos, o qual considera estático, mas que informa elementos centrais para seu modelo em construção: o governo figuraria como aquele que controla os meios de coerção e os *competidores* como o grupo que aplica recursos para influenciar o governo, podendo ser membros da política ou *contestadores*, estando todos tentando realizar seus interesses e batalhando por poder. Tilly adota essa dicotomia entre *competidores* e *governo* e

trabalha em um modelo mais dinâmico que tenta visibilizar interesses variados (mesmo que sempre em consideração ao Estado) e processos de organização e mobilização. Nesse sentido, a ação coletiva seria a capacidade de ação conjunta dos *contestadores* em busca de fins comuns que se conforma a partir das interações complexas e mutáveis entre interesses, organização, mobilização e oportunidades (TILLY, 1978, p. 7).

No esquema conceitual de Tilly, a ação coletiva e os movimentos sociais são constituídos e se desenvolvem a partir da postura estatal, razão pela qual este autor trabalha o conceito de *oportunidade* que designaria a relação entre os interesses da população e o Estado e que expressaria a possibilidade política de os governos estarem mais vulneráveis para novas reivindicações. A oportunidade deve ser compreendida a partir da sua relação com a ameaça que traduziria o risco que a realização das reivindicações reduza a efetivação dos interesses dos contestadores no âmbito estatal (TILLY, 1978, p. 55). Os atores coletivos variam sua posição e suas ações tendo como referência necessária o Estado. Nas palavras do próprio autor, "*collective action is about power and politics*" (1978, p. 5). Para Tilly, o próprio surgimento dos movimentos sociais e a determinação histórica dos repertórios de ação destes – que seriam as performances coletivas nos espaços públicos - estão vinculados à centralização do poder empreendida pelo Estado no século XVIII na Inglaterra. Desse modo, os movimentos sociais e seus *repertórios de ação* são definidos por sua relação com o governo e as instituições e a dimensão da política e do poder político é reduzida à institucionalidade governamental. Parece-nos, ademais, que o espaço público seria a esfera da negociação dos interesses, a partir de pressões variadas que conformam e são conformadas por oportunidades, performances, ameaças, ações e organizações. Mas, ao final, os conflitos tendem a ser resolvidos pela negociação, o que revela um ideário liberal que não visibiliza a possibilidade de conflitos antagônicos e a mudança substancial da organização da vida social.

Sua proposta metodológica contempla largas análises temporais comparativas e, a partir do desafio de mesclar sociologia e história, a identificação de variações e mudanças nas formas de ação coletiva e contestação político-social (BRINGEL, 2012, p. 46). Apesar de possuir uma abordagem com repercussão história, suas análises tenderam, em geral, a isolar a política dos âmbitos econômicos e culturais, levando, muitas vezes, a uma apreensão fragmentada tanto das situações políticas quanto das ações coletivas e movimentos sociais. O desenvolvimento teórico de Tilly e sua concepção geral das ações coletivas incidiram decisivamente na estruturação posterior de uma nova vertente no campo da *Sociologia dos Movimentos Sociais* denominada Teoria do Processo Político. Nesta, é concedida ainda maior importância na caracterização do contexto político institucional para a explicação do surgimento de protestos e de movimentos

sociais, sendo estes caracterizados essencialmente pelos enfrentamentos e negociações públicas com o aparato estatal. Para apreender essa dinâmica dando sequência às percepções de Tilly, o autor estadunidense Sidney Tarrow (1997) trabalhou o conceito de *estrutura de oportunidade política* que informaria os fatores que auxiliam ou dificultam a construção de formas de ação política contestatória, bem como de movimentos sociais, em cada Estado e momento histórico. A partir disso, seria possível refletir acerca da abertura do sistema político, da instabilidade dos acordos políticos entre as elites no poder e sobre a possibilidade de repressão. Os autores envolvidos nesta vertente, a partir da década de 1990, trabalham com a categoria de *confronto político* para designar todas as ações e reivindicações coletivas que dependem de mobilização e que implicam em interação coletiva com outros atores, incluindo necessariamente o governo. Pretendem, a partir de um amplo mapeamento mundial do confronto político, conectar movimentos sociais, ciclos de protesto e revoluções, relacionar identidades coletivas e redes sociais e ligar, ainda mais, política institucional e ação coletiva (McADAM, TARROW e TILLY, 2009 [1996], p. 20/36). Assim, o peso da institucionalidade na caracterização das diferentes formas de confronto político continuou sendo central, não havendo mudanças substantivas na dimensão teórico-metodológica.

De forma paralela e articulada, desde a Europa, a trajetória do debate sobre os movimentos sociais como objeto de estudo específico teve grande impulso com os marcos propostos pelos(as) teóricos(as) da Teoria dos Novos Movimentos Sociais, a partir do final da década de 1970. Como referências hegemônicas dessa vertente, podemos citar o sociólogo francês Alain Touraine (1984), o italiano Alberto Melucci (2001 [1982]) e o alemão Jürgen Habermas (1981). Utilizando uma narrativa macro-histórica, a partir do diálogo crítico com a corrente marxista, essa vertente concede uma visão cultural à dimensão política e à ação coletiva. Parte-se do diagnóstico de uma profunda transformação estrutural do capitalismo contemporâneo que aponta para a transferência da centralidade da produção e do trabalho para a gestação de novas contradições e sujeitos, descentrando a análise baseada nas classes sociais. Ao contrário da sociedade industrial, portanto, a dominação nas sociedades atuais basear-se-ia na produção e controle da informação por meio da ciência e da tecnocracia e teria dissolvido os limites entre vida pública e privada. Este novo padrão de dominação levaria, com isso, os conflitos a avançar sobre a vida privada e a dimensão simbólica e cultural da resistência a adquirir um caráter predominante (TOURAINE, 1984, p. 158).

Existiria, assim, um novo padrão de mobilização coletiva a partir da emergência de novos movimentos sociais que estariam empenhados em uma luta simbólica e cultural, conectados a novas formas de cooperação e de vida (HABERMAS, 1981, p. 33/37) que

envolvem o reconhecimento de identidades coletivas em formação (MELUCCI, 2001 [1982], p. 97/99). Nesse sentido, a dimensão da política atrelada às ações coletivas é pensada a partir do cotidiano e da cultura, em uma permanente produção de significados, afastando-se de percepções institucionalistas. Compreende-se os movimentos sociais para além de sua relação com o Estado e de sua organização burocrática. Sua caracterização central seria a oposição aos padrões socioculturais vigentes, ganhando as formas de vida destaque em oposição ao trabalho como eixo referencial, razão pela qual os novos movimentos sociais não se organizariam necessariamente para combater ou conquistar o aparato estatal.

Extrai-se do centro do debate as demandas materiais e econômicas relacionadas à classe social e os interesses racionais e instrumentais do indivíduo atomizado para introduzir o âmbito cultural e cotidiano do debate político e coletivo. Para Melucci (1980, 1989), a resistência se daria no âmbito das conquistas do cotidiano, dos enfrentamentos culturais e daquilo que conforma as identidades ameaçadas pelo avanço da dominação simbólica contemporânea. Estas identidades coletivas aparecem, em Melucci (1988, p. 342), como produções interativas e compartilhadas de significados no seio dos movimentos sociais e como mediação entre indivíduo e movimento. Para este autor, nos novos movimentos sociais, as bases para a identidade coletiva é o confronto simbólico com o sistema; a experiência de tempo, espaço e relações interpessoais em oposição à racionalidade operacional; o compromisso de curta durável e reversível, a liderança múltipla e aberta aos desafios, as estruturas organizacionais temporárias e *ad hoc*. Teriam, assim, novas formas organizacionais que exprimem um objetivo em si mesmo, na medida em que já são, em si, uma afronta simbólica aos códigos dominantes. Nelas, o indivíduo e a sua experiência pessoal, notadamente seu envolvimento afetivo na experimentação e na prática da inovação cultural, são valorizados e acabam conformando, pela formação de pequenos grupos imersos na vida cotidiana, uma rede submersa que, com base na solidariedade, funciona como um sistema de troca (MELUCCI, 1989 [1983], p. 60/62).

Nessa perspectiva, um movimento social é uma ação coletiva cuja orientação comporta solidariedade, manifesta um conflito e implica a ruptura dos limites de compatibilidade do sistema ao qual a ação se refere (MELUCCI, 2001 [1982], p. 42), diferenciando-se de outros fenômenos coletivos como: delinquência, reivindicações organizadas, comportamentos agregados de massa[79]. Podem ser reivindicativos, políticos ou antagonistas, sendo que os

[79] Levando em conta esses pressupostos, Melucci e Touraine apresentaram sérias objeções à potencialidade das ações coletivas latino-americanas, inclusive à sua capacidade de serem movimentos sociais, sustentando que as ações dos movimentos na América Latina seriam para, no máximo, alcançar a modernidade e não para questioná-la, ou seja, a falta de capacidade para questionar o sistema de referência no qual o movimento atua ou se localiza. A socióloga colombiana Florez-Florez entende que referidos autores adotam marcos analíticos eurocêntricos que

últimos lutam pela mudança dos objetivos da produção de recursos e da direção do desenvolvimento de uma sociedade, carregando um projeto cultural e simbólico, não só fazendo reivindicações contra o modo pelo qual os recursos são produzidos e distribuídos ou pela inclusão no mercado político. Estes seriam os novos movimentos sociais emergentes nas sociedades consideradas, pelo autor, como avançadas (*op. cit.*, p. 80/84). Em sentido similar, para Touraine, não se pode aplicar a noção de movimentos sociais para qualquer tipo de ação coletiva, conflito ou iniciativa política. Para ele, o conceito de movimentos sociais apenas pode ser usado para se referir aos conflitos pelo controle social dos principais padrões culturais (conhecimento, investimento e ética), estando baseados na definição de sua identidade, dos oponentes e do quadro geral do conflito, expressando os conflitos centrais de um tipo societal (TOURAINE, 1985, p. 760/765). Diferencia-se, assim, dos movimentos mais instrumentais e integrativos, dos movimentos comunitários, dos movimentos nacionalistas e dos movimentos históricos, os quais estariam conectados com a passagem de um tipo de sociedade para outro[80]. Assim, os novos movimentos sociais são menos sócio-políticos e mais sócio-culturais.

Para captar essa dimensão simbólica e cultural, é necessário um trabalho empírico, uma vez que a identificação dos atores, portadores de um projeto cultural de sociedade ou produtores de bens simbólicos e padrões culturais, transforma-se em um problema a ser resolvido a partir da análise empírica da realidade, não havendo teorias *a priori* que determinem os sujeitos protagônicos e históricos da mudança social. Nesse sentido, todos os autores recolocam o ator, tanto individual como coletivo, no debate da mudança social, retomando o tema das motivações emocionais desde as quais os indivíduos se identificam com os movimentos sociais e superando o patamar anterior meramente racional e pragmático da Teoria da Mobilização de Recursos. Contudo, referida análise empírica não pode levar a ação coletiva ou os movimentos sociais como um dado empírico unitário. É necessário identificar os processos sociais heterogêneos, com uma pluralidade de orientações, significados e relações, bem como os elementos em comum, que vão conformando a unidade do movimento social. Para Melucci, sob influência weberiana, este é um objeto construído pela análise e não coincide com as formas empíricas da ação (*op. cit.*, p. 32). No mesmo sentido[81], para Touraine, o estudo deve estar direcionado pela

tomam a globalização como o último e mais avançado estágio da modernidade (FLOREZ-FLOREZ, 2007, p. 250/251), colocando as sociedades em uma linha mais ou menos linear de desenvolvimento.

[80] Posteriormente, Touraine ampliará um pouco os termos de sua concepção de movimento social para designar a ação coletiva que coloca em causa um modo de dominação social generalizada, ou seja, se atuar sobre o conjunto dos principais aspectos da vida social, ultrapassando as condições de produção em um setor, de comércio ou de troca ou, ainda, a influência exercida sobre os sistemas de informação e de educação (TOURAINE, 2006, p. 18/19).

[81] Touraine ao mesmo tempo em que entende que o comportamento social é definido pelas situações sociais, tende, a partir de uma influência kantiana e weberiana, a não visualizar racionalidade, sentido ou unidade nos mecanismos

busca de sentido das ações, pelo sentido atribuído pelos atores à sua ação (TOURAINE, 2006, p. 18). Em crítica a uma concepção de sociedade sem atores e em oposição frontal ao estrutural-funcionalismo e à vertente estruturalista marxista, este autor defende uma abordagem centrada na representação dos atores sociais como culturalmente orientados e envolvidos em conflitos estruturais (TOURAINE, 1985, p. 767). Para ambos teóricos, torna-se necessário, para apreender a dinâmica dos novos movimentos sociais, redescobrir os atores e valorizar sua capacidade para mudar a si mesmos e sua própria situação. É preciso concentrar a atenção sobre os sujeitos coletivos e suas condições sociais concretas através da observação direta e da análise empírica.

Nessa direção, Touraine propõe uma metodologia denominada *intervenção sociológica* com o objetivo de, para além da observação, criar situações experimentais nas quais "*o peso das situações cotidianas seja o mais reduzido possível e nas quais o ator fique em posição de manifestar, o mais fortemente possível, o seu questionamento dessa situação, seus próprios objetivos e a consciência que tem dos conflitos em que está envolvido para alcançá-los*" (TOURAINE, 1982, p. 39). Desse modo, os movimentos sociais são isolados e o(a) pesquisador(a) deve - sem se identificar com os atores e mantendo certa distância[82] - intervir para que os integrantes do movimento social passem das condutas de resposta e de adaptação para as condutas de projeto e de conflito, como entes transformadores de suas situações. A meta não seria a previsão dos acontecimentos, mas a análise dos mecanismos que permitem a formação da ação coletiva e dos movimentos sociais, compreendendo sob que forma e com que força as condutas de produção do mundo social estão presentes nesses atores (*op. cit.*, p. 42). Para ele, a intervenção sociológica, além de produzir conhecimentos, é capaz de "*elevar o nível da ação, proporcionar à ação real uma aproximação cada vez maior do máximo de ação possível*", ajudando "*os homens a fazer sua história*" (*op. cit.*, p. 45) em um sentido democrático e cultural contrário ao domínio estatal. Cumpre salientar que os movimentos sociais a serem

e relações que conformam a realidade social. Nesse sentido, repele o uso da ideia e do termo sociedade, argumentando acreditar "*antes na existência de relações sociais de inovação cultural e de mecanismos políticos através dos quais vai sendo constantemente redefinida a situação social, de modo que ela nos aparece de preferência como evento que não corresponde a qualquer racionalidade geral, que é pouco coerente e que é instável*" (TOURAINE, 1982, p. 39).

[82] Para Touraine, o(a) pesquisador(a) não deve ter uma atitude neutra nos grupos experimentais, mas é preciso que os movimentos percebam que o(a) pesquisador(a) está a serviço "*não do ator ou de sua ideologia, mas do sentido possível deles. Qualquer que seja o ator estudado [movimentos de direita ou de esquerda], o pesquisador deve procurar ver nele a mais alta significação possível, seu papel de produtor da história*" (TOURAINE, 1982). Desse modo, os(as) pesquisadores(as) não podem conservar muita distância, mas não podem, de forma alguma, se identificar demais com os movimentos, por razões práticas ou ideológicas. Trata-se, assim, da construção de uma posição do(a) pesquisador(a) que, em que pese rejeitar a neutralidade no curso dos trabalhos, nega os vínculos e pertencimentos sociais e políticos e entende ser necessária uma posição imparcial politicamente para produzir conhecimento e lidar com as diferentes orientações dos movimentos sociais.

estudados, sob a ótica de Touraine, não são apenas aqueles que estão localizados em perspectiva crítica e de transformação no sentido da justiça social e da igualdade, mas também os movimentos conservadores e conectados com privilégios.

No quadro desse esquema teórico-metodológico, em que pese o movimento social não ser um dado empírico unitário, este continua a ser abordado com exterioridade, chegando a ser isolado de suas condições concretas para ser observado pelo(a) pesquisador(a), tendo como referência o necessário afastamento e a contínua diferenciação entre sujeito e objeto de pesquisa. Ademais, o foco na consciência dos sujeitos individuais, mesmo que estes em interação experimental mediada pelo(a) pesquisador(a), e a descrição desse processo, por si só, não são capazes de captar a realidade do movimento histórico, de fato coletivo, e a inserção das ações coletivas e lutas sociais nesse movimento. É certo que, para Touraine, essa descrição deve ser atrelada à sua teoria *a priori* que advém de uma análise mais ampliada e macro-histórica e que identifica a existência de um novo padrão de dominação nas sociedades denominadas pós-industriais.

Portanto, a Teoria dos Novos Movimentos Sociais foi uma reação às abordagens estruturalistas e funcionalistas em voga nas ciências sociais, tensionando o interior do campo da *Sociologia dos Movimentos Sociais*, ao apresentar um viés culturalista para a compreensão dos sujeitos coletivos. Em que pese a pretensão universal de explicação social dessa teoria, essa perspectiva é situada e foi forjada, como já mencionado, pela emergência de novos atores coletivos que estavam em processo de mobilização na Europa e nos Estados Unidos a partir da década de 1960 (movimentos de juventude, pacifistas, ecologistas e feministas). Ou seja, experiências locais e históricas foram significadas, através da produção teórica, em um enfoque universal, sem mediações críticas e conectadas aos outros contextos, histórias e realidades do restante do mundo. Se podemos dizer que a Teoria da Mobilização de Recursos operou em um horizonte de visibilidade, de experiências históricas, construído pela burguesia norte-americana, transbordando o caráter pragmático, instrumental e racional presente em suas relações para a compreensão dos fenômenos coletivos, a Teoria dos Novos Movimentos Sociais opera a partir do horizonte da pequena burguesia europeia que, ao se mobilizar e organizar coletivamente em movimentos sociais de outro tipo, projeta essa experiência histórica complexa na percepção social – e também profética – de uma nova historicidade, uma sociedade de novo tipo, um novo tempo para novos sujeitos. É desde esse horizonte eurocentrado que a construção teórica mais ampla da Teoria dos Novos Movimentos Sociais se torna possível, deixando em zonas de quase-invisibilidade - pela menor importância concedida - as grandes permanências e continuidades conectadas às várias contradições e antagonismos do capitalismo

que continuaram propiciando a reprodução brutal da exploração e da opressão da maior parte da população e das coletividades na Europa, nos Estados Unidos e no mundo e que continuaram motivando ações coletivas, movimentos sociais e organizações políticas. A própria conceituação de movimentos sociais se conecta mais com as experiências específicas de ação coletiva na Europa naquele momento histórico, do que exprime uma necessidade de conceituar os processos de mobilização e organização coletiva em curso em diferentes partes do mundo. E mais, em função disso, referidos teóricos deixam de visualizar as interações e os imbricamentos entre as consideradas "novas" e "velhas" formas de dominação e de contestação em diferentes territórios, expressando uma tendência de fragmentar a análise da dimensão "social" sem entrelaçá-la em unidade contraditória com as outras dimensões da vida.

É certo que existem consideráveis diferenças entre os autores citados (Touraine, Melucci e Habermas), quanto à força da influência dos fatores estruturais e históricos na conformação das práticas sociais, das consciências e dos significados, em relação aos graus de superação das centralidades da sociedade industrial, bem como quanto ao diálogo e à crítica em relação às teorias dos movimentos sociais, notadamente a Teoria de Mobilização de Recursos. Mesmo heterogêneos, é possível traçar, como efetivado nas linhas acima, as referências gerais epistemológicas e teórico-metodológicas desse sub-campo, destacando que se trata, em contraposição ao estrutural-funcionalismo e à Teoria da Mobilização de Recursos, de teoria crítica ao capitalismo e associada ao aprofundamento da democracia nas sociedades.

Ademais, para além do supramencionado setor hegemônico da Teoria dos Novos Movimentos Sociais, houve autores e autoras que problematizaram os marcos interpretativos e o horizonte eurocentrando desse sub-campo, propondo, a partir da conceituação dos *novos movimentos sociais*, uma discussão sóciohistórica matizada, inclusive em consideração aos sujeitos coletivos existentes na América Latina. Nesse contexto, buscaram romper com as transposições mecânicas das experiências e esquemas teóricos europeus para a compreensão dos fenômenos coletivos, problematizando a novidade dos novos movimentos sociais e relativizando inclusive a relação entre os chamados velhos e novos movimentos sociais. Esse é o caso do geógrafo inglês David Slater (1985), bem como do argentino Ernesto Laclau e da belga Chantal Mouffe (2015 [1985]).

A partir dos anos 1990, surgiram e se desenvolveram, considerando os debates do campo, além da Teoria do Processo Político, outras abordagens principalmente com enfoques microssociológicos como as perspectivas cognitivas (EYERMAN e JAMISON, 1991), as emocionais (JASPER, 1998) e a *frame analysis* (SNOW, ROCHFORD, WORDEN e BENFORD, 1986). É possível perceber uma influência maior nas teorizações, principalmente

a partir da segunda metade dos anos 90, das ações coletivas e mobilizações populares da América Latina e de outros espaços no mundo. Para Breno Bringel (2011b), há uma reconfiguração do campo de estudos sobre a ação coletiva e os movimentos sociais globalmente, sendo uma das principais características "*a presença de um maior pluralismo, manifestado no que podemos denominar como um "incremento de interações" de diferentes tipos: disciplinares, espaciais e teóricas*" (BRINGEL, 2011b, p. 59). Em que pese essa diversidade de abordagens e a influência de diferentes correntes de pensamento, os fundamentos teórico-metodológicos do campo da *Sociologia dos Movimentos Sociais* se consolidou e se reproduziu a partir da separação entre sujeito e objeto de pesquisa, baseada em uma necessidade de afastamento principalmente das teorizações efetivadas pelos próprios movimentos sociais. Isso se construiu pela dimensão de exterioridade através da qual os movimentos sociais foram sendo constituídos, de diferentes maneiras, como objetos de estudo. Estes sujeitos coletivos são considerados ora como coisas, ora como processos históricos exteriores, ora fenômenos a serem observados, questionados ou isolados experimentalmente, mesmo com o uso de métodos qualitativos de pesquisa.

Na realidade, a perspectiva e a dinâmica utilizadas, para compreensão dos movimentos sociais, pelas principais teorias tratadas refletem, em diferentes graus e intensidades, premissas epistemológicas e teórico-metodológicas da matriz de pensamento liberal-burguesa, tais como: a necessidade de se extirpar emoções, pertencimentos e posições do(a) pesquisador(a) para que a razão possa possibilitar a correta análise das situações, o isolamento do objeto de estudo, a utilização estrita de métodos e modelos controlados e pré-determinados como condição para validade do conhecimento, a contínua fragmentação no processo de compreensão social, a redução da realidade a partes estáticas, a diferenciação entre teoria e prática, a tendência à não visualização dos movimentos internos e processuais da realidade, a sobrevalorização da experiência e da história europeia e norte-americana. Estas foram premissas fundamentais a partir das quais foi possível a institucionalização acadêmica desse campo.

A partir do reconhecimento universitário, o processo de internacionalização dos estudos e teorias dos movimentos sociais foi ainda mais dinâmico. Os teóricos desse campo descrevem esse processo como algo marcadamente unilateral e vertical, isto é, a partir dos centros europeu e estadunidense em direção à periferia mundial. Apesar de admitirem a possibilidade de influência das particularidades nacionais, históricas e culturais das diversas regiões para conformação das teorias, a periferia continuaria sendo o espaço unicamente da pesquisa empírica, cabendo aos pesquisadores desses territórios conhecer experiências e aplicar as teorias produzidas nos países centrais (KLANDERMANS e ROGGEBAND, 2007).

Nesse ímpeto, chegaram na América Latina as produções teóricas e suas diversas vertentes do campo europeu e estadunidense da *Sociologia dos Movimentos Sociais.* A partir do final dos anos 1970, diversos autores(as) latino-americanos(as) tentaram conformar um campo de estudos especificamente dos movimentos sociais, em diferentes países, em um esforço de reproduzir os debates que estavam sendo efetivados nos países centrais. Contudo, enfrentaram dificuldades para a difusão dos contornos desse debate na região, os quais se mostraram, inicialmente, sobremaneira limitados para a compreensão dos fenômenos coletivos latino-americanos. Como se verá nos próximos capítulos, os processos sociopolíticos, pelos quais a América Latina passava, facilitou a institucionalização do campo da *Sociologia dos Movimentos Sociais* na região na década de 1980, ainda que de forma precária e sem densidade teórica. Além disso, o surgimento e a chegada da *Teoria dos Novos Movimentos Sociais* nos países latino-americanos impulsionaram uma gama de pesquisas e produções que se localizavam estritamente no interior desse campo, o que fortaleceu os limites e contornos disciplinares.

Com efeito, as narrativas construídas pelos(as) teóricos(as) do campo latino-americano da *Sociologia dos Movimentos Sociais* para os estudos sobre as ações coletivas na região se limitam à institucionalidade do campo e noticiam a sucessão das abordagens efetivadas das teorias europeias e estadunidenses desde os anos 1970 e 1980. Assim, o percurso latino-americano das teorizações sobre as ações coletivas se resume à sucessão das aplicações e apropriações das teorias gestadas na Europa Ocidental e nos Estados Unidos, em geral, percorrendo as teorias marxista, dos novos movimentos sociais, da mobilização de recursos e do processo político (CALDERÓN e JELIN, 1987; GARRETÓN, 2001; GOHN, 1997, CAMACHO, 1992, SCHERER-WARREN, 2009, KAUCHAKJE, 1997).

Entendemos que essas narrativas são insuficientes, ao não contemplarem todo um campo de teorizações associadas aos movimentos sociais e organizações na América Latina presentes em diferentes campos e espaços de produção de conhecimentos. Como se verá nos próximos capítulos, existe uma ampla gama de estudos dos/sobre/com os movimentos sociais na região que conforma uma narrativa de produção de conhecimentos com base na realidade e na história regional, em diálogo criativo e crítico tanto com as teorias gestadas na Europa e nos Estados Unidos quanto com as matrizes de pensamento e de resistência criadas nas vivências e nas lutas sociais latino-americanas. Desse modo, a narrativa proposta nos próximos capítulos vai além do panorama histórico traçado pelos(as) teóricos(as) da *Sociologia dos Movimentos Sociais*.

3 **UMA NARRATIVA DA PRODUÇÃO DE CONHECIMENTOS ASSOCIADA A MOVIMENTOS SOCIAIS NA AMÉRICA LATINA**

Os dois próximos capítulos buscam identificar os fluxos e orientações da produção de conhecimentos associada aos movimentos sociais e à perspectiva de transformação social na América Latina, principalmente durante o século XX. Para compreender esse interregno espaço-temporal, faz-se necessário, além da inserção sócio-histórica desses movimentos teóricos, a visibilização das matrizes de pensamento gestadas no território latino-americano as quais foram se deslocando, pelos antagonismos e lutas sociais, para o campo da resistência. Estas são os casos, por exemplo, das matrizes indígenas e negras que seguem sendo atualizadas no decorrer do tempo e nos diferentes espaços na história concreta dos sujeitos sociais na América Latina.

Esse processo diz respeito às tensões constitutivas do subcontinente latino-americano que geram e reproduzem diferentes matrizes de pensamento conectadas a vivências e resistências dos grupos sociais explorados e oprimidos, bem como impulsionam a comunicação e o diálogo destas matrizes diversas com o pensamento europeu e norte-americano que, apesar de chegar em nossa região, muitas vezes, com forte conteúdo colonialista e eurocêntrico - foi continuamente ressignificado e reelaborado para dar conta das perspectivas de transformação social.

Em relação à organização do capítulo, trataremos, em uma primeira parte dedicada às raízes do pensamento crítico, das matrizes de pensamento indígena, negra e independentista a fim de demonstrar a potência e o vigor dos saberes e correntes teóricas gestadas nos processos históricos concretos latino-americanos, inclusive no período anterior à conquista europeia. Nesse sentido, essas matrizes se tornam emblemáticas, ao evidenciar as possibilidades de produção de conhecimentos para além dos parâmetros liberal-burgueses e também ao mostrar a vitalidade e a diversidade dos processos de reprodução dos saberes e teorias na região. Visibilizar essas formas e práticas de produção de conhecimentos é sumamente necessário para contrarrestar o processo de deslegitimação historicamente desenvolvido pela perspectiva burguesa e colonial/imperial, por meio da ciência moderna, que associa estas a formas atrasadas, pertencentes ao passado, ou as relaciona a elementos pitorescos e estereotipados (CASIMIR, 1991 [1979], p. 63; MALDONADO-DENIS, 1991 [1979], p. 171). Um dos propósitos fundamentais desse processo é esvaziar o conteúdo das formas de vida e das culturas dos países latino-americanos a fim de fragilizar as resistências e os projetos político-históricos

alternativos ao capitalismo. De igual importância são as matrizes feminista e dos trabalhadores latino-americanos, as quais, considerando sua diversidade interna, continuam sendo reproduzidas pelos movimentos sociais e resistências em diálogo entre si e com outras correntes teóricas. Contudo, em função dos limites da presente tese, estas serão tratadas de maneira tangencial no curso dos capítulos.

Na segunda parte do capítulo terceiro e no capítulo quarto, ambos dedicados à narrativa da produção de conhecimentos durante o século XX, centrar-nos-emos em experiências coletivas e emblemáticas localizadas no campo da resistência e do pensamento crítico latino-americano que tiveram conectadas, de diferentes maneiras, com os movimentos sociais da região, com atenção para o percurso da Sociologia e para as perspectivas teórico-metodológicas. Em função disso, algumas obras e trajetórias individuais serão tratadas na medida em que expressem, de forma exemplificativa, continuidades, influxos e rupturas dos movimentos teóricos regionais. Em um escopo geral, será privilegiada uma narrativa latino-americana, não sendo possível o desenvolvimento pormenorizado das particularidades da situação e da história de cada país e/ou localidade – o que obviamente nuançaria algumas colocações gerais efetivadas para a região. Além disso, a cronologia da narrativa será flexibilizada para dar conta de, por um lado, visibilizar processos sociais regionais de amplo escopo com diversas temporalidades específicas em cada país latino-americano e, por outro lado, de ressaltar particularidades relacionadas principalmente com as realidades nacionais e os desenvolvimentos dos campos e áreas do conhecimento. Desse modo, procede-se a um *vaivém* histórico que acompanha as oscilações tanto das tendências regionais quanto das particularidades nacionais e locais. Para isso, fez-se necessária a utilização excessiva de notas de rodapé com o objetivo de apresentar as nuances das trajetórias teórico-políticas e de não sobrecarregar o texto principal.

Nesse contexto, parece-nos fundamental identificar os fluxos e movimentos da produção de conhecimentos em nossa região a fim de visualizar limites e potencialidades em nossas formas e práticas de produzir conhecimentos críticos nas diferentes espaçotemporalidades e retomar, criativa e criticamente, dinâmicas e caminhos que foram interrompidos e invisibilizados pela subjugação intensa e, muitas vezes, violenta ocorridas na América Latina.

3.1 **Raízes: breve panorama de Matrizes de Pensamento e Resistências**

Encara-se a América Latina e sua história, normalmente, a partir da violenta chegada europeia em 1492. Este marco tem, no mínimo, o defeito de ignorar milênios de história humana no continente. De fato, se tomarmos os estudos sobre a presença humana na América, encontraremos um conflituoso percurso teórico que, enfrentando a arrogância e a potência financeira das instituições acadêmicas estadunidenses, trata, há décadas, de afirmar ocupações humanas na América Latina há mais de 70.000 (setenta mil) anos atrás (GUIDON, 1998).

Esta acabou sendo uma posição polêmica no seio do debate arqueológico mundial, pois coloca em segundo plano a tese estadunidense segundo a qual os primeiros homens e mulheres a chegarem à região teriam vindo pelo estreito de Behring por volta de 13.000 (treze mil) anos atrás. Com efeito, as descobertas deste campo crítico indicam uma chegada anterior pelo próprio estreito de Behring (NEVES e PILÓ, 2008), mas, também, rotas alternativas de ocupação do continente (GUIDON, 1998) – seja esta transpacífica desde a Oceania para a Terra do Fogo e para a costa peruana ou a transatlântica desde a África Ocidental para o Nordeste brasileiro.

Esses homens e mulheres, ao se organizarem material e coletivamente, produziram e acumularam conhecimentos desde estes primórdios. No entanto, os objetivos e os limites deste trabalho implicam um necessário recorte que nos leva, assim mesmo, a antiquíssimas sociedades originárias latino-americanas para localizar formas próprias de construção de saberes. Os exemplos a seguir perfilados servem, fundamentalmente, para vislumbrar a vitalidade do saber indígena e originário e as fontes de uma potente matriz de resistência na América Latina, mas são apenas ilustrativos, já que são inúmeros os povos que mereceriam ser mencionados e que apresentam particularidades em relação às formas de produção de conhecimentos.

Os Guaranis[83], por exemplo, ostentaram uma economia comunal extremamente eficiente – verdadeiras sociedades de abundância (SAHLINS, 1972; CLASTRES, 1974) – e uma unidade linguística, material e espiritual notável desde tempos bastante remotos. A transcendência do fenômeno religioso na cultura guarani, ao englobar neste âmbito parte fundamental da vitalidade criativa deste povo, poderia levar a confundir tal transcendência com

83 A grande família Guarani-Tupi viveu em territórios descontínuos principalmente na área sul do subcontinente, acompanhando a costa atlântica desde as proximidades nortenhas da desembocadura do Rio Amazonas ao sul do estuário do Rio Prata e chegando, pelo interior, aos contrafortes andinos. O núcleo Guarani, propriamente dito, se encontrava entre o Rio Paraná e o Rio Paraguai (BARREIRO SAGUIER, 1980).

a ausência de produção de conhecimentos. De fato, é comum, na ciência moderna, distinguir, categoricamente, religião e ciência. Uma análise mais atenta, no entanto, evidencia uma ligação espontânea e cotidiana com o sagrado que vincula o núcleo sociocultural guarani à sua vivência espiritual. Com isso, sua produção de conhecimentos une-se à reprodução de sua espiritualidade, bem como de sua linguagem e idioma. Seu saber milenar, relacionado desde a história aos ciclos naturais, se mescla aos seus mitos fundacionais e atualizadores para se expressar, assim, em cantos, orações e poesias que, por sua vez, manifestam sua visão de mundo intimamente ligada à sua vivência comunal ecologicamente harmônica.

O México, de sua parte, abrigou por um período que abarca, na realidade, milênios civilizações que desenvolveram sólidos aparatos de organização social e material. A agricultura ali, por exemplo, remonta há, pelo menos, sete mil anos atrás. Em uma sequência histórica que remonta ao povo *olmeca*, dez séculos antes de Cristo, diferentes grupos sociais - tais como *teotihuacanos*, *mayas* e *toltecas* - interagiram criativa e dinamicamente para conformar uma valiosa herança viva na qual os astecas estavam, conscientemente, imersos. Existem inclusive registros do reconhecimento desta origem e linhagem cultural em textos astecas antigos (LEÓN-PORTILLA, 1978).

O compartilhamento entre esses povos não se limita à língua – o *nahuatl* – e à escrita, mas envolve toda uma visão de mundo e uma forma própria de produção e transmissão de conhecimentos. Com efeito, estas sociedades construíram grandes bibliotecas de *códices*, nas quais, através da escrita e da pintura, foram sistematizados conhecimentos acumulados acerca de seu passado, da natureza e da organização social, passando por vastas áreas do saber, incluindo a filosofia, a retórica, assim como seus mitos e poemas. Nestes textos – os *cuícatl* e *tlatolli*, em *nahuatl*, são bastante ilustrativos –, encontram-se transcritos os feitos destas civilizações, os discursos emblemáticos de seus dirigentes políticos e espirituais, sua forma de encarar, cotidianamente, o mundo, assim como seus cantos sagrados, sua poesia e seu teatro[84]. É possível, com isso, retraçar, a partir destes *códices* antigos, os quadros esquemáticos fundamentais das doutrinas e da história destas civilizações originárias.

A transmissão sistemática deste conhecimento se dava em centros de ensino, inclusive, superiores – *calmécac* e *telpuchcall* para os astecas. Os *códices* e seus comentários eram

84 Note-se, como curiosidade, que se pode mesmo encontrar nos escritos do sacerdote Chilam Balam, mas também de outros sábios e sacerdotes mayas, a predição daquilo que, posteriormente, foi interpretado como a conquista: "*el advenimiento de hombres distintos y de una nueva religión*" (DE LA GARZA, 1980, p. XIII).

transmitidos, oralmente, aos estudantes que deveriam memorizá-los. É por meio desta memorização que foi possível a preservação de numerosos textos *nahuas*, mesmo depois de sua destruição pela conquista europeia. Um amplo e penoso trabalho de reconstituição dos *códices* foi empreendido por sábios originários e freis jesuítas e dominicanos, desde os primeiros anos de contato. Deste movimento, inclusive, surgem os primeiros testemunhos daqueles que viviam, naquele momento, a destruição de suas sociedades (LÉON-PORTILLA, 1959)[85].

A oralidade originária com suas formas próprias de produção e transmissão de conhecimentos foi capaz de vertebrar a organização sócio-política dos povos latino-americanos antes da conquista e foi, por isso, alvo estratégico da destruição europeia. Ao destruir seus *códices*, seus sábios, seus sacerdotes e suas escolas, ao proibir suas práticas comunitárias e espirituais, ao queimar os símbolos e a materialidade de seu universo intelectual, os europeus pretendiam quebrar o epicentro e o suporte coletivos dos sujeitos sociais originários para conseguir sua dominação e exploração. Não esperavam, no entanto, a sobrevivência obstinada, ao longo de séculos de resistência, deste legado latino-americano.

Todo esse conjunto substanciou formas de resistência e veio a se converter na base de ações coletivas e movimentos sociais desde o primeiro momento da invasão europeia. Um bom exemplo dessa resistência é o movimento *Taki Onqoy* que, desde 1560, buscou articular uma aliança pan-andina dos povos originários, através das *huacas*[86], para reagir à violência europeia e para colocar fim à colonização. O movimento tinha na expulsão dos espanhóis e na revitalização da espiritualidade originária seus objetivos fundamentais, sendo que sua estratégia passava pela condenação do cristianismo e do colaboracionismo com os europeus e pelo rechaço aos nomes, às comidas, à roupa e à cultura dos espanhóis, bem como ao pagamento de tributos e ao trabalho forçado. Entre os '*takionqos*', as mulheres indígenas exerciam papel

85 Essas narrativas históricas foram efetivadas através de relatos orais, escritos e pesquisas de mestiços como o Inca Garcilaso de la Vega, de indígenas "tradutores" como o indígena Guamán Poma de Ayala (BRINGEL, 2017), de padres e freis católicos que denunciavam a violência e o massacre da conquista europeia. Um exemplo deste último foram os escritos de Bartolomé de las Casas, um frei dominicano espanhol, que acompanhou e registrou, cuidadosamente, o início da empreitada colonial (DE LAS CASAS, 1956 [1552]). Suas duras críticas, inclusive, à desumanização dos povos originários e à escravização dos indígenas chegaram à metrópole e constrangeu, em uma viva polêmica eclesiástica em solo espanhol, a Igreja a tomar posição, ao menos formal, contra a dizimação e escravização indígena no continente americano. Mesmo conhecendo os limites históricos desta corajosa postura, parece importante salientar que até matrizes de pensamento tão conservadoras, como as eclesiais, não passaram ilesas à realidade e à crítica em terras latino-americanas. Localizar estes esforços divergentes é necessário, sob pena de se considerar tais matrizes como compartimentos estanques ou corpos teóricos monolíticos imunes à contradição própria da dinâmica social humana.

86 As huacas eram as montanhas, as fontes de água, as pedras e os animais que encarnavam os espíritos dos ancestrais. Estes eram cuidados e adorados de forma coletiva.

central. A historiadora italiana Silvia Federici sustenta que elas eram a coluna vertebral do movimento, na medida em que, como maiores afetadas pela destruição comunitária e pelo genocídio e escravização dos indígenas, se converteram nas principais inimigas do domínio colonial, ao se negar a seguir os ritos católicos e a colaborar com as autoridades coloniais, organizando suas comunidades frente à adesão ou cooptação de chefes indígenas masculinos. Passaram, assim, a exercer atividades de sacerdotisas, líderes e guardiãs das *huacas*, defendendo tenazmente o modo de organização da vida em comum originário (FEDERICI, 2010, p. 298/304). Em função disso, sofreram ferrenha perseguição, sendo, durante um período, reproduzida a caça às bruxas nas terras latino-americanas, com o objetivo de destruir as resistências, silenciar e reprimir as vivências comunitárias e difundir o terror. A deslegitimação e a eliminação das mulheres, através de crenças misóginas e patriarcais, foram partes da destruição e do genocídio perpetrados pelos colonizadores europeus.

Estas resistências indígenas vão marcando uma nova unidade de resistência originária com sentido continental e anticolonial. Estas são, sem dúvidas, importantes antecedentes para as insurreições contra as várias dimensões da opressão e do domínio espanhol do movimento *Tupamaro*, no qual participaram Túpac Amaru II e Micaela Bastidas Puyucahua, no Peru e do amplo e aguerrido movimento boliviano liderado por Túpac Katari, Bartolina Sisa e Gregoria Apaza, ambos no século XVIII. Estas e muitas outras insurreições marcarão uma constante na história latino-americana: a resistência indígena, fomentando ações coletivas e rebeliões de diferentes portes e contribuindo centralmente para acontecimentos como a Revolução Mexicana de 1910 e a Revolução Boliviana de 1952.

É através dessa resistência contínua e cotidiana que o pensamento originário, em que pese a extensão do domínio colonial, o amplo genocídio dos povos indígenas e a consolidação do eurocentrismo, pôde permanecer se construindo e se reproduzindo, muitas vezes de maneira aparentemente invisível, muitas vezes em interação com outras correntes teóricas. Desta resistência se delineiam os contornos da matriz de pensamento indígena, que expressa fundamentalmente o confronto dos povos originários com a instauração das sociedades coloniais e posteriormente dependentes e que se arraiga em modos coletivistas e igualitários de organização da vida em comum, a partir de um vínculo profundo com a natureza, os animais, o território e a ancestralidade, em sua dinâmica relação. Conformam, assim, conhecimentos voltados para o bem-estar e o bem-viver entendidos estes a partir da coletividade e do imbricamento da existência humana com o seu entorno natural e espiritual.

Como já explicitado no capítulo 1, é preciso encarar a conformação das sociedades latino-americanas como um processo, profundamente, conflituoso em que estiveram em disputa

modos de vida opostos – coletivistas/comunitários, de um lado, e coloniais/capitalistas, de outro. Nestes embates, enfrentaram-se, também, suas respectivas visões de mundo, matrizes de pensamento e correntes teórico-práticas, assim como foram forjadas novas articulações pelos sujeitos sociais no decurso da resistência. É assim que, por um lado, a matriz de pensamento indígena continua produzindo um pensamento próprio vigoroso, a partir de outros parâmetros epistemológicos e teórico-metodológicos, bem como influencia a prática dos grupos e movimentos sociais contestatários e a conformação do pensamento crítico na região. Alguns exemplos de um indigenismo crítico e militante são os peruanos Clorinda Matto de Turner (1994 [1889]), Manuel González Prada (1904) e José Carlos Mariátegui (2011 [1925]).

Dentre muitos exemplos da vitalidade e atualidade da matriz indígena, pode-se mencionar o esforço de fôlego de sistematização de epistemologias indígenas da *Pluriversidad Amawtay Wasi*, localizada no Equador. A partir da crítica às premissas do pensamento liberal-burguês que são convertidas em verdades absolutas que impõem uma forma de pensar egocêntrica e individualista, este centro de produção de conhecimentos propõe uma maneira distinta de se aproximar da realidade "*al relativizar la intervención del ser humano sobre la realidad, al considerar que unicamente es una "hebra del tejido", lo que se intenta es construir una nueva manera de acercarse al saber, al conocimiento, desde parámetros de respeto a la naturaleza y por ende a todos los seres que pueblan el mundo*" (UNIVERSIDAD INTERCULTURAL AMAWTAY WASI, 2004, p. 163). Buscam, com isso, um sistema educativo que dê conta da pluriculturalidade e da diversidade, orientado para a compreensão, a reflexão, a simbolização, a intuição e a ação, ou seja, "*que dé cuenta de una profunda interrelación con la Pachamama, la sociedad, y las diversas nacionalidades y pueblos*" (*ibidem*, p. 143). Tentam, assim, construir um "*entretejerce*" de conhecimentos e aprendizagens ancestrais e modernos, com um permanente diálogo de saberes entre diversas racionalidades e culturas. O conceito de racionalidade designaria, por isso, formas de pensar e sentir de maneira unitária que se fundamenta no princípio da relacionalidade e que considera seu ambiente natural e cósmico como vivo, não diferindo entre seres vivos e inertes. Em suas palavras:

> El otro concepto clave de la racionalidad Abya Ayla es el de runa, que hace referencia a la idea de indivíduo, de ser humano, de ser cósmico, de ser humano fuertemente arraigado a la Pachamama, su manera predilecta de estar siendo es la ritualidad, la sensibilidad, la danza, el arte, el culto, la festividad. El concepto de runa va más allá del sujeto, hace referencia a la comunidad, a la Pachamama; es un sujeto colectivo, comunitario; con una herencia vivencial milenaria; el amawta, cuando habla, y reflexiona, es el "portavoz", el "partero" de essa colectividad [...] La racionalidad Abya Yala privilegia todos los sentidos; por eso el runa "escucha la tierra, el paisaje, el cielo"; el runa siente y piensa con el corazon y el cerebro comprende a la realidad como interrelación, como tejido en conjunto y no como fragmentos por ser reificados

> según una cierta lógica lineal. Conocer algo desde la racionalidad Abya Yala significa realizarlo celebrativa, cósmica y simbolicamente (*ibidem*, p. 182).

Nesta perspectiva, a linguagem simbólica vivencial seria uma ponte entre a comunidade macrocósmica e microcósmica. Seria o vínculo entre o visível e o invisível, entre o mundo explicável e implicado e sua tarefa fundamental seria responder, desde a epistemologia, a ética e a política à descolonização do conhecimento, propondo novas formas de conceber a construção de conhecimento (*ibidem*, p. 164). O conhecimento seria, portanto, uma das formas de caminhar até a sabedoria e de alcançar o "*bem viver*". Nesse sentido, a *Pluriversidad* estabelece cinco componentes da construção do saber: *yachay* (saber), *ruray* (fazer), *ushay* (poder), *kusay* (origen-vida) e *munay* (amar). Este último significa a necessidade de se apaixonar por algo, a capacidade de pensar com o coração e de se utilizar a intuição e a subjetividade. Desse modo, em um movimento contrário ao da ciência moderna que nega a subjetividade e as emoções, essa forma de construção de saberes tem, como base para o reconhecimento da convivencialidade intercultural e para a consideração dos outros como legítimos outros, a compreensão do amar e da subjetividade.

Como ressaltado pela socióloga Catherine Walsh, não se trata de misturar ou hibridizar práticas de conhecimento ou uma forma do melhor de dois mundos possíveis, mas representa a construção de um espaço epistemológico que incorpora e negocia os conhecimentos indígenas e ocidentais, tanto no que se refere às bases teóricas quanto em relação às experiências práticas (WALSH, 2007, p. 52). Isso não se dá em função simplesmente de um reconhecimento ou do diálogo em si mesmo, mas está articulado e orientado para as possibilidades de transformação estrutural sócio-histórica, ou seja, dirigidos pela necessidade de construção de uma proposta alternativa de organização social da vida comum. Essa perspectiva alimentará inúmeras resistências e se somará a outras matrizes de pensamento de resistência gestadas nos territórios latino-americanos ou advindas de outros espaços.

Desde o início da colonização, a vinda forçada de largos contingentes africanos escravizados e a brutal exploração e violência a que foram submetidos esses seres humanos ensejou uma intensa resistência negra. A realidade, neste sentido, se distancia, imensamente, daquele cenário de convivência pacífica e miscigenação idílica que a historiografia conservadora quis, por muito tempo, afirmar. No Brasil, esta versão ganhou força com o mito da democracia racial do qual Gilberto Freyre (2013 [1933]) é um dos formuladores mais conhecidos. Contrariando essas formulações, as negras e negros latino-americanos desenvolveram formas particulares e generalizadas de resistência e expressão – o

quilombismo[87] –, assim como obtiveram uma resposta estatal seletivamente orientada para este segmento: o genocídio e o encarceramento em massa.

Mesmo enfrentando acirrada repressão, protagonizaram vigorosas insurreições e ações coletivas, que vão desde revoltas e revoluções em diferentes países, até a criação de espaços de resistência permanentes, tais como os *palenques* na Colômbia e em Cuba, os *cimarrones* na Venezuela, os *maroons* na Jamaica e no Haiti ou os *quilombos* no Brasil (BRINGEL, 2017) em um persistente esforço de criar espaços de reprodução de modos de vida e de pensamentos incompatíveis com o regime colonial/capitalista. Essas resistências chegaram a conformar articulações continentais e mundiais que buscaram o resgate e a criação de uma *africentricidade* crítica e revolucionária, em resposta à diáspora violenta e forçada pelo mundo. Essas perspectivas se conectaram ao mesmo tempo com os territórios, as formas de vida e o pensamento africano e com os projetos político-históricos de transformação profunda das sociedades latino-americanas. Nesse processo, foi sendo gestada uma matriz de pensamento das negras e negros em território latino-americano, que aglutinava não só as diferenças entre os povos africanos, mas também articulava as matrizes de pensamento indígena e europeias. Construiu-se, assim, um projeto de libertação e emancipação amplo que congregava as múltiplas diversidades nas experiências concretas de resistência. Algumas figuras emblemáticas dessa perspectiva são: as afro-brasileiras Aqualtune, Dandara, Zumbi e Luíza Mahin, o afro-colombiano Benko Biohò, a jamaicana Nanny, dentre outras e outros.

Com o passar dos anos, essas experiências se tornaram fortes substratos para a produção de conhecimentos críticos na América Latina, influenciando não apenas a teoria e a prática dos afrodescendentes, mas de todo o campo da resistência na região. Nesse sentido, é importante salientar que mesmo matrizes de pensamento conservadoras e liberais advindas da Europa foram objeto de interpretações críticas e diálogos criativos para dar conta dos desafios e da realidade vivida nas terras latino-americanas. São esforços divergentes que terminaram por conectar as matrizes de pensamento europeias, notadamente sua dimensão ideológica, às lutas sociais e às resistências já em curso na região. É, nesse contexto, que se localiza as influências liberais, iluministas e românticas, no século XVII, na construção do pensamento independentista latino-americano. De fato, a separação entre religião e ciência e o impulso para

87 Segundo o autor brasileiro Abdias Nascimento, o quilombismo se refere a "*genuínos focos de resistência física e cultural. Objetivamente, essa rede de associações, irmandades, confrarias, clubes, grêmios, terreiros, centros, tendas, afochés, escolas de samba, gafieiras foram e são os quilombos legalizados pela sociedade dominante; do outro lado da lei se erguem os quilombos revelados que conhecemos. Porém tanto os permitidos quanto os "ilegais" formam uma unidade, uma única afirmação humana, étnica e cultural, a um tempo integrando uma prática de libertação e assumindo o comando da própria história. A este complexo de significações, a esta praxis afro-brasileira, eu denomino de quilombismo*" (NASCIMENTO, 1980).

o estudo científico desde a experiência e a observação da realidade aproximaram um setor intelectualizado das sociedades coloniais das particularidades continentais. Em contato com a realidade local, multiplicaram-se questionamentos, neste setor da elite local, acerca da subjugação latino-americana às metrópoles européias e ao papel dos *criollos* e nativos na construção das sociedades.

Isso, aliado às experiências de resistência já em curso na região, incentivou a construção de projetos de libertação que superaram, na prática, o programa iluminista original europeu. As camadas populares, em muitos países, se somaram ao processo de libertação e pressionaram para que sua incorporação se desse em condições de dignidade. A Revolução Haitiana (1804) e seus jacobinos negros (JAMES, 2010 [1938]), por exemplo, concretizaram o que a Revolução Francesa foi incapaz de – ou não pretendia – fazer: estendeu a igualdade às colônias e, principalmente, aos(às) negros(as) escravizados(as), expropriando as terras dos latifundiários colonizadores para entregá-las a todos(as) os(as) libertados(as). No dia da Proclamação da Independência Haitiana, Jean Jacques Dessalines, um dos libertadores, em discurso, assevera: "*Hemos osado ser libres, osemos serlo por nosotros mismos y para nosotros; imitemos al niño que crece: su próprio peso rompe los andadores que se tornan inutiles y traban su marcha."* (DESSALINES, 1804 apud ROMERO, ROMERO, 1975, p. 84).

É sobre esse exemplo histórico, de transcendência mundial, que se darão, também desde suas formulações e atos originais, os processos de libertação latino-americanos. Esse acontecimento ilustra a potência da matriz de resistência negra, seu diálogo crítico com o pensamento liberal-burguês e a emergência da matriz de pensamento independentista na América Latina. É certo que as lutas independentistas na região variaram consideravelmente em relação à abrangência do projeto de transformação e à efetiva participação dos grupos sociais populares, conformando, por um lado, perspectivas que buscavam a substituição das classes dominantes europeias pelas oligarquias/burguesias locais, sem mudanças em relação à escravidão e à construção efetiva de uma projeto nacional, e, por outro lado, perspectivas que construíram, em conjunto com as resistências negra, indígena e criola, projetos regionais e libertários abrangentes na busca por modificar o quadro social vivido pela maior parte da população latino-americana. Algumas figuras emblemáticas dessa perspectiva são: os haitianos Toussaint Louverture e Jean Jacques Dessalines, os venezuelanos Simón Bolívar e Manuela Saenz, a boliviana Juana Azurduy, o argentino Jose de San Martín, o uruguaio Jose Artigas, a colombiana Policarpa Salavarrieta, a chilena Javiera Carrera, os mexicanos José María Morelos, Josefa Ortiz de Domínguez e Leona Vicario, dentre outras e outros.

No entanto, as lutas independentistas transformadoras encontraram resistência e sabotagem ferrenha desde as próprias elites aristocráticas latino-americanas ligadas ao legado colonial. De fato, o poder desta herança aliado aos interesses estrangeiros centrais para a manutenção da subordinação das novas nações latino-americanas aos marcos da nascente divisão internacional do trabalho derrotou o generoso projeto da Pátria Grande bolivariana (BOLÍVAR, 2015), bem como os projetos indepedentistas transformadores. Este fracasso foi, aliás, no século XIX, imediatamente, atribuído, pelos próprios *libertadores* desiludidos, à realidade continental, ao peso de sua herança colonial escravista e a todos estes traços societários que, por demasiado problemáticos e complexos, impediam um destino de liberdade na América Latina. Esta situação permitiu que o legado conservador das classes dominantes europeias fosse transmitido às suas herdeiras e parceiras históricas: as classes dominantes produzidas pela imbricação entre imperialismo e oligarquias/burguesias locais latino-americanas.

Desse modo, as independências do século XIX, na América Latina, emanciparam, formal e politicamente, as novas nações do continente em relação às antigas metrópoles coloniais, contudo os países latino-americanos se inseriram imediatamente na nascente divisão internacional do trabalho a qual atualizou o papel subordinado e dependente ocupado por estes em relação às economias centrais do sistema capitalista, com destaque para a Inglaterra (MARINI, 2005). Isso garantiu a continuidade de uma realidade de exploração e opressão para amplos grupos sociais populares, como trabalhadores(as), negros(as), indígenas e mulheres.

Nesse contexto, cumpre demarcar a importância da emergência de um pensamento feminista principalmente no século XIX que refletia já a articulação do projeto político-histórico libertador na região com a participação ativa das mulheres na política, na educação e nas formulações teóricas, a partir de um olhar situado na condição feminina de opressão. Isso não significa que mulheres, antes do século XIX, não participaram da vida política ou produziam teoricamente. Pelo contrário, como narrado no texto acima, muitas mulheres participaram e foram protagonistas das lutas e resistências na região, havendo também diferentes produções teóricas que já reclamavam o lugar da mulher na sociedade latino-americana, tais como os textos da mexicana Juana Inés de la Cruz (1651-1695) e da brasileira Teresa Margarida da Silva e Orta (1711-1793) (GARGALLO, 2009, p. 418). Contudo, entendemos que, a partir do século XIX, a perspectiva feminina, e muitas vezes feminista, vai se tornando um dispositivo orgânico de um projeto político-histórico transformador na América Latina, sendo cada vez mais reivindicado pelas mulheres nas lutas e resistências. É assim que se alcança, depois da derrota dos projetos independentistas transformadores – com ampla

participação de mulheres –, o direito à educação e o acesso ao ensino superior, bem como se inicia a conformação de uma perspectiva emancipadora e libertária das mulheres (GARGALLO, 2007). Algumas referências emblemáticas desse momento são os escritos da franco-peruana Flora Tristán e da argentina Juana Manso.

3.2 **Movimentos teóricos a partir do século XX**

3.2.1 O pensamento crítico e o Movimento da *Reforma Universitaria*

As matrizes de pensamento de resistência seguiram sendo reproduzidas em diálogo e produção criativa entre si e com matrizes e correntes teórico-práticas de outros campos e de outras regiões. Isto conformou um processo fértil de formação de novas matrizes e correntes teórico-práticas, para o que foi essencial o ascenso continuado das ações contestatárias e das mobilizações populares no início do século XX. Estas pressionavam pela melhoria das condições de vida da população e criavam um ambiente de efervescência política que estimulava as organizações e os movimentos sociais.

Essa situação foi potencializada pelas profundas transformações pelas quais passaram o capitalismo mundial, a partir do início do século XX, em função de uma crise prolongada que desorganizou o mercado mundial e propiciou a passagem do capitalismo de sua fase concorrencial para sua fase monopolista e imperialista, gestando enormes tensões inter-capitalistas. Esse processo desencadeou, por um lado, a primeira guerra mundial (1914-1918), por outro lado, contribuiu para a Revolução Socialista Russa (1917) e, por fim, gerou uma grave crise econômica mundial em 1929. Este novo cenário envolveu a desestabilização dos países centrais – em relação ao mercado mundial – e afetou profundamente a produção agrícola e minerária latino-americana vinculada ao mercado externo, gerando uma densa crise interna que abarcou tanto a oligarquia exportadora quanto a classe trabalhadora. Este quadro explicitou, de diferentes formas, o imperialismo europeu e estadunidense e a fragilidade e a estreiteza do lugar ocupado pela América Latina na divisão internacional do trabalho, que condenava essa região, desde os tempos coloniais, a ser produtora de matérias-primas (produtos agrícolas e minerais) e mercado consumidor dos produtos industrializados advindos dos países europeus e, posteriormente, dos Estados Unidos.

Por outro lado, essa conjuntura abriu possibilidades para intentos de industrialização das economias latino-americanas, o que, no plano político, levou à construção de projetos nacionalistas. Este momento marcou o início de mudanças nas sociedades latino-americanas ligadas à urbanização das mesmas, à proletarização de diferentes grupos sociais, ao crescimento de uma classe média urbana, à diferenciação das classes, o que gerou novos sujeitos sociais, antagonismos e possibilidades de organização. Não obstante, é preciso relativizar o peso da industrialização deste início de século e não confundi-la com o processo das décadas seguintes. Com efeito, neste momento, a economia latino-americana é, ainda, fundamentalmente, agrária e a indústria emergente artesanal. A posição latino-americana vigente na divisão internacional do trabalho segue implicando economias fornecedoras de matérias-primas e alimentos e consumidoras de manufaturas centrais (MARINI e SPELLER, 1977, p. 5). Por isso, os primeiros conglomerados apreciáveis de operários e operárias na América Latina estão, majoritariamente, ligados às tarefas colocadas para o desenvolvimento da economia exportadora – tais como a construção de linhas férreas, sistemas de comunicações e transportes, explorações mineiras, frigoríficos, instalações portuárias – e, somente de maneira secundária, à indústria textil, por exemplo (VILABOY, 1989, p. 64).

Os eixos dinamizadores das economias nacionais, ainda, estão, com isso, ligados à exportação de bens primários e sofrem cronicamente da deterioração de seus preços em relação aos artigos manufaturados. Além disso, estes setores estão, completamente, dominados por capital estrangeiro imperialista que encontrou, na América Latina, nas oligarquias latifundiárias e nas burguesias comerciais, seus aliados internos. Isto impacta, decisivamente, sobre o padrão de vida dos setores populares latino-americanos e induz um desenvolvimento apoiado sobre o aumento da exploração do/a trabalhador/a, já que, ao imperialismo, só interessava a introdução da técnica em setores exportáveis (ABELARDO RAMOS, 2014 [1968], p. 394/395).

Nesse contexto, torna-se ainda mais dinâmico e plural o processo de formação da classe trabalhadora latino-americana. Esta já se compunha, em função da divisão internacional do trabalho, de camponeses, mineiros, trabalhadores rurais, escravas e trabalhadoras domésticas, submetidos a diferentes relações de produção (trabalho escravo, *peonaje*, trabalho servil, *mita*, *encomiendas*, *ponguaje*, *yanaconazgo* e outras). Essa diversidade de relações produtivas era articulada e organizada de acordo com as necessidades do capitalismo internacional (QUIJANO, 2000; CASANOVA, 1967). Com os impulsos de industrialização e o crescimento das cidades, forma-se, nesse momento, um incipiente proletariado urbano, composto, em diferentes proporções a depender do território considerado, por imigrantes europeus, negros e

indígenas[88]. Cada um desses segmentos trazia consigo um conjunto de conhecimentos sobre a organização social, o trabalho e a resistência. Essa diferenciação dificultou o processo de organização e refletiu o pensamento racista que mesmo os europeus pobres propagavam pela América.

Ademais, os imigrantes europeus não conformavam uma massa homogênea e trouxeram consigo diferenças nacionais e político-ideológicas. Em que pese essa diversidade, os trabalhadores europeus trouxeram uma rica experiência vivida na Europa, tanto relacionada ao trabalho quanto à organização e à mobilização coletiva dos operários. Através deles, chegam, ao meio popular latino-americano[89], as ideias revolucionárias e socialistas e, com elas, as correntes teórico-práticas marxistas, anarquistas e reformistas. Em alguns países, nos quais a imigração europeia foi reduzida, a recepção das ideias socialistas, anarquistas e marxistas se deu através dos setores intelectualizados pertencentes à classe média e à pequena burguesia. De toda forma, estas ideias, com destaque para o anarquismo, acabam tendo grande influência sobre a conformação dos sindicatos no início do século XX, os quais participavam do ascenso da mobilização popular através de lutas revolucionárias e greves gerais em diferentes países.

As péssimas condições de vida e de trabalho, aliados a um regime político violento e autoritário, impunham a progressiva mobilização desses setores tanto no campo quanto nas cidades[90]. A apropriação teórico-prática do instrumental marxista, anarquista e reformista pelos

88 As diferenças raciais e setoriais - bem como a relação entre estas diferenças - dos trabalhadores latino-americanos são bastante variáveis entre os países da América Latina. Essa variação decorre do alcance e da intensidade da industrialização e da existência e volume de imigração europeia e africana, bem como de outros fatores conectados com as trajetórias de luta. Em alguns países, os impulsos de industrialização foram menos intensos, o que gerou um número reduzido de operários e trabalhadores urbanos. Em outros, não houve imigração europeia, o que gerou uma classe trabalhadora eminentemente indígena ou indígena e negra. Em alguns países, como o México, mesmo com impulsos de industrialização, os indígenas campesinos se construíram como um setor social marcadamente fortalecido e revolucionário. Daí, os acontecimentos que culminaram na Revolução Mexicana de 1910.

89 As ideias socialistas já vinham sendo recepcionadas na América Latina por setores mais intelectualizados desde o século XIX. Um exemplo é a formação, em 1838, da *Associación de Mayo* por Esteban Echevarría, em Río de la Plata, que possuía um programa social intitulado *Dogma Socialista*, sob influência do socialista utópico Saint Simon. É principalmente no início do século XX que essa recepção gera organizações políticas com participação de trabalhadores: Partido Socialista Argentino (1896), Partido Obrero Socialista de Chile (1906), Partido Socialista del Uruguay (1912). Os demais partidos foram fundados após a Revolução Russa de 1917 (VILABOY, 1989, p. 73). O argentino José Aricó afirma que estes partidos já se ligavam ao movimento comunista mundial, mantendo vínculos estreitos com a II Internacional, ocorrendo, segundo ele, uma entrada supreendentemente prematura (ARICÓ, 1982, p. 32/33).

90 É necessário demarcar o alcance da Revolução Mexicana de 1910 entre as principais mobilizações nesse momento histórico. O sociólogo mexicano Rodolfo Stavenhagen destaca que as lutas pela terra são muito antigas na América Latina, sendo que houve, desde a conquista, diversos levantamentos e rebeliões de comuneros indígenas, camponeses pobres e peões em diferentes partes da região. Contudo, a revolução representou uma radicalização desse processo, ao envolver indígenas e camponeses de todas as partes do México, conformando um exército de mais de 70.000 pessoas. Neste tiveram papéis militares e políticos destacados Emiliano Zapata na coordenação da rebelião no sul e Francisco Villa e Pascual Orozco no norte do país. Essa revolução, como salientado pelo referido sociólogo, teve como fio condutor a luta pela restituição das terras das comunidades campesinas, razão pela qual os próprios revolucionários

movimentos dos trabalhadores se dava em um contexto de construção dinâmica de projetos nacionalistas pelos países latino-americanos frente a uma crescente consciência acerca da violência do imperialismo. Esses processos sócio-históricos vão delineando a conformação da matriz de pensamento dos trabalhadores latino-americanos.

Desde meados do século XIX até o início do século XX, os teóricos e intelectuais latino-americanos buscavam compreender a realidade da região, criando os fundamentos para os projetos societários nacionalistas. Contudo, tratava-se de um setor social privilegiado conectado às classes dominantes, conformadas hegemonicamente pela oligarquia exportadora. Muitos desses intelectuais, como expressão da condição das referidas classes na América Latina, possuíam uma relação contraditória com a Europa. Tinham consciência de sua diferença – na medida em que eram *criollos* pois haviam nascido e vivido nos países da América Latina e apenas descendiam de europeus – e uma percepção geral da condição periférica de seu país e, ao mesmo tempo, possuíam, como parâmetro social, o projeto civilizatório europeu, o que conduzia a um atrelamento com os pressupostos epistemológicos e teórico-metodológicos da ciência europeia. Aliado a isso, em função de sua posição social, possuíam com os grupos sociais populares uma relação de distanciamento e, em alguns casos, de repulsa. Assim, dentro dos limites do horizonte de experiências históricas desse grupo social, a explicação dominante para a distância entre as sociedades latino-americanas e as europeias, entre esta intelectualidade, assentava-se, fundamentalmente, na questão racial, sendo a população pobre e seus atributos os principais problemas. Isso se dava independentemente da matriz de pensamento ou corrente teórico-prática adotada – idealismo, positivismo ou marxismo (MARINI, 1994a, p. 28/29).

No entanto, é inegável que estes teóricos foram capazes, ao contrário de uma tradição filosófica e universitária na região que dava as costas para a realidade latino-americana, de focalizar os temas e os problemas próprios do subcontinente e de construir interpretações criativas a partir das matrizes e correntes europeias (ZEA, 1968). Ao se proporem olhar para a realidade de seus diferentes países e região, sob a influência da matriz de pensamento independentista, por exemplo, lograram contribuir para a construção das identidades nacionais e principalmente para a identidade latino-americana. Visibilizaram e analisaram o tema do imperialismo e, a partir daí, a situação de seus países, e alguns foram além ao assumir e sustentar, teorica e politicamente, uma postura anti-imperialista e socialista (INGENIEROS, 1979 [1900-1925]), retomando inclusive o ideal bolivariano da grande pátria latino-americana

chegaram a realizar as primeiras distribuições de terra. Contudo, após o assassinato de Zapata e algumas derrotas do exército indígena-campesino, a revolução foi tomada pela burguesia que acabou não cumprindo as promessas de transformação da estrutura agrária do país (STAVENHAGEN, 1968, p. 249/254).

(UGARTE, 1962 [1923]). Contudo, para todos eles, a identidade latino-americana se articulava, principalmente, a partir de, por um lado, um destino comum das sociedades latino-americanas e, por outro, uma perspectiva depreciativa em relação à raça, ao presente e à história dessas sociedades. Nesse contexto, e com consideráveis diferenças, é que se desenvolve o *Facundo* de Sarmiento (1811-1888), o *Ariel* de José Enrique Rodó (1871-1917) e os primitivos de José Ingenieros (1877-1825)[91].

Ao referenciar-se, centralmente na sociedade europeia, estes, em linhas gerais, assumiam, acriticamente, a história daquele continente como caminho necessário, reproduzindo fortemente as premissas da racialização do mundo e seu consequente racismo conectados com o capitalismo e sua matriz de pensamento liberal-burguesa. A criatividade na aplicação das matrizes e correntes europeias à situação latino-americana não possibilitou a superação do dispositivo racial para a explicação dos problemas enfrentados pela região. Era uma produção que se articulava, explícita ou implicitamente, em torno da natural superioridade dos europeus e da inferioridade racial dos indígenas, negros e mestiços O espectro de soluções para os problemas latino-americanos tornava-se, com isso, bastante reduzido. Posto que estaríamos intrinsecamente e até biologicamente conectados com a barbárie e com o atraso, alguns teóricos se limitarão a lamentar a tragédia de pertencer a nações com raças inferiores e outros proporão soluções que passam pela mudança da raça ou de seus atributos[92]. Isso através do extermínio das populações indígenas, negras e mestiças[93] e/ou embranquecimento pela miscigenação

91 É certo que o teórico argentino José Ingenieros, à diferença de Sarmiento e Rodó, mesmo afirmando a inferioridade dos primitivos e das raças inferiores, constrói a identidade latina como conectada ao território, ao *terruño*, para caracterizar em seguida a ligação com a nação, a América Latina e a humanidade (INGENIEROS, 1979 [1925]).

92 Alguns exemplos são: *Manual de patologia política* do argentino Agustín Álvarez; *El continente enfermo* do venezuelano César Zumeta; e *Pueblo Enfermo* do boliviano Alcides Arguedas.

93 José Ingenieros chega a afirmar que "*cuanto se haga en pro de las razas inferiores es anticientífico; a lo sumo se les podría proteger para se extingam agradablemente, facilitando la adaptación provisional de los que por excepción pueden hacerlo*" (INGENIEROS, 1919 apud MARINI, 1994a, p. 31). Este teórico, a partir de uma mescla entre as correntes positivistas e socialistas, chega a analisar a história argentina e suas mobilizações utilizando o teórico francês Gustave Le Bon (ABELARDO RAMOS, 2014 [1968], p. 362). Para o sociólogo Juan Marsal, Ingeniros faz parte de uma corrente de pensamento que pode ser denominada por um positivismo idealista. Por outro lado, o autor argentino Néstor Kohan destaca a trajetória teórica diversa e variada de José Inginieros que contempla influências desde os marcos positivistas e evolucionistas até as perspectivas revolucionárias, socialistas, modernistas e espiritualistas (KOHAN, 2000).

estimulada através da imigração européia[94] e/ou educação como meio de edificar uma nova cultura[95]. Essa última perspectiva inaugurou, com José Enrique Rodó (1900), uma corrente teórica chamada *arielismo* que possuía um horizonte de mudança mais otimista e um racismo mais atenuado em relação a indígenas, negros(as) e mestiços(as), ao entender que a mudança destes era possível pelo dispositivo educacional.

Por outro lado, o ascenso das lutas e resistências locais e nacionais, bem como o fortalecimento de um horizonte amplo e dignificante de nação, acaba construindo uma perspectiva teórica conectada a outros eixos referenciais e em diálogo com as matrizes de pensamento de resistência. Isso alimenta setores intelectualizados que atacarão frontalmente o racismo e buscarão, a partir de uma postura crítica em relação à realidade e às contribuições europeias e norte-americanas, nas particularidades latino-americanas as potencialidades para a transformação das sociedades da região. A autora argentina Alcira Argumedo sustenta que, neste momento, o potencial crítico do pensamento latino-americano se afirma a partir da antinomia entre as propostas eurocêntricas de civilização, progresso, igualdade, liberdade, soberania e modernização, frente "*a la persistencia de la subordinación étnica y cultural y las dramáticas situaciones a que fueran sometidas las mayorías sociales en nombre de aquellas concepciones*" (ARGUMEDO, 1993, p. 186). Alguns autores que trilharam esse caminho, superando as limitações colocadas por sua posição social e seu horizonte inicial de visibilidade, foram: o cubano José Martí[96], o peruano Manuel González Prada[97], os brasileiros Euclides da

94 Alguns teóricos que defenderam essa idéia desde o século XIX são: os argentinos Sarmiento e Juan Bautista Alberdi, o brasileiro Silvio Romero e o mexicano José Vasconcelos. De fato, muitos países da região adotaram a imigração como instrumento para a "limpeza" racial.

95 Alguns teóricos são: o uruguaio Jose Enrique Rodó, o chileno Jose Victorino Lastarria, o mexicano Justo Sierra e o brasileiro Manoel Bonfim.

96 Desde as correntes idealistas e a partir de uma ativa prática política, José Martí (1853-1895) afirma, categoricamente:"insistir en las divisiones de raza, en las diferencias de raza, de un pueblo naturalmente dividido, es dificultar la ventura pública y la individual, que están en el mayor acercamiento de los factores que han de vivir en común. Si se dice que en el negro no hay culpa aborigen ni virus que lo inhabilite para desenvolver toda su alma de hombre, se dice la verdad, y ha de decirse y demostrarse, porque la injusticia de este mundo es mucha, y es mucha la ignorancia que pasa por sabiduría" (MARTÍ, 1893, p. 1).

97 A partir de uma marcada influência das correntes anarquistas, bem como de um indigenismo crítico, articulada com uma intensa militância, Manuel González Prada rechaçou vigorosamente a noção de "raça inferior" atribuída aos indígenas peruanos e sustentou: "¡Cómoda invención la Etnología en manos de algunos hombres! Admitida la división de la Humanidad en razas superiores y razas inferiores, reconocida la superioridad de los blancos y por consiguiente su derecho a monopolizar el gobierno del Planeta, nada más natural que la supresión del negro en Africa, del piel roja en Estados Unidos, del tágalo em Filipinas, del indio en el Perú" (PRADA, 1904).

Cunha e Alberto Torres[98]. Com o firme propósito de ir além de interpretações eurocentradas e colonizadas e vislumbrando um futuro comum a partir das particularidades e potencialidades étnicas e raciais, essa perspectiva emancipadora e não racista, entre os grupos sociais intelectualizados[99], começa nos fins do século XIX, mas se afirma sobretudo no século XX (QUIJANO, 2000, p. 112).

Os históricos movimentos da *Reforma Universitaria* expressam bem essa trajetória, quando a conjuntura vivida pela América Latina chega ao espaço universitário – instituição, historicamente, sob a tutela da oligarquia e alheia ao pensamento progressista[100] – inaugurando e conformando um vigoroso movimento estudantil de amplitude continental por uma universidade à altura das inquietações de seu tempo. Inicia-se em Córdoba, na Argentina, em 1918 e, ao longo de mais de uma década (1918-1930), se espalha por todo o continente, impulsionando um profundo debate público, desde uma perspectiva latino-americanista, sobre o papel da universidade e de seus professores, estudantes e intelectuais nas sociedades. No horizonte reformador, construiu-se um projeto de uma universidade comprometida com a transformação revolucionária das sociedades da região, ou seja, era preciso transformar, radicalmente, a universidade para que cumprisse um papel progressista diante de sua época e dos desafios de democratização e justiça social.

Desde o início, as ações contestatárias e coletivas dos estudantes cordobeses questionaram incisivamente a organização e a sistemática do ensino universitário, exigindo a

---

98 O brasileiro Euclides da Cunha, em que pese sua orientação política, foi capaz de inverter a lógica vigente na produção teórica brasileira, caracterizando positivamente os sertanejos e seu modos de vida. Afirmou que: "o sertanejo é, antes de tudo, um forte" (CUNHA, 1984 [1902], p. 51). Por sua vez, o teórico Alberto Torres, sob marcada influência das correntes nacionalistas, foi um construtor ativo de um projeto político nacional para o Brasil, ressaltando as potencialidades de seu povo e afastando o característico racismo pelo qual era explicado o atraso do país. Nesse sentido, avaliava que "este nosso estado não resulta nem de uma inferioridade étnica, nem de uma degeneração, da nossa gente" (TORRES, 1914, p. 19).

99 É imperioso demarcar essa questão, tendo em vista que muitas experiências de resistência já haviam proposto politicamente e na prática projetos amplos de emancipação que contemplavam todas as raças em uma vivência harmônica e solidária. Uma dessas experiências foram os quilombos no Brasil, os palenques na Colômbia e em Cuba, os "cimarrones" na Venezuela, os maroons na Jamaica e no Haiti, sem falar nas experiências indígenas que desconheciam o dispositivo racial. Ressaltamos, com isso, que, em outros grupos sociais mobilizados, essa perspectiva ampla e libertadora já havia sido pensada, refletida e exposta, mesmo que oralmente.

100 Os setores intelectualizados, que tinham acesso à universidade, das sociedades latino-americanas no início do século estavam, em geral, conectados com a oligarquia agrário-comercial. Com a urbanização, a imigração e o crescimento das classes médias, esse perfil se modificou já nas primeiras décadas do século XX, contemplando a classe média, a pequena burguesia comercial e os filhos dos imigrantes europeus, que exerciam diferentes atividades (CÚNEO, 1988 [1978], p. XII). É nas classes médias e na pequena-burguesia que se localiza o ímpeto mais forte para o pensamento crítico.

participação e a intervenção dos estudantes no co-governo das universidades, a autonomia das mesmas, o pluralismo político, a liberdade de expressão e de pensamento, uma nova relação entre professores e alunos, a seleção por meio de concursos públicos, a criação de cátedras livres, o acesso universal, entre outras demandas. Em seu *Manifesto Liminar* datado de 21 de junho de 1918, os estudantes defendem, por meio de argumentação heroicamente emocionada, o direito insurrecional e violento contra os tiranos, uma educação anti-dogmática e amorosa, o fim do ensino clerical, enfim uma universidade que seja capaz de transformar revolucionariamente a sociedade. De acordo com o referido Manifesto, "*se ha contemplado y se contempla el nacimiento de una verdadera revolución que ha de agrupar bien pronto bajo su bandera a todos los hombres libres del continente*"[101].

Os estudantes compartilhavam um agitado contexto mundial no qual acabava de acontecer a Revolução Socialista Russa em 1917[102], a Revolução Mexicana em 1910, além do decurso e do fim da 1ª Guerra Mundial[103]. Por outro lado, a ascensão do radicalismo na Argentina, apoiado fundamentalmente pela crescente burguesia nacional, através da chegada à presidência de Hipólito Yrigoyen, em 1916, exigia uma universidade não clerical capaz de contribuir em seu projeto de desenvolvimento. Em função disso, as demandas, estritamente universitárias e nos limites do projeto liberal-burguês, foram parcialmente acatadas em Córdoba

101 O manifesto foi escrito pelo estudante argentino Deodoro Roca (1890-1942) mas expressa bem o imaginário em construção nas mobilizações estudantis, que refletiam, em maior ou menor grau, as insatisfações das classes médias e da pequena burguesia latino-americana. O manifesto se encontra na coletânea de documentos da Reforma Universitária organizada por Dardo Cúneo (1988 [1978], p. 5).

102 De acordo com o teórico argentino Jorge Abelardo Ramos, da "Revolução Russa, em 1917, desprendeu-se uma força eletrizante: as massas exploradas do mundo inteiro voltaram os olhos para a Rússia em armas. Também a pequena-burguesia latino-americana se sentia participante da história e as universidades esclerosadas pelas oligarquias acadêmicas convertiam-se em foros de uma nova onda revolucionária. A ferocidade sangrenta do imperialismo mundial aprecia diante dos olhos das massas populares latino-americanas, sem disfarce" (ABELARDO RAMOS, 2014 [1968], p. 387). O mesmo destaca o historiador cubano Sérgio Guerra Vilaboy: "la Revolución Socialista de Octubre ejerció una notable influencia em todos los sectores progressistas de América Latina, comenzando por la clase obrera y terminando por otros grupos sociales, como los intelectuales y estudiantes. La magnitude de ese impacto se reflejó, ante todo, en un despertar democrático y nacional, así como em la intensificación de las luchas reivindicativas de los trabajadores" (VILABOY, 1989, p. 76).

103 Por sua vez, o peruano José Carlos Mariátegui destaca que o movimento da reforma universitária "apresenta-se intimamente conectado com a vigorosa agitação do pós-guerra. As esperanças messiânicas, os sentimentos revolucionários, as paixões místicas próprias do pós-guerra, repercutiam particularmente na juventude universitária da América Latina [...]. A crise mundial convidava os povos latino-americanos, com uma urgência insólita, a revisar e resolver seus problemas de organização e crescimento" (MARIÁTEGUI, 1988 [1978], p. 130).

e na Argentina[104]. Contudo, as mobilizações e os debates foram muito além das demandas modernizadoras da burguesia industrial nacional, alcançando diferentes dimensões acadêmicas, sociais e políticas.

À diferença da universidade de Córdoba, outras universidades da Argentina, como a de Buenos Aires e La Plata, e da América Latina já não eram confessionais, isto é, já não se organizavam em conformidade com as matrizes de pensamento eclesiais, o que voltou os questionamentos sobre os "métodos" utilizados nas instituições universitárias para o positivismo. De acordo com o teórico argentino Dardo Cúneo, em várias universidades, a Reforma parte, desde o primeiro momento, da avançada crítica anti-positivista (CÚNEO, 1988 [1978], p. XVII). Destaca, para isso, a influência do professor socialista argentino Alejandro Korn e do historicista espanhol Ortega y Gasset. Essa perspectiva crítica ao positivismo também pode ser vista no documento final do Primeiro Congresso Internacional de Estudantes realizado no México, em 1921, no qual restou decidido que as associações estudantis lutarão para que o ensino em geral e em especial o de ciências morais e políticas, seja fundado sobre "*la coordinación armónica del pensar, el sentir y el querer como medios de explicación, y rechace el método pedagógico que da preferencia al primero em detrimento de los otros*"[105].

O curso das movimentações e lutas travadas pelos estudantes no desenrolar do movimento, bem como sua articulação continental, vai ampliando, aprofundando seus objetivos, ações e repercussões. Em que pese a heterogeneidade interna do movimento, a nosso ver, alguns fatores contribuem para referida ampliação: 1. a parceria e solidariedade com os trabalhadores e indígenas, 2. o intenso trabalho coletivo de ação e de reflexão em congressos e encontros, 3. os acontecimentos da conjuntura internacional, regional e local, 4. a reiterada repressão estatal e universitária enfrentada pelos estudantes em todos os países. Esses fatores se articularam e foram produzindo uma politização contínua, mesmo considerando a marcada heterogeneidade do movimento e as diferenças políticas entre as lideranças e a maior parte dos estudantes.

---

104 Sobre o decreto do governo nacional argentino que aceitava o projeto da Federação Universitária dos Estudantes de La Plata, estes declararam: "...no basta modificar un estatuto, no es suficiente hacerlo más amplio; hay que modificar fundamentalmente todo el sistema. Basta de profesionales sin sentido moral, basta de pseudos aristocratas del pensamento, basta de mercaderes diplomados; la ciencia para todos, la beleza para todos; la Universidad del mañana será sin puertas ni paredes, abierta como el espacio: grande". Trata-se de artigo feito pela Federação Universitária de La Plata em 1920. Encontra-se na coletânea de documentos da Reforma Universitária organizada por Dardo Cúneo (1988 [1978], p. 21/22).

105 Documento do Primer Congreso Internacional de Estudiantes que ocorreu no México em 1921. Encontra-se na coletânea de documentos da Reforma Universitária organizada por Dardo Cúneo (1988 [1978], p. 41/42).

Desde o início, o movimento se referencia no espaço continental, sob influência direta e explícita dos movimentos latino-americanos de independência da primeira metade do século XIX[106] e do pensamento social da região, particularmente dos já citados José Enrique Rodó (1872-1917), José Ingenieros (1877-1925), Manuel Ugarte (1875-1951), Manuel González Prada (1844-1918) e do mexicano José Vasconcelos (1882-1959). Em um processo crescente e coletivo, o movimento vai se tornando cada vez mais crítico aos acontecimentos internacionais e toma um viés marcadamente anti-imperialista. De acordo com Dardo Cúneo, após acurada análise dos documentos e manifestos da Reforma, o fato que mais motivou uma resposta unânime dos estudantes latino-americanos foi o envio das tropas de ocupação estadunidense à América Central e ao Caribe (CÚNEO, 1988 [1978], p. XVI). Isso tocou profundamente os sentimentos dos estudantes que acabaram por reatualizar o projeto político da unidade da grande pátria latino-americana, atrelando-o a um incisivo anti-imperialismo. Nos convênios firmados entre as Federações Universitárias, verifica-se, além da obrigação de intercâmbio intelectual e do estudo crítico dos problemas latino-americanos, o compromisso de "*propaganda activa por todos los médios, para hacer efectivo el ideal de americanismo, procurando el acercamiento de todos los pueblos del continente*"[107]. Nesse contexto, a questão nacional se re-significa, mas não é abandonada, na medida em que, de forma permanente, é sustentado, pelos estudantes, o direito à auto-determinação dos povos.

106 Um exemplo dessa marcada influência, para além da reiterada homenagem aos independentistas, foi a convocatória da Federação de Estudantes do Panamá, em 1926, para o Congresso Estudantil Bolivariano, em homenagem ao centenário do congresso pan-americano que deveria ter ocorrido no Panamá por convocação de Simón Bolívar. Na convocatória, salientam que "la juventude es la única capaz de darle relieve propio a la ideología de Hispanoamérica, de señalar sus aspiraciones lejos del tutelaje mental y espiritual de intereses extraños. Y ella es, consecuentemente, la sola responsable de esa obra prometeica de poner en efectividad la comunión de la raza". E continua, "en las manos cariñosas y compreensivas de la juventude, se agita hoy la antorcha encendida por el Libertador. El congreso estudiantil bolivariano será a la vez que un legítimo y ferviente homenaje a Simón Bolívar, un passo de avance certo en la senda que conduce hacia la América una libérrima, hacia esa América maravillosa que abrazará de Río Grande a Tierra del Fuego". Encontra-se na coletânea de documentos da Reforma Universitária organizada por Dardo Cúneo (1988 [1978], p. 89/93).

107 Convênio peruano-argentino firmado em 1920 entre a Federação de Estudantes do Peru (Presidente Víctor Raúl Haya de la Torre) e a Federação de Estudantes da Argentina (Presidente Gabriel del Mazo) e Convênio argentino-chileno firmado, também em 1920, entre a Federação Universitária da Argentina e a Federação de Estudantes do Chile (Presidente Alfredo Demaría). Encontram-se na coletânea de documentos da Reforma Universitária organizada por Dardo Cúneo (1988 [1978], p. 19/20).

Através da crítica ao imperialismo e da confluência com as organizações dos trabalhadores e indígenas, chega-se à crítica à forma de organização da vida em comum[108] e às tentativas mais avançadas de superação do modelo de universidade. Mariátegui, em seu texto sobre o movimento da Reforma Universitária (1978 [1928]), após demarcar a heterogeneidade interna do movimento e as iniciais ilusões democrático-liberais e pacifistas, destaca que "*apenas com a colaboração cada dia mais estreita com os sindicatos operários, com a experiência de combate contra as forças conservadoras e a crítica concreta dos interesses e princípios em que se apóia a ordem estabelecida, é que as vanguardas universitárias podiam alcançar uma orientação ideológica definida*" (p. 131). Com efeito, essa parceria militante foi uma constante nos diferentes países, gerando diferentes formas de solidariedade e atuação conjuntas[109], sendo que, no âmbito universitário, essa convergência ocasionou desde a ressignificação da extensão universitária até a criação de universidades populares. Essas iniciativas correspondem à dimensão da *Reforma Universitária* chamada pelo líder estudantil cubano Julio Antonio Mella (1901-1928) de função social, que designaria os deveres dos estudantes frente a sociedade. Para ele, estes devem ter a obrigação de ensinar a obreiros e pobres, de servir como professores em campanhas contra o analfabetismo e de participar dos diferentes serviços de assistência (jurídica, médica e odontológica). Ademais, os professores e alunos devem estudar, nos seminários investigativos e através de comissões, todos os problemas nacionais (MELLA, 2008 [1925], p. 270/271). Em sentido similar, para o líder estudantil peruano Haya de la Torre (1895-1979), a Reforma deve levar o estudante à realidade social, deve situá-lo entre a classe trabalhadora e prepará-lo para ser seu colaborador e não seu opressor. Deve, assim, se propor a educar o estudante em contato imediato e constante com as classes trabalhadoras (HAYA DE LA TORRE, 1925, p. 228).

108 No Primeiro Congresso Internacional de Estudantes ocorrido no México, em 1921, os estudantes estabeleceram, como objetivos, "destruir la explotación del hombre y la organización actual de la propiedad, evitando que el trabajo humano se considere como uma mercancia y estableciendo el equilíbrio económico y social". Encontra-se na coletânea de documentos da Reforma Universitária organizada por Dardo Cúneo (1988 [1978], p. 41/44).

109 O historiador César Tcach (2008) destaca que, em Córdoba, a confluência entre obreiros e estudantes se deu principalmente pela política repressiva do governo provincial que negava e reprimia a organização de atos e manifestações públicas. Como resposta, produziu-se a primeira coalizão orgânica dos setores obreiros, estudantis e populares no Comité Pro Libertad de Reunión, do qual faziam parte, além da Frente Obrera Local, a Federação Universitária de Córdoba, "la Asociacion Córdoba Libre..., el Partido Socialista Internacionalista (comunista), el Partido Socialista y el Comité de Libre Pensamiento (influído por la masonería) y o Comité Femenino de Córdoba Libre". (TCACH, 2008 apud NOVAES, 2012, p. 197). Este pesquisador ressalta que o feminismo cordobês nasceu com a Reforma de Córdoba.

Nesse contexto, a extensão universitária, a partir de uma crítica sobre o exíguo contato com a população mais empobrecida, foi vista como uma possibilidade de diálogo entre as diferentes classes e condições de vida e principalmente como um dispositivo para *equipar* o povo e os trabalhadores para que exercessem seu papel na história da América Latina. De acordo com os estudantes chilenos, em 1921, com a extensão, "*la universidad transformada se librará al pueblo, se extenderá al pueblo, se asociará ao pueblo*" (CÚNEO, 1988 [1978], p. XVIII). Já, os estudantes argentinos de Buenos Aires destacam que "*ya que el pueblo no va hacia la universidad, ésta, representada por sus órganos positivos, irá hacia el Pueblo, procurando llenar su verdadeira misión de docencia social*"[110] e demarcam o imperativo de divulgar os conhecimentos adquiridos nos estudos e a necessidade de colaboração do povo para que os estudantes possam conhecer "*el contenido humano*" que falta ao conhecimento.

Já as Universidades Populares, que funcionaram de forma mais autônoma, foram iniciativas avançadas na construção de uma alternativa de educação e de diálogo de conhecimentos. As primeiras Universidades Populares foram criadas no Peru pelo Congresso Nacional de Estudantes Peruanos, em 1920, sob a direção da Federação de Estudantes desse país. Desde seu início, foram delineadas para ser uma parceria com as organizações dos trabalhadores e indígenas, sendo designado para sua construção o líder estudantil Haya de la Torre. Conforme seu ato fundacional, o ensino nas universidades compreenderia dois ciclos: um de cultura geral de orientação nacionalista e eminentemente educativa e outro de especialização técnica dirigida para as necessidades de cada região. Ademais, o ensino, além de não dogmático, deveria se dar de maneira "*metódica, ordenada, sencilla y eminentemente objetiva (cinematográfico, vistas fijas, cuadros murales etc.), haciéndose ella [la enseñanza] por lecciones y conversaciones y sirviendo la conferencia, sólo como síntesis y complemento de éstas*"[111]. Essas iniciativas devem ser entendidas no interior de um amplo processo de ascenso das forças sociais populares no Peru que conformava um vigoroso movimento político e intelectual que quebrava o domínio ideológico da oligarquia peruana. Como narra a teórica argentina Alcira Argumedo, entre 1919 e 1923, houve, em diferentes territórios do Peru, mais de cinquenta rebeliões camponesas e indígenas que reivindicavam as matrizes indígenas e que

110 Manifesto do Centro de Estudantes de Direito de Buenos Aires ao inaugurar os cursos de extensão universitária. Encontra-se na coletânea de documentos da Reforma Universitária organizada por Dardo Cúneo (1988 [1978], p. 22/25).

111 Documento final do Congresso Nacional de Estudantes do Peru em 1920. Encontra-se na coletânea de documentos da Reforma Universitária organizada por Dardo Cúneo (1988 [1978], p. 31/32).

mesclavam influências anarquistas, socialistas e revolucionárias (ARGUMEDO, 1993, p. 57/58).

As Universidades foram fundadas em 1921, inicialmente, em Lima e no município de Vitarte e foram batizadas com o nome *González Prada* em 1923. Desde seu início, assumiram uma orientação abertamente revolucionária e de colaboração militante com o movimento dos trabalhadores e indígenas. Foi uma experiência de formação ampla que contemplava desde matérias como matemática, biologia, geografia até aulas sobre problemas sociais e organização da classe trabalhadora. Um texto escrito por um dos professores da universidade, Ernesto Cornejo-Coster, descreve o funcionamento das "classes" e destaca a potencialidade dos passeios, viagens e festas não só para a solidariedade entre trabalhadores, estudantes e professores, mas também e principalmente como espaço de formação. De acordo com ele, "*siempre, ya en los pic-nics, en los paseos por los cerros, en las excursiones a las playas, se daba a la fiesta un carácter revolucionário condensado en los cânticos, en las conferencias que en médio de la fiesta se realizaban*" (CORNEJO-COSTER, 1924, p. 71). Fica negritado o esforço coletivo em trabalhar formas e práticas alternativas à sistemática tradicional de educação e diálogo entre os estudantes e os trabalhadores. Além disso, na prática, as Universidades Populares funcionavam como potentes espaços de convergência não só entre estudantes e obreiros, mas congregava importante parcela da intelectualidade progressista e revolucionária do Peru que se transformava em professores. Um exemplo é que o teórico peruano José Carlos Mariátegui, ao retornar do exílio europeu, em 1923, pronuncia sua primeira conferência intitulada "A crise mundial e o proletariado peruano" na Universidade Popular.

Ademais, as universidades não se limitavam aos contatos formativos e educacionais, realizavam, como solidariedade ativa, campanhas de reivindicações sobre: lutas proletárias, lutas contra o imperialismo, lutas pela revolução peruana e principalmente pela reivindicação dos indígenas. De acordo com o professor Ernesto Cornejo-Coster,

> Las campañas y acciones revolucionarias dan a la Universidad Popular peruana un sello especial que la distingue de las instituciones diversas de extensión universitária. La Universidad Popular fue hacia los obreros, entre ellos creció, em médio de ellos y conjuntamente com los líderes más entusiastas del movimiento obrero organizo la propaganda revolucionaria y contribuyó grandemente a la organización y a la formación de la consciência de clase y más aún, sobre la misma Universidad de San Marcos, sobre el alumnado, hizo sentir su influencia renovadora. (*op. cit*, p. 72).

Na mesma direção, a Universidade Popular de Cuba (1923-1927) se denominou José Martí e, sob a direção dos próprios trabalhadores, se propôs a levar "*a las más escondidas capas de la sociedad lo que debe ser patrimonio de todos los humanos: la cultura libre*" (MELLA,

1925, p. 215). Foi uma iniciativa que aproximou os estudantes da realidade dos/as trabalhadores/as e dinamizou a solidariedade entre as organizações destes, o que acabou por estimular uma série de atividades conjuntas levando os/as estudantes para outras lutas sociais. Era dividida em quatro seções: analfabetismo, *segunda enseñanza*, estudos gerais e conferências, possuindo aulas de história, literatura, gramática, matemática, economia política e social, legislação, psicologia, maternidade, sexualidade, moral dentre outras. Priorizavam tratar dos temas e problemas sociais, com uma abordagem que revelasse os fundamentos do sistema de exploração em suas diferentes dimensões. Chegaram a contar com mais de 500 (quinhentos) trabalhadores/as matriculados/as. Usaram, inicialmente, a sede da *Universidad de La Habana*, mas, em função da repressão, tiveram que mudar algumas vezes de sede. É importante perceber que esta iniciativa não foi apenas uma escola para trabalhadores, foi um espaço de formação de militantes que pretendiam, a partir da convergência, adquirir e produzir conhecimentos sobre sua realidade para transformá-la. Por meio dela, um número maior de os/as estudantes passou a ter acesso a ideias socialistas e marxistas e a difundi-las. Não é mera coincidência ou uma trajetória individual que o histórico militante Júlio Antonio Mella[112], junto a outros/as estudantes e obreiros/as, tenha fundado o Partido Comunista de Cuba em 1925.

Percebe-se que as Universidades Populares, em que pese estarem organizativamente fora da universidade formal, influenciaram em muito as mudanças na institucionalidade universitária e principalmente na conformação das demandas dos estudantes para esta. Nesse contexto é que se aprofundaram, para além da retirada dos "*maus professores*", o debate sobre os currículos, métodos e acerca da formação de um profissional compromissado com a nação (NOVAES, 2012). Não obstante, em muitos países, após alguma recepção das demandas estritamente acadêmicas da Reforma Universitária, a maior parte das conquistas dos estudantes foram escamoteadas, voltando, em parte, as dinâmicas conservadoras e oligárquicas. É certo que a autonomia, o co-governo e a livre docência, desligadas de uma mudança mais ampla na estrutura universitária, tornam-se conquistas precárias e frágeis. Esses limites foram discutidos dentro e fora do movimento estudantil. Mariátegui, por exemplo, apontava a profunda crise estrutural, espiritual, ideológica de toda instituição universitária (2012 [1928], p. 331/335). Já o dirigente argentino Deodoro Roca (1890-1942) e o cubano Julio Antonio Mella concluíram que era necessário revolucionar a sociedade para conseguir depois revolucionar a universidade.

[112] Mella, em texto escrito em 1927, desde o exílio no México, quando o Estado cubano conseguiu fechar a *Universidad Popular José Martí*, escreveu: "Las aulas se han cerrado pero las páginas de los libros se abren... La Universidad Popular José Martí vive. Muchos han caído. Muchos más caerán. Pero todavia no se ha matado una sola idea un sólo princípio". Mella foi assassinado em 1929 na Cidade do México.

De toda forma, as reivindicações e propostas dos estudantes vão se incorporando ao imaginário dos grupos sociais populares e dos movimentos teóricos críticos latino-americanos, tanto na conformação de um modelo de universidade e de intelectual quanto na construção social de uma perspectiva de mudança necessária à região. Como destacado pelo autor argentino Pablo Gentili (2008, p. 41), "*os desafios reformistas marcaram, com todas as suas virtudes e com todos os seus limites, os horizontes de uma universidade emancipadora e libertária*".

De fato, pela primeira vez na história latino-americana após a conquista europeia, conformava-se uma proposta, através de um amplo movimento coletivo e continental, de uma universidade que caminhasse ao lado do povo em luta na construção, inclusive revolucionária, da justiça social. Desde que a instituição universitária foi transladada para o território da América Latina, esta esteve intimamente conectada com as classes dominantes europeias e latino-americanas. Por isso, eram conformadas sob a égide ou das matrizes de pensamento eclesiais ou das liberais-burguesas, rechaçando, em geral, pensamentos críticos, progressistas ou latino-americanistas. Foi, assim, um primeiro exercício teórico e prático de enfrentamento contra o modelo universitário e o pensamento hegemônico europeu, com participação de diversos setores da sociedade e de diferentes países. Cumpre salientar que houve intensas ações coletivas estudantis na Argentina, no Uruguai, no Chile, no Peru, no Paraguai, no México, na Bolívia, na Colômbia, em Cuba, na Costa Rica, na Venezuela, em El Salvador, no Panamá, na Guatemala, no Equador sendo que em todos os outros países houve repercussões dos acontecimentos[113]. Os estudantes da maior parte deles participaram de um frutífero trabalho coletivo de formação e formulação em congressos, encontros e convênios. Por meio disso e da incessante atuação prática e militante, foram capazes de formular, com seus acertos e limites, uma perspectiva latino-americana de universidade, que marcou, de forma permanente, todas as gerações posteriores.

Como destacado por Mariátegui, saíram das universidades naquela época uma geração renovada que, em todos os países latino-americanos, "*colocaram seus conhecimentos a serviço do proletariado, dotando este, em alguns países, de uma direção intelectual da qual geralmente*

113 Mesmo no Brasil houve repercussões, ainda que pequenas, dos acontecimentos da Reforma de Córdoba. Um exemplo é o manifesto dos estudantes que, além de se solidarizar com os estudantes latino-americanos mobilizados, conclama os alunos brasileiros a construir heroicamente as reivindicações da Reforma Universitária para "a constituição da Universidade como órgão vivo e vitalizante". O documento encontra-se no livro organizado por Emir Sader, Pablo Gentili e Hugo Aboites, sob os auspícios da CLACSO, em comemoração aos 90 anos da Reforma Córdoba. Ademais, os autores brasileiros Ruy Mauro Marini e Paulo Speller, na tentativa de compreender a pouca repercussão do movimento da Reforma de Córdoba no Brasil, sustentam que esta é explicada pela derrota em 1893 das classes médias no regime republicano, o que consolidou a aliança entre a oligarquia açucareira e a burguesia do café. Isso fez com que não houvesse mudanças significativas no sistema educativo brasileiro, conservando as fases primária e média nas mãos de particulares e o ensino superior como faculdades isoladas e pouco diversificadas (MARINI e SPELLER, 1977, p. 6).

careciam antes" (MARIÁTEGUI, 2008 [1928], p. 134). Tratava-se, nas palavras de Mariátegui, de uma *nova geração latino-americana*, que, para o estudante peruano Haya de la Torre, adiantando suas formulações posteriores, se tratava de uma nova geração de juventudes trabalhadoras manuais e intelectuais como uma frente única revolucionária como "*salvaguardia del porvenir de nuestros pueblos*" (HAYA DE LA TORRE, 1925, p. 229). Com efeito, parte dessa geração produziu inúmeras iniciativas na região que alimentaram e conectaram gerações, matrizes de pensamento e lutas sociais. Dentre muitos exemplos, alguns são: em 1925, funda-se, na Argentina, por iniciativa de Deodoro Roca e José Ingenieros, a União Latino-americana como organismo para enfrentar o imperialismo dos Estados capitalistas e para coordenar as ações de escritores, intelectuais e professores da América Latina (NOVAES, 2012, p. 194/195); são fundados núcleos comunistas e socialistas em diferentes países pelos estudantes reformistas que posteriormente se firmam como partidos políticos; muitos estudantes se incorporam em organizações e movimentos na luta pela libertação nacional; no México, é fundada, em 1924, por Haya de la Torre, em exílio, a Aliança Popular Revolucionária Americana (APRA) com o objetivo de unir e articular todas as forças sociais anti-imperialistas da região.

No campo da produção de conhecimentos, além do ingresso e do fortalecimento na universidade do pensamento crítico e das correntes marxistas, socialistas e revolucionárias, a nosso ver, um dos importantes desdobramentos foi o encontro orgânico e anti-dogmático, propiciado para amplos setores sociais (pequena-burguesia, classes médias e classes trabalhadoras), entre a perspectiva latino-americanista e as correntes marxistas e revolucionárias, que já se encontravam presentes nas organizações dos trabalhadores e em alguns intelectuais e professores. Outro fator importante foi a criação de espaços concretos nos quais intelectuais, estudantes, organizações e movimentos dialogavam sobre as questões teóricas e práticas colocadas pela realidade social do país e o papel das organizações para sua transformação social, funcionando, mesmo que de maneira indireta e não intencional, como parte do processo produção de conhecimentos. Estimulou-se, assim, a compreensão mais profunda e crítica da realidade da região em conexão com as dinâmicas mundiais e a proposição criativa de caminhos próprios ou não dogmáticos, ou seja, que não se limitaram aos contornos e aos receituários dos projetos político-históricos forjados na Europa. Cumpre salientar que esse processo representou uma ruptura com o consenso intelectual da época, marcadamente racista, e incentivou a formulação de projetos a partir de nossas particularidades históricas e territoriais.

Esse impulso marcará a contínua recepção da corrente marxista na região, que, até então, era assimilada, muitas vezes, como algo pronto para explicar a realidade latino-americana (LEHER, 2010, p. 32). Um exemplo heterodoxo e que se afasta progressivamente do marxismo

foi a criação da *Aliança Popular Revolucionária Americana* (APRA) pelo peruano Haya de la Torre. Tratava-se de uma organização de luta anti-imperialista que funcionava como uma frente única de trabalhadores manuais e intelectuais que agruparia todas as classes ameaçadas pelo imperialismo, destacando Haya de la Torre o papel das classes médias (2010 [1928-1936], p. 80). Em contraposição à *Liga Antiimperialista Panamericana,* estimuladas pelo movimento comunista internacional, a APRA não seria apenas um organismo de propaganda mas fundamentalmente de ação política efetiva. Seus cinco lemas centrais eram: "*acción contra el imperialismo yanqui, la unidad política de América Latina, la nacionalización de tierras e indústrias, la internacionalización del Canal de Panamá, la solidariedad con todos los pueblos y clases oprimidas del mundo*" (*ibidem*). Para o dirigente peruano, o problema comum dos países da América Latina era que as classes governantes eram aliadas do imperialismo e exploravam unidas os trabalhadores, agitando pequenos nacionalismos para manter divididos os países e evitar a unidade política da região. Assim, Haya avança, juntamente com outros/as teóricos/as, na interpretação do imperialismo não apenas como fenômeno externo, mas como fenômeno social interno às sociedades dependentes, deslocando o debate das relações imperialistas para a dinâmica das classes nessas sociedades. Por isso, para ele, "*la lucha contra nuestras clases governantes es indispensable; el poder político debe ser capturado por los produtores; la producción debe socializarse y America Latina debe constituir una federación de Estados*" (HAYA DE LA TORRE, 2010 [1928-1936], p. 63).

Para este teórico peruano, o imperialismo - que para Lenin é a etapa superior do capitalismo - é a primeira etapa do capitalismo na América Latina e, por isso, em sua visão, seria uma etapa necessária, uma etapa na qual seria possível o desenvolvimento das forças produtivas e a superação do atraso feudal e agrário. O imperialismo teria, assim, uma função progressista, devendo ser controlado por um Estado anti-imperialista. É um pensamento que divide o caminho da revolução socialista em várias etapas, sob a influência do pensamento reformista russo de 1917 e do socialismo chinês da década de 1920 (ABELARDO RAMOS, 2014 [1968], p. 396/397). Haya de la Torre utiliza, a partir do horizonte de experiências compartilhado pela pequena-burguesia nesse momento histórico, a corrente teórico-prática marxista para realizar o diagnóstico da situação latino-americana, mas se nega a se submeter a qualquer Internacional Comunista, preferindo que a APRA defina sua fisionomia como movimento nacionalista e anti-imperialista indo-americano. Em relação ao pensamento latino-americano, este autor é enfático ao sustentar que nosso doutrinarismo político é quase todo mera repetição europeia, que, com ardor fanático e sem espírito crítico, utilizamos o pensamento europeu e que não vemos o processo histórico latino-americano com seu próprio ritmo e seu

intransferível conteúdo. E ressalta "*para nuestros ideólogos y teóricos de derecha y izquierda, nuestro mundo indoamericano no se mueve. Es el sol europeo el único que gira*" (*op. cit.*, p. 123)[114].

Outra expressão dessa trajetória crítica e criativa situada na corrente marxista é a experiência e a produção teórica do também peruano José Carlos Mariátegui (1894-1930), o qual fazia parte de um consistente movimento teórico e militante pelo socialismo no Peru[115]. A partir de uma leitura não dogmática de Marx, este autor vai tomar suas categorias como instrumentos vivos para compreender as particularidades da realidade peruana e para propor trajetórias próprias para o percurso revolucionário. Mariátegui sustentou que, considerando que o socialismo ordena e define as reivindicações das massas da classe trabalhadora e que esta, no Peru, é, em sua maioria, indígena, "*nosso socialismo, pois, não seria peruano – sequer seria socialismo – se não se solidarizasse, primeiramente, com as reivindicações indígenas*" (2011 [1927], p. 110). Mais que isso, Mariátegui recupera a história do Peru e busca em seu passado e presente indígena as potencialidades para construção de um futuro socialista. Entende que o espírito coletivista e de cooperação do/a indígena, que dominou as comunidades e os Impérios indígenas, continua concretamente vivo e a se reproduzir dinamicamente nas comunidades e *ayllus* no Peru, e também nos territórios da Bolívia, do Equador e do Chile. Ou seja, o amauta peruano sustenta, com base em um ativo diálogo com os movimentos indígenas e obreiros, que modos de vida e de produção e seu correspondente substrato de ideias e sentimentos co-existiam na América Latina conectados com a prática concreta dos grupos sociais. Isso fez com que Mariátegui defendesse que a população indígena inca reunía condições bastante favoráveis "*para que o comunismo agrário primitivo subsistente em estruturas concretas e no profundo*

114 A APRA e Haya de la Torre, em sua trajetória política, acabaram se posicionando progressivamente ao lado das classes dominantes do Peru. Em função disso, sofrerá algumas dissidências, dentre elas a APRA Rebelde que é uma dissidência marxista que, mais tarde, se transformará no Movimiento Izquierda Revolucionária - MIR peruano. Uma das militantes da APRA Rebelde foi a peruana Hilda Gadea que influenciará, em muito, o pensamento do argentino Che Guevara desde sua passagem pela Guatemala e pelo México, local onde se casam e de onde parte o barco Granma rumo à guerrilha revolucionária em Cuba em 1959 (SADER, 1981, p. 14/15).

115 O sociólogo peruano José Manuel Mejía mostra que Mariátegui fez parte de uma geração socialista no Peru que, através da prática e da ação política, deu início "a la reflexión científica sobre la naturaleza de la sociedad peruana. Obras como "Siete ensayos de interpretación de la realidade peruana", de José Carlos Mariátegui, "Apuntes para una interpretación marxista de la historia social del Peru", de Ricardo Martínez de la Torre, o "Del ayllu al cooperativismo socialista" de Hildebrando Castro Pozo. Constituyen, hasta hoy en día, instrumentos básicos para la comprensión de la naturaleza de la sociedad peruana, obras de consulta histórica obligada para el estúdio de la clase obrera y el campesinado, y material de referencia necesario en cualquier análisis de la evolución de las ideas y el arte en el Perú contemporáneo" (MEJÍA, 1978, p. 399).

espírito coletivista, transforme-se, sob a hegemonia da classe proletária, numa das bases mais sólidas da sociedade coletivista preconizada pelo comunismo marxista" (MARIÁTEGUI, 2011 [1929], p. 144).

Assim, Mariátegui, que fundou e participava ativamente, como Secretário-Geral, do Partido Socialista do Peru (1928), reivindica, frente à Internacional Comunista, um caminho próprio para os povos considerados "atrasados", defendendo, a partir das particularidades latino-americanas, a possibilidade de construir diretamente uma organização econômica coletiva, não passando pela mesma evolução que passaram outros povos (*ibidem*, p. 144). Esta organização coletiva e socialista não deveria ser tampouco repetição das experiências já ocorridas, não seria, nas emblemáticas palavras de Mariátegui, "*decalque e cópia*", mas sim criação heroica. Para ele, urge "*dar vida, com nossa própria realidade, na nossa própria linguagem, ao socialismo indo-americano. Eis uma missão digna de uma geração nova*" (2011 [1928], p. 120). O amauta peruano indica e constrói, assim, um caminho para a transformação socialista em diálogo com a matriz de pensamento indígena[116], sustentando a centralidade dos indígenas no processo revolucionário da América Latina.

Nesse sentido, Mariátegui empreende esforços teóricos e práticos para compreender as contradições e os antagonismos da sociedade peruana em conexão com as dinâmicas mundiais. Em teses e manifestos apresentados em encontros e conferências comunistas, este autor desenvolve sua teoria com forte imbricação com sua prática militante. É na Primeira Conferência Comunista Latino-Americana, realizada em 1929, que Mariátegui expõe suas conclusões, já desenvolvidas no livro *Sete Ensaios de Interpretação da Realidade Peruana*, em 1928, de que a burguesia nacional não pode ser considerada como uma parceira na luta revolucionária e anti-imperialista, uma vez que a cooperação com o imperialismo é a melhor fonte de ganhos para este grupo social, sendo que o crescimento do capitalismo, nas repúblicas latino-americanas, vem acompanhada da penetração imperialista, o que acentua seu caráter semi-colonial e aumenta os ganhos da burguesia nacional (2011 [1929], p. 130). Desde 1926,

116 A socióloga argentina Fernanda Beigel pondera que esse diálogo se desenvolveu em um âmbito urbano e mestiço, o que gerou, em toda uma geração indigenista, uma representação estereotipada e vanguardista dos indígenas. Em função disso, o próprio Mariátegui teria advertido acerca da externalidade de seu próprio movimento, salientando a diferença entre o pensamento "indigenista" e o pensamento "indígena" (BEIGEL, 2016, p. 4/5). No mesmo sentido, O sociólogo mexicano Pablo González Casanova entende que nem Mariátegui conseguiu captar a contribuição das etnias indígenas ao conjunto teórico mundial. Isso apenas teria ocorrido com "la junta de los "revolucionários de los sesenta" y los índios mayas de México; con el cambio del paradigma revolucionário y de la resistencia maya en los noventa" (CASANOVA, 1998, p. 15). Ciente dessas ponderações, entendemos que, mesmo que o diálogo entre as diferentes matrizes de pensamento tenha se dado sob a preponderância da corrente marxista e da inspiração socialista, Mariátegui expressou considerável avanço no pensamento crítico latino-americano ao visibilizar e legitimar a existência, a resistência e a potencialidade desse sujeito histórico.

Mariátegui mostra os vínculos da classe dominante latino-americana com o capitalismo estrangeiro, cehgando a nomear os grandes proprietários peruanos de "*intermediários ou agentes do capitalismo estrangeiro*" (MARIÁTEGUI, 2011 [1926], p. 94/95). Através dessa linha argumentativa, Mariátegui contraria, por um lado, as interpretações hegemônicas do movimento comunista internacional[117] e, por outro, as direções que a APRA tomava como organização política anti-imperialista e pluriclassista[118]. Para alcançar os objetivos revolucionários, em diferentes textos, Mariátegui discute os formatos das ações coletivas da classe trabalhadora, como os partidos, as organizações sindicais, as alianças, a frente única, bem como os movimentos presentes na região.

Com o fito de estimular esses debates, bem como o conhecimento dos problemas peruanos, Mariátegui, junto com outros autores e autoras, cria a revista *Amauta*, em 1926, que seria a porta-voz dessa geração nova, dessa corrente renovadora do pensamento. Ciente de fazer parte de uma trajetória sócio-política coletiva, Mariátegui contribui para criar um potente espaço de troca de conhecimentos e de acirrados debates que vão, de fato, semeando pensamentos e ações voltadas para um novo Peru. O nome da Revista traduz uma homenagem aos indígenas e aos incas, mas sobretudo contém uma mensagem para que a América indígena sentisse que aquela revista era também dela (MARIÁTEGUI, 2011 [1928], p. 118/119). Retrata, em suma, a proximidade do autor com a matriz de pensamento indígena, mas também um dinamismo de sua construção, na medida em que Mariátegui reivindica uma nova acepção à palavra Amauta, um novo significado que será criado coletivamente (2011 [1926], p. 101). Na

117 O movimento comunista internacional, nesse momento histórico, possui um entendimento hegemônico de que era necessária primeiramente uma revolução democrático-burguesa para a posterior realização da revolução socialista. A Internacional Comunista sustentava que a existência de restos feudais e a dominação imperialista impediam o desenvolvimento capitalista, o qual era necessário para a implantação do socialismo. Isso modifica os arcos de aliança e induz os trabalhadores latino-americanos a se associarem com a burguesia nacional, como se esta não estivesse associada ao capital internacional ou possuísse interesses anti-imperialistas que se sobrepusessem a este vínculo. As teses de Mariátegui sobre a questão indígena geram enorme polêmica e são duramente atacadas na I Conferência Comunista Latino-Americana, realizada em 1929, em Buenos Aires, com destaque para a oposição do dirigente argentino Victorio Codovilla. Isso faz com que o Partido Socialista Peruano não seja reconhecido pela Internacional Comunista.

118 Mariátegui foi membro da APRA desde 1926, compreendendo-a como uma frente única de luta anti-imperialista. Quando Haya de la Torre pretendeu transformá-la em partido político, Mariátegui sustentou que havia uma sobrevalorização do movimento anti-imperialista, o qual, para ele, não pode se constituir em um programa para a conquista do poder, uma vez que a luta contra o imperialismo não suprime a diferença entre as classes. De acordo com o amauta peruano, nem a burguesia nem a pequena burguesia poderiam fazer uma política, de fato, anti-imperialista, sendo que o obstáculo à política imperialista só seria possível com a revolução socialista. Assim, por um lado, no mesmo sentido de Haya de la Torre, entende que o imperialismo é um fenômeno interno que envolve as classes sociais mas, por outro, polemiza com este sobre o papel do imperialismo nos países latino-americanas e acerca do lugar das classes médias na luta anti-imperialista e na construção do socialismo. Por isso, rompe com a APRA e Haya de la Torre em 1928.

apresentação da Revista, em seu primeiro número, este autor demarca a força dessa renovação teórica na região: "*sentimo-nos uma força beligerante, polêmica. Não fazemos nenhuma concessão ao critério geralmente falaz da tolerância das ideias. Para nós, há ideias boas e ideias más*" (*op. cit.*, p. 102). Este autor reafirmava, assim, como parte de uma trajetória sócio-política coletiva, seu profundo compromisso com a transformação substantiva da sociedade peruana e uma postura intelectual crítica e honesta.

Aliás, essa foi uma postura intelectual reiteradamente declarada por Mariátegui que reindicava a ciência e demarcava seu compromisso, sua fé, suas paixões e seu desejo enérgico de contruir um novo Peru socialista, ao produzir referida ciência. No prólogo do livro *A cena contemporânea*, referido autor afirma que não é um homem indiferente ao drama humano, tendo um compromisso e uma fé, sendo, por isso, expressão do espírito e da sensibilidade de sua geração (2010 [1925], p. 1/2). Na apresentação da revista *Amauta*, mais uma vez, Mariátegui ressalta seu compromisso político agora transferido para sua geração e para a publicação, destacando que esta rechaçará tudo que for contrário à sua ideologia assim como tudo que não traduzir ideologia nenhuma (2011 [1926], p. 101). No início de sua obra seminal *Sete Ensaios de Interpretação da Realidade Peruana*, em 1928, além de defender a apropriação crítica da ciência e do pensamento europeu, sustenta

> [...] repito mais uma vez que não sou um crítico imparcial e objetivo. Meus juízos se nutrem dos meus ideais, dos meus sentimentos, de minhas paixões. Tenho uma ambição enérgica e declarada: a de contribuir para o socialismo peruano. Estou o mais afastado possível da atitude professoral e do espírito universitário. E disso tudo, devo, lealmente, advertir o leitor, no começo do meu livro (MARIÁTEGUI, 2008 [1928], p. 32).

Em sua acepção, a ciência e a produção de conhecimentos, de um lado, e o compromisso, as paixões, desejos e ideais, de outro, não são elementos dicotômicos. É possível dizer que, para Mariátegui, a legitimidade do conhecimento produzido está atrelada ao ideal que o nutre e ao compromisso que o inspira. Em função disso é que se nega, na Revista *Amauta*, a receber trabalhos que não expressam ideologia nenhuma. Mariátegui, de fato, expressa uma tendência na produção de conhecimentos na América Latina que, a partir de uma franca postura crítica e de uma ativa prática militante, busca construir saberes científicos embebidos das matrizes de pensamento gestadas na resistência latino-americana e alimentada cotidianamente pelas diferentes lutas sociais.

Essa busca por vincular a produção teórica com a prática política dos movimentos sociais impulsiona Mariátegui – acompanhado por outros/as autores/as e movimentos sociais -

a criar a *Revista Labor* que funcionava como extensão obreira e sindical da *Revista Amauta*. Em que pese sua curta duração (1928 e 1929), este periódico alcançou difundir conhecimentos entre os grupos sociais populares "*con un criterio amplio y a la vez um contenido atractivo*" (MEJÍA, 1978, p. 405). Mais que um simples periódico de propaganda socialista, esta Revista demarcava uma forma de produzir conhecimentos a partir de uma metodologia da ação em conexão com as demandas e necessidades dos movimentos sociais. Nesta prática cognitiva, estavam fortemente envolvidos não só Mariátegui mas uma geração de intelectuais socialistas peruanos que, a partir de uma postura anti-dogmática e de uma inserção nos processos sociais concretos, alcançavam vincular os conhecimentos produzidos e a ação política dos sujeitos sociais.

Como salientado pelo sociólogo peruano José Manuel Mejía, a esta elaboração teórica inconclusa e original, os adeptos de interpretações socialistas e marxistas ortodoxas opunham o receituário acabado da Internacional Comunista. Com a morte de Mariátegui e a dispersão dos movimentos sociais e seus instrumentos, o Partido Socialista cede às pressões do movimento comunista internacional e se transforma em Partido Comunista, adotando uma linha ortodoxa e dogmática de produção intelectual que se limitava a assimilar a situação nacional à análise mais geral elaborado no estrangeiro (MEJÍA, 1978, p. 408/410). Abandona-se, também, os espaços de convergência com os movimentos sociais, rompendo a relação dos intelectuais com os grupos populares.

Aliás, o impulso a interpretações dogmáticas da corrente marxista foi uma tendência presente no crescente campo dos Partidos Comunistas na região, que traduzia uma irrestrita adesão às leituras da Internacional Comunista para a realidade latino-americana. Nesse sentido, tende-se a proliferar posturas intelectuais pouco críticas e problematizadoras que se negam a perceber as potencialidades da realidade e da história dos países e do sub-continente. A socióloga argentina Alcira Argumedo salienta que os principais teóricos e políticos marxistas se ligaram predominantemente aos espaços urbanos na busca pelo proletariado que deveria estar nas cidades, mantendo "*un sentido iluminista – positivo en última instancia – que los llevaría a despreciar las raigambres culturales y las tradiciones rebeldes de las clases populares, que componían una proporción decisiva de la población en los distintos países*" (ARGUMEDO, 1993, p. 170). Em muitos países, de fato, observa-se uma recepção positivista do arcabouço marxista, como é o caso emblemático de Luiz Carlos Prestes[119] no Brasil. Para essa

119 Luiz Carlos Prestes foi protagonista de importantes acontecimentos na história política brasileira. Pertencente ao Exército Brasileiro, em 1922, junto a outros tenentes, participou das mobilizações do Dezoito do Forte de Copacabana. Em 1924, liderou a Coluna Prestes, um grupo conformado inicialmente por militares e depois também por civis, que percorreu 25.000 km por 13 estados brasileiros, enfrentando as oligarquias e a concentração de riquezas no país.

interpretação, é necessário enquadrar o movimento histórico latino-americano nos estreitos caminhos das experiências prévias de revolução socialista. O resultado teórico dessa dinâmica, em breve síntese, é a compreensão de que a América Latina possuía uma realidade feudal e agrária, devendo ser realizada primeiramente uma revolução democrático-burguesa, de conteúdo anti-imperialista, para depois ser possível a revolução socialista[120].

3.2.2 A perspectiva nacional e latino-americana a partir de meados do século XX

A crise econômica mundial iniciada em 1929 se manifestou, de forma acentuada, na América Latina no transcurso da década de trinta. Diferente da produção industrial, a falta de mobilidade e elasticidade da produção agrária levou os países latino-americanos a uma profunda crise que envolveu diversos setores. Acentuou-se a tendência decrescente dos preços das matérias-primas de exportação latino-americanas e a tendência crescente dos preços dos artigos manufaturados procedentes do exterior, aumentando a assimetria das trocas com os países capitalistas centrais. O modelo agrário-exportador entra, assim, em crise e, junto a ele, a hegemonia oligárquica. Esses processos rebaixam ainda mais as condições de vida da maior parte da população latino-americana.

No plano político, a crise se expressa através de uma marcada instabilidade político-institucional[121] e da proliferação de movimentos nacionalistas, insurreições populares, revoltas camponesas, tentativas revolucionárias e diferentes movimentos sociais (VILABOY, 1989, p.

Possuía um pensamento marcadamente nacionalista e uma formação educacional liberal-positivista. Em 1930, após Astrojildo Pereira (fundador do Partido Comunista do Brasil - PCB) levar livros e materiais de Marx e Lenin para seu exílio no Uruguai, Prestes se torna comunista e se filia ao Partido em um momento de radicalização esquerdista e stalinista da Internacional Comunista. Sua formação educacional e seu percurso militar se associam às diretrizes do movimento comunista internacional e resulta em um pensamento dogmático que mescla a corrente positivista e a marxista e que sub-valoriza a realidade e a história latino-americana.

120 Para a construção e difusão desse posicionamento, foram espaços importante as I e II Conferências dos Partidos Comunistas da América Latina realizadas, respectivamente, em Buenos Aires, em 1929, e em Montevidéu em 1934. Nestas, a partir de interpretações rígidas do marxismo-leninismo e sob influência direta da Internacional Comunista, concluiu-se que a revolução social estaria conectada com a libertação nacional, sendo necessária a construção de uma frente popular anti-imperialista, destinada a combater a opressão externa e a construir reivindicações anti-feudais e democráticas (VILABOY, 1989, p. 86/89).

121 Hipólito Yrigoyen e o radicalismo caem na Argentina, Washington Luís no Brasil, Isidro Ayora no Equador, Florencio Harmodio Arosemena no Panamá, Carlos Ibañez no Chile, Augusto Leguía no Peru e Hernando Siles Reyes na Bolívia (ABELARDO RAMOS, 2014 [1968], p. 402).

88). Dentre estes, estão a sublevação dos trabalhadores, camponeses e indígenas salvadorenhos em 1932, com a ativa participação de Farabundo Martí; a breve implantação da República Socialista no Chile em 1932; a greve geral de trabalhadores que derrubou Gerardo Machado em Cuba em 1933; as vitórias do movimento de libertação na Nicarágua, sob o comando de Sandino, contra a ocupação norte-americana; a Revolução de 1930 no Brasil e as movimentações da Aliança Nacional Libertadora em 1935, dirigida por Luiz Carlos Prestes e Olga Benário; o contínuo ascenso dos movimentos femininos/feministas que reivindicavam igualdade de gênero, maior integração social das mulheres, notadamente o direito ao voto e à educação; bem como a emergência dos movimentos negros, em diferentes países como no Brasil e na Colômbia, exigindo melhoria das condições de vida e possibilidades de participação efetiva na política.

A crise mundial se acentua com a 2ª Guerra Mundial, entre 1939 e 1945, o que faz com que as sociedades latino-americanas experenciem momentos históricos nos quais os vínculos tradicionais com os centros do mercado capitalista mundial se encontram fragilizados (ABELARDO RAMOS, 2014 [1968], p. 401). Abrem-se, assim, possibilidades para um processo efetivo de industrialização nacional por substituição de importações (alimentos, vestuário, calçados e bens duráveis como móveis e produtos para o lar), que, em seguida, prossegue, em muitos países, para outras áreas de interesse estratégico, como a siderurgia, a indústria química e a energia, bem como envolve o investimento em atividades relacionadas à educação, ao transporte, à infra-estrutura e à urbanização. Por outro lado, a pressão da crescente ação contestatária dos diferentes grupos sociais por participação política e por maior integração impele em direção à construção de alianças sócio-políticas mais amplas, ao mesmo tempo em que as contradições entre a oligarquia agrário-comercial e a burguesia industrial se acirram provisoriamente. Levando em conta a conjuntura internacional e a tensa situação interna, na maior parte dos países, com diferentes composições, chegam aos Estados latino-americanos projetos nacionalistas fundados em pactos sociais menos excludentes (MARINI, 1994a, p. 32/33).

A consolidação desses projetos que preveem a incorporação das classes trabalhadoras em um horizonte dignificante da nação se expressa através da constituição de Estados desenvolvimentistas que, por um lado, possuem um papel central na dinamização da industrialização e do crescimento econômico nacional e, por outro lado, impulsionam políticas de emprego, salários, educação, saúde, moradia, seguridade social, proteção ao trabalho e benefícios sociais. Estas políticas foram a base real que sustentou as amplas alianças com a

classe trabalhadora[122] e parte da pequena burguesia e que começou a constituir um mercado interno e local para os produtos industrializados nacionais (OSORIO, 2014, p. 236/237).

Esses projetos geraram enfrentamentos às diretrizes imperialistas para a região, principalmente no bojo da Guerra Fria e nos momentos posteriores à vitoriosa Revolução Comunista Chinesa de 1949, e propiciaram a radicalização da perspectiva nacionalista e anti-imperialista. Alguns exemplos dessa radicalização por parte dos grupos sociais populares são: as insurreições populares e os movimentos de libertação nacional da Guatemala, que derrubaram o ditador Jorge Ubico em 1944 e elegeram posteriormente Jacobo Arbenz em 1951, o qual, com amplo apoio popular, adotou políticas avançadas como a reforma agrária e tomou medidas desenvolvimentistas no campo econômico, de diversificação produtiva, e protetivas voltadas para a classe trabalhadora e para os indígenas. Contrariou, assim, os interesses dos países centrais e das empresas multinacionais, notadamente a *United Fruit Company*, o que ocasionou um golpe de estado com o decidido apoio militar norte-americano em 1954 (VILABOY, 1989, p. 124/125). Outro caso emblemático é a constituição, na Bolívia, do Movimento Nacional Revolucionário (MNR) e a posterior Revolução Boliviana de 1952, com ampla participação dos grupos sociais populares, notadamente dos trabalhadores mineiros, o que possibilitou a realização de medidas avançadas como a nacionalização das minas e a reforma agrária.

Nesse contexto e em meio a uma série de ações que buscavam promover a integração e o desenvolvimento nacional dos diferentes países, parte da intelectualidade latino-americana se viu compelida a contribuir na construção das mudanças em suas sociedades. Compartilhava-se uma percepção de que os/as latino-americanos/as, em suas dinâmicas nacionais, viviam um momento histórico excepcional no qual todos os esforços deveriam ser feitos para que cada nação pudesse alcançar melhorias significativas nos diferentes planos da vida social. Isso ocasionou um importante debate público acerca dos rumos societários dos países latino-americanos, o que foi acompanhado por uma crítica às facetas conservadoras do positivismo e do cientificismo (CASANOVA, 1978).

Surgem, assim, importantes trabalhos historiográficos que empreendem esforços para re-interpretar a história dos diferentes países para compreender os problemas vividos e

122 É inegável que o processo de industrialização fortaleceu os grupos sociais populares, notadamente a classe trabalhadora, ao expandir os setores de trabalho formal e as possibilidades de participação política, propiciando o fortalecimento dos movimentos sociais dentre os quais os sindicatos e partidos políticos.

vislumbar os caminhos da transformação social[123]. A partir de marcos críticos e marxistas, encontram-se os trabalhos do brasileiro Caio Prado Júnior (1907-1990), do trinidino-tobaguiano Eric Williams (1911-1981), do argentino Sergio Bagú (1911-2002) e do chileno Marcelo Segall (1920-1973). Estes teóricos rompem com a interpretação dominante, marcadamente eurocentrada, no pensamento social latino-americano sobre um passado – e um presente - colonial escravista e supostamente feudal. Alcançam a compreensão de que a estrutura econômica dos países latino-americanos já se encontrava integrada ao mercado mundial desde a conquista europeia, possuindo a economia colonial um caráter capitalista e um papel central tanto na acumulação primitiva de capital quanto no funcionamento do mercado mundial. Assim, a partir de uma acurada revisão da história dos países e da região, estes teóricos caracterizarão a inserção subordinada das formações socioeconômicas latino-americanas no funcionamento capitalista mundial.

O brasileiro Caio Prado Júnior, em seu livro *Formação do Brasil Contemporâneo* (1975 [1942]), analisou a trajetória colonial do Brasil associada à da América e, a partir da acurada revisão da produção, da vida social e da organização política brasileira, sustentou o caráter mercantil e escravista da empresa colonial, isto é, uma empresa voltada para o mercado externo e sustentada pelo trabalho escravo. Demonstrou os impactos negativos da vinculação da colônia às necessidades e às flutuações do comércio e da conjuntura internacional. Entendeu, assim, que a economia brasileira se assentava em bases precaríssimas, vez que seu funcionamento é destinado a suprir objetivos externos, não contando "*com forças próprias e existência autônoma*" (PRADO JÚNIOR, 1975 [1942], p. 128). Asseverou que a escravidão moderna foi uma criação dos países europeus para viabilizar seus negócios comerciais, gerando consequências devastadoras para os continentes africano e americano e obrigando que os povos europeus pusessem de lado "*todos os princípios e normas essenciais em que se fundava a sua civilização e cultura*" (*op. cit.*, p. 271).

Por sua vez, Eric Williams verificará o papel da escravidão e do tráfico de escravos que conectava Europa, África e América Latina – no caso analisado por Williams a América caribenha – na formação do capitalismo e na constituição do capital que financiou a Revolução Industrial na Inglaterra. Demonstrou os enormes lucros obtidos por essa potência no tráfico negreiro a partir da África e a existência de um *comércio triangular* que representou uma

123 O teórico Eric Williams de Trinidad Tobago destaca a importância da tarefa da revisão histórica e assevera, em seu livro Capitalismo e Escravidão, que "cada época reescreve a história, mas particularmente a nossa, que foi forçada pelos acontecimentos a reavaliar nossas concepções de história e de desenvolvimento econômico e político" (WILLIAMS, 1975 [1943], p. 1).

contribuição fundamental para o desenvolvimento industrial da potência inglesa, ao proporcionar um estímulo triplo à indústria britânica: "*o navio negreiro zarpava da metrópole com uma carga de artigos manufaturados. Estes eram trocados com lucro, na costa da África, por negros, que eram traficados nas plantações, com outro lucro, em troca de uma carga de produtos coloniais a ser transportados para a metrópole*" (WILLIAMS, 1975 [1943], p. 57/58). Assim, envolvia, por um lado, a produção de mercadorias na Europa para exportação e, por outro, o tráfico negreiro e a produção de riquezas e de matérias-primas nas colônias latino-americanas, tais como minério, açúcar, algodão e tabaco. Nesse sentido, Eric Williams sustentou que, após o capitalismo industrial se constituir com a contribuição do comércio triangular, este exigiu, para sua expansão, a abolição do monopólio, do tráfico negreiro e da escravidão. Desse modo, contestou as supostas razões humanitárias inglesas que teriam fundamentado as diretivas abolicionistas. Eric Williams - influenciado pela corrente teórica marxista, mas sobretudo empenhado na construção de uma perspectiva nacionalista caribenha - logrou comprovar que o desenvolvimento europeu não foi fruto de fatores internos e ações estatais acertadas, mas, pelo contrário, é explicado pela sujeição dos continentes africano e americano em uma saga de horrores, exploração e opressão.

Na mesma direção, o argentino Sérgio Bagú, em suas duas obras *Economia de la sociedad colonial* ([1949] 1992) e *Estructura Social de la Colonia* (1952), tendo como unidade de análise a América Latina, parte sua investigação econômica e social das sociedades indígenas pré-colombianas e afirmará contundentemente que, após a conquista europeia, o que surgiu na América espanhola e portuguesa não foi feudalismo, mas sim capitalismo colonial. Nas palavras do argentino, "*lejos de revivir el ciclo feudal, América ingresó con sorprendente celeridad dentro del ciclo del capitalismo comercial, inaugurado ya en Europa, al cual contribuyó a dar vigor asombroso, haciendo con ello posible la iniciación del capitalismo industrial, siglos más tarde*" (BAGÚ, 1952, p. 43). Esse entendimento faz com que Bagú sustente a originalidade ou o *perfil equívoco* do capitalismo colonial, o qual deve ser compreendido a partir dessas particularidades. Por sua vez, o chileno Marcelo Segall, em seu livro *Desarrollo del capitalismo en Chile*, a partir de uma acurada análise dos ciclos econômicos das mercadorias chilenas e das relações de produção presentes tanto na atividade mineira quanto na agrícola, afirma que o desenvolvimento capitalista no Chile "*arranca desde la conquista española"* (SEGALL, 1953, p. 33). Sustenta que tanto a mineração como a agricultura possuem as características desse sistema de relações de produção, no entanto com diferenças e particularidades essenciais, uma vez que, durante o período colonial, é um tipo de capitalismo que corresponde a esta etapa. Essa interpretação permitiu uma leitura ampla da história do movimento dos trabalhadores no Chile,

o que Segall faz na parte final deste livro. A irrestrita adesão ao método marxista, marcado por sua proximidade às vertentes trotskistas, não o impediu de apreender as dinâmicas particulares da história latino-americana[124].

Esse esforço de análise histórica vem associado a iniciativas de recuperação de nossa trajetória de resistência e de luta, através da retomada, por um lado, de momentos históricos revolucionários e, por outro, das diferentes formas de contestação social, movimentos e organizações. Isso localizado em uma vasta análise sócio-histórica com o explícito objetivo de buscar as potencialidades da organização da vida social pré-invasão europeia e da resistência às opressões, no interior dos desafios colocados pela perspectiva de construção de uma outra sociedade. Um exemplo emblemático são os escritos do trinidino-tobaguiano Cyril Lionel Robert James (1901-1989) sobre a invisibilizada e heroica *Revolución de Saint-Domingue* (1791-1804) ou como ficou conhecida Revolução Haitiana de 1804 (2010 [1938]). Nela, este autor analisa, a partir da história e dos movimentos das forças socioeconômicas da época, o movimento de massas gestado pelos negros escravizados no Haiti, o processo de insurgência, a atuação dos dirigentes, principalmente de Toussaint L'Ouverture, e sua relação com as massas. Esse livro contesta incisivamente a ideia de uma suposta passividade negra na escravidão e foi central para a retomada das matrizes de pensamento da resistência negra.

Nesse contexto e também apoiando-se no exemplo histórico da Revolução Haitiana, surge, com participação ativa do martinicano Aimé Césaire (1913-2008), a noção de *Negritude* que alimenta um amplo movimento teórico e político mundial que busca articular os negros e as negras espalhadas violentamente pelo mundo por meio da construção de uma identidade social apoiada na história e na cultura da África. Almeja-se, assim, por meio da afirmação da raça como construção social concreta, desmistificá-la e derrotar o racismo (MOORE, 2010, p. 19). É um movimento que dá seguimento ao pan-africanismo presente nos movimentos negros desde o início do século XX, dotando-o de caráter cultural e assumindo a raça como estratégia de afirmação e de luta. Aimé Césaire, por meio da poesia em sua obra *Cahier d'um retour au pays natal* (1956 [1939]), será o primeiro a articular essa noção que se transformará em uma

124 O caminho da revisão histórica será percorrido por inúmeros/as pensadores/as e militantes nas décadas seguintes, com destaque para o paraguaio Oscar Creydt, com sua obra Formación Histórica de la Nación Paraguaya (2010 [1963]), para o argentino Jorge Abelardo Ramos, com seu livro História da Nação Latino-americana (2014 [1968]), e para a brasileira Emília Viotti, com sua obra Da senzala à colônia (1989 [1966]).

"*formidável arma teórica de reivindicação coletiva, racialmente grupal, em prol da grande mudança social*" (MOORE, 2010, p. 18; CÉSAIRE, 2010 [1987])[125].

Profundamente comprometidos com a transformação substantiva de suas sociedades, estes autores participaram ativamente da vida política de seus países, sendo a maior parte deles membros de movimentos sociais[126]. Suas análises, que também são expressões desses processos organizativos, buscavam prioritariamente orientar a ação política de sua militância e de movimentos coletivos e populares. Ou seja, um pensamento perpassado pela experiência prática militante e pela responsabilidade da prática coletiva. Assim, não incorporaram as matrizes e correntes teórico-práticas europeias – principalmente a corrente marxista -, bem como seus caminhos revolucionários, contrariando ou negando o passado latino-americano, mas as incorporaram para compreender as potencialidades da história e da realidade da região[127]. Em

125 O cubano Carlos Moore esclarece que foi fundamental, para a construção da noção de negritude e do movimento teórico-político posterior, a ação conjunta e militante de Aimé Césaire, do guianês Léon-Gontran Damas (1912-1978) e do senegalês Léopold Sédar Senghor (1906-1980) – que posteriormente, entre 1960 e 1980 -, foi presidente de Senegal (MOORE, 2010, p. 9). Os três militaram juntos na França a partir da década de 1930, o que foi central para a conformação de uma perspectiva anti-colonialista e anti-imperialista. Posteriormente, Aimé Césaire se filia ao Partido Comunista Francês.

126 O brasileiro Caio Prado Júnior era membro do Partido Comunista do Brasil (PCB) e foi um crítico incisivo à atitude teórica colonialista e mecânica nos setores da esquerda brasileira (PRADO JÚNIOR, 1966). O paraguaio Oscar Creydt fundou o Partido Comunista Paraguaio (1933) e teve uma trajetória militante ativa, que o levou a ser protagonista de diferentes movimentos no Paraguai. Por suas interpretações e direcionamentos políticos, além de uma campanha de ofensas e desgastes, chegou a ser sequestrado em Moscou, em 1965, pelo Partido Comunista da URSS, a fim de viabilizar, com a ajuda do Partido Comunista Argentina e de seu dirigente Victorio Codovilla, uma intervenção no PC no Paraguai (CREYDT, 2010 [1963], p. 29/30). Por sua vez, C. L. R. James manteve uma longa trajetória militante em movimentos de esquerda, notadamente em grupos trotskistas, na Europa, na África e nos Estados Unidos e participou da luta pela independência de Trinidad Tobago; é considerado uma das principais referências da luta anti-colonial radical e do pan-africanismo. Foi C.L.R. James que levou Eric Williams, ambos negros e provenientes de famílias pobres de Trinidad Tobago, a entrar em contato tanto com as matrizes de resistência quanto com os movimentos de esquerda; em seu retorno a Trinidad, dava aulas nas praças públicas como método para socialização do conhecimento e foi um dos protagonistas do movimento pela emancipação de Trinidad Tobago. Nesse caminho, fundou o Partido Movimento Nacional do Povo (1955) e foi o Primeiro Ministro de Trinidad Tobago entre 1962 e 1981 (antes da independência, de 1956 a 1959, foi ministro-chefe e, de 1959 a 1962, foi premiê do país na Federação das Índias Ocidentais). O argentino Sérgio Bagú foi dirigente estudantil e presidente da Federação Universitária Argentina em 1930-1931, sendo da 2ª geração Reforma de Córdoba. Manteve uma forte militância acadêmica e próximo contato com organizações e movimentos. No mesmo sentido, a professora Emília Viotti foi professora da Universidade de São Paulo (USP) e, por sua militância e engajamento político contra a ditadura militar no Brasil, foi presa.

127 A única exceção parcial aqui, no que diz respeito à visualização de potencialidades na história latino-americana, é o brasileiro Caio Prado Júnior que, nesse momento e na obra Formação do Brasil Contemporâneo, demonstra um olhar ainda racista para a compreensão da presença e da resistência negra e indígena na América Latina. Em que pese sustentar que a escravidão moderna foi um dispositivo criado pelos países europeus para a sustentação de seus negócios e para a garantia de seus lucros, Caio Prado despreza a capacidade cultural e intelectual dessas massas escravizadas, reproduzindo, de maneira eurocêntrica, juízos racistas e ideologicamente dirigidos. Essa é a inspiração para, por exemplo, o seguinte trecho: "[...] Não se trata apenas da eliminação étnica que preocupara tanto os "racistas" brasileiros, e que, se demorada, se fêz e ainda se faz normal e progressivamente sem maiores obstáculos. Não é este aliás o aspecto mais grave do problema, aspecto mais de "fachada", estético, se quiserem: em e de certa forma até poderá ser considerada vantajosa. O que pesou muito mais na formação brasileira é o baixo nível destas massas escravizadas que constituirão a imensa maioria da população do país. No momento que nos ocupa, a situação era naturalmente muito mais grave. O tráfico africano se mantinha, ganhava até em volume, despejando ininterruptamente na colônia contingentes maciços de populações semibárbaras. O que resultará daí não poderia deixar de ser este aglomerado incoerente e desconexo, mal amalgamado e repousando em bases precárias que é a sociedade colonial brasileira. Certas consequências serão mais salientes: assim o baixo teor moral nela reinante, que se

função das interpretações efetivadas e das posições ocupadas, foram protagonistas de duros enfrentamentos no interior do movimento revolucionário latino-americano. Apesar disso, referidas produções teóricas foram centrais e emblemáticas para que a história do continente começasse a ser reescrita a partir de uma perspectiva crítica, para que os problemas sociais fossem compreendidos em sua profundidade histórica e para que se vislumbrasse soluções que expressassem a superação real das situações enfrentadas pelos povos latino-americanos.

Sob outro vértice, esse impulso nacionalista forja, na filosofia, um movimento de recuperação do pensamento social latino-americano, a partir de um olhar atencioso e generoso para a criatividade e a originalidade das recepções teóricas dos marcos estrangeiros. Sob influência da corrente historicista e das ideias do espanhol Ortega y Gasset[128] e em enfrentamento à corrente positivista, o mexicano Leopoldo Zea e o argentino Francisco Romero articulam filósofos de toda região para realizar uma autorreflexão da produção filosófica latino-americana, levando em conta as circunstâncias e a realidade regionais (CARVALHO, 2010, p. 269). Encaram os conhecimentos produzidos como produtos de uma experiência humana legítima e não apenas em consideração à experiência europeia e em comparação às teorizações na Europa. Conforma-se, assim, o movimento latino-americano da *História das Ideias* a partir da década de 1945. Para isso, foi central uma viagem realizada por Leopoldo Zea pelo continente durante os anos quarenta, na qual foi articulando toda uma geração de pensadores/as em torno da tarefa de recuperar, revalorizar e compreender nosso passado filosófico, dentre os quais: o peruano Francisco Miró Quesada (1918-), os argentinos Francisco Romero e José Luis Romero (1909-1977), o uruguaio Arturo Ardao (1912-2003), o brasileiro João Cruz Costa (1904-1978), o chileno Enrique Molina (1871-1964); o boliviano Guillermo Francovich (1901-1990); os colombianos Danilo Cruz Vélez (1920-2008) e Germán Arciniegas (1900-1999), o

verifica entre outros sintomas na relaxação geral de costumes, assinalada e deplorada por todos os observadores contemporâneos, nacionais e estrangeiros. Bem como o baixo nível e ineficiência do trabalho e da produção, entregues como estavam a pretos boçais e índios apáticos. O ritmo retardado da economia colonial tem aí uma de suas principais causas" (PRADO JÚNIOR, 1972 [1942], p. 276/277). Essa posição reproduz o racismo preponderante no pensamento social brasileiro na década de 1940, mas também reproduz a tendência do processo de incorporação das correntes marxistas na América Latina de representar uma ruptura com as matrizes de resistência existentes no meio popular. Isso é acentuado pela posição social privilegiada ocupada por Caio Prado Júnior que o privou de um convívio livre com as classes populares. Como aduz Alcira Argumedo, as correntes críticas de pensamento incorporadas acriticamente na América Latina pretenderam gerar uma ruptura com as tradições populares, "como modo de construir consensos para proyectos políticos y modelos sociales que pretendían instaurarse 'contra su pasado'" (ARGUMEDO, 1993, p. 175).

128 O mexicano Leopoldo Zea salienta que o movimento latino-americano de história das ideias, em que pese utilizar categorias do historicismo e do idealismo, se difere fundamentalmente destes, na medida em que possui traços próprios característicos das situações de dependência pelas quais passaram os países da América Latina e principalmente da consciência contemporânea da lógica que perpassou a assimilação das ideias na região, que envolve inclusive, para Zea, a justaposição de realidades a partir da negação de nosso passado e sociedade (ZEA, 1978, 6/8).

equatoriano Benjamin Carrión (1897-1979) e o venezuelano Mariano Picón Salas (1901-1965). Após os primeiros trabalhos realizados em cada país, a rede de investigadores e pensadores foi ainda mais ampliada, destacando-se a participação da porto-riquenha Monelisa Pérez Marchand (1918-2006) e do argentino Arturo Andrés Roig (1922-2012).

Essa rede realizou seminários e encontros que proporcionaram um profícuo trabalho coletivo que foi consolidando, inclusive em termos teórico-metodológicos, o movimento e que progressivamente foi impulsionando a associação entre o projeto da história das ideias e a perspectiva de autoafirmação nacional e continental (CARVALHO, 2012, p. 221). Desse modo, o movimento sustentou o caráter original e legítimo da filosofia latino-americana que teria se ocupado, em seus diferentes momentos, em solucionar problemas concretos da região, assimilando com acento próprio o pensamento europeu, mesmo que cometendo erros ao buscar a construção de cópias de ordens estranhas à nossa realidade. Seriam, assim, diferentes expressões filosóficas da realidade latino-americana que se pretendia transformar, razão pela qual muitos/as teóricos/as negaram a história e/ou a realidade da região por considerá-la imprópria e alheia (ZEA, 1978, p. 6). A partir dessa avaliação, o movimento projeta-se para o presente e o futuro com a tarefa de criar e/ou consolidar uma filosofia da libertação da América Latina para pôr fim a situações de dependência através da qual foi se expressando o pensamento latino-americano (ZEA, 1965, p. 2; BONDY, 1968). Para o autor mexicano, trata-se de um reflexo da consciência nacionalista e anti-imperialista, que é também consciência das diversas formas de dependência impostas e adotadas na região, que surgiu nos povos latino-americanos que buscam destruir as formas de dominação próprias do mundo ibérico e ocidental.

Para isso, em termos teórico-metodológicos, Zea desenvolve, desde 1949, a noção de *compromisso* como fundamento para a produção teórica (ZEA, 1952 [1948]). Esse compromisso leva inicialmente os filósofos e intelectuais à realidade latino-americana para, tomando consciência de sua situação concreta e de sua dependência, se converter em compromisso com a transformação das sociedades latino-americanas e com a libertação de seus povos oprimidos[129]. Leopoldo Zea e o movimento latino-americano da história das ideias

129 Posteriormente, a Filosofia da Libertação foi assumida como projeto por outras gerações de filósofos/as. Ressalte-se o grupo de filósofos/as argentinos/as, a partir da década de 1970, que, sob influência de Arturo Roig, continuaram a desenvolver um "saber de libertação" de viés latino-americanista, agora conectado ao homem latino-americano pobre, marginalizado e espoliado para, a partir daí, alcançar o "modelo de la futura sociedad humana" (ARDILES et al, 1973, p. 5/6). Dentre estes/as, estavam Enrique Dussel, Horário Cerrutti, Osvaldo Ardiles e María Elena Rodríguez Ozán. Cumpre salientar que as diferentes gerações da História das Ideias Latinoamericanas construíram algumas "recomendaciones metodologicas" em 1974, que foram aprovadas em 1982 por um seminário internacional do campo, segundo as quais os/as filósofos/as devem: "a) Partir de una concepción de la idea entendida como un elemento significativo que integra una estructura más amplia, con todas las connotaciones de este último término (económicas, políticas, etc.), dando cabida, además de las ideas en sus diversas manifestaciones: filosomemas, vivencias, ideologías, concepciones del mundo, etc. b) Aplicar un tratamiento dialéctico a la historia de las ideas, subrayando principalmente dos aspectos: la conveniencia de encararla desde nuestro presente y la necesidad de señalar a la vez los

contribuem para uma intensa atuação militante no âmbito acadêmico regional, em conexão com as disputas e os antagonismos existentes na sociedade latino-americana.

Contudo, o principal debate teórico e prático, nas décadas de 1950 e 1960, na América Latina gira em torno das possibilidades e dos obstáculos ao desenvolvimento. Isso para compreender o suposto paradoxo entre a crescente industrialização da região e a permanência de uma economia subdesenvolvida e de um quadro social devastador, além de novas questões que os desafios das mudanças sociais traziam para o campo teórico e intelectual. Esse debate, como visto, partia de amplas alianças nacionais que incluíam, com diferentes intensidades e compromissos, grupos sociais ligados à burguesia industrial, à oligarquia agrário-exportadora, à pequena-burguesia urbana e à classe trabalhadora. Para cada um destes, o desenvolvimento era compreendido de uma forma e as respostas para as perguntas: como, para que e para quem a política desenvolvimentista variavam consideravelmente. Com isso, os projetos nacionalistas em construção se articularam em direções divergentes e, muitas vezes, conflitantes. Esses movimentos correspondem, de maneira articulada, à intensidade das lutas e antagonismos entre os grupos sociais, dos conflitos internos de cada classe[130] e dos enfrentamentos com as diretrizes imperialistas dos países centrais, em cada momento histórico.

Em que pese a dinamicidade dessa construção, é possível identificar inicialmente dois principais campos de debate teórico, que oferecerão posteriormente importantes zonas de interseção, inclusive pela diversidade das posições teóricas internas que refletem diferentes matrizes e correntes de pensamento. Por um lado, os Estados latino-americanos e as frações da burguesia nacional adotaram uma perspectiva nacionalista burguesa ou desenvolvimentista, que tinha, nas sociedades industrializadas centrais, um horizonte a ser alcançado. Entendia-se que o caminho para o desenvolvimento era um *continuum* e uma possibilidade aberta a todos os países. Neste percurso, as nações da América Latina se encontravam atrasadas em relação

condicionamientos sociales y el poder transformador de las ideas; c) No abordar la historia de las ideas como historia académica, abriéndose a la incoporación de las ideas y en particular de los grandes movimientos de liberación e integración latinoamericana, frente a las ideologías de dominación; d) Encarar la historia de las ideas no a partir de campos epistemológicos (filosofía, pedagogía, etc.), sino de problemas concretos latinoamericanos y las respuestas dadas a cada uno de ellos desde aquellos campos; e) Tratar todo desarrollo de historia de las ideas latinoamericanas a partir del supuesto de la unidad del proceso histórico de Latinoamérica; j) Ir más allá de la historia de las ideas de tipo nacional y avanzar hacia uno más amplio de regiones continentales, sin olvidar el supuesto señalado antes; g) Señalar en lo posible la función de las influencias en relación con los procesos históricos propios; h) Dar preferencia a la historia de las ideas entendida como historia de la conciencia social latinoamericana" (ROIG, 1993 [1984], p. 61, grifos nossos).

130 Bresser-Pereira (1979, p. 272-274) ressalta que até meados da década de 1950 a perspectiva da necessidade da industrialização do Brasil estava longe de ser um consenso, havendo importantes grupos sociais ligados ao setor primário-exportador que defendiam a "vocação agrícola" do país.

àquelas economias avançadas[131], sendo que o motor de aceleração para a ascensão desenvolvimentista era, justamente, a industrialização e o ator protagonista da mesma a burguesia nacional, com participação ativa do Estado. Esse projeto envolvia uma mudança qualitativa na organização da economia dos países latino-americanos e uma melhoria das condições de vida da população, o que garantiria mercado interno para as mercadorias produzidas.

Trata-se de uma interpretação dualista das sociedades latino-americanas segundo a qual existiria uma parte da sociedade que seria moderna e desenvolvida e outra porção que seria arcaica e atrasada, sendo os problemas do subdesenvolvimento, em geral, atribuídos à parte arcaica que não se moderniza (IANNI, 1976, p. 52/53). Essa era a posição, em linhas gerais, de grande parte dos intelectuais da Comissão Econômica para a América Latina (CEPAL), criada em 1948 como uma das cinco comissões regionais das Nações Unidas (ONU), e do Instituto Superior de Estudos Brasileiros (ISEB), criado em 1955 pelo governo brasileiro[132]. Ambos os espaços tiveram participação ativa na formulação dos projetos de desenvolvimento em curso nos países da região e envolveram uma parte importante da intelectualidade desses países, com destaque, no ISEB, para os brasileiros Hélio Jaguaribe, Guerreiro Ramos, Nelson Werneck Sodré, Álvaro Vieira Pinto e Cândido Mendes de Almeida e, na CEPAL, para o argentino Raúl Prebisch, o brasileiro Celso Furtado, a brasileira Maria da Conceição Tavares e o chileno Aníbal Pinto.

Uma das diferenças centrais entre estes dois organismos, que deve ser demarcada desde já, repousou prioritariamente no entendimento sobre o alcance e o significado do imperialismo para os países latino-americanos, o que ocasionou diferenças em relação à política de desenvolvimento a ser colocada em prática. Em que pese as diferenças internas, para o ISEB, pelo menos depois de 1960[133], o desenvolvimento deveria ser uma política nacionalista, com a

131 Para o professor Christian Lynch (2013, p. 745), a antiga classificação entre civilização e barbárie foi substituída por diferentes graus de desenvolvimento. Contudo, para a CEPAL, o subdesenvolvimento era um fenômeno novo e exigia interpretações renovadas, tendo em vista a expansão da economia mundial e a difusão do progresso tecnológico (MARINHO, 1988, p. 102).

132 Desde 1953, existe o Instituto Brasileiro de Economia, Sociologia e Política (IBESP), no qual já participavam a maior parte dos membros do ISEB que conformavam anteriormente um grupo de estudos denominado Grupo Itatiaia no Rio de Janeiro.

133 No final da década de 1950, o ISEB passou por uma crise interna em virtude da qual saiu o teórico Hélio Jaguaribe e outros que criticavam o radicalismo nacionalista que, segundo eles, impedia ou dificultava a entrada de capitais estrangeiros que poderiam contribuir no desenvolvimento nacional. Para Jaguaribe, o problema dos capitais estrangeiros consistiria em neutralizar os seus inconvenientes (efeitos espoliativo, cambialmente deficitário e colonizador) para que o país pudesse se beneficiar das vantagens de seus investimentos (JAGUARIBE, 2013 [1958], p. 269/272). Com fortes conexões com o empresariado

participação de capitais nacionais, marcada pela busca da efetivação plena da soberania. Nesse sentido, o investimento estrangeiro dificultaria o desenvolvimento industrial autônomo, por este estar direcionado e vinculado à produção agrário-exportadora. Já, para a CEPAL, o recurso aos capitais estrangeiros e à cooperação internacional não restringiria a política de desenvolvimento, pelo contrário seria benéfico como meio introdutor de progresso tecnológico, estimulando a industrialização. Seria apenas necessário um controle na admissão desses capitais a fim de evitar tendências contrárias à autonomia nacional. Em função disso é que a CEPAL acolhe, em seus termos gerais, a partir de 1961, o programa norte-americano da Aliança para o Progresso que oferecia financiamento a algumas reformas internas consideradas, pelos Estados Unidos, prioritárias na realidade latino-americana.

Assim, a conformação de um projeto nacional vinculado ao enfrentamento ao imperialismo leva o ISEB a uma posição comprometida com a construção de uma convergência social e política em torno dessa diretiva, que possui como elemento dinâmico a burguesia nacional mas que inclui ativamente a classe trabalhadora[134]. Esse fato é que justifica a diversidade interna do ISEB que aglutinou teóricos sob influência de diferentes matrizes e correntes teórico-práticas em torno de sua perspectiva nacionalista. Isso explica, por exemplo, a participação de Nelson Werneck Sodré que, a partir da corrente marxista e das leituras do Partido Comunista do Brasil (PCB) naquele momento, entendia que era necessário, primeiramente, uma revolução democrático-burguesa de viés nacionalista para eliminar os restos feudais da realidade brasileira para depois ser possível a transformação socialista

nacional, Jaguaribe possuía uma marcada influência hegeliana que fundamentava sua ideia de desenvolvimento. Para ele, este é sempre um processo histórico-social de crescente racionalização (p. 16), que teria começado com a perseguição racional, pelos indivíduos, de seus fins próprios no plano econômico, conduzindo, ao final, ao desenvolvimento da sociedade em conjunto (JAGUARIBE, 1972 [1962], p. 15/16).

134 Essa perspectiva é facilmente percebida pela edição e publicação, pelo ISEB em parceria com a editora Civilização Brasileira, dos Cadernos do Povo Brasileiro, a partir dos quais buscava-se produzir conhecimentos para o diálogo e a formação política dos grupos sociais populares, com uma linguagem simples e uma dinâmica mobilizadora. Os Cadernos foram publicados entre 1962 e 1964, contaram com a participação de diferentes intelectuais e militantes e trataram de problemas centrais para o país e os movimentos sociais, tais como: "Por que os ricos não fazem greve?" de Álvaro Vieira Pinto (1962), "Quais são os inimigos do povo?", de Theotônio dos Santos (1962), "Quem dará o golpe no Brasil?" de Wanderley Guilherme dos Santos (1962), "Vamos nacionalizar a indústria farmacêutica?" de Maria Augusta Tibiriçá Miranda (1963), "Como planejar nosso desenvolvimento?" de Helga Hoffmann (1963), "O que é reforma agrária?" de Paulo Schilling. (1963), "Como atua o imperialismo ianque?" de Sylvio Monteiro (1963). O objetivo das publicações, segundo seu texto de apresentação, é: "os grandes problemas de nosso país são estudados nessa série com clareza e sem qualquer sectarismo: seu objetivo principal é o de informar. Somente quando bem informado é que o povo consegue emancipar-se". Em parceria com os Centros Populares de Cultura da União Nacional dos Estudantes (CPC - UNE), os cadernos foram publicados em sua versão Violão de Rua que continha também poemas. Esse formato e o trabalho político da UNE pelo país propiciaram a ampla divulgação e popularização dos textos. A publicação dos Cadernos foi interrompida com o golpe militar em 1964 no Brasil.

(WERNECK SODRÉ, 1978 [1954-1956])[135]. Essas posições conviviam, nem sempre harmonicamente, com a ferrenha crítica ao marxismo-leninismo comunista de Guerreiro Ramos que reivindicava um projeto nacional revolucionário autenticamente brasileiro a partir da organização do povo como principal sujeito da sociedade política (RAMOS, 1961, p. 69; 1963, p. 166). Isso ao lado do marxismo hegeliano e nacionalista de Álvaro Vieira Pinto e sua perspectiva de generalização da consciência crítica no país.

Assim, o ISEB acaba por expressar e por se conectar com a perspectiva e as demandas da classe trabalhadora daquele momento, o que se acentua com a chegada de João Goulart ao aparato estatal brasileiro. Este presidente impulsionado por um nacional-trabalhismo, de viés anti-imperialista, propôs uma plataforma de diferentes reformas de base na direção de mudanças profundas da sociedade brasileira e pretendeu construir um governo com participação política ativa dos grupos sociais populares[136]. Foi, nesse contexto, que se iniciaram os trabalhos de Paulo Freire junto ao governo brasileiro na alfabetização de jovens e adultos e na construção de um Plano Nacional de Alfabetização que, a partir de 1963, viabilizaria a aplicação de seu método de educação popular em todo o país, com a criação de 20.000 (vinte mil) Círculos de Cultura (1975 [1965], p. 101/122)[137]. Tal método se constituía ao mesmo tempo como um

135 Cumpre salientar que, de acordo com Sodré, trata-se de uma revolução democrático-burguesa de novo tipo, na qual "a componente burguesa não terá condições para monopolizar os proventos da revolução" (1978 [1954-1956], p. 210). Em função dessa interpretação, para ele, se caracteriza como povo, naquele momento histórico, no Brasil, "o conjunto que compreende campesinato, o semiproletariado, o proletariado, a pequena burguesia e as partes da alta e média burguesia que têm seus interesses confundidos com o interesse nacional e lutam por este. É uma força majoritária inequívoca. Organizada, é invencível [...]. Estão excluídos do povo, pois, nesta fase histórica, e agora para sempre, enquanto classes, os latifundiários, a alta burguesia e a média burguesia comprometidos com o imperialismo, como os elementos da pequena burguesia que o servem" (*op. cit.*, p. 208/209).

136 O antropólogo brasileiro Darcy Ribeiro que foi chefe da Casa Civil e coordenador das campanhas pelas reformas de base do governo de João Goulart (Jango) relata que ambos acreditavam que o socialismo era uma "progressão do trabalhismo através da incorporação do campesinato ao sistema econômico e político brasileiro pela reforma agrária e através do controle das multinacionais" (RIBEIRO, 2010, p. 44). Por meio de um governo nacionalista, esse seria o caminho brasileiro para a revolução social, não "uma revolução cerebrinamente socialista, mas concretamente socialista, porque pós-capitalista, pela impotência do capitalismo para promover uma prosperidade generalizável" (ibidem, p. 44). Narra que Jango cuidou durante anos de preparar os trabalhistas, através do Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), para o co-exercício do poder, convertendo dirigentes sindicais e de esquerda em quadros políticos nacionais. Nesse sentido, o trabalhismo pode ser considerada uma importante corrente teórico-prática da matriz de pensamento dos trabalhadores latino-americanos, ao lado do marxismo e do anarquismo. Em sentido próximo ao trabalhismo brasileiro, de cunho nacionalista sem pretensões revolucionárias socialistas, foi a política implementada por Juan Domingo Perón, a partir de 1946, na Argentina.

137 Paulo Freire ressaltava a urgência da transformação da educação para que esta cumprisse seu papel transformador, por avaliar que na sociedade brasileira se enfrentavam "as forças democratizadoras emergentes, com velhos complexos culturais anti-democráticos" (FREIRE, 1959, p. 107). Ou seja, o desenvolvimento de seu método foi fruto de seu posicionamento político na conjuntura brasileira. De fato, Freire já acumulava experiências há mais de 15 anos no campo da educação de adultos em áreas proletárias, urbanas e rurais. Este autor narra que, desde o princípio, juntamente com sua equipe, testaram muitos métodos, sempre alimentados pela firme convicção de que "só nas bases populares e com elas, poderíamos realizar algo de sério e autêntico para elas" (FREIRE, 1975 [1965], p. 102). Foi nas experiências do Movimento de Cultura Popular do Recife e do Serviço de Extensão Cultural da Universidade do Recife, a

exercício educativo e como uma prática crítica e libertadora, em enfrentamento ao caráter domesticador, hierárquico e a-crítico da forma pedagógica tradicional, a qual não estaria adequada para o novo momento da sociedade brasileira. Paulo Freire e o João Goulart almejavam preparar o povo para as mudanças estruturais que ocasionaria "*a emersão do povo na vida pública brasileira e pondo-o em posição participante*" (FREIRE, 1959, p. 107).

Por outro lado, o segundo campo do debate teórico foi fruto da crítica ao desenvolvimentismo e das lutas sociais gestadas nos limites daquele projeto e que, superando o mito do "*continuum do desenvolvimento*", explicitava a existência de dois polos antagônicos e complementares no sistema mundial: imperialismo e dependência. Éramos economias dependentes conformadas para gerar riqueza imperialista e isto tinha rebatimentos profundos sobre o modo de produção e a formação socioeconômica latino-americana, os quais estavam desenhados, estruturalmente, para reproduzir a dependência. O desenvolvimento nas sociedades dependentes, nesta perspectiva, só poderia gerar mais dependência e, portanto, a superação da mesma estava ligada à luta anti-imperialista, mas, também, à derrota de nossas burguesias, definitivamente, associadas ao imperialismo neste esquema de reprodução do capital. Nesse sentido, para esse campo, a associação dos trabalhadores com a burguesia dos países periféricos e a necessidade de uma prévia revolução democrático-burguesa como caminhos para a transformação socialista são consideradas como táticas profundamente equivocadas que refletiam uma análise eurocêntrica da realidade e da história latino-americana.

É, assim, que surge um nacionalismo revolucionário na região e vai se conformando, em diálogo com grupos sociais e setores revolucionários da classe trabalhadora e da pequena burguesia, uma densa compreensão da realidade latino-americana orientada para a transformação substantiva dessas sociedades. Trata-se de campo que carrega uma diversidade interna significativa e que, principalmente a partir de uma leitura não dogmática da corrente marxista, se abrirá e estabelecerá níveis diferentes de diálogo com as matrizes de pensamento gestadas historicamente nas resistências da região, notadamente com a matriz independentista. Nessa seara de reflexão que são formulados os conceitos de "*colonialismo interno*" do mexicano Pablo Gonzalez Casanova, de "*desenvolvimento do subdesenvolvimento*" do alemão,

partir de 1960, que alcançou construir um método baseado no diálogo e na participação ativa dos educandos, em enfrentamento à educação domesticadora, hierárquica e a-crítica. Os resultados de Paulo Freire e de sua equipe eram surpreendentes tanto em relação à alfabetização quanto em relação à conscientização dos educandos. Uma das conhecidas experiências foi a aplicação do método na cidade de Angicos no Rio Grande do Norte, em 1962, quando 300 (trezentos) trabalhadores rurais foram alfabetizados em 45 (quarenta e cinco) dias. Com o golpe militar em 1964, o Plano Nacional de Alfabetização foi imediatamente cancelado e Paulo Freire preso por 70 dias por traição. No exílio, Freire realizará importantes trabalhos de educação popular no Chile e na África. Depois, de volta ao Brasil, dará continuidade a sua trajetória em São Paulo e em parceria com o Movimentos dos Trabalhadores Sem Terra (MST).

com trajetória latino-americana, André Gunder Frank, de "*superexploração*" do brasileiro Ruy Mauro Marini , de "*paradoja señorial*" ou "*sociedad abigarrada*" do boliviano René Zavaleta Mercado, de "*subversión*" do colombiano Fals Borda, bem como as tipologias do capitalismo dependente da brasileira Vânia Bambirra, as sete teses equivocadas sobre a América Latina do mexicano Rodolfo Stavenhagen e os desdobramentos teórico-práticos da "*desacumulação primitiva*" do equatoriano Agustín Cueva, dentre outras e outros.

Para isso, é emblemática e central a Revolução Cubana de 1959 que, contrariando a perspectiva do movimento comunista internacional de necessidade de uma prévia revolução democrático-burguesa, demonstrou as potencialidades do processo revolucionário na realidade latino-americana e as possibilidades de construir caminhos próprios para a superação do *status quo*. A Revolução Cubana conecta a luta pela libertação nacional, marcada pelo enfrentamento ao imperialismo, com uma perspectiva latino-americanista e de solidariedade internacional, construindo uma narrativa regional de resistência e um sentido de destino comum. A Primeira Declaração de Havana, lida por Fidel Castro e aprovada pela Assembleia Geral Nacional do Povo de Cuba, em dois de setembro de 1960, com mais de um milhão de cubanas e cubanos, negrita esse mecanismo.

> *A Assembleia Geral Nacional do Povo de Cuba condena energicamente a intervenção aberta e criminosa que durante mais de um século exerceu o Imperialismo norte-americano sobre todos os povos da América Latina; povos que mais de uma vez viram a invasão de seu solo no México, Nicarágua, Haiti, Santo Domingo ou Cuba; que perderam perante a voracidade dos imperialistas ianques extensas e ricas zonas, como Texas, centros estratégicos vitais, como o Canal do Panamá, países inteiros, como Porto Rico, convertido em território de ocupação; que sofreu, além disso, o trato vexatório dos fuzileiros navais, o mesmo contra nossas mulheres e filhas que contra símbolos mais altos da história da pátria, como a efigie de José Martí.*
>
> *Essa intervenção, consolidada na superioridade militar, em tratados desiguais e na submissão miserável de governantes traidores, converteu, ao longo de mais de cem anos, a nossa América, a América que Bolívar, Hidalgo, Juárez, San Martín, O'Higgins, Sucre, Tiradentes e Martí, quiseram livre, no critério de exploração, no quintal do império financeiro e político ianque, na reserva de votos para os organismos internacionais, nos quais os países latino americanos temos figurado como manada do "Norte revolto e brutal que nos despreza. [...]*
>
> *Por isso, a Assembleia Geral Nacional do Povo de Cuba: condena o latifúndio, fonte de miséria para o camponês e sistema de produção agrícola retrógrado e desumano; condena os salários de fome e a exploração desigual do trabalho humano por bastardos e privilegiados interesses; condena o analfabetismo, a ausência de professores, de escolas, de médicos e de hospitais; a falta de proteção na velhice que impera nos países da América; condena a discriminação do negro e do índio; condena a desigualdade e a exploração da mulher; condena as oligarquias militares e políticas que mantêm nossos povos na miséria, impedem seu desenvolvimento democrático e o pleno exercício de sua soberania; condena as concessões dos recursos naturais de nosso país aos monopólios estrangeiros como política entreguista e traidora dos interesses dos povos; condena aos governos que ignoram o sentimento de seus povos para acatar os mandatos de Washington; condena o engano sistemático aos povos por órgãos de divulgação que respondem ao interesse das*

> *oligarquias e a política do imperialismo opressor; condena o monopólio de notícias por agências ianques, instrumento de trusts norte-americanos e agentes de Washington; condena as leis repressivas que impedem os trabalhadores, camponeses, estudantes e os intelectuais, as grandes maiorias de cada país, de organizarem-se e lutarem por suas reivindicações sociais e patrióticas; condena os monopólios e empresas imperialistas que saqueiam continuamente nossas riquezas, exploram os nossos trabalhadores e camponeses, sangram e mantêm em atraso nossas economias, e submetem a política da América Latina a seus desígnios e interesses.*
>
> *A Assembleia Geral Nacional do Povo de Cuba condena, por fim, a exploração do homem pelo homem, e a exploração dos países subdesenvolvidos pelo capital financeiro imperialista. [...]*
>
> *A Assembleia Geral Nacional do Povo de Cuba reafirma sua fé de que a América Latina marchará em breve, unida e vencedora, livre das ataduras que convertem suas economias em riquezas alienadas ao imperialismo norte-americano e que a impede de fazer ouvir sua verdadeira voz nas reuniões onde os chanceleres domesticados fazem coro vergonhoso ao amo despótico. Ratifica, por isso, sua decisão de trabalhar por esse destino latino-americano comum que permitirá aos nossos países edificar uma solidariedade verdadeira, assentada na livre vontade de cada um deles e nas aspirações conjuntas de todos. Na luta por essa América Latina liberada, frente às vozes obedientes de quem usurpa sua representação oficial, surge agora, com potência invencível, a voz genuína dos povos, voz que abre caminho desde as entranhas de suas minas de carvão e de estanho, desde suas fábricas e centros açucareiros, desde suas terras enfeudadas, onde maltrapilhos, caboclos, gaúchos, campesinos, herdeiros de Zapata e de Sandino, empunham as armas de sua liberdade, voz que ressoa em seus poetas e em seus romancistas, em seus estudantes, em suas mulheres e em suas crianças, em seus idosos enfermos. A essa voz irmã, a Assembleia Geral Nacional do Povo de Cuba lhe responde: Presente! Cuba não falhará. Aqui está hoje Cuba para ratificar, ante América Latina e ante todo o mundo, como um compromisso histórico, seu dilema irrenunciável: Pátria ou Morte.*

Essa declaração foi efetivada antes da afirmação do caráter socialista da Revolução Cubana que ocorreu, através do dirigente Fidel Castro, em 16 de abril de 1961, após um ataque aéreo estadunidense. Desde janeiro de 1959, Cuba passou por inúmeras mudanças sociais, econômicas e políticas que transformaram substancialmente a ilha e que demonstraram o profundo compromisso dos e das revolucionárias cubanas com a declaração de direitos acima exposta, por exemplo a Reforma Agrária, a extinção do analfabetismo, a nacionalização das centrais açucareiras, empresas e bancos, a diminuição dos alugueis, das taxas dos serviços públicos e dos medicamentos, a ampliação dos serviços de saúde e de educação, a fixação do uso público das praias, dentre outras transformações. As medidas revolucionárias continuaram com a declaração do caráter socialista da revolução em 1961, não havendo uma mudança substantiva. Contudo referida declaração uniu, de forma explícita e incontroversa, inclusive para os países latino-americanos, a luta pela independência e pela libertação nacional com a construção do socialismo em Cuba, o que deve ser lido não só como uma decisão da vanguarda e/ou do povo cubano mas também como uma necessidade de posicionamento frente aos

antagonismos postos pela Guerra Fria e às crescentes ameaças e agressões dos Estados Unidos à Cuba[138].

Sem adentrar nos meandros da história da Revolução Cubana, o que importa assinalar é a influência da trajetória dessa revolução no imaginário latino-americano, construindo um horizonte de possibilidades para as organizações populares e para o pensamento crítico. A experiência daquelas mulheres[139] e homens guerrilheiros e do povo cubano alimentará um campo de ação e reflexão na América Latina. Nos termos cunhados pelo argentino Ernesto *Che* Guevara, um dos guerrilheiros, tratava-se de uma *revolução singular* (1981 [1960], p. 81), cujo percurso foi forjando sua teoria revolucionária. Isto é, um processo que reivindicava, em um panorama anti-dogmático, sua autenticidade nacional e latino-americana, que reivindicava "*sua forma de fazer a sua revolução*" e "*sua forma de interpretar as ideias revolucionárias*" (CASTRO, 1979 [1968], p. 17). Nesse caminho, entendiam que o desenvolvimento das forças produtivas e a ampliação da base material deveriam vir junto com a construção do homem novo e da mulher nova, com o alcance coletivo de uma consciência e uma vivência renovadas. A revolução colocava a tarefa de percorrer uma trajetória coletiva de transformação das ideias e da consciência. Para Guevara, esse caminho foi percorrido parcialmente pela vanguarda que, no momento da guerra, eram os/as guerrilheiros/as. Senão vejamos:

> [...] os homens que chegam a Havana, depois de dois anos de luta ardorosa nas montanhas e nas planícies do Oriente, nas montanhas e nas planícies de Camagüey, nas planícies e nas

138 Para isso, foi central o acúmulo das experiências revolucionárias latino-americanas, principalmente em relação aos caminhos da Revolução Boliviana de 1952 e da invasão imperialista da Guatemala em função do desenvolvimento de medidas nacionalistas. Ressalte-se que o militante Ernesto Che Guevara esteve presente nesses dois momentos históricos em cada um desses países.

139 É importante demarcar a presença das mulheres nas mobilizações e na luta guerrilheira em Cuba. Essa presença fica, em geral, invisibilizada tendo em vista os dirigentes, teóricos e porta-vozes masculinos. Porém, várias organizações femininas participaram das ações contestatárias legais e insurrecionais através da realização de todo tipo de atos inclusive violentos. O livro Cuba – Las mujeres en la insurreción 1952-1961 destaca o papel da Frente Cívica de Mujeres Martianas (FCMM) e das Martianas, como eram conhecidas, para o desenrolar dos acontecimentos. Eram um grupo de revolucionárias que se uniram com o fim de derrotar a ditaduta de Batista através da insurreição armada e da instauração do poder do povo através de um governo revolucionário (LARA, LÉON, GARCÍA, 2012, p. 9/12). Por isso, atuaram em colaboração ativa com o Movimiento 26 de Julio, com o Directorio Revolucionário e com a Federación Estudiantil Universitaria. Dentre as mulheres combatentes, algumas negras, da FCMM, estão María Yolanda Alfonso Pérez, Mónica Álvarez Mesa, Pérsida Nery Chibás Ponce, Hidelia Esperón Lozano, Talía Lauricia Gallardo, Marina Malleuve Bottino, Magaly Martínez Pérez, María Dolores Matamoros Labrada, Isabel Rico-Arango Hernandéz, Emilia Rodríguez García e Esperanza Sanjurjo González. Além dessas, cumpre mencionar as combatentes Haydée Santamaría, Melba Hernandéz e Célia Sanchez que participaram do Exército Rebelde e conformaram o Pelotão Mariana Grajales, exclusivamente feminino e em homenagem à ilustre militante que lutou pela independência de Cuba, ao lado de Martí, e que também era mãe de Antonio Maceo, um dos líderes do movimento independentista cubano.

> cidades de Las Villas, não são ideologicamente os mesmos que chegaram às praias de Las Coloradas ou que se incorporaram no primeiro momento da luta. A desconfiança para com o campesinato se transformou em afeto e respeito pelas suas virtudes; seu desconhecimento total da vida do campo se converteu em um conhecimento absoluto das necessidades dos nossos camponeses: seus "namoros" com as estatísticas e a teoria foram anulados pelo cimento forte da prática (GUEVARA, 1981 [1960], p. 88).

Nesse sentido, a guerrilha revolucionou os/as guerrilheiros/as, ao contactá-los com a massa camponesa, transformou-os de democratas radicais em revolucionários comunistas com uma marcada dimensão humanista (SADER, 1981, p. 25/26). Daí é possível deduzir duas máximas da revolução cubana: a importância individual e coletiva da moral e dos sentimentos revolucionários para o processo de transformação[140] e a necessidade da fusão entre as vanguardas militantes com os grupos sociais populares. Para Guevara, inicialmente, a massa está adormecida e necessita da vanguarda para colocá-la em movimento, para gerar consciência revolucionária. Uma vez em movimento, a massa - como ente de múltiplas facetas e não como soma de elementos de uma mesma categoria que atua como um manso rebanho - passa a atuar de maneira consciente e apenas segue a vanguarda na medida em que esta, de fato, interpreta e se conecta com a realidade, os desejos e os desafios do povo. Seria, assim, uma "*estreita unidade dialética existente entre o indivíduo e a massa, onde ambos se inter-relacionam*" (GUEVARA, 1981 [1965], p. 178). Nesse sentido, para Guevara, a massa é um autêntico movimento social, com o qual a vanguarda deve estabelecer um diálogo permanente e uma estreita ligação na prática cotidiana. Por isso, é necessário "*captar a voz do povo, que é a voz mais sábia e mais orientadora*" e "*receber as palpitações do povo para poder transformá-las em ideias concretas, em diretrizes precisas*" (GUEVARA, 1981 [1962], p. 193). A massa não se trata, assim, de um ente homogêneo e irracional que deve ser controlado, pelo contrário trata-se de um ente diverso que constrói conscientemente e na prática a história da revolução e que proporciona, como horizonte da caminhada coletiva, a plena realização da criatura humana (*op. cit.*, p. 182/183).

O percurso da revolução cubana é uma trajetória que conclama a prática revolucionária, que estabelece, mesmo sem abandonar a diferença entre vanguardas e massas, que as

140 O dirigente Ernesto Che Guevara afirma "com o risco de parecer ridículo, que o verdadeiro revolucionário é guiado por grandes sentimentos de amor". E continua sustentando que "deve-se ter grande dose de humanidade, grande dose de sentimento de justiça e de verdade para não cair em extremos dogmáticos, em escolasticismos frios, em isolamento das massas. Todos os dias deve-se lutar para que este amor à humanidade viva se transforme em fatos concretos, em atos que sirvam de exemplos, de mobilização" (GUEVARA, 1981 [1965], p. 188/189).

vanguardas se constroem na ação com as massas e não na teoria. Ou seja, as vanguardas não são *a priori*, mas são fruto dos processos e das ações coletivas revolucionárias. Foi, assim, um processo auspicioso no qual os problemas e desafios históricos latino-americanos daquele tempo foram tratados e, em algumas vezes, superados com heroica generosidade e ampla participação popular. Transbordaram daí inúmeras iniciativas em toda América Latina, que vão desde a formação de guerrilhas[141] até programas de alfabetização, passando, no campo teórico, pela renovação do pensamento crítico e, particularmente, da corrente marxista latino-americana (DARLING, 2010, p. 54).

Esse cenário se deu de maneira concomitante às lutas anti-coloniais na África, o que incentivou a retomada da conexão entre este continente e a América Latina. Latino-americanos foram lutar nas guerras africanas pela independência – por exemplo a participação dos cubanos na guerra de independência de Angola em parceria com o *Movimento Popular de Libertação de Angola* – e a colaboração com as reconstruções dos países africanos como a experiência de Paulo Freire na Guiné-Bissau (FREIRE, 1978). Esse movimento foi percorrido não só em função da solidariedade internacional, mas também por meio da orientação do movimento negro na região que, consciente de sua diáspora forçada e violenta pelo mundo, estabelecia cada vez mais uma *africentricidade* na construção de sua identidade coletiva, o que refletia nas ações e reflexões dos afrodescendentes da América Latina.

Umas das expressões dessa conexão é a produção teórica do martinicano Frantz Fanon (1925-1961) que, mesmo com a mediação da França, logrou construir a referida vinculação nos termos da luta pela libertação nacional e da descolonização. Sob a alcunha de *Terceiro Mundo*, constrói uma espécie de comunidade com destino ou tarefas em comum frente à Europa. Ou, nas palavras de Fanon, "*uma massa colossal cujo projeto deve ser o de tentar resolver os problemas aos quais essa mesma Europa não soube oferecer soluções*" (FANON, 1979 [1961], p. 274). Para este autor, não se deve imitar a Europa, ao criar Estados, instituições e sociedades que nela se inspirem. Deve-se marchar juntos todos os homens e mulheres, inventar, descobrir, buscar outros territórios para, assim, recomeçar a história do homem, tendo em conta "*ao*

141 O pensador Darcy Ribeiro (1978 [1971], p. 200) relata que surgiram, a partir de 1960, em diferentes contextos, diversos agrupamentos militarizados de luta guerrilheira e de propaganda armada na maioria dos países da América Latina. Como se verá, denominaram-se, em geral, como "Movimentos de Esquerda Revolucionária", "Movimentos de Libertação Nacional", "Forças Armadas de Libertação", "Forças Armadas de Libertação Nacional", "Forças Armadas Revolucionárias" e estiveram presentes na Bolívia, Peru, Chile, Equador, Colômbia, Venezuela, Guatemala, Nicarágua, Paraguai, Argentina, Uruguai, Brasil, República Dominicana, México e outros países. Por outro lado, Fals Borda (1975 [1968]) mostra que, em diferentes períodos na história da América Latina, anteriores à década de 1960, a forma guerrilheira era utilizada como forma de protesto e resistência, contudo variam consideravelmente seu sentido e propósito. Para este autor, o que diferencia as guerrilhas desse momento histórico é o compromisso com a mudança social e a inspiração no modelo cubano (FALS BORDA, 1975 [1968], p. 47/58).

mesmo tempo as teses às vezes prodigiosas sustentadas pela Europa e também os crimes da Europa" (*ibidem*). Fanon conclama a população, particularmente os/as *camaradas*, dos países subdesenvolvidos a não desejar transformar a África ou a América em uma nova Europa, mas para "*mudar de procedimento, desenvolver um pensamento novo, tentar colocar de pé um homem novo*" (*op. cit.*, p. 275).

É certo que Fanon centra suas análises na colonização e nas lutas de libertação da África, com destaque para a Revolução Argelina, na qual participou ativamente como membro da Frente de Libertação Nacional. Porém, em diferentes momentos, estende sua reflexão ao conjunto dos países subdesenvolvidos, incluindo os países da América Latina. Isso em função da sua perspectiva mais geral de que a opulência europeia procede em linha reta da miséria e da desumanidade do mundo subdesenvolvido. Fanon foi um intelectual que se posicionou teoricamente a partir da perspectiva do colonizado, a quem buscou compreender em profundidade[142]. Essa postura traduziu-se em uma escrita forte, dilacerante e emuladora. Dentre várias questões, sustentou que o colonizado, no processo de libertação nacional, reproduzia legitimamente a violência com a qual foi constituído. Esta violência trabalhava em vão durante o período colonial e era canalizada para diferentes espaços, como lutas tribais ou descargas emocionais de possessão. Com a tomada de consciência do colonizado, ela é canalizada e se transforma em um movimento da práxis de sua libertação. Nesse contexto, Fanon discute os meios, a tática, a organização dessa luta e ressalta as formas eurocentradas de canalização dessa força social que se conscientiza e amadurece. Defende, assim, a potencialidade das massas rurais e da luta armada e violenta no contexto africano. Para ele, a luta armada mobiliza o povo e o lança em uma direção e um sentido únicos, criando a consciência de uma história coletiva e de um destino nacional (FANON, 1979 [1961], p. 73). Em todo esse processo, Fanon analisa o papel e o movimento dos intelectuais colonizados na luta pela libertação, criticando a retomada abstrata da cultura africana e a perspectiva da *negritude* como forma de luta e emancipação[143].

142 Os impactos do colonialismo na estrutura psíquica de colonizados e colonizadores foram estudados por Fanon, que era médico psiquiatra, em seu livro de *Peau noire, masques blancs* (2011) [1952].

143 Outro exemplo da africentricidade presente na produção teórica latino-americana é a obra do guianês Walter Rodney. Na trilha de Eric Williams e a partir de uma recepção criativa da corrente marxista, Walter Rodney exporá, em seu livro *De cómo Europa subdesarrolló África* (1972) [1980], como as relações estabelecidas entre África e Europa determinaram o subdesenvolvimento do continente africano. Trabalha quatro principais pontos: "a) o desenvolvimento da África antes da chegada dos europeus; b) o desenvolvimento do continente europeu antes da sua expansão em território estrangeiro, ou seja, além-fronteiras; c) a contribuição da África para o estágio de "desenvolvimento" atual da Europa; e d) finalmente a contribuição da Europa para o atual estado de "subdesenvolvimento" da África" (MOORE, 2007, p. 174). Walter Rodney era dirigente do movimento de libertação nacional da Guiana Francesa e foi assassinado em seu país em junho de 1980.

O acúmulo teórico, político e social deste período, principalmente a partir de 1945, produziu uma geração de intelectuais e militantes que, intimamente, vinculados a uma práxis política comprometida no interior das sociedades em que integravam, contribuiu na rearticulação do movimento revolucionário latino-americano. Nesse momento, é possível apontar provisoriamente três principais espaços/vertentes de desenvolvimento teórico e prático que se autodenominaram revolucionários na América Latina: o primeiro ligado aos Partidos Comunistas, alinhados à Internacional Comunista, que foi se construindo efetivamente a partir do início do século XX e que reflete uma leitura dogmática da corrente marxista e das interpretações principalmente soviéticas, as quais naquele momento, e mesmo após a Revolução Cubana, sustentavam que nos países periféricos o caminho para a Revolução Socialista era, primeiramente, a libertação nacional através da associação com a burguesia nacional, em um projeto anti-imperialista e pela via pacífica. Esse pensamento estava presente nos sindicatos, principalmente em setores urbanos organizados pelos Partidos Comunistas nos diferentes países, havendo iniciativas, em alguns territórios, de organizar os trabalhadores rurais, como em El Salvador, na Colômbia e no Brasil (1945-1947), constituindo-se uma das correntes teórico-práticas da matriz de pensamento dos trabalhadores latino-americanos[144].

O segundo espaço ligada ao nacionalismo revolucionário, que foi chamado como *Nova Esquerda*, propunha leituras não-dogmáticas das contribuições europeias e das diretrizes soviéticas e um maior compromisso com a realidade e a história latino-americana, suas resistências e potencialidades para criar seus próprios caminhos anti-imperialistas para a Revolução Socialista. Segundo Darcy Ribeiro, essa vertente é "*a expressão mais elevada do amadurecimento da consciência crítica na América Latina*", marcada por um duplo esforço de desalienação: primeiro por libertar a consciência latino-americana "*dos conteúdos espúrios introduzidos no curso de séculos de dominação colonial e decolonial"*, e segundo por "*viabilizar a criatividade cultural e artística de seus povos, utilizando-a como instrumento de politização*" (RIBEIRO, 1978 [1971], p. 180/181).

Fazem parte desse espaço, além de inúmeras organizações independentistas, nacionalistas e marxistas, os movimentos teóricos e práticos que lograram construir o

144 Cumpre salientar que, no interior dos Partidos Comunistas, existiram divergências quanto à aceitação ou não das diretrizes soviéticas para a construção da revolução latino-americana, o que ensejou diferentes dissidências. Algumas se organizaram em partidos, como é o caso do Partido Comunista do Brasil (PCdoB), o Movimiento al Socialismo (MAS) na Venezuela e o Partido Comunista Revolucionário da Argentina. Além disso, como visto na última parte, existiram, na América Latina, partidos operários, com orientações marxistas e socialistas, que não aceitaram as diretrizes russas e soviéticas e que tentaram construir outros caminhos para a revolução.

imbricamento entre as matrizes eclesiais, notadamente a corrente católica-cristã, e as correntes marxistas e/ou nacionalistas. Com efeito, a corrente católica-cristã, em suas acepções populares e comunitaristas, é presença marcante no campo contestatário latino-americano, havendo inúmeros/as teóricos/as e experiências com inspiração eclesial. Exemplos dessa influência são o educador brasileiro Paulo Freire, o sociólogo colombiano Camilo Torres e o dirigente brasileiro Francisco Julião das Ligas Camponesas (1954). Contudo, na década de 1960, inicia-se, na América Latina, a partir de importantes setores da própria Igreja, uma perspectiva crítica e coletiva que impulsiona os/as cristãos – leigos e clero – a optar pelos pobres e a se engajar na organização e na luta dos pobres por sua própria libertação (LÖWY, 1989, p. 16).

Forja-se, assim, um cristianismo revolucionário que fundamentará as ações da Juventude Universitária/Estudantil Católica no *Movimento de Educação de Base* (MEB)[145] e da *Ação Popular* no Brasil e, posteriormente, do movimento eclesial latino-americano da *Teologia da Libertação*, no final da década de 1960, com participação, dentre outros/as, do peruano Gustavo Gutiérrez, dos brasileiros Clodovis e Leonardo Boff e do argentino Enrique Dussel. Para este último, a referida teologia não é criação de teólogos, mas sim resultado de um movimento libertador e histórico presente na América Latina que continuamente luta contra a opressão dos pobres, sendo, por um lado, ético, ao trazer à tona as contradições reais e buscar incluir o que está excluído e, por outro lado, evangélico, ao se apoiar nos textos sagrados que indicam que a opção preferencial pelos pobres é o caminho a ser assumido (DUSSEL, 1995). Esta perspectiva anulará temporariamente, para parte importante dos membros da Igreja Católica, o compromisso eclesial com as classes dominantes e com a opressão em nossa região. Esse impulso foi intensificado pelo apoio e escritos, desde Roma, do Papa João XXIII. Esse processo lançará um grande número de cristãos, em crescente politização, para a luta popular e revolucionária, em articulação e organização com não-cristãos, o que representará uma contribuição importante para a transformação social tendo em vista a pulverização e a capilaridade das Igrejas na região, bem como o acesso privilegiado dos cristãos às pessoas e

145 O MEB foi criado pela Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) em 1961, objetivando desenvolver um programa de educação de base por meio de escolas radiofônicas nos estados do Norte, Nordeste e Centro-Oeste. De acordo com seus atos constitutivos, esse movimento pretendia: "a) executar, naquelas áreas, programa intensivo de alfabetização, formação moral e cívica, educação sanitária, iniciação profissional, sobretudo agrícola e promoção social; b) suscitar, em torno de cada escola radiofônica, a organização da comunidade, despertando-lhe o espírito de iniciativa e preparando-a para as indispensáveis reformas de base, como a da estrutura agrária do País; c) velar pelo desenvolvimento espiritual do povo, preparando-o para o indispensável soerguimento econômico das regiões subdesenvolvidas e ajudando-o a defender-se de ideologias incompatíveis com o espírito cristão da nacionalidade" (MEB, 1961, p. 23 apud FÁVERO, 2004).

aos oprimidos/as[146]. O interessante é perceber que este setor acaba por compartilhar alguns eixos referenciais, com o uso ou não da corrente marxista, da perspectiva da *Nova Esquerda* e do nacionalismo revolucionário, em um marcado afastamento das posições dos Partidos Comunistas[147]. Apesar disso, em que pese inicialmente estar concentrada nos espaços urbanos e nos setores mais intelectualizados das sociedades latino-americanos – com destaque para os movimentos estudantis -, alcançou, aos poucos, maior inserção social e o diálogo e a atuação com os setores populares do campo e da cidade.

O terceiro espaço que reflete, de forma radicalizada, as duas vertentes anteriores, a depender das especificidades do país e da trajetória dos movimentos sociais, é o gestado nos inúmeros grupos guerrilheiros criados a partir de 1960 na América Latina. Inspirados na experiência cubana, esperam, em geral, que o foco guerrilheiro incite a insurreição popular que, em expansão, conduza à revolução social. As experiências das guerrilhas variaram muito, principalmente no que concerne à adesão dos camponeses, trabalhadores rurais e indígenas, sendo que a maior parte delas também foi composta por intelectuais e estudantes provenientes das classes médias urbanas.

Estes atores se articularam, de diferentes formas, com os grupos sociais populares, em que pese as dificuldades na construção de uma articulação orgânica, que não fosse pontual, com as massas trabalhadoras urbanas, rurais, indígenas, negras e mestiças. Estas protagonizaram levantes populares e ações contestatárias, muitas vezes, em apoio aos projetos nacionalistas de ampliação de direitos (reforma agrária, reforma urbana e outros) e praticavam resistências

146 Os/as cristãos/as foram responsáveis pela organização e mobilização de importantes grupos sociais populares em toda a América Latina, através do trabalho das pastorais sociais e das Comunidades Eclesiais de Base (CEB). Um exemplo emblemático dessa ativa participação nas lutas sociais foi a Revolução Sandinista, na Nicarágua, em 1979, na qual "os cristãos não foram "aliados" (táticos ou estratégicos), mas uma componente orgânica da vanguarda revolucionária, a Frente Sandinista de Libertação Nacional. E a primeira na qual o cristianismo foi um dos ingredientes essenciais – junto com o marxismo e com a tradição de Sandino – na formação da ideologia que inspirou o combate revolucionário" (LÖWY, 1989, p. 17).

147 O documento-base da Ação Popular, criada pelas Juventudes Universitária e Estudantil Católicas em 1962, que estavam envolvidas nas ações católicas no MEB, afirma que a organização era "a expressão de uma geração que traduz em ação revolucionária as opções fundamentais que assumiu como resposta ao desafio de nossa realidade e como decorrência de uma análise realista do processo social brasileiro na hora histórica em que nos é dado viver". Sustenta explicitamente que essa posição se opõe à tendência que afirma a necessidade de consolidar o capitalismo nacional, partindo do princípio que a burguesia industrial nacional possui interesses opostos aos do capital estrangeiro dominante na agricultura. Para esse movimento e também para o Movimento de Educação pela Base, além das correntes marxistas, foram centrais, conforme os documentos de ambas iniciativas, as leituras hegelianas da realidade brasileira realizadas pelo Padre Henrique Vaz que, a partir da dialética hegeliana, em uma perspectiva cristã, entende que a dominação é uma síntese provisória, sendo que a síntese final deve ocorrer pela aceitação e o reconhecimento efetivamente igualitários entre os seres humanos (VAZ, 1962 apud FÁVERO, 2004). A Ação Popular teve enorme influência no movimento estudantil brasileiro, elegendo inúmeros presidentes da União Nacional dos Estudantes. Após o golpe militar de 1964, esta organização foi para a luta armada e parte dela adotou, como orientação, a corrente maoísta.

cotidianas, e frequentemente radicalizadas, fundamentadas na experiência e nos conhecimentos acumulados em seu histórico de luta. Ora em referência às particularidades de cada uma das experiências de resistência, sejam elas indígenas, negras, femininas, nacionalistas; ora convergindo estas experiências em diretrizes e demandas mais gerais de resistência em torno de melhorias ou de um projeto social alternativo, funcionando, assim, como massas camponesas e/ou urbanas e/ou povo. Alcira Argumedo (1993) nomeia esse processo de convergência como a expressão da matriz de pensamento das classes populares na América Latina denominada *nacional-popular*. A nosso ver, como já explicitado, a corrente nacional-popular que resulta da convergência conjuntural entre os projetos nacionalistas e as resistências indígena, negra, femininas e dos trabalhadores do campo e da cidade nesse momento histórico convive com a continuidade e a fortaleça das matrizes de pensamento específicas e não inibe a conformação de outras no campo da resistência[148]. Estas continuam alimentando trajetórias coletivas obstinadas de resistência. Um dos exemplos emblemáticos é a organização e a mobilização do povo *Mapuche* no Chile e na Argentina e os movimentos negros organizados em torno da pauta da *negritude*.

Portanto, na realidade, as vertentes revolucionárias compõem uma esfera mais ampla de resistência conectada a diferentes formas de contestação e caminhos em direção a um projeto político-histórico pós-capitalista fundamentado em uma visão de mundo igualitária e comunitarista. Fazem parte dessa convergência na América Latina, nesse momento histórico, parte dos nacional-desenvolvimentistas (mesmo que inicialmente conectados a grupos burgueses ou à pequena-burguesia, com a radicalização das forças sociais, optaram por um projeto revolucionário ao lado dos setores populares, a exemplo de João Goulart, Darcy Ribeiro, Guerreiro Ramos e Paulo Freire), a *nova esquerda*, os e as comunistas, os e as guerrilheiras, parte dos movimentos e organizações dos trabalhadores, dos indígenas, dos negros, das mulheres e suas matrizes de pensamento, inclusive a nacional-popular, e a crescente presença da esquerda cristã. Conformou-se, assim, uma geração que se inseriu na prática contestatária e/ou revolucionária e se propôs construir teórica e praticamente, notadamente a *Nova Esquerda*, em diálogo com diferentes matrizes de pensamento europeias, latino-americanas e africanas, caminhos para a libertação dos povos latino-americanos.

148 O professor Breno Bringel afirma que "*a la vez que buscan construirse como sujetos de su tempo, miran al passado para caminhar por el presente y construir el futuro, tal como lo demostró, la socióloga e historiadora indígena Silvia Rivera Cusicanqui al proponer que la rebeldia de estos sujetos opera a partir de una superposición de memorias que remite a diferentes temporalidades que varían entre el corto y el largo plazo (RIVERA, 1984)*" (BRINGEL, 2017, p. 97/98).

O cenário de ascenso das lutas populares levou à explicitação e à acentuação dos instrumentos repressivos articulados pelos grupos sociais dominantes – especialmente os setores agrário-exportadores -, os quais, desde o começo da década de 1960, buscaram "*liquidar cualquier gobierno civil que no pudiera controlar los movimentos populares ascendentes*" (CASANOVA, 1978). As perspectivas revolucionária e de resistência enfrentaram, assim, obstáculos teóricos e práticos no interior e fora das universidades advindos principalmente da ação repressiva desatada por referidos grupos, com o auxílio da intervenção imperialista dos Estados Unidos. Cumpre salientar que este país, através de diferentes projetos e organismos, tentou influenciar e dirigir a produção de conhecimentos na América Latina, notadamente na área das ciências sociais, a fim de lograr informações para sua atuação na região. Alguns projetos que deixaram o caráter imperialista da atuação estadunidense negritado foram o Projeto *Simpático* na Colômbia, o Projeto *Colonial* no Peru e o Projeto *Camelot* em toda América Latina.

Este último era um projeto de caráter regional, com duração de 3 a 4 anos, financiado, com extensos recursos, pelo Exército e pelo Departamento de Defesa do governo dos Estados Unidos. Seu escopo era multidisciplinar e envolveria a condução da *Special Operations Research Office* (SORO) da *American University* em estreita colaboração com outras universidades e instituições de pesquisa dos Estados Unidos e da América Latina. Seus objetivos eram: a) criar métodos para avaliar o potencial de guerra interna nas sociedades nacionais, b) identificar as medidas que poderiam ser tomadas pelo governo para mitigar as condições favorecedoras da guerra interna, e c) avaliar a possibilidade de estabelecer as características de um sistema destinado a obter e utilizar informações básicas sobre os dois pontos anteriores. Em sua justificativa, fica patente o objetivo imperialista do projeto de pesquisa e a estreita relação entre a produção de conhecimentos e a dependência na América Latina:

> [...] o Projeto Camelot é fruto da interação de muitos fatores e forças. Entre estes está a atribuição nos últimos anos de maior relevo ao papel do Exército dos Estados Unidos na política global norte-americana de encorajar progresso e mudança equilibrados nos países menos desenvolvimentos do mundo. Os numerosos programas do governo dos Estados Unidos dirigidos nesse sentido são frequentemente agrupados sob o rótulo, por vezes enganador, de contra-insurreição (qualquer termo pronunciável que significasse profilaxia da insurreição seria melhor). Isso confere grande importância às ações positivias destinadas a reduzir as fontes de insatisfação que frequentemente dão origem a atividades mais notórias e violentas, de natureza demolidora. O Exército dos Estados Unidos tem importante missão a desempenhar nos aspectos positivos e construtivos de edificação nacional, assim como a responsabilidade de auxiliar os governos amigos a enfrentar os problemas de insurreição ativa.
>
> Outro fator decisivo é o reconhecimento, nos níveis superiores do órgão de Defesa, do fato de se conhecer relativamente pouco, com elevado grau de certeza, sobre os processos sociais

> que têm de ser compreendidos para que se possa enfrentar eficientemente os problemas de insurreição. Há dentro do Exército uma aceitação particularmente viva da necessidade de melhorar a compreensão geral dos processos de mudança social para que possa o Exército desincumbir-se de suas responsabilidades no programa global de contra-revolução do governo dos Estados Unidos. [CIRCULAR DO PROJETO CAMELOT, 1964 apud HOROWITZ, 1969, p. 50/51][149]

O texto foi enviado a vários intelectuais e sociólogos da região, que foram convidados a participar do projeto. Gerou uma forte reação dos intelectuais, por salientar a instrumentalização da produção latino-americana de conhecimentos para a perpetuação da violenta dominação imperialista dos Estados Unidos. Em função das repercussões advindas da intelectualidade, o Projeto foi cancelado e optou-se, como mecanismo para prosseguir alcançando informações sobre a insurgência latino-americana, por pulverizar as iniciativas e atuar por meio das fundações privadas norte-americanas.

Assim, o cenário de ascenso das lutas populares, o acirramento dos antagonismos sociais e o aumento das ações repressivas por parte das classes dominantes estimularam, com diferentes objetivos, a produção teórica sobre a formação e o papel das organizações, movimentos sociais e ações contestatárias, nos processos de mudança e desenvolvimento latino-americano. Essa produção expressa, por um lado, o crescente antagonismo entre as classes e os grupos sociais e, por outro, a crescente influência dos organismos estrangeiros: com maior incidência os representantes dos interesses imperialistas estadunidenses, mas também presente a influência da Internacional Comunista.

De toda forma, a partir do campo crítico e dos movimentos sociais, multiplicam-se - para além do esforço de compreender a realidade para substanciar a ação política dos sujeitos coletivos - estudos e produções teóricas que especificamente recuperam a trajetória de resistência dos movimentos sociais e as ações contestatárias e revoluções na América Latina. Busca-se compreender as potencialidades dos processos históricos e/ou refletir sobre as razões da não realização das mudanças buscadas com o objetivo de estimular as lutas sociais, inscrevendo estas em uma longa trajetória de resistência. Como tema central da agenda intelectual da região, nesses anos, está a revolução e seus possíveis caminhos. Muitas dessas produções são construídas pelos próprios protagonistas, ativos participantes dos movimentos e processos sóciopolíticos em curso, o que concede um panorama de reflexão profundo e crítico.

149 Os documentos do Projeto Camelot foram compendiados pelo pensador norte-americano Irving Horowitz e, agregado a uma análise das condições e das repercussões do projeto, conformaram um livro lançado em 1967 nos Estados Unidos. O livro foi traduzido para o português em 1969 e lançado pela Civilização Brasileira.

São emblemáticos os trabalhos sobre a histórica resistência negra do brasileiro Clóvis Moura em, dentre outras, *Rebeliões da senzala: quilombos, insurreições, guerrilhas* (1959); os escritos sobre o movimento obreiro chileno de Marcelo Segall (1953) e Júlio César Jobet (1955), as reflexões do argentino Ernesto Guevara sobre as possibilidades e os riscos do movimento guerrilheiro em *La guerra de guerrilhas* (1960), o testemunho histórico e a análise crítica do movimento obreiro de Everardo Dias em *História das Lutas Sociais no Brasil* (1977) [1961], as reflexões do militante brasileiro Francisco Julião sobre o movimento camponês em *Que são as Ligas Camponesas* (1962); as análises de Guerreiro Ramos sobre as possibilidades da organização do povo, os partidos de quadros, a produção de conhecimentos por estes sujeitos sociais e a inserção das lutas episódicas na estratégia geral de transformação da sociedade nos livros *A Crise no Poder* (1961) e *Mito e verdade da revolução brasileira* (1963); as reflexões do peruano Aníbal Quijano sobre a formação social e política dos movimentos camponeses do Peru (1965) e da América Latina (2000 [1967]); a obra do colombiano Fals Borda sobre os processos contestatários subversivos e revolucionários em *La subversión em Colombia* (2008 [1967]) *Las revoluciones inconclusas en América Latina (1809-1968)* em 1968 (1975); o livro *Revolución y contrarevolución en la Argentina* do portenho Jorge Abelardo Ramos de 1957; os estudos de Stavenhagen sobre a relação entre as classes no México, com atenção para a situação, a organização e a mobilização dos camponeses indígenas na história mexicana em, dentre outros, *Marginalidad y participación en la reforma agraria* (1968), bem como seu modelo para o estudo das organizações políticas no México (1967); as análises teórico-práticas do autor brasileiro e histórico militante Carlos Marighella sobre o momento histórico nacional e as atividades das guerrilhas urbanas em *Manual do Guerrilheiro Urbano* (1969); as reflexões do boliviano René Zavaleta sobre a Revolução Boliviana de 1952 e o movimento obreiro e mineiro em, dentre outras, sua obra *La caída del MNR y la conjuración de noviembre* (1985) [1970]; os trabalhos da brasileira Vânia Bambirra sobre o papel das mulheres nos processos revolucionários (1971b, 1972), bem como acerca das *insurreições populares* e da Revolução Cubana em *Diez años de insurrección en America Latina* (1971a) e *La revolución cubana: una reinterpretación* (1973); os trabalhos de Adolfo Gilly sobre as atuações dos sindicatos guerrilheiros no Peru (GILLY, 1963) e sobre a Revolução Mexicana no livro *La revolución interumpida* (1994) [1971]; o livro de Frantz Fanon sobre a Revolução Argelina (1976) [1959]; a produção teórica sobre os movimentos e massas de Ruy Mauro Marini no interior das organizações das quais foi parte, com destaque para a Política Operária e o Movimiento Izquierda Revolucionária de Chile (1972,1974), bem como sobre o movimento estudantil e obreiro na América Latina (1970), os trabalhos do brasileiro Darcy Ribeiro sobre as estruturas

de poder e as forças insurgentes na região na obra *O Dilema da América Latina* (1978) [1971], dentre outras.

São importantes teorizações sobre a diversidade de ações contestatárias presente na história latino-americana, o papel e a consciência das massas, a inadequação das concepções europeias para a compreensão dos movimentos latino-americanos, os caminhos para a revolução, a construção do 'homem' ou a libertação humana, a avaliação das potencialidades e das fragilidades dos diferentes movimentos, a relação entre a classe e a massa, a interação entre os diferentes movimentos e suas formas de interpretação da realidade, a permanente iniciativa revolucionária dos povos latino-americanos, as tarefas das organizações e movimentos, a relação entre dirigentes, organizações, movimentos e massas, o sentido e os efeitos das guerrilhas para as lutas sociais, as diferentes experiências de insurreição popular, o lugar da violência. São reflexões teóricas e práticas arraigadas nos desafios e dilemas presentes no campo da resistência na América Latina efetivadas por intelectuais efetivamente inseridos nos processos sociais concretos.

Esse é o contexto e o ambiente teórico nos quais a institucionalização e a consolidação da Sociologia se dão na América Latina, as quais expressarão as diferentes tensões e antagonismos presentes nesse momento histórico.

4 EM CONTINUIDADE À NARRATIVA: DA SOCIOLOGIA LATINO-AMERICANA À SOCIOLOGIA DOS MOVIMENTOS SOCIAIS

4.1 A Sociologia Latino-americana, as perspectivas teórico-metodológicas e a contra-insurgência

Apesar de o enfoque sociológico já estar presente na produção teórica da América Latina, inclusive através de cátedras universitárias isoladas (POVIÑA, 1941, p. 11), a institucionalização da Sociologia como disciplina e campo acadêmico específico das Ciências Sociais começa a ocorrer em meados do século XX nos diferentes países da região. Com exceções do México onde foi fundado o Instituto de Investigação Social da UNAM em 1930 e do Brasil no qual foi criada a Escola Livre de Sociologia e Política de São Paulo em 1933, as institucionalizações se deram nos outros países a partir dos anos 1940. Ao mesmo tempo em que a institucionalização reproduziu uma tendência à fragmentação e à especialização da ciência moderna, respondeu, em suas diferentes espaçotemporalidades, às necessidades das crescentes burguesias nacionais e latino-americana por informações sistematizadas da realidade e por '*especialistas*' capazes de orientar o desenvolvimento e tratar os problemas existentes nas sociedades latino-americanas, levando em conta, evidentemente, a garantia de expansão de seus lucros e de seu poder político. O sociólogo brasileiro Luiz Aguiar Costa Pinto esclarece que, nessa fase, na América Latina, "*la idea dominante era organizar las ciencias sociales, sobretodo su enseñanza y la formación de "tecnicos" capaces de constituir uma élite intelectual destinada a orientar y dirigir el cambio social*" (1961, p. 115).

Em função disso, o período inicial da institucionalização foi marcado pelo enquadramento deste campo nos estritos parâmetros do positivismo, considerados como os únicos critérios científicos. Esse período foi caracterizado inicialmente pela influência da sociologia francesa, particularmente durkheimiana, e depois pela incidência da sociologia norte-americana em suas vertentes empíricas e estrutural-funcionalistas (IANNI, 1976, p. 43). Em linhas gerais, caracterizou-se pela adoção dos pressupostos epistemológicos e teórico-metodológicos da matriz de pensamento liberal-burguesa, consubstanciada pela excessiva preocupação com a eficiência e a busca pela separação disciplinar, pela apropriação das técnicas e formação especializada dos profissionais – através inclusive de missões de professores estrangeiros – e pela valorização da estadística como técnica privilegiada para a explicação da

realidade. Foram conformadas, assim, carreiras profissionais dirigidas para as atividades na administração pública e privada e/ou para o exercício do ensino e da pesquisa nas universidades que expressavam, nas palavras de Costa Pinto (1961), um academicismo *de nuevo cuño* ou, nos termos do argentino Eliseo Véron (1974), uma postura cientificista. Esta conduzia a uma atitude puramente acadêmica com expressas pretensões de neutralidade e imparcialidade e com tendências para se afastar de posicionamentos públicos e intervenções sociais[150]. Esta prática de produção de conhecimentos foi consagrada como a única forma sociológica legítima e científica, o que representou, em muitos casos, "*un grave retrocesso con respecto a las posiciones metodológicas alcanzadas ya anteriormente en la propia América Latina*" (COSTA PINTO, 1961, p. 118).

Por outro lado, é imperioso reconhecer que esse processo acabou por, nos distintos países da América Latina, criar e expandir um sistema institucional ligado às Universidades, mediante financiamento público, dedicado ao ensino e à investigação no campo das ciências sociais, com o objetivo expresso de enfrentar e resolver os problemas criados pelo desenvolvimento econômico e social desses países (COSTA PINTO, 1961, p. 116). E, mais, desde 1950, iniciaram-se as tentativas de conformar um circuito regional de debate no âmbito das ciências sociais, com a criação da Associação Latino-Americana de Sociologia (ALAS) em 1950, do Centro Latino-americano de Pesquisas em Ciências Sociais (CLAPCS), em 1957, no Rio de Janeiro, e da Faculdade Latino-americana de Ciencias Sociais (FLACSO), também em 1957, em Santiago no Chile. Estes dois últimos foram criados por ação da UNESCO em articulação com os governos e o campo da sociologia da região. Na esteira da criação dos departamentos e faculdades nas esferas nacionais, estes organismos, inicialmente, "*se inspiraron en modelos teóricos y conceptos que tendieron a sistematizar el conocimiento e incorporarse a la corriente intelectual de Europa y Estados Unidos, donde se había educado sus principales promotores*" (FALS BORDA, 2009 [1970], p. 225), o que "*impedía el estúdio de algunos temas fundamentales propios de la región, así como la conformación de um pensamiento autônomo sobre la problemática latinoamericana*" (*ibidem*).

[150] A tendência a um cientificismo exacerbado que entende, como central, o processo acumulativo da ciência e não sua conexão com a realidade e que conduz a um isolamento dos estudos e das pautas de pesquisa foi fruto da ativa participação, nesse processo de institucionalização, das classes médias que se apropriaram do projeto da "sociologia científica" na região. Essa é a posição do sociólogo argentino Eliseo Verón que destaca que "*son ciertos sectores "ilustrados" de las capas medias urbanas los que toman a su cargo el proyecto de la sociología*" (VERÓN, 1974, p. 23). Essa tendência representa uma tensão parcial em relação à demanda de intervenção técnica dirigida aos cientistas sociais pelas burguesias nacionais (cientificismo x profissionalismo). Encontram-se conectados a essa tendência, nesse momento inicial, os argentinos Gino Germani e Jorge Graciarena, o brasileiro Florestan Fernandes e o espanhol Medina Echavarría. Em que pese essa diferença relacionada à atuação técnica do sociólogo, tanto o cientificismo quanto o profisionalismo defendem os parâmetros positivistas da ciência moderna e sua abordagem empirista e quantitativista.

Através desse aparato institucional, estimulou-se a realização de pesquisas com escopo nacional e latino-americano, as quais utilizavam de forma prioritária o tratamento estatístico dos dados e realizavam inferências quantitativas. Essas técnicas eram consideradas pelos sociólogos latino-americanos sofisticadas e modernas e balizavam o chamado processo de *modernização* da sociologia (IANNI, 1976 [1971], p. 13). Mesmo que marcados pela matriz de pensamento liberal-burguesa, o importante é salientar que foi conformado um importante espaço para a produção teórica nas ciências sociais, notadamente na Sociologia, o qual foi posteriormente tomado pelos desafios e tensões presentes na realidade latino-americana que levaram a profundas críticas conceituais, políticas e teórico-metodológicas a esse modelo. Além disso, alguns desses organismos, a exemplo do CLAPCS e da ALAS, mantiveram um perfil heterogêneo e diverso em sua composição, valorizando uma pesquisa pluralista de pesquisa e incentivando o diálogo e a convivência entre diferentes perspectivas. Esse escopo facilitou os desenvolvimentos posteriores da Sociologia Latino-americana.

Assim, a partir da necessidade de produzir 'cientificamente' sobre os problemas das sociedades da região frente as mudanças econômicas e sociais em curso ou desejadas, os/as sociólogos/as foram impelidos a pesquisar sobre o *desenvolvimento* e seus impactos sociais. Como visto, este já era um tema central no ambiente teórico latino-americano, havendo inicialmente um esforço, no campo sociológico, por entender o desenvolvimento como processo amplo para além do foco restrito na dimensão econômica. Nesse sentido, o sociólogo espanhol, com trajetória latino-americana, Medina Echavarría demarca a necessidade de superar a reflexão sobre "*deficiências sociais*" ou "*inversiones humanas*" no crescimento econômico para que seja possível um olhar do processo econômico dentro do todo social e para que se elabore uma teoria "*desde la perspectiva de la estrutura social en su conjunto*" (MEDINA ECHAVARRÍA, 1964, p. 14). Em sentido próximo, o teórico brasileiro Costa Pinto critica a acepção do desenvolvimento como uma operação técnica e sustenta que, na realidade, se trata de "*una larga y profunda experiencia humana, un proceso global de gestación de una nueva economia, de una nueva sociedade y de un nuevo hombre*" (COSTA PINTO, 1961, p. 126; 1963, p. 92). Era necessário ampliar o debate sobre o desenvolvimento e envolver as diferentes áreas do conhecimento.

Esse foi o esforço do Seminário *Resistências à Mudança: fatores que impedem ou dificultam o desenvolvimento* realizado no Rio de Janeiro pelo CLAPCS, em 1959, que reuniu pesquisadores/as de diferentes áreas de vários países da América Latina, com destaque para o brasileiro Darcy Ribeiro, o venezuelano Silva Michelena, o argentino Jorge Graciarena e o mexicano Pablo González Casanova, além de intelectuais estrangeiros como o estadunidense

Wright Mills e o francês Jacques Lambert. Nesse momento, buscava-se compreender as razões pelas quais os avanços na política econômica e na industrialização não alcançavam, de fato, imprimir uma dinâmica de desenvolvimento nos países da região. Em função disso, discutia-se quais eram os fatores que resistiam às mudanças sociais, ou seja, o que estaria atrasando o ritmo ou modificando o sentido do desenvolvimento. No Seminário, foram debatidos os seguintes fatores: a não integração de populações *atrasadas* à economia e à sociedade (populações indígenas, trabalhadores rurais, imigrantes...), o arcaísmo das estruturas agrárias, as instituições, as atitudes das pessoas, a instrução pública e a educação (CLAPCS, 1960).

Mesmo com o esforço de ampliar o enfoque para além do econômico, os debates inicialmente no campo da Sociologia Latino-americana se limitaram à temática do desenvolvimento, o que gerava uma tendência a circunscrever as reflexões teóricas dentro das possibilidades de transformação social no espectro de uma trajetória capitalista e a invisibilizar as relações existentes entre as propostas de desenvolvimento e as dinâmicas imperialistas. Contudo, rapidamente, com o acirramento dos antagonismos entre os grupos sociais nas sociedades latino-americanas, os/as sociólogos/as são impulsionados a se posicionar e a se vincular, cada vez mais, aos projetos políticos em disputa e parte deles acaba por se aproximar dos movimentos sociais e setores mobilizados. Isso possibilita uma ressignificação do debate sobre o desenvolvimento e as mudanças sociais, agora potencializado pelas correntes e matrizes de pensamento de resistência, notadamente as correntes marxista e nacionalista.

Com efeito, como visto no capítulo precedente, vivia-se um momento de ebulição e tensão social, marcado pela força da Revolução Cubana, que se expressava na multiplicação de movimentos revolucionários que levavam parte da intelectualidade latino-americana a se radicalizar. Frente às comoções sociais do período, não são poucos intelectuais de origem positivista que assumem posturas críticas e se vinculam aos movimentos sociais de seus países. São exemplos emblemáticos deste processo os sociólogos colombianos Orlando Fals Borda e Camilo Torres, o brasileiro Florestan Fernandes e o argentino Jorge Graciarena. Assim, diante do domínio positivista até o início da década de 1960, iniciam-se mudanças significativas no campo sociológico. Sobre esse contexto, o mexicano Pablo González Casanova afirma que

> Hasta 1963, los líderes de esta escuela [neopositivismo] fueron particularmente agresivos y parecían estar completamente seguros de que representaban a la "sociología científica". Quienes se les oponían, eran simple y sencillamente descalificados, llevaría muchos años e implicaria muchos esfuerzos acallar su retórica victoriosa. Los hechos ayudaron mucho: la revolución y la contrarrevolución en América Latina pusieron fuera de combate buena parte de sus perspectivas ideológicas (CASANOVA, 1985 apud DARLING, 2010).

Desse modo, o desenvolvimento passa a significar caminhos e possuir finalidades diversas. Seriam "*estilos de desenvolvimento*" (GRACIARENA, 1991 [1979], p. 2/4) que, na prática, vão diferenciando as produções teóricas de acordo com os antagonismos sociais e políticos presentes nas sociedades latino-americanas. Como visto no ponto precedente, de um lado, estavam aqueles teóricos que compartilhavam a possibilidade de um desenvolvimento evolutivo interno nos marcos do capitalismo, que continuavam a investigar os fatores pontuais e/ou processuais internos e externos que travavam o desenvolvimento. Nesse contexto, localizava-se parte dos sociólogos do ISEB e do CLAPCS e também a CEPAL e seu braço sociológico, o *Instituto Latinoamericano de Planificación Económica y Social* (ILPES), fundado em 1962 e do qual chegaram a participar, dentre outros/as, o espanhol José Medina Echavarría, o chileno Enzo Faletto e os brasileiros Fernando Henrique Cardoso e Francisco Weffort. Esses sociólogos se propunham, em função das situações de estancamento vividas pelos países latino-americanos, a reformular a teoria do desenvolvimento propondo "*dinamiza[r] el sentido del modelo en términos de proceso*" (ILPES, 1965, p. 256/257). Em linhas gerais, defendiam que o subdesenvolvimento poderia ser superado com, além do desenvolvimento interno, uma nova inserção do país no mercado mundial, através, por exemplo, de novas associações entre os países periféricos. Entendiam que seria possível mitigar os efeitos da dependência por meio de medidas internas como proteção ao mercado interno e fomento à industrialização. A superação do subdesenvolvimento, assim, se daria em termos capitalistas, não havendo incompatibilidades efetivas com o imperialismo. Essas reflexões não modificavam substancialmente a perspectiva desenvolvimentista da CEPAL, não ultrapassando, na compreensão da realidade histórica latino-americana, os limites da influência da vertente estrutural-funcionalista, em voga principalmente nos Estados Unidos nesse momento[151].

Por outro lado, a efetivação de uma análise concretamente histórica aliada a um ativo envolvimento nos processos políticos de cada sociedade latino-americana – o que garantia um olhar atento voltado à realidade - possibilitou uma abordagem crítica da situação de subdesenvolvimento. A partir de leituras não dogmáticas das correntes marxistas e nacionalistas, o *subdesenvolvimento* passou a ser compreendido a partir das relações concretas socioeconômicas presentes na região. Com isso, não apenas se consideravam as relações entre os países, mas buscava-se entender como as diretrizes imperialistas ou colonialistas eram incorporadas pelos grupos sociais dominantes latino-americanos, os quais se beneficiavam com

[151] Em que pese alguns intelectuais desse campo reivindicarem o uso preponderante das correntes marxistas.

o aprofundamento dessas relações. Assim, explicitam-se as estruturas socioeconômicas dependentes construídas historicamente pelos grupos sociais dominantes externos e internos, as quais levavam as políticas desenvolvimentistas, no interior do sistema capitalista, a aprofundar as relações de dependência e a situação social de superexploração e opressão da maior parte da população. Os problemas sociais passam a ser compreendidos historicamente vinculados ao *colonialismo interno* (CASANOVA, 1963, p. 15; STAVENHAGEN, 1971 [1965]), à relação entre *imperialismo* e *dependência* (SANTOS 1968; MARINI, 1974 [1969]) e à *dependência estrutural* (IANNI, 1965; 1976 [1971], p. 179/183).

Dentro desse panorama, como visto no capítulo anterior, as possibilidades de uma nova inserção no mercado mundial e de uma convergência com os grupos sociais dominantes latino-americanos em torno de um projeto nacional-desenvolvimentista tornavam-se pouco promissoras para uma transformação efetiva das sociedades latino-americanas. Eram necessárias mudanças socioeconômicas estruturais profundas que rompessem com os vínculos de dominação e exploração interna/externa, o que jogava por terra a perspectiva de um desenvolvimento evolutivo capitalista e a efetividade de medidas paliativas próprias do desenvolvimentismo ou do *reformismo* (FALS BORDA, 1987 [1970], p. 35). Nesse contexto geral, alguns autores vão progressivamente centrando o debate nos conflitos, na dependência e na revolução/subversão (FALS BORDA, 2008 [1967]; GRACIARENA (1967), SANTOS, 1968; MARINI, 1974 [1969]) e outros sustentarão, ainda por um tempo, a possibilidade de concepções diversas de desenvolvimento que poderiam levar a formas alternativas de organização social (CASANOVA, 1967, p. 51/57; IANNI, 1976 [1969], p. 85/100). Apesar das diferenças entre as abordagens, essa perspectiva gerou e consolidou, na Sociologia, um campo crítico conectado aos movimentos sociais.

O ponto fundamental que pretendemos destacar nesse debate teórico-político é que as reflexões sobre os problemas nacionais e o desenvolvimento levaram, em um espaço de convergência, a uma crescente problematização dos marcos epistemológicos e teórico-metodológicos do campo da Sociologia. O cientificismo, expressão da corrente positivista, foi profundamente criticado ao impor sérios limites para a compreensão da realidade nacional e para a transformação social da região. É, assim, que as abordagens e técnicas quantitativas e a focalização em estudos de casos isolados são problematizadas, sendo fortemente debatidas também as atitudes dos/as intelectuais e o papel das Universidades frente à realidade. Cria-se um *consenso* em torno da necessidade de se aprimorar e construir um aparato teórico-metodológico que fosse capaz de possibilitar o entendimento dos processos vividos pelas

sociedades latino-americanas e suas particularidades, a fim de impulsionar formulações teóricas ressignificadas e orientadas para a mudança social.

Nesse sentido, possuem sentido fundacional os trabalhos do sociólogo brasileiro Guerreiro Ramos que, durante a década de 1950, realiza uma série de produções críticas sobre a sociologia brasileira e a produção de conhecimentos no país[152]. Seu pioneirismo se explica por sua inserção ativa nas movimentações sociais e políticas do Brasil, notadamente nos movimentos da população negra. Guerreiro foi parte do *Teatro Experimental Negro*, fundado em 1944 no Rio de Janeiro por participantes da extinta *Frente Negra Brasileira* (1931-1937), o qual tinha como um dos objetivos:

> [...] desmarcarar como inautêntica e absolutamente inútil a pseudocientífica literatura que a pretexto de estudo sério focalizava o negro, salvo raríssimas exceções, como um exercício esteticista ou diversionista: eram ensaios apenas acadêmicos, puramente descritivos, tratando de história, etnografia, antropologia, sociologia, psiquiatria, e assim por diante, cujos interesses estavam muito distantes dos problemas dinâmicos que emergiam do contexto racista da nossa sociedade (NASCIMENTO, 2017 [1976]).

Esse objetivo era fruto de um longo debate coletivo efetivado pelo movimento negro brasileiro sobre a produção de conhecimentos no país, no interior do processo de organização dos/as negros/as e da recuperação das matrizes de pensamento negras. Foi esse acúmulo coletivo, aliado à prática militante dentro do TEN, que posicionou este autor em um horizonte crítico e amplo em relação à Sociologia. O próprio autor afirma que o TEN foi, no Brasil, "*o primeiro a denunciar a alienação da antropologia e da sociologia nacional, focalizando os povos de cor à luz do pitoresco, ou do histórico puramente, como se se tratasse de um elemento estático ou mumificado*" (RAMOS, 1995 [1954], p. 205). Nessa trajetória e sob influência da corrente nacional-desenvolvimentista, Guerreiro Ramos sustentará a necessidade e a urgência de se construir uma sociologia nacional capaz de ser um instrumento de auto-determinação e de transformação social. Assim, defende uma atitude crítica em relação à ciência e à cultura estrangeira, propondo um marco teórico-metodológico chamado *redução sociológica*. Seria um meio de descobrir os pressupostos referenciais, de natureza histórico-social, dos objetos e fatos da realidade social, a partir da análise dos suportes coletivos e das vivências populares da sociedade e da adoção de um procedimento crítico-assimilativo da experiência estrangeira.

[152] Guerreiro Ramos, em 1954, lança a primeira edição da Cartilha Brasileira do Aprendiz de Sociólogo; em 1957, acresce novos escritos à Cartilha e lança a Introdução Crítica à Sociologia Brasileira; em 1958, lança a primeira edição da Redução Sociológica com o nome Introdução ao Estudo da Razão Sociológica. Em todos eles, o autor realiza uma profunda análise das produções teóricas do campo sociológico brasileiro e avança nas problematizações e formulações teórico-metodológicas.

Por meio de uma leitura nada dogmática do arcabouço fenomenológico de Husserl e Heidegger, o autor estabelece, dentre as regras do referido método, a "*lei do comprometimento*", segundo a qual "*nos países periféricos, a idéia e a prática da redução sociológica somente podem ocorrer ao cientista social que tenha adotado sistematicamente uma posição de engajamento ou de compromisso consciente com o seu contexto*" (RAMOS, 1996 [1958], p. 106). Seria uma condição indispensável para que os/as sociólogos/as dos países periféricos se libertassem da "*servidão intelectual*" e alcançassem transcender a condição de copista e repetidor, ingressando em um plano teórico eminente. Sobre o argumento de que o compromisso viciava a atividade científica, Guerreiro Ramos demarcava que os especialistas que adotavam esse modo de ver, não refletindo sobre os pressupostos da prática científica, ficavam indefesos diante da perspectiva implícita na produção científica estrangeira e sucumbiam às suas "*premissas de valor*". A tarefa dos sociólogos seria justamente construir conhecimentos científicos em torno da cultura nacional que significassem o aflorar da consciência crítica da realidade, flexibilizando o respeito estrito e limitador às prescrições metodológicas formais. Para ele, a produção teórica deve levar em conta o povo como um dado ordinário e central da vida brasileira, sendo frustrante qualquer teoria que não considere efetivamente esse fator (RAMOS, 1961, p. 46/48). Após a *redução sociólogica*, em suas obras posteriores, este autor defende a assunção pelos intelectuais de uma *atitude parentética* que conduz à reflexividade, à atividade e à capacidade criadora e livre de perceber conexões interdependentes na realidade social (RAMOS, 1963, p. 146/152). Assim, a partir de uma posição que incita a coragem e a ousadia intelectual, Guerreiro defendeu uma "*sociologia em mangas de camisa*", na qual os/as sociólogos/as são participantes ativos da vida política nacional, não ficando restritos aos espaços acadêmicos e a atitudes cientificistas (RAMOS, 1996 [1958], p. 135).

Outra referência obrigatória com escopo latino-americano são os trabalhos do sociólogo colombiano Camilo Torres. Em 1961, através de dois textos apresentados e discutidos em jornadas e seminários regionais, *Un nuevo paso en la Sociología Latinoamericana* (1961) e, principalmente, *El problema de la estructuración de una auténtica Sociología Latinoamericana* (2001) [1961], este teórico conclama os/as sociólogos/as a construir uma sociologia que tenha como objeto a análise e a interpretação dos problemas da região e que adapte seus métodos e teorias às especificidades de nossa situação. Nesse sentido, critica a atitude dos pesquisadores que opõe a *objetividade científica* como justificativa para não tratar os temas candentes das sociedades da América Latina. Entende que devem estar na ordem do dia da problemática sociológica os temas da revolução, da mudança social, dos efeitos da reforma agrária, do

desenvolvimento das comunidades e do imperialismo. Assevera, assim, que "*la sola desculpa de poner en peligro la objetividad científica no parece sino una forma de disfrazar una cobardía de nuestros sociólogos, para no abocar aquellos problemas cuya interpretación y análisis parecen más urgentes*" (TORRES, 2001 [1961], p. 137). Ao mesmo tempo em que se atrela a aspectos da concepção positivista de ciência, realiza uma crítica de ordem moral e ética que problematiza o papel do intelectual na sociedade latino-americana. O exemplo histórico de Camilo Torres que, depois de fundar juntamente com Orlando Fals Borda a Faculdade de Sociologia da Universidade Nacional da Colômbia, optou, em 1965, pela luta popular direta e armada, partindo para as guerrilhas colombianas – especificamente para o *Ejercito de Liberación Nacional* (ELN) –, impactará todo campo crítico e intelectual latino-americano.

Essas iniciativas expressam um movimento crescente que se iniciou no interior da *Sociologia do Desenvolvimento* na região. Partindo da crítica aos pressupostos da produção científica – notadamente daquela efetivada nos marcos positivistas[153] -, inicia-se um esforço crítico de adequação e reconstrução conceitual e teórico-metodológica para dar conta não só da realidade latino-americana, mas das desejadas mudanças sociais. Esse movimento teve um forte diálogo com a corrente marxista, mas não se limitou a esse campo. Nesse contexto se inserem os trabalhos do sociólogo brasileiro Octavio Ianni, desde 1961, sobre os limites do positivismo, do estrutural-funcionalismo e dos *estudos de comunidade* para a compreensão da realidade da região, reivindicando a necessidade de um enquadramento sócio-histórico amplo e do desenvolvimento de um ponto de vista global a partir da reintegração das disciplinas (IANNI, 1976 [1961] [1967])[154]. Do mesmo modo, as problematizações do mexicano Rodolfo Stavenhagen sobre os pressupostos e consequências teóricas e políticas da compreensão da realidade latino-americana pelos sistemas de estratificação social, em deterimento do foco nas classes sociais e em suas relações (STAVENHAGEN, 1962, 1971 [1965]). Nesse sentido

[153] Costa Pinto afirma, em 1961, que "*la comprensión, cada vez más clara entre los sociólogos, de esa tremenda limitación ideológica [del dogma de la imutabilidad del orden social], y la crítica sistemática que se ha hecho de ella importan, sin duda, la más promisora perspectiva con que cuenta nuestra ciência en nuestros días, para ejercitar su permanente vocación de pensar cientificamente sobre la concreta actividad cotidiana del hombre*" (COSTA PINTO, 1961, p. 56). No mesmo sentido, Octavio Ianni assevera que "*a nova sociologia latino-americana está surgindo precisamente a partir dessa perspectiva crítica. Ela não pode conhecer a realidade social sem realizar a análise crítica das interpretações que "encobrem" essa mesma realidade social. Simultaneamente, essa nova sociologia está produzindo uma nova interpretação das sociedades latino-americanas e da América Latina como um todo*" (IANNI, 1976 [1970], p. 39/40).

[154] Para Octávio Ianni, o desenvolvimento das ciências sociais como disciplinas autônomas se deu em função do progresso da divisão do trabalho no campo da atividade científica e da necessidade prática, teórica e ideológica de fragmentação do real (IANNI, 1976 [1967], p. 33).

também, as colocações de Pablo González Casanova sobre as posições políticas que fundamentam as diferentes teorias sobre o desenvolvimento e seus respectivos métodos. Para este autor, a teoria com que se trabalha reflete as posições políticas dos cientistas e que o obscurecimento das categorias que estão na base da investigação - proporcionado pela sociologia empírica - acaba por invisibilizar essas posições políticas e os traços ideológicos inerentes ao trabalho científico. É nesse caminho que surge a falsa ideia de um rigor científico na precisão matemática. Para ele, "*si hay un infierno para los especialistas en ciencias sociales es precisamente el que sólo logran ser objetivos con una posición dentro de la lucha, y que de allí no pueden salir, ni con la imaginación*" (CASANOVA, 1967, p. 12/18).

A partir de outro referencial, mas na mesma direção, o sociólogo brasileiro Costa Pinto será enfático ao reivindicar a sociologia como o estudo crítico e científico da formação, organização e transformação das sociedades humanas e a objetividade, naquele momento histórico, como "*no tener compromisos con el orden social que se transforma, so pena de reducirse prácticamente – quiérase o no – a un mero subproduto intelectual de los factores de estancamientos social e histórico*" (COSTA PINTO, 1961, p. 15). Este autor entende que a sociologia acadêmica e o positivismo concedem um sentido esotérico à objetividade, a fim de encobrir sua vinculação com a ordem social. Assim, para Costa Pinto, em função do dogma da imutabilidade da ordem social, estas são incapazes de realizar uma crítica consequente da ordem social em que está embasada e por meio da qual é gerada e sustentada material e ideologicamente, deixando de tratar adequadamente do aspecto central da sociedade latino-americana que é a transformação[155]. Defende, assim, a necessidade de uma renovação metodológica, a qual passa por uma atitude rigorosamente crítica em relação à realidade, às limitações colocadas pela ordem social sobre formas e práticas de conhecimento e "*ante todo ese material que, en forma más o menos desorganizada, se está importando y amontonando en nuestras facultades y bibliotecas*" (*ibidem*, p. 17).

Em sentido similar, para o sociólogo colombiano Fals Borda, a objetividade científica é erroneamente confundida com indiferença ante as situações reais, o que equivale a estar indiferente com a permanência das características da realidade, ou seja, estar comprometido com esta realidade. Para superar esse obstáculo construído pela ciência moderna, de acordo com este autor, a objetividade científica deveria possuir uma nova dimensão derivada do estudo

[155] Para Costa Pinto, esse procedimento gera uma mistificação da realidade que é apresentada como atitude científica, transferindo à ideologia de um tipo histórico de organização social – capitalismo - o prestígio e a autoridade quase mágica que a palavra ciência adquiriu nos últimos cem anos. Destaca que, para a sociologia acadêmica, são mais objetivos os estudos mais apologistas do capitalismo (COSTA PINTO, 1961, p. 24/25).

e da ação nas situações reais de conflito, em busca da libertação da sociedade. Ou seja, "*estudio y acción combinados para trabajar contra la condición de dependencia y explotación que nos ha caracterizado, con todas sus consequências degradantes y opresivas expresadas en la cultura de la imitación y de la pobreza*" (FALS BORDA, 1987 [1970], p. 17/19). Para o florescer dessa ciência, seria necessário, por um lado, superar os desenhos funcionalistas e as manias metodológicas norte-americanas e europeias, que, para Fals Borda, teriam encontrado um novo canal de difusão através das universidades na União Soviética, e, por outra parte, ter uma atitude criativa e original na produção teórica, bem como aberta aos conhecimentos gestados pelas gentes.

Assim, teóricos/as, sob influência de diferentes correntes e matrizes, sustentaram a necessidade de superação do *servilismo* ou do *colonialismo intelectual* como meio para alcançar um conhecimento efetivo da realidade e da história latino-americana. A aplicação mecânica dos modelos estrangeiros impediria não apenas a compreensão da realidade da região, mas principalmente a mudança destas. Contudo, não se tratou de rechaçar *a priori* as teorias e os métodos dos países centrais, mas de analisá-los "*en relación con las características factuales de las sociedades latino-americanas*" (GRACIARENA, 1965, p. 233). A convergência entre os(as) diferentes sociólogos(as) foi a recepção crítica e o aproveitamento, no que couber, dos conhecimentos e das experiências coletivas dos demais povos, países e regiões. É a partir dessa diretiva que Pablo González Casanova reivindica a utilização das técnicas estatísticas e empíricas subordinadas às categorias marxistas para a compreensão da realidade histórica (CASANOVA, 1967). Ou seja, as abordagens quantitativas e sua tendência à matematização da realidade são ressignificadas pelo debate qualitativo, histórico e crítico (STAVENHAGEN, 1971 [1965]; FALS BORDA, 1987 [1970]). É estimulada, pois, uma visão criativa em relação aos aparatos conceituais e teórico-metodológicos estrangeiros.

Esse processo de problematização dos pressupostos e premissas da matriz de pensamento liberal-burguesa transcorre em meio a um crescente vínculo coletivo e prático dos/das intelectuais com as lutas sociais na região. Aos poucos, são explicitadas as relações das diferentes teorias e métodos com os grupos sociais internos e externos e com os projetos político-históricos em disputa nas sociedades latino-americanas, o que proporciona uma gradual consciência acerca da necessidade de uma opção política dos/as teóricos/as na produção de conhecimentos. É certo que esse processo se dá no interior da reivindicação da ciência como forma superior e racional[156] de produzir conhecimentos e da demarcação do lugar do/a

[156] Alguns autores/as problematizarão as concepções, limites e funções da *razão científica*. Contudo, isso não conformou um dos pontos observados nos escritos da maioria dos/as sociólogos/as nesse momento histórico.

intelectual e da produção teórica nos processos de transformação. Não obstante, isso não impediu a busca por novos fundamentos e premissas que justificassem a construção de saberes científicos a partir de outros parâmetros.

É nesse contexto que muitos autores/as articularão sua produção teórica com a noção de *compromisso*. Como visto, o compromisso já havia sido reivindicado pelo mexicano Leopoldo Zea na década de 1940 e também pelo brasileiro Guerreiro Ramos no panorama do método da *redução sociológica*. Contudo, nesse momento histórico na América Latina, essa reflexão se coletiviza e se transforma em uma premissa estruturante da produção de conhecimentos sociológicos na região. Em que pesem algumas diferenças apresentadas entre os/as teóricos/as, o compromisso diz respeito à atitude do/a intelectual que, ao tomar consciência de seu pertencimento à sociedade e ao mundo de seu tempo, renuncia a uma posição de simples observador ou espectador e coloca seu pensamento a serviço da transformação significativa de seu povo (FALS BORDA, 1987 [1970], p. 53/54). Ou seja, refere-se à atitude do/a cientista de se vincular à superação dos problemas sociais enfrentados por seu país ou região, frente a constatação de que o conhecimento científico não é algo neutro e imparcial e de que é possível contribuir no desenvolvimento das sociedades nacionais (GRACIARENA, 1965, p. 235). Envolveria, assim, uma posição ética que não permite a realização de estudos que serão utilizados ou que contribuirão para a perpetuação de dinâmicas, regimes e organizações sociais negadoras do pleno desenvolvimento do ser humano (MALDONADO-DENIS, 1967, p. 413). Isso condiciona as formas e práticas de produção de conhecimentos em relação à seleção das temáticas de investigação, das concepções teórico-metodológicas, das abordagens, métodos e técnicas utilizadas, bem como vincula os conhecimentos construídos às ações políticas posteriores adotadas pelos sujeitos sociais.

Cumpre salientar que essas perspectivas influenciaram a conformação dos currículos, carreiras, faculdades e instituições de sociologia na região, vez que diversos(as) dos autores(as) exerciam funções centrais nesses espaços[157]. Em função desse fator determinante é que o sociólogo colombiano Orlando Fals Borda sustenta que existiria um novo movimento teórico

[157] Alguns exemplos são: os colombianos Fals Borda e Camilo Torres foram professores e fundadores da Faculdade de Sociologia da Universidade Nacional da Colombia, exercendo atividades de direção nessas instituições; o argentino Jorge Graciarena foi fundador da carreira de sociologia na Universidad de Buenos Aires, foi diretor do departamento de sociologia da mesma universidade e teve enorme influência da conformação dos estudos de pós-graduação na América Latina (ANSALDI e GIORDANO, 2014). O brasileiro Costa Pinto foi presidente do CLAPCS e da Associação Brasileira de Sociologia. O mexicano Pablo González Casanova foi, dentre outros cargos, diretor da Escola Nacional de Ciências Políticas e Sociais, membro diretivo do CLAPCS, presidente da Associação Latinoamericana de Sociología, reitor da Universidade Nacional Autônoma do México.

na sociologia latino-americana, a partir da década de 1960, denominado "*Sociología Comprometida*" (FALS BORDA, 1987 [1970], p. 38).

Cumpre salientar que alguns teóricos/as irão, ao invés de utilizar a palavra *compromisso*, demarcar sua posição crítica e inconformista através de outros termos e mecanismos. É o caso do sociólogo brasileiro Florestan Fernandes que, por um lado, mantém uma vida política e militante ativa e ataca frontalmente os paladinos da neutralidade científica em diversas publicações, afirmando que suas colocações sublinham "*um irredutível inconformismo do autor diante da nossa situação histórico-social*" (FERNANDES, 1968, p. 13). Contudo, por outro lado, demarca que a explicitação desse fato não acarreta qualquer adulteração do conhecimento sociológico, vez que "*uma vinculação divergente com o cenário histórico-social constitui uma condição altamente positiva e estimulante, desde que o sujeito-investigador também seja capaz de livrar-se de seus possíveis condicionamentos limitativos*" (1968, p. 14). Ou seja, reivindica a necessidade e a possibilidade de superação dos condicionamentos próprios, de cada sociólogo/a, para a produção de conhecimentos '*científicos*'. Essa postura expressa o "*ecleticismo balanceado*" a partir do qual Florestan trabalha, utilizando ao mesmo tempo vários autores como Durkheim, Marx e Weber para construir sua sociologia crítica[158].

Essas perspectivas engajadas enfrentaram diferentes resistências no interior e fora do campo sociólogo. Houve, como era de se esperar, uma reação ligada à tendência cientificista, sob o argumento de que o compromisso afetava a produção de conhecimentos *verdadeiramente* científicos, a partir da reivindicação das premissas da corrente positivista e da matriz liberal-burguesa. Este argumento perpassou os posicionamentos do argentino Gino Germani (1964), do uruguaio Aldo Solari (2011 [1969]) e do sociólogo norueguês Johan Galtung (1965)[159]. Contudo, como salientado por Casanova (1978), essas reações se expressaram de forma matizada em função da capilaridade das sustentações do movimento da *Sociologia Comprometida* e tiveram respostas significativas na seara sociológica[160]. Ademais, as

[158] Outros teóricos, em função dos vínculos com a matriz de pensamento liberal-burguesa, preferirão termos como "*responsabilidade*" para designar a necessidade do intelectual e das Universidades contribuirem e potencializarem o desenvolvimento do país (MEDINA ECHAVARRÍA, 1964, p. 57). Um exemplo é o sociólogo espanhol Medina Echavarría que, a partir da crítica à razão técnica que teria ocupado as Universidades, opôs à irresponsabilidade ética do científico a "*responsabilidade de la inteligencia*" que se exerceria como um permanente "*compromiso con las alternativas de salida*" (MEDINA ECHAVARRÍA, 1967 apud GRACIARENA, 1982, p. 87).

[159] Para este sociólogo que esteve presente nos Institutos de Sociologia da Argentina, "[...] *sería triste que el deseo de produzir algo diferente de lo hallado en el Norte sólo condujera a la perpetuación de una meta-sociología del tipo aqui analizado, y no a una sana inventiva en la sociología empírica*" (GALTUNG, 1965, p. 101).

[160] Uma expressão dessas reações foram os escritos do sociólogo argentino Eliseo Verón, na *Revista Latinoamericana de Sociologia*, sobre um dos livros de Gino Germani. Nessa resposta, Eliseo Verón afirma que

revelações efetivadas pelos Projetos *Camelot*, *Colonia* e *Simpático* acabaram por conectar diretamente a sociologia empírica-positivista com as iniciativas imperialistas, o que retirou dessa corrente grande parte de sua legitimidade e retórica "*científica*" neutra (CASANOVA, 1978).

Vale ressaltar, nesse contexto, a atuação dos organismos internacionais na conformação da Sociologia Latino-americana. Não apenas os setores e departamentos de defesa dos Estados Unidos se envolveram com as pesquisas sociais na região, estiveram atuando ativamente os organismos de viés público como a UNESCO e a OEA, bem como as universidades e fundações privadas dos Estados Unidos e da Europa. De fato, a cooperação internacional, muitas vezes, foi na América Latina o único meio através do qual era possível manter e desenvolver instituições e estudos com escopo e dimensão regional, sendo o apoio da cooperação internacional pública fundamental para a fundação e a manutenção de diferentes centros de pesquisa latino-americanos (CLAPCS, FLACSO, CLACSO). Nesse sentido, foi possível não apenas a articulação dos/as sociólogos/as latino-americanos/as, mas o desenvolvimento de pesquisas, base de dados, revistas e planos investigativos de escopo regional. Por outro lado, essa cooperação internacional acabava por, muitas vezes, implicar o controle, por estes organismos, das pautas de pesquisa e das abordagens através das quais as temáticas deveriam ser tratadas, sendo acompanhadas, assim, pela necessidade de apropriação das premissas das correntes em voga nos países centrais. Nesse sentido é que a socióloga argentina Fernanda Beigel afirma que o controle estrangeiro não apenas se manifestava no âmbito industrial e produtivo, mas também no controle da investigação e do ensino em nossos países, através do financiamento principalmente norte-americano de universidades e centros de investigação (BEIGEL, 2016, p. 3)

Isso funcionou, em virtude das orientações predominantes nas instituições dos países centrais, para a Sociologia Latino-americana, como um estímulo ao positivismo, ao estrutural-funcionalismo e às abordagens empíricas e quantitativistas, bem como à afirmação da matriz de pensamento liberal-burguesa. Sobre o tema, Octavio Ianni relata que a seleção das pautas de pesquisa pressupõe zonas de visibilidade e de invisibilidade da realidade social, sendo comum

---

"*[...] es fácil comprobar que el modo genérico en que Germani expone los problemas del método científico ["procedimento gerais do conhecer científico", "tradição científica séria", "mecanismos usuais da ciência"] sólo puede suscitar acuerdo. [...] Con todo, creo que los problemas significativos de la teoria y la investigación en sociología – como así también las cuestiones claves para determinar la estratégia del desarrollo de esta ciencia en la región – recién empiezan más allá de ese consenso mínimo sobre las "reglas del juego" [...] Limitarse el enunciado de los princípios abstratos del método y pasar luego a discutir los problemas prácticos y de estrategia como si entre aquellos princípios y esta estrategia particular hubiera un passaje "neutral" lleva, a mi juicio, a crear la ilusión de que el consenso abarca mucho más de lo que abarca en realidad*" (VERÓN, 1965, p. 272/273).

que sejam selecionadas a partir de interesses políticos, como por exemplo os estudos contratados pela UNESCO sobre as relações raciais no Brasil em que este organismo estava interessado em comprovar "*cientificamente*" a existência de uma "*democracia racial*", frente as mobilizações crescentes do movimento negro pelo mundo (IANNI, 1976 [1971], p. 21/22). Assim, para este autor, em geral, a "*adoção de uma ideia problemática empírica, proposta a partir dos centros dominantes, envolve, em geral, a assimilação das próprias condições e limites da explicação*" (*ibidem*, p. 62/63). Graciarena demarca, ainda, que a cooperação internacional, quando efetivada com subsídios de fundações privadas, reproduz nosso papel de *exportadores* de dados sociológicos brutos para que se *industrializem* fora da região, ressaltando que os interesses práticos dessas fundações encobrem a busca por informações úteis para fins não científicos "*que es posible tengan que ver con certa preocupación por "controlar" los acontecimientos*" (GRACIARENA, 1965, p. 238).

Apesar dessa crescente pressão, é possível dizer que a Sociologia Latino-americana, na década de 1960, construiu uma perspectiva crítica em relação às dinâmicas de poder inerentes ao financiamento acadêmico e à produção de conhecimentos. Beigel (2013) afirma que, nos anos sessenta, as ciências sociais latino-americanas caracterizaram-se por uma maior liberdade intelectual expressa em uma redução significativa de referências estrangeiras e pela formulação de teorizações e conceitos a partir das realidades locais e nacionais, bem como pela aproximação metodológica dos países da região. Isso foi possível pelos espaços e circuitos nacionais e regionais de produção e circulação de conhecimentos que propiciaram os debates e acúmulos teóricos e metodológicos. É o caso da *Revista Latinoamericana de Sociología*, criada em 1965, com sede em Buenos Aires, que abarcou grande parte das problematizações teórico-metodológicas no campo crítico da Sociologia, bem como da CLACSO (Conselho Latino-americano de Ciências Sociais), criado em 1967, que articulou diferentes centros de investigações de toda região e impulsionou o debate através da criação de grupos de trabalho regionais[161]. Outros importantes espaços de acúmulo latino-americano foram o CLAPCS e sua *Revista América Latina*, os quais impulsionaram estudos com escopo regional e significativas pesquisas, encontros e seminários para a discussão coletiva das principais temáticas latino-americanas. Além de outras iniciativas de âmbito local – que tiveram como objeto a compreensão do cenário latino-americano – foram centrais para a construção de acúmulos

[161] Os documentos constitutivos da CLACSO estabelecem, como uma das funções do Conselho, fomentar a aplicação das ciências sociais aos problemas concretos da América Latina, incluídos os da integração latino-americana (CLACSO, 1967).

coletivos regionais, principalmente no campo crítico, entre os quais estão: o CELA (*Centro de Estudios Latinoamericanos*), da Faculdade de Ciências Políticas e Sociais da Universidade Nacional Autônoma do México[162], e o CESO (Centro de Estudios Socioeconómicos), da Faculdade de Economia Política, em Santiago no Chile[163]. Ademais, o VII, VIII e IX Congressos da ALAS que ocorreram em 1964, 1967 e 1969 tiveram relevo fundamental para a renovação dirigida e consciente das ciências sociais latino-americanas.

Vale ressaltar que todo esse acúmulo ocorreu a partir do debate nacional-desenvolvimentista que, apesar de seus limites, foi capaz de colocar como parâmetros centrais da produção teórica a mudança social e o compromisso, fazendo com que a realidade dos países periféricos e suas especificidades levassem a particularidades do "*fazer científico*" e à necessidade de superar uma visão eurocêntrica das sociedades latino-americanas. Em função disso é que o sociólogo Ruy Mauro Marini (1994b) destaca que, no momento fundacional das ciências sociais, "*los intelectuales latinoamericanos tratarán de establecer sobre bases firmes una tradición original e independiente en la teorización de la región*". Para este autor, para além de um enfoque nas particularidades da realidade latino-americana, a fundação da Sociologia, como disciplina acadêmica, seria marcada por um maior compromisso com a sociedade e a transformação de nossa realidade.

Contudo, essa convergência se deu pelo compartilhamento e pela atualização, gerados pela conjuntura dos países da América Latina, de premissas e dispositivos relacionados à matriz de pensamento independentista no interior da aliança ampla entre diferentes setores sociais que sustentou os projetos nacional-desenvolvimentistas na região. Essa situação já reproduzia enormes diferenças internas manifestadas pelos diferentes sujeitos, projetos políticos, caminhos e correntes de pensamento envolvidos, os quais propiciavam leituras diversas da realidade e cenários futuros antagônicos. Assim, os limites dessa aliança ampla e o acirramento dos antagonismos e conflitos entre os grupos e classes sociais, fez com que a Sociologia do Desenvolvimento se transbordasse, cada vez mais, no campo crítico, em Sociologia da Dependência (MARINI, 1973; SANTOS, 1986 [1978]; BAMBIRRA, 2012 [1972]; IANNI, 1976 [1971]), Sociologia da Libertação (FALS BORDA, 1987 [1970]), *Sociología de la Explotación* (CASANOVA, (1973) [1969]) e Sociologia da *Praxis* (MOURA, 1978), dentre

[162] O CELA foi criado em 1960, por iniciativa de Pablo González Casanova, com participação de Leopoldo Zea, Sergio de la Peña, Jorge Castañeda, María del Carmen Velázquez e Gabriel Zaldívar.

[163] O CESO foi criado em 1961 e, a partir de 1967, foi coordenado pelo sociólogo brasileiro Theotônio dos Santos. Como se verá, foi o espaço no qual se construiu o substrato para as teorias marxistas da dependência e que manteve um diálogo ativo com a vida política chilena e os movimentos sociais latino-americanos.

outros esforços explicitamente conectados à mudança revolucionária ou profunda da realidade social e aos grupos sociais explorados e oprimidos.

Esse campo crítico que conformará os contornos de uma produção teórica conectada à prática e à ação política dos sujeitos sociais e coletivos, isto é, praticará uma metodologia da ação coletiva que acaba por imbricar, de distintas formas, as diferentes fases da construção dos conhecimentos com as demandas e necessidades dos grupos sociais populares. Torna-se uma prática cognitiva que problematiza e/ou, pelo menos, flexibiliza a relação dicotômica entre sujeitos cognoscentes e objetos de estudo, ao tentar autenticamente produzir conhecimentos que funcionem como instrumentos vivos nas mãos dos movimentos sociais em sua construção da transformação social.

É também, nesse contexto, no final da década de 1960 e nos anos 1970, que começaram as produções teóricas de mulheres latino-americanas sobre o domínio patriarcal e a situação das mulheres na região (ZAMBONI e EGG, 1972). No campo crítico, buscaram, por um lado, visibilizar as conexões entre as classes e os gêneros nos capitalismos nacionais e/ou latino-americano, com enfoque para as noções de trabalho doméstico (SAFFIOTI, 2013 [1969]) e trabalho invisível (LARGUÍA e DUMOULIN, 1976 [1970]). Por outro lado, procuraram aprofundar a problemática da situação da mulher nos processos revolucionários em curso na América Latina (BAMBIRRA, 1971b e 1972) e adentrar nas peculiaridades das perspectivas femininas e/ou feministas de transformação social (LARGUÍA, HENAULT, MORTON, 1971). Em conexão com o ascenso do movimento de mulheres, a chamada segunda onda feminista latino-americana a partir do final da década de 1960, as mulheres vão se conformando como sujeitos sociais com demandas e particularidades próprias, mesmo que em conexão com os projetos político-históricos em disputa nesse momento histórico.

Essas perspectivas críticas passam também pelo debate dos modelos e papeis das Universidades. A década de 1960 presenciou na maioria dos países latino-americanos, ao lado do ascenso de diferentes movimentos, a revitalização das lutas estudantis que, nesse momento, assumiram as demandas dos grupos populares e se articularam com os diferentes movimentos em torno da construção dos projetos nacionais. Essa confluência concedeu ao debate sobre o papel da Universidade no cenário latino-americano contornos particulares, que revelam os avanços e os limites da perspectiva nacional nesse momento histórico.

Nesse contexto e a partir dessa confluência, a União Nacional dos Estudantes no Brasil, por exemplo, construiu um projeto de reforma universitária que, nos termos colocados por Álvaro Vieira Pinto, em estudo encomendado pela própria organização estudantil, pretendeu desligar a Universidade da "*vassalagem à classe dominante [...] pondo-a completamente a*

serviço do povo, enquanto massa trabalhadora" (VIEIRA PINTO, 1962, p. 150). Isso era fruto de uma análise segundo a qual as Universidades Latino-americanas eram espaços de perpetuação do modelo de dominação vigente e de difusão da alienação cultural do país, bem como de conhecimentos sem qualquer adequação com a realidade vivida, desempenhando o papel de controle social no terreno ideológico (*ibidem*, p. 47). Era necessário, assim, transformá-la não em termos pedagógicos, mas em sua essência, a fim de convertê-la em um instrumento eficaz de criação de uma cultura própria, estando direta e exclusivamente interessada em modificar a estrutura social antiga e injusta por outra estrutura humana e livre (*ibidem*, p. 16)[164]. A proposta de reforma universitária incluía - além do co-governo, da suspensão do vestibular, do caráter não aristocrático e da luta contra a vitaliciedade de cátedra – o *entrosamento* entre as instituições universitárias e os centros sociais de produção e entidades comunitárias[165].

Imerso no mesmo processo de convergência, o pensador brasileiro Darcy Ribeiro, como membro do governo de João Goulart e a partir de uma visão latino-americanista, defendeu a construção de uma universidade que correspondesse às necessidades do povo latino-americano, que apoiasse e atuasse no processo de transformação das sociedades, funcionando como agente de superação da dependência e do subdesenvolvimento. Para ele, as universidades deveriam cumprir simultaneamente três funções centrais: a função docente de preparação dos recursos humanos na quantidade e na qualidade necessárias para o desenvolvimento efetivo; a função criativa para dominar e ampliar o patrimônio humano do saber em todas as suas formas; a função política para se vincular à sociedade e à cultura nacional com o propósito de se converter no núcleo mais vivo de percepção de suas qualidades, de expressão de suas aspirações, de difusão de seus valores e de combate a todas as formas de alienação cultural e política (RIBEIRO, 1969, p. 74). Em que pese a avançada proposta geral, vale ressaltar que a extensão universitária aparece como parte da formação profissional, ou seja, focada na formação dos

[164] É interessante perceber a convergência entre a intelectualidade e o movimento estudantil nesse momento no Brasil. Álvaro Vieira Pinto, intelectual do ISEB, não apenas contribui na formulação do projeto de reforma universitária da UNE, mas também empreende esforços para contribuir na organização política dos estudantes. Nesse sentido, aconselha sua organização crescente, em sólida unidade, como força política e grupo de pressão, frente a sociedade e o corpo legislativo, a fim de atuar em prol do projeto coletivo estudantil e em detrimento do projeto das classes dominantes, devendo a Reforma Universitária estar "*no mesmo compasso com as demais reformas pretendidas pelo resto da sociedade*".

[165] A UNE, através do projeto *UNE Volante*, em 1962, percorreu quase todas as capitais do país e realizou mais de 200 (duzentas) assembleias em diferentes cidades, discutindo a Reforma Universitária, as lutas políticas no Brasil e as Reformas de Base propostas pelo então presidente João Goulart, bem como fundando Centros Populares de Cultura (CPC's). Esse processo incorporou muitos/as estudantes nas lutas políticas do país.

estudantes, não havendo indicações sobre formas de diálogo e de imbricamento concretos entre a estrutura universitária e os movimentos e demandas populares (*ibidem*, p. 173/178). Algumas dessas premissas inspiraram a criação da Universidade de Brasília (UnB) em 1962, a qual teve como um de seus protagonistas Darcy Ribeiro. Esta articulou a intelectualidade crítica brasileira em torno da construção de seu projeto que expressou, naquele momento histórico, no Brasil, a perspectiva mais avançada de educação superior já implementada.

Nesse contexto, o movimento estudantil desempenhou, em seus diferentes países, papeis fundamentais nos processos políticos e nas mobilizações sociais desse período. Sob influências das correntes marxistas, revolucionárias e cristãs e proveniente em geral dos setores médios (pequena burguesia, trabalhadores não produtivos, comerciantes etc.), articulou-se em torno dos projetos nacionalistas, buscando a radicalização destes em direção a transformações revolucionárias e socialistas em atenção às demandas populares e em conexão com os grupos sociais explorados e oprimidos. Assim, os/as estudantes se articularam menos em razão da proposta de reforma universitária e mais em direção às mudanças sociais, funcionando como um agente de agitação e mobilização central[166]. Exerceram, pois, papeis relevantes nos processos sóciopolíticos e nas ações contestatárias coletivas. Essas são as razões pelas quais os projetos de Reforma Universitária do movimento estudantil não avançaram em relação aos limites do projeto nacional-desenvolvimentista e de seu foco na formação de recursos humanos. Por outro lado, pelas mesmas razões e por seu vínculo com a construção de um projeto de país, as/os estudantes foram especialmente reprimidos/as, torturados/as e, muitas vezes, assassinados pela posterior repressão estatal em toda América Latina, sendo as Universidades consideradas espaços de subversão e resistência. Isso não significa que as estruturas universitárias já passavam efetivamente por mudanças significativas em sua conformação. Pelo contrário, a criação da UnB expressa, por um lado, o anseio e acúmulo coletivo por um Universidade inserida na realidade latino-americana que contribuísse nos processos de mudança social, mas, por outro, constitui uma iniciativa isolada, em que pese ter estimulado "*uma verdadeira campanha pela reforma universitária, no curso da qual todos foram se dando conta dos graves problemas que atravessava a universidade brasileira, incapaz de superá-los se continuasse nos mesmos trilhos*" (RIBEIRO, 1997, p. 248).

[166] Nesse momento, multiplicam-se os estudos sobre o movimento estudantil na América Latina. Alguns destes, foram colacionados na *Revista Latinoamericana de Sociología* em seus números no curso do ano de 1966. Isso se deveu também à reação estudantil já verificada no Brasil (1964) e na Argentina (1966) aos golpes militares, mas envolveu também outros países.

Essas iniciativas, bem como o próprio desenvolvimento do pensamento crítico e sociológico, foram arrassadas pela ditadura militar brasileira e pelos subsequentes regimes de contra-insurgência implementados em diversos países da América Latina. Com efeito, diante da radicalização crescente de amplos setores das sociedades latino-americanas, as classes dominantes do continente com apoio técnico e militar estadunidense desencadearam ditaduras ou governos autoritários, militares ou civis, em diversos países. Além de conter os processos de avanço, esses Estados de contra-insurgência[167] vão assegurar um novo ajuste no papel das economias dependentes no cenário mundial, o qual só foi implantado por meio da violência institucional, do terrorismo de estado e da supressão das liberdades civis e políticas. Nesse contexto, os movimentos sociais foram duramente reprimidos e perseguidos, as universidades arrassadas e a produção de conhecimentos críticos desestruturada.

> Esta guerra [contra-insurgente] provocou efeitos devastadores no campo popular, considerando as organizações políticas e sindicais destruídas ou desarticuladas; o número de dirigentes, militantes e simpatizantes assassinados, torturados, desaparecidos, presos ou expulsos de seus países; a violência e o terror exercidos sobre grande parte da população; o fechamento de espaços políticos e o estabelecimento de ditaduras militares em muitos casos; a proscrição de meios de comunicação; o fechamento de faculdades e cursos de ciências sociais; o empastelamento de editoras progressistas, a queima de livros, o controle das publicações e a proibição de manter determinados títulos ou autores em bibliotecas públicas e privadas (OSORIO, 2014, p. 245).

A implantação dos Estados contra-insurgentes expressou o rompimento da ampla aliança entre diferentes grupos sociais que sustentava os projetos nacional-desenvolvimentistas. Dessa aliança, como visto nos pontos anteriores, participava, de forma protagônica, a burguesia industrial nacional, mesmo que atrelada ao Estado e parcialmente aos setores agrário-exportadores. A massiva entrada do capital estrangeiro, com a emergência de novos ramos produtivos (automotor, eletrônicos e petroquímico), consolidará alianças entre parte dessa burguesia e o capital internacional (OSORIO, 2014, p. 213). Assim, ao invés da produção industrial de alimentos, vestuário, calçados e bens duráveis menos complexos, voltada para o mercado interno, que caracterizou o período entre 1950 e 1960, projeta-se uma industrialização seletiva e especializada em certos ramos produtivos voltada para um mercado de alto consumo, primeiramente interno, mas depois externo. Isso gera inicialmente conflitos no interior das classes dominantes que acabam ocasionando, em função da associação com o capital

[167] O sociólogo mexicano Jaime Osorio preceitua que os Estados latino-americanos, nesse momento, adotam a doutrina de contra-insurgência imperante nas escolas militares estadunidenses as quais foram centrais na formação de militares latino-americanos. Nessa qualificação, incluem não só os regimes explicitamente militares, mas também aqueles que, sendo civis, mantiveram um alto grau de repressão com participação das Forças Armadas (OSORIO, 2014, p. 214/219).

internacional, a confluência de parte da burguesia industrial, comercial e financeira e dos setores agrário-exportadores.

Essas mudanças prescindem da existência de um forte mercado interno, tornando dispensáveis as alianças sociais e políticas com os grupos sociais populares, os quais já vinha se mostrando - em função dos crescentes movimentos sociais e da consequente radicalização de alguns setores - como um risco ou uma ameaça aos interesses de reprodução da acumulação capitalista privada e imperialista. Nas palavras do sociólogo mexicano Jaime Osorio, "*aqueles setores sociais dominados que sobreviviam dessas alianças aparecem agora como um estorvo*" (*ibidem*, p. 215), o que, para o autor, expressa a impossibilidade do capital latino-americano para manter as alianças com referidos grupos, em particular com a pequena burguesia e o proletariado industrial.

Era necessário flexibilizar e/ou acabar com as prerrogativas dos/as trabalhadores/as e com a força de suas organizações, a fim de alcançar a dinâmica exigida pelos novos ramos produtivos e pelo mercado externo. O projeto de industrialização seletiva parcialmente voltado para o mercado interno, aos poucos, vai também sendo abandonado para a adequação à *nova* divisão internacional do trabalho, na qual os países da América Latina possuem, como principais papeis, o fornecimento de matérias-primas e alimentos no mercado mundial, bem como o provimento de espaços produtivos e trabalhadores, a baixo custo, para partes do processo produtivo das multinacionais (OSORIO, 2014). Aprofunda-se a dependência, a exploração do trabalho e os processos de apropriação e expropriação de terras, recursos naturais e bens coletivos e simbólicos, bem como a repressão à organização dos grupos sociais explorados e o disciplinamento através da violência e do medo.

Nesse contexto, os Estados de contra-insurgência foram capazes de desarticular os avanços alcançados e em curso pelos projetos nacional-desenvolvimentistas e desmobilizar os setores sociais em crescente radicalização, propiciando a rápida entrada dos países da América Latina na *nova* divisão internacional do trabalho. Em alguns países, os governos foram militares, a partir da tomada do aparato estatal pelas Forças Armadas e da centralização do poder e do controle sobre as políticas – no Brasil em 1964, na Argentina em 1966 e 1976, na Bolívia em 1971, no Chile e no Uruguai em 1973, em El Salvador em 1979. Em outros países, segundo Osorio (2014, p. 218/219), mesmo sem um golpe militar, o Estado de contra-insurgência tomou a forma de governos civis, tendo as Forças Armadas papel central na

contenção das insurgências através, dentre outras medidas, da destruição dos movimentos sociais e da eliminação física e repressão dos dirigentes e participantes de ações coletivas[168].

Cumpre salientar que, em cada país, houve resistência firme e heroica contra os Estados de contra-insurgência. Vários movimentos sociais ou parte deles partiram para a luta armada, inclusive impulsionando divisões no interior dos Partidos Comunistas, e se organizaram no campo e nas cidades, na tentativa de viabilizar a derrocada desses regimes. São os casos, no Brasil, da Aliança Libertadora Nacional (ALN), da Ação Popular (AP), da Vanguarda Armada Revolucionária Palmares (VAR-Palmares); na Colômbia, das *Fuerzas Armadas Revolucionarias de Colombia – Ejercito del Pueblo* (FARC-EP), do *Ejercito de Liberación Nacional* (ELN); no Peru, do *Sendero Luminoso;* na Argentina, dos *Montoneros* e do *Ejército Revolucionário del Pueblo;* na Venezuela, do *Movimiento Izquierda Revolucionária* e das *Fuerzas Armadas de Liberación Nacional*; em Honduras, das *Fuerzas Revolucionarias Populares Lorenzo Zelaya* e dos *Chinchoneros*. Outros movimentos que já se constituíam como revolucionários ou guerrilheiros voltaram suas ações contra os governos autoritários. Esses são os casos dos *Movimiento de Liberación Nacional - Tupamaros* no Uruguai, do *Movimiento Izquierda Revolucionária* no Chile, das organizações da *Frente Farabundo Martí para la Liberación Nacional* em El Salvador, das organizações da Unidade Revolucionária Nacional na Guatemala, da *Frente de Liberación Nacional* no México e da Frente Sandinista de Libertação Nacional, na Nicarágua, dentre outras organizações e movimentos. Esta última, após inúmeras insurreições populares, logrou alcançar o poder político nesse país em 1979, implementando, apesar dos inúmeros ataques contrarrevolucionários, medidas avançadas como a reforma agrária e as Cruzadas Nacionais de Alfabetização. Vale ressaltar também a heroica atuação das *Madres de la Plaza de Mayo* ao lutar pelo fim das repressões na Argentina, dando continuidade às lutas de seus filhos e filhas desaparecidas. Para enfrentar essa resistência, os Estados de contra-insurgência empreenderam políticas severas de repressão e se associaram, sob a orientação dos Estados Unidos, para conter e desarticular conjuntamente os movimentos e organizações. Um dos planos implementados no cone sul, com participação também de governos de países do norte do sub-continente, chamou-se *Operação Condor*.

[168] Em grande medida, os regimes de contra-insurgência comprovam as leituras de parte do campo crítico no sentido da impossibilidade de uma aliança com a burguesia nacional e latino-americana em torno de um projeto verdadeiramente nacional, vez que esta foi gestada e se encontra em subordinação ou em associação ao capital internacional e às classes burguesas dos países centrais.

Através dessas medidas, os avanços e os projetos nacionais, na maior parte dos países latino-americanos, foram duramente estancados, sendo implantado, através da contra-insurgência, um modelo profundamente dependente, que envolvia o endividamento ostensivo dos países latino-americanos, conectado aos interesses do capital internacional. Esse processo não foi modificado com as aberturas políticas e as redemocratizações dos países da região, a partir do final da década de 1970, sendo estas conduzidas, apesar das mobilizações sociais, sob a batuta das classes dominantes. Ademais, o neoliberalismo adotado em seguida pela maior parte do subcontinente como política econômica de austeridade, desregulamentação e abertura dos mercados nacionais acentuou, ainda mais, o caráter capitalista dependente da organização socioeconômica latino-americana.

Cumpre salientar que, apesar da violência perpetrada durante longos anos contra os movimentos sociais, no final da década de 1970, começa, com diferentes ritmos em cada território, um processo de rearticulação das forças populares. Concorreu, para isso, a deterioração das condições de vida e de trabalho, o desrespeito aos direitos fundamentais e bens coletivos, o ataque às terras comuns e recursos naturais e o resgate de imaginários coletivos de resistência. Aos poucos, percebe-se, com particularidades em cada uma das espacialidades, o ressurgimento do movimento sindical, a rearticulação do movimento camponês, o fortalecimento do movimento indígena, a formação do movimento negro, o contínuo ascenso do movimento de mulheres, a organização do movimento de mulheres negras e do movimento de mulheres indígenas e uma série de movimentos pela efetivação de direitos fundamentais (movimentos de moradia, movimentos pela saúde, movimentos pelos direitos humanos, movimentos ambientalistas), dentre outros que vão concedendo contornos específicos a esse novo momento histórico das contestações sociais na região. Com a abertura política, foram criadas e retomadas organizações e partidos políticos da esquerda latino-americana que se relacionaram, de diversas formas, com as contestações sociais que se multiplicavam na região.

É a partir desse contexto de contra-insurgência e de rearticulação dos movimentos e forças populares que analisaremos, no próximo ponto, as transformações na produção de conhecimentos na América Latina.

4.2 **A contra-insurgência e a re-articulação das forças sociais: experiências emblemáticas e Sociologia dos Movimentos Sociais**

As diferentes formas, ritmos e intensidades dos Estados de contra-insurgência – que expressava a conformação das lutas entre classes e grupos sociais nos diferentes países – marcaram as continuidades e as rupturas nas experiências e nos avanços conceituais e teórico-metodológicos no âmbito do pensamento crítico na região. Assim, países nos quais a implantação de governos autoritários se deu no curso da década de 1970 acabaram por funcionar como espaços de reprodução e radicalização do pensamento conectado a grupos populares da região. Por outro lado, estados que adotaram formalmente a forma democrática permitiram o prolongamento de experiências, mesmo que isoladas, de produção de conhecimentos em associação com os movimentos sociais. Ademais, a intensidade da política repressiva desses Estados marcará a possibilidade e os limites da re-articulação das forças populares e da ação contestatária. De todo modo, é possível identificar fluxos articulados que expressam a desestruturação do pensamento crítico da região.

Em primeiro lugar, os Estados de contra-insurgência eliminam ou marginalizam nas instituições universitárias o pensamento crítico. Através de prisões, exílios, perseguições, demissões em massa e repressão, os/as professores/as que eram partes ou se articulavam organicamente com movimentos ou apenas produziam conhecimentos desde uma perspectiva crítica são assassinados, expulsos ou impossibilitados de permanecer nas Universidades de muitos países. Além disso, centros de pesquisa, de caráter nacional ou latino-americano, que organizavam o trabalho coletivo de produção intelectual são fechados. É o caso do ISEB, logo após o golpe de 1964, do CLAPCS, alguns anos depois, e do CESO no Chile. Ademais, a censura e o controle sobre o ensino e a produção teórico-prática impossibilitaram a continuidade dos trabalhos críticos e associados à realidade nacional e/ou latino-americana. A necessidade de submissão e de concordância às premissas e mandos dos governos autoritários levou professores/as e pesquisadores/as a se afastarem, inclusive coletivamente, das Universidades.

Essas ações dirigidas levam à hegemonização da corrente positivista e da matriz de pensamento liberal-burguesa tanto na produção intelectual quanto na conformação das estruturas universitárias. Consagra-se a neutralidade axiológica como parâmetro fundamental da produção de conhecimentos, dissociando-a da realidade e dos contextos nacionais e latino-americanos e da perspectiva da transformação social. As abordagens dialéticas, histórico-estruturais, marxistas e críticas tornam-se, nos espaços institucionais, cada vez mais raras.

Concede-se ênfase à fragmentação disciplinar e ao isolamento das áreas do conhecimento, pulverizando, cada vez mais, a análise e a compreensão dos diferentes planos e dimensões da vida social. As agendas e temáticas de pesquisas se transformam radicalmente. Temas como imperialismo e dependência vão desaparecendo progressivamente, "*precisamente em momentos em que as condições objetivas do capitalismo latino-americano exibiam um agravamento sem precedentes da dependência externa, a impressionante erosão da soberania nacional dos estados e uma submissão aos ditames do imperialismo*" (BORÓN, 2007, p. 459).

Para isso, contribuiu a ação contínua e paciente dos organismos e fundações privadas norte-americanas e europeias que, a partir do financiamento de pesquisas com temas, abordagens e métodos pré-determinados, passaram a controlar a produção de conhecimentos efetivada em muitas univerdades e centros de pesquisa latino-americanos. É certo que a vulnerabilidade política e econômica dos intelectuais, ocasionada pelos Estados de contra-insurgência, facilitava a aceitação do financiamento externo como forma de sobrevivência e de continuidade das pesquisas (PETRAS, 1988, p. 81/82). Por outro lado, a eliminação e o isolamento de muitos/as intelectuais comprometidos enfraquecia reflexões e posições críticas sobre a cooperação internacional – as quais acabavam por impor limites a essa relação nas décadas de 1950 e 1960 -, o que gerou efeitos devastadores nas instituições latino-americanas, quais sejam: inadequação dos temas de pesquisa, enfoques equivocados em certas configurações da realidade e dos problemas sociais, abordagens tendenciosas, aplicação mecânica e acrítica dos pressupostos, teorias e métodos da matriz liberal-burguesa, dentre outros. Os debates acadêmicos latino-americanos tornaram-se paulatinamente as polêmicas requentadas norte-americanas e europeias, deixando de tratar, com centralidade, da perspectiva de transformação das sociedades da região ou tratando a situação latino-americana sob um olhar externo. É assim que a guerra contra-insurgente é compreendida nos limites da violação de direitos humanos e não como violência de certas classes e grupos sociais em prol de uma certa organização socioeconômica da vida na região. A partir da ausência da análise histórica e crítica da relação entre classes e grupos sociais, os enfoques tenderam a autonomizar as dimensões da vida social e a direcionar a compreensão dos fenômenos sociais nos binômios autoritarismo e democracia. Com base na análise dos financiamentos externos entre as décadas de 1970 e 1980, o sociólogo norte-americano James Petras aduz:

> Se a primeira onda de assistência econômica externa foi dirigida à crítica do modelo econômico e às violações dos direitos humanos das ditaduras militares, a segunda onda foi dirigida para o estudo dos novos movimentos sociais, enquanto a terceira onda de financiamentos se concentrou no processo de democratização e da dívida. Os estudos então realizados se encaixavam num mesmo esquema: sobre a ditadura

> enfocaram seus ímpetos politicamente repressivos e os vínculos econômicos e militares com as elites da Europa Ocidental e Estados Unidos; a violência de Estado foi analisada em termos de violação dos direitos humanos, não como expressão de domínio de classe, da luta de classes, da violência de classe; a base política que surgiu desses estudos delineou o tema como concepções políticas enfrentadas, como conflitos entre a democracia liberal e a ditadura militar, a dissociação deliberada da estrutura de classe do poder estatal foi justificada pela ideia de que a área política era autônoma e independente da sociedade civil. [...]
> A terceira etapa do financiamento relativa à democratização foi a mais abertamente ideológica: a pesquisa foi centrada num conjunto de fórmulas que justificavam a acomodação com as elites militares e econômicas, locais e estrangeiras, como a única opção viável e possível [...]
> [...] Em outras palavras, as pesquisas conduzidas por institutos latino-americanos revelam um conjunto comum de temas e receitas políticas. Os estudos contêm uma grande quantidade de dados e de informações, poré, embutidos num quadro ideológico densamente influenciado pelas agências externas de financiamentos. Em cada ponto, os provedores de fundos destacam temas de particular interesse dos responsáveis pelas decisões de política externa ou empresarial. Procuram criar alternativas politicamente estáveis para as ditaduras e definir forças políticas capazes de enfrentar futuros desafios à hegemonia ocidental do mercado. Sua meta básica é estabelecer a hegemonia ideológica entre os intelectuais latino-americanos, uma vez que estes lhe servem como importante terreno de recrutamento, para a classe política de centro-esquerda (PETRAS, 1988, p. 82).

Desse modo, em um primeiro processo, o pensamento crítico é eliminado e/ou isolado em alguns centros de pesquisa e universidades – como se verá a seguir – e, em um segundo momento, impulsiona-se ativamente a mudança do sentido e do alcance da crítica e a própria perspectiva de transformação social. Paralelamente a isso, os circuitos regionais e suas revistas acompanharam esse movimento, sendo progressivamente esvaziadas de seu conteúdo crítico. Interrompe-se, assim, "*o florescimento de um pensamento próprio voltado para nossas particularidades*" (RIBEIRO, 1997), através da ação conjunta dos grupos sociais dominantes interessados na perpetuação do *status quo* e na erradicação da capacidade criativa dos meios intelectuais latino-americanos, sendo central o papel do direcionamento e do financiamento dos organismos internacionais. Para o sociólogo equatoriano Agustín Cueva (1988), as teorias sociais críticas e radicais foram vítimas de uma das contrarrevoluções culturais – e, portanto, políticas – mais violentas da história latino-americana.

Em função disso é que Octavio Ianni descreve, no prefácio ao livro *Sociologia da Sociologia Latino-americana*, em 1971, que a sociologia latino-americana possui duas correntes. Por um lado, uma corrente que está "*fora da lei*" ou é apenas tolerada e, por outro, outra corrente sociológica que encontra melhor recepção em círculos universitários e governamentais. O que diferencia estas duas seria a espécie de conhecimento científico produzido. Explica que a primeira delas é habitualmente combatida e segregada e tem contribuído para o conhecimento das condições de existência social das diferentes classes sociais na América Latina, em suas relações de acomodação, tensão e negação recíproca. Esta

seria uma perspectiva crítica que envolve tanto a compreensão das estruturas de dominação política e econômica como os métodos de trabalho na sociologia. A outra corrente, que tem sido progressivamente oficializada, tende a produzir conhecimentos sobre os problemas sociais propostos pelas classes dominantes, com o objetivo de aperfeiçoar o *status quo*, colaborando com a preservação das condições vigentes de dominação política e repartição social, funcionando como uma técnica de controle social ou, no máximo, uma técnica de mudança social controlada (IANNI, 1976 [1971], p. 1/2).

O isolamento e a marginalização dos intelectuais e do pensamento críticos, aliado à guerra contra-insurgente que reprimia e eliminava os movimentos sociais, foi ocasionando o afastamento progressivo entre a produção teórica comprometida e a prática política dos sujeitos coletivos. O vínculo orgânico entre a intelectualidade e os movimentos sociais vai se fragilizando através da violência e da repressão estatal, o que retira dos movimentos parte de sua capacidade de análise e compreensão da realidade e retira dos intelectuais, mesmo daqueles pertencentes a movimentos sociais, a imersão nos problemas e desafios dos grupos populares, nublando o acesso a horizontes de visibilidade e aos acúmulos das experiências contestatárias. Ao serem afastados/as das lutas e de seus contextos nacionais, o vínculo dos intelectuais com os movimentos e lutas sociais tende a se tornar um elemento abstrato e/ou ocasional, o que, em que pese estimular formulações críticas, se manifesta na diminuição da capacidade de compreensão e de inserção na práxis contestatória dos sujeitos coletivos, bem como na perda de dimensões críticas e principalmente criativas advindas do cotidiano e da concretude da realidade e da resistência efetivada pelos grupos. O contato com a permanente reprodução, criação e transformação de matrizes de resistência pelos sujeitos coletivos torna-se algo indireto e provisório para grande parte dos/as pensadores/as críticos. Esse distanciamento tende a gerar uma perda de referência desses intelectuais e desse pensamento nas próximas gerações de militantes e movimentos sociais, o que é acentuado pela invisibilização operada pelas universidades, classes dominantes e forças imperialistas. Essas, a nosso ver, são das piores heranças dos Estados de contra-insurgência para o campo crítico na América Latina.

É esse processo - em alguns casos em curto prazo, em outros países em longo prazo - que observamos nos diferentes centros de pesquisa e universidades que aglutinaram intelectuais críticos que seguiram produzindo conhecimentos orientados para a ação transformadora[169],

[169] Como descrito por James Petras, alguns intelectuais se institucionalizaram e passaram a trabalhar acriticamente para o Estado e para agências internacionais que financiavam determinadas investigações. Assim, passaram a produzir conhecimentos de acordo com os parâmetros políticos e teórico-metodológicos determinados por diferentes atores internacionais. De acordo com o supramencionado autor, esse processo foi gradual e impulsionado pela vulnerabilização dos cientistas sociais da região ocasionada pelas ditaduras militares,

tendo como uma das exceções o CESO, em Santiago do Chile, até 1973. Isso em função dos sucessivos golpes militares na América do Sul que obrigaram grande parte dos intelectuais críticos a buscarem exílio e condições propícias para que pudessem seguir e intensificar seus trabalhos teóricos e militantes[170]. Vânia Bambirra (1983) esclarece as razões deste fenômeno:

> [...] hacia Chile convergieron, a partir de mediados de los años sesenta, militantes e intelectuales revolucionarios de diversos países donde el movimiento revolucionario había sufrido unas derrota momentánea o en donde éste acumulaba fuerzas para una nueva ofensiva. Chile se transformó, en aquella época, en uno de los más importantes centros de la resistencia latinoamericana en contra de las dictaduras. […] Chile era un país muy afectado por la crisis económica y la dominación imperialista se acentuaba bajo el gobierno de Frei; pero el movimiento popular […] mantenía su personalidad própria, su peso específico y amenazador en la sociedad chilena. Había pues una amplia apertura y el estímulo para el desarollo de la ciencia social revolucionaria. (BAMBIRRA, 1983, p. 21/22).

Essa tendência foi acentuada pela vitória da Unidade Popular e de Salvador Allende para o governo chileno, o que atraiu ainda mais pensadores/as de diferentes países latino-americanos para o Chile. Nessas condições, o CESO se tornou um importante espaço de diálogo e construção teórica e conceitual, que mantinha relações orgânicas com os movimentos sociais e as lutas políticas da sociedade chilena e da América Latina. Três pesquisadores do CESO ocuparam cargos no governo Allende – Pedro Vuscovick como ministro do Planejamento, Sérgio Ramos como seu assessor e Orlando Caputo como diretor da empresa de cobre Codelco –, além de haver pesquisadores do CESO membros ativos de movimentos sociais – Ruy Mauro Marini era do *Movimiento Izquierda Revolucionaria* e Thetônio dos Santos era do Partido Socialista Chileno.

O CESO funcionou, assim, em um efeito inesperado para a contra-insurgência, como um dinamizador da *latino-americanização* dos avanços e formulações teóricas do pensamento crítico. Foi a partir desse debate coletivo que a Teoria Marxista da Dependência se consolidou, surgindo daí seus trabalhos fundantes que foram centrais para a compreensão da história e da realidade da região. Em um dado momento, chegaram a estar reunidos no CESO, além de Vânia

ressaltando que a relação entre pesquisadores/as e agências internacionais é sutil e paciente e que a imposição dos pressupostos epistemológicos e teórico-metológicos e o controle das pautas foi um processo lento que acabou conformando a produção de conhecimentos desses/as pensadores/as. Isso, por óbvio, não aconteceu em todos os casos de cooperação internacional, mas exemplos dessa trajetória não faltam na história das ciências sociais latino-americanas. Casos emblemáticos são os caminhos de diversos/as pesquisadores/as ligados ao Centro Brasileiro de Análise e Planejamento (CEBRAP) no Brasil.

[170] Ruy Mauro Marini, por exemplo, exilou-se, primeiro, no México, entre 1964 e 1969, onde redige e publica, aliás, os ensaios que explicitavam sua visão do golpe militar brasileiro e que, fundamentalmente, compõem o livro *Subdesenvolvimento e Revolução* (2012).

Bambirra, Theotônio dos Santos, André Gunder Frank, Ruy Mauro Marini, Roberto Pizzaro e Orlando Caputo, os brasileiros Emir Sader, Eder Sader, Marco Aurélio Garcia, Jorge Mattoso e Teodoro Lamounier; os argentinos Tomás Vasconi e Inés Recca; os cubanos Germán Sanchez e José Bell Lara; o francês Régis Debray; e os chilenos Marta Harnecker, Pedro Vuscovick, Alberto Martínez, Pio Garcia, Cristóbal Kay, Sergio Ramos, Jaime Osorio, Cristian Sepúlveda, Álvaro Briones e Silvia Hernandez, dentre outros/as (MARTINS, 2006). Tratou-se de um momento fundamental para o pensamento crítico da América Latina que expressou a radicalização da intelectualidade em sua conexão orgânica com os movimentos sociais e lutas políticas, mesclando efetivamente a produção teórica com as resistências e perspectivas de transformação revolucionária da realidade latino-americana. Contudo, esses avanços não abordaram explicitamente questões teórico-metodológicas, nem tampouco trabalharam as potencialidades, limites e caminhos da produção de conhecimentos a partir da sinergia com as lutas e os movimentos sociais.

Frente ao novo golpe militar, agora, em Salvador Allende no Chile em 1973, muitos/as intelectuais foram para o México e encontram no CELA um novo espaço de acolhimento e um centro de intensos debates acerca da realidade latino-americana. Nesse contexto, a produção de conhecimentos alcançou níveis de densidade e profundidade teórica e conceitual, envolvendo ainda mais intelectuais, inclusive dos países do norte da América Latina e do Caribe. Sobre este cenário intelectual, Marini afirma sua perplexidade ao confrontar "*a originalidade e liberdade de criação próprias daquela época com a subordinação atual do nosso pensamento aos padrões norte-americanos e europeus*" (MARINI, 1993, p. 68). Contudo, os movimentos sociais do México estavam submetidos a uma guerra contra-insurgente violenta e repressiva perpetrada pelo Estado que, em que pese manter um caráter formalmente democrático, buscava a eliminação das resistências e da contestação social através de *matanzas* coletivas de estudantes, camponeses e operários, formação de grupos paramilitares, desmobilização violenta de guerrilhas e ações militares e repressivas despropocionais, com apoio dos Estados Unidos. A formalidade democrática que levou o Estado Mexicano, através de seu presidente Luis Echeverría Álvarez, a conceder asilo político a vários/as dirigentes e intelectuais dos países da América Latina, contudo exigia a não participação em movimentos sociais e mantinha, através de ações mas principalmente pelo medo e pavor, controle sobre a atuação dos/as exilados/as. Portanto, os desenvolvimentos teóricos e conceituais se dão paralalemente ao isolamento desses/as intelectuais dos seus contextos nacionais e dos sujeitos coletivos da região, o que fazia com que o pensamento continuasse crítico mas em progressiva desarticulação com a prática política dos movimentos sociais e com as lutas sóciopolíticas de seus países.

Atento a esse gradual rompimento entre o pensamento crítico e prática política ocasionado pela guerra contra-insurgente, o sociólogo Ruy Mauro Marini, em entrevista efetivada em 1973, expõe que as forças sociais universitárias comprometidas com a mudança não apenas devem criticar o sistema capitalista, mas, ao mesmo tempo, devem contribuir, de maneira ativa, para propiciar ações políticas revolucionárias. Cita um exemplo da Federação de Estudantes da *Universidad de Concepcion*, no Chile, onde os estudantes, em trabalho de extensão com a população camponesa, não se limitaram em realizar vivências, estudos e críticas à situação do campesinato, mas realizaram um trabalho sistemático de discussão e politização. Marini conclui que "l*os estudiantes de Concepción pasaron de la Universidad crítica a la Universidad militante*" e enfatiza a necessidade de se construir uma universidade crítica, mas que seja "*un centro que se proyecte hacia la acción política a lado de las masas trabajadoras"* (MARINI, 1973b).

No mesmo sentido, o sociólogo colombiano Fals Borda destaca a necessidade de o intelectual ir além do falar, escrever e pensar criticamente, demarcando que, na Colômbia, essa forma de contribuir com a transformação não produziu quase nenhum efeito para o combate ao sistema econômico e social. Pelo contrário, "*el dejar discutir ideas y publicar artículos y libros (no importa cuán extremistas sean) puede ser benéfico para el sistema, ya que permite a sus defensores destacar la "amplitud" del debate y lo "democrático" de sus instituciones*" (FALS BORDA, 1987 [1970], p. 73). Ressalta, assim, o desafio de os/as pesquisadores serem participantes ativos na mudança social.

É nesse contexto que se situam experiências emblemáticas, na região, de produção de conhecimentos que tentaram re-articular teoria e prática, no campo crítico, a partir da década de 1970. São iniciativas que apenas foram possíveis, nesse momento histórico, nos países em que a guerra contra-insurgente se deu travestida de governos civis, formalmente democráticos, e que a repressão teve inicialmente um caráter diverso e se desdobrou de forma mais gradual. Isso permitiu a continuidade de certos desenvolvimentos teóricos, mas principalmente expressou avanços teórico-metodológicos rumo a um maior diálogo e imbricamento com os movimentos sociais na produção de conhecimentos. Buscou-se, nessas experiências, avançar nas possibilidades de vinculação concreta entre construção de saber e sujeitos coletivos e de abertura às diferentes matrizes de resistência e conhecimentos gestados pelos grupos sociais em resistência. Enfatizou-se, assim, as potencialidades e os limites da inserção efetiva dos intelectuais nos processos de luta.

Foram experiências realizadas pelos próprios movimentos sociais ou por centros de pesquisas que se colocaram as supramencionadas tarefas, intitulando esses processos como

investigación militante, *investigación activa*, *investigación acción* ou *investigación-acción-participativa*. Aconteceram principalmente na Venezuela no interior do *Movimiento Izquierda Revolucionária* – MIR (ACOSTA, BRICEÑO e LENZ, 1978) e na Colômbia através, dentre outros, do centro de pesquisas *La Rosca de Investigación y Acción Social*, bem como, com menor alcance e sentido, em outros países como na Bolívia e no Peru. Assim, expressam, por um lado, um movimento de radicalização de setores da intelectualidade ligados aos movimentos sociais, frente à conjuntura enfrentada na região, em busca de produzir conhecimentos para efetivamente mudar a realidade dos grupos populares. E, por outro, expressam e refletem, em suas teorizações e atuações, as *práticas cognitivas* militantes que já se encontravam em construção na região desde o início do século pelo campo crítico. É com base nessas *práticas cognitivas* militantes reproduzidas e reiteradas em diferentes momentos históricos na região, inclusive em termos teórico-metodológicos, que foi possível às experiências, a partir da década de 1970, desenvolverem reflexões mais profundas e avançarem na articulação entre teoria e prática. Foram capazes, em certa medida, de explicitar e potencializar as premissas e práticas centrais realizadas, muitas vezes intuitivamente, pelos pensadores/as críticos/as e pelos movimentos sociais latino-americanos em sua história.

A trajetória dos pesquisadores da *La Rosca* é emblemática para demonstrar esse caminho. Este centro de pesquisas foi fundado em 1970 pelo sociólogo Orlando Fals Borda e pelos cientistas sociais colombianos Gonzalo Castillo Cárdenas, Augusto Libreros e Victor Daniel Bonilla. Nas palavras de Fals Borda, tratou-se de uma iniciativa de cientistas sociais que buscaram saídas novas e mais eficazes às ciências sociais, que "*desean tener essa rara oportunidad de poner en práctica las ideas que se exponen en las aulas o en los libros, e involucrarse en la realidad de los procesos sociales de base*" (FALS BORDA, 1973, p. 49). Assim, buscavam colocar seus conhecimentos a serviço dos grupos sociais explorados e oprimidos, a fim de alimentar e acelerar os processos sociopolíticos revolucionários da Colômbia, e pretendiam desenvolver aportes teórico-metodológicos para potencializar esse caminho. Segundo seu estatuto, pretende

> [...] *realizar trabajos y buscar nuevos métodos de investigación y acción social, destinados a aumentar la eficacia de la lucha por la justicia y la autonomia en Colombia; estimular la adopción de una perspectiva própria para el estudio de la realidad nacional y para la actividad social, política y economica; y promover la dinamizacion de la cultura popular necesaria para este esfuerzo simultáneo de construcción científica y cambio social*. (FALS BORDA, 1973, p. 49).

Desse modo, os/as intelectuais vinculados/as à *La Rosca* entendem ser uma necessidade a superação do colonialismo intelectual e que esta é alcançada por uma postura anti-dogmática e pela articulação, junto aos grupos sociais populares, entre a compreensão histórico-social e a ação política. Nessa direção, adotam, a partir de 1971, a corrente marxista como método de trabalho – e não como um dogma – "*en sus aspectos teórico-práticos y adaptandolos a la realidade colombiana*" (PARRA ESCOBAR, 1983, p. 19), sendo fundamental para os trabalhos realizados principalmente até 1973 os estudos das revoluções cubana, vietnamita e chinesa. Contudo, o uso da corrente marxista e suas diferentes vertentes, com destaque para o pensamento de Mao Tsé-Tung, não impedia a influência de outras correntes teóricas presentes no histórico dos/as pesquisadoras e nos debates intelectuais do momento histórico, bem como o explícito e franco esforço de "*nacionalizar o marxismo*". Nesse sentido, abriram-se para as expressões campesinas, indígenas e populares *autênticas* tanto em seu conteúdo histórico quanto em suas formas e práticas de existência e de conhecimento. De acordo com os membros de *La Rosca*, a recuperação destas era a base para um movimento revolucionário adaptado ao país.

A entidade funcionou até 1975 e, nesse período de intenso trabalho, fundou, em toda Colômbia, *Frentes de Estudio-Acción* que mobilizavam camponeses, sindicatos, estudantes, trabalhadores urbanos e coletivos variados (PARRA ESCOBAR, 1983, p. 15/30). Nos trabalhos com os camponeses, as ocupações de terra eram seguidas de uma potente recuperação da história das lutas sociais da região e, em função desses resgastes, passaram a fundar *Baluartes de Autogestión Campesinos* que serviam tanto para organizar a produção quanto como centros de formação e agitação cultural[171]. Os/as pesquisadores/as trabalhavam em parceria com diferentes movimentos sociais, com destaque para a *Asociación Nacional de Usuários Campesinos* (ANUC) e *Consejo Regional Indígena del Cauca* (CRIC). Buscavam reforçar as organizações próprias dos grupos sociais populares na tentativa de superar o diagnóstico, por eles realizado, de estancamento e crise do movimento revolucionário no país. Desse modo, realizaram diferentes investigações regionais dos problemas sociais, a partir da inserção do/a

[171] O termo *baluarte* foi fruto de uma recuperação da história das lutas regionais após uma retomada de terra no *Valle del Sinú* da qual Orlando Fals Borda participou desde a entrada forçada. A partir da ocupação das terras, iniciou-se o processo de recuperação histórica que mostrou a importância do imigrante anarquista italiano Vicente Adamo que, durante a década de 1920, organizava os camponeses em *Baluartes Rojos*. A recuperação memória histórica fortalecia os laços de pertencimento, a solidariedade do grupo e o ímpeto rebelde dos participantes (ROJAS, 2015, p. 11).

intelectual no processo social e de um enquadramento sócio-histórico amplo; recuperaram histórias e conhecimentos dos grupos sociais; trabalharam formas de devolução sistemática das produções teóricas, inovando nos formatos dessas comunicações[172]; realizaram seminários, cursos, publicações e filmes militantes para dinamizar as áreas de sinergia entre a *La Rosca* e o campo contestatário.

Com isso, foram desenvolvendo o método de *estúdio-acción*, com protagonismo do sociólogo Orlando Fals Borda e de suas propostas teóricas. Esse método propõe a *inserção* do/a pesquisador/a nos processos e lutas sociais e a produção de conhecimentos e ações a partir do compromisso com os grupos populares e com a perspectiva de mudança profunda e radical da sociedade. Em 1972, *La Rosca* lança um trabalho coletivo denominado *Causa Popular Ciencia Popular: una metodologia del conocimiento científico a través de la acción*, resultado de uma intensa prática crítica, no qual desenvolve as bases do método de *estúdio-acción* que leva à *investigación militante*, o que permitiria aos cientistas sociais responder criticamente às exigências da história sem detrimento da ciência, colocando-a a serviço dos grupos populares (BONILLA et al., 1972, p. 6).

Nesse livro, a partir de uma análise, por um lado, do papel das ciências sociais "livre" de valores nos processos neo-colonialistas na região e, por outro, do papel desempenhado pelos cientistas sociais latino-americanos comprometidos na corajosa construção do pensamento crítico e no apoio aos grupos populares, os autores se propõem a construir métodos adequados que potencializem as possibilidades reais de "*una ciencia social comprometida con las clases populares y sus luchas*" (*ibidem*, p. 17)[173]. O primeiro passo seria reconhecer a origem pequeno-burguesa dos esforços a fim de superar seus limites e trazer maior consciência e abertura às teorizações e às práticas. Trabalham, assim, os conceitos de inserção, as possibilidades de conhecimento através da ação, as iniciativas de recuperação crítica da história e de devolução sistemática do conhecimento, além de esboçar um caminho de pesquisa que passa por diferentes

[172] Como muitos camponeses e trabalhadores eram analfabetos, trabalhou-se formas de comunicação alternativos aos textos e informes científicos, tais como relatos gráficos, relatos musicalizados e cantados e relatos representados e teatralizados (ROJAS, 2015, p. 11). Um exemplo emblemático das possibilidades de comunicação é o livro de Orlando Fals Borda lançado anos depois, em 1979, *Historia Doble de la Costa* no qual são construídos dois textos simultâneos: um texto com termos e análises científicas, localizado nas páginas ímpares, e o outro com narrativas populares nas páginas pares.

[173] Nesse contexto, os autores asseveram "*hoy más que nunca los científicos sociales se ven abocados a tomar partido, a plantearse con urgência qué intereses sociales y políticos sirven. Al igual que en los tempos hitlerianos, los científicos que guardan silencio o que pretenden ser neutrales, están en la práctica tan comprometidos con las atrocidades del sistema vigente como los que los están conscientemente*" (BONILLA et al., 1972, p. 16/17).

níveis de análise e compreensão, tendo como diretrizes por exemplo: "*analizar la estructura de clases de la región*" e "*buscar las raíces históricas de las contradicciones que dinamizan la lucha de clases en la región*" (BONILLA et al., 1972, p. 45). Esses processos implicam que os grupos populares participem da concepção e dos projetos de investigação, desde a formulação das temáticas de pesquisa até a aplicação dos conhecimentos, reduzindo o distanciamento entre sujeito e objeto de pesquisa ou indo além dessa relação.

Ademais, por meio da conformação de uma editora, o Editorial Punta de Lanza, *La Rosca* alcançou lançar inúmeros produções teóricas coletivas e individuais, inclusive relacionadas a suas recuperações críticas da história das lutas sociais[174]. A partir de 1974, começaram a editar a *Revista Alternativa* juntamente com Gabriel García Marquez. Esta utilizava novas técnicas de comunicação social na tentativa de ser um instrumento efetivo de conscientização e agitação dos trabalhadores, indígenas, estudantes e professores. Possuía, como objetivos-princípios, divulgar as lutas populares, efetivar a contra-informação e a luta ideológica contra os "meios de informação do sistema", circular em uma linguagem simples investigações sobre a realidade nacional, propiciar a unidade da esquerda (PARRA ESCOBAR, 1983). O comitê editorial da Revista professava um pluralismo político e um anti-sectarismo dentro da esquerda colombiana, publicando diferentes textos dos movimentos sociais, inclusive das guerrilhas. A *Alternativa* chegou a ser a segunda revista mais vendida no país em 1974.

Com efeito, os/as pesquisadores do *La Rosca* empreenderam trabalhos em diferentes frentes, alimentando processos de luta e resistência, impulsionando a formação política dos grupos sociais e desenvolvendo produções teóricas que possibilitaram a compreensão da realidade colombiana. Tratou-se de uma experiência com enorme potencialidade política e teórica, que logrou influenciar inúmeros/as pensadores/as críticos e experiências na região, como o mexicano Stavenhagen e sua proposta de *descolonizar las ciencias sociales* (1971, p. 210/215) e as experiências, ainda na década de 1970, na Nicarágua após a Revolução Sandinista. Não obstante, alcançou seus limites na decisão de transformar-se ou não em organização política. Como afirmado pelo sociólogo Ernesto Parra Escobar, "*la Rosca estaba a punto de cuajar al fin en una organización de masas propia y funcionando, que, además, podia contar desde el comienzo com um poderoso órgano de difusión y cohesión ideológica [la Revista Alternativa]*" (1983, p. 22). Esta seria uma possibilidade de seguir uma via própria de

[174] Duas brilhantes recuperações de memória histórica efetivada pela *La Rosca* foram os escritos do lutador indígena Manuel Quintín Lame, os quais foram editados e publicados, em 1971, com o nome *En defensa de mi raza*, e a biografia política da lutadora María Cano que foi dirigente do movimento socialista, sindical e camponês no início do século XX na Colômbia. A publicação ocorreu em 1972 e se intitulou *María Cano: Mujer Rebelde*.

ação política e de produção de conhecimentos rumo ao socialismo. Contudo, as organizações políticas parceiras, aliadas a pesquisadores/as que pretendiam acentuar os trabalhos investigativos do centro, impediram a concretização dessa possibilidade. Aos poucos, enfrentando conflitos internos, críticas externas, dificuldades de financiamento[175] e o aumento da repressão estatal, *La Rosca* acaba terminando e alguns pesquisadores/as do centro, incluindo Orlando Fals Borda, conformam a *Fundación para el Análisis de la Realidad Colombiana* (FUNDARCO).

O espaço e a forma adequada para o desenvolvimento da pesquisa militante e de suas premissas foram temas centrais do Seminário Mundial realizado em Cartagena, na Colômbia, em 1977, denominado *Crítica y Política en ciencias sociales: el debate Teoría y Práctica*. A convocatória deste Seminário revela os debates sobre as possibilidades da articulação entre teoria e prática efetivada pelas diferentes experiências:

> Existe la necesidad de redefinir, con claridad, la naturaleza de las relaciones entre teoría y práctica y también, en efecto, las que hay entre pensamiento y realidad. Este difícil problema epistemológico es una de las constantes en la historia de la ciencia. Pueda que nunca se resuelva. No obstante, su recurrencia histórica es sintomática, y hoy es índice elocuente de la forma intensa como los problemas contemporâneos están afectando a toda la humanidad.
> La reaparación de la investigación activa y militante en estos momentos lleva consigo un desafio muy especial: es demostrar que el compromiso personal y la militância política a favor del cambio social radical pueden ser, en sí mismas, tareas científicas serias. (SIMPOSIO MUNDIAL DE CARTAGENA, 1978 [1977]).

Esse seminário reuniu inúmeros teóricos/as, bem como experiências de investigação ativa e militante, de todo o mundo. Nos profícuos debates ocorridos, explicitou-se duas principais concepções de pesquisa ativa: a primeira que a entende como uma opção teórico-política conectada ao compromisso com a transformação revolucionária da sociedade que envolve uma postura política e também premissas epistemológicas, teórico-metodológicas e conceituais, as quais, em geral, estavam ligadas à corrente marxista. A segunda que compreende

[175] La Rosca era financiada através de ajuda externa advinda de fundações da Igreja Presbiteriana. Isso foi possível pelas relações pessoas e familiares de Orlando Fals Borda, o que garantiu maior liberdade no manuseio dos recursos e na imposição de temáticas, premissas e métodos. De toda forma, desenvolveu-se internamente um debate sobre a perversa influência das agências internacionais na produção de conhecimentos na região e a necessidade de fixação de condições para as ajudas e de uma atitude de permanente vigilância os/as pesquisadores/as e movimentos sociais. Nesse sentido, determinaram a condição segundo a qual "*los donantes no intervengan ni antes, ni durante, ni después, en lo tocante a la investigación militante*", devendo estarem vigilantes em relação aos perigos, dentre outros, de que o trabalho de base seja determinado pelos interesses, inclinações ou preferências dos organismos internacionais. Sobre isso, destacam: "*esto a veces se produce por ingerencia directa, lo cual debe rechazarse imediata y energicamente. Otras veces se hace en forma más sutil, por la calculada oportunidad con que se ofrecen los recursos, o por la asignación de los mismos para ciertos aspectos de la investigación que pasan a tener prioridade porque "hay fondos para ello"* (BONILLA et al., 1972, p. 58/59). Concluem que "*si la organización popular y los investigadores militanres no están seguros de poder dominarlos [los peligros], es mejor no aceptar la ayuda externa. Pero si lo están, sería una falta grave contra la causa popular el no aprovecharla*." (*ibidem*, p. 60).

a *investigación activa* como uma alternativa instrumental-metodológica. Assim, como salienta o sociólogo colombiano Alfredo Molano em relação à segunda concepção, tenta-se abandonar os métodos tradicionais da sociologia e a neutralidade valorativa, mas não se abandona o positivismo como pressuposto epistemológico e político (MOLANO, 1978, p. XVIII). Por outro lado, debateu-se os limites da formulação crítica fora dos movimentos sociais, mesmo que em diálogo com estes sujeitos, pela Sociologia e as dificuldades de diferentes partidos, organizações e movimentos da esquerda latino-americana de produzir conhecimentos críticos conectados à realidade e à história da região através da construção da efetiva unidade entre teoria e prática. Os fatores apontados para explicar esse fenômeno foi o apego a uma orientação marxista tradicional e ortodoxa (ACOSTA, BRICEÑO e LENZ, 1978, p. 364), a falta de criatividade e de visibilidade das potencialidades das resistências históricas da região nas leituras efetivadas pelo movimento sociailista e pela III Internacioanl (MEJÍA, 1978, p. 408/409) e propagação regional e social dos pressupostos do stalinismo (SANDRONI, 1978, p. 309/310). Discutiu-se, ainda, os avanços nas críticas às correntes teóricas da ciência moderna, as inadequações do tema da relação entre sujeito e objeto de pesquisa e os desafios colocados pelas experiências concretas.

Em que pese a potencialidade dos debates e das experiências, o que se observa nos anos seguintes e na década de 1980 é o progressivo isolamento dessas experiências e a apropriação da *investigación activa* e/ou da *investigación-acción-participativa*[176] como um mero instrumental técnico metodológico que não necessariamente implica pressupostos epistemológicos e posições políticas em relação aos grupos e projetos em disputa na sociedade, nem tampouco um compromisso com a transformação radical das sociedades[177]. Isso foi exponenciado na apropriação das experiências latino-americanas pelos pensadores/as de diferentes partes do mundo, o que revelou leituras efetivadas a partir da corrente positivista e da matriz de pensamento liberal-burguesa. Com isso, acentuou-se a tendência de se abandonar o termo *investigación militante*. Contudo, o central é perceber que, com a desestruturação progressiva do pensamento crítico na região e o aumento da repressão e do controle estatal sobre a produção de conhecimentos, as experiências e formulações teórico-metodológicas a

[176] É após o Seminário de Cartagena que Fals Borda consagra o termo *investigación-acción-participativa*, a IAP, e que sua difusão ocorre com maior força nos diferentes países do mundo (ROJAS, 2015, p. 12).

[177] Fals Borda relata a assimilação da experiência da IAP pelos grupos sociais dominantes: "*como aconteceu com tantos outros conceitos no campo social, esses elementos foram sendo sucessivamente assimilados pelo sistema dominante. Foram cooptados [...] recebeu um sentido integracionista, como uma corrente de pensamento que desafia o sistema, mas que termina em programas favorecidos pelo status quo, como paliativo econômico e político*" (FALS BORDA apud GAJARDO, 1986, p. 71).

partir da *investigación activa*, IAP ou pesquisa ação, tendem a focalizar o local, as vivências comunitárias e as lutas específicas nas quais os grupos sociais pesquisados estivessem envolvidos. Busca-se, com maior ênfase, gerar informações úteis destinadas aos setores sociais relacionados com os trabalhos dos/as pesquisadores/as, o que vai deslocando os esforços para a realidade, cada vez mais, local e vai gerando a centralidade dos caminhos teórico-metodológicos a fim de estabelecer a melhor comunicação e diálogo local. Essa tendência correspondeu a um afastamento das formulações conceituais e teóricas mais amplas, a um isolamento do pensamento crítico na região e a uma perda do escopo geral da disputa societária e também da disputa no interior da produção de conhecimentos.

Esse movimento havia sido identificado já em 1973, em reunião, pelos membros do *La Rosca*, os quais visualizaram, dentre outros, três problemas centrais no desenvolvimento da *investigación militante:* o primeiro se referia à conversão do intelectual comprometido em um quadro a mais na luta direta, em função da intensidade dos trabalhos, o que sacrificava, em nome do ativismo, a produção teórica; o segundo se relacionava com a falta de pesquisas e estudos globais, de síntese, sobre a problemática social mais geral, o que vinha sendo requerido pelos próprios movimentos sociais; e o terceiro tratava de atitudes de desprezo à teoria ou anti-intelectual em função da ênfase concedida no popular e nos grupos de base, o que teria ocasionado um afastamento do mundo estudantil e intelectual (PARRA ESCOBAR, 1983, p. 24). A nosso ver, esses problemas identificados expressam, na realidade, o contexto mais amplo da região que vivenciava a desestruturação e o isolamento do pensamento crítico em suas variadas manifestações.

Outra emblemática experiência gerada, a partir do final da década de 1970, com o início da rearticulação das forças sociais populares em diferentes países, foi a denominada *pesquisa participante*. Essa forma de investigação acompanhava experiências de educação popular que davam efetividade e continuidade aos aportes teórico-práticos do educador brasileiro Paulo Freire e sua concepção da educação como prática de liberdade e como meio de libertação, como anteriormente explicitado. Tratam-se de pesquisas que buscam a participação dos grupos sociais populares nas diferentes etapas do desenvolvimento da pesquisa, como meio para se alcançar uma consciência crítica crescente da situação vivenciada e uma explicação mais ampla da realidade a partir da prática cotidiana na qual atuam e pensam educando/a e educadores/as ou investigados/as e investigadores/as. Assim, mesclam, por meio da problematização do modelo positivista de ciência, elementos das propostas educativas libertadoras e da produção de conhecimentos críticos, dentro de uma perspectiva participativa e de transformação social. Nesse sentido, tem centralidade a socialização dos conhecimentos, bem como das técnicas e

métodos de pesquisa, para que os próprios sujeitos coletivos sejam capazes, em contato com os pensamentos e práticas populares concretas, de participar ativamente na produção de conhecimentos.

Em que pese a centralidade dos escritos de Paulo Freire, são fundamentais as contribuições teóricas e práticas dos brasileiros Rosiska Oliveira e Miguel Darcy Oliveira que, como membros do Instituto de Ação Cultural (IDAC)[178], foram os primeiros a aplicar a perspectiva da educação popular freiriana para a pesquisa social, especialmente através do artigo, publicado em 1973, "*L'observation militante, une alternative sociologique*"[179]; do brasileiro Carlos Rodrigues Brandão pelas produções teóricas experiências desenvolvidas no nordeste do Brasil e pelo esforço na articulação da *pesquisa participante* na América Latina (BRANDÃO, 1983 [1981]; 1984); os escritos do brasileiro João Bosco Guedes Pinto sobre o método psicossocial e as possibilidades de uma consciência crítica (GUEDES PINTO, 2014); a produção teórica e as experiências, junto aos movimentos sociais, do uruguaio José Luis Rebellato (2009 [1988]); os escritos e sistematizações da chilena Marcela Gajardo (1986); as importantes atividades, experiências e produções teóricas advindas dos programas efetivados – Cruzada Nacional de Alfabetização e Programa de Educação de Adultos - pela Revolução Sandinista na Nicarágua (LACAYO, 1983).

Esses traços fundamentais articulam centenas de experiências que expressam diversos *estilos participativos de investigação* (SILVA, 1986, p. 13) que foram se desenvolvendo, em diferentes países, pelas pastorais da Igreja Católica, pelos movimentos sociais, por centros de pesquisa e pelas extensões universitárias. As experiências sistematizadas e colacionadas nas coletâneas e antologias efetivadas por Carlos Rodrigues Brandão (BRANDÃO, 1983 [1981], 1984), Gilberto Vejarano (1983), Marcela Gajardo (1986) e Maria Ozanira da Silva e Silva (1986) revelam a utilização da pesquisa como meio para estimular os trabalhos educativos e a organização popular, concedendo importância às formas e práticas de conhecimento dos sujeitos coletivos locais. Além disso, é possível depreender a forte crítica aos parâmetros positivistas da ciência e as diferentes leituras das correntes marxistas e fenomenológicas efetivadas, sendo marcante a influência das interpretações revolucionárias das matrizes de

[178] O IDAC foi criado em Genebra por Paulo Freire e outras companheiras e companheiros brasileiros de exílio, na década de 1970, com o objetivo de colaborar, em temáticas educacionais, com organizações, movimentos e países que estavam em processo de transformação. Foram realizados trabalhos em diversos países da África, com destaque para os trabalhos na Guiné-Bissau.

[179] Foi traduzido ao português como "*Pesquisa Social e Ação Educativa: conhecer a realidade para poder transformá-la*" (OLIVEIRA, OLIVEIRA, 1983) e, depois de revisado, integrou a coletânea organizada por Carlos Rodrigues Brandão, em 1981, sobre pesquisa participante (BRANDÃO, 1983 [1981]).

pensamento eclesiais, anteriormente construídas por Paulo Freire, pelos movimentos sociais brasileiros no início da década de 1960 e pela Teologia da Libertação. Por outro lado, demonstram a ausência de esforços sistemáticos de formulação teórica e conceitual conectada tanto aos trabalhos locais realizados quanto à realidade e história nacional e latino-americana.

Essa ênfase no trabalho prático situado é explicada tanto pelas necessidades sociais básicas e objetivas pelas quais os grupos sociais populares passam na América Latina, o que acaba representando uma prioridade na atuação dos/as pesquisadores/as, quanto e principalmente pelo compromisso, amplamente afirmado por pensadores/as críticos/as, de contribuir na re-articulação dos movimentos sociais após décadas de repressão e violência estatal. Esse compromisso expressava, ao mesmo tempo, uma perspectiva crítica à concepção de vanguardas "*iluminadas*" dos Partidos Comunistas que, na prática na América Latina, caminharam afastadas dos grupos sociais populares e procuraram mais impor seus conhecimentos do que estabelecer diálogos efetivos. Ou seja, expressavam a intencionalidade de um setor do pensamento crítico de impulsionar e acelerar a conscientização e a organização popular para que os grupos sociais oprimidos e seus movimentos protagonizassem os processos de libertação. Nesse contexto, diversas experiências ancladas na educação popular e na pesquisa participante contribuíram efetivamente na construção de movimentos sociais, como por exemplo o trabalho das Comunidades Ecleciais de Base (CEB's) e a organização dos trabalhadores em torno do Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST) no Brasil. Viabilizaram, ainda, nesse processo de compromisso com a organização dos grupos sociais populares, a visibilização de lutas e movimentos sociais e de seus conhecimentos, bem como a socialização e partilha dos saberes e métodos tanto dos/as pesquisadores/as quanto daqueles gestados pelos grupos e sujeitos coletivos em resistência. Em tese, objetivaram, a partir desse diálogo e atuação conjunta, a construção progressiva de uma "*ciência popular*" (BRANDÃO e STRECK, 2006, p. 46).

Contudo, a ausência de esforços sistemáticos de teorização a partir da prática e a ênfase nas atuações práticas e situadas impossibilitaram essa construção. Ademais, no interior das instituições universitárias, frente à desestruturação do pensamento crítico na região, a pesquisa participante tendeu a ser apropriada como opção meramente metodológica de participação dos atores sociais na pesquisa. Para isso, em tese, não é necessário sequer precisar sua definição teórica e seus pressupostos epistemológicos, mas apenas constatá-la na prática, conforme um dos consensos alcançados no *II Seminário Latino-americano de Pesquisa Participativa* realizado em 1983 no México (VERAJANO, 1983, p. 6). Isso não quer dizer que todas as experiências de pesquisa participante assumiram e assumem esta posição, vez que são diversas

e estão vinculadas a diferentes condições e posições políticas. Contudo, é notório ressaltar que esta apropriação representou e representa uma tendência e que as interpretações efetivadas tanto da pesquisa participante e quanto da educação popular pelos grupos sociais dominantes acentuaram esse caráter estritamente metodológico e desligaram essa modalidade de pesquisa da transformação substantiva da sociedade, do compromisso com as organizações populares e das posições políticas e epistemológicas de enfrentamento. Compatibilizaram, assim, esse referencial teórico-metodológico, gestado nas lutas sociais, com a ideia de desenvolvimento, de ajustes marginais e de mediação de interesses, funcionando como mecanismo importante de obtenção de informações privilegiadas e de controle das insatisfações populares e dos movimentos sociais.

Para além dessas apropriações, o que se pretende salientar aqui, no interior da seara crítica, é a progressiva desconexão entre os estilos participativos de pesquisa e a produção teórica e conceitual gerada pela ênfase excessiva nos problemas e perspectivas práticas e/ou locais. É nesse contexto que vai se construindo, no campo crítico, a separação entre o debate teórico-metodológico e a esfera teórico-conceitual. Como se a produção de conhecimentos críticos prescindisse de qualquer uma dessas dimensões. De fato, uma das condições de possibilidade da formulação crítica de conhecimentos nos países dependentes passa pela problematização simultânea e profunda de ambas as esferas, sendo desejável que contemplem, a fim de superar as dinâmicas de subordinação intelectual, os dois planos que se encontram imbricados na criação intelectual. De toda forma, deve-se reconhecer que essa fragmentação ocorre fundamentalmente em um contexto de desestruturação do pensamento crítico na região, de repressão e violência estatal e da gradual re-articulação dos movimentos sociais nos diferentes países no decorrer da década de 1980 e 1990.

Algumas iniciativas tentaram restabelecer essa conexão. Uma delas foram as produções teórico-práticas sobre a *sistematização de experiências* a fim de tornar possível a produção de conhecimentos a partir da prática dos sujeitos coletivos e da educação popular, com destaque para os escritos do sociólogo peruano Oscar Jara que expressam os processos sócio-políticos que este autor vivenciou desde os trabalhos na educação de adultos na Nicáragua, logo após a Revolução Sandinista, até os esforços coletivos no *Centro de Estudios y Publicaciones*

ALFORJA na Costa Rica e na *RED ALFORJA*[180] formada por entidades dos países da América Central[181].

Ademais, a re-articulação das forças populares produziu gradualmente a formação e/ou o resgate de intelectuais comprometidos e críticos que estavam envolvidos organicamente com os movimentos sociais em ascensão. Exemplos do final da década de 1970 e início da década de 1980 no movimento negro brasileiro foram os trabalhos de Abdias Nascimento e de Lélia Gonzalez, os quais, a partir do Movimento Negro Unificado (MNU) e do Movimento de Mulheres Negras, produziram conhecimentos críticos referenciados na realidade latino-americana e em conexão com a diáspora africana. Através de posturas anti-dogmáticas, Abdias Nascimento analisará o genocídio do povo negro no Brasil (2017 [1976]) e os diferentes movimentos e resistências coletivas dos negros e negras na história brasileira, explicitando as diferentes formas e práticas de ação contestatária existentes e cunhando, para denomiar essa diversidade, o termo *quilombismo* (NASCIMENTO, 1980). Por sua vez, Lélia Gonzalez defenderá um *feminismo afrolatinoamericano* (1988a) tendo como um dos pilares a categoria político-cultural da *amefricanidade* como "*um processo histórico de intensa dinâmica cultural (adaptação, resistência, reinterpretação e criação de novas formas) que é afrocentrada*" (GONZALEZ, 1988b, p. 76). Esses esforços estiveram articulados no Instituto de Pesquisa das Culturas Negras (IPCN), fundado em 1975 no Rio de Janeiro com a finalidade de estudar, pesquisar, denunciar e combater o racismo e todo e qualquer tipo de discriminação racial, representado em suas mais variadas formas (CARNEIRO, 2015, p. 47).

---

[180] Esta rede é uma coordenação operativa de trabalho, que articula o Instituto Mexicano de Desenvolvimento Comunitário de Guadalajara, o Centro de Comunicação Popular de Honduras, o Centro de Educação Promocional Agrária de Nicarágua, o Centro de Estudos e Publicações de Costa Rica, o Centro de Capacitação Social e o Centro de Estudos e Ação Social do Panamá.

[181] Outra importante iniciativa situada no espaço universitário, durante os anos 2000 e inserida na conjuntura de ascenso de governos progressistas na região, foi a *Extensión Universitaria* da *Universidad de la República* (UDELAR*)* do Uruguai. A partir do conceito de integralidade, essa universidade buscou construir programas de pesquisa e extensão co-gestionados pela sociedade civil e suas organizações e conectados com as disciplinas oferecidas nos cursos de graduação (RODRIGUEZ, TOMASINO, 2010, p. 19/22). Almejou-se, assim, incorporar a prática e os conhecimentos dos sujeitos coletivos nas dinâmicas do ensino e da pesquisa nas instituições universitárias. Nesse sentido, o reitor uruguaio Rodrigo Arocena preceitua "*la curricularización de la extensión y también de la investigación puede colaborar a formar gente con mayor conocimiento de la realidad, más capacidad de afrontar creativamente problemas nuevos y compromiso social más profundo. Vincular enseñanza y extensión a la investigación multiplica las posibilidades de formar nuevos investigadores, vivifica la creación de conocimientos al incorporar a ella a jóvenes con ideas frescas, conecta mejor la agenda de investigación con los problemas de la comunidad y con los sectores que los conocen por experiencia directa, por lo que se expande el potencial de creación*" (AROCENA, 2010, p. 16).

Por outro lado, o gradual ascenso do movimento indígena[182] começa a visibilizar uma gama de formas e práticas de produção de conhecimentos conectadas à sua matriz de pensamento e empeça a surtir efeitos, ainda que isolados, nas universidades a partir da década de 1980, como por exemplo a produção da boliviana Silvia Rivera Cusicanqui (1984, 1987)[183]. Contudo, apenas se articulará como movimento teórico coletivo no século XXI, com a proliferação das Universidades Indígenas, a multiplicação de teóricos/as e coletivos inspirados pelas matrizes indígenas e, em que pese sérios limites, a consolidação do projeto *Modernidad/Colonialidad*[184].

[182] Esse ascenso do movimento indígena é identificado a partir do levante do Exército Zapatista de Libertação Nacional na região de Chiapas no zul do México, em 1994, passa pela gradual retomada das mobilizações de diferentes movimentos e coletividades indígenas em diversas partes do sub-continente (Chile, Bolívia, Guatemala, Equador), pela incidência no âmbito político-institucional, pelas constituições contemporâneas dos Estados Plurinacionais boliviano e equatoriano e pela construção de universidades e centros de saber indígenas (alguns exemplos são: *Universidad de la Tierra* no México, *Universidad Misak* na Colômbia, *Pluriversidad Amawtay Wasi* no Equador).

[183] Mesmo que localizados na Antropologia, os escritos de Silvia Rivera Cusicanqui expressam um esforço coletivo teórico e prático dos movimentos indígenas, a exemplo do *movimento katarista* surgido nos anos 1970, bem como de um efetivo diálogo de uma parte da intelectualidade com esses sujeitos coletivos bolivianos. A partir da crítica à ciência moderna e também aos limites da investigação comprometida na América Latina, propõe, junto ao grupo de pesquisadores que compõem o *Taller de Historia Oral Andina* (*THOA*), o método da história oral como forma de "*poner en práctica las exigências de recuperación histórica de los movimentos indios*" (RIVERA CUSICANQUI, 1987, p. 59). Para Cusicanqui, a história é central a todos os diferentes movimentos indígenas, vez que estes se baseiam na recuperação de horizontes curtos e longos de memória história, que remetem tanto às lutas anti-coloniais quanto às mobilizações da Revolução Boliviana de 1952 (RIVERA CUSICANQUI, 1984). Segundo esta autora, aconcepção teórico-metodológica da história oral garante a produção coletiva e a devolução sistemática dos conhecimentos, o que assegura a consideração das percepções indígenas sobre a história, a sociedade e o Estado, imbricando racionalidades históricas diversas.

[184] O programa de investigação Modernidade/Colonialidade latino-americano começa a se articular em 1998 e congrega pesquisadores(as), professores(as) e intelectuais de várias nacionalidades e que desenvolvem seus trabalhos em diferentes partes do mundo. Apesar das diferenças entre as produções teóricas, buscam uma transformação epistêmica da forma de produzir conhecimentos e a consolidação de uma perspectiva crítica ao eurocentrismo colonial dos conhecimentos sociais modernos. Seria uma epistemologia fronteiriça baseada na diferença colonial, na subjetividade da ferida colonial que nos transladaria para um paradigma radicalmente distinto, denominado decolonial da coexistência (MIGNOLO, 2007, p. 126). Essa "otredad epistêmica" se localizaria na interseção do tradicional e do moderno, sendo necessário ressignificar as formas hegemônicas de conhecimento desde o ponto de vista da racionalidade pós-eurocêntrica das subjetividades subalternas (CASTRO-GOMÉZ, GROSFOGUEL, 2007). Por isso, é importante buscar outras formas não ocidentais de produzir conhecimentos e entrar em diálogo. Demarcam que não pretendem alcançar qualquer neutralidade ou objetividade, tendo em vista que *"todo conocimiento posible se encuentra in-corporado, encarnado en sujetos atravesados por contradicciones sociales, vinculados a luchas concretas, enraizados em puntos específicos de observación*" (CASTRO-GOMÉZ, GROSFOGUEL, 2007). Estes pesquisadores, em que pese o afastamento da prática, produziram interpretações alternativas sobre a modernidade e a globalização, pela inserção destes temas no debate do sistema-mundo, com influência central do teórico Immanuel Wallerstein, e pela problematização epistemológica profunda. Alguns autores de referência são, dentre outros: o argentino Enrique Dussel, o peruano Aníbal Quijano, o argentino Walter Mignolo, o colombiano Arturo Escobar, os venezuelanos Edgardo Lander e Fernando Coronil, o colombiano Santiago Castro-Gómez, o porto-riquenho Ramon Grosfoguel e Nelson Maldonado-Torres, as argentinas Zulma Palerno e María Lugones e Catherine Walsh. Uma análise crítica será delineada na conclusão.

No campo crítico latino-americano, é possível dizer que a retomada das mobilizações e matrizes de pensamento indígenas desperta uma gama de problematizações epistemológicas, teóricas e metodológicas, que apontam e impulsionam para um caminho de descolonização, ainda mais, profunda dos pressupostos da produção de conhecimentos na região, para além da crítica ao colonialismo intelectual e das premissas das correntes nacionalistas e independentistas. Começa, assim, no final da década de 1990, a se delinear um deslocamento epistêmico no pensamento crítico latino-americano que, a partir da crítica radical à ciência moderna e da consideração dos saberes subalternizados e invisibilizados, aprofundará uma série de problemas e desafios da produção teórica regional, conectados com os dilemas dos movimentos sociais em sua *práxis* transformadora[185]. Essa valorização se dará não só em relação ao pensamento indígena, mas também aos diferentes conhecimentos gestados nas resistências. Esse processo dinamizará a busca teórica pelas matrizes de resistência e por diálogos com os sujeitos coletivos no interior dos processos históricos desenvolvidos no século XXI, razão pela qual não serão partes desta narrativa, mas serão tratadas na conclusão.

4.2.1 Eixos teórico-práticos da *pesquisa militante*

A nosso ver, as diferentes experiências e trajetórias dos movimentos teóricos que articularam organicamente a produção de conhecimentos e movimentos sociais em processos

[185] Esse deslocamento epistêmico envolve também autores com trajetória marcadamente marxista. O mexicano Pablo González Casanova, por exemplo, produzirá, a partir das potencialidades do levante zapatista de 1994, trabalhos com problematizações epistemológicas e teóricas como "*La rebelión de la selva contra el neoliberalismo y por la humanidad*" (1997) e o livro "*Reestruturación de las ciencias sociales: hacia un nuevo paradigma*" (1998), contendo propostas iniciais para um novo referencial para as ciências sociais latino-americanas. No mesmo sentido, os escritos de Rodolfo Stavenhagen em "*Los Pueblos Originários: el debate necessário" (2010)*, especificamente no texto "*Repensar América Latina desde la subalternidad: el desafio de Abya Yala*" [2009]. É emblemática também a trajetória teórico-política do boliviano Álvaro García Linera que, a partir da corrente marxista, caminha para um diálogo, cada vez mais orgânico, com as matrizes de pensamento indígena (GARCÍA LINERA, 2008). García Linera possui um percurso nos movimentos sociais, inclusive guerrilheiros, e estava inserido em um coletivo que aglutinava a intelectualidade crítica boliviana em diálogo com alguns movimentos sociais, que começou a se articular no final da década de 1990, mas que se consolidou e tomou força a partir dos anos 2000 com as mobilizações em torno da "*guerra del agua*". Este grupo se chamava *Comuna* e era composto por intelectuais de diferentes correntes e vertentes teóricos, tendo como eixo articulador um consenso contrário ao neoliberalismo de viés crescentemente anti-colonial e uma abertura às perspectivas indígenas. Dele faziam parte, além de García Linera, a mexicana Raquel Gutierrez e os bolivianos Raúl Prada e Luis Tapia.

sócio-políticos de transformação, desde o início do século XX, acabaram construindo *parâmetros e práticas cognitivas* que foram assumidas e continuam sendo reproduzidas nas diferentes espaçotemporalidades pelo pensamento crítico e pelas resistências na América Latina. A inserção e a participação, muitas vezes direta, nos processos de contestação social foram condicionando os trabalhos teóricos produzidos e notadamente as estratégias de pesquisa. Ou seja, durante todo esse período, foi se conformando, em consonância com as particularidades das lutas sociais latino-americanas, uma forma de produzir conhecimentos profundamente enraizada na realidade da região e comprometida com a transformação social e com os movimentos sociais desta. Vai, assim, configurando um espaço de convergência com contornos epistemológicos e teórico-metodológicos que, ao mesmo tempo em que se apropria, rompe, em diferentes níveis, com as premissas das matrizes de pensamento europeias e estadunidenses.

Para isso, o pensamento de Marx e seus intérpretes possui centralidade como marco teórico crítico para diversas problematizações, mas não explica totalmente o fenômeno. Na realidade, observa-se a recepção e a utilização de partes de diferentes correntes teóricas e matrizes de pensamento na busca pela construção de conhecimentos críticos e pela criação de alternativas ao presente vivido pela região, havendo influências do idealismo hegeliano, do historicismo de Dilthey por meio de Ortega y Gasset, da fenomenologia de Husserl, das matrizes eclesiais, e até apropriações de aspectos da corrente positivista, notadamente da vertente estrutural-funcionalista e das abordagens quantitativistas. Ademais, é marcante a influência e a centralidade, para o campo crítico, das matrizes de pensamento e das resistências conectadas aos indígenas, aos/às negros/as e às mulheres. Essa influência será ainda maior a partir do final da década de 1990, com a potente articulação desses sujeitos coletivos como atuantes forças sociopolíticas e conformação de movimentos teóricos que efetivaram recuperações e retomadas dessas matrizes de pensamento e incentivou profícuo diálogo no campo crítico entre as diferentes correntes e matrizes.

Portanto, a partir de uma forte crítica acerca dos parâmetros positivistas de produzir ciência e na busca por construir interpretações e atuações para além do eurocentrismo e do colonialismo intelectual, construiu-se um *modus operandi* que articula, com diferentes níveis, alguns eixos convergentes que acabam por conformar um quadro de referência, teórico e prático, para a produção de conhecimentos – ainda que a partir de matrizes de pensamento e correntes teóricas diversas e até contraditórias. Assim, apesar de serem experiências e movimentos teóricos diversos - os quais possuem particulares configurações, trajetórias teórico-políticas e contextos de ação -, parece-nos que suas práticas e teorizações apontam para

convergências potentes que se aproximam em um mesmo horizonte epistemológico e teórico-metodológico. Essas coordenadas gerais pautaram, muitas vezes, o processo de recepção das matrizes de pensamento e correntes teóricas estrangeiras e possibilitaram criações teóricas e conceituais, produzindo novas maneiras de pensar e de atuar.

Trata-se, assim, de um acúmulo prático-teórico conectado às experiências históricas dos grupos sociais em resistência, que se expressa nos espaços de sinergia entre intelectuais, pesquisadores/as, movimentos sociais e coletividades em resistência. Nesse sentido, cumpre salientar que essa convergência envolve pesquisadores/as de diferentes grupos sociais e diversos movimentos sociais que, de diferentes formas, aderiram à perspectiva de libertação dos povos latino-americanos gestada nas lutas e nos movimentos sociais em nossa região. É nesse contexto, a nosso ver, que emergem as coordenadas gerais de uma prática cognitiva própria, com contornos epistemológicos e teórico-metodológicos. Como advertência, é importante ressaltar que essas convergências nem sempre se encontram, explicitamente e conscientemente, combinadas em uma mesma experiência ou são afirmadas categoricamente, contudo, a nosso ver, esses elementos foram e são praticados reiteradamente, muitas vezes como pressupostos, para a construção de pensamento comprometido e crítico.

a) Compromisso

Os movimentos teóricos e experiências latino-americanas, no campo crítico, giraram em torno da idéia de *compromisso* dos/as intelectuais e pesquisadores latino-americanos com a transformação substantiva da realidade e/ou com os grupos populares. Isso vinculou os/as pensadores/as com a mudança social e com os movimentos sociais que a buscavam nas lutas e nas dinâmicas gerais das forças e dos antagonismos locais e regionais. Desde matrizes teóricas e políticas diversas, o compromisso se constituiu em um parâmetro de sentido para a produção de conhecimentos na região, afastando, por um lado, a concepção ideológica acerca da possibilidade de uma produção científica individualizada, abstrata e geniosa e, por outro lado, colocando os conhecimentos a serviço da mudança social e dos sujeitos coletivos. Ademais, a explicitação do vínculo do/a pensador com a sociedade na qual vive tendeu a enraizar a construção de saberes nos dilemas e desafios da realidade e da história nacional e latino-americana[186].

[186] Entre muitas passagens emblemáticas de diferentes autores, destaco um trecho do prefácio de Guerreiro Ramos ao livro *Crise no Poder no Brasil* na qual o autor sustenta: "[...] Confesso que, por temperamento, sou comodista.

O educador Paulo Freire, por exemplo, conecta o compromisso à dimensão amorosa, ressaltando que "*onde quer que estejam estes, oprimidos, o ato de amor está em comprometer-se com sua causa. A causa de sua libertação*" (FREIRE, 1987, p. 45). Afirma que, mesmo que a adesão aos oprimidos tenha ocorrido por uma análise científica da realidade, o real compromisso com referidas massas para que se libertem é um ato amoroso, que leva necessariamente à ação transformadora (FREIRE, 1987, p. 70, 93, 97). Por sua vez, Fals Borda conecta o compromisso com a ação, demarcando a superação do compromisso-pacto, isto é, defende uma posição científico-política que implica a inserção e a *práxis* do pesquisador/a junto aos sujeitos populares na construção dos conhecimentos e das ações transformadoras (FALS BORDA, 2009 [1970], p. 243).

De outra parte, o mexicano Leopoldo Zea sustenta que o compromisso é, na realidade, um fenômeno que envolve todos os seres humanos ao existirem, sendo, por isso, "*condena y no cómodo contrato que se cumple libremente según convenga o no a determinados intereses*". No entanto, afirma que nossa liberdade se expressa na forma como assumimos o inevitável compromisso com nossa circunstância, que designa não apenas a nossa existência mas também a existência dos outros seres humanos (ZEA, 1952 [1949], p. 11/13). Assim, fundamenta a necessidade de a Filosofia se responsabilizar e se comprometer com a situação concreta da América Latina. E isso envolve um passo decisivo que é tomar consciência dessa situação – o que para Zea é o que o pensamento latino-americano tenta evitar[187] - para que nos façamos responsáveis dela. Foi essa trajetória que levou Zea a tomar consciência da dependência europeia e ocidental sob qual a região está submetida e, com isso, a comprometer-se com a libertação dos povos latino-americanos. Nesse sentido, sustenta o vínculo da produção de conhecimentos com os projetos libertários e igualitários gestados na América Latina, os quais podem tornar possível "*una sociedad que ha de reconocer el derecho de todas las razas, religiones, nacionalidades y culturas a la más auténtica libertad*" (ZEA, 1978, p. 18).

A tensão revolucionária contraria os meus humores, minhas idiossincrasias glandulares. Como Salvador Dali, gostaria de viver em época em que não houvesse reivindicações a fazer, onde as coisas e as pessoas estivessem nos devidos lugares. Nasci, porém, num País e numa época, em que a revolução é a única maneira de conferir dignidade à existência. A maior humilhação que pode sofrer um intelectual consiste em se surpreender abaixo das virtualidades de seu tempo e de sua circunstância. Sou revolucionário por orgulho" (RAMOS, 1961, p. 15).

[187] Para Leopoldo Zea, esses aspectos explicam em parte a dificuldade de construção de um pensamento próprio. Segundo ele, "*tenemos que tomar consciência de nuestra situación para hacernos responsables de ella. Esto es lo que hasta ahora hemos tratado de evitar [...]* ***Eludiendo el conocimiento de nuestra situación concreta, eludimos tanbién nuestra responsabilidade***" (ZEA, 1952 [1949], p. 32/33).

Assim, esse eixo teórico-prático parte da constatação de que, ao contrário do preceituado pelas matrizes de pensamento liberais-burguesas, todas as pessoas sempre estão condicionadas e condicionando o mundo no qual vivem, ou seja, não existe intelectual fora do mundo ou isento dos condicionamentos próprios do mesmo, não havendo método ou capacidade de abstração capaz de anular esses condicionamentos. Nas palavras do brasileiro Guerreiro Ramos, *"o mundo não é uma coleção de objetos que possamos contemplar do lado de fora. Estamos necessariamente no mundo e por ele somos constituídos"* (RAMOS, 1996, p. 107). Desse modo, o/a pesquisador/a está indissociavelmente conectado à sociedade e a seus antagonismos, atuando, através de seus conhecimentos e ações, sobre a realidade para perpetuá-la ou para modificá-la, mesmo que de maneira inconsciente. Desse modo, não existe conhecimento neutro ou imparcial. É nesse contexto que o sociólogo brasileiro Octavio Ianni, em 1971, afirma da necessidade de uma "*opção política*" para que seja possível a produção de conhecimentos enraizada nas condições latino-americanas (IANNI, 1976, p. 32/33).

A partir da consciência dos diferentes grupos sociais e condicionamentos, inclusive daqueles advindos do *compromisso* com a mudança e os movimentos sociais, acredita-se que é possível promover "*vinculaciones más estrechas y eficaces con el processo de transformación social*" (MOLANO, 1978, p. XIX). Não se trata, assim, como ressalta o sociólogo colombiano Alfredo Molano, de inquietudes individuais, mas de compromissos com projetos e horizontes coletivos e políticos gestados concretamente nas lutas sociais.

Nesse contexto, a objetividade, tal como usado pela matriz liberal-burguesa, seria um dispositivo para mascarar o posicionamento conformista de perpetuação do *status quo*. Nas palavras de Fanon, "*para o colonizado, a objetividade é sempre dirigida contra ele*" (FANON, 1979 [1961], p. 59). Assim, houve uma série de tentativas de redefinir o conceito de objetividade, desconectando-o da noção e da possibilidade de imparcialidade e conectando-o com a necessidade de superação das estruturas de opressão e de dominação vividas particularmente pelos países da América Latina e com o desejo e a vontade de construir uma alternativa a esses países (COSTA PINTO, 1961; CASANOVA, 1967; FALS BORDA, 1987 [1970]). Nessa mesma direção, os/as pesquisadores/as brasileiros do IDAC propõem que a objetividade não seja sinônimo de descomprometimento e de imparcialidade, o que, na verdade, se transforma em cinismo e insensibilidade. Para eles, "*diante da oposição entre dominantes e dominados, ser objetivo significa reconhecer e analisar este enfrentamento inscrito na realidade e colocar-se a serviço da superação das estruturas que mantêm ou reforçam o autoritarismo e a desigualdade*" (OLIVEIRA, OLIVEIRA, 1983, p. 26).

Essas reflexões afastam da prática cognitiva militante as premissas da neutralidade valorativa e da objetividade pura e imparcial e tornam possível o diálogo e o acesso aos acúmulos de experiências históricas dos grupos sociais em resistência, o qual conformam horizontes de visibilidade, parâmetros de sentido e imaginários coletivos que acabam guiando a produção de saber. Diferentes pensadores, em vários momentos históricos na região, enfatizaram seu desligamento de uma postura científica neutra e imparcial, defendendo, de variadas formas, a potencialidade da vinculação divergente e crítica em relação à realidade[188].

Esse caminho remete, assim, a uma postura crítica e anti-dogmática que acaba perpassando as ações e teorizações militantes, o que tende a ensejar uma recepção criteriosa das correntes e matrizes estrangeiras. De acordo com o revolucionário argentino *Che* Guevara, em algumas palavras dirigidas aos jovens comunistas, é necessário

> [...] uma grande sensibilidade frente a todos os problemas, uma grande sensibilidade frente à injustiça; um espírito inconformado cada vez que aparece algo de ruim vindo de quem quer que seja. Colocar tudo o que não se compreende; discutir e pedir esclarecimento daquilo que não é claro; declarar guerra ao formalismo, a todos os tipos de formalismos. Estar sempre aberto para receber novas experiências, para adequar a grande experiência da humanidade, que leva muitos anos avançando pelo caminho do socialismo, às condições concretas do nosso país, às realidades existentes em Cuba: pensar – todos e cada um – como transformar a realidade, como melhorá-la (GUEVARA, 1981 [1965], p. 197/198).

Nesse fluxo reflexivo, alguns autores/as latino-americanos questionaram a existência e a pertinência da razão como faculdade ou propriedade humana autonôma, chegando a sustentar, a exemplo de Fals Borda, a existência de faculdades, na realidade, sentipensantes. Ou seja, o envolvimento das emoções, valores e sensibilidades como algo potente e decisivo na produção de conhecimentos.

Portanto, o compromisso profundo com as sociedades latino-americanas e com os grupos sociais em resistência na América Latina foi o que moveu os movimentos teóricos

---

[188] Dentre muitas passagens de diferentes pensadores, são emblemáticas as considerações do autor brasileiro Abdias Nascimento que assevera, em um trabalho a ser apresentado em um Seminário Internacional em 1976, que "*o ensaio que desenvolverei nas páginas a seguir não se molda nas fórmulas convencionalmente prescritas para trabalhos acadêmicos e/ou contribuições científicas. Nem está o autor deste interessado no exercício de qualquer tipo de ginástica teórica, imparcial e descomprometida. Não posso e não me interessa transcender a mim mesmo, como habitualmente os cientistas sociais declaram supostamente fazer em relação às suas investigações. Quanto a mim, considero-me parte da matéria investigada. Somente da minha própria experiência e situação no grupo étnico-cultural a que pertenço, interagindo no contexto global da sociedade brasileira, é que posso surpreender a realidade que condiciona o meu ser e o define. Situação que me envolve qual um cinturão histórico de onde não posso escapar conscientemente sem praticar a mentira, a traição, ou a distorção* (NASCIMENTO, 2017 [1976], p. 47).

críticos na América Latina rumo a uma atitude crítica e de ousadia intelectual e militante, desde os estudantes da Reforma de Córdoba, passando pelos diferentes esforços de ação e teorização dos sujeitos sociais em várias espaçotemporalidades.

b) Imbricamento entre conhecimentos críticos e prática política

A relação dialética entre teoria e a prática se deu, nas diferentes experiências e pensadores/as latino-americanas, pela retro-alimentação entre reflexões críticas e ações transformadoras. Em muitos casos, a dimensão teórico-reflexiva aumentou a efetividade das ações e a potência dos sujeitos coletivos e estes possibilitaram à produção teórica a compreensão da realidade e contribuíram para a elaboração conceitual e teórica. Nesse sentido, mais que uma mera articulação entre referidas dimensões, pretendeu-se a construção de um imbricamento entre os conhecimentos críticos produzidos e a prática política dos sujeitos sociais.

O pensador peruano Jose Manuel Mejía salienta que uma das valiosas contribuições do movimento socialista peruano, do qual fazia parte ativamente Mariátegui, consistiu na construção de uma *metodologia da ação* para o estudo da problemática nacional. Após análise das trajetórias e produções teóricas de diferentes pensadores socialistas, este autor demonstra que os estudos foram sendo desenvolvidos pela aproximação concreta dos movimentos e lutas sociais. Cada tema desenvolvido era o resultado das demandas de um grupo social que requeria assessoria, auxílio e solidariedade em contextos de enfrentamentos obreiros, camponeses e indígenas. Assim, descreve a sequencia, em geral, conformada entre as movimentações sociais e as produções teóricas:

> Cada "estudio" en un primer momento no pasaba de ser sino un panfleto o una solicitud al juez [había abogados entre los socialistas]; en un segundo momento llegaba a la calidad de artículo periodístico u octavilla de propaganda; más tarde era material de estudio o discusión interna; y sólo después, cuando ya había cumplido su tarea política, se convertia em libro o publicación. La necesidad de comprensión global del problema específico llevaba a los investigadores a hurgar el pasado histórico. Buscando en él, elementos que sirvieran tanto a la afirmación de la conciencia como a la ubicación contextual y estructual del asunto específico matéria de análisis. (MEJÍA, 1978, p. 401).

Assim, as produções teóricas, segundo este autor, não eram justapostas ou acompanhadas pela prática, mas eram intrinsecamente vinculadas à ação social dos movimentos sociais e dos próprios autores, uma vez que partiam de necessidades, mais ou menos, elaboradas de conhecimentos dos setores populares. Do mesmo modo, Mariátegui e seus companheiros/as

desenvolveram um trabalho ativo de difusão e educação, tanto através das Universidades Populares quanto por meio da conformação de meios de comunicações voltados para os grupos sociais populares, como as Revistas Amauta e Labor (MEJÍA, 1978, p. 402). Através destas, circulavam os conhecimentos produzidos sobre a realidade peruana e mundial, em busca de uma linguagem simples e de conteúdos atrativos.

É importante perceber, como salientado pelo sociólogo mexicano Rodolfo Stavenhagen, que não se trata de uma simples questão relacionada à transmissão das informações e/ou dos conhecimentos ao público ou ao "objeto" da investigação. Trata-se de uma perspectiva que envolve o desenho da própria investigação como um diálogo criador entre o/a pesquisador/a e o objeto-sujeito de pesquisa, o que converte a investigação em um processo de aprendizagem mútuo e modifica a própria natureza da atividade científica (STAVENHAGEN, 1971, p. 215/216).

Nesse sentido, o pensador boliviano René Zavaleta é enfático ao afirmar que a prática social que propõe os temas de estudo e de pesquisa, sendo que, no campo crítico, "*siempre las hipótesis están dadas por la massa*" (ZAVALETA, 1990 [1977], p. 289). Apenas depois o/a intelectual elaborará e avançará teoricamente sobre esses acúmulos, o que, para este autor, é uma tarefa fundamental para a continuidade e a potencialização dos processos sociopolíticos de transformação levados pelas coletividades. Sustenta que a teoria produzida nesses termos, em conexão com as massas e com a classe trabalhadora, concede aos sujeitos coletivos a consciência da prática, aumentando sua capacidade de auto-conhecimento e de compreensão da realidade histórica. Para ele, isso é ainda mais central nas sociedades latino-americanas, as quais seriam formações sociohistóricas não calculáveis – ou seja, não suscetíveis ao procedimento marxista de conhecer o anterior desde o posterior –, o que faz com que aprendamos mais sobre essas sociedades "*en una insurreción que en un censo*" (ibidem, p. 284).

Passando por essas razões, Fals Borda e os/as pesquisadores/as da *La Rosca*, na Colômbia, trabalharam com a noção de *inserção* do/a cientista social nos processos sociais de mudança, dentro do método do estudo-ação. A inserção combina, no campo investigativo, as técnicas usuais de observação, participação, intervenção e análise e vai além para adotar as metas e os valores dos grupos que aspiram a transformar a realidade (BONILLA et al., 1972, p. 24). Assim, a inserção se realiza dentro de um processo histórico e social de transformação, em vários níveis, especialmente local ou regional, não sendo uma tarefa exclusiva de intelectuais externos que se inserem em grupos populares (FALS BORDA, 1987 [1970], p. 90-92). Contudo, pode envolver a incorporação do/a pesquisador/a nos grupos populares, devendo este adotar uma postura aberta ao que se vai aprender nas novas experiências e ter uma atitude

curiosa, ativa e criativa de busca (BONILLA et al., 1972, p. 19)[189]. Ao mesmo tempo em que é uma experiência intelectual de análise, síntese, sistematização e criação, é também a possibilidade de que os conceitos e hipóteses emergentes encontrem sua confirmação ou seu rechaço no contato direto e imediato com a realidade e na utilidade que demonstrem nos processos de construção com os setores populares (*ibidem*, p. 48/49).

De acordo com as formulações de Fals Borda, sob influência dos ensinamentos de Mao Tse Tung, a produção de conhecimentos obedeceria a um movimento cíclico e em espiral, a partir do qual se desenvolve de maneira cumulativa e coletiva. Senão vejamos:

> [...] hubo de buscarse soluciones teóricas alternas que permitiesen aproximarse mejor a la realidad para entenderla y transformarla. La repuesta más adecuada la ofreció el método dialectico aplicado en pasos alternos y complementarios, así: (1) propiciando un intercambio entre conceptos conocidos o pre-conceptos y los hechos (o sus percepciones con observaciones adecuadas en el medio social); (2) siguiendo con la acción a nivel de base para constatar en la realidad del medio lo que se quería conceptualizar; (3) retornando a reflexionar sobre este conjunto experimental para deducir conceptos más adecuados y obtener mejores luces sobre viejos conceptos; (4) volviendo a comenzar el ciclo de investigación para culminarlo en la acción (FALS BORDA, 1978, p. 10).

Para este teórico, o conhecimento seria fruto de uma constituição recíproca entre a dimensão do conhecer e a do fazer e transformar, ou seja, são momentos que se constroem de maneira mútua e recíproca, conformando uma unidade. É certo que os sujeitos que se encontram inseridos nos processos sociais estudados e estão envolvidos, no nível da ação, com os resultados da pesquisa e com as consequências históricas do referido processo social têm a oportunidade de apreender, com maior veracidade e intensidade, a complexidade das realidades e das temáticas de pesquisa, bem como de compreender os limites e as possibilidades das situações vivenciadas, as quais se encontram em constante mudança.

Nesse sentido, para o teórico colombiano Fernando Rojas (1978, p. 66/69), a partir da corrente marxista, a participação pessoal na luta prática por transformar a realidade, junto aos sujeitos coletivos, é o único meio para entrar em contato com as aparências e para pôr em descoberto a essência da realidade para compreendê-la, não podendo ser fruto de discussões unicamente teóricas e atividades contemplativas. Abordando outros aspectos, o pensador Frantz Fanon destaca que o intelectual colonizado pela burguesia se encontra impregnado por uma

189 Nesse contexto, os pesquisadores da La Rosca advertem para os riscos de uma inserção manipuladora (adoção de posturas de superioridade e dogmáticas, reprodução de novas formas de dependência e de colonialismo intelectual, falseamento da realidade social e da disputa de classes colocada) e da inserção agitadora (adoção de uma postura superficial, pouco compromissada com os sujeitos envolvidos e interessada, fundamentalmente, na agitação social e produção de conflitos desnecessários, ao desconsiderar que a inserção e a produção de conhecimentos são um processo) (BONILLA et al., 1972).

cultura individualista, egoísta e recriminadora, sendo que apenas pela imersão no povo, em suas lutas pela libertação, descobrirá os sentidos e os alcances coletivos da sociedade e das coletividades em resistência. Desse modo, segundo Fanon, "*[...] o cálculo, os silêncios insólitos, as segundas intenções, o espírito subterrâneo, o segredo, tudo isso o intelectual vai abandonando à medida que imerge no povo. E é verdade que se pode dizer então que a comunidade triunfa já neste nível, que ela segrega sua própria luz, sua própria razão*" (FANON, 1979 [1961], p. 36). Assim, ao ser desarmado pela boa-fé do povo e ao participar das ações de libertação, vai conformando um outro pensamento que deve ser capaz de fundar a esperança e convocar para a ação.

Sob outro vértice, o educador Paulo Freire, escrevendo sobre a Educação Popular, expõe que a verdadeira reflexão – efetivada através do diálogo crítico e libertador com os grupos populares – conduz necessariamente à prática e este momento de ação deve ser também objeto de reflexão crítica a fim de alimentar novas práticas, tornando-se, assim, uma *praxis* autêntica (FREIRE, 1975 [1965], p. 29/30). Ressalta que o processo de conscientização da situação histórica exige resposta não só no nível intelectual, mas no nível da ação dos envolvidos. Nesse sentido, entende que toda pesquisa temática se faz ação pedagógica e que toda educação autêntica se faz investigação do pensar. De acordo com os pesquisadores do Instituto de Ação Cultural (IDAC), é uma forma de conceber a pesquisa conectada às experiências cotidianas da população oprimida e suas preocupações (OLIVEIRA, OLIVEIRA, 1983, p. 20).

A sistematização de experiências, como metodologia criada e enraizada na realidade da América Latina (JARA, 2009, p. 3/4), em seus inúmeros usos, pretendeu justamente, a partir da prática e dos processos vividos de ação e de transformação, extrair todo o aprendizado e os ensinamentos, sendo o primeiro passo para a elaboração conceitual. Tentou-se, assim, com um referencial teórico-metodológico, organizar o processo de construção do conhecimento a partir da prática, passando por reflexões individuais e coletivas sobre as experiências vivas, reais e em construção.

Portanto, nas diferentes experiências, concede-se à ação um lugar de destaque tanto nas diferentes etapas do processo de produção de conhecimentos, quanto na construção de planos e/ou intervenções na realidade concreta. Por outro lado, é certo que a diversidade de experiências na América Latina envolve diferentes níveis de prática, formas de teorização e relação entre estas, abrangendo um amplo espectro de possibilidades de imbricamento entre teoria e prática e de potencialidades de transformação social. Ademais, cumpre salientar que não existem vínculos diretos e mecânicos entre a teoria e a prática política dos sujeitos coletivos. Estes vínculos foram construídos através de um histórico de militância e de atuações conjuntas

dos/as pensadores/as e dos movimentos sociais. É notório perceber a inserção efetiva de muitos/as intelectuais, como participantes ativos, em organizações, movimentos e processos de mudança na América Latina. A título de exemplo, alguns casos são: Mariátegui foi ativo militante socialista e participou das Universidades Populares do Peru e do Partido Socialista Peruano; Guerreiro Ramos foi militante do Teatro Experimental Negro (TEN), assessor do Presidente Getúlio Vargas e atuante no movimento nacionalista e revolucionário brasileiro; Eric Williams foi militante da libertação nacional de seu país e chegou a ser Presidente de Trinidad Tobago; Caio Prado Júnior foi do Partido Comunista Brasileiro (PCB); Fals Borda foi personagem ativo na política colombiana, participando de diferentes movimentos sociais; Frantz Fanon foi da Frente de Libertação Nacional da Argélia, lutando ativamente em sua Revolução; Ruy Mauro Marini foi da Política Operária (POLOP) no Brasil e do *Movimiento Izquierda Revolucionaria* (MIR) no Chile; René Zavaleta foi Ministro das Minas e Energias do governo boliviano instaurado após a Revolução de 1952; Lélia Gonzalez foi militante do Movimento Negro Unificado e uma das fundadoras do Movimento de Mulheres Negras, dentre outras atuações. Enfim, foram participantes ativos nos processos de mudança que buscavam também teorizar, logrando, muitas vezes, vincular a compreensão histórico-social às suas ações e à prática política dos movimentos sociais.

c) Problematização da dicotomia entre sujeito e objeto de pesquisa

As experiências latino-americanas, no campo crítico, tenderam a problematizar a relação entre sujeito e objeto de pesquisa enquanto unidades e dimensões separadas na produção de conhecimentos. Isso ocorreu tanto em relação aos estudos e produções teóricas que tinham como tema específico os sujeitos coletivos, mas também naquelas que possuíam como tema a compreensão sócio-histórica das sociedades, estando os grupos e movimentos sociais nela contemplados. Nesse sentido, mesmo sem concordar com o pressuposto da existência de sujeitos e objetos de pesquisa, os/as pensadores/as buscaram, de diferentes formas, padrões mais horizontais na relação com as coletividades e movimentos sociais, ainda que esta relação não fosse tema de teorizações para muitos/as pensadores/as críticos/as. Assim, é possível identificar uma tendência à democratização e à coletivização do processo de pesquisa, notadamente na escolha do tema, no desenho da pesquisa, na utilização dos métodos e das ferramentas, nas reflexões, nas ações, nos resultados e, inclusive, nas publicações. Desse modo, os sujeitos coletivos passam a contribuir, em diferentes níveis, na construção dos saberes, reduzindo o caráter de exterioridade que normalmente se revestem as pesquisas ancladas na

matriz de pensamento liberal-burguesa, tanto nas abordagens quantitativas quanto nas qualitativas. Tenta-se, com isso, afastar uma das premissas epistemológicas fundamentais dessa matriz que é a delimitação do objeto e a diferenciação total do sujeito.

Sobre esse processo, o educador brasileiro Paulo Freire destaca a necessidade de um diálogo efetivo entre os sujeitos sociais, o que pressupõe uma posição de humildade do/a intelectual, que contraria a postura arrogante e auto-suficiente do/a cientista tradicional. De acordo com esse autor, isso exige que creiamos nos homens e nas mulheres oprimidas, que os vejamos como capazes de pensar certo (FREIRE, 1970, p. 30). Analisando o trabalho da extensão universitária clássica de agrônomos - através do qual o conhecimento considerado científico é transferido e depositado nos camponeses -, Freire defende o diálogo como meio para que as partes se transformem em sujeitos e para que juntos possam conhecer a realidade, destacando que ser dialógico é "*não invadir, é não manipular, é não sloganizar. Ser dialógico é empenhar-se na transformação constante da realidade*" (FREIRE, 1983, p. 28).

Por sua vez, Fals Borda entende que a construção de uma relação entre sujeitos no curso da investigação conduz ao debate sobre o conceito de participação. Para ele, participação autêntica é o rompimento da relação de dependência e de submissão que tem se implantado histórica e tradicionalmente entre um sujeito e um objeto (FALS BORDA, 1987 [1970], p. 126). O autor propõe um conceito de participação advindo da "*vivencia real y propria de nuestras gentes y con ellas*" (FALS BORDA, 2012, p. 391), isto é, que se enraíza em tradições culturais próprias do povo dos países latino-americanos e em sua história real e que diz respeito a sentimentos e atitudes altruístas, cooperativas, comunais e democráticas. Com base nesse referencial de participação, Fals Borda destaca a capacidade dinâmica e inovadora que possui o rompimento do binômio sujeito e objeto de pesquisa na prática concreta, ocasionando a convivência de duas racionalidades diversas, uma cartesiana e acadêmica e outra experiencial e prática. A tensão dialética e a soma desses dois tipos de saberes permitiriam um quadro mais correto e completo da realidade (*ibidem*, p. 391).

Por outro lado, esse aspecto não significa dizer que os sujeitos possuíam o mesmo papel. O/a intelectual possui, dentre outros, um papel específico que diz respeito à produção teórica, à socialização dos conhecimentos e, em alguns casos, à difusão dos métodos e técnicas acumuladas pelas teorias, estimulando a capacidade crítica e criadora dos grupos populares (FREIRE, 2004, p. 13/15), isto é, contribuindo na potencialização da capacidade dos sujeitos coletivos de pensar por "*nosotros mismos*" (JARA, 2008, p. 18). Nesse sentido, o educador uruguaio José Luis Rebellato, o qual esteve envolvido em diversos projetos de educação popular nas décadas de 1980 e 1990 com organizações populares e sindicatos, ressalta que "*establecer*

relaciones simétricas y horizontales no equivale a decir que somos iguales; la horizontalidad es una postura que parte del reconocimiento de la diversidad. Lo contrario es falsear la realidad" (REBELLATO, 2009, p. 51).

Mesmo considerando essa diferença fundamental, a nosso ver, esse eixo teórico-prático expressa um movimento importante no sentido da superação do problemático distanciamento entre trabalho intelectual e trabalho manual existente nas sociedades divididas em classes e grupos sociais. Ademais, Zea ressalta que, nos países dependentes, a diferenciação entre sujeito e objeto do conhecimento tornou possível a não apreensão da realidade latino-americana por muitos/as pensadores/as, isto é, o sujeito e o objeto supostamente separados tornou possível ao/à pesquisador/a "*cerrar los ojos a la propia realidade, incluyendo su pasado, pretendendo ignorarla por considerarla impropia y ajena [...] El sujeto abstrayéndose de una realidad que no quiere aceptar como propia, y el objeto, la propia realidade, como si fuera algo ajeno al sujeto que en ella está inserto*" (ZEA, 1978, p. 5/6). Nesse sentido, para este autor, a construção de um conhecimento próprio e latino-americano passa pela identificação dos sujeitos cognoscentes com seu objeto de estudo, a realidade da América Latina.

Para além desse pressuposto e da inserção ativa nas lutas sociais, foram desenvolvidas diferentes iniciativas para possibilitar o diálogo e a socialização dos conhecimentos, gestionadas tanto pelos movimentos sociais quanto pelos/as pensadores/as críticos/a (centros de formação, universidades populares, escolas, cursos, oficianas, seminários etc). Ademais, existiram inúmeras experiências que capacitaram pessoas dos grupos sociais populares nas técnicas de pesquisa e estes foram inseridos, de maneira mais orgânica, na pesquisa[190].

Portanto, a inserção, as dinâmicas dialógicas, a participação, a socialização dos conhecimentos e técnicas de pesquisa são caminhos pelos quais se tornaram possíveis a construção de planos de pesquisa e de ações de maneira coletiva, reduzindo o distanciamento entre sujeito e objeto de pesquisa ou indo além dessa relação. Isso permitiu que os sujeitos sociais atuantes pudessem conhecer e entender juntos a realidade que pretendiam transformar, ainda que com trabalhos, tarefas e situações distintas.

d) Enfrentamento ao colonialismo intelectual e à dependência acadêmica

190 Algumas dessas experiências são narradas nos livros organizados por Carlos Rodrigues Brandão (BRANDÃO, 1983 [1981], 1984). São pesquisas coletivas que partiram de discussões e necessidades de camponeses, trabalhadores e moradores de favelas do Rio de Janeiro, de Pernambuco e Goiás.

As trajetórias teórico-políticas dos/as pensadores/as críticos e dos movimentos teóricos latino-americanos revelam esforços sistemáticos de construção de uma perspectiva própria na produção de conhecimentos, através do empenho coletivo em compreender as particularidades da história e da realidade dos diferentes países da América Latina por meio de suas condições concretas. Isso tornou possível a elaboração de marcos analíticos próprios e tornou a recepção das teorias construídas a partir de outras realidades e histórias um processo crítico e criativo.

Essa conduta rompe com mecanismos rotineiros e históricos, muito presentes nos meios intelectuais e universitários latino-americanos, de aplicação acrítica e sem mediações dos modelos de interpretação gestados a partir da Europa e dos Estados Unidos. Esses mecanismos refletem, como visto no primeiro capítulo, a apropriação pelos/as teóricos/as latino-americanos de uma visão eurocentrada da vida social, a qual possui como parâmetros para a compreensão da realidade as trajetórias europeias e/ou norte-americanas e os conhecimentos gestados a partir desses espaços. Isso gerou, dentre outras questões, a adoção de problemas e temáticas de estudo próprias dos países centrais, a conceitualização inadequada e equivocada dos problemas e das situações latino-americanas e interpretações insatisfatórias, superficiais ou errôneas das sociedades da região (IANNI, 1976 [1971]). Isto é, não possibilitaram, em função do apego à assimilação conceitual e teórico-metodológica das teorias dos países centrais, a compreensão histórico-social de nossa realidade.

Trata-se, assim, de um traço fundamental da dependência a que estão submetidos os países latino-americanos. Nesse contexto é que o sociólogo Octavio Ianni assevera que se, por um lado, a dependência gera particularidades na conformação produtiva, social e econômica para os países de acordo com sua inserção no mercado global, por outro lado, não possibilita interpretações próprias, a partir das especificidades enfrentadas por cada um dos territórios (IANNI, 1976 [1971]). Para este autor, essas colocações refletem a posição da maioria dos cientistas sociais de nossa região, mesmo aqueles considerados do campo progressista. No mesmo sentido, o portorriquenho Manuel Maldonado-Denis afirma que o colonialismo com todas as suas sequelas é a negação mesma de todo o processo de criação intelectual, contudo, pela força dos povos oprimidos, gera-se um vigoroso processo de resistência e afirmação cultural que fundamentam uma cultura de libertação e " *una firme y decidida postura de desafio y rebeldia ante la amenaza de obliteración cultural*" (MALDONADO-DENIS, 1991 [1979], p. 169).

Nesse contexto, para Fals Borda, a conduta de considerar indiscutivelmente válidas e universais as teorias gestadas nos contextos europeus e norte-americanos se assemelha a uma servidão intelectual (FALS BORDA, 1987 [1970], p. 37), denominando também como

colonialismo intelectual o mecanismo geral de hegemonia cultural dos países centrais que impulsiona a apropriação de seus marcos explicativos pelos países dependentes. Muitas foram as denominações dadas a essa perspectiva desde o movimento pela emancipação mental no século XIX. Todas elas expressam a necessidade de uma atitude rigorosamente crítica, com atenção à realidade e à histórica latino-americana, na produção de conhecimentos (COSTA PINTO, 1961; RAMOS, 1996 [1958]; GRACIARENA, 1965; IANNI, 1976 [1971]; ZEA, 1965 etc.). Isso é necessário não apenas para compreender a realidade vivenciada em nossa região, mas também, como salientado por González Casanova (CASANOVA 1973 [1969], p. 254), para transformar essa realidade. Contudo, não se trata de rejeitar *a priori* a produção teórica advinda da Europa e dos Estados Unidos. Pelo contrário, trata-se de atitude que articula três eixos de atuação: (1) realiza uma análise crítica das interpretações que "*encobrem*" a realidade dos países latino-maericanos (IANNI, 1976, p. 39/40); (2) seleciona e se apropria criticamente de certos saberes ou de parte deles, bem como de experiências, de outros povos e territórios, inclusive da Europa e dos Estados Unidos; (3) empreende esforços para utilizá-los como ferramentas vivas na compreensão das sociedades latino-americanas, construindo novas interpretações e marcos conceituais.

Assim, a utilização criativa e crítica desses pensamentos não deve inibir o esforço por construir "*métodos e um estilo que lhes sejam específicos [aos países subdesenvolvidos]*" (FANON, 1979 [1961], p. 78). Em outras palavras, nos termos forjados pelo mexicano Leopoldo Zea, a consciência da relação de dependência deve permitir oferecer o ponto de vista dos dominados, mudando o enfoque do conhecimento ao partir de sua própria história (ZEA, 1978, p. 9). Isso é especialmente marcante ao verificarmos que a utilização acrítica e mecânica das teorias europeias e estadunidenses não se deu apenas pelos cientistas tradicionais e vinculados à perpetuação do *status quo*. Pelo contrário, o campo crítico e os movimentos sociais se apropriaram acriticamente, muitas vezes, das teorias críticas gestadas em diferentes espaçotemporalidades, o que ocasionou enormes equívocos na condução e na ação política. Nesse contexto é que, dentre outros/as, Caio Prado Júnior, como membro do Partido Comunista do Brasil (PCB), foi incisivo ao denunciar a atitude teórica colonialista e mecânica em setores da esquerda brasileira, ressaltando "*essa falta de perspectivas sobre a realidade brasileira derivada de posições teóricas decalcadas em modelos estranhos que não se aplicam à situação do nosso país, bem como as danosas conseqüências práticas e de ordem política que daí provêm, se verificam em outras concepções da consagrada teoria da revolução brasileira*" (1966). No mesmo sentido, Florestan Fernandes conclama, de forma urgente, os/as pensadores/as críticos/as a "*superar a nossa circularidade e a nossa fraqueza inventiva. Os que*

são socialistas precisam devotar-se à tarefa de construir a teoria revolucionária exigida pela situação atual da América Latina" (FERNANDES, 1978, p. XIII/XIV).

Por outro lado, o deslocamento epistêmico ocasionado pelo ascenso dos movimentos indígenas e pela visibilização de suas matrizes de pensamento conclama os/as teóricos a aprofundar os processos de crítica e de problematização das premissas e pressupostos da ciência moderna e de suas matrizes de pensamento, em um movimento de recuperação e enraizamento em nossa história e resistências. A esse processo, alguns/algumas autoras têm chamado de descolonização dos saberes (RIVERA CUSICANQUI, 1987; STAVENHAGEN, 2010).

Com efeito, a superação do colonialismo intelectual e/ou a descolonização dos conhecimentos tratam-se de desafios permanentes e de tarefas sempre inconclusas para os países submetidos à dependência estrutural e histórica. É certo que estas perspectivas não dependem unicamente da intencionalidade dos/as autores e dos sujeitos sociais, mas esbarram no funcionamento dos circuitos e dos vínculos institucionais, bem como com nos mecanismos de prestígio acadêmico e científico no ambiente intelectual latino-americano (IANNI, 1976, p. 44/45). A fim de ressaltar esses mecanismos, a socióloga argentina Fernanda Beigel cunhou o termo dependência acadêmica (2011), o qual designa o desigual sistema de produção e circulação dos conhecimentos que hierarquiza as instituições científicas para, em suma, reproduzir uma divisão internacional do trabalho científico. Segunda esta autora, reedita-se a centralidade dos países centrais na produção e na difusão científica. O/a pesquisador/a que não se referencie nas teorias produzidas pelos centros da Europa ou dos Estados Unidos, para análise das situações e de sua região, não é considerado produtor de conhecimento válido e legítimo para a área acadêmica.

Em função disso, a centralidade da criação de circuitos regionais de circulação dos conhecimentos que conectem os países da América Latina, mas também da África e da Ásia, bem como meios de difusão desses saberes, tais como revistas e periódicos. Esse caminho também foi percorrido pelo pensamento crítico que, como visto nos tópicos anteriores, empreendeu esforços na construção de espaços regionais de produção e circulação de conhecimentos. Esta autonomia dos circuitos regionais não significa ignorar os acúmulos e conhecimentos produzidos em outros lugares e momentos, nem tampouco representa um isolamento do mundo intelectual. Pelo contrário, acredita-se possível a soma de saberes, de maneira respeitosa e horizontal (FALS BORDA, 2013, p. 205), impulsionando a busca de conhecimentos e experiências não apenas nos territórios europeus e estadunidenses, mas em experiências e povos dependentes, coloniais e pobres (CASANOVA, 1973 [1969], p. 255).

e) Enquadramento sócio-histórico

Nas experiências críticas latino-americanas, no processo de construção de conhecimentos, adotou-se uma visão mais ampla e histórica em relação aos sujeitos e fenômenos sociais. Para entendê-los, em sua complexidade, foi necessário inseri-los no processo histórico que articula, organicamente, as diferentes dimensões sociais, econômicas, políticas e culturais. Ou seja, foi preciso conectar o concreto à formação sócio-econômica, ao modo de produção, aos processos históricos e às dinâmicas internacionais. Assim, são produções teórico-práticas que situam os movimentos sociais na dinâmica geral das forças e dos antagonismos locais e regionais da realidade latino-americana e que imbricam a reflexão envolvendo movimentos sociais com as particularidades da história e dos caminhos da América Latina.

Para Oscar Jara, a contribuição central da teoria e do pensamento críticos aos processos de transformação substantiva da realidade consiste em teorizações que permitam compreender a prática dos sujeitos sociais dentro de uma visão histórica e de totalidade. Isso permite aos sujeitos voltar à prática e orientá-la conscientemente em uma perspectiva transformadora (JARA, 2008, p. 9). Assim, o movimento do conhecimento que parte da prática para a teorização e desta de volta para a ação dos sujeitos tem, neste percurso, a tarefa primordial de desvendar as mediações entre o cotidiano e a totalidade. Trata-se, fundamentalmente, de ir além das explicações localistas ou subjetivistas para contextualizar e articular as questões encontradas pelos sujeitos sociais envolvidos numa perspectiva societária ampla e complexa. Somente a partir deste processo, os sujeitos encontram a capacidade teórica de localizar e compreender sua prática individual e coletiva nas dinâmicas e disputas em jogo. Através desse movimento – que alia teoria e prática – que se apreende a realidade para além das aparências. Nos termos de Paulo Freire:

> A questão fundamental, neste caso, está em que, faltando aos homens uma compreensão crítica da totalidade em que estão, captando-a em pedaços nos quais não reconhecem a interação constituinte da mesma totalidade, não podem conhecê-la. E não o podem porque, para conhecê-la, seria necessário partir do ponto inverso. Isto é, lhes seria indispensável ter antes a visão totalizada do contexto para, em seguida, separarem ou isolarem os elementos ou as parcialidades do contexto, através de cuja cisão voltariam com mais claridade à totalidade analisada. (FREIRE, 1987, p. 95).

Nesse sentido, os pesquisadores da *La Rosca* colombiana ressaltam a necessidade de se conectar os processos e lutas locais com a compreensão histórico-social mais ampla, ao definirem como diretrizes investigativas: "*analizar la estructura de clases de la región*" e

"*buscar las raíces históricas de las contradicciones que dinamizan la lucha de clases en la region*" (BONILLA et al., 1972, p. 45). Em função disso, o mexicano Stavenhagen assinala a necessidade de se trabalhar com os setores populares conhecimentos científicos sobre o funcionamento do sistema e não apenas estudos sobre eles mesmos, o que impele os/as pesquisadores à consecução de pesquisas sobre o capitalismo e as classes dominantes (STAVENHAGEN, 1971, p. 216).

Para o pensador peruano José Manuel Mejía, um dos aprendizados teórico-metodológicos da consistente experiência do movimento socialista peruano na década de 1920, do qual Mariátegui era parte, diz respeito à "*necesidad de no focalizar exclusivamente la investigación en la situación y en la historia de los sectores populares sino en hacer extensiva ésta a la naturaleza y características de la clase dominante y a los mecanismos de que ellas se valen para mantener la explotación*". De acordo com este autor, um estudo sobre os grupos sociais populares poderá ajuda-los na sua auto-percepção, contudo não os proverá do conhecimento dos fatores concretos que devem transformar para alcançar a superação da sua situação. Isso apenas pode ser alcançado quando se estuda "*los protagonistas antagónicos de la contradicción estructural en cada caso particular y se pone en evidencia su fortaleza y sus debilidades*" (MEJÍA, 1978, p. 410). Com isso, sustenta a necessidade de se estudar a identidade dos grupos sociais dominantes, suas relações, suas formas de organização, seus canais de mobilização, suas redes locais de poder, suas vinculações com o aparato estatal, sua ideologia e sobretudo as formas concretas a partir das quais extraem o excedente social e reproduzem as relações de domínio. Conclui, assim, que "*sólo así se estará dotando cabalmente a los sectores populares de los instrumentos cognitivos que permitan apoyar su acción e impulsar la transformación estructural. Sólo así se estará, igualmente, recogiendo pero a la vez superando cualitativamente la experiencia histórica*" (*ibidem*, p. 412).

A realidade, assim, é compreendida de maneira ampla, dinâmica e relacional, não se restringindo a explicações de partes e de elementos isolados. Isso leva à busca por compreensões globais da realidade e dos fenômenos sociais, o que contraria a tendência à fragmentação disciplinar e das áreas do conhecimento. Nesse sentido, um fenômeno social está imerso em um emaranho de relações sociais, econômicas, políticas, as quais devem ser tratadas com afinco se se pretende compreender este fenômeno. Assim, um movimento social, por exemplo, não é compreendido através da análise minuciosa de sua organização interna, sendo necessária sua inserção nas dinâmicas e nos antagonismos sócio-históricos. Ademais, considerando que a realidade está sempre em movimento e em relação, é possível vislumbrar

outras formas de organização social, colocando em perspectiva os processos sociais nos quais os sujeitos estão inseridos.

f) Trabalho coletivo e transdisciplinário

A trajetória teórico-política do pensamento crítico mostra a importância da articulação coletiva para a produção crítica de conhecimentos. Com efeito, as iniciativas mais potentes de compreensão da realidade latino-americana partiram de movimentos coletivos que propiciaram tanto um profícuo e amplo debate coletivo quanto um processo de reintegração das ciências humanas. Nesse sentido, o enfrentamento à fragmentação das ciências humanas e ao seu isolamento dos sujeitos coletivos se deu por meio de um trabalho coletivo e transdisciplinar que foi capaz de superar, por um lado, as estreitas fronteiras impostas pelo desenvolvimento disciplinar e, por outro, diminuir os altos muros que supostamente separam o ambiente intelectual das dinâmicas e conflitos sociais.

Para o sociólogo mexicano Jaime Osorio, uma das razões que explicam a riqueza das reflexões sobre a América Latina nos anos 1960 e 1970, se encontra nas transgressões disciplinares. Segundo ele, "*el problema planteado (explicar el atraso) exigió a economistas, historiadores y sociólogos ir más allá de la simple reflexión conjunta sobre un tema determinado (la interdisciplinariedad), obligándolos a incursionar en territorios aledaños, ante una realidad que reclamaba respuestas globales*" (OSORIO, 1997, p. 311). No mesmo sentido, Octavio Ianni sustenta que "*a problemática da dependência, pela sua complexidade e importância explicativa, provocou um momento de reintegração das ciências sociais*", por meio da ampliação e do aprofundamento do debate e da colaboração entre sociólogos, economistas, cientistas políticos, antropólogos e historiadores (IANNI, 1976 [1971], p. 33/34). Assim, apenas enfrentando a fragmentação do real em variadas dimensões isoladas e suas correspondentes disciplinas foi possível compreender com profundidade a história e os caminhos latino-americanos.

Isso foi potencializado pelo trabalho coletivo no interior de vários espaços que possibilitaram dinâmicas colaborativas e participativas no labor teórico, político e intelectual, bem como a formulação de pautas e projetos coletivos de pesquisa com amplo escopo. Esse processo tornou o enfrentamento ao colonialismo intelectual e às premissas positivistas da ciência moderna um empreendimento comum e articulado e, com isso, mais fortalecido. Impulsionou, ainda, diferentes veículos de difusão dos conhecimentos e intensificou as relações e diálogos com os grupos populares e movimentos sociais. Ademais, através dessa articulação

coletiva, os circuitos regionais em torno da produção de conhecimentos e da perspectiva de transformação social foram estimulados e fortalecidos. São inúmeros exemplos dessa articulação coletiva que vão desde os encontros e circuitos entre os estudantes universitários no contexto da Reforma Universitária, passando pelas Universidades Populares e as Revistas Amauta e Labor no Peru, pelo Teatro Experimental Negro (1944) e pelo Instituto Superior de Estudos Brasileiros (ISEB - 1955) no Rio de Janeiro; pelo Centro Latino-Americano de Pesquisas em Ciências Sociais (1957) no Rio de Janeiro; pela Faculdade Latino-Americano de Ciências Sociais (1957) no Chile; pelo Centro de Estudos Latino-americanos (CELA- 1960) no México; pelo Centro de Estudos Socioeconômicos (CESO - 1961) no Chile; pelo Conselho Latino-Americano de Ciências Sociais (CLACSO, 1967); pelo Instituto de Ação Cultural (IDAC - 1970) de Paulo Freire; pela *La Rosca* (1972) na Colômbia; pelo Instituto de Pesquisa das Culturas Negras (IPCN - 1975) no Rio de Janeiro; pelo ALFORJA (1980) e toda articulação regional em torno da educação de jovens e adultos, incluindo o Conselho de Educação Popular da América Latina (CEAAL), pelo *Taller de Historia Oral Andina* (THOA - 1983) na Bolívia.

Além disso, de grande importância foram os seminários e encontros latino-americanos, que garantiram que essa reflexão fosse efetivada com interconexão entre os países da região e asseguraram uma regionalização do debate e a produção de um pensamento efetivamente latino-americano. Ressalte-se os encontros da Associação Latino-americana de Sociologia (ALAS) e as convergências possibilitadas pelos grupos de trabalho da CLACSO.

A dimensão coletiva que assume a produção teórica crítica na região contraria frontalmente o individualismo a partir do qual a matriz de pensamento liberal-burguesa fundamenta a produção de conhecimentos. Esse aspecto determina não apenas a produção individualizada de saber, mas os parâmetros de sentido para essa produção dentro dos circuitos acadêmicos. Nesse sentido, a coletivização da produção de conhecimentos expressa um deslocamento teórico-político e epistemológico que garante a criticidade do pensamento e a produção comum das perspectivas e dos conhecimentos rumo à transformação social.

g) Criatividade nos usos e formatos de métodos e técnicas de pesquisa

As experiências latino-americanas, no que concerne ao uso e à seleção de métodos, técnicas e ferramentas, carregam uma multiplicidade de situações e aplicações, a depender do momento histórico, do contexto de ação, das coletividades e dos objetivos propostos. Desse modo, os métodos e as técnicas são inseparáveis da situação específica vivenciada pelos/as pesquisadores/as e grupos populares, podendo variar e se modificar, no curso da própria

investigação, em função das condições e do desenvolvimento dos estudos e das ações. Em função disso é que Paulo Freire destaca que "*as experiências não se transplantam, se reinventam*" (FREIRE, 1978, p. 12). Nesse sentido, percebe-se um alto grau de criatividade e ousadia na elaboração dos desenhos de pesquisa e no enquadramento das diferentes abordagens, sendo central a influência das apropriações críticas e criativas da corrente marxista para essa construção.

Observa-se, com efeito, um duplo movimento: (a) a utilização das abordagens e técnicas próprias da pesquisa convencional e das correntes e matrizes liberais-burguesas, dentro de uma concepção teórico-metodológica crítica; e b) a criação e a aplicação de instrumentos alternativos de pesquisa, a fim de permitir a produção de conhecimentos por meios coletivos e dialógicos. O primeiro movimento diz respeito à existência de uma diversidade de recursos próprios da pesquisa científica que podem ser úteis. Alguns exemplos de técnicas são: a investigação de arquivos, a medição estatística, a observação sistemática, o diário de campo, a gravação, a fotografia, a cartografia, a entrevista, (BONILLA et al., 1972, p. 64). Desse modo, as abordagens e os instrumentos são adaptados para convergir com a concepção metodológica crítica. É assim que, por exemplo, o levantamento de dados estatísticos pode ser interpretado a partir de correntes críticas e marxistas ou as entrevistas poderão ser livres a fim de flexibilizar espaços para o surgimento de novos dados, hipóteses e perspectivas[191].

O segundo movimento diz respeito à utilização de técnicas alternativas e ao desenvolvimento de instrumentos metodológicos, nos processos sociais e coletivos. Nesse esforço, Fals Borda descreve[192] as técnicas específicas da *Investigación Acción Participativa*:

1. investigação coletiva: é a utilização da informação colhida e sistematizada pelo grupo, como fonte de conhecimento objetivo dos fatos, com audiências públicas, discussões, sociodramas, perguntas e respostas em reuniões, assembléias, comitês, giras de observação e outros;
2. recuperação crítica da história: é descobrir, seletivamente, mediante a memória coletiva, elementos do passado que foram eficazes para defender os interesses das classes exploradas e que voltam a ser úteis para os objetivos da luta e para a conscientização. Trabalha-se com a

191 Para saber mais sobre as potencialidades das entrevistas conectadas a desenhos de pesquisa mais amplos, ver entrevista a Marta Harnecker, que, durante sua trajetória, utilizou referido instrumento como meio para compreender conjunturas complexas e para visibilizar processos políticos emancipatórios em construção. Disponível em: <http://www.rebelion.org/docs/92119.pdf>. Acesso em: 30 jan. 2016.

192 A descrição das técnicas, efetivada a seguir, se trata de um breve resumo da descrição feita por Fals Borda nas páginas finais do texto "*En torno del poder popular y la IAP*". Trata-se das páginas 395 a 397 do livro *Ciência, Compromiso y Cambio Social*, dedicado à seleção de textos do autor, publicado em 2012.

tradição oral, com entrevistas a anciãos, com pesquisa de arquivo de baú familiar, de dados de relatos e narrações populares e com técnicas para o re-avivamento da memória coletiva;

3. valorização e emprego da cultura popular: é a incorporação ao estudo e à ação de elementos culturais e étnicos, de cada região, ignorados com frequência na prática política, tais como a arte, a música, o drama, o esporte, as crenças, os mitos e outros aspectos atinentes ao sentimento, à imaginação e às tendências lúdicas, que se reintegram ao povo como procedimentos investigativos e de mobilização;

4. produção e difusão do novo conhecimento: é devolver o conhecimento de maneira sistemática, ordenada e diferenciada para cada público, por exemplo bases pré-letradas, quadros e intelectuais. Exige diferentes níveis de comunicação, com utilização de modalidades diversas na comunicação escrita, auditiva e visual. (FALS BORDA, 2012, p. 395/397).

Na mesma direção, Oscar Jara descreve as técnicas participativas que incentivam a reflexão e a expressão de todos os participantes nos processos de pesquisa: técnicas com atuação (sociodrama, jogo de papéis…) para realizar diagnósticos ou revelar problemas e situações importantes; realização de entrevistas informais individuais e/ou coletivas; uso de dinâmicas vivenciais, leitura e análise coletiva de textos e documentos (trabalhos em pequenos grupos para após incentivar o debate no plenário); cartazes e desenhos coletivos (meios mais ricos para manifestar a criatividade de um grupo e provocar reflexões posteriores); uso e análise de canções, histórias, poesias e contos; técnicas expositivas com o fim de propiciar informação adicional, dentre outras. O autor destaca que exigem preparação, motivação prévia e discussão ordenada posterior (JARA, s/d, p. 12/15).

Existiram algumas experiências brasileiras que utilizaram comissões mistas de pesquisa, com o objetivo de socializar o instrumental de investigação e realizar pesquisas coletivas (BRANDÃO, 1983 [1981]). Experiências, na Economia Solidária[193] e na extensão universitária, mostram a importância do lúdico e da arte nos processos de pesquisa e de mobilização popular. No campo da extensão, uma experiência latino-americana de importância ímpar é a extensão crítica desenvolvida na *Universidad de la República* no Uruguai. Esse trabalho gestionado coletivamente com sindicatos e organizações sociais do campo e da cidade mostra as potencialidades, desde a integralidade, dos diagnósticos coletivos, das reuniões participativas, das dinâmicas grupais, da cartografia da ação social, dentre outras técnicas. Ademais, mostram-se emblemáticas as experiências com o uso das técnicas da *história oral*

193 Algumas dessas experiências estão sistematizadas no livro "*A construção de conhecimentos em Economia Solidária: Sistematização de Experiências no Chão de Trabalho e da Vida no Nordeste*", organizado por Ana Dubeux, Alzira Medeiros, Mônica Vilaça e Shirley Santos (2012).

para a reconstrução coletiva dos itinerários, conhecimentos e trajetórias de resistência dos movimentos indígenas bolivianos efetivadas pelo *Taller de Historia Oral Andina* (*THOA*).

4.2.2 A conformação acadêmica do campo da *Sociologia dos Movimentos Sociais* na América Latina

A conformação acadêmica da *Sociologia dos Movimentos Sociais*, como campo disciplinar no final da década de 1970, representou, por um lado, uma ruptura nesse padrão de relação cognitiva e política entre pensadores/as críticos/as e movimentos sociais na produção de conhecimentos e, por outro lado, representou uma continuidade ou potencialização da trajetória cientificista iniciada na Sociologia Latino-americana desde os anos 1930/1950, enfraquecida consideravelmente no final dos anos 1950 e nos anos 1960[194] e potencializada, a partir da guerra contra-insurgente, pelos governos autoritários e pelos países e organismos estrangeiros. Esse movimento expressou, assim, rupturas políticas, epistemológicas e teórico-metodológicas com o pensamento crítico e seu profundo compromisso com a transformação substantiva e radical das sociedades latino-americanas. É importante salientar, nesse contexto, que essa ruptura se deu de maneira gradual e muitas vezes amplamente questionada pelo campo crítico, como é possível perceber, por exemplo, pelas reações de diferentes pensadores/as críticos ao projeto *Marginalidade*, financiado pela Fundação Ford, que empreendia pesquisas com grupos populares e movimentos sociais com um grau alto de exterioridade em relação aos sujeitos coletivos e sem vinculação política explícita com os própositos e perspectivas de transformação social[195].

---

[194] São emblemáticas as colocações do sociólogo brasileiro Luis Costa Pinto, em 1961, sobre a multiplicação de "*micro-sociologias restringidas e empíricas*". Senão vejamos: "*al perder de vista el concepto básico de la unidad del proceso social y de la interdependência dinâmica de todas las partes de la estructura social, dividieron el campo y la finalidad de la sociología en compartimentos estancos donde los ultraespecialistas, com un estilo artesanal de trabajo, se dedicaban al estudio de sectores microscópicos de la vida social, estableciendo entre ellos sólo conexiones mecânicas que nada expresaban. Hoy, pasado ya el delírio practicista, se procura nuevamente recrear una sociología general, pura, mestre fecunda de la prole casi infinita de microssociologias que estudiaban los fenómenos in abstracto, las formas desligadas de los contenidos, los sujeitos sin objeto*" (COSTA PINTO, 1961, p. 47).

[195] O projeto *Marginalidad* foi, inicialmente, em 1968, concebido pelo ILPES/CEPAL e pelo DESAL (*Centro para el Desarrollo Económico y Social para América Latina*) e, em seguida, foi assumido pelo sociólogo argentino José Nun que o desenvolveu com estes organismos e depois no Instituto Torcuato Di Tella. Para além do debate dos enfoques e das diversas concepções acerca da marginalidade (NUN, 1969), este projeto foi alvo de um debate público crítico, em função de seu financiamento por fundações privadas, pela falta de conexão com os movimentos e grupos populares e pelo teor dos dados investigados. A Revista "Marcha" foi um dos periódicos no qual se deram

Como já ressaltado nos tópicos anteriores, os Estados de contra-insurgência prepararam as condições, a partir da década de 1960, que tornaram possível a consolidação de contornos positivistas, com marcado viés cientificista, na Sociologia através da desestruturação e do isolamento dos/as pensadores/as críticos e dos movimentos sociais da região por meio da violência, da perseguição e do exílio. Ademais, as Universidades, consideradas como espaços de resistência, passaram, com o auxílio de organismos estadunidenses como a Agência Norte-Americana para o Desenvolvimento Internacional (USAID), por reformas que alteraram a estrutura educacional para adequá-la aos objetivos econômicos e políticos delineados pelas classes dominantes em associação com o capital internacional (MARINI, 1977, p. 8; NOGUEIRA, 1999, p. 20/23). Assim, tratou-se de um duplo movimento: de uma parte, a repressão aos movimentos sociais, especialmente ao estudantil, e o isolamento do pensamento crítico e, de outra parte, a conformação institucional de uma educação superior técnica, acrítica e apolítica a partir das necessidades de recursos humanos geradas pela economia latino-americana.

Esses fatores expressam o controle das classes dominantes sobre a organização das sociedades latino-americanas, notadamente sobre a estrutura universitária, por meio da formatação das formas e práticas de (re)produção dos conhecimentos. Nesse sentido, as universidades voltam a desempenhar, com destreza, suas funções de reproduzir as premissas ideológicas que tornam possível a dominação da burguesia e a reprodução da dependência latino-americana, formando os quadros diretivos para a vida política e econômica e transmitindo premissas e valores como o individualismo e a competição (MARINI, 1977). Além disso, a formatação/re-organização das instâncias universitárias funciona como dispositivo para distanciar professores/pesquisadores/estudantes dos conflitos sociopolíticos e dos sujeitos coletivos, o que garante maior possibilidade de adesão às perspectivas liberal-

---

as manifestações dos sociólogos Daniel Goldstein, Daniel Hopen e outros. Nesta, consta informações sobre o histórico da Fundação Ford, cuja presidência foi assumida, em 1966, pelo assessor presidencial de Segurança Nacional dos Estados Unidos, bem como a análise das dinâmicas de contra-insurgência desenvolvidas pelos Estados Unidos, em diferentes documentos desse Estado, que mostram que este processo envolve não apenas a guerra física, mas sobretudo a investigação sociológica e a penetração ideológica, sendo emblemática a atuação desta fundação com os movimentos negros neste país. De fato, os questionários aplicados aos grupos populares latino-americanos pelo Projeto *Marginalidad* impressionam pelo excessivo conteúdo político e ideológico. Uma posição crítica também foi assumida pela *Frente Antiimperalista de Trabajadores de la Cultura* (FATRAC) da Argentina. Por outro lado, José Nun se defendeu, sustentando que possuía liberdade acadêmica, autonomia, independência e controle dos dados, o que, para ele, era suficiente para impedir que as informações do estudo fossem aproveitadas pelos interesses imperialistas. De toda forma, foi um programa de investigação sobre os grupos sociais populares e a ação contestatária formulado, aplicado e desenvolvido sem qualquer diálogo com os movimentos sociais ou mesmo com os próprios sujeitos coletivos pesquisados. As informações aqui mencionados se encontram na coletânea de documentos e artigos de *Imperialismo y Ciencias Sociales* publicado originalmente na revista cubana *Referencias* da *Universidad de La Habana* em 1970 (GALTUNG, GOLDSTEIN, SELSER et al., 1970).

burguesas e de contínua criação de técnicas e meios de produção, bem como de justificativas sociais, para viabilizar e legitimar a exploração e a opressão dos grupos sociais populares.

Como visto, o papel dos organismos internacionais foi central para essa conformação, assim como para viabilizar a capilaridade das influências europeias e norte-americanas nas ciências sociais na América Latina. Com o financiamento externo de pesquisas organizadas a partir dos países centrais, potencializou-se a tendência dos cientistas sociais latino-americanos de adotar os marcos teóricos, as premissas metodológicas e os enquadramentos das problemáticas de pesquisa em voga nos institutos desses países. Segundo Octavio Ianni (1976 [1971]), essa é uma tendência geral nas relações entre os teóricos da América Latina e os centros de ensino e pesquisa das nações dominantes que, em geral, além de transferir teorias, metodologias e temas, tendem a enquadrar a produção de conhecimentos dos países periféricos no interior de uma divisão internacional do trabalho intelectual, na qual compete a estes países o fornecimento de dados empíricos e não a formulação e a construção teórica e analítica. Por outro lado, em busca de recursos para consecução das pesquisas e/ou de prestígio acadêmico e reconhecimento internacional, os/as pensadores/as latino-americanos acabam participando desse circuito. Como salientado pelo sociólogo norte-americano James Petras (1988, p. 81/84), a ligação entre os/as intelectuais e os organismos e entidades internacionais é uma relação complexa, contraditória e, muitas vezes, sutil, através da qual vai se direcionando os enfoques das temáticas, as abordagens teórico-políticas e os métodos e técnicas. No caso da produção de conhecimentos sobre movimentos sociais, esse aspecto é essencial para a compreensão da conformação do campo da *Sociologia dos Movimentos Sociais*, vez que estes estudos foram fundamentalmente impulsionados pelos organismos internacionais e pelas fundações privadas norte-americanas.

Contribuiu, para isso, certa crise alcançada pelas vertentes ortodoxas e sectárias da corrente marxista, principalmente conectadas à Internacional Comunista, que foram incapazes de manter, em função das conjunturas enfrentadas e dos caminhos tomados pela União Soviética, a vivacidade e a dinamicidade da compreensão sóciohistórica para cada espaçotemporalidade na qual o movimento comunista se organizava. Isso fica evidenciado pelas produções e posturas da Internacional Comunista e dos Partidos Comunistas ortodoxos na América Latina. Ademais, a derrocada das experiências de "socialismos reais" no leste europeu e posteriormente na União Soviética, aliada às denúncias das situações e políticas brutais stalinistas (GRÜNER, 2007, p. 138), geraram decepções e desencantamentos com as possibilidades socialistas em parte da intelectualidade latino-americana.

Esse conjunto de fatores conformou as condições objetivas e subjetivas para a produção de conhecimentos, a partir da Universidade, sobre a re-articulação das forças e movimentos sociais ocorrida a partir do final da década de 1970 e principalmente nos anos 1980 na América Latina. Vale dizer que estas condições foram, ainda mais, acentuadas pelo neoliberalismo na década de 1990 que fizeram com que, em função da diminuição considerável dos investimentos públicos nas instituições universitárias, centros de pesquisa e universidades se atrelassem, ainda mais, ao financiamento de fundações privadas norte-americanas, tais como Ford e Rockfeller (BEIGEL, 2016), bem como de empresas e organismos privados nacionais e multinacionais. Assim, a vulnerabilidade e a instabilidade institucional contribuíram também para a construção das referidas condições para a construção de saberes na América Latina, dificultando, ainda mais, a superação da dependência e do colonialismo intelectual ao impulsionarem a desconexão com a realidade das sociedades latino-americanas e com as problemáticas vivenciadas pela maioria da população desses países.

Não pretendemos dizer que essas condições são inexoráveis e que o pensamento crítico não é possível e/ou tende a desaparecer por completo das instituições universitárias e do ambiente intelectual. O que procuramos enfatizar e visibilizar é um processo dirigido e sistemático para a transformação, isolamento e deslegitimação do campo crítico que pretendeu retirar desse setor a capacidade epistêmica de produção de conhecimentos válidos. Nesse contexto, compreendemos as várias tentativas, no âmbito acadêmico, de deslegitimar o termo "*militante*" associando-o à incapacidade de gerar conhecimentos de acordo com os padrões acadêmicos e por uma suposta vinculação acrítica e dogmática com os movimentos sociais e certas matrizes de pensamento consideradas *a priori* como ultrapassadas ou antiquadas. Para isso, são utilizados outros rótulos, sem qualquer análise ou atenção, como "*mecanicistas*", "*economicistas*" e genericamente "*comunistas*" em um processo de estigmatização do pensamento crítico que vai contribuindo para "*a meteórica ascensão do chamado pensamento único, versão contemporânea da velha ideologia liberal*" (PRADO XAVIER, 1999, p. 11).

Nesse cenário, a análise da re-articulação das forças e dos movimentos sociais, em um novo ciclo de lutas na América Latina, acaba por gerar a fragmentação de um campo disciplinar. Ou seja, a criação de mais uma micro-sociologia que expressa o isolamento de um *objeto* que tende a ser focado e enfatizado em detrimento da processualidade social, política e histórica. Além disso, a errônea crença - que subjaz em geral a criação de um novo campo, principalmente microssociológico - de que se trata de objeto inexplorado *corretamente* acaba por afastar progressivamente os acúmulos alcançados sobre a temática na Sociologia Latino-americana e nos outros campos disciplinares na América Latina, por exemplo a Sociologia Urbana. Os

professores brasileiros Luiz Antônio Machado da Silva e Alícia Ziccardi, em 1979, asseveraram a flagrante precariedade através da qual os marcos teóricos europeus no campo da Sociologia Urbana começaram a ser utilizados para explicar a aparição, o desenvolvimento e os efeitos dos movimentos sociais urbanos, destacando a ausência de construção teórica própria, a incorporação acrítica de precárias ferramentas teóricas europeias, o caráter eminentemente empírico, o desconhecimento dos acúmulos latino-americanos e o foco em casos individuais (MACHADO DA SILVA e ZICCARDI, 1983 [1979], p. 10/15).

Essas características se acentuaram com a institucionalização do campo da *Sociologia dos Movimentos Sociais*, sendo impulsionada, a partir daí, a aplicação das abordagens e modelos teórico-práticos forjados para a temática específica dos movimentos sociais na Europa e nos Estados Unidos. É nesse caminho que se aplica inicialmente a *Teoria dos Novos Movimentos Sociais* para compreender os considerados *novos* atores coletivos, em seguida – em alguns casos de forma concomitante – a *Teoria da Mobilização de Recursos* e do *Processo Político* para entender, em geral, a guinada desses atores rumo à política institucional. Ressalte-se que este campo, na região, começa a se delinear a partir do final de 1970 em seus traços mais amplos e se consolida como área específica institucional na década de 1980, tendo como temática central os chamados *novos* movimentos sociais.

O autor boliviano Fernando Calderón[196] e a autora argentina Elizabeth Jelin, ambos fundamentais para a institucionalização do campo, ao narrar esse processo, destacam a importância dos trabalhos do sociólogo francês Alain Touraine para impulsionar o estudo específico dos atores coletivos e as problemáticas setorias, superando as abordagens históricas e estruturais presentes no pensamento latino-americano (CALDERÓN e JELIN, 1987, p. 23/24). Sustentam o peso das categorias do francês Manuel Castells para os estudos dos diferentes movimentos sociais urbanos e de outros atores coletivos articulados em torno das temáticas: mulheres, jovens, direitos humanos, consumo de bens coletivos e qualidade de vida.

[196] A trajetória teórico-política de Fernando Calderón exemplifica bem os caminhos tomados pela produção de conhecimentos sobre movimentos sociais na região. Após realizar o mestrado e durante o doutorado na França - o primeiro orientado por Alain Tourraine em 1977 e o segundo por Manuel Castells em 1979 -, fundou uma organização não governamental na Bolívia, denominada *Centro de Estudios de la Realidad Económica y Social* (CERES), com o objetivo de "*promover el desarrollo de las ciencias sociales en Bolívia*", totalmente financiada por organismos internacionais por meio de "*apoyo académico y financiero*", dentre os quais as agências das Nações Unidas, a Fundação Interamericana do Congresso dos Estados Unidos, o *International Development Research Center* do Canadá, o *Social Science Research Council* de Nova Iorque, a agência sueca de cooperaçãoo para o desenvolvimento e outras entidades privadas (CERES, 1999). A partir daí, sem qualquer vinculação com os movimentos sociais e sua prática política, Fernando Calderón impulsionou o estudo dos sujeitos coletivos e a institucionalização do campo da *Sociologia dos Movimentos Sociais* na América Latina.

Nesse sentido, salientam que, na década de 1980, em função da gestação dessas novas formas de ação coletiva, ocorreu a multiplicação dos estudos de casos nas universidades.

Os supramencionados autores partem da premissa – formulada por Tourraine a partir da Europa – de que a América Latina estaria passando, na década de 1980, por mudanças significativas em virtude da crise nos modos de insdustrialização e da emergência de um novo sistema de dominação cultural, a qual tem como uma das caraterísticas o surgimento de novos atores e práticas coletivas contestatárias, "*donde la temática de las identidades culturales y los patrones de nuevas relaciones sociales se imbrican de manera compleja con la lucha por el poder y la hegemonía política*" (*ibidem*, p. 39/40). Em função disso, salientam, no plano analítico, a importância da dimensão cultural e criticam estudos anteriores que estariam centrados na primazia do político ou do econômico.

Para Fernando Calderón (1986), as análises anteriores nas ciências sociais latino-americanas – incluindo aí os nacional-desenvolvimentistas e alguns críticos a estes como Francisco Weffort, Aníbal Quijano, Fernando Henrique Cardoso, Enzo Falleto, Theotônio dos Santos e Ruy Mauro Marini – deixaram de lado a compreensão dos movimentos sociais e de outras formas de ação coletiva, ao conceberem tais sujeitos como práticas subordinadas aos partidos (!!), sendo que alguns, por desenvolverem reducionismos estruturais das relações de classe, não eram capazes de apreciar as práticas sociais. Em função disso, este autor conclui que os movimentos sociais foram analisados pelo pensamento latino-americano de maneira secundária e equivocada, devendo figurar como eixo analítico central das sociedades latino-americanas. Assim, considerando que a "*sociedade no es estrutura*", afirma que "*no hemos encontrado um único princípio que explique el funcionamento y el cambio de los movimentos sociales*" (CALDERÓN, 1986, p. 385). Com base nisso, afirma que:

> [...] nuevos conflictos nacionales, de clase, regionales, urbanos, de género, étnicos, de violência revolucionaria, juveniles, burocráticos, etc., empiezan a plantear **desde su misma lógica**, formas de identidad y conflictualidad que trastocan tanto visiones unidireccionales, economistas y tecnocráticas de la crisis, como las meramente estatistas o partidárias, y de alguna manera los nuevos movimentos, con mayor o menor intensidad, apuntan a la emergência de um nuevo orden democrático y a la elaboración de nuevas formas de pensar la sociedad, la política y el dsearrollo (CALDERÓN, 1986, p. 330/331).

No mesmo sentido, o sociólogo chileno Manuel Garretón (2001) sustenta que existiram basicamente dois paradigmas de interpretação dos movimentos sociais na América Latina. Seriam estes: (1) a matriz clássica ou nacional popular que entende, como elemento determinante na conformação da ação coletiva e dos atores sociais, a posição estrutural; (2) a matriz sócio-política que possui novos eixos para a compreensão da ação coletiva, tais como: a

democratização política, a democratização social, a reconstrução da economia nacional e sua reinserção, e a transformação do modelo de desenvolvimento.

Em perspectiva marcadamente estigmatizadora do período anterior, Garretón entende que, na matriz clássica, haveria um predomínio de um tipo de análise que percebe a sociedade monoliticamente caracterizada a partir de um fator determinante, podendo ser "*lo "econômico-social" como en las vertientes marxistas, lo "cultural" como en las parsonianas, pero siempre con un carácter estructural que definia el carácter y las potencialidades de dichas sociedades*" (GARRETÓN, 2001, p. 9). Este enfoque que teria predominado na América Latina desde a década de 30 até os anos 70 possuiria uma visão da mudança e da história como uma sucessão de etapas rumo ao desenvolvimento, à revolução ou à modernização. Em função disso, referido autor entende que se incluem nessa matriz tanto as teorias da modernização quanto os enfoques da dependência, sustentando que ambos precisam identificar os atores coletivos portadores do projeto de sociedade correspondente às diversas etapas das transições acima assinaladas. Assim, os atores sociais seriam definidos desde fora da dinâmica social e do contexto histórico e carregariam uma missão histórica pré-definida. Em termos típico-ideais, cada movimento social particular era, ao mesmo tempo, em graus diversos, desenvolvimentista, modernizador, nacionalista, orientado para a mudança social e se identificava como parte do povo, que seria o único sujeito da história. Nesse sentido, o ator social paradigmático seria o movimento obreiro, devido mais à sua significação simbólica, que à sua força estrutural na América Latina. Segundo o autor, este entendimento implicou interpretações que assumiram implícita ou explicitamente o caráter revolucionário de movimentos sociais, quando, na realidade, eram bastante "reformistas" (*ibidem*, p. 16).

Ainda de acordo com este teórico, desde o começo dos anos 80, começou-se a desenvolver concepções e teorias, na América Latina, que valorizavam a análise dos atores, de sua constituição e interação, bem como dos processos socio-políticos como criações históricas destes atores e não como resultantes inelutáveis de fatores ou fenômenos estruturais (*ibidem*, p. 13). Assim, não existiria apenas um paradigma alternativo aos vigentes nas décadas anteriores, mas marcos analíticos e conceituais abertos. Ressalta que, com os regimes ditatoriais latino-americanos, os movimentos sociais teriam se diversificado e se orientado mais ao cultural e ao social do que ao econômico e ao político. Com o fim dos regimes militares, estes atores teriam se direcionado para a política e para as temáticas institucionais. Para ele, sob influência incisiva de Alain Touraine e Melucci, teria ocorrido uma mudança fundamental de um tipo de sociedade industrial de Estado Nacional para outro tipo de sociedade pós-industrial globalizada. Em função disso, os atores coletivos e suas identidades tenderiam a não ser mais constituídos desde

o mundo do trabalho e da política, mas teriam agora, como eixos, o consumo, a informação e a comunicação. Co-existiriam, no entanto, ainda naquele momento histórico na América Latina, ações e sujeitos coletivos provenientes dos dois tipos societários.

Sob outro vértice, a brasileira Maria da Glória Gohn (1997) destaca a utilização teórica pelos autores latino-americanos do paradigma europeu, em suas várias vertentes, para a análise dos movimentos sociais, tendo predominância nos anos 70 a vertente marxista e nos anos 80 a abordagem dos Novos Movimentos Sociais. Expõe que os estudos se concentraram, em sua quase totalidade, "*sobre os movimentos sociais libertários ou emancipatórios (índios, negros, mulheres, minorias em geral); nas lutas populares urbanas por bens e equipamentos coletivos, ou espaço para moradia urbana (associações de moradores e nas comunidades de base da Igreja), e nas lutas pela terra, na área rural*" (*ibidem*, p. 15/16). Esta autora entende que a adoção do marco teórico marxista se deu em função de grande parte dos cientistas sociais, no período entre os anos 1960 e 1970, estar engajada em lutas sociais concretas. Contudo, sustenta que a teorização e o delineamento das tarefas necessárias na luta social cotidiana se confundiram, o que resultou em "*uma certa rigidez do pensamento, que, pretendendo ser crítico, se tornou algumas vezes dogmático*" (*ibidem*, p. 216/217).

A referida autora afirma que as abordagens marxistas estagnaram e declinaram ao longo dos anos 1980, sendo substituída pela Teoria dos Novos Movimentos Sociais, que influenciou bastante a produção latino-americana até os anos 1990. Nesse período, destaca que o objetivo central nas preocupações dos analistas não era mais o estudo das determinações estruturais da economia sobre as ações coletivas, mas sim pesquisar a identidade dos movimentos, ouvir suas falas e captar suas práticas cotidianas. Para a autora, a partir de meados dos anos noventa, com a diminuição da utilização desse paradigma, ocorreu um cenário de "*orfandade teórica*" dos/as pesquisadores/as latino-americanos, por estarem bastante presos aos referenciais europeus (GOHN, 1997, p. 218). Nesse tempo, a centralidade da maioria dos estudos passou a ser as redes de ONGs e os mecanismos institucionais da democracia participativa, sendo enfatizadas duas categorias básicas: cidadania coletiva e exclusão social. É nesse momento que se deu a apropriação das teorias estadunidenses da Mobilização de Recursos e do Processo Político.

Em perspectiva assemelhada, a brasileira Scherer-Warren (2009) sustenta que as teorizações sobre os movimentos sociais na América Latina, a partir da última metade do século passado, utilizaram referenciais teóricos relacionados à modernidade e à modernização, destacando-se as abordagens que privilegiavam as teorias de classe e a influência da tradição marxista. Assevera que estes olhares enfatizavam as tendências universalizantes para os comportamentos coletivos e acabavam por gerar explicações reducionistas, teleológicas ou

previsíveis, sendo que referidos modelos analíticos foram aplicados de forma generalizada em diferentes situações e contextos históricos. Entende que tem havido uma revisão crítica dessas análises, identificando a passagem, por um lado, para enfoques culturalistas e identitários dos denominados "novos movimentos sociais" e, por outro, para enfoques institucionalistas através da influência das teorias de mobilização de recursos e do processo político. Estas últimas, para a autora, contribuíram para a análise de oportunidades e de formas de participação de atores coletivos na esfera pública formal, bem como teria contribuído no entendimento da política institucionalizada, a partir da relação entre sociedade e Estado e das temáticas de investimentos e de ganhos.

Salienta, ainda, Scherer-Warren que ambas as teorias referenciam os legados da modernidade e da modernização. Aponta que a passagem para referidas abordagens possui aspectos positivos ao valorizar elementos socioculturais e políticos na análise da ação coletiva, contudo pondera que o abandono das abordagens marxistas significou a perda da capacidade crítica dos pesquisadores, que não se preocupam em investigar as raízes históricas dos processos de opressão na América Latina, "*que incluem e articulam dimensões de múltiplas formas de dominação que vão do econômico ao social, do social ao cultural, do cultural ao ideológico, do ideológico ao político e vice-versa*" (SCHERER-WARREN, 2009, p. 3).

A partir de uma posição crítica, o costa-riquenho Daniel Camacho (1992) sustenta que, na maior parte dos estudos sobre movimentos sociais na América Latina, ocorre o transplante de temáticas de maneira superficial e os enfoques teóricos são copiados acriticamente da Europa e dos Estados Unidos. Descreve as diferenças entre os movimentos existentes em nosso continente e aqueles existentes nas dinâmicas europeias e norte-americanas, as quais vão desde composição social, reivindicações a formas de luta e história. Assevera que são diferenças tão substanciais "*que se puede decir que estamos frente a categorias sociales diferentes que exigen, por lo tanto, enfoques teóricos también diferentes*" (CAMACHO, 1992, p. 150).

O autor narra que o tema dos movimentos sociais estava quase ausente na sociologia latino-americana até o fim da década dos 70, quando ocorre a publicação de uma série de estudos pela UNRISD (Organização das Nações Unidas para a Pesquisa). A partir daí, o tema vai ganhando importância, sendo o auge de estudos e publicações o último quinquênio da década de 1980. Nesse período, o autor identifica dois principais enfoques teóricos que influenciaram os estudos sobre movimentos sociais no continente: (1) classista, que mantém a categoria da classe social como central na análise; (2) 'outra', que prefere buscar outros modelos explicativos e que se subdivide em dois grupos: os "movimentalistas" que colocam os

movimentos sociais como categoria central e básica da explicação e aqueles que se centram em categorias diferentes.

Cumpre salientar que Daniel Camacho e outros/as teóricos/as, como Pablo González Casanova, Theotônio dos Santos (1986), Gunder Frank e Marta Fuentes (1989), a partir de uma perspectiva crítica, histórica e latino-americanista, estiveram presentes nos debates sobre os movimentos sociais na década de 1980. Estes autores, em suas análises, não buscaram estigmatizar, conectar com o passado ou invisibilizar as análises históricas, nem tampouco os chamados "velhos movimentos sociais", enfrentaram o debate sobre os equívocos da autonomização teórica dos *novos* movimentos sociais e fizeram um esforço para articular, de um lado, a análise sociohistórica e comprometida e, de outro, um olhar atento às especificidades e particularidades dos sujeitos coletivos e sua capacidade de ação e construção dos processos sociohistóricos. Assim, visualizaram esses atores coletivos imersos nos antagonismos de seus contextos e em relação com outros sujeitos e com o Estado. Foram essas perspectivas que estiveram perpassaram os escritos de Daniel Camacho sobre os movimentos populares e as lutas sociais em "*Los movimientos sociales en América Latina*" (2005 [1989]), de Gunder Frank e Marta Fuentes em "*Dez teses acerca dos movimentos sociais*" (1989), de Theotônio dos Santos em "*Crisis y movimientos sociales en Brasil*" (1986). Estes últimos foram baseados nas pesquisas de Ruy Mauro Marini sobre o movimento operário no Brasil, de Heleieth Saffioti sobre formas de participação da mulher nos movimentos sociais, de Joel Rufino dos Santos sobre o movimento negro e a crise brasileira e de Vânia Bambirra sobre as favelas e os movimentos favelados no Rio de Janeiro[197]. Em que pese a importância dessas contribuições, estas não foram capazes de modificar ou contrarrestar as tendências gerais na produção de conhecimentos na América Latina, especialmente no campo da *Sociologia dos Movimentos Sociais*.

Portanto, com exceção da narrativa efetivada por Daniel Camacho, as outras narrativas da produção de conhecimentos sobre movimentos sociais na região conformam a versão dominante, em seus traços amplos, do campo da *Sociologia dos Movimentos Sociais*. Desse modo, revelam as posturas epistemológicas e teóricas que ensejaram a atenção e o foco nos movimentos sociais na América Latina. A partir de uma radicalização das *Teorias dos Novos Movimentos Sociais* em um movimento que retira das sociedades latino-americanas sua

[197] Vale dizer que essas produções teóricas se deram no interior do projeto "*Perspectivas de América Latina*", coordenado por Pablo González Casanova e fruto de convênio entre a CLACSO e a Universidade das Nações Unidas. Neste projeto, havia um subprojeto coordenado por Daniel Camacho sobre os movimentos populares da América Latina (CAMACHO, 2005 [1989]), bem como um outro subprojeto, a esse subordinado, sobre os movimentos sociais na América do Sul, coordenado por Fernando Calderón.

processualidade histórica, coletiva e social, em nome de se retirar as "*estruturas*", e que se detém em atores coletivos como "*novas individualidades sociais*" (EVERS, 1984, p. 67) ou como entes autônomos, sem inserção efetiva na história, nos antagonismos e nas relações sociais nacionais, regionais e internacionais. A criação teórica desses atores coletivos autômonos – autonomia esta que se explica ora pelo falacioso argumento da relação com o Estado ora em função do viés cultural do sujeito coletivo – passa pela *estigmatização* dos movimentos e dos conhecimentos produzidos pelos/as pensadores/as latino-americanos entre 1930 e 1970. Trata-se de procedimento rápido e superficial que trata toda a produção teórica e os movimentos sociais anteriores como um bloco monolítico que não justifica qualquer análise acurada. Por um lado, invisibiliza uma parte importante da produção teórica comprometida e articulada com a prática efetivada pelos ou com os movimentos sociais e, por outro lado, distorce as produções teóricas - que são consideradas - como a *pré-história* da *verdadeira ciência* dos movimentos sociais, principalmente aquelas ocupadas em, a partir de uma posição crítica à dependência intelectual e ao eurocentrismo, construir um conhecimento comprometido com a realidade latino-americana e com sua transformação radical.

A negação dessa produção, em função das condições políticas vivenciadas pelo setor crítico e contestatário da América Latina, é levada pela maior parte do campo da *Sociologia dos Movimentos Sociais* como algo óbvio ou pressuposto, como a superação do passado ou como a tão esperada chegada do moderno. Contudo, a realidade e a história latino-americana mostram outras *verdades*. Enquanto Mancur Olson formulava, na década de 1960, as bases ultra-racionalistas da *Teoria da Mobilização de Recursos*, a teoria social latino-americana distanciava-se, teorica e praticamente, a passos largos da neutralidade, individualismo, pragmatismo e racionalismo propostos pelos estadunidenses para afirmar, decisivamente, um engajamento político coletivo das ciências sociais na região. Foi esse compromisso que aproximou - em um espaço importante de sinergia e imbricamento entre conhecimentos e ações – intelectuais, universidades, movimentos sociais e grupos populares para construírem, de diferentes formas, análises, atuações e perspectivas rumo à transformação profunda das sociedades latino-americanas. Não se trata de um comportamento rasteiro e provisório, mas de um posicionamento coletivo que coloca, como tarefa central das vidas dos intelectuais, a mudança social significativa. Em função disso, muitos e muitas perderam suas vidas por tentar entender, agir e transformar uma realidade tão profundamente injusta, desigual e dependente. São os casos do argentino Silvio Frondizi, do colombiano Camilo Torres, do cubano José Antonio Mella, dentre tantas e tantos pensadores/as lutadores/as latino-americanos.

Para além disso, a inserção nos processos sociohistóricos e nas lutas sociais, bem como a convergência com os movimentos sociais, possibilitaram uma profícua e original construção teórica e analítica a partir das contestações sociais latino-americanas. Como visto, são produções que, muito longe de subordinar os movimentos aos partidos políticos, valorizam a espontaneidade e a criatividade das massas, considerando-as em sua diversidade e *sabedoria* (GUEVARA, (1981) [1960]; FANON, 1979 [1961]), que as consideram, junto aos grupos sociais populares em resistência, produtoras de horizontes e conhecimentos centrais (ZAVALETA, (1991) [1979]; CASIMIR, (1991) 1979), que salientam a potencialidade das diferentes formas de ação coletiva, de resistência e de organização popular e suas relações (FALS BORDA, 1975 [1968]; MOURA, 1959; NASCIMENTO, 1980; GONZALEZ, 1988b; SANTOS, 1986; FERNANDES 1989 [1959-1988]), que possuem uma visão marcadamente crítica aos partidos (MARINI, 1972 e 1974; PRADO JÚNIOR, 1968), que demarcam a centralidade da ação dos sujeitos coletivos nos processos revolucionários (GILLY, 1994 [1971]; BAMBIRRA, 1971a, 1975 [1973]; FRONDIZI, 1960), que analisam os diferentes formatos de ação política e contestatária coletiva, inclusive a classe trabalhadora, os sindicatos e os partidos, e suas possibilidades (MARIÁTEGUI, 2011 [1925-1928]; RAMOS, 1961 e 1963; BAGÚ, 1952; SEGALL, 1953), que refletiram sobre as articulações entre as resistências, as massas, os diferentes movimentos sociais, os sindicatos, os partidos, os dirigentes (GILLY, 1963; GUEVARA 1981 [1960], FANON, 1979 [1961]; RIBEIRO, (1978) [1971]) e que já empreenderam esforços coletivos específicos para compreender as particularidades dos movimentos sociais e do amplo e diverso campo contestatário latino-americano (QUIJANO, 2000 [1967]; STAVENHAGEN, 1967; BAMBIRRA, 1971a; MARINI, 1970). Este esforço se expressa, de forma translúcida, nos conceitos de *insurreições* de Vânia Bambirra (1971a), de *subversão* de Fals Borda (FALS BORDA, 2008 [1967]), de *forma clase* e *forma multitud* de Zavaleta (2009 [1983]), de *forças insurgentes* de Darcy Ribeiro (1978 [1971]), os quais são alguns exemplos. Ou seja, não se trata apenas de recursos semânticos, mas tentam informar, ao mesmo tempo, a diversidade e a unidade das ações contestatárias latino-americanas, que articula formas, formatos, demandas, repertórios e imaginários diversos em cada momento histórico, contexto de ação e espacialidade.

Trata-se de conjunto extremamente diverso teoricamente, que se alimenta de diferentes correntes e matrizes de pensamento, mas que possuem como eixo referencial comum seu compromisso com os movimentos sociais e a transformação profunda das sociedades latino-americanas. Nesse sentido, cumpre salientar que foi a centralidade concedida aos sujeitos coletivos, nesse panorama teórico e prático, que impulsionou tanto a problematização das

premissas e pressupostos positivistas e liberal-burgueses da ciência moderna, quanto estimulou o desenvolvimento de métodos, caminhos e artifícios teórico-metodológicos para viabilizar efetivos e horizontais diálogos com esses sujeitos coletivos (FREIRE, 1975 [1965]; BONILLA et al, 1972; FALS BORDA, 1978; BRANDÃO, 1983 [1981]; JARA, 2008).

O desprezo e a invisibilização de toda essa diversa e ampla produção teórica não se explica por qualquer dos argumentos teóricos articulados e/ou em função das particularidades dos *novos* ou *novíssimos* movimentos sociais. Outrossim, advém das tendências desatadas pelas condições da produção de conhecimentos que, conectada à conjuntura enfrentada pela América Latina, erige muros epistemológicos e teórico-metodológicos. Nesse sentido, parece-nos que existe uma clara tentativa de diferenciação política e epistemológica da construção compromissada de saber. Se inicialmente esse impulso foi acompanhado de fundamentações teóricas e/ou se vislumbrou algum efeito conceitual das análises empíricas dos movimentos sociais, após esse momento inicial o excessivo foco nesses sujeitos coletivos se justificou por si mesmo, dando ensejo a uma multiplicidade de pesquisas unicamente empíricas, mesmo que com o uso de abordagens qualitativas. E nisso, a nosso ver, contribuiu a dinâmica de trabalho das fundações norte-americanas, a qual já era denunciada desde a década de sessenta por enquadrar os/as teóricos/as latino-americanos no "*viejo rol de exportadores, esta vez, exportadores de datos sociológicos que se industrializan fuera de la región*" (GRACIARENA, 1965, p. 236/238)[198]. Isto é, caberia aos países periféricos a produção de pesquisas estritamente empíricas e aos países centrais a produção teórica, analítica e conceitual, não sendo papel dos/as teóricos/as latino-americanos a produção de conhecimentos sobre a América Latina, nem tampouco sobre o mundo. Ademais, os interesses dos países centrais sobre os movimentos sociais latino-americanos já estavam precisamente colocados em relação a informações mais específicas, localizadas e situadas. Para isso, basta verificar os instrumentos de pesquisa do *Projeto Camelot* (HOROWITZ, 1969 [1967]) que pretendia o mapeamento das resistências da região, bem como dos Projetos *Agile* e *Marginalidad* (GALTUNG, GOLDSTEIN, SELSER et al., 1970).

[198] Cumpre repisar, como visto, que Graciarena reconhece os bons frutos da cooperação internacional quando efetivada por organismos públicos internacionais, supra-nacionais ou pelas agências latino-americanas (CEPAL, CELADE, CLAPCS, FLACSO etc) no que se refere à notável expansão na acumulação de informação básica sobre as sociedades latino-americanas, principalmente em seus aspectos econômicas e demográficos. Contudo, é enfático ao prenunciar que a cooperação internacional privada – aquela que se dá através do financiamento de fundações e instituições estrangeiras – tem assumido algumas características que "*pesan negativamente para el progreso de la sociología en la región. Esto ya ha comenzado a ocurrir y ha alcanzado recentemente un nível que produce preocupación por las consecuencias de distinta índole que puede producir*" (GRACIARENA, 1965, p. 236).

Associa-se, assim, uma fundamentação teórico-política que entende os atores coletivos como individualidades sociais autônomas com o impulso empirista, ainda que através de seu enfoque qualitativo. Essa associação, em função do contexto político vivido pelos países da América Latina e do processo de fragmentação e isolamento do pensamento crítico na região, se dá pela articulação e organicidade das premissas da matriz de pensamento liberal-burguesa.

Contrói-se, pois, os limites epistemológicos e teórico-metodológicos, nesse momento histórico, do campo da *Sociologia dos Movimentos Sociais* na América Latina. É importante destacar que não se trata de mera cópia do desenvolvimento desse campo na Europa e nos Estados Unidos, uma vez que se trata de contexto totalmente distinto profundamente marcado por décadas de forte repressão estatal aos movimentos sociais e pela incisiva intervenção dos interesses estrangeiros nos rumos dos países da região. Assim, (1) o foco e a legitimação de certas ações coletivas, (2) a deslegitimação de outras ações e movimentos coletivos – justamente aqueles que foram mais fortemente reprimidos pela contra-insurgência –, (3) o desprezo de todo um campo de produção teórica dos/com/a partir dos movimentos sociais contrário às visões e compreensões eurocêntricas das dinâmicas sociais e (4) a aplicação mecânica e a-crítica de ferramentas teóricas e metodológicas, isto é, esse conjunto de atitudes assume contornos e sentidos, teóricos e políticos, muito distintos em relação ao significado do campo da *Sociologia dos Movimentos Sociais* nos países centrais. De fato, em que pese a intencionalidade dos/as pensadores/as individualmente considerados e as possibilidades a partir desse campo, trata-se de dinâmica e movimento no interior do pensamento latino-americano que vai ao encontro dos interesses das classes dominantes nacionais e internacionais. Isso porque fornece as informações necessárias sobre o campo contestatário, esvazia o conteúdo teórico e polítco dos conhecimentos, rompe metodologicamente a relação orgânica entre pensadores/as e movimentos sociais e impregna as interpretações sociais de um sentido liberal e reformista/conservador.

Esse último fator é percebido em apenas parte da produção teórica do campo da *Sociologia dos Movimentos Sociais* (Calderón, Jelin, Garretón, dentre outros/as), não em todo o campo. No entanto, representam importantes trabalhos que influenciaram na construção dos consensos liberais que perpassaram os processos de democratização dos países latino-americanos. Nesse sentido, enquadraram os movimentos sociais, a partir do profundo afastamento com os *velhos* ou *tradicionais* sujeitos coletivos, em um sentido liberal das democratizações, isto é, construíram uma argumentação teórica que encaixava os movimentos sociais na perspectiva de construção de mudanças parciais ou de ajustes sem qualquer transformação efetiva ou profunda. Esse era o pensamento articulado pelos grupos sociais

dominantes para garantir democratizações sem saltos ou rupturas, mesmo que em um quadro de re-articulação das forças sociais, o que foi estimulado diretamente pela cooperação internacional, como narrado por James Petras (1988).

Por outro lado, outros/as estudiosos/as que foram conformando esse campo acreditavam na potencialidade desses *novos* atores coletivos e buscavam compreendê-los, inclusive de forma participativa, a partir de suas lógicas e dinâmicas culturais na tentativa sincera de captar formas e projetos de superação da realidade (PERRUSO, 2009; JACOBI, 1987; DOIMO, 1995; SILVA TELLES, 1986 etc). Nesse sentido, esses sujeitos foram apresentados como fontes de mudanças profundas da estrutura de dominação (CARDOSO, 1987, p. 31), com ênfase em sua dimensão simbólica, cultural e/ou identitária. Para além dos "*desejos utópicos dos analistas*" como pontuado por Ruth Cardoso (*ibidem*), essa abordagem é também e centralmente consequência dos modelos teóricos e premissas metodológicas adotadas que acabam por deformar a compreensão dos sujeitos coletivos. A aplicação, sem mediações profundas, dos modelos europeus e estadunidenses, acompanhados de seus enfoques metodológicos, impediu que os/as teóricos/as entendessem a influência do contexto histórico repressivo e da profunda crise social, acentuada pelas políticas neoliberais, na conformação das formas organizativas, das demandas e das relações com os outros atores sociais e institucionais dos chamados *novos* movimentos sociais. Dificultou a visualização das relações de continuidade e/ou diálogo com os considerados "*velhos*" ou "*tradicionais*" sujeitos coletivos, em função da diferenciação *a priori* efetivada e oferecida pelos marcos teóricos, nem tampouco propiciou a compreensão das relações, muitas vezes ambíguas, entre os novos atores e o Estado.

Ademais, as análises, ao partirem da constatação de que estaria em curso uma mudança mundial no padrão de dominação no mundo, centravam sua perspectiva na dimensão cultural em detrimento ou em prejuízo das dimensões econômicas e sóciopolíticas. Em que pese a importância da visibilização das dinâmicas culturais e dos significados/conhecimentos construídos pelos sujeitos coletivos, estas devem ser entendidas em seu imbricamento com os planos econômicos e políticos, sob pena de serem autonomizadas e justificarem o exagero e/ou a deformação do potencial transformador revolucionário dos movimentos sociais, tal como narrado. Isto é, a autonomização da cultura e dos sujeitos coletivos acaba por possibilitar que os movimentos sejam entendidos como algo que correspondem aos *desejos* dos/das teóricas. Nesse ponto, cumpre salientar a utilização precária da *pesquisa participante* que, muitas vezes, é aplicada tão-somente como meio para garantir o acesso a informações fidedignas e confidenciais, do que como forma de produção e socialização coletiva de conhecimentos para impulsionar processos de libertação.

Os estritos limites epistemológicos e teóricos construídos pelo campo dificultam enormemente a problematização e a superação dessa dinâmica, ao invisibilizar e deslegitimar, em função das abordagens teórico-metodológicas, grande parte da realidade e da história latino-americanas. Isso, aliado à perspectiva empirista, dificulta a compreensão dos sujeitos coletivos da região e a formulação de construções teóricas e analíticas enraizadas nas contestações e na realidade de nossa região.

É interessante observar que esse diagnóstico sobre o caráter excessivamente empírico da produção do campo regional da *Sociologia dos Movimentos Sociais*, bem como sua incapacidade para construir um marco ou um paradigma latino-americano para a compreensão dos movimentos sociais, é alcançado por inúmeros/as autores/as. Contudo, as razões históricas, políticas e epistemológicas não são analisadas profundamente, sendo, poucas vezes, mencionadas. Em muitos casos, ainda se ventila o apego aos métodos e às abordagens localistas, buscando demarcar as diferenças frente à produção de conhecimentos comprometidos e vinculados à prática política e à transformação social. Assim é que os sociólogos Elizabeth Jelin e Fernando Calderón, desde a década de 1980, reconhecem, considerando apenas as produções a partir do final da década de 1970, que não há um marco analítico propriamente latino-americano para a compreensão dos fenômenos coletivos, ou seja, a partir das experiências na América Latina, existindo apenas um movimento teórico inicipiente. Ambos os autores questionam acerca da possibilidade de se pensar um modelo teórico global da ação social na região em função da fragmentação e da heterogeneidade dos movimentos sociais (CALDERÓN e JELIN, 1987, p. 28).

Em sentido similiar, porém mais crítico, Maria da Glória Gohn assevera, já na década de noventa, que a produção latino-americana sobre movimentos sociais é marcadamente empírico-descritiva e se caracteriza pela utilização teórica excessiva do paradigma europeu, em suas várias vertentes. E demarca que não existem teorias consistentes para explicar os movimentos sociais latino-americanos, mas tão-somente esboços explicativos (GOHN, 1997, p. 10). Nessa perspectiva, a autora defende que a transposição um tanto mecânica das categorias de análise construídas no exterior embaçou o olhar sobre nossa realidade, sendo necessário que construamos novas categorias que resultem da reflexão de "*nossa realidade e não da realidade alheia ou, pior ainda, dos modismos que cassam e a que facilmente aderem aqueles que frequentam os salões acadêmicos internacionais*" (*ibidem*, p. 294). Destaca que a representação do vivido tem características locais, regionais e nacionais peculiares, mesmo que a forma de pensar seja universal.

No mesmo sentido, Samira Kauchakje (1997), a partir de amplo estudo sobre as teses e as dissertações defendidas na Universidade de São Paulo (USP) e na Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP) sobre movimentos sociais entre 1970 e 1995[199], constatou que a grande maioria das pesquisas é, na realidade, o desenvolvimento de estudos sobre um movimento social focalizado, sem aprofundamento na teoria da ação coletiva utilizada, nem tampouco problematizações teóricas mais amplas (KAUCHAKJE, 1997, p. 13/14). Com isso, é concedido peso, nas investigações realizadas, ao caso empírico em detrimento do aprofundamento teórico. Ademais, de acordo com o mencionado estudo realizado, as matrizes teóricas utilizadas, muitas vezes de maneira superficial, são aquelas desenvolvidas na Europa e nos Estados Unidos (*ibidem*, p. 61/65).

Em direção convergente, o sociólogo inglês Joe Foweraker (1995) destaca que as teorias produzidas na Europa Ocidental e nos Estados Unidos possuem aspirações universais e que pretendem se consolidar como marcos teóricos gerais para o entendimento das contestações sociais em todo o mundo. Contudo, demonstra que as teorias sobre movimentos sociais são necessariamente desenhadas com base em experiências de sujeitos coletivos particulares em lugares específicos, sendo que atualmente, em função das dinâmicas internacionais do conhecimento, é cada vez maior a separação entre a produção teórica e as ações coletivas propriamente ditas. Referido autor assevera que a aplicação acrítica dos aparatos teóricos europeus tem gerado muitas distorções nas análises efetivadas pelos/as pesquisadores/as latino-americanos, citando diversos exemplos sobre as diferenças contextuais e os diversos significados das noções utilizadas.

Nessa direção, para Breno Bringel, existe uma problemática fundacional mal resolvida para a interpretação dos movimentos sociais latino-americanos contemporâneos:

> […] las nociones, las categorías y los conceptos utilizados por la «sociología de los movimientos sociales», emergente en las décadas de 1960 y 1970, estaban construidos principalmente a partir de las experiencias europeas y norteamericanas (en particular, las luchas estudiantiles de 1968 o las inflexiones del movimiento obrero en Europa, y las luchas por los derechos civiles en Estados Unidos) y no a partir de las luchas anticoloniales extendidas por África y aquellas de carácter antiimperialista presentes en América Latina (BRINGEL, 2011a, p. 36/37).

Portanto, o caráter empírico, o uso acrítico pelos/as autores/as latino-americanos/as e o apego às teorias com referencial histórico na Europa ou nos Estados Unidos foram e têm sido

199 Tese de doutorado defendida na Faculdade de Educação da Universidade Estadual de Campinas.

objeto de críticas (BRINGEL, 2011a; GOHN, 1997; CAMACHO, 1992, FLOREZ-FLOREZ, 2007, FOWERAKER, 1995). Contudo, a nosso ver, estes problemas devem ser analisados não só como desvios na consecução das investigações sobre movimentos sociais, mas enquanto partes conformadoras dos pressupostos do próprio campo da *Sociologia dos Movimentos Sociais* que encontram seu sentido nas premissas da matriz de pensamento liberal-burguesa e nos seus vínculos com a perspectiva de ajustes marginais que não transformam efetivamente as sociedades latino-americanas. Isso ocorre mesmo de maneira inconsciente para muitos/as pesquisadores/as, considerando, como já visto, o contexto histórico e as disputas entre os projetos histórico-políticos colocados na América Latina.

É em função disso que, apesar de muitos/as teóricos/as declararem o vínculo com o movimento social específico ou afirmarem o afastamento do pressuposto da neutralidade axiológica, continuam a realizar estudos de caso empíricos com utilização acrítica dos marcos europeus e norte-americanos. Podem inclusive buscar pelas particularidades dos movimentos sociais latino-americanos, mas, em função dos pressupostos teórico-políticos e as premissas epistemológicas e teórico-metodológicas, encontram especificidades em consonância com aquelas encontradas nos *novos* movimentos sociais europeus. A socióloga brasileira Ruth Cardoso preceitua, após analisar a produção teórica sobre movimentos sociais na América Latina, que a utilização de técnicas participativas (convivência, entrevistas longas) e o interesse "*atores sociais de carne e osso*" não foram acompanhados de uma crítica teórico-metodológica consistente, reproduzindo o empirismo positivista clássico. Para ela, essas tentativas superficiais de problematizações:

> Respondiam a um mal-estar, a um desencanto com as generalizações apressadas e aos esquemas explicativos muito abstratos. Mas, a volta ao concreto se deu pelos caminhos já trilhados pela ciência positivista. A crítica à ciência vigente acentuou sua pobreza técnica e seu distanciamento do real, apontando para a necessidade de renovar as formas de coleta de dados como um passo fundamental para enriquecer as interpretações. Este modo de ver o trabalho científico está bem perto da clássica formulação do empiricismo positivista: dados bem coletados devem falar por si mesmos (CARDOSO, 1987, p. 35).

Assim, parece-nos que o suposto distanciamento da realidade propiciado pelos enfoques macrossociológicos foram contrarrestados por uma empiria pura, que são os estudos de casos. Produz-se, assim, uma abundante literatura sem conexão com as dimensões da sociedade, com as escalas regional, nacional e mundial da realidade e com a dinâmica histórica, sem produção analítica e teórica e sem compromisso efetivo com os atores coletivos e a mudança social. Isto é, a produção de conhecimentos dos/as pesquisadores/as sobre os movimentos sociais se dá por meio de marcada exterioridade e *objetividade* científica, a partir de uma lógica que extrai

informações e conhecimentos e mantém os sujeitos coletivos passivos, como meros objetos, no processo de construção das pesquisas, sendo que os resultados são dificilmente compartilhados e conhecidos pelos grupos populares. Essa perspectiva tem gerado, desde a década de 1990, um crescente descrédito dos sujeitos coletivos populares nas pesquisas e conhecimentos acadêmicos, bem como uma enrome desconfiança em relação aos/às intelectuais.

Em que pese uma certa abertura a outras formas e práticas de produção de saberes e o crescimento de uma perspectiva crítica e descolonial (FLOREZ-FLOREZ, 2007; SCHERER-WARREN, 2009, GARCÍA LINERA, 2008 [2004], SWAMPA, 2010), o panorama geral do campo da *Sociologia dos Movimentos Sociais* não modificou consideravelmente até os dias de hoje. De fato, a maior parte das pesquisas nesse campo continuaram a ser estudos de casos focados na descrição das experiências de coletividades que utilizam acriticamente os marcos teóricos europeus e estadunidenses e se desenvolvem com exterioridade em relação aos movimentos sociais. São pesquisas que acompanham as ações dos atores coletivos, mas que não logram contribuir para os procesoss de mobilização e organização social, nem tampouco alcançam o desenvolvimento de categorias e conceitos ou de um marco teórico de entendimento das ações coletivas.

Como superar essa situação? Quando as razões para a incapacidade para gerar construções teóricas e analíticas e/ou um paradigma latino-americano para a compreensão dos movimentos sociais se limitam à constatação do caráter empírico da produção teórica e do uso acrítico dos modelos de interpretação europeus e estadunidenses, parece que a solução seria se esforçar racionalmente para desenvolver teorias a partir das ações coletivas sem passar por problematizações espistemológicas e teórico-metodológicas. Por outro lado, quando essas constatações são analisadas no interior do contexto sociohistórico e político da América Latina e em seus extensivos efeitos epistemológicos e teórico-metodológicos, a solução passa por uma reconfiguração do campo em seus fundamentos epistemológicos, conceituais e teórico-metodológicos, o que exige tomadas de posições teórico-políticas. Sob novas bases, pode tornar-se possível, a partir do campo da *Sociologia dos Movimentos Sociais*, a construção teórica e analítica enraizada nas contestações, na história e na realidade da América Latina, bem como a produção de conhecimentos significativos para a transformação profunda de nossas sociedades. É nesse sentido que entendemos que o horizonte aberto pela pesquisa militante torna-se um caminho central e necessário.

5 CONCLUSÃO: PESQUISA MILITANTE COMO UMA CHAVE PARA A COMPREENSÃO DOS MOVIMENTOS SOCIAIS LATINO-AMERICANOS?

A questão que perpassou toda a presente pesquisa é, assim, retomada: é possível conceber um marco teórico latino-americano para a compreensão das contestações e movimentos sociais? A trajetória teórico-política do pensamento crítico na região, traçada nos últimos capítulos, demonstra os contornos e as dimensões desse quadro referencial analítico e teórico-metodológico construído a partir da aproximação e da vinculação da produção de conhecimentos com os horizontes, imaginários e necessidades dos grupos sociais populares e das coletividades organizadas. Existiram, é certo, diferentes formas de articulação dos conhecimentos com a prática política e de vínculo entre os sujeitos envolvidos na construção dos saberes, variando a depender, dentre outros fatores, dos contextos de ação e das possibilidades conjunturais abertas em cada espaçotemporalidade. Foram gerados, assim, diversos formatos e experiências a partir dos quais é possível visualizar espaços de convergência político-epistemológica e teórico-metodológica na construção das práticas cognitivas profundamente comprometidas com a transformação radical das sociedades latino-americanas.

A caracterização desse marco teórico impõe a visibilização dos profícuos, coletivos e diversos processos de produção de conhecimentos na região que envolveram os acúmulos das experiências históricas dos grupos sociais em resistência, isto é, envolveram os horizontes de visibilidade, parâmetros de sentido e imaginários coletivos construídos longamente nos processos históricos de lutas pelos sujeitos sociais. Foi possível, assim, a conexão, mais orgânica e consciente, entre diferentes formas de conhecimentos e os movimentos sociais, gerando potentes e criativas teorizações a partir de diversas, e muitas vezes contraditórias, matrizes de pensamento e correntes teórico-práticas europeias, africanas e latino-americanas.

É nesse contexto que foram produzidos conhecimentos pelos, com ou sobre os sujeitos coletivos em resistência. Em uma primeira vertente, existiram teorizações que expressaram esforços coletivos de compreensão da realidade sociohistórica e que manifestaram as perspectivas e as premissas dos sujeitos coletivos, mesmo que muitas vezes fossem livros e/ou artigos assinados individualmente. Em uma segunda possibilidade, existiram produções teóricas dos próprios movimentos sociais que, em conexão com os intelectuais e pesquisadores/as, construíram importantes documentos de análise da realidade social e da ação política. Em outro turno, existiram projetos coletivos de pesquisa que viabilizaram a inserção

efetiva dos/as pesquisadores/as e possibilitaram um amplo espaço de construção compartilhada de conhecimentos e ações. E, por sua vez, existiram trabalhos investigativos e formativos que buscaram construir conhecimentos a partir da socialização dos saberes e da prática dos atores coletivos. Em muitos casos, os movimentos sociais foram tratados no interior da análise sóciohistórica mais ampla, sendo que, em outros casos, estes sujeitos coletivos foram temáticas específicas de reflexão teórico-prática. Contudo, em todos os casos, os movimentos sociais figuraram como sujeitos ativos ou eixo referencial obrigatório no processo de produção de conhecimentos, mesmo que de diferentes maneiras.

Essas iniciativas procuraram compreender os movimentos sociais latino-americanos e suas particularidades em conexão com as especificidades de nossa história e formação socioeconômica, isto é, buscaram enraizar esses sujeitos coletivos na dinâmica geral das forças e dos antagonismos locais e regionais e na construção de caminhos para a transformação social. Verificamos, em função disso, a utilização de concepções mais amplas para abarcar a diversidade do campo contestatário latino-americano. Por muitos autores/as, foram considerados movimentos sociais: as massas, as guerrilhas, os partidos, os sindicatos, a classe, a multidão, as insurreições, os quilombos, os levantes, as insurgências, as organizações, as ocupações, as retomadas e a complexa relação entre estes sujeitos e processos coletivos. Percebemos um esforço contínuo para demarcar essa *diversidade contestatária* e seu imbricamento interno e social, sendo também traços marcantes, em grande parte dos/as autores/as, a caracterização positiva e potente das massas e das insurreições populares e o consequente empenho em compreender seus imaginários e sentidos.

Esse aspecto demonstra, desde já, uma diferença importante com as teorias europeias e estadunidenses nas quais o próprio conceito de movimento social utilizado contribui para invisibilizar várias ações de contestação e de resistência nos países centrais e, ainda mais, nos territórios periféricos. Caso fôssemos proceder como o campo europeu e estadunidense, sob a influência das premissas e matrizes liberal-burguesas, e criar sociologias fragmentadas a partir das formas particulares sob as quais as ações coletivas se construíram em nossa região, replicando a perspectiva que fundamentou a criação do campo da Sociologia dos *Movimentos Sociais* - a qual concedia aos movimentos sociais uma conceituação específica atrelada às manifestações bastante particulares àquela espaçotemporalidade -, deveríamos criar uma Sociologia das Guerrilhas, outra Sociologia das Revoluções, outra Sociologia da Libertação Nacional, outra Sociologia das Massas, outra Sociologia dos Partidos, outra Sociologia dos Quilombos e assim por diante. Cada uma voltada para uma forma histórica particular de manifestação da ação coletiva na América Latina no campo da resistência.

Contudo e por óbvio, entendemos que essa perspectiva impede a apreensão da realidade histórica do campo contestatário e principalmente inviabiliza a compreensão das potencialidades das diferentes ações coletivas e trajetórias de memórias e resistências. Afinal, a produção de conhecimentos sobre movimentos sociais não necessita se submeter aos requisitos epistemológicos, teórico-metodológicos ou disciplinares conformados pela matriz de pensamento liberal-burguesa. Ou seja, a forma particular desse estudo na Europa e nos Estados Unidos não deslegitima as pesquisas sobre os movimentos sociais na América Latina, nem tampouco pode diminuir as potencialidades desse campo para a construção de um pensamento crítico e transformador.

Entendemos, pois, que essa *diversidade contestatária*, fruto da heterogeneidade social já tratada no decorrer da presente tese, estrutura o campo da *Sociologia Latino-americana dos Movimentos Sociais*, sendo um espaço abarcador das ações contestatárias da região e de diferentes conhecimentos, saberes e imaginários. Mais que isso, os contornos, as formas e os conteúdos desse campo estão intrinsecamente vinculados aos movimentos societários da região, podendo, com isso, ser permanentemente construídos e atualizados. Considerada dessa forma, a *Sociologia Latino-americana dos Movimentos Sociais* pode oferecer um profícuo caminho para a articulação entre, de um lado, a análise sociohistórica e comprometida e, de outro, um olhar atento às particularidades dos sujeitos coletivos e à sua capacidade de ação e construção dos processos sociais. Nesse sentido, os limites e muros político-epistemológicos e teórico-metodológicos da *Sociologia dos Movimentos Sociais*, de inspiração liberal-burguesa, se transformam, a partir de sua crítica e reconstrução, em pontes e possibilidades para a produção de conhecimentos significativos para a superação de uma realidade histórica brutalmente injusta e desigual.

Isso passa, como visto, pela re-configuração[200] ampla e coletiva desse campo, o que pressupõe um esforço por problematizar e ir além dos limites do colonialismo, da ciência moderna e dos parâmetros classistas, patriarcais e racistas. Assim, mais que visibilizar e/ou narrar nossa trajetória regional de produção de conhecimentos comprometidos, é preciso analisar com profundidade suas contribuições e atualizá-las para os desafios presentes das sociedades latino-americanas. Isso possibilitará o aprofundamento da avaliação e o re-dimensionamento dos limites dessas produções teóricas, principalmente no que concerne (a) ao

[200] Nesse ponto, cumpre salientar que existem iniciativas teóricas de problematização do campo da Sociologia dos Movimentos Sociais, bem como esforços de interpretações pós-coloniais das ações coletivas latino-americanos (FLOREZ-FLOREZ, 2007; SCHERER-WARREN, 2009, GARCÍA LINERA, 2008 [2004], SWAMPA, 2010). Contudo, ainda que importantes, tratam-se de produções isoladas que não alcançaram mudanças na configuração do campo.

excessivo apego aos parâmetros científicos; (b) à invisibilização dos conhecimentos produzidos pelos grupos populares; (c) à utilização de premissas teóricas ou pressupostos epistemológicos eurocentrados; (d) às deficiências na articulação com a prática política e no diálogo com os sujeitos coletivos; (e) aos problemas na retroalimentação entre formulação teórica crítica e ação. Estes são desafios abertos, os quais não foram cumpridos pela presente tese e envolvem um esforço coletivo e de longo prazo. A nosso ver, esse caminho de recuperação e atualização pode tornar as trajetórias teórico-políticas militantes "*raízes vivas no presente*" (MARIÁTEGUI, 2008, p. 317), sendo que sua construção passa pela conexão comprometida e *práxica* com os movimentos sociais, inclusive para acessar os conteúdos profundos dos deslocamentos epistêmicos propostos por diferentes sujeitos coletivos a partir do final da década de 1990.

Nesse contexto, é importante notar que diferentes movimentos intelectuais problematizaram os limites da ciência moderna e da sociologia a partir dos anos noventa, pretendendo descentrar a produção dos conhecimentos científicos em consideração centralmente à retomada das mobilizações e matrizes de pensamento indígenas. São iniciativas variadas que produziram críticas que fortaleceram o processo de desgaste e de deslegitimação da ciência moderna e que sustentaram a necessidade de caminhos de descolonização para a produção de conhecimentos, conformando correntes teóricas conhecidas como pós-coloniais. Exemplos emblemáticos, envolvendo teóricos/as latino-americanos/as, são o programa de investigação Modernidade e Colonialidade e o coletivo de pesquisas Epistemologias do Sul.

No entanto, percebemos que a maior parte dessas críticas destituintes não foram acompanhadas por movimentos construtivos e instituintes que pautassem e demonstrassem, de fato, outras formas de produção de conhecimentos, nem tampouco avançassem na compreensão do presente e na produção/ação com os sujeitos coletivos. Pelo contrário, muitas vezes, foram críticas que desconsideraram inclusive a trajetória teórico-política do pensamento crítico e inclusive a história de resistências e lutas dos povos latino-americanos, as quais se dão a partir das tensões e contradições constitutivas da região. Isso em função de perspectivas que, unicamente a partir da teoria – de influência marcadamente europeia -, desprezam quaisquer fenômenos e processos que tenham influências europeias e norte-americanas. Desse modo, a crítica epistemológica radical não deslocou os parâmetros teóricos e metodológicos dos/as próprios/as autores/as pós-coloniais, não ocorrendo, na realidade, efetivas aberturas para os saberes subalternizados e populares, muito menos para a prática e ação política comprometida.

Em que pese esse modo de apreensão de parte do pensamento pós-colonial, entendemos que é necessário levar a sério os deslocamentos epistêmicos propostos pelas lutas e matrizes de pensamento indígenas, negras e populares nas últimas décadas. Isso coloca problemas, dilemas

e desafios para a produção teórica comprometida na América Latina. Nesse contexto, a nosso ver, a retomada da *pesquisa militante* pode contribuir, essencialmente, para a constituição das bases para um movimento instituinte no pensamento crítico na região. Ou seja, oferece, a partir de uma longa trajetória práxica, um caminho histórico, epistemológico e teórico-metodológico que cimenta uma perspectiva crítica ancorada nas lutas sociais do continente e principalmente na prática dos sujeitos coletivos.

A importância deste acúmulo crítico e desta perspectiva explicita-se, ainda mais, ao vislumbrarmos o processo de distanciamento da prática e dos territórios que o pensamento crítico latino-americano sofreu e perpetrou nas últimas quatro décadas. Como visto, a fragmentação e o isolamento do pensamento crítico na região foram e continuam sendo, em menor grau, processos politicamente orientados pela contra-insurgência, contudo, a nosso ver, aprofundaram-se no pensamento crítico tendências, já existentes, de produções teóricas isoladas que não dialogam com os sujeitos coletivos e que não se comprometem efetivamente com a construção dos processos de luta. Esse quadro, parece-nos, decisivo para certa perda de capacidade crítica desse campo notadamente em relação às dinâmicas capitalistas e à compreensão do presente, o que, no Brasil, é percebido nas produções teóricas sobre o último ciclo progressista e seus desdobramentos para o desenvolvimento capitalista no país. Ademais, a nosso ver, o isolamento do pensamento crítico possui implicações diretas nas enormes dificuldades enfrentadas para a re-articulação de um projeto societal, de fato, alternativo e com os grupos sociais populares.

Entendemos que, através da *pesquisa militante*, é possível retomar, articular e gerar um campo amplo de convergência, centrado na prática e na ação, entre intelectualidade, pesquisadores/as, movimentos sociais e resistências, que contribua para viabilizar: (1) a renovação criativa do pensamento crítico, (2) sua re-articulação efetiva com os processos de luta e com os movimentos sociais, (3) a construção concreta de experiências de co-produção de conhecimentos que assumam como tarefas inconclusas a superação dos limites classistas, patriarcais e racistas da ciência moderna. Na situação de contra-insurgência atual, estes pontos tornam-se imperativos para a necessária potencialização das lutas sociais por um horizonte de soberania e dignidade para as maiorias latino-americanas e por uma sociedade, de fato, justa, livre e igualitária.

REFERÊNCIAS

ABELARDO RAMOS, J. *Revolución y contrarevolución en la Argentina*. Buenos Aires: Amerindia, 1957.

_____. *História da nação latino-americana*. 3. ed. Florianópolis: Insular, 2014 [1968].

ACOSTA, M.; BRICEÑO, A.; LENZ, R . Una línea política revolucionária: la investigación militante. In: SIMPÓSIO MUNDIAL SOBRE INVESTIGACION ACTIVA Y ANALISIS CIENTIFICO, 1977, Cartagena. *Crítica y política en ciencias sociales: el debate sobre teoría y práctica*. Tomo 1. Bogotá: Guadalupe, 1978.

AGOSTINHO, S. *Confissões*. São Paulo: Nova Cultural, 1999 [397].

ALBERDI, J. B. *Ideas para presidir a la confección del curso de filosofia contemporánea*. 1842. Disponível em: <http://www.biblioteca.org.ar/libros/869.pdf>. Acesso em: 7 mai. 2014.

ALEXANDER, J. O novo movimento teórico. In: X ENCONTRO ANUAL DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS SOCIAIS, 1986, Campos de Jordão, 1986.

ALONSO, A. As teorias dos movimentos sociais: um balanço do debate. *Revista Lua Nova*, n.76, p. 49-86, 2009.

AMIN, S. *El eurocentrismo*: crítica de una ideologia. Ciudad de México: Siglo XXI, 1989.

ANDER EGG, E. et al. *Opresión y marginalidad de la mujer em el orden social machista*. Buenos Aires: Humanitas, 1972.

ANSALDI, W.; GIORDANO, V. Jorge Graciarena, en perspectiva latinoamericana: notas in memoriam. *Revista de la Carrera de Sociología*, v. 4, n. 4, p. 215-224, 2014.

ARDAO, A. *América Latina y la Latinidad*. Ciudad de México: UNAM/Centro Coordinador y Difusor de Estudios Latinoamericanos, 1993.

ARDILES, O. et al. *Hacia una filosofia de la Liberation Latinoamericana*: enfoques latinoamericanos n. 2. Buenos Aires: Bonun, 1973.

ARGUMEDO, A. *Los silencios y las voces de América Latina:* Notas sobre el pensamiento nacional y popular. Buenos Aires: Ediciones del Pensamiento Nacional, 1993.

ARICÓ, J. *Marx e a América Latina*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.

AROCENA, R. Curricularización de la extensión: ?por qué, cuál, cómo? *Cuadernos de Extensión n. 1 – Integralidad*: Tensiones Y Perspectivas. Montevideo: UDELAR, 2010.

ARON, R. *As etapas do pensamento sociológico*. 4. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1993.

AYBAR, E. B. *Literatura Quechua*. Caracas: Biblioteca Ayacucho, 1993.

BACON, F. *The works of Francis Bacon*. London: Longman, 1870.

BAGÚ, S. *Economía de la sociedad colonial*. Ciudad de México: Editorial Grijalbo, 1992 [1949].

_____. Estructura social de la colônia. Buenos Aires: El Ateneo Editorial, 1952.

BAMBIRRA, V. *Diez años de insurrección en America Latina*. Santiago: Prensa Latino-Americana, 1971a.

_____. *La mujer chilena en la transición al socialismo*. Disponível em: <http://www.blest.eu/inf/PF133d.html>. Acesso em: 10 out. 2016. 1971b.

_____. *O capitalismo dependente latino-americano*. Florianópolis: Editora Insular, 2012 [1972].

_____. *Liberación de la mujer y lucha de clases*. Disponível em: <https://www.ufrgs.br/vaniabambirra/wp-content/uploads/2016/01/Liberaci%C3%B3ndelaMujer-2.pdf>. Acesso em: 11 out. 2016. 1972.

_____. *La revolución cubana: una reinterpretación*. Coimbra: Centelha, 1975 [1973].

_____. *Teoría de la dependencia: una anticrítica*. Ciudad de México: Ediciones Era, 1983.

BARREIRO SAGUIER, R. Introducción general. In: _____. (Org). *Literatura guaraní del Paraguay*. Caracas: Biblioteca Ayacucho, 1980.

BELLI, G. *Consejos para la mujer fuerte*. Disponível em: <http://giocondabelli.org/2017/09/25/consejos-para-la-mujer-fuerte/>. Acesso em: 10 mai. 2017.

BEIGEL, F. *Las identidades periféricas en el fuego cruzado del cosmopolitismo e nacionalismo000000000*. 2005. Disponível em: <http://www.cubaliteraria.cu/premio/contracorriente/PDF/2004/06_identidades.pdf>. Acesso em: 03 fev. 2014.

_____. Vida, muerte y resurección de las "teorias de la dependencia*"*. In: _____. *Crítica y teoría em el pensamiento social latinoamericano*. Buenos Aires: CLACSO, 2006.

_____. *Academic Dependency*. GDN v. 2, nov. 2011.

_____. Centros y periferias en la circulación internacional del conocimiento. *Nueva Sociedad* n. 245, 2013. Disponível em: <www.nuso.org>. Acesso em: 05 jun. 2015.

_____. El nuevo carácter de la dependencia intelectual. *Cuestiones de Sociologia*, n. 14, p. e004, 2016.

BLUMER, H. Collective behavior. In: LEE, A. M. (Ed.). *New outline of principles of sociology*. New York: Barnes and Noble, 1951.

_____. *Symbolic interactionism, perspective and method*. New Jersey: Prentice-Hall, Inc./Englewood Cliffs, 1969.

BOLÍVAR, S. *Independencia e unidade latino-americana*: escritos políticos. Tradução: Brigadas Populares e Marcha Patriótica. Rio de Janeiro: Consequencia Editora, 2015.

BONDY, A. S. *Existe una filosofia de nuestra América?* Ciudad de México: Siglo Veintiuno, 1968.

BONILLA, V. D.; CASTILLO, G.; FALS BORDA, O.; LIBREROS, A. *Causa Popular, Ciencia Popular*: una metodología del conocimiento científico a través de la acción. Bogotá: Publicaciones de la Rosca, 1972.

BORÓN, A. A questão do imperialismo. In: BORÓN, A.; AMADEO, J.; GONZÁLEZ, S. (Orgs.). *A teoria marxista hoje*: problemas e perspectivas. São Paulo: Expressão Popular, 2007.

BOURDIEU, P; CHAMBOREDON, J. C.; PASSERON, J. C. *El oficio de sociólogo:* presupuestos epistemológicos. Ciudad de México: Siglo Veintiuno, 1975 [1973].

BOURDIEU, P. O campo científico. In: ORTIZ, R. (Org.). *Coleção Grandes Cientistas Sociais*, n. 39. São Paulo: Ática, 1983.

BRANDÃO, C. R. *Pesquisa participante*. 3. ed. São Paulo: Editora Brasiliense, 1983 [1981].

_____. *Repensando a pesquisa participante*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1984.

_____; STRECK, D. R. *Pesquisa participante*: o saber da partilha. Aparecida, SP: Idéias e Letras, 2006.

BRESSER-PEREIRA, L.C. Seis interpretações sobre o Brasil. *DADOS- Revista de Ciencias Sociais*, v. 3, n. 5, 1979.

BRINGEL, B. Estudio de los movimientos sociales en America Latina: reflexiones sobre el debate poscolonial y las nuevas geografías del activismo transnacional. In: FALERO, A. et al. *Pensamiento crítico y sujetos colectivos en America Latina*: perspectivas interdisciplinarias. Montevideo-Uruguay: Ediciones Trilce, 2011a.

_____. A busca de uma nova agenda de pesquisa sobre os movimentos sociais e o confronto político: diálogos com Sidney Tarrow. *Política e Sociedade: Revista de Sociologia Política da Universidade Federal de Santa Caratarina*, v. 10, n. 1, 2011b.

_____. Com, contra e para além de Charles Tilly: mudanças teóricas no estudo das ações coletivas e dos movimentos sociais. *Revista Sociologia e Antropologia*, v. 2, n. 3, 2012.

_____; VARELLA, R. *Pesquisa militante e produção de conhecimento*: o enquadramento de uma perspectiva, 2014. Disponível em: <http://universidademovimentosociais.wordpress/artigos/>. Acesso em: 15 jan. 2016.

_____; DOMINGUES, J. M. Teoria Social, extroversão e autonomia: impasses e horizontes da sociologia (semi)periférica contemporânea. *Cadernos CRH*, v. 28, n. 73, 2015.

_____; MALDONADO, E.; VARELLA, R. Pensamento crítico latino-americano, pesquisa militante e perspectivas subversivas do(s) direito(s): introdução. *Revista Direito e Práxis*, v. 7, p. 4-17, 2016.

_____. Movimientos Sociales en América Latina: matrices político-ideológicas, cartografía de las resistencias y conflictos societarios. In: AYLLON, B.; SOTILLO, J. A. (Coords.). *Las transformaciones de América Latina: cambios políticos, socioeconómicos y protagonismo internacional*. Madrid: Libros de la Catarata, 2017.

BRIONES, G. Sobre cuestiones de objeto y método en la investigación militante. SIMPÓSIO MUNDIAL DE CARTAGENA - *Crítica y política en ciencias sociales*: el debate sobre teoría y práctica. Tomo I. Bogotá/Colômbia: Punta de Lanza, 1978.

CALDERÓN, F. Los movimientos sociales ante la crisis. In: CALDERÓN, F. (Comp.). *Los movimientos sociales ante la crisis*. Buenos Aires: CLACSO, 1986.

_____; JELIN, E. *Clases y movimientos sociales en América Latina*: perspectivas y realidades. Buenos Aires: Estudios CEDES, CLACSO, 1987.

CAMACHO, D. "Introducción" e "Hitos de las luchas sociales latinoamericanas". In: CAMACHO, D.; MENJÍVAR, R. *Los movimientos populares en América Latina*. México: Siglo Veintiuno, 2005 [1989].

_____. Los movimientos sociales en la sociología latinoamericana reciente. In: *Sistemas políticos – poder y sociedad* (estudios de casos en América Latina). Caracas: Editorial Nueva Sociedad, 1992.

CARDOSO, R. Os movimentos sociais na América Latina. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, n. 1, v. 3, 1987.

CARNEIRO, S. Lélia González: o feminismo negro no palco da história. *Projeto Memória Lélia González.* Brasília: Abravideo, 2015.

CARVALHO, E. R. Leopoldo Zea e o movimento latino-americano de História das ideias. *Varia historia*, v. 26, n. 43, p. 267-282, 2010.

_____. As origens do movimento latino-americano de história das ideias. *Estudos Ibero-Americanos*, PUC-RS, v. 38, n. 2, p. 220-238, 2012.

CASANOVA, P. G. *Sociedad plural, colonialismo interno y desarollo*. América Latina, v. 6, n. 3, 1963.

_____. *Las categorias del desarrollo económico y la investigación en ciencias sociales*. México: Instituto de Investigaciones Sociales, 1967.

_____. *Sociología de la exploración.* México: Siglo Veintiuno Editores, 1973 [1969].

_____. *Corrientes críticas de la sociología latino-americana*. 1978. Disponível em: <www.nexos.com.mx/?p=3127>. Acesso em: 14 ago. 2016.

_____. Las ciencias sociales en América Latina. In: *Balance y perspectiva de los estudios latino-americanos*. México: Facultad de Filosofía y Letras (UNAM), 1985.

_____. La rebelión de la selva contra el neoliberalismo y por la humanidad (Proyecto de intertexto). In: *Periódico La Jornada*, México, 1997.

_____. *Reestruturación de las ciencias sociales*: hacia un nuevo paradigma. México: Centro de Investigaciones Interdisciplinarias en Ciencias y Humanidades – Universidad Nacional Autónoma de México, 1998.

CASAS, M. I.; OSTERWEIL, M.; POWELL, D. Fronteras borrosas: reconocer las prácticas de conocimiento en el estudio de los movimientos sociales. In: LEYVA, Xochitl et al. *Conocimientos y prácticas políticas*: reflexiones desde nuestras prácticas de conocimiento situado. Chiapas, México D.F.; Lima: CIESAS, PDTG-USM, UNICACH, 2007.

CASIMIR, J. Cultura Oprimida y creación intelectual. In: CASANOVA, P. G. *Cultura y Creación Intelectual em America Latina.* Havana: Ministério da Cultura, 1991 [1979], p. 61 – 82.

CASTRO, F. *O homem novo e a nova mulher em Cuba*. São Paulo: Global Editora, 1979 [1968].

CASTRO-GÓMEZ, S. Decolonizar la Universidad: La hybris del punto cero y el diálogo de saberes. In: CASTRO-GÓMEZ, S.; GROSFOGUEL, R. (eds.). *El Giro Decolonial:* Reflexiones para una Diversidad Epistémica más allá del Capitalismo Global. Bogotá: Siglo del Hombre Editores, 2007.

_____. *La hybris del punto cero*: ciencia, raza e ilustración en la Nueva Granada (1750-1816). Bogotá: Editorial Pontificia Universidad Javeriana, 2010.

_____; GROSFOGUEL, R. (Eds.). *El Giro Decolonial:* Reflexiones para una Diversidad Epistémica más allá del Capitalismo Global. Bogotá: Siglo del Hombre Editores, 2007.

CENTRO DE ESTUDIOS DE LA REALIDAD ECONÓMICA Y SOCIAL (CERES). *Breve historia institucional*. 1999. Disponível em: <www.ceresbolivia.org/download/historia_ceres/los_recorridos_del_ceres_1999.pdf>. Acesso em 17 mai. 2017.

CENTRO LATINO-AMERICANO DE PESQUISAS EM CIÊNCIAS SOCIAIS (CLAPCS). *Resistências à Mudança*: fatores que impedem ou dificultam o desenvolvimento. Anais do Seminário Internacional, reunido no Rio de Janeiro, em outubro de 1959. Rio de Janeiro, 1960.

CÉSAIRE, A. *Cahier d'um retour au pays natal*. 2. ed. Paris: Presénce Africaine, 1956 [1939].

_____. *Discurso sobre a Negritude*. Belo Horizonte: Nandyala, 2010 [1987].

CIRIZA, A. Construir genealogías feministas desde el sur: encrucijadas y tensiones. *Millcayac:* Revista Digital de Ciencias Sociales, v. 2, n. 3, p. 83-104, 2015.

CLASTRES, P. *A sociedade contra o Estado*. 1974. Disponível em: <https://we.riseup.net/assets/71282/clastres-a-sociedade-contra-o-estado.pdf>. Acessado em: 22 mai. 2017.

COHN, G. *Crítica e resignação*: fundamentos da sociologia de Max Weber. São Paulo: Martins Fontes, 2003 [1978].

COMTE, A. *Curso de filosofia positiva; Discurso sobre o espírito positivo; Discurso preliminar sobre o conjunto do positivismo; Catecismo positivista*. São Paulo: Abril Cultural, 1983 [1830].

CONSEJO LATINOAMERICANO DE CIENCIAS SOCIALES (CLACSO). *Documentos constitutivos*. Bogotá/Colômbia, out. 1967.

CORNEJO-COSTER, E. Universidades Populares González Prada: creación y funcionamiento. In: CÚNEO, D. (Comp.). *La Reforma Universitaria*. Venezuela: Biblioteca Ayacucho, 1924.

COSTA PINTO, L. A. *La Sociología del Cambio y el Cambio de la Sociología*. Buenos Aires: EUDEBA – Editorial Universitaria de Buenos Aires, 1961.

_____. *Sociologia e desenvolvimento*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1963.

CREYDT, O. *Formación histórica de la nación paraguaya*: Pensamiento y vida del autor. 4. ed. Asunción: Editorial y Librería ServiLibro, 2010 [1963].

CUEVA, A. *O desenvolvimento do capitalismo na América Latina*. São Paulo: Global Ed., 1983.

_____. Sobre exílios y reinos: (Notas) críticas sobre la evolución de la sociología sudamericana. *Revista Estudios Latinoamericanos*, v. 3, n. 4, 1988.

CULLEN, C.; ZAN, J.; DUSSEL, E.; FORNARI, A.; GUILLOT, D.; KINEN, A.; KUSCH, R.; PRO, D.; LA RIEGA, A.; ROIG, A.; SCANNONE, J. *Hacia una filosofia de la liberacion latinoamericana*. Buenos Aires: Editorial Bonum, 1973.

CÚNEO, D. Prólogo: Extensión y Significado de la Reforma Universitaria. In: CÚNEO, Dardo (comp.). *La Reforma Universitaria*. Venezuela: Biblioteca Ayacucho, 1988 [1978].

CUNHA, E. *Os Sertões*. São Paulo: Três, 1984 [1902].

CURIEL PICHARDO, O. Hacia la construcción de un feminismo descolonizado. In: ESPINOSA MIÑOSO, Y.; GÓMEZ CORREAL, D.; OCHOA MUÑOZ, K. (Eds.). *Tejiendo de otro modo: Feminismo, epistemología y apuestas descoloniales en Abya Yala*. Popayán: Editorial Universidad del Cauca, 2014.

DARLING, V. Investigación social y compromiso intelectual: reflexiones sobre la construcción de conocimiento en el Centro de Estudios Latino-Americanos de la UNAM. *Nueva Época*, n. 25, 2010.

DE LA GARZA, M. Prólogo. In: DE LA GARZA, M. (Org.). *Literatura Maya*. Caracas: Biblioteca Ayacucho, 1980.

DE LAS CASAS, B. *Historia de las Indias*. 3 Tomos. Caracas: Biblioteca Ayacucho, 1956 [1552]. Disponível em: <http://www.bibliotecayacucho.gob.ve/fba/index.php?id=97&tt_products=109>; <http://www.bibliotecayacucho.gob.ve/fba/index.php?id=97&tt_products=110>; <http://www.bibliotecayacucho.gob.ve/fba/index.php?id=97&tt_products=111>.

DELLA PORTA, D.; DIANI, M. *Social Movements: an introduction*. Sidney: Blackwell Publishing, 2006.

DESCARTES, R. *Discurso do método* (tradução Maria Ermantina Galvão). São Paulo: Martins Fontes, 1996 [1637].

DESSALINES, J. J. *Discurso de Proclamação da Independência Haitiana*. Haiti: 1804.

DEVÉS VALDÉS, E. *El pensamento latino-americano en el siglo XX – Tomo II*. Desde la CEPAL al neoliberalismo (1950-1990). Editorial Biblos: Centro de Investigaciones Diego Barros Arana, 2003.

DIAS, E. *História das lutas sociais no Brasil*. 2. ed. São Paulo: Alfa-Omega 1977 [1961].

DILTHEY, W. *A construção do mundo histórico nas ciências humanas* (tradução Marco Casanova). São Paulo: Editora UNESP, 2010 [1905].

DOIMO, A. M. *A vez e a voz do popular*. Rio de Janeiro: ANPOCS/Relume Dumará, 1995.

DOMINGUES, J. M. *Teorias Sociológicas no século* XX. 3. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008a.

_____. *A Sociologia de Talcott Parsons*. 2. ed. São Paulo: Annablume, 2008b.

DUBEUX, A.; MEDEIROS, A.; SANTOS, S.; VILAÇA, M. (orgs). *A construção de conhecimentos em economia solidária: sistematização de experiências no chão de trabalho e da vida no Nordeste*. Recife: F&A Gráfica, 2012.

DURKHEIM, É. *Divisão do Trabalho Social*. Tradução: Eduardo Brandão. 2ª ed. São Paulo: Martins Fontes, 1999 [1893].

_____. *As Regras do Método Sociológico*. Tradução: Paulo Neves. 3ª ed. São Paulo: Martins Fontes, 2007 [1895].

_____. *Le suicide*. Paris: Quadrige/Puf, 2004 [1897].

_____. Determinação do Fato Moral. In: _____. *Sociologia e Filosofia*. Rio de Janeiro: Forense, 1970 [1906].

_____. *Ciência social e ação*. São Paulo: DIFEL – Difusão Editorial, 1975.

_____. La philosophie dans les Universités Allemandes, 1886-87. In: *Textes 3. Functions sociales et institutions*. Paris: Ed. de Minuit, 1975.

_____. *Lições de Sociologia*: a Moral, o Direito e o Estado. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo,1983 [1934].

DUSSEL, E. *Teología de la liberación*: un panorama de su desarrollo. Ciudad de México: Potrerillos Editores, 1995.

_____. Europa, modernidad y eurocentrismo. In: LANDER, E. (Org.). *La Colonialidad del Saber*: eurocentrismo y Ciencias Sociales. Perspectivas Latinoamericanas. Buenos Aires: CLACSO, 2000.

EVERS, T. Identidad, a face oculta dos novos movimentos sociais. *Novos Estudos CEBRAP*, v. 2, n. 4, 1984.

EYERMAN, R.; JAMISON, A. *Social Movements:* a cognitive approach. Pennsylvania State: University Press, 1991.

FALS BORDA, O. *La subversión en Colombia: el cambio social en la historia*. 4ª ed. Bogotá: Fundación para la Investigación y la Cultura – FICA/ Centro Estratégico de Pensamiento Alternativo – CEPA, 2008 [1967].

_____. *Las revoluciones inconclusas en América Latina (1809-1968) em 1968*. 5 ed. Ciudad de México: Siglo Veintiuno, 1975 [1968].

_____. *Ciencia propria y colonialismo intelectual*. Bogotá: Carlos Valencia Editores, 1987 [1970].

_____. La crisis, el compromiso y la ciencia. In: MONCAYO, V. M. *Una sociología sentipensante para América Latina*. Bogotá: Siglo del Hombre Editores y Clacso, 2009 [1970].

_____. Reflexiones sobre la aplicación del método de estudio-acción en Colombia. *Revista Mexicana de Sociologia*, v. 35, n. 1, 1973.

_____. *Por la praxis*: el problema de cómo investigar la realidad para transformala. Bogotá: Ediciones Tercer Mundo, 1978.

_____. La superación del eurocentrismo – Manifiesto por la ciencia. In: FALS BORDA, O. *Socialismo raizal y ordenamiento territorial*. Bogotá: Ediciones Desde Abajo, 2013.

_____. En torno al poder popular y la IAP. In: HERRERA FARFÁN, N. A.; LÓPEZ GUZMÁN, L. (Comp.). *Ciencia, compromiso y cambio social:* textos de Orlando Fals Borda. 1. ed. Buenos Aires: El colectivo Lanzas y Letras – Extensión Libros, 2012.

FANON, F. *Sociología de una revolución*. México: Ediciones Era, 1976 [1959].

_____. Peau noire, masques blancs. In: FANON, F. *Oeuvres - Frantz Fanon*. Paris: Éditions La Découverte, 2011 [1952].

_____. *Os condenados da terra*. 2. ed. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 1979 [1961].

FÁVERO, O. *MEB – Movimento de Educação de Base*: primeiros tempos 1961-1966. In: V ENCONTRO LUSO-BRASILEIRO DE HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO. Évora (Portugal), 2004.

FEDERICI, S. *Calibán y la bruja: mujeres, cuerpo y acumulación originaria*. Madrid: Traficantes de Sueños/Queimada Gráficas, 2010.

FERNANDES, F. *Significado do protesto negro*. São Paulo: Cortez, 1989.

_____. A sociedade de classes e o subdesenvolvimento. São Paulo: Editora Zahar, 1968.

_____. Prefácio à edição brasileira. In: NASCIMENTO, A. *O genocídio do negro brasileiro*: processo de um racismo mascarado. 2. ed. São Paulo: Perspectiva, 2017.

_____. Apresentação. In: LENIN, V. I. *Que fazer?*: as questões palpitantes do nosso movimento. São Paulo: Editora Hucitec, 1978.

FLOREZ-FLOREZ, J. Lectura no eurocéntrica de los movimientos sociales latinoamericanos: las claves analíticas del proyecto modernidad/colonialidad. In: CASTRO-GÓMEZ, S.; GROSFOGUEL, R. (Eds.). *El giro decolonial*: reflexiones para una diversidad epistémica más allá del capitalismo global. Bogotá: Siglo del Hombre Editores, 2007.

FOWERAKER, J. *Theorizing social movements*. London: Pluto Press, 1995.

FREDERICO, C. A sociologia da literatura de Lucien Goldmann. *Estudos Avançados*, v. 19 n. 54, 2005.

FREIRE, P. *Educação e atualidade brasileira*. Recife: Universidade Federal do Recife (Tese de concurso público para a cadeira de História e Filosofia da Educação da Escola de Belas Artes de Pernambuco), 1959.

_____. *Educação como prática da liberdade*. 5. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1975.

_____. *Cartas à Guiné-Bissau*: registros de uma experiência em processo. 3. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.

_____. *Extensão ou comunicação?* 8. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983.

_____. *Pedagogia do oprimido*. 17. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

_____. *Pedagogia da autonomia*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2004.

FREYRE, G. *Casa grande e senzala*. 52. ed. São Paulo: Saraiva, 2013.

FRONDIZI, S. *La revolución cubana:* su significación histórica. Montevideo: Ciencias Políticas, 1960.

FUENTES, M.; GUNDER FRANK, A. Dez teses acerca dos movimentos sociais. *Lua Nova*, n. 17, 1989.

GAJARDO, M. *Pesquisa participante na América Latina*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1986.

GALTUNG, J. Los factores socioculturales y el desarollo de la sociología en América Latina. *Revista Latinoamericana de Sociología*, v. 1, n. 1, p. 72-101, 1965.

_____; GOLDSTEIN, D.; SELSER, G. et al. Imperialismo y Ciencias Sociales: la penetración de las fundaciones norte-americanas y la compra-venta de (algunos) intelectuales latino-americanos. *Revista Referencias*, 1970.

GAMSON, W. et al. *Encounters with unjust authorities*. Homewood: The Dorsey Press, 1982.

GARCÍA LINERA, A. *Sociología de los movimientos sociales en Bolívia*: estructuras de mobilización, repertórios culturales y acción política. Bolívia: Plural Editores, 2008.

_____. *La potencia plebeya*: acción colectiva e identidades indígenas, obreras y populares en Bolívia. Buenos Aires: Prometeo Libros, 2008.

GARGALLO, F. Feminismo latinoamericano. *Revista Venezolana de Estudios de la Mujer*, v. 12, n. 28, 2007.

_____. El feminismo filosófico. In: DUSSEL, E.; MENDIETA, E.; BOHÓRQUEZ, C. (Eds). *El pensamiento filosófico latinoamericano*, del *Caribe y latino (1300-2000)*. Ciudad de México: Siglo XXI Editores, 2009.

GARRETÓN, M. A. *Cambios sociales, actores y acción colectiva en America Latina*. Nações Unidas – CEPAL – División de Desarrollo Social. Chile, 2001

GENTILI, P. Una verguenza menos, una libertad más: la Reforma Universitaria em clave de futuro. In: SADER, E.; GENTILI, P.; ABOITES, H. (Comp.). *La reforma universitária*: desafios y perspectivas noventa años después. 1. ed. Buenos Aires: Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales – CLACSO, 2008.

GERAS, N. Essência e aparência: aspectos da análise da mercadoria em Marx. In: COHN, G. (Org.). *Sociologia: para ler os clássicos*. Rio de Janeiro: Livros Técnicos e Científicos, 1977.

GERMANI, G. *La sociología en América Latina:* problemas y perspectivas. Buenos Aires: Eudeba, 1964.

_____. *Política y sociedad en una época de transición*. Buenos Aires: Eudeba, 1965.

GIARRACCA, N. *Notas metodológicas*: "experiencia de investigación" desde lugares diferentes (Algunas reflexiones acerca del intelectual comprometido). Cuando hasta las piedras se levantan. Oxaca: Grupo de Estudio de los Movimientos Sociales de America Latina, 2006.

GIDDENS, A. *Política, sociologia e teoria social*: encontros com o pensamento social clássico e contemporâneo. Traduzido por Cibele Saliba Rizek. São Paulo: Unesp, 1998.

GILLY, A. *Los sindicatos guerrilleros del Perú*. Montevideo: Marcha, 1963.

_____. *La revolución interumpida*. México: Ediciones Era, 1994.

GOHN, M. G. *Teorias dos Movimentos Sociais*: paradigmas clássicos e contemporâneos. São Paulo: Edições Loyola, 1997.

_____. *Novas teorias dos Movimentos Sociais*. São Paulo: Edições Loyola, 2008.

GOLDMANN, L. *Ciências Humanas e Filosofia*: que é a sociologia? 3. ed. São Paulo: Dif. Européia do Livro, 1972.

_____. *Dialética e cultura*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

GONZALEZ, L. Racismo e sexismo na cultura brasileira. In: MACHADO DA SILVA et al. *Movimentos sociais urbanos, minorias étnicas e outros estudos*. Brasília: ANPOCS, 1983.

_____. A categoria político-cultural de amefricanidade. *Tempo Brasileiro*. Rio de Janeiro, n. 92/93, p. 69-82, 1988b.

_____. Por um feminismo afrolatinoamericano. *Revista ISIS Internacional*, n. 9, 1988a.

GOUGES, O. *Declaração dos Direitos da Mulher e da Cidadã*. 1791. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/interthesis/article/viewFile/911/10852>. Acesso: 10 nov. 2014.

GRABMANN, M. *Filosofía medieval*. Barcelona: Editorial Labor, 1928.

GRACIARENA, J. Algunas consideraciones sobre la cooperación internacional y el desarrollo reciente de la investigación sociológica em América Latina. *Revista Latinoamericana de Sociología*. v. 1, n. 2, 1965.

_____. *Poder y clases sociales en el desarrollo de América Latina*. Buenos Aires: Paidós, 1967.

_____. Creación intelectual, estilos alternativos de desarrollo y futuro de la civilización industrial. In: CASANOVA, P. G. (Coord.). *Cultura y creación intelectual em América Latina*. Habana: Edicion Revolucionaria, 1991.

_____. Universidad, Inteligencia e Ideologia: en torno a algunas ideas de José Medina Echavarría. In: CARDOSO, F. H.; FALETTO, E.; GRACIARENA, J.; WOLFE, M. *Medina Echavarría y la sociología latino-americana*. Madrid: Ediciones Cultura Hispanica del Instituto de Cooperación Iberomaricana, 1982.

GRAMSCI, A. *Cuadernos de la cárcel*: el materialismo histórico y la filosofia de Benedetto Croce. Ciudad de México: Ediciones Juan Pablos, 2001.

_____. O moderno princípe. In: _____, *Maquiavel, a política e o Estado moderno*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1968.

_____. *Cadernos do cárcere. Volume 2. Os Intelectuais. O princípio educativo. Jornalismo.* Tradução de Carlos Nelson Coutinho. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.

_____. *Cadernos do cárcere. Volume 3*. 3. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

GRÜNER, E. Leituras culpadas: marx(ismos) e a práxis do conhecimento. In: BORÓN, A.; AMADEO, J.; GONZÁLEZ, S. (Orgs.). *A teoria marxista hoje: problemas e perspectivas*. São Paulo: Expressão Popular, 2007.

GUASH, O. Observação participante. *Cuadernos Metodológicos*, n. 20 – 1. ed, Madrid – Espanha: EFCA S.A, 1997.

GUEDES PINTO, J. B. Metodologia, teoria do conhecimento e pesquisa-ação. In: DUQUE-ARRAZOLA, L. S.; THIOLLENT, M. J. M. (Orgs.). *Belém*: UFPA, Instituto de Ciências Sociais Aplicadas, 2014.

GUERRA, R. *Azúcar y poblacióon en las Antillas*. Madri: Cultural, 1935.

GUEVARA, E. *La guerra de guerrillas.* 1960. Disponível em: <http://www.librodot.com>. Acesso em: 20 out. 2013.

_____. Notas para o estudo da ideologia da revolução cubana. In: _____. *Política*. São Paulo: Ática, 1981.

_____. O que deve ser um jovem comunista. In: _____. *Política.* São Paulo: Ática, 1981.

_____. O socialismo e o homem em Cuba. In: _____. *Política*. São Paulo: Ática, 1981.

GUIDON, N. As ocupações pré-históricas do Brasil. In: CARNEIRO DA CUNHA, M. *História dos índios no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

HABERMAS, J. New social movements. *Telos* – Critical Theory of the Contemporary, n. 49, p. 33-37, 1981.

HABIB, A.; OPOKU-MENSAH, P. Speaking to global debates through a national and continental lens: South African and African social movements in comparative perspective. In: ELIS, S.; KESSEL, I. *Movers and shakers*: social movements in Africa. Boston: Leiden, 2009.

HAGUETTE, T. M. F. *Metodologia qualitativas na sociologia*. 13. ed. Petropólis: Ed. Vozes, 2011.

HARDING, S. *?Existe un método feminista?* Bloomington: Indiana University Press, 1987.

HARNECKER, M. *Memória oral y educación popular, reflexiones metodológicas*: entrevista realizada a Marta Harnecker. 1994. Disponível em: <http://www.rebelion.org/docs/92119.pdf>. Acesso em: 30 jan. 2016.

HARVEY, D. *A produção capitalista do Espaço*. São Paulo: Annablume, 2005.

HAYA DE LA TORRE, V. R. La Reforma Universitaria y la Realidad Social. In: CÚNEO, D. (Comp.). *La reforma universitaria*. Venezuela: Biblioteca Ayacucho, 1925.

_____. *El anti-imperialismo y el APRA.* Santiago: Ediciones Ercilla, 2010.

HEGEL, G. W. F. *Introdução à história da Filosofia*. Tradução António Pinto de Carvalho. Coimbra: Arménio Amado Editor, 1980.

_____. *Textos dialéticos*. Organização: Djacir Menezes. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1969.

_____. *Ciência da Lógica*. 1. Doutrina do Ser. São Paulo: Editora Vozes, 2016.

HEIDEGGER, M. *Que é isto – a Filosofia?* – Identidade e Diferença. Tradução Ernildo Stein. São Paulo: Livraria Duas Cidades, 1971.

HENAULT, M.; LARGUÍA, I.; MORTON, P. *Las mujeres dicen basta*. Buenos Aires: Nueva mujer, 1971.

HOFFMANN, H. *Como planejar nosso desenvolvimento?* Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1963.

HOFMANN, W. *A história do pensamento do movimento social dos séculos 19 e 20*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1984.

HORKHEIMER, M. Teoria tradicional e teoria crítica. In: LOPARIC; ARANTES (Org.). *Filosofia e Teoria Crítica, Os Pensadores XLVIII*. São Paulo: Editor Victor Civita, 1975.

HOROWITZ, I. *Ascensão e queda do Projeto Camelot*. Civilização Brasileira, 1969.

HUBERMAN, L. *História da riqueza do homem*. 14. ed. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1978.

HUME, D. *Investigação acerca do entendimento humano*. São Paulo: Nova Cultura, 1992.

HUSSERL, E. *Conferências de Paris*. Disponível em: <http://www.lusosofia.net/textos/husserl_conferencias_de_paris.pdf>. Acesso em: 20 jul. 2015.

_____. *A filosofia como ciência de rigor*. Coimbra: Atlântida, 1952.

IANNI, O. *Estado e capitalismo*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1965.

_____. *Sociologia da Sociologia Latino-americana*. 2. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1976.

INGENIEROS, J. *Anti-imperialismo y Nación*. Ciudad de México: Siglo XXI, 1979.

JACOBI, P. Movimentos Sociais Urbanos no Brasil: Reflexão sobre a literatura nos anos 70 e 80. *BIB*, n. 23, p. 18-34, 1987.

JAGUARIBE, H. *Desenvolvimento Econômico e Desenvolvimento Político*: uma abordagem teórica e um estudo do caso brasileiro. 2ª ed. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra, 1972.

_____. *O nacionalismo na atualidade brasileira*. Brasília: FUNAG, 2013.

JAMES, C. L. R. *Los jacobinos negros*. La Habana: Fondo Editorial Casa de las Américas, 2010.

JARA, O. *Para sistematizar experiências*. 2. ed. Rev. Brasília: MMA, 2006. Disponível em: <http://www.mma.gov.br/estruturas/168/_publicacao/168_publicacao30012009115508.pdf>. Acesso em: 07 jan. 2016.

_____. *La concepción metodológica dialéctica, los métodos y las técnicas participativas en la Educación Popular*. Costa Rica: Centro de Estudios y Publicaciones ALFORJA, 2008.

_____. Sistematización de experiencias y las corrientes innovadoras del pensamiento latino-americano. *Diálogo de Saberes*, n. 3, 2009.

_____. *La aplicación del método dialéctico en la investigación participativa y en la educación popular*. s/d. Disponível em: <http://www.ts.ucr.ac.cr/binarios/pela/pl-000476.pdf>. Acesso em: 06 jan. 2016.

JASPER, J. M. The emotions of protest: affective and reactive emotions in and around Social Movements. *Sociological Forum*, v. 13, n. 3, p. 397-424, 1998.

JOBET, J. C. *Luis Emilio Recabarren: los orígenes del movimento obrero y del socialismo chilenos*. Santiago: Prensa Latinoamericana, 1955.

JULIÃO, F. *Que são as Ligas Camponesas?* Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1962.

KANT, I. *Crítica da razão pura*. Tradução: Fernando Costa Mattos. Rio de Janeiro: Vozes, 2012.

KAUCHAKJE, S. *Movimentos sociais na academia*: um olhar sobre as teses e dissertações produzidas na UNICAMP e USP entre 1970-1995. Tese (Doutorado em Educação) - Faculdade de Educação, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1997.

KILLIAN, L. Social Movements. In: FARRIS, R. E. (Ed.), *Handbook of modern sociology*. Chicago: Rand McNally, p. 426–45, 1964.

KLANDERMANS, B; ROGGEBAND, C. *Handbook of social movements across disciplines*. New York: Springer, 2007.

KOHAN, N. *De Ingenieros al Che*: ensayos sobre el marxismo argentino y latinoamericano. Buenos Aires: Biblos, 2000.

KOSÍK, K. *Dialética do Concreto*. 2. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976.

KOWARICK, L. Movimentos sociais urbanos no Brasil contemporâneo: uma análise da literatura. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, n. 1, v. 3, 1987.

KOYRÉ, A. *Estudos de história do pensamento filosófico*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1991.

KUHN, T. S. *A estrutura das revoluções científicas*. São Paulo: Editora Perspectiva, 2001.

LACAYO, F. J. La investigación participativa en el contexto de la Educación de Adultos en Nicarágua. In: VEJARANO, G. *La investigación participativa en América Latina*: antologia. Michoacán, México: CREFAL, 1983.

LACLAU, E.; MOUFFE, C. *Hegemonia e estratégia socialista*: por uma política democrática radical. São Paulo: Intermeios, 2015.

LANDER, E. Ciencias Sociales: saberes coloniales e eurocéntricos. In: LANDER, E. (Org.). *La Colonialidad del Saber*: Eurocentrismo y Ciencias Sociales. Perspectivas Latinoamericanas. Buenos Aires: CLACSO, 2000.

LANZ, R. *Marxismo y Sociología*: para uma crítica de la sociología marxista. Ed. Fontamara, 1981.

LARA, J. B.; LÉON, T. C.; GARCÍA, D. L. L. *Cuba – Las mujeres en la insurrección 1952-1961*. La Habana: Editorial Félix Varela, 2012.

LARGUÍA, I.; DUMOULIN, J. *Hacia una ciencia de la liberación de la mujer*. Barcelona: Editora Anagrama, 1976.

LE BON, G. *The crowd. A study of the popular mind*. New York: Macmillan, 1896.

LEHER, R. Capitalismo dependiente y Educación: propuestas para la problemática universitária. In: LEHER, R. (Coord.). *Por uma reforma radical de las universidades latinoamericas*. Rosario: Homo Sapiens Ediciones, 2010.

LENIN, V. I. *Que fazer? As questões palpitantes do nosso movimento*. São Paulo: Editora Hucitec, 1978.

_____. *Materialismo e Empiriocriticismo: notas críticas sobre uma filosofia reacionária*. Lisboa: Edições Avante!, 1982.

_____. *Las tres fuentes y las tres partes integrantes del marxismo*. In: Obras Escogidas. Tomo 1. URSS: Editorial Progresso, 1979.

_____. *Carlos Marx: breve esbozo biográfico com uma exposicion del marxismo*. In: Obras Escogidas. Tomo 1. URSS: Editorial Progresso, 1979.

_____. *Cuadernos Filosóficos*. Buenos Aires: Ediciones Estudio, 1972.

LEÓN-PORTILLA, M. *Visión de los vencidos*. México: UNAM, 1959.

_____. Introducción general. In: LÉON-PORTILLA, M. (Org.). *Literatura del México antiguo*. Caracas: Biblioteca Ayacucho, 1978.

LOCKE, J. *Ensaio acerca do entendimento humano*. São Paulo: Nova Cultural, 1999.

LÖWY, M. Marxismo e cristianismo na América Latina. *Lua Nova - Revista de Cultura e Política*, n. 19, 1989.

_____. *As aventuras de Karl Marx contra o Barão de Münchhausen*: marxismo e positivismo na sociologia do conhecimento. São Paulo: Editora Cortez, 1994.

LUGONES, M. Rumo a feminismo descolonial. *Estudos Feministas*, v. 22, n. 3, p. 935-952, 2014.

_____. Colonialidad y género. In: MIÑOSO ESPINOSA, Y.; CORREAL GÓMEZ, D.; OCHOA MUÑOZ, K. (Eds.). *Tejiendo de otro modo*: Feminismo, epistemología y apuestas descoloniales en Abya Yala. Popayán: Editorial Universidad del Cauca, 2014b.

LUKÁCS, G. *História e consciência de classe*: estudos sobre a dialética marxista. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

LUXEMBURGO, R. *Reforma ou Revolução?* São Paulo: Expressão Popular, 1999.

LYNCH, C. E. C. Por que pensamento e não teoria? A imaginação político-social brasileira e o fantasma da condição periférica (1880-1970). *DADOS – Revista de Ciências Sociais*, Rio de Janeiro, v. 56, n. 4, p. 727 a 767, 2013.

MACHADO DA SILVA, L. A.; ZICCARDI, A. Notas para uma discussão sobre "movimentos sociais urbanos". In: MACHADO DA SILVA et al. *Movimentos sociais urbanos, minorias étnicas e outros estudos*. Brasília: ANPOCS, 1983.

MALDONADO-DENIS, M. Sobre el uso y abuso de las ciências sociales: el caso del proyecto Camelot. *Revista de Ciencias Sociales*, n. 4, 403-416, 1996.

_____. El colonialismo, la cultura y la creación intelectual. In: CASANOVA, P. G. (Coord.). *Cultura y creación intelectual em América Latina*. La Habana: Edicion Revolucionaria, 1991.

MALO, M. Prólogo. In: VVAA. *Nociones comunes*: experiencias y ensayos entre investigación y militancia. Madrid: Traficantes de Sueños, 2004.

MANNHEIM, K. *Ideologia e utopia.* Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1976.

MARCOS, S. Discurso del subcomandante insurgente Marcos. Caracol de La Garrucha. *Revista Rebeldía,* 2008.

MARIÁTEGUI, J. C. *La Escena Contemporánea*. Biblioteca Virtual Universal. Editorial del Cardo: 2010 [1925]. Disponível em <www.biblioteca.org.ar/libros/142471.pdf>.

_____. ?Existe un pensamiento hispanoamericano? In: *Escritos Fundamentales*. Avellaneda: Acercandonos Editorial, 2008a [1925].

_____. *Sete ensaios de interpretação da realidade peruana*. São Paulo: Expressão Popular, CLACSO, 2008b [1928].

_____ . A crise da universidade: crise de professores e crise de ideias. In: NOVAES, H.T. (2012). *Reatando um fio interrompido*: a relação universidade-movimentos sociais na América Latina. São Paulo: Expressão Popular. Publicado originalmente na Revista Claridad, año I, n. 2, p. 3/4, 1928.

_____. *Por um socialismo indo-americano: ensaios escolhidos*. 2. ed. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2011.

MARIGHELLA, C. *Manual do guerrilheiro urbano.* Disponível em: <https://www.documentosrevelados.com.br/wp-content/uploads/2015/08/carlos-marighella-manual-do-guerrilheiro-urbano.pdf>. Acesso em: 04 fev. 2017.

MARINHO, L. C. A CEPAL e a teoria do desenvolvimento na América Latina. In: PEDRÃO, F. (Org.). *O pensamento da CEPAL*. Salvador: Iamá, 1988.

MARINI, R. M. *Subdesarrollo y revolución*. México: Siglo Veintiuno Editores, 1974.

_____. *Os movimentos estudantis*. 1970. Disponível em: <http://www.marini-escritos.unam.mx/pdf/038_movimentos_estududiantis.pdf>. Acesso: 26 nov. 2016.

_____. *Antecedentes para el estudio del movimiento de masas en el período*. Documentos Internos. Comité Central-Comisión Política del MIR de Chile, 1972.

_____. *Acerca de la universidad latinoamericana*. Entrevista. 1973. Disponível em: <http://www.marini-escritos.unam.mx/333_universidad_latinoamericana.html>. Acesso em: 10 dez. 2015.

_____. Dialética da dependência. In: STÉDILE, J. P.; TRASPADINI, R. *Ruy Mauro Marini*: Vida e Obra. São Paulo: Expressão Popular, 2005.

_____. Sobre la táctica y la estrategia del MIR. Frankfurt, Alemania Federal, abril de 1974 [PDF], documento publicado en el *Correo de la Resistencia*, n. 1, 1974 [PDF], versión islandesa, agosto de 1974.

_____; SPELLER, P. *A Universidade Brasileira*. 1977. Disponível em: <http://www.marini-escritos.unam.mx/pdf/053_universidade_brasileira.pdf>. Acesso em: 16 nov. 2014.

_____. *La crisis teórica*. 1993. Disponível em: <http://www.marini-escritos.unam.mx/081_crisis_teorica.html>. Acesso em: 11 dez. 2015.

_____. Las raíces del pensamiento latinoamericano. In: MARINI, R. M.; MILLÁN, M. (Org.). *La teoria social latinoamericana*. Tomo I. México: Ediciones El Caballito, 1994a.

_____. *La Sociología latinoamericana*: origen y perspectivas. 1994b. Disponível: <http://www.marini-escritos.unam.mx/>. Acesso: 10 mai. 2013.

MARTÍ, J. *Mi Raza.* 1893. Disponível em: <http://www.biblioteca.org.ar/libros/656489.pdf>. Acesso em: 10 out. 2016.

_____. Obras completas. Disponível em: <http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/ar/libros/marti/marti.html>. Acesso em: 25 nov. 2015.

MARX, K. *Manuscritos econômico-filosóficos*. Tradução de Jesus Ranieri. São Paulo: Boitempo, 2004.

_____; ENGELS, F. *A ideologia alemã*. São Paulo: Boitempo, 2007.

_____. *Miséria da Filosofia*: resposta à Filosofia da Miséria, do Sr. Proudhon. Tradução e Introdução de José Paulo Netto. São Paulo: Livraria Editora Ciências Humanas, 1982.

_____. *O Manifesto Comunista*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1998.

_____. *O dezoito brumário de Luís Bonaparte*. In: A revolução antes da revolução. 1. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2008.

_____. *Grundrisse*: manuscritos econômicos de 1857-1858: esboços da crítica da economia política. São Paulo: Boitempo; Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 2011.

_____. Prefácio. In: *Para a crítica da economia política; Salário, preço e lucro; O rendimento e suas fontes*: a economia vulgar. São Paulo: Abril Cultural, 1982.

_____. *O Capital.* Tomo 1. São Paulo: Boitempo, 2013.

_____. *Formações econômicas pré-capitalistas*. Introdução de Eric Hobsbawn. Tradução: João Maia. São Paulo: Paz e Terra, 1991.

MARTINS, C. E. CESO. *Enciclopédia Latino-americana*. 2006. Disponível em: http://latinoamericana.wiki.br/verbetes/c/ceso. Acesso em: 09 de jun. 2017.

McADAM, D.; TARROW, S.; TILLY, C.. Para mapear o confronto político. *Lua Nova*, n. 76, p. 11-48, 2009.

McCARTHY, J.; ZALD, M. Resource mobilization and social movements. *American Journal of Sociology*, n. 82, p. 1212-1241, 1977.

MEAD, G. H. *Espiritu, persona y sociedad* – desde el punto de vista del conductismo social. Buenos Aires: Editorial Paidos, 1970.

MEB – MOVIMENTO DE EDUCAÇÃO DE BASE (1961). *Documentos de Roma*. Rio de Janeiro: MEB, 1961. mimeo.

MEDINA ECHAVARRÍA, J. *Consideraciones sociológicas sobre el desarrollo económico de América Latina*. Buenos Aires: Solar/Hachette, 1964.

_____. *Filosofia, educación y desarrollo*. México: Siglo Veintiuno, 1967.

MEJÍA, J. M. En torno a investigación y práxis en el Perú. SIMPÓSIO MUNDIAL DE CARTAGENA - *Crítica y política en ciencias sociales*: el debate sobre teoría y práctica. Tomo I. Bogotá/Colômbia: Punta de Lanza, 1978.

MELLA, J. A. ? Puede ser un hecho la Reforma Universitaria? In: SADER, E.; GENTILI, P.; ABOITES, H. (Comp.). *La reforma universitária*: desafios y perspectivas noventa años después. 1. ed. Buenos Aires: Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales – CLACSO, 2008.

_____. Tres aspectos de la Reforma Universitaria. In: CÚNEO, D. (Comp.). *La Reforma Universitaria*. Venezuela: Biblioteca Ayacucho, p. 269-271, 1925.

MELUCCI, A. *A invenção do presente*: movimentos sociais nas sociedades complexas. Tradução: Maria do Carmo Alves do Bomfim. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 2001 [1982].

_____. Um objetivo para os movimentos sociais? *Lua Nova*, n. 17, 1989.

MERTON, R. K. *Sociologia*: Teoria e Estrutura. São Paulo: Ed. Mestre Jou, 1968.

MÉSZÁROS, I. *A teoria da alienação em Marx*. Tradução de Isa Tavares. São Paulo: Boitempo, 2006.

_____. *Estrutura social e formas de consciência*: a determinação social do método. São Paulo: Boitempo, 2011.

MIES, M. *Patriarchy & Accumulation on a World Scale*: women in the international division of labour. London: Zed Books Ltda, 1998.

MIÑOSO, Y.; CORREAL, D.; MUÑOZ, K. Introducción. In: MIÑOSO, Y.; CORREAL, D.; MUÑOZ, K. *Tejiendo de otro modo:* Feminismo, epistemología y apuestas descoloniales en Abya Yala. Popayán: Editorial Universidad del Cauca, 2014.

MIRANDA, M. A. T. Vamos nacionalizar a indústria farmacêutica? Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, *Coleção Cadernos do povo brasileiro*, v. 11, 1963.

MOLANO, A. Introducción. SIMPÓSIO MUNDIAL DE CARTAGENA - *Crítica y política en ciencias sociales*: el debate sobre teoría y práctica (1978). Tomo I. Bogotá/Colômbia: Punta de Lanza, 1978.

MONTEIRO, S. Como atua o imperialismo ianque? Rio de Janeiro: Civilização Brasileira. *Coleção Cadernos do povo brasileiro*, v. 12, 1963.

MOORE, C. Negro sou, Negro ficarei!: A negritude segundo Aimé Césaire. In: CÉSAIRE, A. *Discurso sobre a Negritude*. Belo Horizonte: Nandyala, 2010.

_____. *Racismo e sociedade*: novas bases epistemológicas para entender o racismo. Belo Horizonte: Mazza Edições, 2007.

MORAES, M. L. Q. Prefácio. In: WOLLSTONECRAFT, M. *Reivindicação dos direitos da mulher*. Tradução: Ivania Pocinho Motta. São Paulo: Boitempo, 2016.

MOTTA, S. Notes towards prefigurative epistemologies. In: MOTTA, S.; GUNVALD, A. N. *Social Movements in the global south*: dispossession, development and resistance. Rethinking International Development, 2011.

MOURA, C. *Rebeliões da senzala:* quilombos, insurreições, guerrilhas. São Paulo: Zumbi, 1959.

_____. *A Sociologia posta em questão*. São Paulo: Livraria e Editora Ciências Humanas Ltda, 1978.

_____. *Os quilombos e a rebelião negra.* São Paulo: Editora Brasiliense, 1987.

NASCIMENTO, A. *O genocídio do negro brasileiro: processo de um Racismo Mascarado*. 2. ed. São Paulo: Perspectiva, 2017.

_____. *Quilombismo*. Panamá: 1980. Disponível em: <http://www.universidadedasquebradas.pacc.ufrj.br/wp-content/uploads/2013/10/Pre-Leitura_QUILOMBISMO.pdf>. Acesso: 01 dez. 2015.

NERUDA, P. *Canto geral*. Rio de Janeiro: Editora Record, 1987.

NETTO, J. P. *Introdução ao estudo do método de Marx*. São Paulo: Expressão Popular, 2011.

NEVES, W. A.; PILÓ, L. B. *O Povo de Luzia: em busca dos primeiros americanos*. São Paulo: Editora Globo, 2008.

NEVEU, É. *Sociología de los Movimientos Sociales*. Barcelona: Hacer Editorial, 2006.

NOGUEIRA, F. M. G. *Ajuda externa para a educação brasileira*: da USAID ao Banco Mundial. Cascavel: EDUNIOESTE, 1999.

NOVAES, H. *Reatando um fio interrompido:* a relação universidade-movimentos sociais na América Latina. São Paulo: Expressão Popular, 2012.

NUN, J. Presentación. *Revista Latinoamericana de Sociología*. Número Especial: La marginalidade em América Latina, v. V, n. 2, 1969.

OBERSCHALL, A. *Social conflict and social movements*. Englewood Cliffs: Prentice-Hall, 1973.

OLIVEIRA, F. Que é a revolução brasileira? Rio de Janeiro: Civilização Brasileira. *Coleção Cadernos do povo brasileiro*, v. 9, 1963.

OLIVEIRA, R. D.; OLIVEIRA, M. D. Pesquisa Social e Ação Educativa. In: BRANDÃO, C. R. *Pesquisa participante*. 3. ed. São Paulo: Editora Brasiliense, 1983.

OLSON, M. *La lógica de la Acción Colectiva*. México: LIMUSA, 1992 [1965].

OSORIO, J. La construcción (o desconstrucción) de América Latina como problema teórico. *Política y Cultura*, n. 8, p. 297-317, 1997.

_____. *Crítica de la economia vulgar*: reproducción del capital y dependencia. México: Universidad Autónoma de Zacatecas, 2004.

_____. *O Estado no centro da mundialização*: a sociedade civil e o tema do poder. São Paulo: Outras Expressões, 2014.

_____. Dialéctica, negatividad y totalidad. In: *Estado, reproduccion del capital y lucha de clases*. IIEc, UNAM, México, 2014b.

_____. Palestra ministrada no curso de aprofundamento da Teoria Marxista da Dependência, 2015.

_____. Sistema Mundial e Formas de Capitalismo: A teoria marxista de dependência revisitada. *Revista Direito & Práxis*, v. 7, n. 1, 2016.

PAOLI, M. C.; SÁDER, E.; SILVA TELLES, V. Pensando a classe operária: os trabalhadores sujeitos ao imaginário acadêmico. *Revista Brasileira de História.*

PARRA ESCOBAR, E. *Investigación–acción en la Costa Atlántica:* evaluación de la Rosca, 1972–1974. Cali: FUNCOP, 1983.

PARSONS, T. *El sistema social*. 1951. Disponível em: <http://members.multimania.co.uk/apuntesdesociologia/archivos/parsons1.pdf>. Acesso em: 03 jul. 2015.

_____. *Sociedades:* Perspectivas Evolutivas e Comparativas. São Paulo: Livraria Pioneira Editora, 1969.

_____. *O sistema das sociedades modernas*. São Paulo: Pioneira, 1974.

_____. Cidadania plena para o americano negro? Um problema sociológico. 1965. Disponível em: <http://www.anpocs.org.br/portal/publicacoes/rbcs_00_22/rbcs22_03.htm >. Acesso em: 1 mar. 2013.

PERRUSO, M. A. *Em busca do "novo"*: intelectuais brasileiros e movimentos populares nos anos 1970. São Paulo: Annablume, 2009.

PESSANHA, J. A. M. Santo Agostinho – Vida e Obra. In: AGOSTINHO, S. *Confissões*. São Paulo: Nova Cultural, 1999.

PETRAS, J. A metamoforse dos intelectuais latino-americano. *Estudios Latinoamericanos (Novos Rumos)*, n. 5, p. 81-86, 1988.

POPPER, K. *Conjecturas e refutações*. 1963. Disponível em: <https://docs.ufpr.br/~borges/publicacoes/notaveis/Popper.pdf>.

_____. *A lógica da pesquisa científica*. São Paulo: Editora Cultrix, 2001.

POVIÑA, A. *Historia de la sociología latinoamericana*. México: Fondo de Cultura Economica, 1941.

PRADA, M. G. *Nuestros indios*. 1904. Disponível em: <https://www.marxists.org/espanol/gonzalez_prada/indios.htm>. Acesso em: 12 out. 2016.

PRADO JÚNIOR, C. *Formação do Brasil contemporâneo*: Colônia. 12. ed. São Paulo: Brasiliense, 1972 [1942].

_____. *A revolução brasileira*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1968.

PRADO XAVIER, M. E. S. Prefácio. In: NOGUEIRA, F. M. G. *Ajuda externa para a educação brasileira*: da USAID ao Banco Mundial. Cascavel: EDUNIOESTE, 1999.

QUIJANO, A. *El movimiento campesino del Perú y sus líderes en América Latina*, Año VIII, n. 4, 1965.

_____. Los movimientos campesinos contemporáneos en América Latina. In: *Debates Teóricos – OSAL*, 2000.

_____ (2000). Colonialidad del Poder, Eurocentrismo y América Latina. In: LANDER, E. (Org.). *La Colonialidad del saber*: Eurocentrismo y Ciencias Sociales. Perspectivas Latinoamericanas. Buenos Aires: CLACSO.

RAMOS, A. G. *A redução sociológica*. 3. ed. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1996.

_____. *Introdução crítica à sociologia brasileira*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1995.

_____. *A crise do poder no Brasil*: problemas da revolução nacional brasileira. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1961.

_____. *Mito e verdade da revolução brasileira*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1963.

RANIERI, J. *A Câmara escura*: alienação e estranhamento em Marx. São Paulo: Boitempo, 2006.

REBELLATO, J. L. Educación popular y cultura popular. In: BRENES, A. et al (Comp.). *José Luis Rebellato, intelectual radical*: selección de textos. Montevideo: Extensión – Universidad de la República, 2009.

RIBEIRO, D. *A universidade necessária*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1969.

_____. *O Dilema da América Latina*. Petrópolis: Editora Vozes Ltda, 1978.

_____. *Os índios e a civilização*. Petrópolis: Editora Vozes, 1977.

_____. *Confissões*. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.

_____. *Jango e eu*. Rio de Janeiro: Fundação Darcy Ribeiro, 2010.

RIGAL, L. Sobre el sentido y uso de la investigación-acción. SIMPÓSIO MUNDIAL DE CARTAGENA - *Crítica y política en ciencias sociales*: el debate sobre teoría y práctica Tomo I. Bogotá/Colômbia: Punta de Lanza, 1978.

RIVERA CUSICANQUI, S. El potencial epistemológico y teórico de la historia oral: de la lógica instrumental a la descolonización de la historia. *Temas Sociales*, La Paz, n. 2, p. 49-64, 1987.

_____. *Oprimidos pero no vencidos*: luchas del campesinado aymara y Quechwa de Bolivia, 1900-1980. La Paz: HISBO – CSUTCB, 1984.

RODNEY, W. *De cómo Europa subdesarrolló África*. México: Siglo XXI Editores, 1982 [1972].

RODÓ, J. E. *Ariel*. Buenos Aires: Losada, 1996 [1900].

RODRIGUEZ, N.; TOMMASINO, H. Tres tesis básicas sobre extensión y prácticas integrales em la Universidad de la República. *Cuadernos de Extensión nº 1 – Integralidad*: tensiones y perspectivas. Montevideo: UDELAR, 2010.

ROIG, A. La historia de las ideas cinco lustros después. In: ROIG, A. *Historia de las ideas, teoría del discurso y pensamiento latinoamericano*. Santa Fe de Bogotá: Universidad Santo Tomás, 1993.

ROJAS, F. El apego de las ciencias sociales a lo real. SIMPÓSIO MUNDIAL DE CARTAGENA - *Crítica y política en ciencias sociales*: el debate sobre teoría y práctica. Tomo I. Bogotá/Colômbia: Punta de Lanza, 1978.

ROJAS, J. M. *Sobre el compromiso del investigador social*. 2015. Disponível em: http://rosaluxspba.org/es/sobreelcompromiso/. Acesso em: 10 nov. 2015.

ROMERO, F. *Sobre la filosofia en América*. Buenos Aires: Raigal, 1952.

ROMERO, J. L.; ROMERO, L. A. *Pensamiento político de emancipación*. Caracas: Biblioteca Ayacucho, 1975.

ROSSEAU, J. J. *Du Contrat Social*. Paris: Gallimard, 1964.

ROSSI, P. *A ciência e a filosofia dos modernos*: aspectos da Revolução Científica. São Paulo: Editora UNESP, 1992.

SADER, E. Introdução. In: GUEVARA, Ernesto. E. *Che Guevara*: política. São Paulo: Ática, 1981.

SADER, E.; GENTILI, P.; ABOITES, H. (Comp.). *La reforma universitária:* desafios y perspectivas noventa años después. 1. ed. Buenos Aires: Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales – CLACSO, 2008.

SAFFIOTI, H. *A mulher na sociedade de classes*: mito e realidade. Expressão Popular, 2013 [1969].

SAHLINS, M. *The Original Affluent Society*. 1972. Disponível em: https://www.google.com.br/url?sa=t&rct=j&q=&esrc=s&source=web&cd=3&ved=0ahUKEwi6ksT5zITUAhXBFJAKHYVIA4gQFgg1MAI&url=https%3A%2F%2Fwe.riseup.net%2Fassets%2F231855%2FMarshall%2BSahlins%2BSociedade%2Bafluente%2Boriginal.pdf&usg=AFQjCNF7iC7dgSbEYF20IwlCxuP9UBaviA&sig2=ofbh8Q3Sozjtu8lYBwq_ZA&cad=rja. Acessado em 22 mai. 2017.

SÁNCHEZ VÁSQUEZ, A. *Ética*. 17. ed. RJ: Civilização Brasileira, 1997.

_____. *Filosofia da Práxis*. São Paulo: Expressão Popular, 2007.

SANDOVAL, S. *Os trabalhadores param*. São Paulo: Editora Ática, 1994.

SANDRONI, P. Comentário ao artigo de James Petras intitulado "La divergência entre el trabajo científico y la acción política". SIMPÓSIO MUNDIAL DE CARTAGENA - *Crítica y política en ciencias sociales*: el debate sobre teoría y práctica (1978). Tomo I. Bogotá/Colômbia: Punta de Lanza, 1978.

SANTOS, T. *Quais são os inimigos do povo?* Rio de Janeiro: Civilização Brasileira. Coleção Cadernos do povo brasileiro, v. 6, 1962.

_____. La crisis de la teoria del desarrollo y las relaciones de dependência en America Latina. In: *Boletin del CESO*, n. 3, Santiago de Chile, 1968.

_____. *Imperialismo y dependencia*. México: Siglo Veintiuno, 1986.

_____. Crisis y movimientos sociales en Brasil. In: CALDERÓN, F. (Comp.). *Los movimientos sociales ante la crisis*. Buenos Aires: CLACSO, 1986.

SANTOS, W. G. Quem dará o golpe no Brasil? *Coleção Cadernos do povo brasileiro*, v. 5. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1962.

SARDENBERG, C. Da crítica Feminista à Ciência a uma Ciência Feminista? In: ALCÂNTARA, A. A. C.; SARDENBERG, C. M. (Orgs). *Feminismo, Ciência e Tecnologia*. Salvador: REDOR/NEIM – FFCH/UFBA, 2002.

SARMIENTO, D. F. *Facundo.* Buenos Aires: Librería La Facultad, 1921.

SCHERER-WARREN, I.; KRISCHKE, P. (Orgs.). *Uma revolução no quotidiano?* Os novos movimentos sociais na América do Sul. São Paulo: Editora Brasiliense, 1987.

_____. Movimentos sociais na América Latina: revisitando as teorias. Palestra proferida na Mesa Redonda "Ações coletivas, movimentos e redes sociais na contemporaneidade". *XIV Congresso Brasileiro de Sociologia*. Rio de Janeiro: jun 2009.

SCHILLING, P. *O que é reforma agrária?* Rio de Janeiro: Civilização Brasileira. Coleção Cadernos do povo brasileiro, v. 10, 1963.

SEABRA, J. E.; ASSIS, M. P. Transformando desde as margens: uma proposta de mapeamento do pensamento crítico feminista latino-americano. *Revista Direito & Práxis*. Universidade do Estado do Rio de Janeiro, v. 1, n. 1, 2016.

SEGALL, M. *Desarrollo del capitalismo en Chile*: cinco ensayos dialecticos. Santiago de Chile: Historia de Todos, 1953.

SILVA TELLES, V. Anos 70: experiências e práticas cotidianas. In: KRISCHKE, P.; MAINWARING, S. (Org.). *A Igreja nas bases em tempo de transição (1974-1985)*. Porto Alegre: L&pm/CEDEC, 1986, p. 47-71.

SILVA, M. O. S. *Refletindo a pesquisa participante no Brasil e na América Latina*. São Paulo: Cortez, 1986.

SILVA, P. et al. Acerca do debate metodológico na investigação feminista. *Revista Portuguesa Ciencia Desportiva*, v. 3, p. 358-370, s/d.

SIMPÓSIO MUNDIAL DE CARTAGENA - *Crítica y política en ciencias sociales: el debate sobre teoría y práctica*. Tomo I. Bogotá/Colômbia: Punta de Lanza, 1978.

SINGH, R. *Social movements, old and new*: a post-modernity critique. New Delhí/Thousand Oaks/London: Sage Publications, 2001.

SLATER, D. *Re-pensando la geopolítica del conocimiento*: reto a las violaciones imperiales. Bogotá/Colômbia: Tabula Rasa nº 8, 2008.

SNOW, D.; ROCHFORD, B.; WORDEN, S.; BENFORD, R. Frame alignment processes, Micromobilization and Movement Participation. *American Sociological Review*, vol. 51, n. 4, Aug 1986. p. 464-481.

SOLARI, A. Algunas reflexiones sobre el problema de los valores, la objetividad y el compromiso en las ciencias sociales. *Revista Colombiana de Sociología*. Bogotá, v. 34, n. 2, 2011 [1969].

STAVENHAGEN, R. Estratificación Social y Estrutura de Clases. *Revista de Ciencias Políticas y Sociales.* Año VIII, n. 27, México, p. 1-30, 1962.

_____. *Sociología y Subdesarrollo*. Mexico: Editorial Nuestro Tiempo, 1971.

_____. Un modelo para el estudio de las organizaciones políticas en México. *Revista Mexicana de Sociología*, 1967.

_____. Marginalidad y participación en la reforma agraria mexicana. *Revista Latinoamericana de Sociología*, 1968.

_____. Los pueblos originarios: el debate necessário. *CLACSO*: Instituto de Estudios y Formación de la CTA, 2010.

SVAMPA, Maristella. *Movimientos sociales, matrices sócio-politicos y nuevos escenarios en America Latina*. OneWorld Perspectives, Working Papers, Universitat Kassel, 2010.

TARROW, S.(1997). *El poder en movimiento*: los movimientos sociales, la acción colectiva y la política. Madrid: Alianza.

THIOLLENT, M. (2002). *Metodologia da pesquisa-ação*. 11 ed. São Paulo: Cortez.

THOMPSON, E. P. *A formação da classe operária inglesa*: I – A árvore da liberdade. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

TILLY, C. *From mobilization to revolution*. New York: Newberry Award Records, 1978.

TORRES, A. *O problema nacional*. 1914. Disponível em: http://bibliotecadigital.puc-campinas.edu.br/services/e-books/Alberto%20Torres-1.pdf.

TORRES, C. *Un nuevo paso en la Sociología Latinoamericana*. Bogotá: El Tiempo, 1961.

_____. El problema de la estructuración de una auténtica sociología latinoamericana. *Revista Colombiana de Sociología*. Vol. VI, nº 2, 2001 [1961], pp. 133-139.

TOURAINE, A. O Método da Sociologia da Ação: A Intervenção Sociológica. *Novos Estudos Cebrap*. São Paulo, v . 1, n. 3, p. 3 6-45, julho 1982.

_____. An Introduction to the Study of Social Movements. *Social Research*, vol. 52, nº 4, Social Movements (WINTER 1985). Pp. 749-787. New York: New School, 1985.

_____. Na fronteira dos movimentos sociais. *Sociedade e Estado*, Brasília, v. 21, n. 1, p. 17-28, jan-abr. 2006.

TRAGTENBERG, M. Introdução à edição brasileira: Atualidade de Max Weber. In: WEBER, Max. *Metodologia das Ciências Sociais*. Parte 1. 4ª ed. São Paulo: Cortez Editora, 2001.

TSÉ-TUNG, M. Reformemos o nosso estudo. In: *Obras Escolhidas de Mao TseTung – Tomo III*. São Paulo: Editora Alfa-Omega, 1979 [1941].

_____. Prefácio à Investigação no Campo. In: *Obras Escolhidas de Mao TseTung – Tomo III*. São Paulo: Editora Alfa-Omega, 1979.

_____. *Sobre a prática e a contradição*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2008.

TURNER, C. M. *Aves sin nido*. Caracas: Biblioteca Ayacucho, 1994.

UGARTE, M. *El Destino de un Continente*. Buenos Aires: Ediciones de la Patria Grande, 1962.

UNIVERSIDAD INTERCULTURAL AMAWTAY WASI. *Aprender en la sabiduría y el buen vivir*. Quito: Imprenta Mariscal, 2004.

VASCONCELOS, J. *La Raza Cósmica*. México: Editorial Porrúa, 2010.

VAZ, H. L. *Uma reflexão sobre a ação e a ideologia*. Transcrição de exposição oral no Encontro de fundação da Ação Popular. Belo Horizonte, junho de 1962. mimeo.

VEJARANO, G. *La investigación participativa en América Latina*: antologia. Michoacán, México: CREFAL, 1983.

VERÓN, E. Crítica de libros: GERMANI, G. La sociología en América Latina: problemas y perspectivas. *Revista Latinoamericana de Sociología*. Vol. 1, nº 2, jul 1965, Buenos Aires: Centro de Sociología Comparada del Instituto Torcuato Di Tella, pp. 272-276, 1965.

_____. Ideología y producción de conocimientos sociológicos en América Latina. *América Latina*. Año II, nº 4, octubre-diciembre 1968.

_____. Interludio: el conocimiento y sus condiciones de producción. In: *Imperialismo, Lucha de clases y Conocimiento:* 23 anos de sociologia em Argentina, Buenos Aires: Editorial Tiempo Contemporáneo, 1974.

VIEIRA PINTO, A. *A questão da universidade*. Rio de Janeiro: UNE/Editora Universitaria, 1962a.

_____. *Por que os ricos não fazem greve?* Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1962b. (Cadernos do Povo Brasileiro, nº 4).

_____. *Ciência e existência*. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra, 1979.

VILABOY, S. G. *Historia y Revolucion en America Latina*. La Habana: Editorial de Ciencias Sociales, 1989.

VIOTTI, E. *Da senzala à colônia*. Brasília: Editora Brasiliense, 1989.

WALSH, C. Interculturalidad y colonialidad del poder: un pensamiento y posicionamiento "otro" desde la diferencia colonial. In: CASTRO GÓMEZ, S.; GROSFOGUEL, R. (org) (2007). *El Giro Decolonial. Reflexiones para una Diversidad Epistémica más allá del Capitalismo Global*. Bogotá: Siglo del Hombre Editores, 2007.

WEBER, M. A "objetividade" do conhecimento na ciência social e na ciência política. In: WEBER, M. *Metodologia das Ciências Sociais*. Parte 1. 4 ed. São Paulo: Cortez Editora, 2001.

_____. *A ética protestante e o "espírito" do capitalismo*. Tradução: José Marcos Mariani de Macedo. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.

_____. O sentido da "neutralidade axiológica" nas ciências sociais e econômicas. In: WEBER, Max. *Metodologia das Ciências Sociais*. Parte 2. 2ª ed. São Paulo: Cortez Editora, 1995.

_____. A ciência como vocação. In: WEBER, Max. *Metodologia das Ciências Sociais*. Parte 2. 2ª ed. São Paulo: Cortez Editora, 1995.

_____. Conceitos sociológicos fundamentais. In: WEBER, Max. *Metodologia das Ciências Sociais*. Parte 2. 2. ed. São Paulo: Cortez Editora, 1995.

_____. *Escritos Políticos.* São Paulo: Martins Fontes, 2014.

WERNECK SODRÉ, N. *Introdução à Revolução Brasileira*. 4 ed. São Paulo: Ed. Ciências Humanas Ltda, 1978 [1954-1956].

WILLIAMS, E. *Capitalismo e escravidão*. Rio de Janeiro: Companhia Editora Americana, 1975 [1943].

WOLLSTONECRAFT, M. *Reivindicação dos direitos da mulher*. Tradução: Ivania Pocinho Motta. São Paulo: Boitempo, 2016.

XIRAU, J. *Introdução a Husserl*. Tradução Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: Contraponto, 2015.

ZAVALETA MERCADO, R. *La caída del MNR y la conjuración de noviembre*. La Paz/Cochabamba: Editorial Los Amigos del Libro, 1985.

_____. Problemas de la cultura, la clase obrera y los intelectuales. In: CASANOVA, Pablo Gonzalez (coord.). *Cultura y creación intelectual em América Latina*. La Habana: Edicion Revolucionaria, 1991.

_____. Forma clase y forma multitud en el proletariado minero en Bolivia. In: ZAVALETA MERCADO, R.; TAPIA, L. (comp.) (2009). *La autodeterminación de las masas*. Bogotá: Siglo del Hombre Editores y CLACSO, 2009.

ZEA, L. *La Filosofia como Compromiso y otros ensayos*. México: Tezontle, 1952.

_____. *El pensamiento latinoamericano*. 1965. Disponível em: <http://www.olimon.org/uan/pensamiento.pdf>. Acesso em: 10 dez. 2015.

_____. *A filosofia americana simplesmente como filosofia*. 1968. Disponível em: <http://www.olimon.org/uan/zea.pdf>. Acesso em: 09 dez. 2015.

_____. *Filosofía de la Historia Americana.* 1978 http://www.cecs-argentina.org/web2015/wp-content/uploads/2015/06/Zea-Leopoldo-Filosofia-de-la-historia-americana.pdf. Acesso em: 15 dez. 2015.

ZIZEK, S. Mao Tsé-Tung, "Senhor do Desgoverno" marxista. In: TSÉ-TUNG, Mao. *Sobre a prática e a contradição*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2008.